unesp
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Campus de Presidente Prudente
Departamento de Geografia

ISSN 1806-6755

Revista NERA

n. 49

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária

GEOGRAFIAS DAS LUTAS POR DIREITOS NO DISTRITO DO GRAJAÚ-SP: O CASO DO MOVIMENTO SOCIAL "NÓS DA SUL"
Cloves Alexandre de Castro

"A ESCOLA É NOSSA!" TERRITORIALIDADES DO MOVIMENTO ESTUDANTIL NAS OCUPAÇÕES DAS ESCOLAS DE LONDRINA (PR) EM 2016
Rei Kuboyama e Fábio César Alves da Cunha

A MOBILIDADE COTIDIANA CAMPO-CIDADE NAS SOCIEDADES RURAIS EM CAJURI E COIMBRA/MG
Elenice Aparecida Coutinho e Ana Louise de Carvalho Fiúza

PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO EM TRÊS LAGOAS/MS: DESDOBRAMENTOS E ENTRAVES PARA A RECRIAÇÃO DO CAMPESINATO
Luana Fernanda Luiz e Sedeval Nardoque

REFORMA AGRÁRIA E TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA: EXPERIÊNCIAS DE SUSTENTABILIDADE NO ASSENTAMENTO 20 DE MARÇO EM TRÊS LAGOAS/MS
Patrícia Tozzo de Matos Mercadante e Rosemeire Aparecida de Almeida

BENEFÍCIOS E ENTRAVES DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) NO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO-MT
Paulus Vinicius da Silva, Cleci Grzebieluckas e Josiane Silva Costa do Santos

QUE QUALIDADES PARA QUAIS MERCADOS? O CASO DO QUEIJO COLONIAL DA MICRORREGIÃO DE CAPANEMA, PARANÁ
Camila Eduarda Viana, Rozane Marcia Triches e Fabiana Thomé da Cruz

PRODUÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR NO BRASIL: EXPERIÊNCIAS MATERIALIZADAS EM TRÊS MESORREGIÕES DO ESTADO DE GOIÁS
Flávio Reis Santos e Magda Valéria Silva

CAMPESINIZAÇÃO E RESISTÊNCIAS AO AGRONEGÓCIO DO DENDE NO NORDESTE PARAENSE
Rafael Benevides de Sousa

AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA NO SEMIÁRIO CEARENSE: O DESENVOLVIMENTO RURAL DESIGUAL E COMBINADO COMO COROLÁRIO DA EXPANSÃO CAPITALISTA NO CAMPO
Maria Messias Ferreira Lima

CARTOGRAFÍA DE LA AGROECOLOGÍA Y LAS DISPUTAS TERRITORIALES EN ARGENTINA
Diego Ignacio Dominguez

Mai./Ago.
2019

Revista NERA nº. 49

http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera

EDITORES

Camila Ferracini Origuéla
Estevan Leopoldo de Freitas Coca
Lorena Izá Pereira

CONSELHO EDITORIAL

Antonio Augusto Rossotto Ioris
Bernardo Mançano Fernandes
Eduardo Paulon Girardi
Hannah Wittman
Wendy Wolford

NERA
Núcleo de Estudos,
Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
2019

Revista NERA (RNERA) nº. 49

EDITORES

Camila Ferracini Origuéla
Estevan Leopoldo de Freitas Coca
Lorena Izá Pereira

CONSELHO EDITORIAL

Antonio Augusto Rossoto Ioris
Bernardo Mançano Fernandes
Eduardo Paulon Girardi
Wendy Wolford
Hannah Wittman

CORPO EDITORIAL

Franciele Aparecida Valadão
Hellen Mesquita
Leandro Ribeiro Nieves
Lucas Pauli

CONSELHO CIENTÍFICO

Antonio Augusto Rossotto Ioris – Cardiff University (Cardiff, País de Gales)
Adriano Rodrigues de Oliveira – UFG (Goiânia, GO, Brasil)
Ana Domínguez Sandoval – UDELAR (Montevidéu, Uruguai)
Anderson Antônio da Silva – UFG (Goiânia, GO, Brasil)
Carlos Alberto Feliciano – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Débora Assumpção Lima – UNICAMP (Campinas, SP, Brasil)
Djoni Roos – UNIOESTE (Mal. Cândido Rondon, PR, Brasil)
Douglas Cristian Coelho – UNIOESTE (Mal. Cândido Rondon, PR, Brasil)
Elienai Constantino Gonçalves – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Eraldo da Silva Ramos Filho – UFS (Aracaju, SE, Brasil)
Evandro César Clemente – UFG (Jataí, GO, Brasil)
Fábio de Oliveira Pitta – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Facundo Martín – UNCUYO, (Mendoza, Argentina)
Fernando Mendonça Heck – IFSP (Tupã, SP, Brasil)
Flavio Bladimir Rodríguez Muñoz – Universidad Externado de Colômbia (Bogotá, Cundinamarca, Colômbia)
Francilane Eulália de Souza – UEG (Formosa, GO, Brasil);
Francisco Hidalgo Flor – Universidad Central del Ecuador (Quito, Pichincha, Equador)
Gláucio Marafon – UERJ (Rio de Janeiro, RJ, Brasil)
Hannah Wittman – UBC (Vancouver, British Columbia, Canadá)
Hervé Théry – USP (São Paulo, SP, Brasil) e CNRS (França)
Humberto Tommasino – UDELAR (Montevidéu, Uruguai)
Isaías Tobasura Acuña – Universidad de Caldas (Manizales, Caldas, Colômbia)
Jacob Binsztok – UFF (Niterói, RJ, Brasil)
Janaina Francisca de Souza Campos Vinha – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
João Cleps Júnior – UFU (Uberlândia, MG, Brasil)
João Edmilson Fabrini – UNIOESTE (Mal. Cândido Rondon, PR, Brasil)
João Rua – UERJ (Rio de Janeiro, RJ, Brasil)
José Antonio Segrelles Serrano – Universidad de Alicante (Alicante, Espanha)
José Sobreiro Filho – UFPA (Belém, PA, Brasil)
Juliana Grasiéli Bueno Mota – UFGD (Dourados, MS, Brasil)
Juscelino Eudâmidas Bezerra – UPE (Petrolina, PE, Brasil)
Lindberg Nascimento Júnior – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Luciano Concheiro Borquez - UAM-X (Cidade do México, Distrito Federal, México)
Luis Daniel Hocsman - Universidad Nacional de Córdoba (Córdoba, Argentina)
Luis Felipe Rincón Manrique – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Marcelo Gomes Justo – UNESP (São Paulo, SP, Brasil)
Márcio Freitas Eduardo – UFFS (Erechim, RS, Brasil)
Margarida de Cássia Campos – UEL (Londrina, PR, Brasil)
Marta Beatriz Chiappe Hernández – UDELAR (Montevidéu, Uruguai)
Matías Carámbula Pareja – UDELAR (Montevidéu, Uruguai)
Michele Linder – UFRGS (Porto Alegre, RS, Brasil)
Mônica Shicavinatto – UNESP (São Paulo, SP, Brasil)
Munir Jorge Felício – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Neli Aparecida de Mello – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Omar Angel Arach – Universidad Nacional de Córdoba (Córdoba, Argentina)
Onélia Carmem Rossetto – UFMT (Cuiabá, MT, Brasil)

Oscar Bazoberry Chali – UMSA (La Paz, Bolívia)
Raul Paz – UNSE (Santiago Del Estero, Argentina)
Rodrigo Simão Camacho – UFGD (Dourados, MS, Brasil)
Samuel Frederico – UNESP (Rio Claro, SP, Brasil)
Sedeval Nardoque – UFMS (Três Lagoas, MS, Brasil)
Thaís Tartalha do Nascimento Lombardi – UNESP (São Paulo, SP, Brasil)
Valmir José Valério – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Víctor Martín Martín – Universidad de La Laguna (Espanha)
Virgínia Marina Rossi Rodriguez – UDELAR (Paysandú, Uruguai)
Wendy Wolford – Cornell University (Ithaca, New York, Estados Unidos da América)
Wilder Robles – University of Manitoba (Winnipeg, Canadá)

Revista NERA

Distribuída por

Indexada por

Ficha Catalográfica

Revista NERA. A.1, n. 1, 1998. Presidente Prudente: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/UNESP.

1998 – ano 1, nº. 1, nº. 2	2014 – ano 17, nº. 25
1999 – interrompida	2015 – ano 18, nº 26, Dossiê
2000 – ano 3, nº. 3	2015 – ano 18, nº 27
2001 – interrompida	2015 – ano 18, nº 28, Dossiê
2002 – interrompida	2015 – ano 18, nº 29
2003 – interrompida	2016 – ano 19, nº 30
2004 – ano 7, nº. 4	2016 – ano 19, nº31
2004 – ano 7, nº. 5	2016 – ano 19, nº32, Dossiê
2005 – ano 8, nº. 6	2016 – ano 19, nº33
2005 – ano 8, nº. 7	2017 – ano 20, nº34, Dossiê
2006 – ano 9, nº. 8	2017 – ano 20, nº35
2006 – ano 9, nº. 9	2017 – ano 20, nº36, Dossiê
2007 – ano 10, nº. 10	2017 – ano 20, nº37
2007 – ano 10, nº. 11	2017 – ano 20, nº38, Dossiê
2008 – ano 11, nº. 12	2017 – ano 20, nº39, Dossiê
2008 – ano 11, nº. 13	2017 – ano 20, nº 40
2009 – ano 12, nº. 14	2018 – ano 21, nº 41
2009 – ano 12, n°. 15	2018 – ano 21, nº 42, Dossiê
2010 – ano 13, nº. 16	2018 – ano 21, nº 43
2010 – ano 13, nº. 17	2018 – ano 21, nº 44
2011 – ano 14, nº. 18	2018 – ano 21, nº 45, Dossiê
2011 – ano 14, nº. 19	2019 – ano 22, nº 46
2012 – ano 15, nº. 20	2019 – ano 22, nº 47, Dossiê
2012 – ano 15, Dossiê	2019 – ano 22, nº 48, Dossiê
2012 – ano 15, nº. 21	
2013 – ano 16, nº. 22	Quadrimestral
2013 – ano 16, nº. 23	ISSN 1806-6755
2014 – ano 17, nº. 24	

1. Geografia - Periódicos - Grupo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária - FCT/Unesp

ENDEREÇO
Rua Roberto Simonsen, 305, Centro Educacional, 19.060-900, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil
FCT/UNESP – Bloco Docente I – Sala 19
Fone: (18) 3229-5388 – Ramal: 5552
Site: http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera - e-mail: revistanera@fct.unesp.br

Sumário

8 REFLETINDO SOBRE A DIVERSIDADE DAS LUTAS CONTRA-HEGEMÔNICAS NO CAMPO E NA CIDADE

Estevan Leopoldo de Freitas Coca, Lorena Izá Pereira e Camila Ferracini Origuela

15 **GEOGRAFIAS DAS LUTAS POR DIREITOS NO DISTRITO DO GRAJAÚ-SP: O CASO DO MOVIMENTO SOCIAL "NÓS DA SUL"**

GEOGRAPHY OF THE STRUGGLES FOR RIGHTS IN THE DISTRICT OF GRAJAÚ-SP: THE CASE OF THE SOCIAL MOVEMENT "NÓS DA SUL"

GEOGRAFÍA DE LAS LUCHAS POR DERECHOS EN EL DISTRITO DE GRAJAÚ-SP: EL CASO DEL MOVIMIENTO SOCIAL "NÓS DA SUL"

Cloves Alexandre de Castro

31 **"A ESCOLA É NOSSA!": TERRITORIALIDADES DO MOVIMENTO ESTUDANTIL NAS OCUPAÇÕES DAS ESCOLAS DE LONDRINA (PR) EM 2016**

"THE SCHOOL IS OURS!": TERRITORIALITIES OF THE STUDENTS MOVEMENT IN THE OCCUPATIONS OF SCHOOLS AT LONDRINA (PR) IN 2016

"¡LA ESCUELA ES NUESTRA!": TERRITORIALIDADES DEL MOVIMIENTO ESTUDIANTIL EN LAS OCUPACIONES DE LAS ESCUELAS DE LONDRINA (PR) EN 2016

Rei Kuboyama e Fábio César Alves da Cunha

59 **A MOBILIDADE COTIDIANA CAMPO-CIDADE NAS SOCIEDADES RURAIS EM CAJURI E COIMBRA/MG**

THE DAILY MOBILITY FIELD-CITY IN RURAL SOCIETIES IN CAJURI AND COIMBRA / MG

LA MOVILIDAD COTIDIANA CAMPO-CIUDAD EN LAS SOCIEDADES RURALES EN CAJURI Y
COIMBRA / MG

Elenice Aparecida Coutinho e Ana Louise de Carvalho Fiúza

83 **PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO EM TRÊS LAGOAS/MS: DESDOBRAMENTOS E ENTRAVES PARA A RECRIAÇÃO DO CAMPESINATO**

NATIONAL LAND CREDIT PROGRAM IN TRÊS LAGOAS/MS: UNFOLDMENT AND OBSTACLES FOR PEASANTRY RECREATION

PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO DE TIERRAS EN TRÊS LAGOAS/MS: DESDOBLAMIENTOS Y BARRERAS PARA A RECREACIÓN DEL CAMPESINADO

Luana Fernanda Luiz e Sedeval Nardoque

111 **REFORMA AGRÁRIA E TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA: EXPERIÊNCIAS DE SUSTENTABILIDADE NO ASSENTAMENTO 20 DE MARÇO EM TRÊS LAGOAS/MS**

AGRARIAN REFORM AND AGROECOLOGICAL TRANSITION: SUSTAINABILITY EXPERIENCES AT THE SETTLEMENT MARCH 20 IN TRÊS LAGOAS/MS

REFORMA AGRARIA Y TRANSICIÓN AGROECOLÓGICA: EXPERIENCIAS DE SOSTENIBILIDAD EN EL ASENTAMIENTO 20 DE MARZO EN TRÊS LAGOAS/MS

Patrícia Tozzo de Matos Mercadante e Rosemeire Aparecida de Almeida

140 **DESAFIOS PARA O PARCELAMENTO DOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA SOB A PERSPECTIVA AMBIENTAL A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DO MST EM GOIÁS**

CHALLENGES ON PARCELING SETTLEMENTS OF LAND REFORM FROM AN ENVIRONMENTAL PERSPECTIVE BASED ON THE EXPERIENCE OF THE MST IN GOIÁS

DESAFÍOS PARA EL PARCELAMIENTO DE ASENTAMIENTOS DE REFORMA AGRARIA EN LA PERSPECTIVA AMBIENTAL A PARTIR DE LA EXPERIENCIA DEL MST EN GOIÁS

Karla Emmanuela Ribeiro Hora, Rogério Antonio Mauro e Manoel Calaça

168 **BENEFÍCIOS E ENTRAVES DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) NO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO-MT**

ENTRIES AND BENEFITS OF THE FOOD ACQUISITION PROGRAM (PAA) IN THE MUNICIPALITY OF DIAMANTINO-MT

BENEFICIOS Y OBSTÁCULOS DEL PROGRAMA DE ADQUISICIÓN DE ALIMENTO (PAA) EN EL MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT

Paulus Vinicius da Silva, Cleci Grzebieluckas, e Josiane Silva Costa dos Santos

189 **QUE QUALIDADES PARA QUAIS MERCADOS? O CASO DO QUEIJO COLONIAL DA MICRORREGIÃO DE CAPANEMA, PARANÁ**

WHICH QUALITIES TO WHICH MARKETS? THE CASE OF COLONIAL CHEESE IN CAPANEMA MICRO-REGION, PARANÁ

¿QUÉ CUALIDADES PARA QUÉ MERCADOS? EL CASO DEL QUESO COLONIAL LA MICRORREGIÓN DE CAPANEMA, PARANÁ

Camila Eduarda Viana, Rozane Marcia Triches e Fabiana Thomé da Cruz

211 **PRODUÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR NO BRASIL: EXPERIÊNCIAS MATERIALIZADAS EM TRÊS MESORREGIÕES DO ESTADO DE GOIÁS**

FAMILIAR AGRICULTURAL PRODUCTION IN BRAZIL: EXPERIENCES MATERIALIZED IN THREE MESOREGIONS OF THE STATE OF GOIÁS

PRODUCCIÓN AGRÍCOLA FAMILIAR EN BRASIL: EXPERIENCIAS MATERIALIZADAS EN TRES MESORREGIONES DEL ESTADO DE GOIÁS

Flávio Reis Santos e Magda Valéria Silva

CAMPESINIZAÇÃO E RESISTÊNCIAS AO AGRONEGÓCIO DO DENDÊ NO NORDESTE PARAENSE

244 PEASANTRY AND RESISTANCE TO PALM OIL AGRIBUSINESS IN THE NORTHEAST OF PARÁ STATE, IN BRAZIL

CAMPESINIZACIÓN Y RESISTENCIAS AL AGRONEGOCIO DEL DENDÊ EN EL NORDESTE DEL ESTADO DEL PARÁ, EN BRASIL

Rafael Benevides de Sousa

AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA NO SEMIÁRIDO CEARENSE: O DESENVOLVIMENTO RURAL DESIGUAL E COMBINADO COMO COROLÁRIO DA EXPANSÃO CAPITALISTA NO CAMPO

271 FAMILY FIELD FARMING IN THE SEMIARID OF CEARÁ: THE UNEQUAL AND COMBINED RURAL DEVELOPMENT AS A RESULT OF CAPITALIST EXPANSION IN THE COUNTRYSIDE

AGRICULTURA FAMILIAR CAMPESINA EN EL SEMIÁRIDO CEARENSE: EL DESARROLLO RURAL DESIGUAL Y COMBINADO COMO COROLARIO DE LA EXPANSIÓN CAPITALISTA EN EL CAMPO

Maria Messias Ferreira Lima

CARTOGRAFÍA DE LA AGROECOLOGÍA Y LAS DISPUTAS TERRITORIALES EN ARGENTINA

297 CARTOGRAFÍA DA AGROECOLOGÍA E AS DISPUTAS TERRITORIAIS NA ARGENTINA

CARTOGRAPHY OF AGROECOLOGY AND TERRITORIAL DISPUTES IN ARGENTINA

Diego Ignacio Dominguez

COMPÊNDIO DE AUTORES

314 COMPENDIO AUTORES

COMPENDIUM AUTHORS

COMPÊNDIO DE EDIÇÕES

344 COMPENDIO EDICIONES

COMPENDIUM EDITIONS

Refletindo sobre a diversidade das lutas contra-hegemônicas no campo e na cidade

Estevan Leopoldo de Freitas Coca
Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG) – Alfenas, Minas Gerais, Brasil
e-mail: estevan.coca@unifal-mg.edu.br

Lorena Izá Pereira
Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Presidente Prudente, São Paulo, Brasil
e-mail: iza.pereira@unesp.br

Camila Ferracini Origuéla
Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Presidente Prudente, São Paulo, Brasil
e-mail: ferracinicamila@yahoo.com.br

Em escala global, a segunda década do século XXI tem se caracterizado por uma confluência de crises, a exemplo das de origem climática, energética, alimentar, migratória e financeira (HARVEY, 2011; HOUTART, 2010; SAGE, 2012; SCHNEIDER; McMICHAEL, 2010; WITTMAN, 2009). São consequências disso o crescimento da miséria no campo e na cidade, de modo que as questões urbana e agrária acentuam suas diversas interfaces. Tal contexto tem produzido respostas políticas conflitantes, solidificando polarizações e colocando em xeque o modelo de democracia ocidental, que desde a segunda metade do século XX foi adotado em grande parte dos países do globo (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018). Por um lado, apoiados num discurso xenófobo e até mesmo aporofóbico (aversão ao pobre) (CORTINA, 2017), emergem governos de extrema direita que ao mesmo tempo em que acentuam a racionalidade neoliberal (DARDOT; LAVAL, 2016), também dão voz a um amplo conservadorismo moral. São exemplos: Donald Trump, nos Estados Unidos; Viktor Orbán, na Hungria; Matteo Salvini, na Itália; Rodrigo Duterte, nas Filipinas e Jair Bolsonaro, no Brasil. A isso se soma a derrocada de governos que mesmo sem romper com o capitalismo vinham dando maior abertura às políticas sociais e à integração Sul-Sul, como ocorreu na América do Sul com Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, no Brasil; Rafael Corrêa, no Equador e Fernando Lugo, no Paraguai (VERGARA-CAMUS; KAY, 2017). Contudo, por mais que no presente essa onda de governos de extrema direita seja vigorosa, respostas progressistas também têm emergido, visando instituir uma nova racionalidade baseada no comum (DARDOT; LAVAL, 2017). Nesses casos, considerando a tendência crescente de financeirização dos bens essenciais à vida, movimentos urbanos e rurais têm sido importantes referências na defesa dos direitos humanos fundamentais e na busca pela construção de alternativas ao modo de produção hegemônico. Muitos desses movimentos possuem

articulações globais, contudo, possuem como elementos centrais de sua caracterização a resistência local aos efeitos perversos da globalização.

Nesse sentido, o contexto atual de convergência de crises estruturais tem acentuado a conflitualidade entre diferentes modelos de sociedade tanto no campo como na cidade. Ao contrário do passado recente em que a principal característica desses conflitos se dava na relação capital x trabalho, atualmente novos elementos têm sido abordados, a exemplo das questões de raça e gênero, dos modelos educacionais, das dinâmicas socioambientais e dos tipos e processos de alimentação. Reconhecer tal realidade é de fundamental importância para pensar em estratégias de superação das contradições estruturais do capitalismo,

Com base em tal contexto, a presente edição da Revista NERA traz 12 trabalhos que nos ajudam a refletir sobre a criação de estratégias de resistência à tendência de intensificação da racionalidade neoliberal. São abordados temas referentes ao campo e a cidade, o que reforça a concepção de que as contradições do capitalismo são multiescalares e multidimensionais, exigindo respostas contra-hegemônicas que dialoguem com essa diversidade.

Os dois primeiros textos tratam de processos de resistência efetivados na escala da cidade. Num contexto em que desde 2007, pela primeira vez a população urbana é maior do que a rural no mundo (ONU, 2014) e que atrelado a isso são ampliados problemas como a especulação imobiliária, o surgimento e crescimento de favelas e outros tipos de moradia irregular e o colapso dos sistemas de transportes – especialmente os de caráter público –, faz-se importante destacar as diversas ações desempenhadas por coletivos que visam modificar estruturalmente as cidades.

Sendo assim, abrindo essa edição, o trabalho “Geografias das lutas por direitos no distrito do Grajaú-SP: o caso do movimento social “Nós da Sul”, de autoria de Clóvis Alexandre de Castro, enfatiza articulações de movimentos sociais que emergiram e/ou se fortaleceram no Sul da cidade de São Paulo (SP), no contexto das jornadas de junho de 2013, caracterizando-se por lutas por moradia, educação, saúde e transportes. Considerando as demandas desses movimentos com base na conjuntura política brasileira, o autor destaca que eles são responsáveis pela produção de espaços e territórios, o que enfatiza a importância da abordagem geográfica no intuito de compreende-los.

Do mesmo modo como as Jornadas de Junho de 2013, o processo de ocupação de escolas por secundaristas em 2016 também se destacou recentemente no Brasil como de grande importância no questionamento à fatores como a mercantilização de bens comuns e a inoperância do Estado em atender aos direitos fundamentais da população. Sobre isso, o trabalho “A escola é nossa!”: territorialidades do movimento estudantil nas ocupações das escolas de Londrina (PR) em 2016, escrito por Rei Kuboyama e Fábio César Alves da Cunha destaca alguns elementos geográficos presentes nas lutas dos secundaristas. Com base em

exemplos da cidade de Londrina, os autores frisam que o movimento dos secundaristas gerou territórios e territorialidades que culminaram na refuncionalização e na ressignificação das escolas, dando maior sentido à sua importância social.

Após esses dois trabalhos que abordam lutas contra-hegemônicas nos espaços urbanos, a presente edição da Revista NERA enfatiza os efeitos das crises estruturais no campo, especialmente no que se refere às migrações. Sabe-se que desde a década de 1960, se constatam no Brasil maiores indíces de pessoas vivendo nas cidades do que no campo. Contribuem para isso fatores como a industrialização concentrada no Sudeste do país, as reiteradas secas e uma Questão Agrária não resolvida no Nordeste e as políticas de garantia de direitos para os trabalhadores urbanos (o que aconteceu antes do que no campo) (MOREIRA, 2011;OLIVEIRA, 1987). Além disso, com a refuncionalização dos espaços urbanos surgem novos modelos de migração, a exemplo das que ocorrem em caráter temporário ou pendular (BAENINGER, 2012). Ocorre que os trabalhos acadêmicos enfatizam de modo muito mais intenso as migrações temporárias entre cidades e pouco se fala sobre a relação desse processo com o campo.

Visando suprir essa lacuna, Elenice Aparecida Coutinho e Ana Louise de Carvalho Fiúza, por meio do artigo “A mobilidade cotidiana campo-cidade nas sociedades rurais em Cajuri e Coimbra/MG”, demonstram os efeitos das migrações temporárias para os espaços urbanos de habitantes do meio rural em municípios da Zona da Mata, no estado de Minas Gerais, Brasil. As autoras concluem que estes deslocamentos se distinguem daqueles retratados nos estudos de pendularidade urbana atrelada à demandas relacionadas ao trabalho e ao estudo. A mobilidade estava majoritariamente relacionada às demandas por bens e serviços dentro do próprio município de origem, sendo que os deslocamentos não cotidianos se direcionavam para fora do município de origem. O estudo apontou, ainda, que os padrões de deslocamento são diferentes considerando-se o gênero, faixa etária. De tal modo, a mobilidade cotidiana constitui nos pequenos municípios um mecanismo importante para as trocas materiais e culturais dos rurais com os citadinos.

Dentre as principais estratégias para evitar o êxodo rural forçado destacam-se as políticas públicas direcionadas às unidades de produção camponesas. Os exemplos do Brasil e de grande parte do mundo destacam que no presente contexto de hegemonia do agronegócio, essas ocorrem como respostas do Estado às pressões realizadas pelo campesinato por meio de ações como ocupações de terras e manifestações em áreas urbanas ou espaços públicos (AKRAM-LODHI, 2015; FELICIANO; PEREIRA, 2014; FERNANDES, 2000). Como forma de ampliar as discussões sobre esse processo, são apresentados 05 artigos que abordam políticas públicas direcionadas ao campesinato.

Em “Programa Nacional de Crédito Fundiário em Três Lagoas/MS: desdobramentos e entraves para a recriação do campesinato”, Luana Fernando Luiz e Sedeval Nardoque fazem

uma discussão sobre os limites das políticas de crédito fundiário como uma proposição de órgãos multilaterais para a realização da reforma agrária pela via do mercado. Com base no exemplo de empreendimentos efetivados em Três Lagoas, no estado do Mato Grosso do Sul, Brasil, por meio do trabalho foi possível compreender alguns aspectos da dinâmica da reprodução camponesa, bem como as contradições engendradas nesses assentamentos rurais criados a partir do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).

Também discutindo a reforma agrária em Três Lagoas, o texto “Reforma agrária e transição agroecológica: experiências de sustentabilidade no assentamento 20 de Março em Três Lagoas/MS”, escrito por Patrícia Tozzo de Matos Mercadante, Rosemeire Aparecida de Almeida aborda os desafios e efeitos territoriais da adoção de princípios agroecológicos em unidades de produção familiares. Considerando que em Três Lagoas, os camponeses, especialmente os assentados, se encontram num processo de intensa conflitualidade com o agronegócio do eucalipto, as autoras alegam que a transição agroecológica tem se mostrando um instrumento educativo que aproxima agricultores e consumidores por meio dos canais de curta comercialização, com vias a valorização da economia local.

Outro trabalho que aborda as políticas de reforma agrária é o intitulado “Desafios para o parcelamento dos assentamentos de reforma agrária sob a perspectiva ambiental a partir da experiência do MST em Goiás”, elaborado por Karla Emmanuela Ribeiro Hora, Rogério Antonio Mauro, Manoel Calaça. Esses autores evidenciam os desafios para o planejamento ambiental e a estratégia de implantação dos núcleos de moradia do assentamento Canudos, em Goiás, assim como os seus desdobramentos na discussão sobre os modelos de reforma agrária. Com isso, são trazidas contribuições para se articular a busca por soluções fundiárias com as ambientais, denotando que a reforma agrária pode contribuir com a produção de impactos socioterritoriais de modo multidimensional.

Além das políticas de reforma agrária, especialmente no caso do Brasil, também tem sido de grande valia as estratégias de remodelagem dos mercados institucionais, criando novas oportunidades de comercialização dos produtos gerados pelo campesinato. Ao também terem por preocupação o combate à fome por meio da doação dos produtos camponeses adquiridos pelo Estado para pessoas em condição de vulnerabilidade social, tais políticas públicas trazem elementos da soberania alimentar (COCA, 2016; WITTMAN; BLESH, 2015).

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), enquanto política pública com tal viés, é tratada no artigo “Benefícios e entraves do programa de aquisição de alimentos (PAA) no município de Diamantino-MT”, escrito por Paulus Vinicius da Silva, Cleci Grzebieluckas, Josiane Silva Costa dos Santos. Com base em entrevistas com proponentes da modalidade Compra com Doação Simultânea (CDS), do PAA e de técnicos da Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (EMPAER), demonstra-se que os agricultores consideram que esta política pública influencia positivamente, pois garante a comercialização

com preço justo, permanência na propriedade, aumento e diversificação da produção e consequentemente da renda, proporcionando ampliação da residência, aquisição de equipamentos, veículo, saldar dívidas e melhorias de infraestrutura em geral. Por outro lado, os entraves percebidos foram o baixo valor da cota de comercialização, morosidade na gestão e ausência de assistência técnica no processo de produção.

A discussão sobre os mercados de alimentos também aparece no artigo “Que qualidades para quais mercados? O caso do queijo colonial da microrregião de Capanema, Paraná”, de Camila Eduarda Viana, Rozane Marcia Triches, Fabiana Thomé da Cruz. Tal estudo traz uma caracterização sobre o mercado do queijo colonial na microrregião de Capanema, sudoeste do estado do Paraná, ao mesmo tempo em que identifica quais são os atributos valorizados por consumidores produtores e técnicos/gestores na qualificação desses queijos. Dentre os casos abordados, verificou-se que as agroindústrias informais vendem seus produtos a partir de cadeias curtas de abastecimento do tipo face a face, enquanto as agroindústrias formais ampliam seu escopo para cadeias curtas de proximidade espacial e para cadeias longas de abastecimento, perdendo em parte, a artesanalidade de seus produtos.

Os últimos 4 artigos que compõem essa edição da Revista NERA, abordam, sob diferentes perspectivas, a conflitualidade entre o campesinato e o agronegócio, podendo ser tomados como exemplos de que o capitalismo não é uma totalidade no campo. Assim, apesar de ser hegemônico, o agronegócio está em permanente disputa com outras relações sociais, a exemplo das que são geradas pelo campesinato, sendo esse um exemplo das desigualdades e contradições do capitalismo (OLIVEIRA, 2007).

Flávio Reis Santos, Magda Valéria Silva, em “Produção agrícola familiar no Brasil: experiências materializadas em três mesorregiões do estado de Goiás”, fazem uma leitura sobre algumas experiências das atividades agrícolas familiares, desenvolvidas por produtores rurais no estado de Goiás. Os autores defendem que que a agricultura familiar constitui atividade produtiva estratégica de grande importância para a inserção, recuperação e manutenção do emprego em tempos de globalização, fundamental para assegurar a redistribuição de renda e para impulsionar um desenvolvimento que venha contribuir para a superação da atual crise social e econômica brasileira.

Com base num exemplo do estado do Pará, Rafael Benevides de Sousa, em “Campesinização e resistências ao agronegócio do dendê no nordeste paraense”, visa compreender as estratégias de resistências produzidas por camponeses contra o avanço do agronegócio do dendê na Amazônia.

Já Maria Messias Ferreira Lima, em “Agricultura familiar camponesa no semiárido cearense: o desenvolvimento rural desigual e combinado como corolário da expansão capitalista no campo” busca analisar criticamente o Desenvolvimento Rural Sustentável (DRS)

nas áreas de assentamentos rurais no semiárido cearense, identificando os elementos de exclusão, subordinação ou emancipação da agricultura familiar camponesa às relações capitalistas de produção. Com base em abordagem desenvolvida no assentamento Acoci, localizado no município de Campos Sales (CE), a autora destaca que esse se encontra em uma situação intermediária, ou seja, conseguiu parcialmente os elementos estruturais para a subordinação à dinâmica de acumulação capitalista, porém os elementos de emancipação que promoveriam o desenvolvimento rural sustentável ainda não se encontram presentes, revelando apenas o seu caráter desigual e combinado.

Fechando essa edição, o trabalho “Cartografía de la agroecología y las disputas territoriales en Argentina”, de Diego Ignacio Dominguez traz uma discussão sobre a importância das experiências de produção agroecológica no contexto de conflitualidade entre o agronegócio e o campesinato no campo argentino. Demonstra-se que a agroecologia possui uma dimensão formativa e também transformadora.

Desse modo, nessa edição, a Revista NERA traz um amplo leque de exemplos de lutas contra-hegemônicas desenvolvidas nos campos e nas cidades na atualidade. Desejamos a todxs uma boa leitura!

Referências

AKRAM-LODHI, A. H. Accelerating towards food sovereignty. **Third World Quarterly**, Waterloo, v. 36, n. 3, p. 563–583, 2015.

BAENINGER, R. Rotatividade migratória: um novo olhar para as migrações internas no Brasil. **REMHU : Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, v. 20, n. 39, p. 77–100, 2012.

COCA, E. L. F. **A soberania alimentar através do Estado e da sociedade civil:** o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no Brasil e a rede Farm to Cafeteria Canada (F2CC), no Canadá. 2016. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista (Unesp), Presidente Prudente.

CORTINA, A. **Aporofobia, el rechazo al pobre.** Un desafío para la democracia. Barcelona: Espasa Libros, 2017.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo.** Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **Comum.** Ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017.

FELICIANO, C. A.; PEREIRA, D. V. Pelas ruas, campos, cidades e avenidas: ações e manifestações dos movimentos socioterritoriais do campo no Brasil (2000-2011). In: VINHA, J. F. S. C.; COCA, E. L. F.; FERNANDES, B. M. (Eds.). **DATALUTA:** Questão Agrária e coletivo do pensamento. São Paulo: Expressão Popular/Outras Expressões, 2014. p. 119–147.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil:** Petrópolis: Vozes, 2000.

HARVEY, D. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HOUTART, F. **Agroenergia:** solução para o clima ou saída da crise para o capital? São Paulo: Vozes, 2010.

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MOREIRA. **Sociedade e espaço geográfico no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2011.

OLIVEIRA, A. U. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

OLIVEIRA, F. **Elegia para uma re(li)gião.** Sudene, Nordeste. Planejamento e conflitos de classe. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **World urbanization prospects, the 2014 revision**. 2014.

SAGE, C. **Environment and food**. New York: Routledge, 2012.

SCHNEIDER, M.; McMICHAEL, P. Deepening, and repairing, the metabolic rift. **Journal of Peasant Studies**, Hague, v. 37, n. 3, p. 461–484, 2010.

VERGARA-CAMUS, L.; KAY, C. Agribusiness, peasants, left-wing governments, and the state in Latin America: An overview and theoretical reflections. **Journal of Agrarian Change**, Oxford, v. 17, n. 2, p. 239–257, 2017.

WITTMAN, H. Reworking the metabolic rift: La Vía Campesina, agrarian citizenship, and food sovereignty. **Journal of Peasant Studies**, Hague, v. 36, n. 4, p. 805–826, 2009.

WITTMAN, H.; BLESH, J. Food sovereignty and Fome Zero: connecting public food procurement programs to sustainable rural development in Brazil. **Journal of Agrarian Change**, Oxford, 2015.

Geografias das lutas por direitos no distrito do Grajaú-SP: o caso do movimento social "Nós da Sul"[1].

Cloves Alexandre de Castro
Instituto Federal Catarinense (IFC) campus-Blumenau, SC, Brasil.
cloves.castro@ifc.edu.br

Resumo

A proposta deste estudo foi a de investigar os movimentos sociais do extremo Sul da cidade de São Paulo, que se articularam em torno da rede de movimentos sociais "Nós da Sul", na conjuntura das chamadas "jornadas de junho". Trata-se de uma rede de movimentos que abrigam e articulam as lutas por moradia, educação, saúde e transportes em uma das regiões mais populosas e esquecidas da metrópole paulista. O esforço do presente trabalho foi o de fazer uma análise geográfica desses movimentos sociais seja por meio dos espaços e territórios que eles produzem, como também, na condição do próprio movimento social, como categoria geográfica. Durante todo o trabalho, procuramos articular o nosso objeto de pesquisa, suas demandas e lutas à conjuntura política brasileira.

Palavras chaves: Geografia; movimentos sociais; redes de movimentos sociais; direito à cidade.

Geography of the struggles for rights in the district of Grajaú-SP: the case of the social movement "Nós da Sul"

Abstratc

The proposal of this study was to investigate social movements in the extreme south of the city of São Paulo, which were articulated around the network of social movements "Nós da Sul", in the juncture of the so-called "June days". It is a network of movements that shelter and articulate struggles for housing, education, health and transport in one of the most numerous and warm regions of the metropolis of São Paulo. The effort of the present work was to make a geographical analysis of these social movements either through the spaces and territories they produce, as well as in the condition of the social movement itself, as a geographical category. Throughout the work, we seek to articulate our search object, its demands and struggles to the Brazilian political conjuncture.

Keywords: Geography; social movements; networks of social movements; rigtht to city.

Geografía de las luchas por derechos en el distrito de Grajaú-SP: el caso del movimiento social "Nós da Sul"

Resumen

La propuesta de este estudio fue la de investigar los movimientos sociales del extremo Sur de la ciudad de São Paulo, que se articularon entorno de la red de movimientos sociales "*Nós da Sul*", en la coyuntura de las llamadas "jornadas de junio". Se trata de una red de

[1] O presente artigo resulta da pesquisa realizada em estágio de Pós-doutorado realizado no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de São Paulo, sob a supervisão da Professora Dra. Marta Inêz de Medeiros Marques. O estágio foi financiado pelo Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD-CAPES).

movimientos que albergan y articulan las luchas por vivienda, educación, salud y transportes en una de las regiones más numerosas y cálidas de la metrópolis paulista. El esfuerzo del presente trabajo fue el de hacer un análisis geográfico de esos movimientos sociales sea por medio de los espacios y territorios que ellos producen, como también, en la condición del propio movimiento social, como categoría geográfica. Durante todo el trabajo, buscamos articular nuestro objeto de búsqueda, sus demandas y luchas a la coyuntura política brasileña.

Introdução

Este artigo é parte de pesquisa realizada em estágio de Pós-doutorado desenvolvido no Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo[2]. Ele é composto por reflexões teórico-política, por meio do cabedal geográfico acerca das lutas pelo direito à cidade, desencadeadas pela Rede de Movimentos Sociais "Nós da Sul" a qual operam sob a sua órbita movimentos de lutas por moradia, acesso à educação, democratização do acesso ao ensino superior, saúde, transportes, cultura e etc.

As linhas que seguem procuram abordar de forma integrada à conjuntura política nacional às lutas sociais nos bairros do Grajaú e Parelheiros, zona Sul de São Paulo, e as reflexões teóricas geográficas acerca do desenrolar dessas lutas, da conjuntura atual no país e da reflexão espacial acerca dos movimentos sociais.

O nosso ponto de partida é que todas as experiências sociais são resultantes de processos acumulativos e contraditórios e a realidade geográfica é a síntese espacial desses processos. Ao refletir sobre o campo dos movimentos sociais a compreensão que nos orienta é a de fenômenos socioespaciais, portanto geográfico, com motivações de classes, culturais, gênero, trabalho, territorial, direitos diversos que podem ou não estarem relacionados à motivação primeira, ou seja, a de classe social, mesmo quando protagonistas e analistas dos movimentos sociais não enxergarem tais relações.

Para nós que vemos de forma indissociável as relações estabelecidas no campo da produção social e do espaço da reprodução social, apesar de os espaços da produção e da reprodução serem distintos, tais relações entre eles são como uma amalgama que consolida uma estrutura social de classe e os espaços determinados a partir das relações desiguais estruturadas nessa relação social. Posto isso, as motivações constituintes do movimento social "Nós da Sul" estão grafadas nas rugosidades espaciais e temporais das lutas por direitos e resistências das classes populares brasileiras, expressas nas experiências de luta e resistência atuais, cujo acúmulo é oriundo desde as experiências de lutas sociais que fortaleceram a queda do regime autoritário e disputaram a constituição de 1988. São partes do curto e precário modelo de "estado de bem estar social brasileiro", demarcado no período da social democracia do governo de coalização em torno do Partido dos Trabalhadores,

[2] Bolsa CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior, por meio do Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD).

derrubada por meio de recente/permanente golpe de Estado no ano de 2016.

As Jornadas de Junho de 2013 e a emergência de novos sujeitos sociais no extremo Sul da cidade de São Paulo

A mobilização social desencadeada sob a liderança do Movimento Passe Livre (MPL) contra os aumentos abusivos das passagens dos transportes coletivos, iniciadas em São Paulo e em pouco tempo espalhadas por todo o país, caracterizadas como “as Jornadas de Junho de 2013”, representaram um novo espaço-tempo na conjuntura política nacional brasileira, intimamente associada à espacialidade, no território brasileiro, da crise atual do capitalismo financeiro iniciada no ano de 2008 a partir da crise do mercado imobiliário dos Estados Unidos da América (EUA).

As “Jornadas de Junho” também representaram o marco no que tange às novas fases e faces das lutas dos movimentos sociais urbanos que emergiram nesse processo territorializando-se no espaço/tempo da reprodução social por meio das potencialidades acumuladas em meio às ações espontâneas de ocupações urbanas para fins de moradias populares, diretamente associadas à luta pela vida em um cenário o qual já se fazia presente as consequências da atual crise econômica internacional no custo de vida dos trabalhadores por meio do aumento dos aluguéis e do custo de vida em geral.

E por fim, as “Jornadas de Junho” demarcaram a radicalização e a conflitualidade na sociedade brasileira no que se refere à disputa por projetos distintos de sociedade expressos na polarização das eleições gerais de 2014 e na unidade dos setores produtivos e midiáticos em torno do projeto de Estado mínimo. Tal unidade associada a equívocos na análise da conjuntura no interior do campo progressista, consolidou a ruptura da normalidade democrática no país por meio das próprias instituições cujas tarefas constitucionais são a de serem as guardiãs dessas normas, ou seja: o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal.

Esse emaranhado de eventos aponta para uma geografia política nova no Brasil e pretendemos compreendê-la sob as ações e perspectivas dos movimentos sociais que se articulam na esfera da rede de movimentos que compõe o movimento social de luta por moradia “Nós da Sul”.

O MPL é um movimento social autônomo, apartidário, horizontal e independente. Ele se organiza por um transporte público gratuito e fora da iniciativa privada para o conjunto da população. Apesar de ter surgido enquanto movimento em Janeiro de 2005, a campanha por passe livre existe desde 1999 na cidade de Florianópolis-SC, e o pioneirismo deste debate no Brasil foi a partir da proposta de tarifa zero na gestão municipal da cidade de São Paulo durante o governo Luiza Erundina, cujo secretário de transportes era o economista

Paulo Sandroni (MPL, 2013).

Amparada pela norma constitucional que orienta a progressividade dos impostos, a proposta da tarifa zero foi a de instituir uma alíquota progressiva na cobrança do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) levando em consideração a área do imóvel, a destinação do uso e a sua localização. A progressividade do imposto iria permitir um grande número de isentos e ao mesmo tempo taxaria os grandes proprietários urbanos o suficiente para custear o transporte público e gratuito para toda a população. Tratou-se de um esforço de se fazer justiça social por meio de uma política tributária amparada em norma constitucional.

Esse intuito foi bombardeado pelos meios de comunicação, na Câmara dos Vereadores e até mesmo por parcela significativa da população que seria beneficiada tanto pela isenção do IPTU como pela catraca livre no transporte coletivo, mas foi precursor das disputas por uma vida “sem catracas” inserida na sociedade brasileira, que emergiu com força em Maio de 2013 quando vários prefeitos de capitais e cidades médias aumentaram os preços dos transportes públicos no momento em que as consequências da crise mundial já afetavam o custo de vida da classe trabalhadora brasileira, principalmente o estrato mais sofrido dessa classe social.

O fato de que a principal referência de governo municipal do campo progressista não ter se disposto a dialogar com o MPL e a compreender que a agenda do aumento das tarifas era inviável para os tempos que se anunciavam no que tange à questão econômica do/no país, alimentou também as bases estruturais da crise e ruptura institucional que estamos experimentando na atualidade. Trata-se, pois, da inabilidade para o diálogo expressada, naquele momento, pelo então prefeito da capital paulista, Fernando Haddad[3].

É fato ter havido um momento em que o MPL perdeu o comando das manifestações exatamente quando os meios de comunicação convencionais e coorporativos passaram a disputá-la por meio da mudança radical das suas pautas e edições de seus jornais, as quais negavam na forma e no conteúdo as edições anteriores ao massacre do dia 13 de Junho de 2013 na cidade de São Paulo, protagonizado pela tropa de choque da polícia militar. A mudança se deu por causa da comoção da opinião pública frente a desproporcional violência utilizada pelo aparelho de Estado contra uma população hegemonicamente jovem e cuja pauta coberta de legitimidade a qual abrangia os interesses de toda a população metropolitana.

No entanto, as manifestações posteriores ao a do dia 13 de Junho foram marcadas por uma heterogeneidade cada vez maior, ao ponto de o MPL perder o comando do movimento e não ter sido capaz de manter a condução política que até aquele momento

[3] O então prefeito pactuou com o governador do estado para não negociarem a revogação da tarifa. Só negociaram depois da comoção nacional frente ao massacre contra a manifestação convocada pelo MPL no dia 13/06/2013. Diante a comoção nacional, Prefeito da capital e Governador do estado anunciaram no Palácio dos Bandeirantes a revogação dos aumentos das tarifas de ônibus metrô e trem.

havia sido muito bem encaminhada, ao ponto de emergirem nessas manifestações práticas de intolerâncias acerca das representações simbólicas de partidos e alegorias progressistas e de esquerda[4]. Naquele momento se conquistou uma vitória pontual no que tange ao fator mobilizador das manifestações, a saber, a resistência aos aumentos das tarifas, mas se alimentou uma derrota política a partir do fortalecimento de grupos conservadores que se fizeram cada vez mais protagonistas até a derrubada da presidenta da república e ao apoio autoritário (por ser por meio da violência) às medidas do atual governo sobre a reforma do ensino médio e o congelamento dos investimentos públicos por 20 anos em áreas essenciais para o desenvolvimento do país.

Ao sair do cenário nacional após as “Jornadas de Junho”, o MPL, por meio de muitos dos seus sujeitos que já se articulavam em diversas frentes que constituem diferenciados movimentos sociais com pautas plurais fundamentais e que dialogam entre si quando se pensa na perspectiva do direito à cidade, deslocaram as lutas para os espaços sociais da reprodução da vida cotidiana, as quais são expressas no território das contradições produzidas nos espaços da produção por meio da divisão social do trabalho, pois, o lugar ocupado nas divisões sociais e territoriais do trabalho determinam os lugares das classes sociais na cidade e no campo, a intensidade da polarização da região no país e o protagonismo do país na sua relação com a região e com o mundo (SANTOS, 2002, p. 111).

Nesse sentido, a ação dos atores e sujeitos do movimento “Nós da Sul” no extremo Sul da cidade de São Paulo é contra um fenômeno estrutural secular da geografia e da história do país que se constituiu por meio de uma estrutura fundiária concentradora formada no campo e que avançou para as cidades com a dinâmica da urbanização, mas sem alterar tal relação no campo e transferindo muita dessas relações inalteradas do campo para a cidade, principalmente no que tange à posse da terra e os seus usos. Tal estrutura teve como elementos estruturantes o trabalho escravo e a monocultura visando o mercado externo (a qual ainda prevalece nos dias atuais). As expressões atuais da experiência colonial escravocrata do Brasil são a geografia da insegurança alimentar no país e a baixa remuneração da maior parte dos trabalhadores, o subemprego/trabalho precário e os inempregáveis.

Nós da Sul, resultado e expressão de múltiplos movimentos e demandas sociais.

O Movimento “Nós da Sul” é parte de um processo recente da luta por direitos na

[4] O autor deste artigo esteve protagonista na condição de ator social desse processo e tem alimentado oralmente essa tese desde aquele momento.

cidade de São Paulo por ter surgido enquanto movimento na esteira das Jornadas de Junho de 2013. Por outro lado também é parte de acúmulos de lutas e resistências que marcaram a história do Brasil desde o primórdio colonial, pois têm como pauta demandas historicamente negadas pela hegemonia de classe brasileira. Ele é composto por uma rede de movimentos sociais de luta por direitos que atuam no Distrito do Grajaú, extremo Sul da cidade de São Paulo, e também a compõe em relação dialética e dialógica, pois é comum encontrarmos militantes e ativistas que atuam em diversos movimentos e o dialogo entre os movimentos a partir da mobilidade dos atores articulam os movimentos em rede cuja característica não é apenas a circulação das pautas, ideias e estratégias, mas também o papel ativo de vários atores atuando em praticamente todos os movimentos. Essa é uma das características dos movimentos sociais atuais que se firmaram como expressões de continuidades de experiências pretéritas das lutas sociais no Brasil (SADER, 1988, p. 44).

De acordo com Sobreiro (2013, p.12) as redes não são apenas resultados da materialidade ou da imaterialidade, mas fundamentalmente, parte de relações histórica-geográfica constantes e indissociáveis, impregnadas de conflitualidades e intencionalidades, contradições e se consolida de modo mais eficaz na medida em que os lugares, sujeitos, atores e movimentos sociais acumulam mais e melhores informações fundamentais para realizarem as suas agendas.

Os movimentos sociais que operam as lutas por direitos no Distrito do Grajaú e que orbitam em torno da Rede de Movimentos que compõem o Movimento “Nós da Sul”, alimentam e por ele são alimentados são fundamentalmente três e estão intimamente relacionados: 1- A “Rede Emancipa de Cursinhos Populares” e a ascensão do movimento secundarista contra a reorganização das escolas e por investigação no caso da corrupção nos contratos da merenda escolar; 2 – As ocupações “Plínio Resiste” e “Novo Recanto”; 3 – A luta por mobilidade urbana ascendida com as chamadas jornadas de Julho de 2013 e que na região do Grajaú se estendeu em diversas ocupações espontâneas de áreas urbanas objeto da especulação imobiliária, e, na ocupação dos espaços de representações em Conselhos de saúde, escola e tutelar.

A Rede Emancipa de Cursinhos Populares começou a se organizar no extremo Sul da cidade de São Paulo quando professores e militantes ligados à Rede e ao Partido Socialismo e Liberdade[5] (PSOL) organizaram o Cursinho Wladimir Hezorg na Escola Estadual Professor Carlos Ayres, ao lado do terminal Grajaú, na Avenida Belmira Marin, no ano de 2012. A prática dos Cursinhos Populares é a de concentrar as suas atividades de formação apenas em um dia do final de semana, quando se aborda as disciplinas exigidas no exame vestibular e se faz debates sobre as exclusões sociais e suas determinações, tal

[5] Esses militantes do PSOL se articulam no interior do partido por meio da tendência “Movimento Esquerda Socialista” (MES) e do movimento de juventude “Juntos”.

como o exame vestibular, considerado um freio para as classes menos favorecidas no acesso a esse nível de ensino em função da falta de vagas, estruturas e investimentos no ensino público superior.

Os estudantes são majoritariamente jovens trabalhadores e em busca de trabalho, mas também trabalhadores de todas as idades e possuem apenas os finais de semana para se dedicarem a essa atividade de formação que tem como método o desvelamento das experiências de privações vividas no cotidiano do bairro, na mobilidade para o trabalho, na precariedade da moradia e nos preços acintosos dos aluguéis.

Nesse processo de perceber na vida cotidiana aplicações e compreensões das disciplinas escolares, muitos se descobrem classes sociais ao perceberem as determinantes das suas experiências cotidianas de exclusão e compreenderem que suas realidades podem mudar por meio de ações coletivas visando conquistar interesses coletivos de classe (THOMPSON, 1987, p.10). Dessa forma o movimento elabora e reelabora cotidianamente a sua pedagogia de formação de atores e sujeitos sociais para ações coletivas de praticas educativas e de conquistas de direitos sociais.

Foi nesse contexto que alimentados pelo clima de indignação das Jornadas de Junho de 2013 que insurgem com força na região do Grajaú uma série de ocupações espontâneas para fins de moradia, frente aos exorbitantes preços dos aluguéis. Diante desse fenômeno regional no espaço urbano da cidade, resultado de uma conjuntura específica de luta por transportes e que gerou revoltas em inúmeros espaços periféricos no urbano em São Paulo (HARVEY, 2013), os ativistas da Rede Emancipa se lançaram ao diálogo com aqueles novos sujeitos a fim de expressarem solidariedade e contribuírem na organização da luta e articular ações coletivas de luta e resistência em defesa de melhores condições de vida na região do Grajaú, pois ao organizar um movimento de educação em bairros de periferia acaba-se catalisando outras demandas do campo dos direitos sociais a serem conquistadas, como já apontado em (CASTRO, 2011).

A ideia de afirmar o extremo Sul da cidade de São Paulo como nome do movimento, nas bandeiras e cartazes foi uma forma de afirmar-se enquanto organização territorial numa região historicamente esquecida no que tange às estruturas urbanas de uso público e que articula lutas que tem como pautas a conquista do território em uma região que concentra os mananciais que abastecem parte significativa da região metropolitana de São Paulo e outras imensas áreas desocupadas acumulando valor por meio da prática da especulação imobiliária. Assim, a luta por moradia, mas também por estruturas do/no espaço geográfico como saúde, educação, transportes, lazer e etc, articulou em rede movimentos e ativismos de lutas por direitos diversos e que não se limitam apenas a posse do território para fim de moradia, mas também pelo direito ao uso das estruturas do espaço geográfico, o que implica em saúde, educação, transporte, lazer de qualidades.

É por isso que compreendemos esses movimentos sociais como movimento socioterritorial e ao mesmo tempo socioespacial, conceitos chaves para pensar ações dos movimentos sociais no/por espaços e os próprios movimentos sociais como categorias espaciais, pois em nossa concepção são movimentos socioterritoriais aqueles movimentos que lutam por dimensões do espaço geográfico enquanto alternativa última de luta pelo espaço da vida (FERNANDES, 2005). Os movimentos socioespaciais são aqueles que lutam pelas estruturas do espaço geográfico que permitam o acesso às condições de reprodução da vida com a qualidade mínima que nos preparam para a própria reprodução do ser social para o mundo do trabalho. Os movimentos socioespaciais são territoriais quando suas origens e as ações pelas estruturas do espaço geográfico estão territorializadas em parte específica da cidade, apesar de que a espacialidade dessas demandas e lutas encampadas possa ultrapassar a todas as escalas geográficas.

Em suas trajetórias de lutas e resistências os movimentos sociais desencadeiam processos geográficos de espacialização e territorialização. O primeiro, de acordo com Fernandes (2000) implica na exposição do movimento e de suas pautas e se realiza quando o movimento externaliza para a sociedade a sua existência por meio de suas mobilizações de rua, da exibição de sua bandeira, camisetas ou cartazes, quando paralisa uma via pública ou ocupa prédios da administração pública, sempre objetivando evidenciar os seus movimentos e ações de modo a pressionar os poderes constituídos a realizarem a pauta do Movimento. O segundo implica no sentido geográfico dos movimentos no que tange às suas pautas e relações com o território. Há movimentos territoriais que não tem como pauta o território por lutar apenas por estruturas locais do espaço geográfico, mas estão fincados em um território que lhe deu sentido e identidade. É o caso da Rede Emancipa que se territorializa nas escolas públicas da periferia e catalisa uma série de lutas locais que nem sempre estão relacionadas à conquista de um território, como também é o caso dos movimentos de cultura em suas mais variadas nuances, centralizados nos Pontos de Culturas e Espaços Culturais territorializados em lugares diversos das periferias das cidades brasileiras.

A simples relação com o território não faz de um movimento socioterritorial, mas fundamentalmente as pautas que lhes dão sentindo. O movimento se territorializa quando conquista o que é o sentido da sua existência enquanto movimento, ou seja, o território em disputa. Quando perde este território ele é desterritorializado e ao conquistar outro território, ocorre a reterritorialização. Essas múltiplas dimensões espaciais inerentes aos movimentos implicam nas espacialidades dos movimentos sociais.

No entanto há outros movimentos territoriais que afirmam a especificidade de um território, lutam tanto pelo território como por estruturas do espaço geográfico e são territoriais por estarem fincados no território e nele nutrirem uma relação de identidade

socioterritoriais e socioespaciais, tal como o movimento “Nós da Sul”, pois ao lutar pela conquista da moradia, luta pela posse do território e ao mesmo tempo pelas estruturas do espaço geográfico no âmbito do espaço urbano. Lutam pelo direito à vida urbana, concebido como o espectro da liberdade da cidade que extrapola o direito fundamental de uso ao que já existe. Para Harvey (2013. p. 28), “[...] é o direito de mudar a cidade mais de acordo com o desejo de nossos corações”.

Articulando-se por meio do Cursinho Vladimir Herzog da Rede Emancipa de Cursinhos Populares, acolhido na escola estadual Carlos Ayres, ao lado do terminal Grajaú, alguns atores sociais desempenharam papeis fundamentais no diálogo com aquelas ocupações massivas e explosivas que surgiram na esteira das Jornadas de Junho e perceberam logo de início que aquelas ocupações não tinham a intensão do diálogo, da disputa com o poder público e nem a percepção da necessidade de se construir tal processo para a conquista do território e a organização do espaço de modo que favorecesse aos interesses dos que vivem na periferia.

A entrevista com o professor de história da prefeitura municipal de São Paulo, ativista dos movimentos populares, fundador da Rede Emancipa de Cursinhos Populares, do Movimento “Nós da Sul” e coordenador das ocupações “Plínio Resiste” e “Novo Recanto”, revela a multiplicidade de movimentos sociais que atuam e se organizam juntos e em torno de várias pautas da periferia, como as lutas por moradia, acesso ao ensino superior por meio da organização de cursinhos populares, transportes através do movimento “Passe Livre”, saúde, contra o fechamento do Hospital Grajaú, além da organização para a ocupação de espaços institucionais como o Conselho Tutelar, Conselhos de saúde e das escolas ondem os filhos estudam.

De acordo com o professor Bruno Magalhães, um dos fundadores da Rede Emancipa e do movimento “Nós da Sul”, eles, protagonistas das ocupações explosivas que emergiram na esteira das Jornadas de Junho, defendiam a perspectiva da abertura de zonas “livres” nas próprias ocupações enquanto a “[...] nossa ideia era que a ocupação era uma ferramenta prática, mas também simbólica para buscar um enfrentamento com o Estado para que o Estado cumprisse suas tarefas básicas, né[6]?”. Segundo o professor, “[...] aquelas ocupações espontâneas tinham como pauta única a conquista da moradia seja por meio da moradia popular digna, seja ela por ocupação desordenada de qualquer área. A gente conseguiu qualificar esse debate para fazer uma discussão mais ampla em relação à cidade[7]”.

Fica claro no depoimento acima a intencionalidade dos sujeitos sociais. De um lado e de forma espontânea e desarticulada procurou-se a qualquer custo resolver uma questão

[6] Entrevista concedida ao autor em 14/04/2016.
[7] *Ibdem*.

imediata que é a da moradia e que frequentemente, tal forma de resolução, direciona-se a processos de expansão urbana que já conhecemos e que são comuns nas cidades brasileiras. De outro lado, uma ação mais qualificada que objetivava intervir no território como um todo, propondo iniciativas que de fato poderiam mudar a realidade imediata das pessoas por meio de uma intencionalidade que representa a opção histórica assumida por sujeitos coletivos e que determina o caminho e a defesa de suas ações políticas e modelo de desenvolvimento que mais se aproxima da equidade, pois se trata da opção pela classe social que vive da venda do próprio trabalho (SEARLE, 2002).

No nosso modo de ver é esta dimensão territorial da ação dos movimentos sociais, seja no que tange a ação pela posse do território como condição essencial de vida para o indivíduo, seja a ação pelas estruturas do espaço para a sua reprodução, que vão contribuir para que a luta pelos significados do direito à cidade se consolidem em uma sociedade cuja herança escravista e colonial encontram-se tão presente e que faz atual os dizeres de Joaquim Nabuco nos meados do Século XIX e resgatado por Luiz Felipe de Alencastro (2001): “[...] não basta acabar com a escravidão, é preciso destruir a sua obra”.

O direito à cidade no discurso e na prática dos movimentos sociais

Apesar de o direito à cidade estar historicamente presente na pauta de lutas e resistências nas geografias e histórias das classes trabalhadoras do Brasil, o momento atual se diferencia dos anteriores no sentido de que as lutas por direitos têm se constituído de forma a aglutinar o conjunto das demandas sociais que ao serem realizadas constituiriam o direito à cidade, que na acepção de Henri Lefèbvre (2001, p. 143) trata-se de direitos que

> [...] Mudariam a realidade se entrassem para a prática social: direito ao trabalho, à instrução, à educação, à saúde, à habitação, aos lazeres, à vida. Entre esses direitos em formação figura o direito à cidade (não à cidade arcaica mas à vida urbana, à centralidade renovada, aos locais de encontro e trocas, aos ritmos de vida e emprego do tempo que permitem o uso pleno e inteiro desses momentos e locais, etc.). A proclamação e a realização da vida urbana como o reino do uso (da troca e do encontro separado do valor de troca) exigem o domínio do econômico (do valor de troca, do mercado e da mercadoria) e por conseguinte se inscrevem nas perspectivas da revolução sob a hegemonia da classe operária”.

Nesse sentido Lefèbvre situa o direito à cidade como forma superior dos direitos e aponta como caminho para atingi-los a revolução sob a hegemonia da classe operária que por meio da revolução urbana constituir-se-á uma nova vida urbana cuja centralidade deverá ser a do domínio do valor de uso ao contrário do domínio atual do econômico caracterizado pela hegemonia do valor de troca. Mas qual é a classe operária que Lefèbvre situa como

agente da revolução nas décadas de 1960 e 1970 e quais são as continuidades e descontinuidades comparadas à classe que hoje vive do trabalho e as semelhanças com a que Marx no século XIX apontou pela primeira vez na história da crítica ao capitalismo como agente de uma revolução socialista?

No que se refere aos espaços da produção o operário protagonista da conquista do direito à cidade de Lefèbvre mais se aproxima da classe trabalhadora que estimulou a Marx e Engels na crítica ao capitalismo no século XIX, fundamentalmente por ainda estarem hegemonicamente presentes no chão da fábrica e próximos à organização taylorista e fordista do trabalho. Mesmo diante das diferentes condições de trabalho e qualidade de vida que separam as gerações em que viveram Marx e Lefèbvre, no que tange às condições de trabalho, salubridade e qualidade de vida, a classe trabalhadora do tempo pensado pelo intelectual francês em tela aproxima-se mais ao espaço-tempo atual, principalmente quando se tratam das sociedades que degustaram as modernidades do avanço dos meios técnicos na produção e as experiências do welfare states, produzidas pelo capitalismo de Estado keynesiano, que se fez hegemônico no centro do capitalismo no pós-Segunda Guerra até a emergência da ordem neoliberal.

Faltou, entretanto, deixar claro o porquê o operário agente do direito à cidade se difere da classe trabalhadora que lhe é mais próxima temporalmente. Ora, fundamentalmente porque é no momento contemporâneo desse pensamento que se efetiva na prática mudança radical na estrutura produtiva que em pouco tempo vai enterrar as formas de produção que alimentaram as duas primeiras revoluções industriais e produzir uma nova classe operária ou uma nova classe trabalhadora que corre o risco de retornar a níveis de exploração semelhantes ao da primeira revolução industrial, sem nenhum direito trabalhista que nos proteja (FORRESTER, 1997).

Além desse retrocesso de direitos que aponta para a precarização do trabalho ao nível das experiências da classe trabalhadora inglesa no início do século XIX, narrada por Friedrich Engels em “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra”, o aumento do mercado industrial de reserva e dos chamados inempregáveis. As denúncias desses tempos duros para a atual classe trabalhadora já havia sido feita por Viviane Forrester em seu “O horror econômico”, quando nos alertou que a financeirização, atual fase do capitalismo, tem como tendência transformar aqueles que durante dois séculos produziram mercadorias descartáveis para alimentar o sistema, hoje se figura entre as mercadorias descartáveis por não mais serem essenciais no processo de reprodução do capital (*Ibdem*).

Essa realidade socioeconômica agindo sobre uma sociedade como a brasileira cujas experiências de estado de bem estar social figura como esboço da experiência do ocidente europeu, seja no que se refere ao tempo/permanência (2003-2016), como a extensão e a qualidade dos direitos, produz decerto focos de convulsão e resistência sociais

que podem se constituírem movimentos sociais de luta e resistência em uma conjuntura a qual os instrumentos tradicionais de organização das classes trabalhadores das fases anteriores de acumulação do modo de produção capitalista, como os sindicatos, não mais operam com a eficaz e confiança de classe de outrora. Dessa forma, ao que nos parece, não tem partido das agências de representação do trabalho as ações de defesa do trabalho e emprego no Brasil atual e sim dos movimentos sociais por moradia, reforma agrária e outras pautas que compõem o direito à cidade, sob as lideranças do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

A primeira ocupação do movimento “Nós da Sul”, denominada de “Plínio de Arruda Sampaio”, justa homenagem ao então militante progressista e posteriormente de esquerda, que atuou no cenário político brasileiro desde a década de 1950. Essa ocupação ocorreu em 26 de Julho de 2014, na Rua Agenor Klaussner, 190, Jardim Cocaia, Distrito do Grajaú e é considerada uma das expressões territoriais do movimento por direitos “Nós da Sul”. Inicialmente com 200 famílias para manter o controle da ocupação, essa comunidade teve a tarefa de pautar as regras da ocupação e do movimento, pois em uma ocupação urbana na periferia é inevitável ter de lidar com uma série de fatores que são próprios da dinâmica da periferia como: o crime organizado, a polícia, as seguranças privadas, as igrejas, os proprietários, enfim, toda a gama de setores organizados da sociedade que existe e operam na periferia.

De acordo com o professor Bruno Magalhães[8], fazer uma ocupação com poucas famílias foi uma estratégia para manter o controle e o diálogo com o poder público, até por estarem inseridos na região do Grajaú e Parelheiros que são áreas de mananciais que formam boa parte da hidrografia da cidade e se faz necessário exercer sempre essa relação com a questão ambiental.

Em 14 de Julho de 2015 a “Plínio de Arruda Sampaio” foi desterritorializada por meio do cumprimento de reintegração de posse e no dia 25 do mesmo mês, o movimento ocupou uma área de 30.000 metros quadrados, na Rua Luiz Rotta, 28, na Vila São José, região da Capela do Socorro, Distrito do Grajaú, constituindo a ocupação “Plínio Resiste”.

No Plano Diretor da cidade de São Paulo, o espaço em que se territorializou o “Nós da Sul” por meio da ocupação Plínio Resiste, trata-se de uma área de ZEIS (Zona Especial de Interesse Social) e com Declaração de Utilidade Pública (DUP) de 2014 para fins de moradia popular para populações que habitam áreas de riscos. Essa ocupação chegou a ter 300 famílias morando e possuía um cadastro com 687 famílias. Em 29 de Março de 2016, sofreu despejo em função do mandado de reintegração de posse em cumprimento a ação judicial.

[8] Entrevista concedida ao autor em 14/04/2016.

Até o momento em que se efetivou o despejo havia avançado processo de negociação com a Secretaria de Habitação do Município de São Paulo (SEHAB), com o objetivo de compra do terreno para fins de moradia popular no Programa “Minha Casa, Minha Vida Entidades”, do governo federal. Tal intencionalidade foi externada em reuniões na SEHAB nos dias 23/02/2016, 01/03/2016 e em 22/03/2016. Ficou acordado que na área ocupada seriam disponibilizadas 300 unidades do programa “Minha Casa Minha Vida Entidades” para a ocupação “Plínio Resiste” do movimento “Nós da Sul”.

No entanto, os ventos da conjuntura política nacional não foram favoráveis aos movimentos sociais, particularmente aos que lutam por moradias. Foi ao programa “Minha Casa, Minha Vida” a primeira agressão das ações do então governo provisório que tem atacado todas as políticas sociais que visam minimizar as desigualdades sociais no Brasil. Em 19 de Maio de 2016, o ainda provisório governo Temer abandonou a meta de 2 milhões de moradias no “Minha Casa, Minha Vida” até o final de 2018, e mais recentemente, eliminou as faixas 1 e 2 do programa, que atendiam famílias com rendas mensais respectivamente de até 1.800 reais e até 3.600 reais.

Após a reintegração de posse os moradores da ocupação “PlínioResiste” foram acolhidos, solidariamente, pelos moradores da ocupação “Novo Recanto”, em Parelheiros, que também se organizam em torno do movimento “Nós da Sul”. Na madrugada do dia 14 de Maio de 2016, o movimento ocupou uma área de 69.000 metros quadrados, no Distrito do Grajaú, dando origem à ocupação “Democracia Real”. No entanto, no mesmo dia foram desterritorializados pela polícia militar fortemente armada, sem mandado judicial e expressando nas ações de violências contra os pobres e o movimento popular, o significado autoritário da conjuntura política que a sociedade brasileira tem experimentado com o golpe institucional promovido por grupos que constituem a hegemonia política e cultural que comanda o Estado brasileiro. No dia 19 de Outubro de 2016 foi a vez da ocupação Novo Recanto, em Parelheiros, de ser desterritorializada por meio de mandado de reintegração de posse cumprido sob forte aparato repressivo policial.

Considerações Finais

De acordo com Lefèbvre (1999), a conquista do direito à cidade por meio da mudança da vida urbana somente é possível através da mobilização social e das lutas políticas e sociais que não podem estar pautadas simplesmente nos desejos e direitos individuais, e, nas palavras de Harvey (HARVEY, 2013, p. 32), “demanda esforço coletivo e a formação de direitos políticos coletivos ao redor de solidariedades sociais”.

Nesse sentido, o direito à cidade, para nós, não se configura somente como um

direito condicional a algo que já existe, mas no desafio e no direito autônomo de fazer a cidade diferente, de produzi-la de acordo com as nossas necessidades coletivas por meio da perspectiva de que o mundo e as cidades podem, tal como uma obra de arte, ser reimaginados e refeitas. Nessa perspectiva o direito à cidade se configura, para nós, como a expectativa, o plano, a utopia cotidiana do desejo revolucionário de imaginar e transformar o mundo em um território que acolha a todos os desejos sem inibir a nenhum deles.

Compreender as formas, a produção e a reprodução das lutas no e pelo o espaço urbano de segmentos da classe trabalhadora de modo concomitante aos processos de produção e reprodução do espaço urbano implica no cuidado de se fazer uma leitura da dinâmica da cidade onde esteja explícito os papeis dos principais agentes produtores do espaço urbano os quais, na cidade capitalista, majoritariamente estão a serviço da reprodução ampliada do capital, seja por meio dos seus mecanismos de extração da mais valia nos processos de produção, como nos processos de espoliação que se concretizam nos espaços de reprodução da força de trabalho (CARLOS, 2008).

Isso se realiza através dos altos preços dos aluguéis na medida em que avança a expansão urbana, e dos precários serviços de infraestruturas, cuja ausência se explicita nos bairros mais pobres e distantes das áreas centrais e deixa ainda mais vulnerável a classe que vive do trabalho e mora na periferia por ser economicamente pobre e fica mais empobrecida com os precários serviços de infraestruturas ou a ausência total de infraestrutura (SANTOS, 2002).

Modalidade recente de espoliação é a financeirização do capitalismo que opera ganhos fabulosos sem reintroduzir investimentos na produção e apenas organiza os lucros no mercado financeiro, quase sempre em títulos duvidosos, capazes de produzir e reproduzir o que Viviane Forrester chamou de “O Horror Econômico” em proporções muito mais dramáticas no que tange à profundidade e escala do desastre que há duas décadas experimentamos no Brasil com o primeiro ajuste neoliberal cuja cartilha foi ditada pelo Consenso de Washington.

A financeirização acentua a espoliação em caráter global na medida em que, ao contrário das fases anteriores de acumulação capitalista, opera por exclusão, porque a concentração da riqueza privada se dá por meio dos “cassinos” financeiros e do desenvolvimento tecnológico e dispensam o trabalho e o consumo de massas, ao contrário das fases anteriores da acumulação capitalista quando o trabalho e o consumo de massas eram essenciais no processo de produção. Mas também influi em outros setores chaves da reprodução da classe trabalhadora, como financiamentos de saúde e educação privadas, e fundamentalmente, no de imóveis, setor/causa e origem dos capitais fictícios que deram forma a crise atual do capitalismo contemporâneo que espoliou milhões de trabalhadores em todo o mundo (HARVEY, 2011).

Nesse sentido, Forrester nos provoca a refletir acerca da hipótese da barbárie ou de uma revolução que nos leve a uma forma de organização social que valorize a vida, a felicidade e os desejos das pessoas, quando demonstra que pela primeira vez, a massa humana não é mais necessária materialmente, e menos ainda economicamente, para o pequeno número que detém os poderes.

É neste contexto que novas experiências de organizações de lutas por direitos sociais e representações políticas nas estruturas do Estado em escalas locais têm surgido e atualmente resistido o avanço conservador que paira sobre a sociedade brasileira. Trata-se de novas estratégias para velhas pautas que se realizadas nos aproximarão da utopia do direito à cidade e os movimentos sociais que compõem a Rede de Movimentos Sociais Nós da Sul são sujeitos desse processo.

Bibliografia

ALENCASTRO, L. F. Um estadista do império. In: MOTA, L. D. (Org.). **Introdução ao Brasil.** Um banquete no trópico. 1;– 3ª edição. São Paulo: Editora SENAC, 2001, p. 115-131.

CARLOS, A. F. A. **A (Re)Produção do espaço Urbano**. 1. Ed. 1. Reimpressão. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008, 270p.

CASTRO, C. A. **Movimento socioespacial de cursinhos alternativos e populares:** a luta pelo acesso à universidade no contexto do direito à cidade. (2011). Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências da UNICAMP, Campinas.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**, Presidente Prudente, n. 6 – Janeiro/Junho de 2005.

_____. Movimento social como categoria geográfica. **Terra Livre**, São Paulo: n. 15, 2000, p. 59-85.

FORRESTER, V. **O horror econômico.** São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997, 154p.

HARVEY, D. **O enigma da capital e as crises do capitalismo.** São Paulo: Boitempo, 2011, 235p.

LEFÈBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999, 178p.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Editora Centauro, 2001, 145p.

MARICATO, E; et al. **Cidades Rebeldes:** Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013, 112p.

SADER, E. **Quando novos personagens entram em cena:** experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. - São Paulo: Paz e Terra, 1988, 327p.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002,169p.

SEARLE, John R. **Intencionalidade**. 2ª. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

SOBREIRO FILHO, J. **Os movimentos nas redes e em redes:** das manifestações internacionais ao movimento Prudente. 2013. Monografia (Bacharelado em Geografia). Universidade Estadual Paulista (Unesp), Presidente Prudente.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa**: a árvore da liberdade: Rio de Janeiro, 1987, 204p.

Sobre os autores

Cloves Alexandre de Castro – Graduação e Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp); Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); Pós-doutorado em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP); Docente do Instituto Federal Catarinense, campus de Blumenau. **OrcID** – http://orcid.org/0000-0001-5383-6563

Como citar este artigo

CASTRO, Cloves Alexandre. Geografias das lutas por direitos no distrito do Grajaú-SP: o caso do movimento social “Nós da Sul”. **Revista NERA**, v. 22, n. 49, p. 15-30, 2019.

Recebido para publicação em 19 de setembro de 2018.
Aceito para a publicação em 14 de novembro de 2018

“A escola é nossa!”: territorialidades do movimento estudantil nas ocupações das escolas de Londrina (PR) em 2016

Rei Kuboyama
Universidade Estadual de Londrina (UEL) – Londrina, Paraná Brasil.
e-mail: reikbym@gmail.com

Fábio César Alves da Cunha
Universidade Estadual de Londrina (UEL) – Londrina, Paraná Brasil.
e-mail: fabioalvescunha@gmai

Resumo

Este trabalho é resultado de uma pesquisa sobre o movimento das ocupações escolares de Londrina em 2016, realizada por uma perspectiva geográfica, relacionando-as com os conceitos de território e territorialidade. O fenômeno nacional da ocupação se destacou pelo poder autônomo dos estudantes secundaristas e pelas manifestações das relações de poder na organização espacial das escolas ocupadas, a qual foi apropriada e dominada em curto prazo. Considerando os secundaristas produtores de territorialidades nas ocupações, parte-se do pressuposto de que as relações de poder exercidas nesses espaços desdobraram em conflitos de interesses, na refuncionalização e na ressignificação da escola nesse contexto. A pesquisa teve como objetivos caracterizar a organização espacial do movimento das ocupações e investigar as mudanças na relação estudante-escola, assim como as mudanças temporárias ocorridas no espaço escolar durante as ocupações. Foram realizadas pesquisa bibliográfica, identificação e mapeamento dos colégios ocupados em Londrina, entrevistas coletivas com secundaristas que participaram das ocupações nos colégios estaduais Albino Sanches Feijó, Aplicação, Willie Davids e Hugo Simas e observação de eventuais mudanças nos espaços ocupados.

Palavras-chave: Território; ocupações; escolas; movimento estudantil; secundaristas.

“The school is ours!”: territorialities of the students movement in the occupations of schools at Londrina (PR) in 2016

Abstract

This paper is the result of a research on the movement of school occupations in Londrina in 2016, carried out from a geographical perspective, relating them to the concepts of territory and territoriality. The national occupation phenomenon was highlighted by the autonomous power of the high school students and the manifestations of power relations in the spatial organization of the occupied schools, which was appropriated and dominated in the short term. Considering the students as producers of territorialities during the occupations, it is assumed that the power relations exercised in these spaces unfolded into conflicts of interests, re-functionalization, and re-signification of the school, which also could have its space modified. The objective of the research was to characterize the spatial organization of the occupation movement and investigate whether there were temporary or permanent changes in both the student-school relationship and in the school space, and, if so, which were they. Bibliographic research, identification and mapping of schools in Londrina, collective interviews with high school students who participated in the occupations in the state high schools Albino Sanches Feijó, Application, Willie Davids and Hugo Simas, and observation of possible changes in occupied spaces were undertaken.

Key-words: Territory; occupation; schools; student movement; high school students.

"¡La escuela es nuestra!": territorialidades del movimiento estudiantil en las ocupaciones de las escuelas de Londrina (PR) en 2016

Resumen

Este trabajo es el resultado de una investigación científica sobre el movimiento de las ocupaciones escolares de Londrina en 2016, realizado a través de una perspectiva geográfica, relacionándolas con los conceptos de territorio y territorialidad. El fenómeno nacional de la ocupación se destacó por el poder autónomo de los estudiantes de secundario y por las manifestaciones de las relaciones de poder en la organización espacial de las escuelas ocupadas, la cual fue apropiada y dominada a corto plazo. Considerando a los estudiantes de secundario productores de territorialidades en las ocupaciones, se parte de la presuposición de que las relaciones de poder ejercidas en esos espacios se desarrollaron en conflictos de intereses, en la refuncionalización y en la resignificación de la escuela en ese contexto. La investigación tuvo como objetivos caracterizar la organización espacial del movimiento de las ocupaciones e investigar los cambios en la relación entre estudiante y escuela, como también los cambios temporarios ocurridos en el espacio escolar durante las ocupaciones. Fueron realizadas: investigación bibliográfica; identificación y mapeo de los colegios ocupados en Londrina; entrevistas colectivas con estudiantes de secundario que participaron de las ocupaciones en los colegios provinciales Albino Sanches Feijó, Aplicação, Willie Davids y Hugo Simas; y observación de eventuales cambios en los espacios ocupados.

Descriptores: Territorio; ocupaciones; escuelas; movimiento estudantil; estudiantes de secundario.

Introdução

No ano de 2016, houve um avanço acelerado de medidas e reformas nacionais de cunho liberal, tramitadas rapidamente no Congresso, como a PEC 55, a Reforma Trabalhista, a Reforma da Previdência e a MP 746/2016, também conhecida como Reforma do Ensino Médio. Justificadas como necessárias para o desenvolvimento econômico e social, essas medidas atingiram diretamente os interesses e conquistas da classe trabalhadora e estudantil e foram arbitradas sem que elas fossem consultadas apropriadamente ou convidadas para debatê-las. Um grande número de pessoas, com destaque para os jovens, expressou seu descontentamento em relação a essas propostas e logo a sua resistência se colocou na forma de protestos, paralisações e greves, organizados pelos sindicatos e movimentos de massa, expressando uma voz contra a aprovação de tais medidas e da maneira como foram elaboradas e apresentadas para a sociedade, a fim de reivindicar ou tentar assegurar seus direitos.

A ideia principal deste trabalho é inspirada e dedicada à mobilização do Movimento Estudantil Secundarista (MES), articulada por jovens de 14 a 17 anos, que demonstraram

sua força entre outubro de 2015 e novembro de 2016, quando organizaram protestos nas ruas e ocuparam mais de mil escolas em todo país. Essa última se constituiu uma tática ousada e inovadora de luta e contestação de medidas governamentais tecnocráticas que não levaram em consideração a participação dos estudantes em uma discussão antes de serem apresentadas. Em geral os estudantes defenderam seus direitos, exigiram uma educação pública de qualidade e efetiva participação democrática nas políticas educacionais e na gestão escolar. Além disso, negaram a heteronomia e o autoritarismo que fundamentaram as medidas em pauta.

Buscando entender melhor a atuação do MES e seu impacto, o cerne deste trabalho é fazer um estudo geográfico das ocupações no município de Londrina em 2016, relacionando-as com os conceitos de território e territorialidade. Para contextualizar o leitor sobre esse recorte espacial, Londrina é um município localizado no norte paranaense, fundada no ano de 1934. Segundo o Censo Demográfico do IBGE de 2010, a população é de 506.701 habitantes, com densidade demográfica de 306,52 habitantes por km². Possui 73 colégios e escolas estaduais, de acordo com o levantamento do Núcleo Regional de Educação de Londrina, dos quais 31 (42,5% aproximadamente) foram ocupados durante esse período de mobilizações estudantis.

Os objetivos da pesquisa foram a investigação de características da organização do movimento estudantil secundarista londrinense, que ocupou diversos colégios na cidade, bem como analisar suas possíveis territorialidades – como se deu o processo de ocupação das escolas, organização espacial do lugar, refuncionalizações, ressignificações e eventuais mudanças temporárias ou permanentes no espaço ocupado.

Procedimentos metodológicos

Os procedimentos metodológicos utilizados foram a consulta de material bibliográfico sobre o movimento das ocupações por meio de livros, revistas eletrônicas, mídia, redes sociais; identificação e quantificação dos colégios ocupados em Londrina, utilizando como fonte a mídia e redes sociais; mapeamento dos colégios ocupados com base nas coordenadas geográficas de cada local; seleção de quatro colégios para a análise das respectivas territorialidades; e por fim, entrevistas individuais e coletivas com os alunos que participaram do movimento, inclusive buscando identificar possíveis mudanças no espaço ocupado.

Foram escolhidos quatro colégios do total de 30 estabelecimentos de ensino que passaram pelo processo de ocupação dos estudantes secundaristas no município de

Londrina. É importante destacar a dificuldade e complexidade em definir critérios para a seleção desses quatro colégios, pois cada ocupação apresentou circunstâncias e experiências singulares, apesar de também haver diversas semelhanças entre elas, principalmente organizacionais. No caso, foi optado na escolha pelo primeiro e segundo colégios ocupados, o último colégio a ser desocupado e mais um colégio ocupado no centro da cidade. As escolas selecionadas para observação e análise foram o Colégio Estadual Albino Feijó Sanches, localizado na zona Sul de Londrina, sendo o primeiro colégio a ser ocupado pelo MES, o Colégio de Aplicação, localizado na zona central de Londrina, sendo o último colégio a ser desocupado pelo MES, o Colégio Estadual Willie Davids, localizado na região central de Londrina, o segundo colégio ocupado pelo MES, e o Colégio Estadual Hugo Simas, também localizado na região central de Londrina.

Foram realizadas entrevistas individuais e coletivas com os estudantes que participaram ativamente de suas respectivas ocupações. O roteiro da entrevista continha perguntas como: de onde surgiu a ideia de ocupar a escola? Como foi feito o planejamento? Quais eram as expectativas dos estudantes com esse tipo de ação? Quais foram as primeiras dificuldades para manter a ocupação? Como foi feita a organização do espaço escolar? Quais atividades foram feitas durante a ocupação? Promoveram alguma mudança no ambiente escolar? As entrevistas trouxeram relatos e representações valiosos dos acontecimentos pela memória dos estudantes que conviveram juntos cotidianamente nas escolas, buscando destacar elementos espaciais desse processo, a fim de sustentar a relação entre os conceitos de ocupação e territorialidades.

Território, territorialidade e movimento estudantil

O conceito de território é considerado polissêmico. Geógrafos e cientistas políticos acabam caindo no descuido de referenciarem esse conceito em um sentido muito amplo, quase como sinônimo de espaço geográfico. Para Souza (2007, p. 83), a Geografia, enquanto disciplina, esteve por um bom tempo dominada por uma orientação legitimadora da existência e do poder do Estado, com discursos cuja finalidade esteve ligada aos interesses imperiais de determinados Estados-nações. Consequentemente, muitas vezes, a conceituação de território remete ao território nacional, herança da Geografia Tradicional; no entanto, é necessário ampliar as conceituações de território e suas derivações, fugindo da tradição estatal de poder e controle do território.

Dessa concepção, foi muito comum se referir ao território e espaço indistintamente. Tal discurso equivocado, usando o termo de Souza (2013, p. 90-95) em análise mais

recente, “coisificou” o território, confundindo-o com o substrato espacial material (formas espaciais e objetos geográficos), pois desconsidera a abordagem contemporânea do mesmo autor, publicados em textos a partir da década de 1990, que os territórios podem ser cíclicos e suas fronteiras e limites mutáveis, sem que o substrato material, que serve de base e referência material para as práticas espaciais mude.

Raffestin (1993) afirma que o espaço não é equivalente ao território, o primeiro é anterior ao segundo, servindo como a base para a construção do território, projetado, produzido e apropriado por seus atores sociais (ou sintagmáticos) através do trabalho, de acordo com seus interesses, territorializando o espaço inscrito em um campo de relações de poder. Esses atores sociais abrangem:

> [...] do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos que “produzem” o território [...]. Em graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados, somos todos atores sintagmáticos que produzem “territórios” (RAFFESTIN, 1993, p. 152).

Neste trabalho especificamente, compreende-se o território da forma como Souza (2007, p. 78) descreve seus aspectos em uma primeira aproximação, sendo “um *espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder*”. Complementando essa conceituação, o território serve, fundamentalmente, como um instrumento de exercício de poder, produto de atores sociais. A dimensão política (o poder) das relações sociais é o que caracteriza o perfil desse conceito. “Quem domina ou influencia e como domina ou influencia esse espaço” é uma das questões levantadas por Souza (2013, p. 87-88) que abre a discussão sobre como as relações de poder permeiam o espaço, constroem e reconstroem territórios nas mais diversas escalas temporais e espaciais. Segundo o autor, não há influência ou poder que se exerça sem que seus limites espaciais sejam mais ou menos perceptíveis, justificando que o poder “só se exerce com referência a um território e, muito frequentemente, por meio de um território”.

Haesbaert (2007, p. 20) afirma que o território possui uma dupla conotação, material e simbólica, vinculado epistemologicamente à dominação da terra e, ao mesmo tempo, possui uma carga cultural que diz respeito tanto ao poder no sentido concreto de dominação (funcional) quanto no sentido simbólico de apropriação (simbólica-cultural). O autor diz que o território de conotação e valorização simbólica invade e refaz as funções em um caráter complexo e indissociável em relação à funcionalidade dos territórios, que, por sua vez, torna-se simbólica a partir da reconstrução identitária em função dos interesses dos atores hegemônicos (HAESBAERT, 2007, p. 28).

A territorialidade, como derivação do conceito de território, é resultado do processo de produção dele, designa a qualidade que o território ganha de acordo com sua utilização pela humanidade, ou, em outras palavras, remete aquilo que:

> [...] faz de qualquer território um território, isto é, de acordo com o que se disse há pouco, *relações de poder espacialmente delimitadas e operando sobre um substrato referencial*. [...] é um certo tipo de interação entre homem e espaço, a qual é, aliás, sempre uma interação entre seres humanos *mediatizada* pelo espaço (SOUZA, 2007, p. 99, grifos do autor).

Esse conceito de territorialidade não é definido pela mera relação com o espaço, é manifestada em todas as escalas espaciais e sociais, assim como é "consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a 'face vivida' da 'face agida' do 'poder'" (RAFFESTIN, 1993, p. 161-162). Raffestin também diz que a territorialidade é multidimensional e inerente à vida em sociedade, na medida em que:

> [...] assume um valor bem particular, pois reflete o multidimensionamento do "vivido" territorial pelos membros de uma coletividade, pela sociedade em geral. Os homens "vivem" ao mesmo tempo o processo territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas (RAFFESTIN, 1993, p. 158).

Uma outra forma de abordar a territorialidade que contribui para este trabalho é feita por Souza (2007, p. 86), que enxerga o território como um campo de forças ou rede de relações sociais com complexidade interna e define um limite entre membros de um grupo (*insiders*), por mais variados que existam, com os "outros" de fora (*outsiders*). A partir dessa configuração territorial, diversos tipos de organização espaço-temporal podem surgir. Por essa perspectiva, Ferreira (2014, p. 129) diz que o território adquire uma identidade na coletividade que nele vive e o produz, pode apresentar uma postura de demarcação, mesmo que seja meramente estética e "é sempre em processo dinâmico, flexível e contraditório (por isso dialético) recheado de possibilidades que só se realizam quando impressas e espacializadas no território".

Souza (2013, p. 87-88) complementa que os motivos para territorializar um espaço e manter controle sobre ele estão ligados, de alguma forma, "ao substrato espacial material, e eventualmente, também aos próprios significados culturais atribuídos às formas espaciais, isto é, às imagens de lugar", podendo também implicar a privação de acesso a recursos e riquezas. As territorialidades são exercidas sempre por um grupo social "em conexão com um espaço", que pode fazer uso de práticas espaciais, como restrições de acesso e locomoção, manuseio de signos inscritos na paisagem e ressignificação de lugares [...], modificação de fronteiras, e assim sucessivamente, envolvem a instrumentalização e a

alteração do território (e também do substrato espacial material, da paisagem e das imagens de lugar, em vários casos).

Conforme foram apresentados alguns elementos essenciais que compõem o território, como as relações de poder exercidas por atores sintagmáticos em um espaço definido e delimitado por e a partir dessas relações, nas mais diversas temporalidades e espacialidades, é possível fazer uma referência à formação de vários territórios, com suas respectivas territorialidades, na conjuntura das ocupações escolares que se alastraram em inúmeras cidades brasileiras a partir do final de 2015.

A prática espacial de ocupar é antiga, usual de muitos movimentos sociais. Entende-se práticas espaciais como práticas sociais, isto é, ações sociais, protagonizadas por sujeitos coletivos e inscritas em uma teia de significados e valores, sejam essas ações premeditadas ou não cuja dimensão espacial é evidente (SOUZA, 2014, s. p.) O inédito nesse processo foi a ocupação das escolas pelo MES, usada estrategicamente como instrumento de reivindicação de direitos e contestação de medidas geradoras de retrocesso. Essas ocupações foram utilizadas como tática dentro de uma estratégia, variante de acordo com os objetivos do movimento. Isso quer dizer que a ocupação não era o fim em si, mas parte de uma reivindicação maior.

Souza (2013, p. 105-106) contribui no aspecto de associar a ocupação de uma escola vista como um território dissidente, controlada por um grupo cuja territorialidade é manifestada em uma escala espacial pequena e de curta duração. O autor já alerta que esses tipos de ações de territorialização, como as ocupações, são sempre marcadas pela instabilidade, podendo levar ao confronto violento com o aparelho de Estado. Em outra contribuição, o autor afirma que essas práticas espaciais, que expressam descontentamento, resistência, protesto e desejos de emancipação frente à uma opressão, criam:

> [...] espaços territorializados (conquistados, apropriados, postos sob o controle de um grupo específico), materialmente refuncionalizados ou reestruturados, dotados de novos significados para se ajustarem a novas identidades e novos propósitos e projetos; paisagens e suas representações são manipuladas; interações espaciais são desfeitas e refeitas (SOUZA, 2014, s. p.).

As ocupações, enquanto territorialidades ocorridas nos territórios escolares, delimitadas pela rigidez dos muros da escola, foram controladas pelos estudantes secundaristas, sujeitos jovens que vão desde o nível do ensino fundamental ao ensino médio. Eles exerceram seu poder dentro desse limite, desafiando e enfrentando autoridades, como diretores, chefes de núcleo de ensino e a polícia. Sob os cuidados deles, a escola ocupada teve, em alguns casos, sua paisagem e configuração espacial alterada

(mesmo que em curto prazo), onde as principais questões eram debatidas coletivamente em assembleias horizontais. Algumas escolas resistiram por dias, outras por semanas e até meses, o que passa a ideia de territórios dissidentes conforme Souza (2013, p. 107).

Segundo Campos *et al.* (2016, p. 13), essa mobilização dos protestos pelas ruas e ocupações das escolas gerou uma dinâmica de organização coletiva que forjou novas relações sociais entre os estudantes, professores e, sobretudo, com a escola. Essa sociabilidade foi baseada na corresponsabilidade, horizontalidade dos processos decisórios e no cuidado do patrimônio público. Tais relações são conceituadas como política pré-figurativa, pela tradição autonomista: a capacidade de forjar no processo de luta as formas sociais a que aspiram, fazendo convergir meios e fins.

Como bem suscitam Campos *et al.* (2016), as ocupações, como parte da rotina, desempenharam novas funções por meio de atividades recreativas, culturais, educacionais ou seja, houve uma refuncionalização do território e criaram novas relações entre escola-aluno, entre elas o entendimento de que lutar pela educação também é cuidar da escola, destacando a essência das assembleias para coordenar a organização espacial, pois:

> [...] a percepção sobre o espaço da escola também muda com a ocupação. A permanência no espaço durante os longos períodos de tempo desencadeia um processo de apropriação da escola, tanto concreto quanto simbólico. Os estudantes trabalharam muito nas escolas durante as ocupações, fazendo limpeza diária e mutirões especiais para cortar o mato, desentupir calhas e ralos, reorganizar depósitos, revitalizar as paredes tanto com grafites quanto pintando etc. [...] Esses tipos de atividade foram parte substancial das rotinas das ocupações, intercalando-se com atividades recreativas, culturais, educativas e, claro, com as assembleias (Campos *et al.,* 2016, p. 141-142).

Funcionalmente, os estudantes tomaram o rumo das escolas, tirando o controle do governo e dando para si o poder de refuncionalizá-la e definir novos significados para ela. As ocupações eram muitas vezes restritas aos secundaristas, que conviviam e organizavam-na cotidianamente, realizando diversos tipos de atividades educacionais, culturais e de manutenção do espaço. O cuidado com a escola é extensão da luta pela educação. Em muitos casos, esse tipo de tomada radical do controle da escola gerou conflitos com indivíduos e grupos contrários às ocupações, pois paralisou o tempo regular de trabalho da escola e limitou o acesso à escola de não estudantes, a fim de garantir a autonomia do movimento. A ocupação também serviu como um mecanismo de educação pois a desocupação só era feita quando os secundaristas chegavam a algum acordo com as autoridades ou quando a violência seria empregada pelos agentes repressivos do Estado.

A ocupação trouxe uma ressignificação e deu oportunidade para os secundaristas repensarem escola, educação, política, democracia, suas atitudes, vivências e as relações entre si e com os demais sujeitos da comunidade escolar. Ao mesmo tempo, escola e

educação são conceitos que se confundem, então defender a educação também significa cuidar e respeitar a escola, segundo os valores e princípios dos estudantes. A escola pode ser vista, para os estudantes, como parte de seu cotidiano, um espaço de homogeneização, disciplina e obediência, mas, ao mesmo tempo, é perfeitamente possível que se criem relações afetivas com esse lugar quando se vê a escola como um espaço acolhedor e de aprendizagem, portanto algo que pode (e deve) ser preservado.

A ocupação das escolas se tornou um importante lugar de disputa. Em diversas ocupações no país, como São Paulo, Goiás, Paraná, entre outras, foram relatados casos conflituosos com diretores, dirigentes de ensino da área, pais, vizinhança, polícia e grupos conservadores contrários, que criminalizavam os estudantes do movimento por depredação do patrimônio público, impedir o direito de ir e vir, utilizarem drogas dentro da escola, entre outras acusações. Geralmente, quando a polícia foi acionada, foi por parte dos diretores e dirigentes de ensino que queriam ter de volta a escola que não tinham mais. Em contrapartida, houve situações de apoio da comunidade que contribuíram para a ocupação, fazendo doações de alimentos básicos, emprestando objetos vitais, realizando pequenos serviços, entre outros tipos de ajuda. Em meio à disputa do lugar diante interesses opostos, no caso das escolas ocupadas, resgatam-se para este trabalho os conceitos de *insiders* e *outsiders* de Souza (2007, p. 86). Fazendo comparação com as ocupações, foi permitida, quase por via de regra, a entrada e/ou convivência cotidiana naquele lugar apenas de estudantes secundaristas (os *insiders*), que podiam ser estudantes daquela mesma escola ou de outra, a fim de cooperar com a ocupação.

Campos *et al.* (2016, p. 134-135) também observaram, durante as entrevistas realizadas por eles, que, diante dos desafios de convivência e da autogestão democrática, uma das coisas positivas que as ocupações destacaram foi a valorização da união entre os estudantes. Na maioria dos ambientes escolares tradicionais, os estudantes se dividem em grupos por interesses pessoais e reprodução das divisões da sociedade (gênero, idade, orientação sexual etc.) e as internalizam na escola. Todavia, na ocupação, os estudantes identificaram o interesse comum naquela conjuntura – a luta pela educação pública. Os exercícios reflexivos e de debate exigidos para tomar decisões coletivas foram uma ruptura do individualismo e da obediência exigida na escola, subvertendo a lógica anterior das relações entre os estudantes e firmando novas amizades.

Quanto à organização do movimento de ocupações analisadas pelos autores no estado de São Paulo, Piolli *et al*. a descrevem como:

> [...] movimentos autogeridos, ou seja, os próprios membros realizam o trabalho necessário para o surgimento e consolidação de uma campanha ou movimento. Há uma crítica à tradicional divisão do trabalho que separa

> concepção e execução, trabalho intelectual e trabalho manual (PIOLLI *et al*., 2016, p. 25).

A essência do conceito de autogestão envolve a organização de atividades sociais por meio da cooperação de um grupo, em que as decisões sobre a gerência são tomadas diretamente pelas pessoas participantes envolvidas, atribuindo o poder decisório às coletividades específicas de atividade (empresa, escola, bairro etc.). Segundo Follis (2000, p. 74), retira-se a posição desigual entre “quem manda” e “quem faz” e se estabelece que cada unidade de ação tem autonomia decisória, recusando interferência de vontades alheias, externas à coletividade. No contexto das ocupações, os estudantes produziram seus próprios territórios nas escolas de acordo com suas próprias normas e deliberações coletivas.

As assembleias, um processo decisório reflexivo coletivo, foram um importante exercício de democracia e horizontalidade, pois grande parte das ocupações não estabeleciam um líder entre os secundaristas. Dessa forma, todos os estudantes participavam livre e igualmente, tendo o mesmo direito de voz e voto que os demais, engajando coletivamente numa atividade comum. É, a partir da assembleia autônoma dos estudantes, que foi possível organizar o espaço escolar.

Portanto, pode se considerar as ocupações como múltiplos territórios com suas respectivas territorialidades que apresentam certo padrão de organização. Elas se reproduziram rapidamente em um curto período de tempo pelo Brasil a partir da primeira experiência em 2015 em São Paulo, quando os secundaristas paulistas ousaram experimentar a ocupação como ferramenta de luta não institucional, criando territórios dissidentes. As ocupações tiveram grande importância na conquista de suas demandas e serviram como exemplo para as ocupações dos MES posteriores em muitos estados do país, especialmente no Paraná.

A Primavera secundarista: breve panorama das ocupações escolares no Brasil de 2015 a 2016

O movimento nacional marcado de protestos e ocupações estudantis, também conhecida como “Primavera secundarista”, no ano de 2016, não pode ser compreendido sem uma análise da primeira experiência de ocupações do MES paulista no ano anterior. Aroni (2017, s. p.) diz que buscar a caracterização desse momento político, dinâmico e com grandes potencialidades que, geralmente, são proibidas nas instituições, permite enxergar outras formas de pensar a educação levantadas pelos estudantes secundaristas, dentro de

um novo repertório de ação, com mobilizações de contestação, resistências e propostas mais democráticas de planejamento e gerenciamento das instituições escolares.

Com o objetivo de analisar o histórico dessa mobilização, Januário *et al*. (2017, p. 1) faz comparações com as manifestações de junho de 2013, apontando que houve continuidades, principalmente, na primeira fase das manifestações, quando o Movimento Passe Livre (MPL) esteve mais ativo nos atos de rua, como a espontaneidade da mobilização, uso da ação direta, caráter horizontal, autônomo e a importância que as redes sociais tiveram na comunicação.

Em outubro de 2015, o governo do estado de São Paulo havia anunciado uma reorganização das escolas estaduais, uma decisão administrativa burocrática que visava dividir as escolas por ciclos ou níveis, em que cada escola seria sede de apenas um ciclo (Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II e Ensino Médio). Essa medida fecharia cerca de cem escolas e realocaria 300 mil estudantes para outras, atingindo-os diretamente. Os estudantes foram os protagonistas da reação contra a reorganização e a maneira como estava sendo conduzida, convocando pelo menos 200 protestos nas ruas em 60 municípios do estado, abaixo-assinados e eventualmente as ocupações nas escolas.

A tática de ocupar foi adotada quando os atos não surtiram efeito na Secretaria de Educação de São Paulo que, sem abrir negociações, insistia em manter a reorganização. Ou seja, foi uma tentativa de abrir diálogo entre secundaristas e governo e dirigentes de ensino. A pauta da reorganização abriu o olhar dos estudantes para outros problemas presentes na educação pública, como a lotação das salas de aula, contratação de professores e servidores, falta de infraestrutura adequada dos colégios e a participação democrática da comunidade nas decisões escolares. Segundo Rossi (2015, s. p.), em dezembro, a Justiça suspendeu o plano da reorganização escolar por meio de uma liminar que definiu como obrigação do Estado não mover os estudantes das escolas onde já estavam matriculados nem fechar qualquer escola da rede estadual.

Os secundaristas serviram como fonte de inspiração para que as ocupações fossem disseminadas com sucesso no ano seguinte, não apenas para alguns estados pontuais, mas por quase todo o país, visto que os estudantes conseguiram conquistar algumas de suas pautas levantadas por meio dessa tática. As pautas do MES de cada estado puderam convergir ou divergir entre elas, sem entrar em contradições. Em 2016, as pautas de destaque das ocupações foram contra as reformas nacionais, principalmente as que atingiriam diretamente a realidade dos estudantes secundaristas na educação, mas não só na educação, no caso a Reforma do Ensino Médio ou MP 746/2016 e a PEC 55, como já mencionadas na introdução deste trabalho. Segundo Catini e Melo (2016, p. 1188), também houve outras pautas secundárias relacionadas à forma escolar inserida no capitalismo,

embora as mobilizações tenham se organizado, geralmente, em torno de formas escolarizadas, de certa maneira ressignificadas como aulas públicas, manuais, jograis etc.

Depois da primeira fase de ocupações em São Paulo, as ocupações multiplicaram em 2016 e ganharam maior amplitude pelo país, chegando, no seu ápice, a cerca de 20 estados em todas as regiões do país, como Bahia, Alagoas, Ceará, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Paraná, Rio Grande do Sul, entre outros. De acordo com Rossi (2016, s. p.), em 2016, totalizaram-se quase 1000 escolas ocupadas em todo o país, sendo dessas 850 localizadas somente no Paraná. Quantitativamente, outros estados que se destacaram com ocupações foram Rio Grande do Sul (150), Minas Gerais (103) e Rio de Janeiro (70). Para buscar compreender essa grande diferença de ocupações que se manifestou no Paraná, Flach e Schlesener indicam algumas diferenças que a situação educacional do estado possui em decorrer de uma série de problemas relativos à educação pública estadual:

> [...] contratação de professores (contratos temporários e precários), fragilidade na estrutura física de diversas escolas, falta de funcionários, de bibliotecas, problemas com processos licitatórios para reforma e construção de escolas e, ainda, reiterados problemas com a distribuição da merenda escolar. Além dessas questões, a relação entre governo do estado e profissionais da educação tem se mostrado muito tensa em razão das medidas governamentais em 2015, as quais solaparam direitos conquistados, e do enfrentamento armado de policiais militares (sob orientações da Secretaria de Segurança Pública) contra servidores que realizavam manifestação pacífica no episódio conhecido internacionalmente como “Massacre de 29 de abril” (FLACH; SCHLESENER, 2017, p. 176).

Em Goiás, surgiram as primeiras ocupações em dezembro de 2015, período em que as escolas paulistas estavam em processo de desocupação. A motivação veio da política privatista do governo do estado, que tinha intenção de fechar escolas que funcionavam em período integral, assim como a privatização, com o repasse de 200 escolas públicas para Organizações Sociais ou OS e a militarização de outras, revelando uma luta contra o aprofundamento das relações sociais capitalistas e conservadoras no cotidiano da escola, uma vez que as organizações sociais pressupõem um controle privado da organização da escola e das relações de trabalho (CATINI; MELLO, 2016, p. 1186).

O cotidiano das ocupações foi similar às de São Paulo: as atividades incluíram a limpeza e pintura das escolas, oficinas, atividades educativas e culturais, geralmente divulgadas por páginas do *Facebook* criadas pelos próprios secundaristas. Embora a oposição ao fechamento, privatização e militarização de escolas seja a principal reivindicação dos estudantes, eles também chamaram a atenção para a precariedade do espaço físico das escolas, que demandam melhorias na sua infraestrutura.

Entre maio e julho de 2016, o MES gaúcho ocupou cerca de 150 escolas contra dois projetos de lei, em pauta na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, que representavam uma “guinada conservadora” no sistema de ensino público: um propõe privatizar as escolas através do Projeto de Lei (PL) 44/201611 e o outro pretende excluir disciplinas “políticas” pela PL 190/2015, inspirada na PL da “Escola sem Partido” (CORTEZ, 2016, s. p.). Em nota, o MES gaúcho deixou claras suas seguintes reivindicações: criação de uma Comissão de Fiscalização para acompanhar obras de infraestrutura nas escolas, aumento do valor estipulado pelo governo estadual para essas obras, não retaliação dos estudantes, fiscalização do repasse do valor da merenda escolar, nomeação e contratação de mais professores e retirada dos PL 190 e PL 44. Para chamar maior atenção da sociedade e do governo para suas reivindicações, os estudantes organizaram protestos pela capital gaúcha.

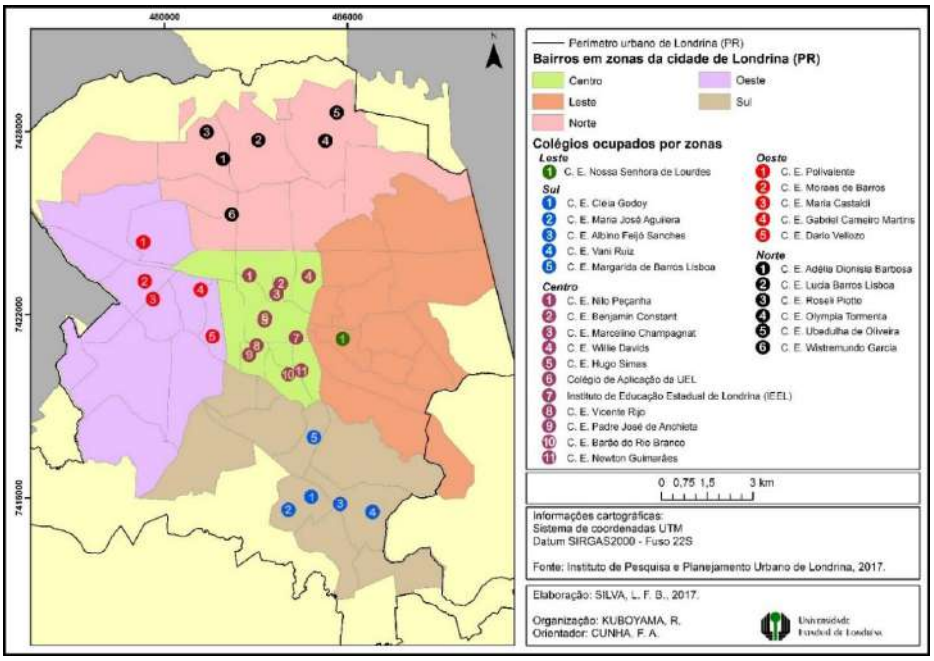
O Paraná teve destaque nesse contexto de ocupações escolares, pois 850 das 1000 ocupações brasileiras se localizaram nesse estado, além de 14 universidades e três núcleos regionais de educação, de acordo com a contagem do movimento Ocupa Paraná. A pauta das ocupações estudantis paranaenses incluía reivindicações de escala nacional, principalmente contrária a MP 746/2016, que visava reformar a estrutura do ensino médio escolar. Também se posicionaram contrários à PEC 55, que congelaria os gastos públicos na educação e saúde por até 20 anos, atingindo diretamente a realidade da população brasileira que mais depende desses serviços públicos. Flach e Schlesener (2017, p. 176) analisam que a situação educacional no Paraná se difere de outros estados por conta do aprofundamento dos problemas relativos à educação pública estadual, tanto por conta da relação tensa entre governo do estado e profissionais da educação, em razão das medidas governamentais que corroeram direitos dos professores.

Toda potência, visibilidade e resistência da mobilização nacional estudantil, relatadas nas experiências citadas, que expressaram o descontentamento e anseio dos jovens para um diálogo mais amplo com os governantes sobre as medidas em destaque trouxeram resultados positivos e negativos. Pode-se ver que o MES paulista, por exemplo, conseguiu suspender a reorganização escolar em 2015, mas o MES nacional que se aliou contra a PEC 55 e a Reforma do Ensino Médio não conseguiu convencer os políticos a barrá-las, sendo aprovadas posteriormente em dezembro de 2016 e fevereiro de 2017, respectivamente.

Territorialidades nas ocupações dos colégios estaduais de Londrina em 2016

Articulada com a mobilização estudantil que se desenvolvia em todo país, Londrina teve pelo menos três grandes protestos de rua contra a Reforma do Ensino Médio e a PEC 55, organizados por movimentos sociais, sindicais e estudantis. Segundo relato dos estudantes (REDAÇÃO BONDE, 2016, s. p.), houve 31 escolas ocupadas no total, tanto na zona urbana quanto na zona rural. Dois colégios, localizados respectivamente no distrito de Guaravera e de Paiquerê, foram ocupados no perímetro rural de Londrina. Suas localizações não foram incluídas no mapa produzido dos colégios ocupados em Londrina (Figura 1), pois esse abrange apenas a área dentro do limite do perímetro urbano.

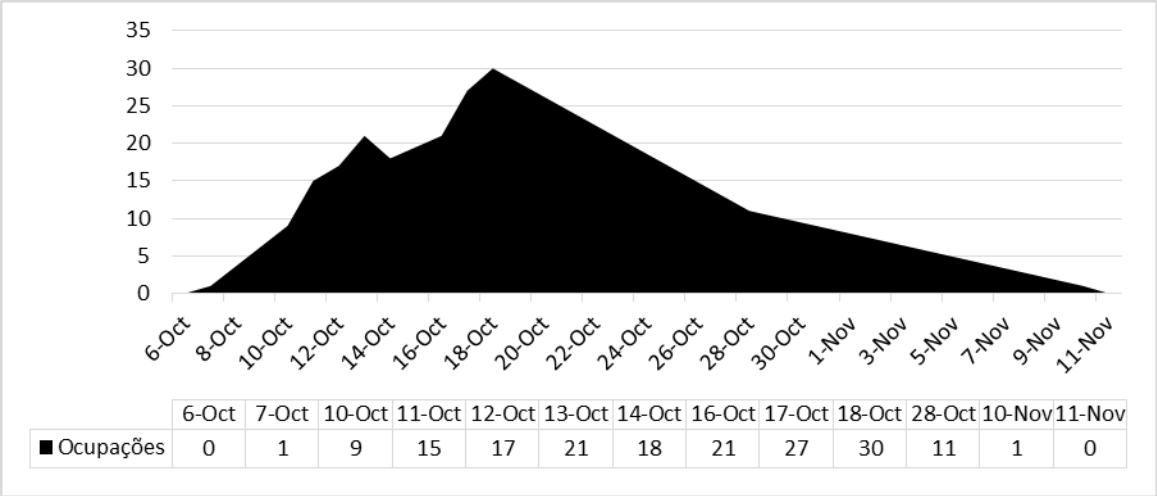
Figura 1 – Colégios ocupados no perímetro urbano de Londrina em 2016



Fonte: Levantamento de campo pelo autor, 2016

Um levantamento da quantidade de escolas ocupadas em Londrina (figura 2) foi feito pelos autores a partir da primeira ocupação, no dia 7 de outubro, até a ocorrência da última desocupação, feita no dia 10 de novembro. O auge das ocupações decorreu enquanto as primeiras ocupações no município foram bem sucedidas no sentido de serem viáveis e sem causar conflitos violentos. Seu declínio pode ser explicado a partir das primeiras ordens judiciais de desocupação. As principais fontes disponíveis para esse tipo de levantamento foram as postagens da página do *Facebook* “Resiste Londrina” e o jornal Folha de Londrina, que atualizavam periodicamente quantas e quais escolas permaneciam ocupadas ao longo do mês de outubro e novembro. Embora as atualizações da lista dessas fontes não tenham sido diárias, dá para se ter uma ideia da evolução do processo.

Figura 2 – Número de colégios ocupados em Londrina no ano de 2016



	6-Oct	7-Oct	10-Oct	11-Oct	12-Oct	13-Oct	14-Oct	16-Oct	17-Oct	18-Oct	28-Oct	10-Nov	11-Nov
■ Ocupações	0	1	9	15	17	21	18	21	27	30	11	1	0

Fonte: Elaborado pelo autor, 2016

As escolas ocupadas de Londrina exibiram padrões similares às demais do município e do estado: contaram com participação quase que exclusiva de secundaristas, com apoio da comunidade escolar e de outros movimentos, não elegeram líderes estudantis que representasse todo o movimento, formação de comissões - como segurança, comunicação, limpeza, alimentação, atividades/cultural, entre outras - para a organização espacial das ocupações e de atividades, uso de redes sociais como um dos principais meios de comunicação, tomada de decisões por assembleias diárias com a participação livre para todos os secundaristas, união e cooperação entre as escolas ocupadas. Assim como em outros estados, também houve a presença de grupos contrários que entraram em conflito diversas vezes com os ocupantes e seus apoiadores, mas foram raras as ocorrências de violência praticadas pela Polícia Militar (PM).

Com o objetivo de analisar as territorialidades de quatro de um total de 30 colégios ocupados na cidade de Londrina, foram escolhidos quatro colégios conforme os critérios já relatados na metodologia. É importante destacar a dificuldade e complexidade de definir critérios para a seleção de quais colégios seriam investigados. Januário *et al*. também se depararam com esse mesmo problema, ao dizer que:

> [...] se fosse possível colocar em palavras, cada ocupação representaria um microuniverso particular, com circunstâncias tão singulares que, num primeiro momento, seria possível dizer cada ocupação é completamente diferente da outra. E, no entanto, ocorreram várias experiências similares (JANUÁRIO *et al*., 2016, p. 17).

Os colégios escolhidos foram o Colégio Estadual Albino Feijó Sanches, o Colégio de Aplicação da Universidade Estadual de Londrina (UEL), o Colégio Hugo Simas e o Colégio Estadual Willie Davids (figura 3). Admite-se que seria necessário, para obter

resultados mais completos, investigar maior número de ocupações em zonas ou bairros mais diversificados.

Figura 3 – Vista parcial da entrada dos estabelecimentos de ensino no período da ocupação de 2016: (A) Colégio Estadual Albino Feijó Sanches; (B) Colégio de Aplicação; (C) Colégio Estadual Willie Davids; (D) Colégio Estadual Hugo Simas

Fonte: Resiste Londrina (2016); Jornal da Band (2016); Fulano de Tal (2016).

O Colégio Estadual Albino Feijó Sanches, localizado na região Sul de Londrina, foi o primeiro colégio a ser ocupado, no dia 7 de outubro de 2016 e terminou uma semana depois, no dia 14 de outubro. Nesse colégio havia um grêmio estudantil ativo no período anterior à ocupação, além da inserção representativa da UPES (União Paranaense dos Estudantes Secundaristas) como entidade que formava o grêmio.

A primeira pergunta do roteiro abordou como originou a ideia de ocupar o colégio, considerada a primeira experiência em Londrina. Dois estudantes descreveram como foi o processo desde o planejamento até a ocupação, a partir de uma manifestação organizada por secundaristas contra a PEC 55 e a Reforma do Ensino Médio. Depois foi preciso um planejamento prévio nos dois dias anteriores a deflagração do movimento marcada para acontecer em uma sexta-feira, que visou como seria a organização da ocupação e quais tarefas seriam necessárias para mantê-la.

Para isso, foram montadas comissões para que grupos de estudantes trabalhassem especificamente em alguma atividade da ocupação, dividida entre segurança, limpeza,

cozinha, cultura e comunicação. Na primeira reunião de planejamento, foram convidados secundaristas de outros colégios da cidade. Isso demonstrou que havia interesse de outros estudantes em aderir eventualmente às ocupações e agregar forças, pois uma única ocupação em Londrina não sustentaria a estratégia nacional de pressionar a revogação da PEC 55 e da Reforma do Ensino Médio. No dia combinado, durante o intervalo do turno matutino, os secundaristas convocaram uma assembleia rapidamente no pátio do colégio para informar sobre a ideia de ocupar a escola contra a PEC 55 e a Reforma do Ensino Médio. A ideia foi aprovada quase por unanimidade pelos que estavam presentes.

Segundo os entrevistados, a diretora foi contrária à ocupação no primeiro momento, justamente por serem os primeiros de Londrina e “não possuírem autonomia para isso”, segundo ela. Para dificultar esse processo, ela ficou de posse das chaves da escola, privando-os do próprio espaço escolar. Alguns professores foram prestar apoio ao movimento, enquanto outros se mostraram contrários.

Secundaristas de outras escolas, pais de estudantes, educadores, sindicalistas, estudantes universitários e demais simpatizantes demonstraram apoio, dando algum tipo de contribuição para o movimento do colégio Albino Feijó, seja fazendo doações de mantimentos necessários, como também oferecendo atividades ou oficinas a serem incrementadas no cronograma da ocupação. Moradores próximos da escola e parentes de alguns estudantes contribuíram com doações de todos os tipos. Poucos espaços da escola foram realmente ocupados pelos secundaristas durante a ação da ocupação, já que não havia o acesso a alguns lugares sem as chaves do colégio. Assim, para preparar as refeições, por exemplo, os estudantes montaram uma cozinha improvisada na sala do grêmio com utensílios emprestados ou doados, como fogão, geladeira, panelas, botijão de gás, talheres, pratos etc.

Ao longo dos dias, os estudantes da ocupação foram adquirindo mais experiência em relação a organização do espaço. O zelo pelo espaço foi de grande importância. Em longo prazo, o Colégio Estadual Albino Feijó não apresentou notáveis mudanças no ambiente escolar com o legado da ocupação que se manteve ali por uma semana. Houve apenas mudanças efêmeras, como inúmeros cartazes e faixas que se destacavam nas paredes e entrada da ocupação. Um trecho da entrevista se sobressai nesse aspecto em que os estudantes relataram que a escola ocupada estava em ótimas condições:

> Entrevistado A: *Foi tão organizado, a diretoria não esperava porque o [cita nome do diretor] mesmo, não sei quem tava comigo, ele chorou, ele chorou porque achou que ia ser uma desorganização total, que a gente ia quebrar, vandalizar o colégio e tal, e quando ele chegou aqui era outra realidade, então ele viu e ficou espantado.*
> Entrevistado C: *Tipo assim, a gente deixou a escola mais limpa, mais organizada do que nos dias normais, porque o banheiro sempre tinha*

> *alguém limpando, a cozinha tava sempre limpa, o pátio a gente limpava dia sim e dia não, a gente cuidava da horta, então foi muito bem organizado.*
> Entrevistado B: *A questão dos dormitórios a gente fez num corredor inteiro, separando quarto masculino e feminino, e daí lá em cima a gente colocou barraca para as pessoas dormirem, porque tinha que ficar fazendo a vigília, a ronda.*

Houve ocorrências de conflito entre os estudantes que ocupavam e "pessoas de fora". Os entrevistados contaram que a PM nunca chegou no local a intimidar, ameaçar ou até mesmo agredir qualquer um, diferente de outros casos, como em São Paulo ou Goiás, por exemplo, onde a violência foi sistematicamente empregada para acabar com as ocupações. Segundo os alunos, alguns professores contrários foram à escola ocupada reclamar que a ocupação seria prejudicial para os trabalhadores, visto que essa tática, com algumas exceções, interrompe o trabalho e as atividades regulares programadas da escola. A ocupação foi alvo de ameaças e ataques, especialmente à noite, quando pessoas arremessavam pedras ou pulavam o muro. Vivendo esses dias sob constante risco, os estudantes tiveram que lidar com essas situações, fazendo vigílias durante a madrugada.

Quando solicitada a avaliação sobre as perspectivas e resultados que todo o processo envolvido na ocupação trouxe, as respostas demonstraram que a convivência entre os ocupantes criou um sentimento forte de união entre os estudantes. Também demonstraram uma crítica à falta de representação política da juventude, pois essa parcela da população possui grande potencial de voz para opinar, transformar espaços de ensino e educação em espaços políticos, mas não se sentem ouvidos, o que consideram uma das dificuldades para concretizar as mudanças almejadas.

Com a mobilização inicial no Colégio Albino Feijó outros colégios passaram a seguir o mesmo exemplo; a partir do dia 10 de outubro, o movimento de ocupações em Londrina foi evoluindo cada vez mais. Em entrevista realizada com os secundaristas do Colégio de Aplicação, eles relataram que o Colégio Aplicação foi ocupado no mesmo dia 10/10/16, junto com o Colégio Estadual Hugo Simas, ambos situados numa mesma quadra do centro de Londrina.

Os próprios estudantes iniciaram a tática de forma autônoma, já que não havia um grêmio estudantil organizado nem contato da UPES com a escola antes. O processo de ocupação começou com uma assembleia convocada de manhã, feita na quadra de esportes do colégio, onde se reuniram mais de 200 secundaristas. Com um microfone, os estudantes foram informados sobre o que estava acontecendo naquele momento e discutiram rapidamente a pretensão de ocupar, que só seria feita se aprovada por uma votação, o que acabou acontecendo pela decisão da maioria. Muitos professores (a maioria, na percepção deles) não concordaram com a ocupação, assim como alguns estudantes do período vespertino e noturno, que foram pegos de surpresa com a escola ocupada quando

chegaram no local. Devido a esse desentendimento entre os estudantes de turnos diferentes do colégio, eles organizaram mais duas assembleias abertas para decidir se a ocupação se manteria ou seria devolvida para os dirigentes. Ambas resultaram na decisão de dar continuidade ao movimento que já estava instalado naquele local.

Durante a entrevista, os estudantes mencionaram que as primeiras dificuldades da ocupação se justificam pela tática ainda ser recente. Uma delas foi a necessidade de haver uma quantidade considerável de pessoas, no mínimo 10, que pudessem passar a noite no local, pois, apesar de muitos secundaristas apoiarem, nem todos permaneciam continuamente. Um pequeno número de estudantes ocupando poderia ser insuficiente para o desenvolvimento de atividades das comissões, além de ser perigoso à noite para a integridade física deles, visto que era completamente possível que houvesse um ataque de pessoas contrárias à ocupação nesse período. No primeiro dia foi possível reunir pouco menos de 10 pessoas para pernoitar na ocupação, mas nos dias seguintes, esse número aumentou.

A partir do terceiro dia de sua instauração, estudantes de outras ocupações que já estavam firmados e organizados se dispuseram a prestar ajuda. Esse tipo de interação e colaboração entre secundaristas dos colégios estaduais londrinenses havia sido previamente firmado desde que se conheceram pelas manifestações na rua, mantendo contato pelas redes sociais, como nos grupos de *Whatsapp* e *Facebook*. Estudantes e professores da UEL, universidade ligada ao Colégio, foram os principais apoiadores daquela ocupação e disponibilizaram seu tempo para oferecer oficinas, como também levaram doações de mantimentos.

Eles se organizaram igualmente por comissões com diferentes tarefas atribuídas a cada uma delas, como limpeza, segurança, comida e comunicação, além de uma comissão geral que definia a agenda de oficinas e palestras. Não havia líderes específicos das comissões, nem do movimento de ocupação; as decisões eram sempre tomadas de forma colegiada. Eles tiveram acesso a quase todo o espaço, com exceção das áreas administrativas. Na parte da manhã, os secundaristas se dedicavam a preparar as refeições e limpar partes do colégio. Quem aplicava as oficinas, debates, aulas abertas entre outros, eram principalmente estudantes da UEL. As atividades e oficinas eram reservadas para o período da tarde. Essas oficinas foram importantes aprendizados que “o colégio em si nunca deu para gente”, segundo uma entrevistada, que citou que as mais memoráveis para ela foram as oficinas de dança, meditação, *parkour* e skate.

Mudanças no ambiente escolar foram pouco relevantes e efêmeras: os estudantes espalhavam cartazes e faixas tanto no lado de dentro quanto no lado de fora da ocupação, que simbolizavam a ocupação que havia naquele prédio.

Houve um ataque de um grupo conservador contra os secundaristas que estavam na ocupação. Cerca de 10 pessoas tentaram invadir o colégio, passando-se por pais de alunos, incentivados por um vereador, membro do Movimento Brasil Livre (MBL). Por descuido da comissão de segurança, que abriu uma brecha, essas pessoas passaram pelo portão, discutiram com quem estava na ocupação, filmaram rostos dos jovens e "iam para cima" intimidando, mas não agrediram nenhum aluno fisicamente. Um dos estudantes contou que esse dia "foi amedrontador, um dos dias mais terríveis da minha vida", deixando evidente que a situação foi realmente assustadora e traumática para os jovens.

O legado da ocupação foi bem pessoal para os jovens entrevistados: "uma mudança muito mais interna do que externa", segundo um deles. Eles revelaram que aprenderam muito sobre organização, conviver com pessoas diferentes, cumplicidade e confiança, só para citar alguns exemplos. A rotina dos estudantes, que permaneceram quase um mês juntos praticando atividades, conversando, refletindo e debatendo com outros colegas, que muitas vezes nem conheciam antes da ocupação, criou laços de confiança e amizade muito fortes:

> Entrevistado C: *A militância, o ato de estar ali fisicamente fazendo coisas, resistir fisicamente mais do que ideologicamente é muito interessante porque vai para outro patamar a luta, ela se torna íntima, a gente defendia a ocupação e os amigos que a gente acabou fazendo depois da ocupação, porque ainda tinha ano letivo né, depois da ocupação a gente teve um mês de aulas mais ou menos, e a gente teve uma ligação muito forte tanto com política quanto com militância e assim, a gente se tornou melhores cidadãos.*

Durante o tempo de ocupação, a escola recebeu um novo olhar por aqueles que zelavam o espaço diariamente:

> Entrevistado A: *Sobre o espaço do colégio, o que é o colégio, esse lugar que a gente vem todo dia e a gente não olha direito, a gente não cuida.*
> Entrevistado B: *Você aprende a cuidar do colégio de verdade, você dá valor pelo espaço que você tá*.

Eles avaliam que a ocupação foi positiva e necessária naquele momento para somar na luta nacional contra a PEC 55 e a Reforma do Ensino Médio, luta essa que estava em seu auge durante o mês de outubro de 2016. Nas palavras deles, a ocupação serviu como "um modo de gritar, de falar, de tentar ser ouvido". Apesar de terem que enfrentar inúmeros desafios internos, como discussões em assembleias, questões organizativas e externos à ocupação, com os conflitos citados, além de cometerem muitos erros, foi possível superar coletivamente grande parte desses problemas. Eles apontam que foi difícil lidar com a tática de ocupar, pois, apesar de ser muito importante naquele momento, não podiam imaginar quais seriam as decorrências e como buscar resolver os problemas. As

assembleias cumpriram muito bem esse papel, tornando mais fácil as tomadas de decisão quando havia a participação de todos os estudantes para opinar e debater abertamente, chegando a acordos e consensos com a maioria dos sujeitos.

O Colégio Estadual Willie Davids foi ocupado no mesmo dia do Colégio Estadual Albino Feijó Sanches, 7 de outubro. Segundo um entrevistado, houve acordo entre os secundaristas dos dois colégios para que ambas tivessem as ocupações no mesmo dia. A ocupação foi planejada pelo grêmio estudantil do próprio colégio, visando organizar uma assembleia com os secundaristas durante o intervalo, em que todos fossem informados sobre o panorama político naquele momento, consultados em relação ao uso da tática e, caso a maioria aprovasse, a essa seria aderido imediatamente.

Logo após a decisão da assembleia a favor da ocupação, entre 20 a 30 estudantes se mobilizaram imediatamente e não tiveram problemas com professores ou a diretora para tomar posse das chaves do colégio. De acordo com o entrevistado, os professores se dividiram diante da situação: alguns professores criticaram a decisão dos estudantes de ocupar o colégio e tentaram incomodar os ocupantes; ao mesmo tempo, houve também professores que demonstraram solidariedade discretamente, com receio de serem hostilizados por aqueles que eram contrários à tática. A diretora teria sido favorável à ocupação no começo pois “ela achou que não ia durar”, relata um aluno; no entanto, depois de o colégio permanecer uma semana ocupado, ela mudou sua postura e começou a pressionar pela desocupação. Por outro lado, os pais e a população do bairro ajudaram doando alimentos para os estudantes, essencial para a manutenção da ocupação.

Cerca de 20 a 30 secundaristas permaneciam na ocupação durante o dia e 15 a 20 durante à noite. Quanto à organização espacial da ocupação, as salas de aula, utilizadas como dormitórios, foram separadas para homens e mulheres, o pátio, salas de aula e uma sala de vídeo também foram aproveitados para receber oficinas; não houve separação de trabalho por comissões nesse caso, diferente das outras ocupações de Londrina, mas foi possível realizar diversas atividades com o envolvimento de todos, zelando pelo espaço da escola:

> Entrevistado A: *Também a gente revezava na cozinha, o pessoal que sabia cozinhar revezava com o pessoal que limpava também, também revezávamos com a limpeza dos banheiros, dos quartos, principalmente no final de semana a gente fazia faxina geral no próprio colégio, tanto é que no Willie Davids teve um sábado que a gente foi lá fora, capinou todo o mato que tinha lá em volta do colégio, fizemos uma limpeza geral que as servidoras já senhoras não conseguiam mais fazer, a gente praticamente faxinou todo o colégio*.

Para aproveitar o tempo da ocupação, os secundaristas receberam diversas oficinas, que eram agendadas pelo movimento. Essas oficinas eram oferecidas,

principalmente, por professores da UEL e não da própria escola, sendo algumas delas relacionadas a questões LGBT, dança artística, teatro, história, econômica e política brasileira, cartografia, entre outros. As assembleias, além de terem a função de reunir os ocupantes para tomar decisões, foram muito importantes para que os estudantes pudessem expressar livremente seus pensamentos e angústias, sendo também um espaço de apoio mútuo quando necessário, principalmente em relação à exaustão de se manterem ali cotidianamente, longe de casa e vulneráveis diante de possíveis ameaças externas.

Enquanto permaneciam ocupando a escola, os estudantes construíram um espaço destinado à separação de resíduos sólidos orgânicos e recicláveis que antes não havia no colégio e ainda recolheram todos os entulhos e resíduos de uma antiga reforma da escola que estavam abandonados. A biblioteca escolar foi liberada para que os estudantes pudessem emprestar livros e os ocupantes incentivaram a leitura nesse espaço de costume pouco aproveitado.

Alguns docentes do colégio contribuíram para o movimento doando alimentos e dando apoio moral para os estudantes, confiando no poder e na importância de cada um que esteve presente na ocupação. Foram relatados alguns momentos de conflito, geralmente de pais ou moradores do bairro e a mídia que eventualmente discutiam com os secundaristas. Um dos mais graves que ocorreu envolvendo a ocupação incluiu estudantes desconhecidos de outro colégio próximo ao Willie Davids, que ameaçavam entrar no colégio ocupado pulando o muro e agredir fisicamente os ocupantes, e até fizeram ameaça de morte contra um estudante. Essas questões obrigaram os secundaristas a permanecerem em estado de alerta durante a noite contra qualquer tipo de ataque que pudesse ocorrer com eles.

Para um entrevistado, a ocupação teve um poder de transformação que despertou um interesse em ler e pesquisar mais assuntos e literatura política e econômica; fez que enxergasse que a escola, segundo ele, não serve apenas para formar alunos voltados para o mercado de trabalho, mas serve para formar ideias, pensamentos e uma interpretação do mundo. Também cita que a ocupação uniu os estudantes do ensino médio do Willie Davids e que esta escola foi bem representada diante das demais ocupações de Londrina. Quando perguntado se a ocupação rendeu um resultado positivo ou negativo, na opinião do entrevistado, a relação com os professores acabou se tornando complicada, pois muitos continuaram a fazer críticas à ocupação mesmo quando havia encerrado o movimento na escola. Houve ainda pequenas hostilidades por parte dos docentes contra os estudantes que participaram da ocupação após o retorno das aulas, como por exemplo dando um tratamento negligenciado para os estudantes dentro de sala de aula, muitas vezes

ignorando ou desmerecendo a participação deles nas aulas. Essa situação foi observada apenas nesse colégio em particular.

No dia 10 de outubro de 2016, segunda-feira, após as manifestações contra a PEC 55, a Reforma do Ensino Médio e depois de alguns colégios terem sido ocupados no final de semana, os membros do grêmio estudantil do Colégio Estadual Hugo Simas decidiram convocar uma assembleia com os secundaristas da própria escola. Para eles, a ocupação em um colégio localizado na zona Central de Londrina, junto com os demais, daria mais visibilidade para as pautas em questão.

De acordo com a entrevistada, a assembleia, marcada com o objetivo de aprovar ou não uma possível ocupação, foi considerada “complicada”. Estiveram presentes quase 400 estudantes, grande número resultado da mobilização do grêmio em um colégio com mais de mil estudantes do ensino fundamental e médio juntos. Houve falta de posicionamento claro dos que estavam presentes, refletido em um grande número de abstenções de votos, porém entre aqueles que eram favoráveis e contrários à ocupação, prevaleceu o voto favorável, sendo assim decidido que os estudantes ocupariam o colégio imediatamente.

Internamente, houve poucos problemas enfrentados pelos ocupantes: o acesso às chaves da escola possibilitou que eles pudessem utilizar as salas de aula para as oficinas e dormir, cantina e cozinha para se alimentar, entre outros espaços; houve um número de pessoas suficiente para organizar todas as atividades básicas que aconteciam, que as cumpriam pela divisão de tarefas de acordo com as comissões autônomas que foram estabelecidas. A escola recebeu uma oficina com conteúdo voltado ao vestibular, que ia ocorrer na época da ocupação, com a presença de quase 40 secundaristas. Os próprios ocupantes construíram uma horta vertical nesse período para deixar no colégio.

A comunidade externa, não apenas que reside no entorno do colégio, fez contribuições doando mantimentos para os estudantes que estavam situados na ocupação. A mãe de uma aluna, que também foi ex-estudante do Colégio Hugo Simas, se sensibilizou com a causa e chegou a frequentar a ocupação para ajudar com os afazeres. Após alguns dias, houve casos de professores que se dirigiam até o local com intenção de se manifestar contra e até de prejudicar o movimento estudantil estabelecido ali, chegando a desligar o registro de água de todo colégio para sabotar a ocupação. Um ataque similar ao ocorrido no Colégio Aplicação da UEL foi presenciado pelos secundaristas do Colégio Hugo Simas, que alegaram terem sofrido perseguições de grupos conservadores durante a ocupação, incentivados pelo mesmo vereador citado anteriormente.

A ocupação se aproximou da UPES em um primeiro momento, mas ao longo dos dias os ocupantes decidiram proibir a entrada de representantes dessa entidade dentro do

colégio, principalmente por não concordarem com o tipo de abordagem que faziam nos portões das escolas, com intenção de assumir parcela do crédito da ocupação, sem fazer parte dela cotidianamente. Esse tipo de atitude, segundo a entrevistada, descaracterizava a autonomia do movimento estudantil naquele local.

Segundo a entrevistada, a ocupação mudou sua forma pessoal de instigar, de enxergar a política e de se reconhecer como ser político. Para o movimento estudantil londrinense, as ocupações que se espalharam pela cidade reuniram estudantes e grêmios que antes não tinham relações. Com essa força reunida durante esse tempo, foi possível planejar a reativação da União Londrinense dos Estudantes Secundaristas (ULES), coletivo que estava há anos abandonado, embora ainda não tenha sido efetivado esse plano até hoje. Ainda de acordo com a estudante, ela avalia que:

> Entrevistada A: *Eu acho que teve mais pontos negativos do que positivos, com o acontecido da infiltração das organizações políticas enfraqueceu a autonomia do movimento e no contexto que a gente tava vivendo tudo que a gente menos precisava era de alguém deslegitimando a nossa luta né, nossa reivindicação. Mas o positivo foi que deu visibilidade ao estudante, a forma dele de se organizar tanto politicamente como socialmente, isso foi um ponto positivo que tipo a galera mais jovem teve a capacidade de se organizar politicamente numa forma autônoma.*

Os cenários das ocupações de Londrina apresentados revelaram as relações de poder exercidas pelos estudantes nos colégios ocupados. Os secundaristas pretenderam controlar esses espaços através da autogestão, praticando as mais variadas atividades durante o período que os ocuparam. A ocupação paralisou o espaço e tempo habitual da escola, ou seja, alterou o modo de os estudantes usufruírem do espaço escolar e se organizarem nele, assim como a organização do trabalho durante a ocupação. As eventuais mudanças na relação aluno-escola, na paisagem da escola e até mesmo no pensamento dos jovens que participaram desse processo foram oriundas dessa organização específica dos próprios secundaristas.

Considerações finais

Em razão do processo aqui estudado ser relativamente recente, as reflexões apontadas em outros trabalhos acadêmicos sobre as ocupações escolares têm sido desenvolvidas há pouco mais de um ano, demonstrando a relevância do movimento para a comunidade acadêmica. Dessa forma, este trabalhou buscou contribuir para essas reflexões sobre o tema por meio da perspectiva geográfica, até então pouco discutida por esse viés.

A dinâmica das ocupações gerou novas formas de ação política não institucionalizadas, levantou a urgência de transformar a escola em um espaço mais amplo para o diálogo e discussões políticas e sociais, que normalmente são raras, assim como formou ou fez eclodir nesse período uma juventude crítica e ativista, que demonstrou grandes potenciais e capacidades de argumentação, organização e ação.

Para os secundaristas que tiveram participação no processo de ocupações de suas escolas, houve ressignificação de valores pessoais, políticos e sociais e o fortalecimento de relações com a comunidade escolar e com o espaço escolar em si. Demonstraram que o exercício da autonomia pela participação coletiva e igualitária foi uma das chaves para avançar o movimento com princípios firmes, contrapondo o interesse de movimentos que visavam representar ou conduzir o rumo das ocupações, além de criticar as medidas em xeque que estavam sendo tomadas sem a consulta e participação dos estudantes.

As práticas espaciais das ocupações configuraram novas territorialidades e colocaram as escolas como territórios temporários, cíclicos e dissidentes, de escala espacial pequena e de curta duração, abrangendo a duração do movimento que se deu entre uma semana a quase um mês. Apesar de os estudantes terem ocupado as escolas, tomando controle quase que total sobre esse espaço, ainda foram suscetíveis, em um dos casos analisados, ao poder da direção que foi capaz de limitar, em certa medida, o poder autônomo pretendido.

O que se pretende destacar é que as relações de poder manifestadas pelos estudantes e os processos de socialização forjados nesse espaço a partir da organização interna, marcada pela autogestão, confrontou diretamente as tentativas exteriores à ocupação. O resultado foi a geração de conflitos e disputas de interesses entre os atores envolvidos da comunidade escolar e a sociedade em geral.

A ocupação enquanto processo de territorialização estudantil também gerou transformações na funcionalização do espaço escolar. Chamamos de refuncionalização a maneira com que a escola foi utilizada e gestionada de outra forma, com desenvolvimento de atividades para além das pedagógicas e de ensino, e definidas de acordo com as decisões internas das assembleias de cada ocupação. A refuncionalização também gerou a ressignificação simbólica-cultural do espaço escolar, na medida em que os estudantes puderem repensar a relação de pertencimento e como é a escola que os estudantes almejam, e das relações entre si, através do sentimento de união, força e amizade.

Uma avaliação mais completa da realidade do movimento aqui tratado e de seus efeitos carece de outras investigações e abordagens. A importância efetiva só poderá ser considerada com o decorrer do tempo, pois a mobilização das ocupações ainda é recente. Neste caso, o trabalho que aqui se encerra pode colaborar para futuras investigações sobre

o processo de ocupações escolares que envolvam a possibilidade de constituição de novas territorialidades e territórios no âmbito da ciência geográfica.

Referências

ARONI, Rafael. As ocupações escolares e os secundaristas: desafios, limites e ensinamentos das ações coletivas. Congresso Brasileiro de Sociologia, n. 18, 2017, Brasília. **Anais...** Disponível em: <http://sbs2017.com.br/anais/resumos/PDF-eposter-trab-aceito-1126-2.pdf>.

CAMPOS, Antonia M et al. **Escolas de luta**. São Paulo: Veneta, 2016. (Coleção Baderna).

CATINI, Carolina de Roig; MELLO, Gustavo Moura de Cavalcanti. Escolas de luta, educação política. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 37, n. 137, p. 1177-1202, out./dez. 2016. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87349469016>. Acesso em 10 de janeiro de 2018.

CORTEZ, Ana Carolina. **No Rio Grande do Sul, mobilização estudantil contra "Escola sem Partido"**. 2016. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/23/politica/1466708749_682715.html>. Acesso em 2 de outubro de 2017.

FERREIRA, Denilson da Silva. Território, territorialidade e seus múltiplos enfoques na ciência geográfica. **Campo-território**: revista de geografia agrária, Uberlândia, v. 9, n. 17, p. 111-135, abr., 2014. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/19883>. Acesso em 26 de setembro de 2017.

FLACH, Simone Fátima; SCHLESENER, Anita Helena. Análise de conjuntura sobre as ocupações de escolas no Paraná a partir do pensamento de Antonio Gramsci. **ETD – Educação Temática Digital**. Campinas, v. 19, n. 1, p. 165-186, jan./mar. 2017

FOLLIS, Massimo. Autogestão. In: BOBBIO, Norberto *et al*. (orgs.). **Dicionário de política**. 5ª ed., vol. 1. Brasília: UNB, 2000. p. 74-81.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. ***GEOgraphia***. Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 19-44, mar. 2007. Disponível em: <http://www.geographia.uff.br/index.php/geographia/article/view/213>. Acesso em 28 de setembro de 2017.

JANUÁRIO, Adriano *et al*. As ocupações de escolas em São Paulo (2015): autoritarismo burocrático, participação democrática e novas formas de luta social. **Revista Fevereiro**, n. 9, abr. 2016. Disponível em: <http://www.revistafevereiro.com/pag.php?r=09&t=12>. Acesso em 28 de junho de 2017.

JUNGES, Clarice; PAGANI, Eliane Barbosa Santos. Juventude e reestruturação conservadora da educação brasileira: a "primavera secundarista" em Londrina/PR. Seminário Integrado de Pesquisa, V, 2016, Londrina. **Anais...** Londrina: UEL, 2016. p. 582-598. Disponível em:

<http://www.uel.br/eventos/ppgsoc/pages/arquivos/ANAIS%20V%20SIPECS_2016%20copy.pdf>.

PIOLLI, Evaldo *et al*. A proposta de reorganização escolar do governo paulista e o movimento estudantil secundarista. **Crítica Educativa**, v. 2, n. 1, p. 21-35, jan./jun. 2016. Disponível em: <http://www.criticaeducativa.ufscar.br/index.php/criticaeducativa/article/view/71>.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REDAÇÃO BONDE. **Ocupação chega em 31 colégios de Londrina, afirma estudantes**. 2016. Disponível em: <http://www.bonde.com.br/educacao/ensino/ocupacao-chega-a-31-colegios-de-londrina-afirmam-estudantes-425747.html>. Acesso em 17 de junho de 2017.

ROSSI, Marina. **Decisão da Justiça garante suspensão da reorganização escolar de Alckmin**. 2015. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/17/politica/1450385205_019544.html>. Acesso em 15 de setembro de 2017.

_____. **MBL monta contraofensiva para desocupar escolas no Paraná**. 2016. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/29/politica/1477698231_566717.html>. Acesso em 26 de dezembro de 2017.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CÔRREA, Roberto Lobato (orgs.). **Geografia**: conceitos e temas. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 77-117.

_____. Território e (des)territorialização. In: _____. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócioespacial**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. p. 77-110.

_____. **Do "direito à cidade" ao direito ao planeta**: territórios dissidentes pelo mundo afora e seu significado na atual conjuntura (2ª parte). 2014. Disponível em: <http://passapalavra.info/2014/07/98046>. Acesso em 29 de junho de 2017.

Sobre os autores

Rei Kuboyama – Graduaçção em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL); Pós-graduação em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). **OrcID** – https://orcid.org/0000-0001-6750-7744

Fábio César Alves da Cunha – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL); Mestrado e Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp); Pós-Doutorado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR); Docente do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina (UEL). **OrcID** – https://orcid.org/0000-0001-6515-8165

Como citar este artigo

KUBOYAMA, Rey; CUNHA, FÁBIO CÉSAR ALVES. “A escola é nossa!”: territorialidades do movimento estudantil nas ocupações das escolas de Londrina (PR) em 2016. **Revista NERA**, v. 22, n. 49, p. 31-58, 2019.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos autores. As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. Os autores **Rei Kuboyama** e **Fábio César Alves da Cunha** ficaram responsáveis pelo desenvolvimento teórico-conceitual; pela aquisição, interpretação e análise de dados e pelos procedimentos técnicos e tradução do artigo.

Recebido para publicação em 23 de setembro de 2018.
Devolvido para a revisão em 27 de outubro de 2018.
Aceito para a publicação em 23 de novembro de 2018.

A mobilidade cotidiana campo-cidade nas sociedades rurais em Cajuri e Coimbra/MG

Elenice Aparecida Coutinho
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.
e-mail: eleniceufv2004@gmail.com

Ana Louise de Carvalho Fiúza
Universidade Federal de Viçosa (UFV) – Viçosa, Minas Gerais, Brasil.
e-mail: louisefiuz@ufv.br

Resumo

Analisar o cotidiano das pessoas que vivem no campo a partir dos deslocamentos contribui para compreender como se estrutura o modo de vida dos rurais em meio às transformações no contexto de urbanização das sociedades rurais. O objetivo deste artigo é analisar as características do deslocamento de habitantes do campo em direção a cidade e apontar alguns elementos de como este processo influencia em seus modos de vida. A pesquisa teve caráter *cross-sectional,* com a aplicação de 94 questionários nos municípios de Cajuri e Coimbra/MG. Os resultados revelam que estes deslocamentos se distinguem daqueles retratados nos estudos de pendularidade urbana atrelada à demandas relacionadas ao trabalho e ao estudo. A mobilidade estava majoritariamente relacionada às demandas por bens e serviços dentro do próprio município de origem, sendo que os deslocamentos não cotidianos se direcionavam para fora do município de origem. O estudo apontou, ainda, que os padrões de deslocamento são diferentes considerando-se o gênero, faixa etária. E a mobilidade cotidiana constitui nos pequenos municípios como um mecanismo importante para as trocas materiais e culturais dos rurais com os citadinos.

Palavras chaves: Mobilidade Cotidiana; Campo-Cidade; Modo de Vida.

The daily mobility field-city in rural societies in Cajuri and Coimbra / MG

Abstract

Analyzing the daily life of people living in the countryside from the displacements helps to understand how the rural way of life is structured in the midst of transformations in the context of the urbanization of rural societies. The objective of this article is to analyze the characteristics of the displacement of the inhabitants of the field towards the city and to point out some elements of how this process influences in their ways of life. The research was cross-sectional, with the application of 94 questionnaires in the municipalities of Cajuri and Coimbra / MG. The results reveal that these displacements are distinguished from those portrayed in the studies of urban pendularity linked to demands related to work and study. Mobility was mainly related to the demands for goods and services within the municipality of origin, and non-daily movements were directed outside the municipality of origin. The study also pointed out that the patterns of displacement are different considering the gender, age group. And the daily mobility constitutes in the small municipalities as an important mechanism for the material and cultural exchanges of the rural ones with the city-dwellers.

Keywords: Daily Mobility; Countryside-City; Way of Life; Cajuri and Coimbra; Minas Gerais.

La movilidad cotidiana campo-ciudad en las sociedades rurales en Cajuri y Coimbra / MG

Resumen

Analizar el cotidiano de las personas que viven en el campo a partir de los desplazamientos contribuye a comprender cómo se estructura el modo de vida de los rurales en medio de las transformaciones en el contexto de urbanización de las sociedades rurales. El objetivo de este artículo es analizar las características del desplazamiento de habitantes del campo hacia la ciudad y señalar algunos elementos de cómo este proceso influye en sus modos de vida. La investigación tuvo carácter cross-seccional, con la aplicación de 94 cuestionarios en los municipios de Cajuri y Coimbra / MG. Los resultados revelan que estos desplazamientos se distinguen de aquellos retratados en los estudios de pendularidad urbana vinculada a demandas relacionadas al trabajo y al estudio. La movilidad estaba mayoritariamente relacionada a las demandas por bienes y servicios dentro del propio municipio de origen, siendo que los desplazamientos no cotidianos se dirigían hacia fuera del municipio de origen. El estudio apuntó, además, que los patrones de desplazamiento son diferentes considerando el género, grupo de edad. Y la movilidad cotidiana constituye en los pequeños municipios como un mecanismo importante para los intercambios materiales y culturales de los rurales con los municipios.

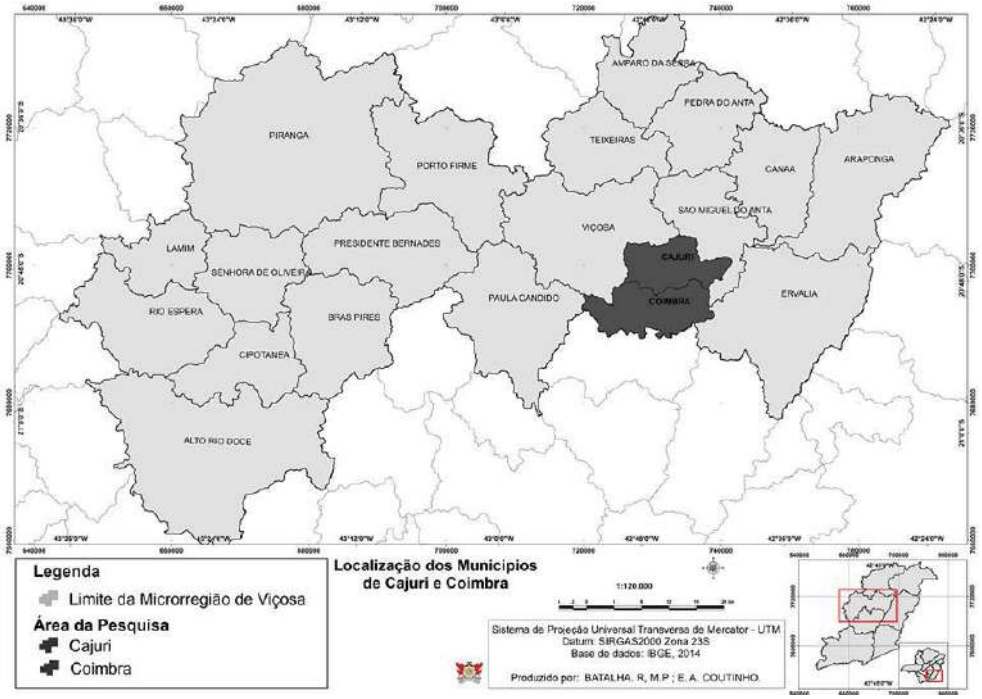
Contraseñas: Movilidad cotidiana; Campo-Ciudad; Modo de vida; Cajuri y Coimbra; Minas Gerais.

Introdução

O campo brasileiro vem apresentando de forma cada vez mais intensas mudanças na forma de ocupação do solo e em sua organização social. Dentre as principais transformações destacam a incorporação de tecnologias na agricultura, as melhorias nos meios de transportes e de comunicação que vêm aproximando os espaços e estreitando a interação entre citadinos e rurais.

Este estudo está circunscrito ao contexto dos pequenos municípios de Cajuri e Coimbra, que se localizam na microrregião de Viçosa, pertencente à mesorregião Zona da Mata Mineira do estado de Minas Gerais.

Mapa 1: Localização dos Municípios Pesquisados



Fonte: Base de dados IBGE, 2104. Produzido por BATALHA, R. M.P.; COUTINHO, E. A.

A escolha dos dois municípios se deu pelo fato deles apresentarem, segundo IBGE (2010), características típicas de mais de 80% municípios brasileiros: população abaixo de 20 mil habitantes, baixa densidade demográfica, função predominantemente residencial, economia baseada na oferta de serviços e pouco diversa. O objetivo deste artigo é analisar as características do deslocamento de habitantes do campo em direção a cidade e discutir elementos de como este processo influencia seus modos de vida. Ao se estudar os deslocamentos cotidianos realizados pelos habitantes do campo nestes pequenos municípios foram mapeados a intensidade dos seus deslocamentos e o tipo de demandas que tinham em relação à cidade, considerando as variáveis de gênero e "faixa etária".

Um aspecto importante a se considerar aqui diz respeito à originalidade no estudo do deslocamento cotidiano entre campo e cidade realizado pelos habitantes do campo. Geralmente, o "deslocamento cotidiano" é objeto dos estudos urbanos. De tal modo, estudar as características deste tipo de mobilidade considerando-se os moradores do campo pode trazer importantes informações sobre a dinâmica social em pequenos municípios, que representam a expressiva maioria dos municípios brasileiros. O movimento cotidiano[1], a partir do deslocamento pendular[2] tem sido comumente estudado a partir dos fluxos vinculados ao trabalho e ao estudo. Entretanto, como o próprio IBGE (2011) adverte este tipo de mobilidade

[1] A mobilidade cotidiana é aqui compreendida enquanto a micromobilidade que se dá em uma escala temporal curta.
[2] Considerado o deslocamento diário residencial para o trabalho ou estudo.

além de ter forte ligação com o movimento da economia, está relacionado, também, com a sociedade de uma forma mais ampla, visto que este pode se refletir em ações individuais e coletivas.

Neste sentido, analisar o cotidiano das pessoas que vivem no campo a partir dos deslocamentos pode contribuir para compreender a mobilidade para além do mercado de trabalho, da busca por educação e avança sobre como se estrutura o modo de vida dos rurais em meio às transformações no contexto de urbanização[3] das sociedades rurais[4]. Estas sociedades vêm sendo marcadas, gradualmente, pela diversificação produtiva e pela pluriatividade[5] no campo. Os agricultores e a sociedade rural, como um todo, passam a vivenciar, então, em diferentes intensidades, os efeitos da reestruturação econômica e social que atinge os pequenos municípios, os quais se revelam no aparecimento de novas atividades econômicas e culturais.

Para além desta "Introdução" apresenta-se o "Marco Teórico" – Modos de Vida e Mobilidade Campo-Cidade – que reflete brevemente o que consiste a mobilidade campo-cidade e suas relações com o modo de vida rural. Em seguida apresentamos os procedimentos metodológicos, os instrumentos de coleta e análise de dados, detalhando questões relativas à amostragem e as justificativas para a pesquisa nos dois municípios pesquisados. A quarta sessão, se refere aos principais resultados da mobilidade rotineira dos rurais, e está subdivida em duas partes que trazem as especificidades da mobilidade cotidiana distintamente em gênero e faixas etárias evidenciando que o modo de vida rural reflete demandas próprias em jovens, adultos, idosos, homens e mulheres. A quinta parte, referente às conclusões, aponta o quanto o modo de vida rural visto a partir dos deslocamentos rotineiros dos rurais para a cidade refletem situações e demandas cotidianas cada vez mais vinculadas ao modo de vida considerado urbano. Igualmente vai ao encontro de estudos que apontam o campo como um espaço não essencialmente agrícola. Além disso, a mobilidade campo – cidade se distingue em gênero e faixa etária dos estudos de pendularidade destacados no censo demográfico, estes vinculados para trabalho e estudo. Os deslocamentos se comprovaram ainda atrelados principalmente a demandas de consumo por bens e serviços concentrados na cidade, fato que poderia servir como um importante indicador

[3] Por urbanização das sociedades rurais entende-se, os fenômenos, por meio dos quais os padrões de vida, inicialmente, citadinos, alcançam o campo, tais como os relacionados à forma de morar, ao consumo de bens, de serviços e de tecnologias domésticas e agrícolas advindas com o avanço da modernidade, etc.
[4] A expansão da Cultura Urbana para as sociedades rurais foi estudada por Lefbvre (2001), Rambaud (1973), Wirth (1979).
[5] Segundo Wanderley (2009) a pluriatividade não constituí necessariamente o abandono das atividades agrícolas, mas frequentemente expressa uma estratégia familiar para garantir a permanência no meio rural e os vínculos com o patrimônio familiar.

para a elaboração de políticas públicas inovadoras para o campo, o quanto estudar o campo passa pelo entendimento cultural dos sujeitos.

Modos de Vida e Mobilidade Campo-Cidade

As inúmeras transformações no campo brasileiro, de carater recentes, têm sido impulsionadas pelas relações capitalistas de (re)produção que estreitam e colocam em relevo a interação entre as formas de se viver na cidade e no campo. Ao retratar os modos de vida no campo e na cidade, é primeiro importante esclarecer que entende-se campo e cidade como espaços físicos de assentamento humano. E urbano e rural enquanto conteúdos sociais, ou seja, expressões de formas de ser e fazer, de hábitos, podendo ser compreendidos também como adjetivação territorial ENDLICH (2010); SPOSITO (2010). Nas palavras de Wanderley (2000; 2009) o campo é visto como uma categoria que se transforma podendo compreender diversos aspectos sociais mais ou menos tradicionais que dão forma ao campo a partir das expressões de rural (re) produzidas. Portanto, ainda que menos tradicional ou marcado por características essencialmente agrícolas, não estaríamos diante de um novo rural ou do fim do rural, mas de uma nova ruralidade que na sociedade moderna, não se estabelece como uma essência cristalizada e imutável.

O autor francês Placide Rambaud[6] (1973) ao analisar a sociedade rural francesa, depois da Segunda Guerra Mundial, fez uso da concepção de urbanização do campo para explicar como as categorias urbano e rural enquanto modos de vida passam a ser também transformadas como consequência da relação campo e cidade. O referido autor caracterizou a urbanização como um complexo processo de circulação cultural, no qual as mudanças ocorreriam de forma distinta entre os grupos sociais, mesmo dentro de um mesmo *village.* As transformações ocorridas nas sociedades rurais advinham da circulação de pessoas, de bens e serviços relacionados à “Cultura Urbana”.

Em síntese, os rurais “incorporam” modos de vida urbanos em suas relações assim como nas aquisições de bens de consumo e serviço que chegam ao campo pela proximidade desses dois espaços que passam a não ser vistos com antagônicos. Contudo, essa movimentação significativa impactava de forma distinta os diferentes grupos sociais. Rambaud (1973) advertiu que as mulheres e os jovens se revelaram mais acessíveis e

[6] Para maiores detalhes consultar: SILVEIRA, N. L.; COUTINHO, E. A.; FIUZA, A. L. C**.** A atualidade da obra sociedade rural e urbanização, de Placide Rambaud, para a compreensão das transformações do campo no Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura** (UFRRJ), v.21, p.160 -, 2013.

curiosos às mudanças culturais urbanas. O autor constatou ainda que estes grupos tinham maior aderência e à adoção de novas tecnologias, tornando-se difusores hábitos e valores até então novos no campo. Ao contrário os homens adultos e os idosos se declaravam mais resistentes à inclusão de hábitos e valores nativos da cidade.

De forma precursora a obra de Rambaud (1973) nas aldeias francesas revelou que o modo de vida dos rurais se transformou de forma processual e heterogênea. Sua pesquisa contribuiu de forma apreciável para os estudos das transformações do campo, porque o autor verificou que processo de penetração da cultura urbana nas sociedades rurais ocorre por meio de vários veículos como, por exemplo, o turismo rural, a educação, o jornal, as atividades não agrícolas, o reordenamento fundiário, uso de tecnologias, principalmente. Deste modo, os estudos de Rambaud (1973) levam a admitir que a maior concatenação entre campo e cidade maior será a sinergia dos modos de vida entre elas. Este processo pode ser dar por meio do acesso dos rurais a novas atividades no mercado de trabalho no campo e na cidade, pelo uso dos meios de informação e de comunicação, da aquisição de meios de locomoção, pelo consumo de bens processados ou industrializados, também, pela oferta de serviços de lazer por parte dos rurais aos citadinos, etc. Todo este contexto aponta para o avanço do processo que Rambaud (1973) denominou de urbanização dos modos de vida no campo, e se dá de forma gradual e heterogênea.

Em relação ao termo urbanização do campo Rambaud (1973) afirmava que este processo se faria por meio da aculturação do modo de vida rural ao urbano, e o mesmo não implica em um processo homogeneizado e sincronizado. Em outras palavras, trata-se de uma incorporação processual, e seletiva - parte de alguns segmentos da sociedade rural - de hábitos de consumo e aprendizado. Isto se traduz em escolhas feitas pelos rurais a partir de avaliações daquilo que considerariam relevantes para si entre os elementos da cultura urbana. Poderia ser um refrigerante, uma camiseta, um trator, um estilo musical, um modo de falar etc.. A aculturação implicaria, portanto, em graus de abertura diferenciados na adoção de novas práticas sociais que são diretamente dependentes da possibilidade e forma de acesso que os moradores do campo têm em relação a valores, bens e serviços presentes na cidade.

Os deslocamentos rotineiros dos rurais possuam uma dinâmica própria, distinta da realizada pelos citadinos, principalmente, no que se refere aos movimentos diários que ocorrem nas metrópoles. A mobilidade como um todo, se constitui em um fenômeno de crescente relevância demográfica, econômica, psicológica, social, política e nas últimas duas décadas tem recebido especial atenção do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística (IBGE) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) [7]. No entanto, os estudos relativos à mobilidade humana fazem referência, principalmente, à migração, tanto entre países, como em nível nacional, ou, ainda, para áreas de formação de fronteiras e para regiões metropolitanas. Atualmente, os deslocamentos compreendidos pelo curto espaço de tempo também têm ganhado relevância por serem entendidos como essenciais à compreensão das dinâmicas regionais, como enfatizado por Vainer (1998), Cunha (2005), Pereira (2008), Stamm & Staduto (2008), Ribeiro & Paternak (2009), Pereira & Herrero (2011), IBGE (2011), dentre outros.

No que diz respeito ao fato do estudo ter sido realizado em pequenos municípios, cabe esclarecer que o número de habitantes de um município tem sido critério internacionalmente utilizado para classificá-lo. No Brasil, os argumentos científicos utilizados para caracterizar os municípios têm sido desprezados, vindo predominar desde 1934 os critérios político-administrativos (SANTOS, 1979). Na literatura científica, a urbanização é comumente expressa em espaços onde existem maiores efeitos da tecnologia e da informação, que aglutinam um maior número de pessoas, de infraestrutura e de bens e serviços. Mas este processo, que teve início na cidade, não se restringe mais a ela. A demanda por saúde e educação, os consumos de eletrodomésticos e de tecnologias da informação vêm ampliando o fenômeno da urbanização para além do campo (ENDLISH, 2009).

Segundo Santos (1979) haveria uma dependência entre cidades em forma de pirâmide, em que as de nível superior satisfariam as demandas de produtos e serviços das cidades locais. Todavia, em estudos posteriores, Santos (1996) e Côrrea (1999) atestaram que esta dependência já não se apresentava de uma forma tão rígida e assimétrica em relação às "cidades regionais", em função da expansão técnico-científico-informacional ter possibilitado às "cidades locais" participarem e realizarem trocas em diferentes circuitos da economia, vindo a se vincular a mais de uma rede urbana. As cidades locais denominadas desta forma por Santos (2012) seriam, pois, marcadas em grande medida pela ampla interdependência das trocas materiais e imateriais entre o campo e a cidade.

É nítido que a maior ou menor inserção do campo no processo de urbanização pode fazer com que a expressão do urbano seja nele mais acentuada ou não. A este fenômeno os autores como Graziano (1997), Favareto (2007), Kageyama (2008) vêm denominando de *continuum* "rurbano", o qual apontaria para o fim das oposições binárias entre campo e cidade. A diferenciação entre estes espaços seria muito mais em função da intensidade e da

[7] De acordo com o relatório sobre o movimento pendular elaborado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 2009, a abordagem sobre este tipo de movimento populacional não é nova na Geografia ou na Demografia, tendo sido incorporada pela primeira vez no censo brasileiro em 1970.

significação entre os elementos constitutivos de ambos os espaços. Contudo, tal processo de aproximação entre os modos de vida daqueles que vivem no campo e na cidade, não apontaria para um processo de homogeneização cultural, em função, justamente, de tais influências serem absorvidas e resignificadas em nível local, de forma heterogênea até mesmo entre os indivíduos que compõe um mesmo grupo social. Este fenômeno pode ser observado entre os jovens e as mulheres, que geralmente têm maior anseio por buscar se integrar à dinâmica urbana em comparação a homens adultos e idosos.

Os deslocamentos cotidianos do campo para a cidade em pequenos municípios permite a percepção da influência dos padrões culturais urbanos expressos nas pessoas que vivem campo. No estudo sobre a pendularidade de trabalhadores rurais no interior de São Paulo, Maciel & Favoretto (2012, p.01) afirmam que "(...) a pendularidade modifica e solidifica os espaços rurais". Nas cidades estudas pelas autoras foi identificado que as situações de precariedade das famílias faziam com que elas se inserissem tanto no mercado formal quanto no mercado informal, na cidade e no campo, como forma de reprodução social. Maciel & Favoretto (2012, p.03) afirmam que a "(...) mobilidade cotidiana – de famílias e indivíduos – seria decorrente de diversas motivações e não implicaria a mudança definitiva das mesmas dos seus espaços sociais de vida". Neste caso, o deslocamento se constituiria em uma estratégia familiar de sobrevivência.

Procedimentos metodológicos

O município de Cajuri, segundo os dados do IBGE (2010), possui uma população de 4.407 habitantes, sendo que 1.951 (44,27%) residem no campo e 2.456 (55,73%) na cidade. A paisagem é composta por propriedades familiares baseadas na produção de café, banana e feijão. Além da agricultura de mão de obra familiar e contratante de trabalhos sazonais. O setor público se constitui na principal opção de emprego do município, por meio de cargos ao nível municipal e estadual. Já a cidade de Coimbra, de acordo com o último censo (IBGE, 2010) possui população de 7.054, sendo 1.898 (26,90%) correspondente à que vive no campo e 5.156 (73,1%) à população na cidade. A paisagem rural também é composta por agricultores familiares e predominantemente plantações de café, tomate e feijão e grandes propriedades não são comuns. O espaço urbano de Coimbra é economicamente mais dinâmico com maior oferta de produtos e serviços em relação à cidade de Cajuri, entretanto, o setor público em ambos os municípios constituem uma importante fonte de emprego e renda.

O cálculo da amostra dos residentes rurais dos municípios foi efetuado a partir de um levantamento realizado na base de dados do IBGE (2010) levando-se em conta o sexo e as

faixas etárias elaboradas pelo Instituto. Em Cajuri obteve-se o total de 1.530 pessoas em Cajuri e em Coimbra com 1.399 totalizando 2.929 pessoas. As faixas etárias selecionadas foram delimitadas considerando-se os seguintes estratos: o dos "jovens", de 15 a 19 anos; o dos "jovens adultos" de 20 até 29; o dos "adultos" entre 30 a 49; o dos "adultos maduros" entre 50 a 60 anos; e dos "idosos" com mais de 60 anos. Para o cálculo da amostra, considerou-se além da população total que vive no campo em ambos os municípios, 2.929 pessoas, o erro de 10% e a confiança de 95%. Os cálculos da amostra foram realizados segundo a fórmula da proporção finita de Bolfarine e Bussab (2005), dada por:

$$n = \frac{Z^2_{\alpha/2} \times \hat{p} \times \hat{q} \times N}{Z^2_{\alpha/2} \times \hat{p} \times \hat{q} + (N-1)E^2}$$

Onde:

n = tamanho amostral
Z = valor tabelado de uma distribuição normal
N = tamanho populacional
E = margem de erro ou erro máximo de estimativa
p = proporção populacional de indivíduos que pertence à categoria que estamos estudando
q = proporção populacional de indivíduos que não pertencem à categoria que estamos estudando (q = 1 – p).
α = nível de significância

Fonte: Bolfarine e Bussab (2005).

Como os valores populacionais p e q eram desconhecidos, substituiu-se pelos valores amostrais $\hat{p}$ e $\hat{q}$ por 0,5. Para proceder ao cálculo somou-se o número total de moradores do campo em cada município, representado na fórmula por N. Desta forma, o cálculo foi realizado com os seguintes valores:

$$n = \frac{(1{,}96) \,.\, (0{,}5) \,.\, (0{,}5) \,.\, (2.929)}{(1{,}96).\ 0{,}5.\ 0{,}5 + (2.929 - 1).\ (0{,}10)} = 94$$

Tendo em vista a desigualdade entre o número absoluto de pessoas residentes nos dois municípios[8] aplicou-se a proporção para manter a correspondência com a população relativa a cada município. A fórmula aplicada foi:

$$n_i = \frac{n \times N_i}{N},\ i = 1,2$$

Onde:

[8] O município de Cajuri com o total de população urbana muito próxima do total de população rural, e o município de Coimbra o total da população rural é inferior ao total da população urbana.

n = tamanho amostral referente a um determinado município
n = tamanho amostral
N i = tamanho populacional referente ao município
N = tamanho populacional
i = refere aos municípios pesquisados

Fonte: Adaptação das autoras para expor os elementos da fórmula utilizada para o cálculo proporcional da amostra.

Aplicando essa fórmula para o município de Cajuri obteve-se:

$$N1 = \frac{94.\ (1.530)}{2.929} = 49 \text{ pessoas}$$

Para Coimbra obteve-se:

$$N2 = \frac{94.\ (1.399)}{2.929} = 45 \text{ pessoas}$$

Como estratégia de garantia de acesso à informações atualizadas sobre a população do campo, o levantamento dos dados sobre as comunidades dispersas nas áreas rural e famílias foi consultada a secretaria de saúde de cada município a partir dos dados do Programa de Saúde da Família (PSF). Assim, foi possível conhecer o número de membros de cada casa distinguindo em sexo e idade, os quais foram tabulados e sorteados por meio do programa RADON[9]. No município de Cajuri foram entrevistadas[10] 49 pessoas e em Coimbra 45, conforme dispostos abaixo.

[9] Software de uso livre na internet. Disponível no site: http://www.random.org/, configura uma amostragem probabilística aleatória. Acesso em 11 set. de 2013

[10] As entrevistas foram realizadas durante três meses no ano de 2013. Os técnicos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) de cada município foram facilitadores no transporte durante as entrevistas no campo e contribuíam na divulgação da pesquisa entre os interlocutores.

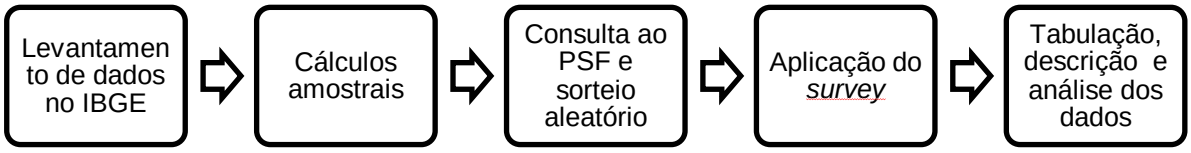
Tabela 1: **Amostra Proporcional Entre as Faixas Etárias e o Sexo**

Faixas etárias	Pop. da pesq.	Total de questionários	Sexo masc.	Total de questionários masculinos	Sexo Fem.	Total de questionários femininos
15 a 19 anos (jovens)	326 (11,1%)	11 (11,7%)	175	6 (6,4%)	151	5 (5,3%)
20 a 29 anos (jovens adultos)	551 (18,8%)	17 (18,0%)	236	9 (9,6%)	245	8 (8,4%)
30 a 49 (adultos)	1.108 (37,9%)	36 (38,2%)	577	22 (23,3%)	657	14 (14,9%)
50 a 59 (adultos maduros)	431 (14,7%)	14 (14,8%)	226	7 (7,4%)	205	7 (7,4%)
Acima de 60 (idosos)	513 (17,5%)	16 (17,0%)	281	8 (8,5%)	232	8 (8,5%)
Total	2.929 (100%)	94 (100%)	1.214	52 (55,32%)	1.490	42 (44,78%)

Fonte: IBGE (2010); Dados da Pesquisa (2014). Elaboração: autoras.

Os procedimentos metodológicos estão sinteticamente expostos na figura:

Figura 1: Síntese dos Procedimentos Metodológicos



Elaboração: Autoras, 2018.

Para a análise das características dos deslocamentos rotineiros realizados pelos rurais, a metodologia considerou as variáveis: tempo, distância e frequência. Quanto às extensões percorridas foram criados quatro grupos: de 0 a 10 km, “Deslocamentos de Curta Distância”; de 11 a 20 km, “Deslocamentos de Médias Distâncias”; de 21 a 50 km, “Deslocamentos de Longas de Distâncias”; e os Deslocamentos superiores a 51 km, como “Muito Longos”. O tempo gasto contabilizado em minutos, também seguiu esta mesma lógica, sendo classificado como: “De Curto Prazo”, de 0 a 20 minutos; “De Médio Prazo” entre 21 e 40 minutos; “De longo Prazo” no intervalo de 41 a 60 minutos; e “De Muito longo Prazo” acima de 60 minutos. Quanto à frequência o número de deslocamentos foram considerados “Baixo”

quando ocorreram até 7 vezes ao mês, “Médio” variando entre 8 e 15 vezes, “Frequente” de 16 a 30 e considerado “Elevado” entre 31 e 60 ocasiões ao mês identificado como maior número de deslocamentos, isto é duas vezes ao dia. Os intervalos apresentados aqui foram criados baseados nos resultados da pesquisa, ou seja, na prática dos rurais ao se deslocarem para a cidade, portanto, em parâmetros que refletem o modo de vida deles em relação à mobilidade cotidiana efetuada.

O *survey* foi aplicado aos indivíduos sorteados a partir de quinze anos[11], em virtude de apresentarem maior possibilidade de autonomia tanto para efetuar os deslocamentos, quanto para responder às questões investigativas, e normalmente os jovens, nesta idade, já cursam o ensino médio. Os dados coletados foram sistematizados e analisados com a ajuda do *software* SPSS versão 20.0. Nesta primeira etapa utilizaram-se indicadores relativos ao perfil socioeconômico tais, como: sexo, idade, escolaridade, propriedade da terra, renda agrícola, renda não agrícola, tamanho da família, tamanho da propriedade, acesso e uso de meios de comunicação, acesso a veículos automotores, tempo de residência no campo, entre outras.

Para a caracterização dos movimentos cotidianos entre o campo e a cidade foram considerados os indicadores básicos relativos as distâncias percorridas, à frequência, ao tempo gasto, às finalidades do deslocamento, ao meio de transporte, entre outros. As condições das vias de deslocamento apresentavam características comuns, ambas são estradas de terra (sem pavimentação), os rurais são, portanto, reféns da política municipal vigente de manutenção – capina, técnicas de conservação e fluxo de águas fluviais, cascalhamento e manutenção e melhorias das vias. De modo geral, durante a pesquisa de campo os caminhos eram positivamente trafegáveis, ou seja, sem problemas que impedissem ou dificultassem o deslocamento. Entretanto, é importante destacar que a pesquisa não se deu no período chuvoso, o que poderia ser um fator problemático em alguns trechos.

As variáveis não-métricas foram analisadas por meio de estatística descritiva e as variáveis métricas por meio de Análise Exploratória dos Dados (AED). Também realizamos tabulação cruzada e Teste de *Friedman* não-paramétrico. Para Babbie (1999) o uso da estatística social é um método importante, pois, envolve medidas sobre uma população a partir de sua amostra.

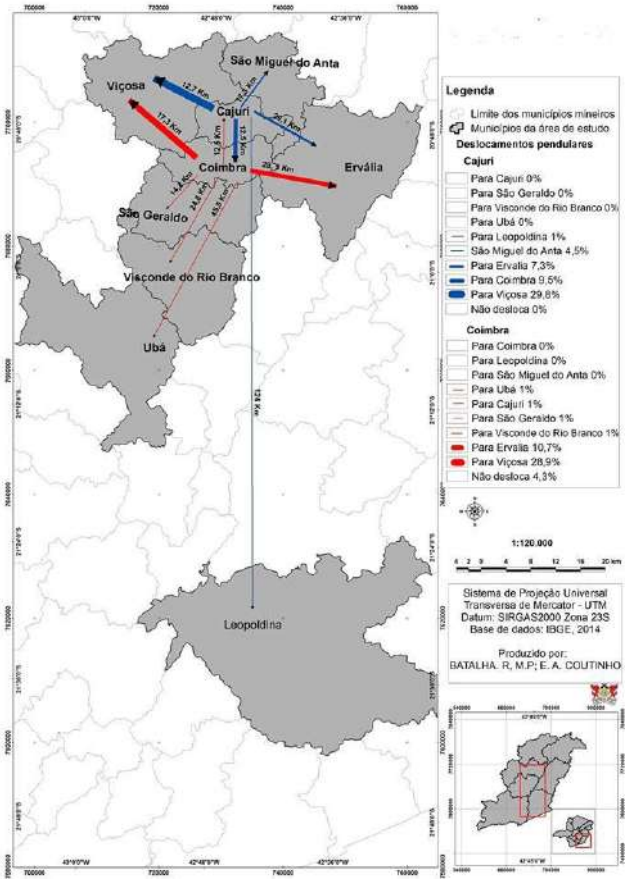
Resultados

[11] Foi respeitada a Resolução 196/96/CNS/MS relativa as pesquisas científicas com crianças e adolescentes.

Os dois municípios pesquisados, Coimbra e Cajuri localizados no estado de Minas Gerais/Brasil, além de apresentarem características demográficas similares: menos de 20.000 habitantes e densidade menor que 80 habitantes por Km² - quadro representativo de 80% municípios brasileiros -, apresentavam, ambos, economia de base agrícola, com proeminência do cultivo do café e tomate.

Considerando-se os fluxos mais comuns realizados pelos rurais de Cajuri e Coimbra constatou-se que eles se deslocavam com maior frequência do campo para sede do próprio município do que outro município, provavelmente pela distância ser menor, para a maioria das comunidades sorteadas e também pela busca de serviços públicos ofertados pelo município de origem, como saúde, por exemplo. Os fluxos para fora do município de origem apresentaram média de 6,61 vezes ao mês versus 11,8 vezes de deslocamentos para o próprio município. Este dado é salienta que a mobilidade cotidiana dos rurais se efetiva, predominantemente, dentro dos próprios municípios, onde eles buscam satisfazer suas demandas cotidianas.

MAPA 2: Os deslocamentos cotidianos do campo de Cajuri e de Coimbra para outras cidades



Fonte: Base de dados IBGE, 2014. Produzido por BATALHA, R.M.O.; COUTINHO, E. A.

O menor número de deslocamentos verificado mensalmente foi 0 (zero) para os que não se deslocavam e o máximo de 60 vezes, apontando para a possibilidade de a mobilidade (poder) ocorrer mais de uma vez por dia. Em relação ao tempo gasto para se deslocarem de casa até a cidade apresentou uma média de 22 minutos, com tempo máximo de 120 minutos. A média percorrida foi de 6,69 km, tendo sido a distância máxima de 17 km.

No que se refere ao tempo gasto, os deslocamentos para outros municípios, constatamos que os rurais gastavam em média 34,26 minutos, podendo alcançar até 2 horas de viagem. Para fins de exemplificação das distâncias para outros municípios, que variam muito a depender da localização da residência e da comunidade rural, a menor e maior distância entre a sede dos municípios de Cajuri e Coimbra para outros municípios variam em torno de 15 km e 60 km. A distância do deslocamento para outros municípios também foi superior em relação aos fluxos intramunicipais, apresentando média de 19,30 km, tendo a maior distância chegando a 130 km, para município que não está no entorno de Cajuri e Coimbra. A tabela 2 sintetiza as principais informações relativas às variáveis de frequência, tempo e distância dos deslocamentos do campo para o próprio município e para outro município.

Tabela 2: Síntese dos Deslocamentos Campo-Cidade

	Deslocamentos Próprio Município/mês	**Deslocamentos Outro Município/mês**
Média de deslocamentos	11,8	6,61
Frequência mínima e máxima	0 – 60 vezes	0 – 60 vezes
Distancia média	6,69 km	19,30 km
Distância mínima e máxima	0 – 17 km	0 – 130 km
Tempo médio	22 minutos	34,25 minutos
Tempo mínimo e máximo	0 – 120 minutos	0 – 120 minutos

Fonte: Dados da pesquisa, 2014. Elaboração: autores.

Quanto aos meios de transportes utilizados pelos rurais se deslocarem para a cidade, não existia uma homogeneidade em relação às formas utilizadas para a locomoção. Constatou-se a utilização de carros, motos, camionetes, ônibus e, ainda, a existência de pessoas que faziam os trajetos caminhando, de bicicleta, de charrete e a cavalo. Todavia, 82,1% dos casos o faziam por meio de veículos motores. Há trechos em que as estradas são

estreitas muitas vezes havendo pouco espaço para um caminhão e um carro de tamanho médio. Outras mais amplas por onde circulam pessoas, animais que são cuidados e “tocados” por cavaleiros. A principal dificuldade de deslocamentos se dá em época de estiagem, quando a poeira se torna volumosa, e em períodos de chuvas, quando o barro/lama se forma, ainda que haja políticas de melhoria das estradas. É comum que proprietários mais capitalizados realizarem melhorias pontuais em vias, como uso de cascalhos e pedras próximo às suas propriedades.

Percebe-se que os meios de transportes motores tem se tornado mais comum no dia a dia dos rurais. Majoritariamente nas propriedades visitadas havia carro e/ou moto, todavia não há um abandono das formas tradicionais como a charrete e a bicicleta, por exemplo. O expressivo volume de deslocamentos realizado por meios motores representa menor isolamento entre o campo e a cidade, fato que proporciona maior rapidez e fluidez nos fluxos cotidianos e expressa uma sociedade aberta ao consumo.

No que diz respeito às finalidades dos deslocamentos, questão central desta pesquisa, para entender quais os motivos que levavam as pessoas a se deslocarem e relações com seus modos de vida identificamos dez fatores principais. As respostas foram analisadas a partir do Teste de *Friedman* que estabelece um *ranking* das respostas, o que permite apontar quais eram as principais causas dos deslocamentos cotidianos campo-cidade entre os rurais pesquisados. O Teste de *Friedman* não utiliza os dados numéricos diretamente, mas sim a ordenação feita para cada grupo separadamente, isto é, utiliza o *ranking* valorativo atribuído pelos entrevistados ao invés dos valores brutos para o cálculo da estatística de teste (TRIOLA, 2005).

Tabela 3: Finalidades da Mobilidade Cotidiana Campo-Cidade

Fatores	**Classificação**	***Rank***
Compras pessoais/domésticas	1º	8,34
Saúde	2 º	6,73
Visitar parentes e amigos	3 º	6,38
Religião	4 º	6,01
Lazer/esportes	5 º	5,82
Compras para a propriedade	6 º	5,58
Reuniões	7 º	5,06
Outra	8 º	4,00
Estudar	9 º	3,56
Trabalhar	10º	3,52

Fonte: Dados da Pesquisa, 2014. Elaboração: autores.

Conforme a tabela 3, as finalidades para os deslocamentos apresentam no acesso comercial sua finalidade mais expressiva. Tal evidência confirma que os deslocamentos entre o campo e a cidade não se realizariam predominantemente para trabalhar ou estudar, já que

ambas as finalidades foram superadas por demandas referentes ao consumo. Em sequência, a mobilidade apresenta motivos de saúde, visitas a parentes e amigos, por questões religiosas e para a realização de compras para a propriedade[12]. Estes fatores expressam troca material e cultural dos rurais com a cidade, apesar de serem comunidades essencialmente agropecuárias marcadas por um modo de vida simples.

O fator trabalho, ao contrário da realidade das metrópoles, não se mostrou um fator relevante na mobilidade rural estudada, o que pode ser explicado pelos 56,7% de rurais que têm atividades diárias ligadas ao trabalho no campo. Desse total, o volume de pessoas que exerciam algum tipo de atividade remunerada na cidade, os chamados pluriativos era de 5,3%. Entre aqueles que apenas residem no campo, 3,1%[13] dos entrevistados, tinham como fonte de renda atividade remunerada na cidade. A ilustrar, mapeamos profissões de secretária, vendedor de produtos agropecuários, professor e servidor público. Segundo Kageyama (2008), este processo de abertura de novas frentes de trabalho para a população das pequenas cidades e do campo vai gradativamente, substituindo a migração para os grandes centros e em algumas localidades possam aumentar o deslocamento de ida e retorno entre campo e cidade.

Os deslocamentos intramunicipais e extramunicipais entre campo-cidade foram identificados e analisados também de acordo com o Teste de *Friedman*. Os resultados da tabela seguinte apontaram que os rurais se deslocavam, com maior frequência, primeiramente, para o próprio campo; em segundo lugar, do campo para a cidade, no próprio município; em terceiro lugar, do campo para a cidade em outro município e, por último, para áreas rurais de outros municípios[14].

Tabela 4: *Ranking* das Localidades dos Deslocamentos

Deslocamentos	**Classificação**	***Rank***
Do campo para o campo no próprio município	1	3,30
Do campo para a cidade no próprio município	2	3,06
Do campo para a cidade em outro município	3	2,20
Do campo para o campo em outro município	4	1,45

Fonte: Dados da Pesquisa, 2014. Elaboração: autores.

[12] Após a ordenação, foi testada a hipótese de igualdade da soma dos postos de cada grupo. A estatística do teste foi de 218,316 com p valor de 0,000 menor que 0,005 ao nível de significância de 5% o que confirma a existência de evidências de que os fatores para deslocamento não são todos iguais e o ranqueamento é válido.
[13] Para este cálculo os aposentados não foram considerados por não estarem diretamente vinculados a atividades laborais.
[14] A estatística do teste é de 121,500 para o p valor 0,000 menor que 0,005 validando o *ranking* realizado.

Estes dados demonstram que apesar de as causas dos deslocamentos terem se ligado ao consumo de bens ofertados na cidade, as relações sociais estabelecidas no próprio campo ocupam, sobremaneira, a vida dos rurais pesquisados. Estes deslocamentos, assim como os movimentos campo-cidade têm sido facilitados pelos meios de transporte motores, especialmente. De modo geral, pode-se dizer que com a revolução tecnológica a partir dos anos de 1960, efeitos conjugados com a revolução dos meios de transporte, de comunicação e de informação contribuíram largamente para a aproximação dos intercâmbios entre os moradores do campo e da cidade (CARNEIRO, 1998). Os deslocamentos das pessoas propiciam trocas materiais e simbólicas que os rurais experienciam na cidade e são socializadas no retorno ao campo. Estes fenômenos contribuem para a expansão de características da emergência da urbanização das sociedades rurais. Logo, os processos de urbanização via penetração da cultura urbana nas sociedades rurais, vem interiorizando o fenômeno urbano em graus muito diversos (KAGEYAMA, 2008).

As especificidades de faixa etária nos deslocamentos cotidianos dos rurais

Diante da compreensão geral dos deslocamentos, toma-se aqui como referência os fluxos realizados entre as faixas etárias com o intuito de auxiliar na percepção de determinadas peculiaridades. Rambaud (1973) concluiu que o processo de urbanização das sociedades rurais na França, Pós-Segunda Guerra Mundial, se manifestava de forma diferenciada para homens, mulheres, jovens e idosos, guardando, portanto, especificidades, que tornavam tal processo heterogêneo e temporalmente diferenciado. Os jovens e as mulheres, de modo característico, manifestavam maior abertura à cultura urbana, pela possibilidade de ganhar dinheiro fixo e, consequentemente, de conquistarem maior autonomia e status familiar.

Nos municípios de Cajuri e Coimbra, os jovens também se mostraram adeptos da cultura urbana. Os entrevistados de 15 a 19 anos conforme já mencionado, declararam em sua maioria, ter vontade de viver na cidade. O participante de número 53 desta pesquisa declarou que sua permanência no campo estava associada a fatores econômicos: *"ainda não parti, porque não tive como ir embora. Ainda sou dependente da mãe e do pai".*

Quanto ao vínculo com a cidade estabelecido a partir dos deslocamentos, observou-se que, independente da faixa etária, a ida à cidade sanava demanda de produtos pessoais e para o lar. Nos estratos acima de 30 anos, apareceram, ainda, dentre as finalidades manifestadas, aquelas relativas à saúde, às compras para a propriedade e às questões

religiosas. Acima de 60 anos de idade os respondentes declararam em 32,5% das vezes que os deslocamentos para cidade eram necessários para receber o benefício da aposentadoria. Sobre “o dia da aposentadoria” relatamos que este movimento feito pelas pessoas idosas já havia sido mapeado por assaltantes que tinham como alvo os aposentados rurais. Importante ainda lembrar que a aposentaria cumpre um papel de destaque na contribuição da renda familiar e consequentemente na capacidade que famílias encontram de “consumir a cidade” (BARROS, et. all. 2017). Cabe destacar que ao contrário do que acontece nas grandes cidades, o deslocamento para trabalhar não se constituiu no principal fator impulsionador do deslocamento campo-cidade, visto que grande parte dos rurais, aproximadamente 58% tinha no campo o seu *lócus* de trabalho.

Na faixa etária de 15 a 19 anos os deslocamentos ocorriam para estudo, todos os entrevistados estavam regularmente matriculados no ensino médio e este estar nucleado na cidade. A segunda motivação deste grupo se dava para a realização de compras pessoais /domésticas e atividades ligadas ao convívio social (visitar amigos, sair e praticar esportes). As finalidades menos comuns nas respostas dos jovens estavam relacionadas ao trabalho, bem como à realização de compras para a propriedade e para a procura de serviços de saúde.

Para Rambaud (1973) a escola se constituía em um importante veículo de transmissão da cultura urbana aos jovens rurais. Os jovens entrevistados expuseram insatisfação em relação ao trabalho penoso no campo e manifestaram grande apreço pela escola, em função do desejo de adquirir uma profissão. Como os municípios estudados não possuem centro de ensino superior e/ou técnico, os jovens vão tendem a se mudar ou realizarem deslocamentos pendulares para outros municípios. Alguns dos depoimentos dos jovens explicam a importância que atribuíam à escola e a estima à cultura urbana:

> *“Porque na roça não tem condições, o trabalho é pesado então eu quero sair. Não quero ficar pelo tipo de trabalho. Quero ir para a cidade, porque eu quero continuar os estudos”* (Participante 04, homem, 17 anos).

> *“Queria fazer psicologia, em Viçosa. Ah! Lá tem mais opção de emprego, posso continuar os estudos, tem oportunidade de futuro”* (Participante 08, mulher, 20 anos).

Os jovens adultos, entre 20 e 30 anos, manifestaram como causas principais para os seus fluxos a realização de compras pessoais/domésticas; a busca por serviços de saúde; a realização de compras de produtos relacionados ao manejo da propriedade e outras prioridades (que serão discutidas mais à frente). Apresentaram baixa frequência vinculada ao

deslocamento associado às práticas religiosas, à participação em reuniões sociais[15] e à procura por serviços de saúde.

Os adultos maduros na faixa de 40 a 49 anos se deslocavam, prioritariamente, para fazer compras pessoais/domésticas, mas apresentavam outras finalidades para o deslocamento, entre elas as compras para a propriedade e a visita a parentes e amigos. Atividades relacionadas ao estudo, lazer, trabalho e frequência a reuniões sociais se constituíram nos fatores menos comuns relacionados ao deslocamento cotidiano pendular e circular. Já os adultos maduros, na faixa compreendida entre 50 e 59 anos, tinham as finalidades de deslocamento, também voltadas para as compras pessoais/domésticas, tais como os da faixa entre 40 - 49 anos, mas, apresentavam, também, forte motivação vinculada a fins religiosos. As idas à cidade por motivos religiosos eram rotineiras em algumas comunidades no cotidiano dos rurais acima de 50 anos. A busca por serviços de saúde e as visitas a parentes e amigos apareceram em sequência como prioridades, enquanto fatores como estudo, trabalho, compras para a propriedade e práticas de lazer ou esporte surgiam como as finalidades menos comuns para os fluxos campo-cidade.

Por fim, as pessoas acima de 60 anos, apresentaram uma particularidade: neste grupo as finalidades para os deslocamentos, estavam relacionadas à busca dos serviços de saúde. Em seguida, a finalidade que se destacou foi as compras pessoais /domésticas. As finalidades menos importantes para o deslocamento foram: estudar, trabalhar, reuniões sociais e a prática do lazer. Ou seja, jovens e idosos apresentavam finalidades diametralmente opostas para direcionar os seus deslocamentos.

Em resumo, pode-se aceitar com base nos dados apresentados, que as análises feitas por faixa etária corroboram para afirmar que os deslocamentos cotidianos dos rurais se realizavam em torno de questões a consumo e bens urbanos. No entanto, para além desta lógica há especificidades, relativas às faixas etárias: os jovens se deslocam para estudar e ter lazer; os idosos pelas questões relativas à saúde e à religião; e os adultos maduros para fazer compras e transações bancárias, prioritariamente.

As especificidades de gênero nos deslocamentos cotidianos dos rurais

A mobilidade espacial pode apresentar, também, distinções relativas ao gênero. Rambaud (1973) ao perceber que as mulheres possuíam uma maior abertura cultural para a cidade, em comparação aos homens, assegurou que este comportamento estava associado

[15] As reuniões referem-se a encontro no sindicato dos trabalhadores rurais, reuniões na prefeitura, na Emater, em igrejas e de outras organizações.

ao fato das restrições normativas que elas estavam submetidas nas sociedades rurais. Por este motivo a cultura urbana seria mais facilmente incorporada pelas mulheres, pois, seria vista como uma potencial porta de acesso à maior igualdade entre os gêneros.

Todavia, o "fascínio" pela cidade não revelou que as mulheres pesquisadas se deslocassem para cidade de modo mais expressivo que os homens. Isto se explicou pela menor renda, divisão sexual do trabalho e também na dependência que as mulheres apresentam para se deslocarem. Juntos estes fatores contribuem para condições de maior permanência das mulheres no âmbito doméstico quando comparadas aos homens. Além disso, ao se aprofundar a análise das finalidades de homens e mulheres, percebemos aspectos distintivos nas motivações entre ambos.

As mulheres apresentavam demandas relacionadas aos serviços de saúde e às práticas religiosas. As finalidades envolvidas nos deslocamentos das mulheres estavam relacionadas ao papel da mulher na sociedade, tradicionalmente ligado aos cuidados com a casa e a criação dos filhos. As causas que menos exerceram influência sobre o deslocamento das mulheres foram o estudo, o trabalho, as compras para a propriedade e reuniões.

Quanto aos homens, as finalidades expressas como as menos importantes para o deslocamento foram o trabalho, reuniões e lazer. Percebeu-se que as mulheres se deslocavam por finalidades mais variadas que os homens. Eles se deslocavam basicamente para fazer compras atreladas às atividades exercidas na propriedade. As especificidades de gênero masculino condensam atividades que envolviam trâmites bancários, acompanhamentos de terceiros à cidade, entre outras.

As atividades refletem o papel social tradicional atribuído aos homens e mulheres. Enquanto eles combinam as tarefas de administradores da propriedade, mantenedores da casa, com as atividades de lazer, as mulheres, mesmo quando estão nos espaços urbanos, se mantêm voltadas para as atividades relativas ao gerenciamento da casa e o cuidado da família.

Considerações finais

As mudanças no retrato que se tem do campo são geralmente expressas pela presença de atividades outras que não essencialmente agropecuária, isto é, pela presença de indústrias, turismo, vilas, etc.. Apesar de as mudanças na paisagem ajudarem a explicar muitos dos fenômenos que vem ocorrendo no campo brasileiro, como perceber mudanças no campo em pequenos municípios onde não há pujança econômica e grandes transformações na paisagem? Estariam as pessoas deste campo ainda fortemente integradas a modos de

vida tradicionais? Partindo do pressuposto que os municípios pesquisados compõem uma fotografia de um rural comum no campo brasileiro e que os deslocamentos cotidianos campo-cidade refletem elementos para além do deslocamento físico em si, este artigo identificou os motivos e as relações estabelecidas na cidade.

Os resultados apontam que, de modo geral, as finalidades relacionadas aos deslocamentos dos rurais estavam voltadas, principalmente, para a realização de compras pessoais e domésticas. Isto demonstra que o vínculo com o urbano muito pode ser explicado pelo consumo de bens e serviços marcando um modo de vida rural mais receptivo aos padrões urbanos. Esta relação com aos padrões de consumo deixaram de ser voltados para a autossubsistência e se voltavam para o mercado. O consumo é uma “porta de entrada” para incrementos nos modos de vida dos rurais que vão se transformando ao passo que buscam e tem acesso a bens e mercadorias, sem perder o vínculo com o rural, isto é o consumo funciona como um relevante mecanismo de trocas materiais e culturais.

As causas dos deslocamentos não se resumem às demandas voltadas apenas por aspectos econômicos e estão relacionadas a fatores culturais que balizam as escolhas dos rurais, inclusive entre os jovens com expectativas de fluxos para outros municípios. Os deslocamentos humanos, especialmente no período pós-fordista, pós anos 1980, tendem a acentuar novas trajetórias e características. Se anteriormente a mobilidade cotidiana campo-cidade não era frequente, atualmente, ela ganha novas nuances e diferencia-se em relação ao sexo e faixa etária, conforme este estudo demonstrou.

Os principais fatores para os deslocamentos podem servir como indicadores para a formulação e execução de políticas públicas, visto que o fluxo cotidiano se dá em virtude da busca de bens e serviços instalados no espaço urbano. Isto se torna uma problemática ao passo que serviços públicos e direitos a lazer, por exemplo, são concentrados no espaço urbano e constituem um direito de todos os cidadãos. Posto isto, a mobilidade espacial pode se constituir em um vetor de interiorização do processo de urbanização e de manifestação dos interesses das sociedades rurais. Deste modo, as transformações dos modos de vida em sociedades rurais não se dão de modo homogêneo e causador de perda de vínculo com o campo. Ao contrário, estes resultados reforçam o rural enquanto produtor de modos de existência, e mais do que isso, ele se funciona também como um agenciador de modos de vida a partir da interface com o urbano. E por fim, o quanto estudar o campo passa pelo entendimento cultural dos sujeitos e de suas demandas.

Referências

BABBIE, E. . **Métodos de pesquisa de survey**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

BARROS, V. A. M de.; FIUZA, A. L. C.; PINTO, N. M. A.. Habitus of social security in the lifestyles of rural families: the case of the São Miguel do Anta and Piranga municipalities in Zona da Mata Mineira, Brazil*.* **Ciência Rural**, v. 47, p. 1, 2017. (RJ), v. 21, p. 160.

CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura***,* (11), 1998, p. 53-75.

CORRÊA, R. L. Globalização e reestruturação da rede urbana: uma nota sobre pequenas cidades. **Território/Lajet**, ano IV, (6), 1999, p. 43-53.

CUNHA, J. M. P.. Migração e urbanização no Brasil alguns desafios metodológicos para análise. **São Paulo em Perspectiva***,* 19 (4), 2005, p. 3-20.

ENDLICH, A. M. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades no Noroeste do Paraná**. 2006. 505p. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

_____. **Para pensar as pequenas e médias cidades brasileiras**. Belém: FASE/ICSA/UFPA, 2009.

_____. Perspectivas sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, M.E.B. WHITACKER, A.M. (org.). **Cidade e campo: relações e Contribuições entre urbano e rural**. São Paulo: Editora Expressão popular, 2010, p. 11-31.

FAVARETO, A. S.. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão***.* São Paulo: Iglu, FAPESP, 2007.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010***.* Disponível:<< http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em 20 de março de 2013.

_____. Algumas abordagens teóricas a respeito do fenômeno migratório. Em B. Oliveira, L. A. P., y Oliveira, A. T. R. (Org.). **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil.** Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2011.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. Campinas: Unicamp, 1999

KAGEYAMA, Â. **Desenvolvimento Rural***:* conceitos e aplicação ao caso brasileiro. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MACIEL, L. M., y FAVORETTO, T. M.. **Migração e mobilidade pendular entre famílias de trabalhadores rurais no interior de São Paulo**. *ABEP,* (7), 2012. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/xviii/anais/files/POSTER[304]ABEP2012.pdf. Acesso em 02 de fevereiro de 2014.

PEREIRA, R. H. M.. Estrutura Urbana e Deslocamentos Pendulares: localização relativa de empregos e trabalhadores na Região Metropolitana de Campinas. **XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais***,* 2008, Caxambu-MG, Brasil.

PEREIRA, R. H. M., y HERRERO, V.. Mobilidade Pendular: Uma Proposta Teórico-Metodológica. Em B. Aidar, T., y Pelaez, e. (Org.). **Estudos demográficos na Argentina e**

Brasil*:* resultados de cooperação entre estudantes e docentes da Unicamp e UNC. Campinas: SPU/AR e CAPES/BR, Vol. 1, 2011, pp. 106-127.

RAMBAUD, P. **Societé rurale et urbanization***.* Paris; Editions Du Seuil, 1973.

RIBEIRO, L. C. Q., y Pasternak, S. (coord.). **Movimento pendular da população na região Sul** – Relatório de atividades 4. Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, UFRJ. 2009, 75 p.

SANTOS, M. **Espaço e Sociedade***.* Petrópolis: Vozes, 1979.

SANTOS, M. **A natureza do espaço***:* técnica e tempo/razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar***.* 1ed. 2 reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SPOSITO, M. E. B. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (Org.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2010. p. 61-93.

STAMM, C., y STADUTO, J. A. R. Movimentos pendulares das cidades interioranas de porte médio de Cascavel e Toledo, no Paraná. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais.** São Paulo, *25*(1), 2008, p. 131-149.

TRIOLA, M. F. **Introdução à estatística***.* Rio de Janeiro: LTC, 2005.

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como um espaço de vida - Reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre, UFRGS, 2009. Série Estudos Rurais.

. O mundo rural brasileiro: acesso a bens e serviços e integração campo-cidade. **Estudos Sociedade e Agricultura** (UFRJ), v. 17, 2009, p. 60-85.

VAINER, C. B.. **Deslocamentos compulsórios, restrições à livre circulação: elementos para um reconhecimento teórico da violência como fator migratório***.* 2013. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/PDF/1998/a153.pdf. Acesso em 26 de abril de 2014.

Sobre os autores

Elenice Aparecida Coutinho – Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Viçosa (UFV); Mestrado em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa (UFV); Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Professora de geografia na Escola de Aplicação (Universidade Feevale). **OrcID** – https://orcid.org/0000-0002-8465-0988

Ana Louise de Carvalho Fiúza – Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF); Especialização em Ciências da Religião pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF); Mestrado em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa (UFV); Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade na

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRJ); Pós-Doutorado no Centro de Investigações em Ciências Sociais da Universidade do Minho (Portugal).

Como citar este artigo

COUTINHO, Elenice Aparecida; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho. A mobilidade cotidiana campo-cidade nas sociedades rurais em Cajuri e Coimbra/MG. **Revista NERA**, v. 22, n. 49, p. 59-82, 2019.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos (as) autores (as). As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. Este artigo apresenta parte de dados coletados no trabalho de dissertação de mestrado da primeira autora, sob orientação da segunda autora. A autora **Elenice A. Coutinho** ficou especialmente responsável pela aquisição de dados, escrita, desenvolvimento teórico-conceitual; interpretação e análise a segunda autora **Ana Louise de Carvalho Fiúza** contribui no desenho da pesquisa, no desenvolvimento teórico-conceitual e nos procedimentos técnicos do artigo..

Recebido para publicação em 03 de julho de 2018.
Devolvido para a revisão em 08 de setembro de 2018.
Aceito para a publicação em 24 de outubro de 2018.

Programa Nacional de Crédito Fundiário em Três Lagoas/MS: desdobramentos e entraves para a recriação do campesinato

Luana Fernanda Luiz
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Três Lagoas, Mato Grosso do Sul, Brasil.
e-mail: luana_fernanda@hotmail.com

Sedeval Nardoque
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Três Lagoas, Mato Grosso do Sul, Brasil.
e-mail: nardoque@hotmail.com

Resumo

O Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNFC), de 2003, é uma modalidade de acesso à terra por meio de crédito para aquisição de terras, viabilizado pelo Governo Federal e destinado aos camponeses sem terra ou com pouco terra, mas criticado pelos movimentos sociais com sendo uma reforma agrária de mercado, desde o Programa Cédula da Terra (1996). Este trabalho tem como objetivo a aproximação, teórica e empírica, com a temática da Reforma Agrária de Mercado (RAM) e com os assentamentos de crédito fundiário existentes no município de Três Lagoas (MS): Palmeiras e Paulistinha. Por meio da pesquisa foi possível compreender alguns aspectos da dinâmica da reprodução camponesa, bem como as contradições engendradas nesses assentamentos rurais criados a partir do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).

Palavras-chave: Programa Nacional de Crédito Fundiário; Reforma Agrária de Mercado; Assentamentos Rurais; Campesinato; Recriação Camponesa.

National Land Credit Program in Três Lagoas/MS: unfoldment and obstacles for peasantry recreation

Abstract

The National Land Credit Program (NLCP), from 2003, is a modality of land access through credit loan for land acquisition, made possible by the Federal Government and destined to landless or with little land peasants, but criticized by social movements as being a market agrarian reform, since the Land Bank Program (1996). This work aims to approach, theoretically and empirically, the Market Agrarian Reform (MAR) theme and the land credit settlements in the municipality of Três Lagoas/MS: Palmeiras and Paulistinha. By means of the research, it was possible to comprehend some aspects of the dynamics of peasant reproduction, as well as the contradictions engendered in these rural settlements created by the National Land Credit Program (NLCP).

Keywords: National Land Credit Program; Market Agrarian Reform; Rural Settlements; Peasantry; Peasant Recreation.

Programa Nacional de Crédito de Tierras en Três Lagoas/MS: desdoblamientos y barreras para a recreación del campesinado

Resumen

El Programa Nacional de Crédito de Tierras (PNCT), de 2003, es una modalidad de acceso a la tierra por medio de crédito para la adquisición de tierras viabilizado por el Gobierno Federal y destinado a los campesinos sin tierra o con pocas tierras, pero criticado por los movimientos sociales como siendo una reforma agraria de mercado, desde el Programa Cédula da la Tierra (1996). Este trabajo tiene como objetivo la aproximación, teórica y empírica, a la temática de la Reforma Agraria de Mercado (RAM) y a los asentamientos de crédito de tierras existentes en el municipio de Três Lagoas/MS: Palmeiras y Paulistinha. Por medio de la pesquisa, fue posible comprender algunos aspectos de la dinámica de la reproducción campesina, así como las contradicciones engendradas en esos asentamientos rurales creados a partir del Programa Nacional de Crédito de Tierras (PNCT).

Palabras-clave: Programa Nacional de Crédito de Tierras; Reforma Agraria de Mercado; Asentamientos Rurales; Campesinado; Recreación Campesina.

Introdução

A expressão “Reforma Agrária de Mercado” derivou de crítica realizada pelos movimentos sociais ao programa Cédula da Terra, integrante da política agrária implantada, em 1996, pelo Estado brasileiro em consonância com as diretrizes do Banco Mundial impostas aos países considerados em desenvolvimento.

Alguns autores envolvidos em estudos sobre a luta camponesa por Reforma Agrária passaram a utilizar tal expressão (SAUER, 2010; RAMOS-FILHO 2008; OLIVEIRA, 2006) para designar, de forma crítica, a ação fundiária pautada no mercado de terras. Neste ínterim, o Banco Mundial se apropriou dessa expressão de modo a desqualificar seu conteúdo crítico. (OLIVEIRA, 2014, p. 13).

Neste trabalho, apresenta-se, primeiramente, algumas características da área de estudo, como a estrutura fundiária do município de Três Lagoas, baseando-se nos seguintes referenciais teóricos: Almeida (2006, 2012), Kudlavicz (2014), Nardoque e Almeida (2015) e Nardoque (2016a, 2016b e 2017).

Em seguida aborda-se o tema Reforma Agrária de Mercado (RAM) utilizando-se textos de Oliveira (2006), Ramos Filho (2008), Sauer (2010), Coca e Fernandes (2009), Coca (2017) e Coelho (2017). Apresentou-se, também, os critérios de elegibilidade tanto das famílias interessadas na obtenção de lotes nos assentamentos de crédito fundiário quanto dos proprietários de terra interessados em vender suas propriedades para tal fim. Para tanto, pautou-se nas informações obtidas pelo site da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário (2017), bem como no Manual de Operações do Programa Nacional de Crédito Fundiário (2013).

Posteriormente são apresentados os resultados obtidos durante os trabalhos de campo nos dois assentamentos de crédito fundiário existentes em Três Lagoas (MS), onde, por meio de entrevistas semiestruturadas, buscou-se compreender a trajetória de vida das famílias, suas experiências com o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), bem como compreender a dinâmica de reprodução social dessas famílias. A entrevista realizada no Sindicato dos Trabalhadores Rurais em Três Lagoas (STR), principal agente articulador desta modalidade de acesso à terra, possibilitou a compreensão do papel da instituição na luta pelo acesso à terra no município. Outra entrevista basilar, para compreensão do PNCF, foi com funcionário da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER), com o objetivo de compreender qual é o seu papel no âmbito dos dois assentamentos em questão. Por fim, apresentam-se as considerações finais.

Aspectos da questão agrária na área de estudo

O recorte espacial de estudo deste trabalho refere-se ao município de Três Lagoas, localizado a Leste do estado de Mato Grosso do Sul, caracterizado pela forte concentração fundiária resultante de sua formação histórica e geográfica ligada à atuação da oligarquia local, e se intensificou a partir dos anos de 1975 até 1996 com a agricultura capitalista, especialmente produtos destinados à exportação, tais como soja, algodão, milho e cana. (KUDLAVICZ, 2014).

Nos últimos anos, sobretudo a partir de 2009, evidenciou-se intenso processo de territorialização do capital monopolista no campo (OLIVEIRA, 2010a), por meio da (agro)industrialização, com destaque para as empresas do complexo eucalipto-celulose-papel (ALMEIDA, 2012), como a Fibria-MS (em 2009) e a Eldorado Brasil (em 2012), que encontraram no município elementos para sua implantação e consolidação, como a concentração fundiária, a atuação do Estado na dotação de infraestrutura, nos incentivos fiscais e na concessão de crédito.

No que se refere à estrutura fundiária de Três Lagoas, observa-se na tabela 1 dados que demonstram a forte concentração. Os imóveis de até 200 hectares representam 52,99% do total, mas ocupam apenas 0,63% da área total. Por outro lado, os imóveis acima de 1.000 hectares somam 62,99% da área, mesmo representando apenas 12,18% do total. (NARDOQUE, 2016a, p. 273).

Tabela 1- Três Lagoas (MS): estrutura fundiária – 2014

Classe Área Total (ha)	Nº Imóveis	%	Área Total (ha)	%
Menos 200	1.313	52,99%	6.962,29	0,63%
200 a menos de 500	545	22%	179,707,19	16,13%
500 a menos de 1.000	318	12,18%	225,501,59	20,25%
Acima de 1.000	302	12,18%	701.652,38	62,99%
Total	**2.478**	**100%**	**1.113.823,45**	**100%**

Fonte: INCRA (2014). In: Nardoque (2016a, p. 274).

O município apresenta concentração fundiária elevada, pois muitas empresas e latifundiários têm domínio sobre diversos imóveis. Para exemplificar tal situação, a empresa "[...] Bersi Empreendimentos e Participações Ltda., cuja sede localiza-se no bairro de Pinheiros, cidade de São Paulo, tem 5 fazendas no município, totalizando 9.573 hectares [...]", e, também, o caso da empresa "[...] Fibria-MS Celulose Sul Mato-Grossense Ltda., com 29.641 hectares, em 10 imóveis, além da posse de milhares hectares arrendados para plantio de eucalipto" (NARDOQUE, 2016a, p. 274). Outra característica do município é o forte absenteísmo, pois 72,56% dos proprietários de imóveis rurais não residem em Três Lagoas, mas em outros estados (NARDOQUE, 2016b).

Nos últimos anos, a concentração fundiária se acentuou, pois as empresas do complexo eucalipto-celulose-papel (ALMEIDA, 2012) adotaram a estratégia de arrendamentos de terras, ou seja, alterando o regime de posse e de uso, sem alterar o domínio por completo, pois a maioria das fazendas continuam tituladas em nomes de outros latifundiários e capitalistas. A Fibria-MS converte antigas fazendas de criação de gado em hortos, denominação dada a um grupo de propriedades contíguas com os monocultivos de eucalipto. Dentre as consequências da territorialização do capital (OLIVEIRA, 2010a), viabilizada pela alteração na posse e uso da terra e vinculada ao aumento do cultivo de eucalipto pelas empresas de celulose, está a expulsão de várias famílias (funcionários assalariados de fazendas, parceiros, meeiros, arrendatários) do campo para a cidade. Esse fato acabou por intensificar a mobilidade de pessoas e elevou o número de desempregados e de moradores na cidade, revelando o lado contraditório da expansão econômica no munícipio, via grandes empreendimentos.

Em meio às facilidades para a territorialização do capital monopolista no campo e às conflitualidades (FERNANDES, 2000), a luta pela terra, empreendida pelos camponeses no município de Três Lagoas, contribuiu para a instalação de dois Projetos de Assentamento Rural (Pontal do Faia (2000) e 20 de Março (2008)). Mesmo em meio às diversas dificuldades, sobretudo pelos assentados permanecerem por muitos anos sem casas, sem energia elétrica (PA 20 de Março ficou mais de 5 anos sem energia e casa) e sem os créditos iniciais da Reforma Agrária (NARDOQUE, 2017, p. 253), evidenciando-se o

descaso do Estado em relação aos assentamentos, os camponeses, após a conquista, resistem para permanecerem na terra.

Nesses assentamentos rurais, os camponeses (re)criam seu modo de vida em meio aos obstáculos e bloqueios da política de Reforma Agrária, que deveria visar não somente a distribuição de terras, mas sim a oferta de condições para que os sujeitos possam ter acesso à vida digna nestas frações do território capitalista. No caso, em Três Lagoas, existe um agravante, pois o munícipio encontra-se sob a égide das empresas do complexo eucalipto-celulose-papel, às quais concentram terra para plantar eucalipto e viabilizar a produção de celulose, cercando os assentamentos com suas ações, sobretudo pelos monocultivos.

Além dos assentamentos de Reforma Agrária, recentemente foram criados os assentamentos de crédito fundiário neste município, que são outra forma de acesso à terra. O crédito fundiário possibilitou ao sujeito sem terra, ou com pouca terra, comprar um imóvel rural por meio de financiamento. Via de regra, o objetivo dos sujeitos que se submetem ao financiamento da terra é o mesmo daqueles que acessam os assentamentos de Reforma Agrária: o acesso à terra de vida e de trabalho.

Para se compreender como e o porquê surgiu o acesso à terra via financiamento, se faz necessário investigar o programa que possibilita esse ingresso mediante sua mercantilização. Nesse sentido, propõe-se analisar a Reforma Agrária de Mercado, sobretudo o Programa Nacional de Crédito Fundiário, no que se refere a forma de acesso à terra caracterizada pela suposta eliminação dos conflitos entre camponeses e latifundiários/capitalistas, estimulada pelo mercado.

Reforma Agrária de Mercado e o Programa Nacional de Crédito Fundiário

Para compreender como o Programa Nacional de Crédito Fundiário foi instituído no Brasil, realiza-se breve descrição do processo histórico referente à implantação de programas e políticas apregoando a viabilização do acesso à terra por meio do crédito. Traça-se a discussão a partir do Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC, em dois mandatos, de 1995 a 1998 e de 1999 a 2002), por meio da criação de programas neoliberais para o campo como uma das marcas de sua administração. Em seguida aborda-se como os programas e as políticas de acesso à terra foram tratados durante os dois mandatos do Governo Lula (2003 a 2006 e 2007 a 2010), frente às reivindicações por Reforma Agrária. Por fim, explana-se sobre a continuidade dos projetos neoliberais para o campo durante o Governo Dilma (2011 a 2014 e 2015 a 2016) e seu aprofundamento pelo ilegítimo Governo Temer, a partir de 2016.

Reforma Agrária de Mercado no Governo FHC

Durante o Governo de FHC, o Brasil alinhou-se à postura neoliberal vinculado ao discurso propalado a partir do Consenso de Washington, pelas agências multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BIRD). Seguindo os princípios de tais organizações, o Governo FHC passou a realizar uma reestruturação do Estado – que se tornou agente do processo de privatização da esfera pública – na condução das políticas econômicas do país.

Para Oliveira (2006), o Banco Mundial preocupa-se com a economia de países como o Brasil, África do Sul e México, pelo fato de que o aumento da pobreza mundial e o endividamento desses países em desenvolvimento favorecem instituições financeiras multilaterais. No final da década de 1990, encaminharam-se propostas de "desenvolvimento" para os setores de educação e políticas agrárias, sendo que "[...] a proposta do Banco Mundial para o 'alívio da pobreza' veio com a política de reforma agrária com base no mercado". (OLIVEIRA, 2006, p. 58).

Dessa forma, o Estado criou para o campesinato instrumentos precários de acesso à terra via financiamento, política de compra e venda. A Reforma Agrária, que deveria ser tratada na esfera política, econômica e social em âmbito nacional, foi tratada como negócio, uma saída para satisfazer os proprietários de terra e acalmar a efervescência e ascensão política de movimentos sociais de luta pela terra, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

No Governo FHC incorporou-se a Reforma Agrária de Mercado (RAM) como alternativa neoliberal para tentar solucionar a demanda pela Reforma. Os programas de financiamento de acesso à terra, criados nesse período, privilegiaram a negociação pacífica com vistas a "solucionar" os conflitos existentes no campo. Sendo assim, a implementação da RAM no Brasil não teve como objetivo promover melhorias de vida para o campesinato, tendo em vista a repressão, a criminalização e os massacres aos movimentos sociais de luta pela terra, como o de Eldorado de Carajás, em 17 de abril de 1996.

Os programas de acesso à terra, criados durante o Governo FHC, em conjunto com os interesses das políticas compensatórias do Banco Mundial, objetivaram, na realidade, para além do discurso de acabar com a pobreza rural, combater os conflitos no campo e desmobilizar os movimentos sociais por meio de "ações sociais" mascaradas por tais programas, viabilizando o precário acesso à terra a um número restrito de famílias, com o propósito de diminuir a pressão social, sem alterar a estrutura fundiária e sem promover a desapropriação de terras. (SAUER, 2010).

Tal aliança, entre o Governo FHC e o Banco Mundial, propiciou a criação de projetos que deram início à implantação da Reforma Agrária baseada no mercado. O primeiro deles foi o projeto "Reforma Agrária Solidária", implantado em 1996 no Ceará, para 800 famílias. No ano seguinte, criou-se o "Projeto-Piloto de Reforma Agrária e Alívio da Pobreza", conhecido como programa Cédula da Terra, com empréstimo de 90 milhões de dólares junto ao Banco Mundial e atingiu aproximadamente 16 mil famílias dos estados participantes (CE, PE, MA, BA e norte de MG), substituindo o programa anterior. (SAUER, 2010).

Para Sauer (2010), no mesmo ano de criação do Cédula da Terra, o Senado protocolou o Projeto de Lei nº 93 criando o Fundo de Terras/Banco de Terra, aprovado em 1998 e regulamentado em 2000, caracterizado como política de Estado e não apenas como programa governamental.

No momento em que o programa Fundo de Terras/Banco da Terra foi aprovado pelo Senado, o BIRD imediatamente declarou sua intenção em apoiar financeiramente este programa, mas deveria ser instituído em todo o Brasil e atender o segmento mais pobre dos agricultores sem terra. No entanto, o apoio financeiro de R$ 202 milhões (Duzentos e dois milhões de reais), concedido pelo Banco Mundial, destinou-se ao novo programa, o Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural, criado no ano de 2001. (SAUER, 2010).

Durante esse período, os movimentos sociais de luta pela terra realizaram duras críticas contestando a inserção de políticas fundiárias neoliberais em curso no país. De acordo com Sauer (2010), mais de quarenta movimentos e organizações do Fórum Nacional de Reforma Agrária (CONTAG, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, a Comissão Pastoral da Terra, entre outros) se opuseram explicitamente ao programa Cédula da Terra.

Segundo Sauer (2010), entre os anos de 1998 e 1999, foram encaminhados ao Painel de Inspeção do Banco Mundial[1] algumas solicitações de inspeção, alegando que o "Cédula não estava sendo implementado como complementar ao programa constitucional de reforma agrária (acesso à terra via desapropriações)". (SAUER, 2010, p. 105).

Para Sauer (2010), diante das negativas do Painel de Inspeção do Banco Mundial às solicitações de investigação pelo Fórum Nacional de Reforma Agrária, o Governo FHC disseminou, por meio de uma cartilha, a ideia de que o programa Cédula da Terra funcionava e, desta forma, na tentativa de desqualificar as críticas direcionadas ao programa.

[1] O Painel de Inspeção é um organismo "autônomo" do Banco Mundial que tem como objetivo fiscalizar as ações e empréstimos do mesmo [...]. (SAUER, 2010, p. 105).

Por meio dos dados do DATALUTA (2010), Coca (2017) afirma que, entre 1998 e 2002, foram firmados 3.575 contratos de RAM, atingindo 34.648 famílias e ocupando 773.919 ha, como demonstrado na tabela 2.

Tabela 2- Assentamentos de Reforma Agrária de Mercado implantados durante o Governo FHC (1998-2002)

TIPO[2]	Nº Assentamentos	%	Nº Famílias	%	Área	%
BT	2.486	69,54	10.989	31,72	174.602	22,56
CF	27	0,76	596	1,72	13.864	1,79
CPR	148	4,14	3.437	9,92	88.564	11,44
PCT	914	25,58	19.626	56,64	496.889	64,20
TOTAL	**3.575**	**100,00**	**34.648**	**100,00**	**773.919**	**100,00**

Fonte: Coca (2017, p. 206).

Durante o ano de 2003, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) suspendeu o Banco da Terra devido a diversas irregularidades denunciadas por movimentos e entidades do Fórum de Reforma Agrária. O Banco da Terra sofreu alteração em sua nomenclatura, denominando-se Consolidação da Agricultura Familiar e modificando suas condições de financiamento (SAUER, 2010, p. 110). Embora os nomes dos projetos passassem por alterações, a lógica neoliberal permaneceu, impondo o ingresso dos camponeses/mutuários mediante a compra, reafirmando a mercantilização da terra.

Reforma Agrária de Mercado no Governo Lula

Ao que concerne a Reforma Agrária no Governo Lula (2003-2011), para Coelho (2017) a democratização da terra não foi sua prioridade, pelo contrário, assim como no Governo FHC, houve o fortalecimento do agronegócio e essa política não foi tratada como prioridade. Nesse sentido, concorda-se com este autor:

> Grosso modo, compreende-se a política de reforma agrária no governo Lula como muito "tímida", posto que as ações desenvolvidas não consideraram a reforma agrária como "prioridade" para o desenvolvimento nacional e não visaram a alteração, mesmo que mínima, da concentração de terras no país. Pelo contrário, houve o fortalecimento considerável do agronegócio nos dois mandatos do governo Lula [...]. (COELHO, 2017, p. 184).

Em 2003, no Governo Lula, formulou-se o II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA), bem como realizou-se a reestruturação do Banco da Terra e criou-se o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), integrado à Secretaria de Reordenamento Agrário

[2] As siglas correspondem respectivamente à: BT: Banco Terra, CF: Crédito Fundiário, CPR: Combate à Pobreza Rural, PCT: Programa Cédula da Terra.

(SRA), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com a operação do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, incorporado à política fundiária do Estado brasileiro. (RAMOS FILHO, 2008).

A partir dos dados do INCRA (2003), Sauer (2010) afirma que o Programa Nacional de Crédito Fundiário teve como meta financiar a compra de terras para 130 mil famílias, entre os anos de 2003 e 2006. Para o autor, a meta do programa era assentar 400 mil famílias nesse mesmo período, ou seja, essa alternativa neoliberal de Reforma Agrária correspondia a cerca de 30% das metas de assentamentos no Brasil.

Sendo assim, este programa, com empréstimos do Banco Mundial, foi "[...] propalado pelo governo Lula como um mecanismo complementar à reforma agrária" (RAMOS FILHO, 2008, p.12), que não alterou a estrutura fundiária, tampouco promoveu a democratização do acesso à terra.

De acordo com Oliveira (2010b), durante o Governo Lula ocorreu a "contrarreforma" agrária no país, pois, além de fortalecer o agronegócio, não objetivou realizar a desconcentração fundiária, dando continuidade a programas imersos na lógica de mercado (lei da oferta e da procura por terras) para o campo, criados pelo Governo FHC. Nessa perspectiva, Coca e Fernandes (2009) afirmam que a mercantilização da Reforma Agrária também foi promovida no Governo Lula, mas com outra roupagem:

> No governo Lula foram mantidas as ações de mercantilização da terra através de incentivos do Banco Mundial, as linhas de financiamento adotadas no mandato FHC ganham nova roupagem, mas mantém a mesma concepção de democratizar o acesso à terra através do mercado diminuindo a participação do Estado. (COCA; FERNANDES, 2009, p. 49).

Durante o Governo Lula, o Estado continuou atuando como financiador, avaliador e ampliador dos programas e das políticas neoliberais, contrariando as reivindicações dos movimentos sociais pela Reforma Agrária. Mesmo com a forte oposição dos movimentos sociais, este governo expandiu o PNCF por meio de outras linhas de financiamento, tais como a linha Combate à Pobreza Rural: Nossa Primeira Terra e Consolidação da Agricultura Familiar.

Na tabela 3, há números do banco de dados do DATALUTA (2010) demonstrando a implantação de 14.176 assentamentos de RAM durante o Governo Lula, atingindo 54.076 famílias em área correspondente a 985.572 hectares.

Tabela 3- Governo Lula (2003-2008): tipologia de assentamentos de Reforma Agrária de Mercado

TIPO	Assentamentos	Famílias	Área
BT	205	1.179	22.061
CAF	10.233	13.796	188.618
CF	47	936	19.801
CPR	1.904	35.655	722.979
NPT/CAF	1.750	1.985	20.001
NPT/CPR	31	384	9.049
PCT	6	141	3.043
TOTAL	**14.176**	**54.076**	**985.552**

Fonte: Coca (2017, p. 210).

Portanto, para Coca (2017, p. 211), durante este governo, apesar de "[...] a reforma agrária contribuir para que milhares de camponeses acessassem à terra ou adquirissem o título de propriedade, ela não contribui significativamente para a implementação de uma nova correlação de forças no campo". De toda forma, o predomínio de políticas neoliberais de obtenção de terras não alterarem a estrutura fundiária do país, além de promoverem endividamento dos camponeses e da mercantilização de terras pelo PNCF, favorecendo aos grandes proprietários.

Reforma Agrária de Mercado no Governo Dilma e no Governo Temer

A política de Reforma Agrária durante o Governo Dilma (2011-2014) pouco se alterou, pois as formas prioritárias de acesso à terra permaneceram as mesmas. Mas os números pioraram, pois, segundo Lima (2017, p. 60), com base nos dados do DATALUTA (2015) a Reforma Agrária de Mercado "[...] no governo FHC atingiu 44.335 famílias, no Governo Lula 84.113 famílias e no governo Dilma apenas 13.136 famílias".

O Governo Temer manteve o PNCF e disponibilizou mais de R$ 48 milhões (Quarenta e oito milhões de reais) em contratos para cerca de 800 famílias, em 2016. Mesmo assim, as ações foram tímidas, pois adotou-se corte de gastos sociais e da Reforma Agrária, extinguiu o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e transferiu parte de suas atribuições na Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário, sob a tutela da Casa Civil, com o objetivo de reduzir a importância da questão agrária e da agricultura camponesa. (LIMA, 2017).

Em relação ao Governo Temer, concorda-se com Lima (2017), pela existência de aprofundamento do neoliberalismo e consolidação da contrarreforma agrária:

> Por meio de uma agenda ultraliberal Temer teria desenhado: promover um programa de redução do Estado em gastos sociais, por meio da PEC 55; flexibilizar a legislação trabalhista por meio da reforma trabalhista e uma reforma da previdência social, etc. Por outro lado, promove grande incentivo

> ao capital rentista e ao agronegócio por meio da manutenção das altas taxas de juros e da renegociação das vultuosas [sic.] dívidas do agronegócio. Sob estes preceitos move-se a contrarreforma agrária do governo Temer. (LIMA, 2017, p. 61).

Após realizar essa breve apresentação dos governos, concernente à Reforma Agrária de Mercado, a partir de 1995 até 2017, é importante ressaltar os rebatimentos dessas políticas na realidade das famílias atingidas.

Nesse sentido, Sauer (2010) aponta a existência de diversas avaliações dos programas de acesso à terra instituídos pelo governo brasileiro, inclusive algumas financiadas pelo próprio Banco Mundial, revelando as dificuldades enfrentadas pelas famílias "mutuárias" desses programas, por exemplo, o elevado nível de abandono dos lotes devido ao alto endividamento e a impossibilidade de amortizar a dívida.

Segundo Sauer (2010), foram realizados 17.834 contratos sob respaldo do Banco da Terra e do Programa Cédula da Terra até 2004. Destes, 5.097 contratos estavam inadimplentes no ano de 2007. Ainda de acordo com os dados do MDA (2007), Sauer (2010) esclarece: "[...] o percentual de inadimplência acumulada, apurada até o mês de dezembro de 2006, corresponde a 66,46% do total previsto para reembolso no período, equivalente a R$ 95.109.205,69". (SAUER, 2010, p. 115).

Segundo Sauer (2010), devido ao alto nível de endividamento e as pressões das famílias envolvidas pela renegociação da dívida, o governo se viu obrigado a renegociar as dívidas. Questiona-se se essas famílias conseguirão pagar suas dívidas junto ao Fundo de Terras mesmo que exista a possiblidade de sua renegociação, pois existe a inoperância do Estado ao que se refere à criação de condições para que essas famílias permaneçam no campo, e esta constitui-se noutra face da contrarreforma agrária instaurada no país (COSME, 2015). No entanto, a tendência é que esses programas sejam aprimorados e ampliados viabilizando a "Reforma Agrária de Mercado" no Brasil. (SAUER, 2010, p. 116).

Por fim, concorda-se com Sauer (2010, p. 121) quando enfatiza que no Brasil "[...] qualquer ação governamental que inclua um processo de desconcentração fundiária e acesso à terra aos camponeses pobres será geradora de conflitos, pois a terra foi, e continua sendo [...], lugar e instrumento de poder político".

Programa Nacional de Crédito Fundiário

Segundo o Manual de Operações do Programa Nacional de Crédito Fundiário (2013), o principal objetivo do programa é contribuir para a redução da pobreza no campo e para a melhoria da qualidade de vida da população rural, mediante o financiamento da compra de imóveis e de investimentos na própria terra.

O PNCF atinge todos os estados das regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste, e na Norte os estados de Tocantins e Rondônia. Subdivide-se em três linhas de financiamento, a saber: (a) Combate à Pobreza Rural, para atender aos camponeses inscritos no Cadastro Único, com renda familiar anual de até R$ 9.000,00 e patrimônio de até R$30.000,00; (b) Nossa Primeira Terra, cujo objetivo é facilitar o acesso à terra aos jovens camponeses e estimular sua permanência no campo; e (c) Consolidação da Agricultura Familiar, atendendo aos camponeses que se encontram na terra ou aqueles possuidores de minifúndios e desejam aumentar sua área. (MDA, 2017)

O público-alvo do PNCF são os camponeses sem terra em condição de assalariados ou diaristas permanentes ou temporários, arrendatários, parceiros, meeiros, agregados, posseiros e, também, os minifundiários. Para participar do programa, o "beneficiário" deve comprovar, no mínimo, cinco anos de experiência rural nos últimos 15 anos. (MDA, 2017).

Conforme previsto em seu Manual de Operações (2013), para participar do PNCF, os camponeses devem atender aos seguintes requisitos: a) ter idade acima de dezoito anos; b) ter renda familiar anual variando entre R$ 9.000,00 (Nove mil reais) e R$ 30.000,00 (Trinta mil reais) e patrimônio entre R$ 15.000,00 (Quinze mil reais) e R$ 60.000,00 (Sessenta mil reais); c) não ter sido beneficiário de programa de Reforma Agrária nas esferas federal, estadual ou municipal, nem ter sido beneficiário do Crédito Fundiário; d) não pode ser funcionário de órgão público, de autarquia, ou órgão paraestatal federal, estadual ou municipal; e) pelo menos um dos cônjuges deve comprovar mais de 5 anos de experiência rural nos últimos 15 anos; f) não pode ter sido proprietário de imóvel rural maior que uma propriedade familiar, nos últimos três anos, contados a partir da data de assinatura do contrato de financiamento; g) não ser promitente comprador ou possuidor de direito de ação e herança em imóvel rural; h) estar vinculado a uma associação destinada especificamente para acessar ao Subprojetos de Investimentos Básicos (SIC).

Sobre as condições de financiamento, o montante total de recursos obtidos por família, para aquisição da terra, não pode ultrapassar o limite de crédito de R$ 80.000,00 (Oitenta mil reais). No entanto, admite-se o acréscimo de até R$ 7.500,00 (Sete mil e quinhentos reais) para utilização exclusiva com a contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). O prazo para quitação da dívida do "beneficiário" é de até 35 anos, com 3 anos de carência para o pagamento da primeira parcela.

O PNCF incentiva financeiramente a participação de jovens, mulheres e negros, ao estimular a participação desses sujeitos por meio de um adicional de R$ 3.000,00 (Três mil reais) ao financiamento. Esse adicional também é destinado a famílias que apresentarem projetos de convívio com o semiárido, cujo objetivo é pagar despesas com recursos hídricos. Os adicionais atingem também aqueles sujeitos que estão envolvidos com a recuperação de

áreas ambientais, como, por exemplo, a chamada recuperação de passivos. (MANUAL DE OPERAÇÕES, 2013).

O PNCF proclama ter como princípio a “autonomia” das comunidades ao delegar aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais a seleção dos possíveis participantes. Posteriormente o sindicato auxiliaria, via associativismo, os camponeses com a escolha da propriedade a ser comprada e a negociação do preço da terra diretamente com o proprietário. (MANUAL DE OPERAÇÕES, 2013).

Cabe frisar que, ao conceder aos sindicatos e associações a promoção da organização dos camponeses para adquirirem a terra, elimina-se qualquer forma de luta que promova conflitos fundiários. Pode-se dizer, então, que o crédito fundiário constitui-se em estratégia de desmobilização dos movimentos sociais.

Além disso, o Estado, ao fomentar políticas públicas de acesso à terra, cuja lógica assenta-se em sua mercantilização, promove o bloqueio da Reforma Agrária e incrementa a ideia de que o acesso à terra deve ocorrer sem conflito e com base no mercado.

A implantação da RAM no Brasil e as políticas públicas para segmentos específicos, além de contemplar os anseios de latifundiários pela realização de seu capital, ou seja, transformando equivalente de capital em capital (MARTINS,1986), e neutralizar a luta camponesa pela Reforma Agrária, mantém a política agrária de valorização do mercado e não do Estado, como instrumento legal de acesso à terra.

A partir da perspectiva da existência do processo de (re)criação camponesa no interior do desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo no campo (OLIVEIRA, 2007), realiza-se, na sequência, alguns apontamentos a respeito da realidade dos camponeses em dois assentamentos criados por meio do PNCF no município de Três Lagoas, em Mato Grosso do Sul.

Os assentamentos de crédito fundiário em Três Lagoas/MS

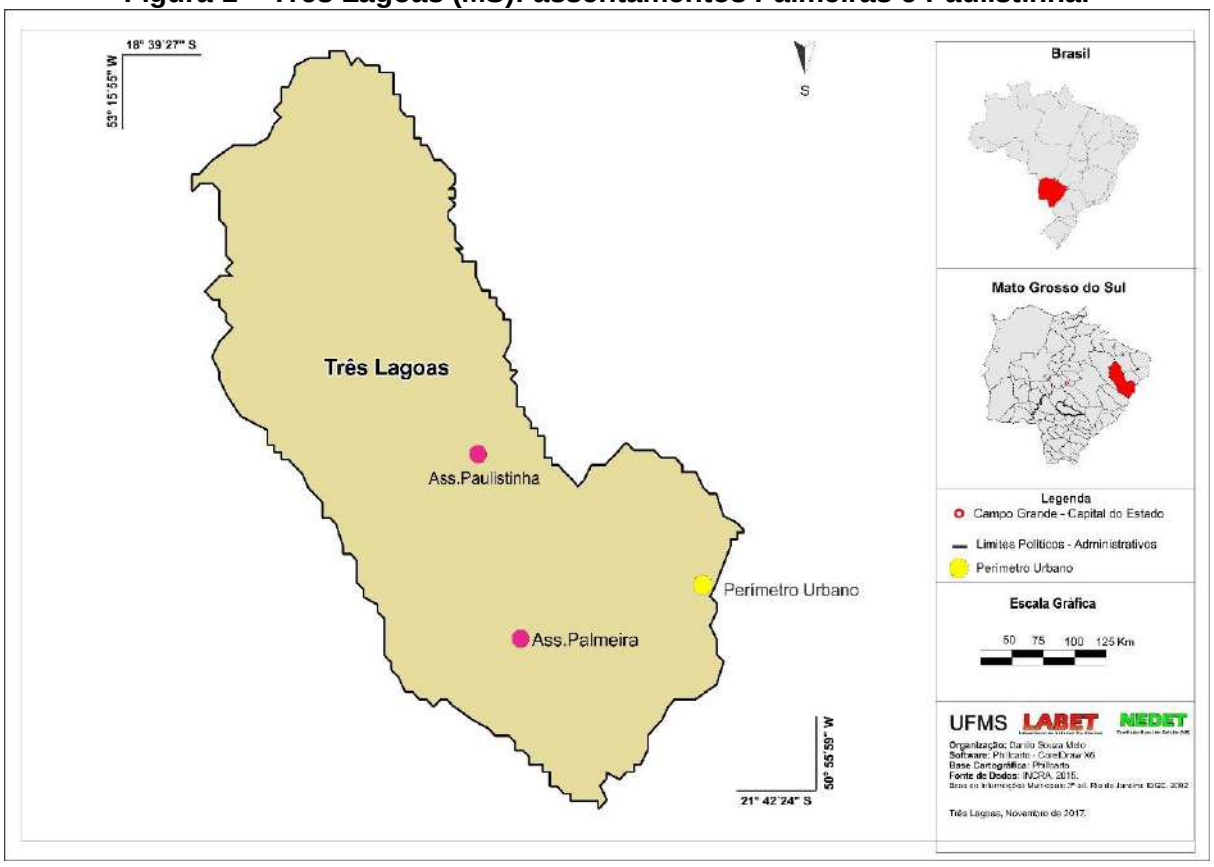
Após a revisão de parte da literatura sobre Reforma Agrária de Mercado, cabe explicar, por meio de situações concretas, quais os desdobramentos da política do PNCF para o campesinato. Para tanto, utiliza-se, como recorte empírico, os assentamentos Palmeiras e Paulistinha, localizados no município de Três Lagoas (MS), ilustrados na figura 1.

No assentamento Paulistinha, cada lote tem 4 hectares e foi adquirido por R$33.359,56 (Trinta e três mil, trezentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e seis centavos), totalizando 36 sítios e 11 famílias residentes. De acordo com os camponeses entrevistados, o PNCF concedeu empréstimo de R$ 52.307,30 (Cinquenta e dois mil,

trezentos e sete reais e trinta centavos) por família, dividido em 17 parcelas anuais e sucessivas de R$ 3.076, 90 (Três mil, setenta e seis reais e noventa centavos) a serem pagas em até 19 anos e 11 meses, com prazo de carência de 35 meses.

No assentamento Palmeiras, com 25 lotes, moram apenas 8 famílias. O preço pago por cada lote de 4 hectares foi de R$ 46.348,02 (Quarenta e seis mil e trezentos e quarenta e oito reais e dois centavos). De acordo com os camponeses entrevistados, o PNCF concedeu empréstimo de R$ 60.000,00 (Sessenta mil reais) que foi dividido em 17 parcelas anuais e sucessivas no valor de R$ 3.600,00 (Três mil e seiscentos reais) a serem pagas em até 19 anos e 11 meses, com prazo de carência de 36 meses.

Figura 1 – Três Lagoas (MS): assentamentos Palmeiras e Paulistinha.



Fonte: Melo (2017).

Durante o trabalho de campo nos assentamentos, as 5 famílias entrevistadas revelaram as dificuldades para pagamento das parcelas do financiamento da terra, feito via PNCF, pois afirmaram que a renda obtida por meio da produção nos lotes não é suficiente para sanarem as dívidas e proverem o sustento da família. Revelaram, ainda, as dificuldades para permanência na terra sem auxílio efetivo do Estado ao que se refere à assistência técnica e ao incentivo à produção. Estes fatores possivelmente podem expulsá-los do campo, constituindo-se como expressões da contrarreforma agrária em curso no país, conforme apontou Cosme (2015) em outro estudo.

Além do trabalho de campo nos assentamentos, entrevistou-se uma dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais em Três Lagoas, compreendendo-se o papel da instituição durante a articulação das famílias na adesão ao PNCF por meio da linha de financiamento Combate à Pobreza Rural (CPR/SIC) e, também, seu papel na negociação entre os camponeses e os proprietários das terras adquiridas por meio do programa.

De acordo com as informações obtidas junto a esta dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Três Lagoas, muitas pessoas manifestam interesse em adquirir um pedaço de terra via Reforma Agrária, no entanto, foi possível observar que o sindicato tende a dar relevância à possibilidade de acessar à terra via financiamento, por meio da política de crédito fundiário, mesmo tendo participado da organização de camponeses em dois assentamentos no município pela Reforma Agrária tradicional, juntamente com a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Cabe destacar que, de acordo com a entrevistada, alguns proprietários rurais de Três Lagoas também demonstram interesse pela venda de suas propriedades, pois entram em contato com o sindicato para saber das possibilidades de negociação.

O sindicato realiza a inscrição com nomes e contatos dos interessados em adquirir a terra, além de breve investigação sobre a aptidão dessas famílias para acesso ao crédito fundiário. Quando os dirigentes do Sindicato encontram uma fazenda com possibilidade de financiamento, contatam-se as famílias para informá-las sobre a probabilidade do financiamento da terra. Em seguida, os dirigentes do STR encaminham os dados dos interessados no programa à AGRAER, escritório de Três Lagoas, para que seus técnicos realizem o agendamento das entrevistas, quando realiza-se nova análise do perfil de elegibilidade das famílias, de acordo com o Manual de Operações do programa.

O Manual de Operações (2013) do programa exige que a Unidade Técnica Estadual (UTE), no caso a AGRAER/Três Lagoas, realize a capacitação inicial dos camponeses com o intuito de instruí-los sobre as regras do programa, bem como contribuir com as famílias durante o processo de negociação do preço da terra a ser comprada. No entanto, alguns dos camponeses entrevistados, tanto do assentamento Palmeiras quanto do Paulistinha, afirmaram não terem participado de capacitação alguma antes da obtenção dos recursos do PNCF.

Na entrevista no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Três Lagoas obteve-se a informação que a negociação do preço da terra é realizada exclusivamente entre os proprietários de terras e o próprio sindicato. No entanto, tal ação não se enquadra nos procedimentos contidos no Manual e Operações (2013, p. 13), pois prevê que tanto a escolha da área, onde será implementado o assentamento, quanto a negociação do preço da terra devem apenas ser assessoradas pelo sindicato e/ou outras entidades, cabendo aos camponeses realizar a decisão:

> Uma vez interessado no Programa, o beneficiário (individual ou associativo) busca imóveis que deseja adquirir até encontrar uma propriedade que satisfaça suas pretensões e cujo proprietário esteja disposto a vender. Os beneficiários iniciam então a negociação do preço com o proprietário. (MANUAL DE OPERAÇÕES, 2013, p. 13).

Alguns camponeses entrevistados, dos assentamentos em questão, relataram a não participação das famílias durante o processo de negociação da terra, sendo enfáticos ao afirmarem que o sindicato foi o principal agente negociador da terra junto ao proprietário.

No caso da Fazenda Palmeiras, os camponeses não souberam sequer informar com clareza o motivo pelo qual o proprietário vendeu sua propriedade ao programa. A informação obtida, via entrevistas com camponeses, é que a terra resultava de herança dividida entre irmãos e, então, uma das partes optou por vendê-la ao governo.

Os dados da Delegacia Federal de Desenvolvimento Agrário (MS) apontam que a propriedade – a Fazenda Palmeiras –, cuja área abrangia 179,74 hectares, foi vendida ao PNCF em 2012 pelo preço de R$ 1.158.700,40 (Um milhão, cento e cinquenta e oito mil, setecentos reais e quarenta centavos), incluindo as benfeitorias da propriedade.

Enquanto que, no assentamento Paulistinha, um dos entrevistados informou que o antigo proprietário decidiu vender a terra por conta das dívidas elevadas com seus funcionários e com um banco. Então, o proprietário procurou o sindicato com a intenção de negociar a terra via crédito fundiário, saída encontrada para obter o dinheiro necessário para quitar suas dívidas.

Desse modo, verifica-se que alguns proprietários veem no crédito fundiário uma alternativa para o mercado de terras, como forma de extração da renda da terra absoluta e/ou quitarem suas dívidas junto às instituições bancárias. (RAMOS FILHO, 2008). Segundo os dados da Delegacia Federal de Desenvolvimento Agrário (MS), a área do assentamento Paulistinha é de 223,56 hectares e foi vendida ao PNCF em 2011 pelo preço de R$1.200.944,10 (Um milhão, duzentos mil, novecentos e quarenta e quatro reais e dez centavos), incluindo as benfeitorias.

As ações descritas anteriormente demonstram, por um lado, que a venda de terras ao crédito fundiário pode ser um negócio rentável aos proprietários e, por outro, evidencia a fragilidade dos camponeses frente às ações controladoras dos dirigentes do STR.

Os proprietários interessados em vender suas terras também passam por critérios de seleção previstos nas normas do programa. De acordo com as informações obtidas junto aos dirigentes do STR, primeiramente o proprietário deve encaminhar um documento referente à intenção de venda da propriedade, apresentando as benfeitorias presentes na propriedade, juntamente com o preço total da terra. Posteriormente, os dirigentes do sindicato encaminham as intenções de venda de propriedade para a AGRAER/Três Lagoas,

para que sejam realizadas vistorias na propriedade, bem como sua viabilidade econômica para produção.

Caso o preço e a situação da propriedade estejam coerentes com os critérios do PNCF, um técnico da AGRAER se desloca até o imóvel para realizar as vistorias necessárias e, segundo o Manual de Operações (2013):

> [...] a UTE deve promover visita técnica ao imóvel, sendo necessário manifestar-se sobre as suas condições gerais, a viabilidade técnica-econômica e a conformidade com a proposta de financiamento apresentada, emitindo parecer técnico, devidamente assinado pelo técnico responsável habilitado. (MANUAL DE OPERAÇÕES, 2013, p. 22).

Realizada a vistoria da propriedade, bem como a seleção das famílias, estas são organizadas em associações de trabalhadores rurais, criadas e certificadas pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais de Três Lagoas (STR).

As famílias organizadas em associações escolhem a entidade que fará a assistência técnica no assentamento, com prazo estipulado de 5 anos. Tal entidade fica responsável pela elaboração do projeto produtivo, cujo objetivo é demonstrar quais produtos as famílias possivelmente produzirão naquela área (por exemplo, frutas, hortas, leite). A escolha dos produtos deve estar coerente com a situação da propriedade, pois o projeto produtivo objetiva que as famílias obtenham renda, possibilitando-as a permanência na propriedade e suficiente para pagamento da dívida junto ao banco (MANUAL DE OPERAÇÕES, 2013).

Em entrevista com um funcionário da AGRAER, informou-se que os projetos produtivos elaborados pela agência para o assentamento Palmeiras e pela Federação da Agricultura Familiar de Mato Grosso do Sul (FETAGRI/MS) para o assentamento Paulistinha, foram apresentados ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR) para receberem aprovações. Após as aprovações, foram encaminhados para o Conselho Estadual do Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS/MS), em Campo Grande, onde, no caso, a AGRAER fez a defesa de viabilidade de produtividade dos projetos. Os avaliadores dos projetos são compostos por membros da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), da Secretaria do Meio Ambiente, além de representantes de movimentos sociais. Depois dos projetos aprovados pelo CEDRS/MS, foram encaminhados ao Banco do Brasil para realização do cadastro das famílias, momento de inserção no sistema e verificação de possíveis restrições. Após esta etapa, inicia-se o trâmite burocrático de liberação de recursos do Fundo de Terras e realização de contrato de propriedade das famílias com os vendedores. Esses contratos são realizados individualmente, isto é, caso uma família não consiga pagar sua dívida com o banco, sua inadimplência não afetará o financiamento dos demais assentados. Esta é a última etapa burocrática. Posteriormente, os camponeses

obtêm a escritura definitiva da propriedade, mas dada como garantia para pagamento do financiamento.

Segundo os técnicos da AGRAER, o Fundo de Terras encaminha o recurso para o banco que, por sua vez, efetua o pagamento diretamente ao proprietário da terra, cuja intenção de venda de propriedade foi aprovada, sem famílias receberem em suas contas particulares o dinheiro destinado ao financiamento. Outra parte dos recursos é encaminhada diretamente às empresas que obtiveram o menor preço na cotação dos orçamentos no que concerne à infraestrutura. Sendo assim, a empresa contratada realizará as benfeitorias, tais como poços, estradas, caixas e sistemas de distribuição de água, recebendo parte do valor total dos recursos cedidos pelo Fundo de Terras.

Ainda sobre a organização das famílias em associações para acessar o PNCF, o Manual de Operações (2013) do programa apregoa o associativismo como pré-requisito para aqueles que desejam pleitear seu Subprojeto de Investimentos Comunitários (SIC).

Os camponeses entrevistados nos dois assentamentos afirmaram que as respectivas associações foram criadas somente para atendimento às regras estabelecidas pelo programa, pois após o acesso à terra verificou-se enfraquecimento das mesmas. Logo, a inoperância das associações nos assentamentos de crédito fundiário, somada a pouca ou nenhuma atuação da Unidade Técnica Estadual responsável, provocam rebatimentos na vida das famílias nesses assentamentos.

No assentamento Paulistinha é notória algumas contradições engendradas pela política do PNCF, tais como: número elevado de casas abandonadas e materiais para construção espalhados pelos lotes como mostra a figura 2, evidenciando que algumas famílias sequer chegaram morar na terra, a maioria por não terem condições financeiras.

Figura 2- Assentamento Paulistinha/Três Lagoas (MS): casas e materiais para construção abandonados

Fonte: Trabalho de Campo (Assentamento Paulistinha, 03 jul., 2017). Foto: KUDLAVICZ, Mieceslau.

Durante entrevista com técnicos da AGRAER, um funcionário informou que no assentamento Paulistinha as casas foram construídas pelo Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) e ressaltou que, desde o início da implantação do assentamento, não houve assistência técnica e o projeto produtivo não foi aplicado após o acesso dos camponeses à terra. Destacou, também, que, possivelmente, os camponeses proprietários dessas casas e lotes abandonados saíram da terra em busca de proverem o sustento da família de outras formas, trabalhando na cidade, por exemplo.

Caso a associação ou a FETAGRI, UTE elegida pelos camponeses no assentamento Paulistinha, que desde 2011 não realiza assistência técnica, realizasse a articulação das famílias em grupos produtivos, como é o caso do assentamento Palmeiras, possivelmente não haveria tantas renúncias ao sonho da terra, logo após tê-la adquirido.

Em meio às brechas deixadas pelo Estado, verificou-se nos dois assentamentos a atuação da empresa FIBRIA, por meio da empresa Simbiose, interferindo de maneira significativa nesses assentamentos, sobretudo no Paulistinha.

A empresa Simbiose, contratada pela Fibria, atua para cumprimento de seus programas de responsabilidades social, como é o caso do Programa de Desenvolvimento Rural Territorial (PDRT). A Fibria atua fornecendo calcário destinado à correção da acidez do solo nas áreas que compõem os assentamentos; fornece, também, sementes de feijão, maracujá, urucum e mudas de banana sob o discurso de incentivo e estímulo à produção. Por trás de tal atuação está uma estratégia utilizada pela empresa para garantir sua expansão territorial e se antecipar a possíveis conflitos, além de mistificar os problemas decorrentes de sua territorialização (BERSANI, 2018).

A partir dessa realidade, compreende-se que não basta o Estado viabilizar precariamente o acesso à terra por meio da compra. É elementar que o Estado ofereça condições para que as famílias permaneçam e consigam se reproduzir de forma digna na terra, algo que parece estar longe daquilo que se desdobra pela Reforma Agrária de Mercado.

A vida de algumas famílias atingidas pela RAM: do acesso precário à resistência

Além do financiamento da terra via PNCF, as famílias entrevistadas nos assentamentos Paulistinha e Palmeiras possuem algo em comum, a origem rural e o forte desejo de morar no campo.

Sobre a decisão de acessar a terra por meio do PNCF, os camponeses entrevistados disseram que são de origem rural e não viam mais perspectiva de vida na cidade, então procuraram o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Três Lagoas com o intuito de adquirirem um pedaço de terra, voltando às origens. No sindicato obtiveram uma resposta de que um assentamento rural seria constituído no munícipio de Três Lagoas, no entanto o assentamento não seria de Reforma Agrária, o lote seria obtido via financiamento junto ao Fundo de Terras e outras instituições. Mesmo sabendo que pagariam um preço alto pela terra, aceitaram a proposta, pois o retorno à terra compreende uma saída ao desemprego e possibilidade de reprodução de um modo de vida que lhes pertence.

Nessa perspectiva, serão apresentados alguns relatos de famílias que permanecem e resistem na terra em meio ao desenvolvimento do capitalismo no campo, sendo a recriação do campesinato sua contradição e sua contestação.

No assentamento Paulistinha, cada a família tem lotes de 6,21 hectares, sendo 1,91 hectare correspondente à área de reserva ambiental (coletiva) e 4,30 de área efetiva para uso (individual). Esse assentamento é composto por 36 lotes, mas atualmente moram apenas 11 famílias, fato que evidencia o processo de expulsão dos camponesas pela ineficácia da RAM, pelo seu caráter estritamente rentista e pela dificuldade de recriação e reprodução camponesa via este programa, ainda mais diante das contradições inerentes às suas relações com o mercado. Além das dificuldades de produção em decorrência da falta de assistência técnica e de crédito, aos solos ácidos, a distância da sede do município (70km) dificulta a comercialização da produção.

Apesar da adversidade, contraditoriamente, há resistências. Um exemplo é a recriação camponesa no assentamento Paulistinha de uma família de origem rural composta por uma camponesa de 57 anos e seu marido de 62 anos. Em meio às trajetórias de vida marcadas pela migração do campo para cidade e de trabalho laboral exercido em ambos os

espaços, procuraram o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Três Lagoas objetivando a aquisição de um pedaço de terra para retornarem ao campo, pois moravam na cidade, “[...] mas sempre com a vontade de ir para o mato de novo” (Entrevista em: 03 jul. 2017). Por meio desse relato compreende-se que a possibilidade de recriação camponesa não se finda com a migração dos sujeitos para a cidade (MARQUES, 2008) e possibilita a compreensão de que o acesso à terra via crédito fundiário constitui-se em uma saída para o desemprego e o retorno às origens.

Essa mesma família relatou que, em 2011, financiou o lote de 6,21 hectares e os recursos iniciais pelo preço de um pouco mais de R$ 52.000,00 (Cinquenta e dois mil reais), sob juros de1% ao ano e, caso se pague as parcelas em dia, incide o abatimento de 40% na parcela/ano. Obteve-se 3 anos de carência para o pagamento das parcelas (2011, 2012, 2013) e a família estava com 3 parcelas anuais pagas (2014, 2015, 2016).

Para a construção da casa destinaram-se R$ 18.000,00 (Dezoito mil reais) do valor total do financiamento (R$ 52.000,00), possibilitando a construção de apenas 3 cômodos sem os acabamentos.

Ao entrarem na terra, os camponeses desta família passaram 2 anos sem energia elétrica, mais tarde viabilizada pelo programa federal “Luz para Todos”. Essa situação comprometeu incialmente o desejo de adesão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), pois, entre os critérios de sua adesão consta-se o de o lote possuir casa, energia elétrica e abastecimento de água.

Para viabilizar a permanência na terra e melhorar as condições financeiras, a família buscou outras alternativas, como a venda de casa na cidade (Três Lagoas), possibilitando a realização de algumas benfeitorias no lote, tais como: aumento da casa recém-construída, perfuração de um poço semi-artesiano, construção de um pequeno galinheiro e compra de 2 vacas, posteriormente vendidas, pois as condições do solo não eram propícias para pastagem. Com o dinheiro adquirido com a venda das vacas, a família comprou um trator usado de pequeno porte para melhoria das condições do solo e de produção no lote.

O relato da família evidencia os entraves colocados pela RAM, tais como: a necessidade de outras fontes de rendimentos para estruturação do lote, pois o valor do financiamento destinado à construção da casa não é suficiente; a assistência técnica precária e a impossibilidade de acesso às políticas públicas durante os primeiros anos. Com essa situação, os camponeses se endividam ainda mais, caso não tenham reserva monetária, imóveis ou outros bens para venda, por exemplo.

A produção realizada no lote desta família é composta por: feijão, milho, amendoim, morango, maracujá, maxixe, abacaxi, banana, urucum, abóbora cabotiã, além de horta com alface, almeirão, cebolinha, salsinha, dentre outros; há também criação de galinhas no

quintal (figura 3). Atualmente, o casal comprou novamente algumas vacas leiteiras para produção de queijos, comercializados sob encomenda a conhecidos da cidade.

Figura 3- Assentamento Paulistinha: diversificação da produção no lote.

Fonte: Trabalho de Campo (Assentamento Paulistinha, 03 jul., 2017). Foto: Mieceslau Kudlavicz.

Os camponeses desta família do assentamento Paulistinha afirmaram que ainda estão iniciando a produção no lote, pois recentemente conseguiram fazer a correção do solo degradado, característica da propriedade adquirida, ácido e de baixa fertilidade, sobretudo formado por areias quartzosas. A correção foi realizada via preparo mecânico e adição de calcário, fornecido pela empresa Fibria.

Apesar das dificuldades encontradas pela família no assentamento, a recriação do campesinato pode acontecer, uma vez que os camponeses (re)criam estratégias viabilizando sua reprodução social. A tentativa de correção do solo para plantar hortifruti, a comercialização de queijos na cidade e a venda de bens materiais servem para estruturação do lote, garantindo-lhes renda e moradia digna. Por outro lado, o trabalho a dia em outros lotes e até mesmo o trabalho informal em fazendas, são desenvolvidos para complementação da renda familiar e para os mesmos propósitos anteriores, sobretudo nos momentos de escassez. Nesse sentido, compreende-se que o campesinato aparece como um modo de vida que se (re)cria no interior do desenvolvimento do capitalismo no campo, portanto, parte constituinte de sua contradição (ALMEIDA, 2006).

Diante do desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo, ao (re)inventar práticas tradicionais ou novas de luta pela terra, o camponês contesta a concepção do direito absoluto da propriedade privada da terra, do acesso à terra por meio da compra. Por outro lado, quando participante desse processo, a compra da terra não ocorre com a finalidade da especulação nem do rentismo, mas sim para prover o sustento da família e a

reprodução social de seu modo de vida e de sua classe. Sendo assim, o cerne da lógica camponesa concentra-se na tríade terra, família e trabalho, dimensões fundamentais para a reprodução do campesinato (ALMEIDA, 2006).

No assentamento Palmeiras há 25 lotes, mas com apenas 8 famílias residentes; cada lote possui 7,19 hectares, sendo que 2,19 correspondem à área de reserva ambiental (coletiva) e 5 hectares à efetiva para uso (individual).

Nesse assentamento, as histórias das famílias, suas origens no campo e as estratégias utilizadas para permanência na terra se assemelham às desenvolvidas pelos camponeses do assentamento Paulistinha. Um caso emblemático no assentamento Palmeiras é o de uma família, composta por um casal de camponeses, com idades na faixa dos 50 anos. Relataram que compraram a terra de um primeiro camponês que realizou o financiamento via crédito fundiário e atualmente mora no estado do Paraná. Para entrar na terra, a família pagou R$10.000,00 (Dez mil reais) ao primeiro beneficiário, no entanto, o mesmo ainda não transferiu a propriedade da terra (nem a dívida) para o nome da família adquirente. Há aproximadamente 2 anos o primeiro proprietário do lote está inadimplente com o banco, desta forma os juros se elevam a cada parcela não paga, dificultando-se ainda mais a possibilidade de pagamento.

Como a família não comprou a terra em contrato direto com o PNCF, não se teve acesso ao subsídio que o crédito fundiário fornece aos camponeses ao entrarem na terra, então, a família se viu obrigada a contrair empréstimo particular para construção de sua casa no lote adquirido.

Em visita a este lote, verificou-se a persistência desempenhada pela família em produzir de acordo com as condições encontradas. A produção no lote ocupa aproximadamente 80% da área. Dentre os produtos obtidos no lote estão: pimenta, mandioca, café, urucum, gueiroba/gairova, morango, abacaxi, banana, além da horta com alface, almeirão, rúcula, cebolinha (figura 4).

Parte dessa produção é consumida pela família, sendo destinada, também, à comercialização na feira agroecológica realizada na Unidade 1 da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e em um condomínio de casas localizado no Bairro Parque dos Ipês, na sede do município, resultantes de projeto de extensão[3].

[3] Projeto de Extensão “Agroecologia e Canais Curtos de Comercialização: dinamização da Agricultura Familiar Camponesa em Três Lagoas/MS”, coordenado pela Profa. Dra. Rosemeire Aparecida de Almeida na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Figura 4- Assentamento Palmeiras: produção no lote

Fonte: Trabalho de Campo (Assentamento Palmeiras, 03 jul., 2017). Foto: Mieceslau Kudlavicz.

Para complementar a renda familiar, os camponeses desta família disseram que o homem desempenha atividades remuneradas de campeiro em algumas fazendas e recebe R$ 80,00 (Oitenta reais) pela diária. A renda obtida a partir da comercialização da produção do lote é, em média, de aproximadamente R$150,00 (Cento e cinquenta reais) por dia de realização da feira, nos dois dias.

Um elemento importante foi a afirmação de o camponês ter sua origem rural e sua lida no campo desde quando morava com seus pais, nas plantações de arroz, milho, feijão e café, afirmando que é habituado a trabalhar a terra, assim como sua esposa que também é de origem rural e declarou com orgulho: “Eu nasci no mato e criei no mato!”. Essa família expressou o forte desejo que sentiam de voltar à terra, de morar no campo: “Eu tinha o sonho de morar no meu pedaço de terra. Hoje eu tenho!” (Entrevista em: 03 jul. 2017).

De acordo com Ramos-Filho (2008, p. 343), “[...] a motivação para ingresso nos programas de crédito fundiário está ligada majoritariamente ao desejo de criação e/ou recriação inerente a toda parcela do campesinato empobrecido”, isto é, os camponeses veem o acesso à terra via crédito fundiário como uma forma de recriação de seu modo de vida, como foi possível observar durante o trabalho de campo realizado nos assentamentos.

Considerações Finais

A relevância deste trabalho consiste em demonstrar que a forma de acesso à terra investigada é extremamente precária e não oferece, por si só, condições para que os camponeses permaneçam na terra, pelo contrário, acaba intensificando ainda mais o processo de expulsão em que estes sujeitos estão submetidos, uma vez que a política do

Programa Nacional de Crédito Fundiário revela-se como expressão da contrarreforma agrária historicamente instaurada no país. No entanto, contraditória e dialeticamente, apresentam-se histórias de recriação e resistência de famílias camponesas que compõem esses assentamentos de crédito fundiário no município de Três Lagoas (MS).

Compreende-se que o acesso à terra, com base no mercado, não alterou a estrutura fundiária da área estudada, bem como não promoveu sua democratização. Pelo contrário, a RAM tem dificultado ainda mais a permanência do campesinato na terra. Foi possível identificar diversas forças expulsivas decorrentes da RAM, das quais a dificuldade de pagamento do financiamento, causado principalmente pela morosidade em acessar assistência técnica e políticas públicas voltadas para a produção e comercialização, são as principais.

O endividamento, seguido da saída do lote, configuram-se como regra e não exceção, constatada pela quantidade de famílias que acessaram a terra pelo programa e a quantidade atual de famílias residentes nos lotes. Portanto, é possível afirmar que a Reforma Agrária de Mercado não se constitui em alternativa viável para outras famílias sem terra que estão inscritas no Sindicato dos Trabalhados Rurais de Três Lagoas, esperando por uma forma de conquistar o tão sonhado pedaço de chão.

Os rebatimentos decorrentes dos programas e das políticas de Reforma Agrária de Mercado no Brasil não atendem sequer ao (tímido) objetivo estabelecido pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário: a redução da pobreza rural.

Em contrapartida a todos os gargalos interpostos, tanto pela própria política de Reforma Agrária de Mercado quanto pela territorialização do complexo eucalipto-celulose-papel, por meio da saída de campo, foi possível observar que alguns camponeses veem o acesso à terra, mesmo de forma precária, por meio do crédito fundiário, como uma possibilidade de recriação de seu modo de vida, sendo a reprodução e a permanência na terra de algumas famílias mais um resultado das próprias estratégias de resistência camponesa do que dessa política de mercantilização da terra. Apresenta-se que a redução da pobreza no campo e a democratização da terra, que devem caminhar juntas, serão possíveis somente quando ocorrer a transformação/desconcentração da estrutura fundiária brasileira – historicamente concentrada –, o que implica a realização da Reforma Agrária popular, possibilitando a construção de outra sociedade, democrática e igualitária.

Por fim, diante de sua ineficácia, é possível afirmar que a Reforma Agrária de Mercado configura-se como expressão do caráter rentista do desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro (OLIVEIRA, 2010a), servindo como forma de realização da renda capitalizada da terra (OLIVEIRA, 2010a), e, como tal, deve ser questionada cientificamente, principalmente quando evidencia-se os entraves que esta coloca em relação à permanência das famílias camponesas nos assentamentos de crédito fundiário.

Referências

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **(Re)criação do Campesinato, Identidade e Distinção: a luta pela terra e o habitus de classe.** 1. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 2006. v. 1. 377p.

_____. A Nova Fronteira do Eucalipto e a Crise da Reforma Agrária. **Boletim DATALUTA**, Presidente Prudente, v. 1, p. 02-10, 2012.

BERSANI, André Ricardo dos Santos. Responsabilidade Social Empresarial e Territorialização do Setor de Celulose: o caso da Fibria em Mato Grosso do Sul. In: XVIII Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2018, Dourados. **Anais eletrônicos...** Dourados: UFGD, 2018. Disponível em: <http://anaisenga2018.comunidades.net/anais-xxiv-enga-ufgd>. Acesso em: 15 nov. 2018.

BRASIL. Secretária Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário. **Manual de Operações do Programa Nacional de Crédito Fundiário**. Brasília, DF, 2013.

BRASIL. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário. **Linhas de Financiamento do PNCF.** Disponível: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/sra-crefun/linhas-de-financiamento-do-pncf> Acesso em: 21 nov. 2017.

COCA, Estevan, Leopoldo de Freitas; FERNANDES, Bernardo M. Uma Discussão Sobre o Conceito de Reforma Agrária: teoria, instituições e políticas de governo. **Revista História & Luta de Classes**. Ano 5, n. 8, p. 43-49, novembro de 2009.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. Características da Reforma Agrária nos Governos de FHC(1995- 2002) e de Lula da Silva (2003-2010). In: COELHO, Fabiano; CAMACHO, Rodrigo Simão (Orgs.). **O Campo no Brasil Contemporâneo:** do governo FHC aos governos petistas (questão agrária e reforma agrária). 1ªed. Curitiba: CRV Editora, 2017, v. I, p. 124-216.

COELHO, Fabiano. Características da Reforma Agrária nos Governos de FHC (1995- 2002) e de Lula da Silva (2003-2010). In: COELHO, Fabiano; CAMACHO, Rodrigo Simão (Orgs.). **O campo no Brasil contemporâneo**: do governo FHC aos governos petistas (questão agrária e reforma agrária). 1ªed. Curitiba: CRV Editora, 2017, v. I, p. 161-197.

COSME, Claudemir Martins. **A Expulsão de Camponeses Assentados como uma das Faces da Contrarreforma Agrária No Brasil:** um estudo da evasão nos assentamentos rurais do Ceará. João Pessoa: 2015. 292f. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal da Paraíba, 2015.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimento social como categoria geográfica. **Terra Livre**, São Paulo, v. 15, p. 59-85, 2000.

KUDLAVICZ, Mieceslau. Os impactos da Monocultivo do Eucalipto no Campo e Cidade. In: KUDLAVICZ, Mieceslau**. A territorialização da monocultura do eucalipto: um estudo da região leste de Mato Grosso do Sul**. 01.ed. Novas Edições Acadêmicas, 2014. 201p.

LIMA, Rodolfo de Souza. As Dimensões da Crise Estrutural do Capital: o caso da contrarreforma agrária de mercado no Brasil (1995-2017). **Revista Pegada Eletrônica**, V. 18, P. 47-67, 2017.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista NERA (UNESP),** Presidente Prudente, v. 11, n. 12, p. 57-67, jan./jun., 2008.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1986.

NARDOQUE, Sedeval; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. Território Rural do Bolsão (MS): realidade e perspectivas. **Boletim Dataluta**, Presidente Prudente, n.85, p. 2-8, jan. 2015.

NARDOQUE, Sedeval. A relação campo-cidade: abordagem sob o prisma da questão agrária. In: SPOSITO, Eliseu Saverio; SILVA, Charlei Aparecido da; SANT'ANA NETO, João Lima; MELAZZO, Everaldo Santos. (Org.). **A diversidade da Geografia brasileira:** escalas e dimensões da análise e da ação. 1ªed.Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2016a, v. único, p. 255-286.

_____. A questão agrária no Território Rural do Bolsão/MS. In: **Anais**. XXIII Encontro Nacional de Geografia Agrária, Aracajú, nov. 2016b. Disponível em: <http://enga.com.br/anais/index.php>. Acesso em: 20 nov. 2017.

. A expansão geográfica do capital e reforma agrária em Mato Grosso do Sul no governos FHC e Lula. In: COELHO, Fabiano; CAMACHO, Rodrigo Simão (Orgs.). **O campo no Brasil contemporâneo**: do governo FHC aos governos petistas (questão agrária e reforma agrária). 1ªed. Curitiba: CRV Editora, 2017, v. I, p. 243-272.

OLIVEIRA, Alexandra Maria de. A política de Contra-Reforma Agrária do Banco Mundial no Ceará. **Revista GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, nº 19, pp. 151-175, 2006.

_____. **A Participação do Banco Mundial no Mercado de Terras no Brasil e no Mundo.** 1ª ed. Fortaleza: Editora da Universidade Federal do Ceará, 2014.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH/Labur Edições, 2007.

_____. Agricultura e indústria no Brasil. In: **CAMPO-TERRITÓRIO**: revista de geografia agrária, v.5, n.10, p. 5-64, ago. 2010a.

_____. A Questão Agrária no Brasil: não reforma e contrarreforma agrária no Governo Lula. In: **Os Anos Lula**: contribuições para um balanço crítico (2003-2010). Rio de Janeiro: Gramound, 2010b.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **Questão agrária atual:** Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de reforma agrária e reforma agrária de mercado (2003 - 2006). Presidente Prudente: 2008. 428 f. Tese (Doutorado) Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. 2008.

SAUER, Sérgio. – Reforma Agrária de mercado no Brasil: um sonho que se tornou dívida. In: **Revista Estudos Sociedade e Agricultura.** Rio de Janeiro, v. 18, n.1. 2010, pp.98-126.

Sobre os autores

Luana Fernanda Luiz – Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS); Mestranda em Geografia pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). **OrcID** – https://orcid.org/0000-0001-8972-1100

Sedeval Nardoque – Graduação Geografia pelo Centro Universitário de Jales; Mestrado e Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp); Pós-doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Docente da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). **OrcID** – https://orcid.org/0000-0003-1562-6623

Como citar este artigo

LUIZ, Luana Fernanda; NARDOQUE, Sedeval. Programa Nacional de Crédito Fundiário em Três Lagoas/MS: desdobramentos e entraves para a recriação do campesinato. **Revista NERA**, v. 22, n. 49, p. 83-110, 2019.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos (as) autores (as). As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. A autora **Luana Fernanda Luiz** ficou especialmente responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual e escrita inicial do artigo; o segundo autor **Sedeval Nardoque**, pela aquisição de dados e sua interpretação e análise e pelos procedimentos técnicos, além de revisão teórico-conceitual e correção gramatical.

Recebido para publicação em 18 de maio de 2018.
Devolvido para a revisão em 20 de fevereiro de 2019.
Aceito para a publicação em 26 de feverio de 2019.

Reforma agrária e transição agroecológica: experiências de sustentabilidade no assentamento 20 de Março em Três Lagoas/MS[1]

Patrícia Tozzo de Matos Mercadante
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Três Lagoas, Mato Grosso do Sul, Brasil.
e-mail: patriciatozzom@gmail.com

Rosemeire Aparecida de Almeida
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Três Lagoas, Mato Grosso do Sul, Brasil.
e-mail: raaalm@gmail.com

Resumo

O presente artigo discute os resultados da pesquisa acerca da experiência de transição agroecológica desenvolvida desde 2015 no Projeto de Assentamento de reforma agrária 20 de Março, localizado no município de Três Lagoas/MS, em parceria com a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, *Campus* de Três Lagoas. A importância dessa experiência de luta para se manter na terra a partir da agroecologia se faz num contexto extremamente adverso, uma vez que a agricultura familiar camponesa possui apenas 3% da área municipal que corresponde a um milhão de ha, grande parte destinada a pecuária e ao monocultivo de eucalipto. É nesta pequena fração territorial que a reforma agrária e a transição agroecológica se projetam como alternativa contra-hegemônica de produção e comercialização, mostrando-se instrumento educativo que aproxima agricultores e consumidores por meio dos canais de curta comercialização, com vias a valorização da economia local.

Palavras-chave: UFMS/CPTL; agroecologia; canais de curta comercialização; processo educativo.

Agrarian reform and agroecological transition: sustainability experiences at the settlement March 20 in Três Lagoas/MS

Abstract

This article discusses the results of the research on the agroecological transition experience developed since 2015 in the Agrarian Reform Settlement Project March 20, located in the municipality of Três Lagoas/MS, in partnership with the Federal University of Mato Grosso do Sul, Campus of Três Lagoas. The importance of this experience of struggle to stay on the ground from agroecology is made in an extremely adverse context, since peasant family farming has only 3% of the municipal area corresponding to one million ha, a large part of which is devoted to cattle raising and the monoculture of eucalyptus. It is in this small territorial fraction that the agrarian reform and the agro-ecological transition are projected as a counter-hegemonic alternative of production and commercialization, if it is an educational

[1] O presente trabalho é parte da dissertação de mestrado **Transição Agroecológica e Soberania Alimentar no Assentamento 20 de Março, Três Lagoas(MS)**, defendida e aprovada na UFMS/CPTL.

instrument that brings together farmers and consumers through the channels of short commercialization with ways of enhancing the local economy.

Keywords: UFMS/CPTL; agroecology; short-term marketing channels; educational process.

Reforma agraria y transición agroecológica: experiencias de sostenibilidad en el asentamiento 20 de marzo en Três Lagoas/MS

Resumen

El presente artículo discute los resultados de la investigación sobre la experiencia de transición agroecológica desarrollada desde 2015 en el Proyecto de Asentamiento de reforma agraria 20 de marzo, ubicado en el municipio de Três Lagoas / MS, en asociación con la Universidad Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Tres Lagunas. La importancia de esta experiencia de lucha para mantenerse en la tierra a partir de la agroecología se hace en un contexto extremadamente adverso, una vez que la agricultura familiar campesina posee apenas el 3% del área municipal que corresponde a un millón de ha, gran parte destinada a la ganadería y el monocultivo de eucalipto. Es en esta pequeña fracción territorial que la reforma agraria y la transición agroecológica se proyectan como alternativa contrahegemónica de producción y comercialización, mostrando un instrumento educativo que aproxima a agricultores y consumidores a través de los canales de corta comercialización con vías de valorización de la economía local.

Palabras clave: UFMS/CPTL; agroecología; canales de corta comercialización; proceso educativo.

Introdução

Contraditoriamente à apropriação acelerada do capital sobre os meandros da dinâmica social, encontramos experiências e sujeitos que resistem a este sistema, construindo alternativas de produção e comercialização. Neste artigo, apresentam-se ações de resistência na terra consideradas práticas de sustentabilidade focadas no processo de transição agroecológica – termo que transcende o simples adjetivo “orgânico” e atinge uma totalidade mais complexa, envolvendo questões técnicas, socioculturais e econômicas. Trata-se da revalorização de práticas, conhecimentos, métodos e de um *modo* de vida. Os conhecimentos tradicionais de produção conduzem à sustentabilidade e, postos em prática, se aperfeiçoam na busca do equilíbrio no uso dos bens comuns, o que oportuniza a reprodução social dos camponeses e daqueles que, na cidade, dependem do alimento produzido no campo.

O ponto de partida deste artigo é o tripé que sustenta a pesquisa, qual seja: reforma agrária, agroecologia e soberania alimentar, entendidos numa relação de interação e dependência. A análise tem como foco as experiências de transição agroecológica desenvolvidas a partir de 2015 no PA 20 de Março, a partir do estudo de dois canais de curta comercialização: o grupo de consumo agroecológico, conhecido como “grupo das

sacolas", e a feira agroecológica, ambos desenvolvidos pela professora Dra. Rosemeire Aparecida de Almeida, em parceria com professores, técnicos e alunos da graduação e pós-graduação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, *campus* de Três Lagoas (UFMS/CPTL).

A pesquisa de campo foi composta por dois grupos de consumidores: o primeiro, composto por 24 questionários, aplicados aos consumidores do projeto das sacolas agroecológicas; o segundo, com 50 questionários, aplicados aos consumidores da feira agroecológica. A finalidade dos questionários do primeiro e segundo grupos foi analisar a possível mudança de hábitos de consumo devido à participação nos projetos agroecológicos; a satisfação com os produtos ofertados; e se houve a introdução desses sujeitos no processo educativo de entender o que é o produto agroecológico, bem como quem produz o alimento – no caso, os assentados de reforma agrária. Buscou-se, assim, compreender as forças favoráveis e contraditórias de um dado recorte têmporo-espacial, construídas por meio de um processo que envolve sujeitos endógenos e exógenos ao assentamento, bem como dimensionar os desdobramentos nos dois "lados" da balança da soberania – camponeses e consumidores –, verificando o alcance das propostas e dos objetivos em cada um destes grupos no sentido da construção de experiências sustentáveis.

E para dimensionar os desdobramentos no grupo dos camponeses do PA 20 de Março, trabalhou-se com entrevistas e relatos que demonstraram algumas das consequências sociais, econômicas e culturais ocasionadas pela participação nos projetos de transição agroecológica.

Reforma agrária, Agroecologia e Soberania Alimentar: caminhos de sustentabilidade

No Brasil, para pensarmos uma agricultura agroecológica que supere a dicotomia campo-cidade promovendo o desenvolvimento endógeno, é fundamental colocarmos no centro da análise a reforma agrária, devido ao fato de que, sem a reforma agrária, inviabilizam-se os demais processos investigados – agroecologia e soberania alimentar –, uma vez que ela representa justiça social por meio da distribuição da terra e oportunidade de reprodução social, ao permitir que os sujeitos contemplados disponham de um dos elementos fundamentais à recriação do modo vida camponês, a terra. Lobo (1992) elucida sobre o conceito "modo de vida", não como resultado, mas o fio condutor para analisar várias ações do sujeito.

> Aqui o modo de vida tem um estatuto de conceito que propõe um fio condutor para a análise das práticas sociais, a construção simultânea e

> articulada de relações sociais, das representações e do campo simbólico. [...]
> Neste sentido, a problemática dos modos de vida remete ainda a discussão que opõe a lógica do sistema ou do mercado à recuperação da autonomia dos sujeitos sociais na sua heterogeneidade, através das modalidades de suas experiências coletivas, vividas, representadas no campo simbólico. (LOBO, 1992, p.13)

Portanto, a reativação do modo de vida camponês por meio da terra conquistada aparece como agente potencial para a produção agroecológica, sustentando, consequentemente, as perspectivas do alcance da soberania alimentar.

Inclusive, alguns autores apontam um debate antecessor ao da reforma agrária, uma vez que a reforma não é, em si, o começo, o meio ou o fim da discussão, mas integra uma temática mais ampla: a questão agrária. Assim, a reforma agrária apresenta-se não como a questão maior, mas como uma proposta de solução para os problemas dessa temática que, segundo Stedile, abrange todos os estudos relacionados à posse, ao uso e à propriedade da terra. Assim,

> O termo questão agrária é utilizado para designar uma área do conhecimento humano que se dedica a estudar, pesquisar e conhecer a natureza dos problemas das sociedades em geral relacionados ao uso, à posse e à propriedade da terra. Ao se fazer o estudo da forma de organização socioeconômica do meio rural de qualquer país, está-se estudando a questão agrária daquele país. (STEDILE, 2012, p. 641).

O autor esclarece que estes três pilares da questão agrária – uso, posse e propriedade da terra – possuem características diferentes, porém complementares, e o entendimento de cada um é necessário para compreender a questão agrária como um todo.

> Cada sociedade tem uma forma específica de usar a natureza, de organizar a produção dos bens agrícolas. E o seu uso vai determinar que produtos são cultivados, para atender a que necessidades sociais e que destino se dá a eles. A posse da terra refere-se a quais pessoas e categorias sociais moram em cima daquele território e como vivem nele. E a propriedade é uma condição jurídica, estabelecida a partir do capitalismo, que garante o direito de uma pessoa, empresa ou instituição que possua dinheiro-capital comprar e ter a propriedade privada de determinada área da natureza, podendo cercá-la e ter absoluto controle sobre ela, impedindo que outros a ela tenham acesso. Essa condição jurídica estabelecida por leis da ordem institucional de cada país é que transforma a terra numa mera mercadoria que se pode comprar e vender, e da qual se pode ser proprietário absoluto. (STEDILE, 2012, p. 643).

Por conter em si o potencial produtivo, ou seja, gerador de renda, a concentração fundiária tornou-se um grande problema agrário e social. No passado, foi considerado também um inibidor do desenvolvimento industrial, pois segundo Stedile (2012), diante dessa crescente concentração, alguns pesquisadores da época apontaram um travamento

ao desenvolvimento do sistema capitalista, o fato dos camponeses serem despossuídos de terra, e consequentemente de renda.

> Ao concentrar a propriedade da terra e manter os camponeses sem terra – e, portanto, despossuídos de renda –, esse modelo freava o desenvolvimento do mercado interno e das forças produtivas. (STEDILE, 2012, p. 642, grifo do autor).

Neste ponto, as incompatibilidades de classe ditaram transformações sociais decisivas na estrutura fundiária dos países do capitalismo central, sobretudo na Europa e na América do Norte, particularmente nos Estados Unidos (adiante, vê-se que este processo não ocorreu dessa forma no Brasil), apontando para o necessário enfraquecimento da classe proprietária de terras.

> Nos países centrais, o desenvolvimento do modo capitalista de produção gerou o enfraquecimento dos proprietários de terra, expresso na inviabilização do latifúndio, que ocorreu concomitantemente ao fortalecimento de negociantes que, paulatinamente, foram alçando à condição de proprietários dos meios de produção no interior da ordem urbano-industrial. E aí interesses inconciliáveis emergiram, pois enquanto os primeiros seguiram vislumbrando um Estado no abrigo do qual as práticas monopolistas poderiam fluir livremente, e as tradicionais leis de interdição à importação de cereais é o melhor exemplo, os burgueses em ascendência não estavam dispostos a tolerá-las, pelo fato de estas afetarem diretamente a relação capital-trabalho. (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 9).

Segundo Oliveira (2007), desde 1946 o Brasil dispunha de leis acerca da reforma agrária e apresentava propostas para pensar o valor social da terra e sua distribuição como expressão de justiça social, de acordo com o artigo 147 da Constituição Federal então em vigor: “O uso da propriedade será condicionado ao bem-estar social. A lei poderá, com observância do disposto no art. 141, § 16, promover a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos” (BRASIL, 1946). Contudo, mesmo com base legal, “[...] até o início dos anos 60, nenhum dos projetos apresentados conseguiu tornar-se lei frente à maioria reacionária das elites latifundiárias no Congresso Nacional” (OLIVEIRA, 2007, p. 104).

Os resultados deste bloqueio e descaminho na formação de pequenas propriedades foram multiplicados até a atualidade, conforme os dados da tabela 1. Nela, verificam-se menos de 47 mil imóveis, acima de dois mil hectares, ocupando mais de 360 milhões de hectares, enquanto os de até 25 ha – três milhões e setecentos mil imóveis – têm área de pouco mais de 34 milhões de ha, situação agrária que reflete os projetos concentradores e excludentes da burguesia brasileira.

Tabela 1 – Estrutura fundiária brasileira – 2014

Classes de área (ha)	Número de Imóveis	%	Área (ha)	%
Até 10	2.208.467	35,97%	9.713.045,19	1,31%
10 – 25	1.499.140	24,41%	24.305.032,47	3,28%
25 – 50	932.481	15,19%	32.802.217,70	4,43%
50 – 100	665.642	10,84%	46.170.133,05	6,24%
100 – 500	645.700	10,52%	133.446.464,51	18,02%
500 – 1000	93.658	1,52%	65.276.368,53	8,82%
1000 - 2000	48.234	0,79%	66.717.495,31	9,01%
Mais de 2000	46.769	0,76%	361.970.889,02	48,89%
Total	**6.140.118**	**100%**	**740.401.645,78**	**100%**

Fonte: DATALUTA: banco de dados da luta pela terra, 2016, p. 31.

A estagnação da reforma agrária brasileira ocorreu sob a égide dos latifundiários como representantes políticos[2] e por meio do aprofundamento do modelo de monopólio fundiário, segundo Paulino e Almeida (2010). Diferentemente do ordenamento capitalista da maioria dos países europeus e nos Estados Unidos, no Brasil, a burguesia industrial aliou-se à elite proprietária de terras, fato denominado por Martins (1994 apud PAULINO; ALMEIDA, 2010) como aliança terra-capital. Formou-se um grupo reduzido que detém tanto o lucro como a renda da terra fruto do monopólio deste meio de produção, o que foi socialmente oneroso para o país em virtude da abissal desigualdade social que se gerou; porém, para o sistema capitalista, a aliança foi exitosa porque contou com o apadrinhamento do Estado por meio de subsídios, incentivos fiscais e perdão de dívidas.

Apesar de ter havido algumas conquistas sociais, a dificuldade de fazer reforma agrária no Brasil reflete-se, na atualidade, no abandono dos projetos de RA e na crescente produção de discursos de contrarreforma, justificados por motivações econômicas, sociais e, sobretudo, políticas.

Salienta-se ainda, na história de ocupação e expansão das fronteiras em todo o país, a característica latente de uma ocupação privada, cujo objetivo foi beneficiar grupos restritos. Em Mato Grosso do Sul, não foi diferente; no novo estado, foram beneficiados inicialmente os grandes proprietários de terras, sobretudo os ligados à pecuária. A ação estatal e da burguesia agrária forjou, como aspecto fundamental do Mato Grosso do Sul, a estrutura fundiária altamente concentrada.

> No Mato Grosso do Sul, foi o próprio Estado que promoveu a venda e titulação de terras devolutas em grandes quantidades. Portanto, como já dissemos, a estrutura fundiária no Mato Grosso do Sul “nasceu” concentrada (FABRINI, 2008, p. 57).

[2] Perdão das dívidas de grandes proprietários à União, afrouxamento das regras do Código Florestal, oposição às demarcações de terras indígenas e depreciação da conceituação de trabalho escravo foram algumas das pautas defendidas pela bancada ruralista nos últimos anos.

A ocupação do estado de Mato Grosso do Sul (até 1977, sul do estado de Mato Grosso) deu-se a fim de suprimir um “vazio” – propagado como populacional, mas que representava, na verdade, um vazio de capital, o que mais tarde se desnudou nas relações conflituosas no território, marcadas por disputas sangrentas entre povos nativos e “desbravadores”. De acordo com Almeida (2003), ocorreu dois grandes marcos para o povoamento não índio do “novo” estado: a chegada da Companhia Matte Larangeira e, posteriormente, a construção da Ferrovia Noroeste do Brasil.

Oliveira (2008, p. 06) afirma que “a grilagem de terras é fato constante presente na história da apropriação privada da terra neste país”. No Mato Grosso do Sul, a história não se deu de forma distinta, segundo o autor, são mais de 1,3 milhões de hectares indevidamente apropriados, tendo como os casos mais críticos do estado, os municípios de Ladário, Miranda e Coxim.

A apropriação indevida desencadeou conflitos desde o início da construção da ferrovia, em 1905, quando eclodiram conflitos pela disputa do território – acarretando a dizimação de parte dos povos nativos, parte “necessária” ao andamento do “progresso”, conforme Ghirardello (2002, p. 42): “O desprezo pela vida humana, a ideia de progresso a qualquer preço e a impunidade fizeram que a brutal relação entre homem branco e indígena fosse vista com tons de heroísmo e patriotismo”.

Decerto, durante todos os processos de apropriação do capital na dinâmica do “progresso”, houve conflitos e, consequentemente, resistências. Contudo, a partir da década de 1970, num contexto de disseminação da Revolução Verde, evidenciaram-se no novo estado questionamentos ao modelo concentrador imposto e, com isso, as primeiras lutas para efetivar o direito (constitucionalmente, existente) de obter a terra. Para Almeida (2003, p. 120), “Essa situação de monopólio da terra e do poder político no Mato Grosso do Sul começa a ser questionada de forma mais explícita no final dos anos 1970 e início da década de 1980, através do movimento dos arrendatários no sul do estado”. A tabela 2 apresenta os níveis de concentração de terras em Mato Grosso do Sul. Apenas 9% dos imóveis, acima de mil hectares, ocupam cerca de 70% da área total do estado – enquanto, no outro extremo, apenas 7% da área total destina-se a propriedades de até 200 ha, as quais, por sua vez, representam quase 70% dos imóveis. Além disso, altos índices de improdutividade dispersam-se por todo o estado.

Tabela 2 – Mato Grosso do Sul: estrutura fundiária – 2014

Classe área total (ha)	Nº de imóveis	%	Área total (ha)	%
0 a menos de 200	65.494	69,92%	2.783.542,71	7,18%
200 a menos de 500	12.215	13,05%	3.942.123,13	10,16%
500 a menos de 1000	7.182	7,66%	5.070.926,01	13,08%
Acima de 1000	8.777	9,37%	26.983.441,78	69,58%
Total	**93.668**	**100%**	**38.780.033,63**	**100%**

Fonte: INCRA/SNCR (2014). In: Nardoque (2017, p. 249).

Somente no Território do Bolsão, há 511 imóveis na situação de reserva de valor, com área de aproximadamente 750 mil hectares improdutivos (declarados ao INCRA). Oliveira (2008, p. 11) caracteriza a região Centro-Oeste como "[...] um verdadeiro paraíso do latifúndio improdutivo [...]", visto que apenas em Mato Grosso do Sul existem 8,5 milhões de hectares nessa situação.

Contrastante aos dados da improdutividade dos latifúndios tem-se os dados da agricultura camponesa que não dispondo dos mesmos incentivos da agricultura capitalista, produz autoconsumo e vende excedente, sendo responsável por 70% dos alimentos consumidos no país.

> O pequeno agricultor ocupa hoje papel decisivo na cadeia produtiva que abastece o mercado brasileiro: mandioca (87%), feijão (70%), carne suína (59%), leite (58%), carne de aves (50%) e milho (46%) são alguns grupos de alimentos com forte presença da agricultura familiar na produção. (PORTAL BRASIL, 2015).

Porém, a crise agroambiental dá mostras que não basta os camponeses produzem a maioria dos alimentos da mesa dos trabalhadores, é preciso questionar qual o futuro da agricultura camponesa. É neste sentido que o debate da agroecologia ganha sentido como base estruturante desse estudo, bem como o conceito de sustentabilidade. Sobre este último, tem-se que,

> [...] o conceito de sustentabilidade é, por natureza, dinâmico, deve mudar com o tempo, como dinâmico é o equilíbrio que existe na natureza; portanto, não se pode dizer que um agroecossistema é ou não sustentável, mas sim que é mais ou menos sustentável do que antes ou do que outro agroecossistema com o qual se compara. [...] é um conceito que se deve ser aplicado, operacional e, nesse processo, nem todos os objetivos da sustentabilidade podem ser alcançados ao mesmo tempo; nesse sentido processual ou tendencial, o conceito de sustentabilidade prima pelo alcance de objetivos concretos em cada momento, sejam determinados pela gravidade dos danos ambientais, pela urgência de sua resolução ou pela escala de tempo em que nos situemos. (GUZMÁN CASADO et. al., 2000, p.100, citado por COSTABEBER et. al., 2013, p.153).

A lógica industrial disseminada no campo, baseada na artificialização da natureza, relaciona-se às *commodities*, bem como aos gêneros alimentícios, desencadeando na mesa

da população como consequência desse modelo produtivo a transformação do alimento em mera mercadoria, cuja finalidade é o lucro, coloca em risco a saúde humana, animal e ambiental - conforme aponta Sebastião Pinheiro, em entrevista à Revista do Instituto Humanitas da Unisinos, em 08 de junho de 2009,

> [...] os herbicidas, inseticidas e fungicidas contaminam as pessoas, primeiramente através da água. Além disso, a contaminação se dá também pelo ar e, pior ainda, através dos alimentos ingeridos. Quando comemos, estamos ingerindo resíduos tóxicos de elementos aplicados no campo, e esses resíduos chegam um milhão de vezes mais tóxicos nos alimentos do que quando aplicados na agricultura. Isso acontece porque a molécula química sofre uma alteração pela luz do sol, pela oxidação química, pelo calor etc. Então, o veneno utilizado nas lavouras se transforma em uma substância mais perigosa.

Alimentos produzidos com altos níveis de agrotóxicos, alimentos ultraprocessados e o empobrecimento da diversidade das espécies alimentares cultivadas são apenas alguns dos impactos dessa “coisificação” do alimento sob a égide do lucro.

Em meio ao cenário de interesses capitalistas que busca orientar todas as fases do processo produtivo pela lógica mercadológica, surgem contestações a este modelo centrado, especialmente, no pacote agroquímico em relação à sua real eficiência e a seus impactos na sociedade. A partir de movimentos e organizações sociais, bem como instituições de pesquisa que reúnem camponeses, alunos, professores, pesquisadores e profissionais de várias áreas, desencadeia-se o processo de construção da agroecologia como alternativa a este modelo hegemônico de agricultura.

> Embora o movimento ambientalista tivesse aparecido no início do século XX [no Brasil], Neilo (2012) afirma que foi na década de 1970 que surgiram as primeiras manifestações de cunho ecológico frente ao padrão de desenvolvimento e a relação sociedade/ambiente, isto é, surgem contestações ao padrão tecnológico da Revolução Verde implantado pelas políticas fortemente subsidiadas pelo Estado. (ZAMBERLAM; FRONCHETI, 2012, p. 11).

Dois pontos fundamentais desse modelo alternativo de produção, segundo Gomes e Assis (2013), são a multidimensionalidade do conceito, que supera as barreiras disciplinares, e a articulação entre conhecimento científico e sabedoria popular. Assim, a agroecologia atua como ciência, prática e movimento social. Estas três dimensões são:

1) **Ciência**: Silva (2015) pontua que as pesquisas sobre o tema são consideradas recentes, o que localiza a ciência agroecológica em fase de construção. A autora apresenta a década de 1920 como início da perspectiva norte-americana, de integrar a ecologia aos cultivos; na década de 1930, foi proposto o termo agroecologia para denominar a ecologia aplicada à agricultura.

> Na década de 1960 recomeça o interesse de aplicar conceitos ecológicos na agricultura, em decorrência da pesquisa com comunidades camponesas, da influência crescente das abordagens sistêmicas e do aumento da consciência ambiental, principalmente após a publicação de *Primavera Silenciosa*, de Rachel Carson, em 1962. (SILVA, 2015, p. 46).

Dez anos depois, outra perspectiva integrou-se ao processo: passou-se a considerar os aspectos socioculturais da agricultura. Dessa forma, a agroecologia configura-se na confluência dos aspectos ambientais – produção que substitui o uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos por insumos e caldas naturais, causando um menor impacto ambiental – e da valorização do saber-fazer camponês, que lhes proporciona maior autonomia, independência e a possibilidade de desenvolver uma agricultura alternativa.

2) **Prática**: a agroecologia representa muito mais que um conjunto de técnicas de manejo da terra. Sua prática revaloriza saberes tradicionais, o respeito ao modo de vida desses povos e a observância sistêmica de toda cadeia produtiva. Essa prática é ligada a uma metodologia de enfrentamento ao modo capitalista de produção, centrado na busca pelo menor custo e na exploração de recursos naturais e humanos. Assim,

> A agroecologia fornece uma estrutura metodológica de trabalho para a compreensão mais profunda tanto da natureza dos agroecossistemas como dos princípios segundo os quais eles funcionam. Trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo. Ela utiliza os agroecossistemas como unidade de estudo, ultrapassando a visão unidimensional – genética, agronomia, edafologia - incluindo dimensões ecológicas, sociais e culturais. Uma abordagem agroecológica incentiva os pesquisadores a penetrar no conhecimento e nas técnicas dos agricultores e a desenvolver agroecossistemas com uma dependência mínima de insumos agroquímicos e energéticos externos. (ALTIERI, 2008, p. 23)

Dessa forma, associam-se princípios e abordagens cujo objetivo é analisar a natureza como um todo, incluindo o homem, que também a integra. E por incluir o homem, a agroecologia adere a uma abordagem social, cultural e econômica. A crítica quanto ao emprego de tecnologias no campo não representa a necessidade de excluí-las ou escolher "viver no atraso", mas, sim, atentar-se aos impactos percebidos por sua utilização por meio de um levantamento holístico, bem como pela busca de tecnologias apropriadas à pequena produção – a maioria do que existe, atualmente, para otimizar o trabalho no campo foi pensado para a grande propriedade e a acumulação de capital. Por sua vez, o pensamento holístico envolve o equilíbrio entre os fatores – por exemplo: se, devido ao uso de algumas tecnologias (como semeadoras, colheitadeiras e tratores), o trabalho de cultivar foi menos

penoso, por outro lado, houve a utilização de sementes híbridas e insumos químicos de alto custo; portanto, houve aumento da dependência externa por parte dos camponeses.

3) **Movimento social**: a terceira dimensão contrariou estudos e tendências das décadas de 1930 a 1960 quanto à incapacidade organizativa da sociedade. De acordo com Alonso (2002), os pensadores da época, especialmente os europeus, acreditavam que seria o fim dos movimentos sociais, como consequência do aprofundamento da sociedade de massa orientada para o consumo e da produção de personalidades narcísicas, de costas para a política. Contudo, o movimento agroecológico – assim como outros desenvolvidos a partir da década de 1960, como o feminista, o pacifista e o ambientalista – contrariou essa tendência por meio da mobilização de um grande número de pessoas. À exemplo dos movimentos citados, a agroecologia luta por um modo diferente e contra-hegemônico de viver e produzir no campo.

Apesar de não institucionalizado, o movimento agroecológico articula-se em redes das quais participam camponeses, agrônomos, técnicos, instituições governamentais, organizações não governamentais (ONGs), além de profissionais das mais diversas áreas que conheceram a proposta e aderiram ao projeto. De acordo com o *site* da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), estes são alguns dos atores que articulam o movimento no país: Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ), Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), Articulação Nacional de Agroecologia Amazônia (ANAA), Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN), Fórum Brasileiro de Economia Solidária, Movimento da Mulher Trabalhadora Rural-NE (MMTR), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA Brasil) e Movimento dos Trabalhares Rurais Sem Terra (MST). Historicamente, essa articulação nacional organiza encontros para promover as práticas agroecológicas, como o Encontro Nacional de Agroecologia (ENA). Nele, professores, alunos, pesquisadores e produtores, por meio de seus trabalhos, trocam experiências e saberes acerca da valorização do modo de vida das populações tradicionais e promovem debates, a fim de convergir e socializar o conhecimento acumulado nas experiências individuais/coletivas dos mais diversos grupos que praticam a agroecologia no país. O evento teve sua primeira edição em 2002, na cidade do Rio de Janeiro (RJ).

> As lutas dos movimentos sociais no campo têm demonstrado que a reforma agrária e a garantia das populações ao território são inseparáveis da proposta agroecológica. Experiências evidenciam que nas lutas pela desapropriação de áreas para a reforma agrária há assentamentos rurais que vêm incorporando de forma bem sucedida a matriz produtiva agroecológica e desenvolvendo uma nova concepção de organização do espaço contrapondo- se aos modelos insustentáveis dos assentamentos convencionais. (II ENA, 2006, p.03).

O modo de vida camponês relaciona-se de maneira apropriada com a produção agroecológica por dois motivos principais. O primeiro deles é que a terra desse sujeito configura-se não apenas como terra de trabalho, mas também como terra-lar. A ligação mais estreita entre casa/trabalho permite uma compreensão diferente da relação com esta fração do território; há uma lógica organizativa que parte da família para a terra, uma vez que a finalidade primeira é a reprodução do grupo familiar, não o lucro – bem por isso, o autoconsumo é papel essencial nessa economia doméstica e a produção, ao gerar excedente, insere esses sujeitos numa possibilidade de participação no mercado.

Baseados em Almeida (2013), entende-se como camponeses os sujeitos cuja identidade é a posse da terra e o uso do trabalho familiar, amalgamados na mesma condição social. Ou seja, na figura deste sujeito, não há separação entre a terra e o trabalho; logo, sua reprodução social não advém nem do lucro, nem do salário: resulta da relação social que o camponês estabelece com a terra por meio da exploração do trabalho da família – neste sentido, é considerada uma classe *sui generis*, porque nela não há separação entre os meios de produção (terra) e o trabalhador. Logo, na economia marxista, é considerada uma classe não tipicamente capitalista – uma vez que lucro e salário não são categorias contáveis de sua reprodução social – ou, ainda, uma relação social não capitalista, como aponta Martins (apud ALMEIDA, 2013). Como explica a autora citada, apesar da identidade de classe social, os camponeses possuem muitas distinções, especialmente no Brasil; parte delas advém de históricos regionais, onde são conhecidos como caipiras, colonos, faxinalenses, caiçaras, agricultores familiares, populações tradicionais, sitiantes etc.

Para o segundo motivo da inclinação camponesa à produção agroecológica, cita-se Silva (2013), que descreveu algumas consequências da adesão de camponeses gravataenses à agroecologia: melhores condições de vida; diminuição ou ausência da insegurança alimentar; acesso à água limpa; acesso a uma dieta alimentar variada; acesso a políticas públicas; diminuição de problemas de saúde relacionados à aplicação de agrotóxicos, como cansaço, tontura, vômito, desmaio e alergia; valorização dos povos e do conhecimento tradicional camponês; ausência da dependência da compra de insumos químicos; ausência do trabalho degradante nos latifúndios; e mais autonomia para comprar bens de consumo e de produção. Assim, a agroecologia caracteriza-se como modelo mais sustentável, que gera menos impactos ambientais e possibilita, efetivamente, a prática da soberania alimentar, tema que compõe o terceiro e último tripé estruturante deste trabalho.

Como modelo mais sustentável permite a soberania alimentar, entendida não apenas como disponibilidade de alimentos, no sentido de capacidade produtiva, ou seja, a existência do alimento, mas principalmente à qualidade deste alimento ofertado, bem como

à sua distribuição via interação campo-cidade. Neste sentido, Chonchol (2005) pontua sobre a necessidade de democratizar os meios produtivos para alcançar a soberania alimentar.

> A fome não é tanto a consequência de uma produção alimentar insuficiente, como da marginalização econômica de certas populações. Consequentemente, a prioridade não é tanto aumentar a produção dos que já produzem muito, mas dar a todos os meios necessários para produzir. A segunda problemática concerne à pesquisa que deve centrar-se mais exatamente nas regiões semiáridas, menos favoráveis à produção agrícola. A luta contra a desertificação se impõe como uma necessidade essencial. (CHONCHOL, 2005, p. 35-5)

Outra questão central é a condição nacional de produzir o próprio alimento de forma acessível e articulada a uma distribuição abrangente à população, uma vez que apenas o aumento da produção não se caracteriza como solução para o problema da fome. Se os alimentos são saudáveis, se estão sendo produzidos com agrotóxicos ou são ultraprocessados também são questionamentos a serem feitos na avaliação do tipo de alimento que se tem e se deve ter sobre as mesas. O movimento ideológico da Revolução Verde, não contemplou estas questões, atendo-se apenas à superficialidade do aumento (e encurtamento do processo) produtivo.

No caminho da defesa da soberania alimentar, nos últimos anos, impulsionada pela Via Campesina, ganhou relevo a concepção de soberania alimentar centrada nos mercados locais como plataforma essencial de promoção do desenvolvimento endógeno e emancipação dos sujeitos sociais do jugo mercantil do alimento representado pelos impérios que controlam nossa alimentação.

> La Soberanía Alimentaria da prioridad a las economías locales y a los mercados locales y nacionales, otorga el poder a los campesinos y a la agricultura familiar, la pesca artesanal y el pastoreo tradicional, y coloca la producción alimentaria, la distribución y el consumo sobre la base de la sustentabilidad ambiental, social y económica. La Soberanía Alimentaria promueve el comercio transparente, que garantice ingresos dignos para todos los pueblos, y los derechos de los consumidores para controlar su propia alimentación y nutrición. Garantiza que los derechos de acceso y la gestión de nuestra tierra, de nuestros territorios, nuestras aguas, nuestras semillas, nuestro ganado y la biodiversidad, estén en manos de aquellos que producen los alimentos. La Soberanía Alimentaria supone nuevas relaciones sociales libres de opresión y desigualdades entre los hombres y mujeres, pueblos, grupos étnicos, clases sociales y generaciones. (ROSSET; MARTINEZ-TORRES, 2012, p. 04).

Os impérios alimentares (PLOEG, 2008) não só ameaçam os camponeses com a perda de autonomia, mas também os consumidores e todo o mercado, devido à restrição, cada vez mais acentuada, do número de empresas detentoras de poder das cadeias

produtivas, conforme dados recentes da pesquisa realizada pela Asociación Amigos de la Tierra (2017).

Logo, um quadro de novas relações sociais é proposto nas bases da soberania alimentar, contrariamente ao proposto pelo atual modelo de mercado, marcado principalmente pelas desigualdades. Dessa forma, os pequenos projetos ocupam lugar de destaque na construção desse modelo contra-hegemônico. As pequenas iniciativas, apesar de não serem abrangentes, ilustram um caminho promissor a ser multiplicado para atingir a sociedade de forma mais intensa e com maior alcance.

A ordem dos temas abordados é fundamental para a compreensão de todo o processo, uma vez que, sem a terra, dificulta-se – ou inviabiliza-se – a (re) produção social dos camponeses, que são os sujeitos, por sua natureza familiar, mais inclinados à produção agroecológica. Sem a terra e os camponeses, a soberania alimentar também se inviabiliza, pois seu modelo produtivo – caracterizado por maior autonomia desses sujeitos e valorização dos processos endógenos e da diversidade de culturas e hábitos alimentares locais, além dos canais de curta comercialização – não coaduna com o proposto pelo modelo da agricultura capitalista, cada vez mais dependente de grandes corporações que controlam a forma de produzir (com o uso de um pacote caro e altamente perigoso para a saúde humana e ambiental) e o que é produzido (homogeneização das culturas).

Experiências de Sustentabilidade: parceria entre consumidores urbanos e agricultores do Assentamento 20 de Março em Três Lagoas/MS

As práticas de transição agroecológicas analisadas neste artigo decorrem de experiências desenvolvidas pela professora Dra. Rosemeire Aparecida de Almeida, em seu pós-doutorado no Instituto de Sociología y Estudios Campesinos (ISEC) da Universidade de Córdoba, Espanha, entre 2013 e 2014. No ano seguinte, desenvolveu e obteve a aprovação do projeto de extensão “Dinamizando a Agricultura Familiar e o Consumo Agroecológico em Três Lagoas-MS” (PREAE/UFMS/2015). A necessidade do projeto evidenciou-se a partir da dificuldade encontrada pelos assentados do Projeto de Assentamento 20 de Março em escoar sua produção: após receberem doações[3] de mudas e sementes da multinacional do ramo celulósico – Fíbria, para cultivar hortas sem a utilização de agrotóxicos, alcançaram alta produção; contudo, sem canais para comercializá-los, estes produtos acabaram destinados à alimentação dos animais e, em alguns casos, foram até mesmo descartados. A

[3] Essa ‘doação’ ocorreu como parte do Programa de Desenvolvimento Rural Territorial (PDTR) e o Projeto de Produção Agroecológica Sustentável (PAIS), desenvolvidos como contrapartida das empresas aos impactos sociais e ambientais e para alcançarem as certificações internacionais, garantidoras da exportação de seus produtos.

primeira via de atuação do projeto consistiu no denominado “Grupo de Sacolas Agroecológicas” (figura 1, abaixo).

Figura 1 – Projeto Sacolas Agroecológicas

Fonte: LABET (2017).

A ideia de transição gradativa dos sistemas convencionais para os agroecológicos é considerada pelo Decreto nº 7.794, que institui o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO). Este período é considerado um dos mais delicados, porque o equilíbrio do sistema – no que se relaciona à sustentabilidade endógena – pode demorar anos; neste ínterim, os agricultores precisam garantir renda, por isso há necessidade fundamental de apoio institucional.

O projeto denominado “Grupo de Sacolas Agroecológicas” acontece semanalmente, às terças-feiras; alunos do mestrado, da graduação e voluntários do Laboratório de Estudos Territoriais (LABET) na UFMS/CPTL (unidade II) auxiliam no recebimento e na entrega das sacolas. Montadas para atender uma família de quatro membros, a sacola é composta por sete produtos: geralmente, quatro hortaliças e três legumes, de acordo com a produção dos assentados, a época do ano e os produtos disponíveis. O projeto começou com 60 participantes, atualmente, conta com 19 consumidores; a queda não representa um fator negativo, pois houve a migração deles para a feira agroecológica, que representa o ideal do projeto devido ao contato direto entre camponeses e consumidores e a inexistência de intermediários no processo. O valor semanal das sacolas é de R$ 17,00 – o grupo é fechado e o pagamento mensal é antecipado.

A segunda via de atuação do projeto, conquistada no ano de 2016, foi a feira livre na UFMS, *campus* de Três Lagoas – “Feira de produtos em Transição Agroecológica da Agricultura Camponesa em Três Lagoas-MS” (PREAE/UFMS/2016). A feira caracteriza o ideal dos canais de curta comercialização, por estabelecer contato direto entre camponeses e consumidores; nela, são tecidas relações sociais que contribuem para a geração de renda

e o reconhecimento do trabalho dos que produzem, bem como relações de confiança que incentivam a mudança de hábitos alimentares nos consumidores. A feira acontece, atualmente, na unidade II da UFMS[4], às quintas-feiras (figuras 2) e, desde maio de 2017, também às sextas-feiras no condomínio Don El Chall – essa edição da feira é fechada.

Foi a partir da experiência com o grupo das sacolas que se evidenciaram outras demandas: pessoas que gostariam de comprar esporadicamente, ou que queriam uma quantidade menor de alimentos do que a contida na sacola, entre outros casos, mostraram que o projeto comportava este segundo canal de curta comercialização.

Há grande variedade nos produtos ofertados: entre hortaliças, legumes, frutas e outros gêneros, listamos em torno de 40 itens – alface americana, alface crespa, alface roxa, almeirão, couve, cebolinha, salsinha, rúcula, espinafre, repolho, couve-flor, escarola, batata doce, abóbora, quiabo, mandioca, brócolis, rabanete, beterraba, mamão, maracujá, limão, tomate, banana, hortelã, cenoura, cebola, berinjela, jiló, chuchu, melancia, carambola, laranja, acerola, pimentas, ovo caipira, mel, doces, pães, roscas, queijos, bolos, manteiga, iogurtes, geleias e biscoitos caseiros.

Figura 2 – Feira agroecológica UFMS/CPTL

Fonte: LABET (2017).

Os camponeses comercializam no *campus* II da UFMS tanto com os consumidores que não participam do grupo fechado das sacolas como com os que participam, mas desejam itens prontos para consumo ou algum item que não veio naquela semana na composição da sacola. Foram identificados também consumidores que moram das proximidades da Universidade e souberam da feira; semanalmente vão a unidade comprar os produtos.

[4] A partir de 2017, o projeto foi ampliado para o *campus* I da UFMS, sendo atendido por outro grupo de agricultores, sitiantes do Arapuá, distrito de Três Lagoas.

Podemos perceber mudanças ocorridas tanto nos consumidores quanto nos camponeses em decorrência das relações estabelecidas na feira. O processo educativo dos consumidores é um deles, pois diante dessa relação, compreendem sobre a disponibilidade de determinados produtos em certa época do ano. Por meio desses diálogos, os camponeses também puderam conhecer os consumidores e suas necessidades, além de desenvolver mais confiança para testar novos plantios. Muitos produtos foram agregados ao longo do tempo, devido aos pedidos dos consumidores.

Um ano após o início do projeto das sacolas, em 2016, o LABET elaborou e aplicou o primeiro questionário[5] para avaliar o nível de satisfação dos consumidores. As questões relacionavam grau de satisfação à quantidade, à qualidade e à diversidade dos produtos, além de inquirir os consumidores sobre as vantagens de consumir esse tipo de produto. As conclusões foram as seguintes: 64,7% dos consumidores consideram suficiente a quantidade semanal de produtos e 29,4% a consideram excessiva; 52,9% classificam a qualidade dos produtos como boa e outros 47% como ótima; quanto à diversidade, 76% a julgam boa, enquanto 11,7% a consideram ótima e outros 11% regular. A pergunta sobre as vantagens de participar do projeto solicitava três aspectos: 70% dos consumidores elencaram a praticidade e o preço; 47% pontuaram a ausência de agrotóxicos; e 47% a boa qualidade dos produtos. Diante dos dados, apuramos o alto índice de satisfação dos consumidores, que consideram este canal de curta comercialização de extrema relevância, e o quesito praticidade parece ser o ponto de partida de valorização desta ação pelos consumidores, seguido pela qualidade dos produtos.

Após essa avaliação positiva dos consumidores, conversamos com os assentados, a fim de verificar sua satisfação em participar dos projetos e os impactos causados em suas vidas e em seus hábitos de consumo com a plantação agroecológica.

> A qualidade de vida melhorou muito, porque produto sabe?! Sem agrotóxico... Assim, é assim bem natural mesmo. Até meu filho que não comia verdura passou a comer. [...] Agora tudo que a gente vai, a gente se policia e olha [...]. Eu, por exemplo, eu olho, vejo em todo mercado que eu vou, é automático (Entrevistada 1, assentada PA 20 de Março, feira UFMS/CPTL, 07 de julho 2016. Entrevista cedida à autora).

Por esta fala, atestamos o impacto positivo da produção agroecológica na família dos camponeses e o aguçamento do senso crítico quanto aos agrotóxicos ao realizar compras nos supermercados, pois sabem que os produtos de seus lotes representam mais

[5] Optou-se pela utilização do termo agricultores familiares ao invés de camponeses em todos os questionários a fim de facilitar a compreensão por parte dos participantes da pesquisa, principalmente pela maior difusão do segundo termo em relação ao primeiro, desse modo, apresentando de maneira mais simples a ideia de contraponto ao agronegócio.

confiança e saúde do que os adquiridos no varejo comum. O mesmo pode ser observado na fala de outra assentada, que inclui, entre os benefícios do projeto, a melhoria de sua saúde:

> A gente passou a comer mais legumes e verduras, né! Porque além de ser o acesso, que já tem em casa, ela [a produção da transição agroecológica] dura mais na geladeira, porque a do mercado não durava. E na minha saúde, emagreci. Controlo mais com salada e tal... E a gente tinha mania de comprar muitas guloseimas no mercado. Se eu como natural em casa porque eu vou comprar, né? (Entrevistada 2, assentada PA 20 de Março, feira UFMS/CPTL, 07 de julho 2016. Entrevista cedida à autora).

A partir do segundo semestre de 2016, outras pesquisas foram propostas para compor o estudo. Entre elas, apresentaremos o questionário feito com 115 consumidores de três supermercados da cidade; outro, aplicado a 50 consumidores da feira agroecológica da Universidade; e, por fim, 24 questionários aplicados, novamente, aos consumidores das sacolas, que já havia renovado seu quadro em quase 100% desde seu início.

Grupo de consumidores das sacolas agroecológicas: os primeiros passos na construção dos canais curtos de comercialização

A pesquisa foi realizada com 33 consumidores de sacolas agroecológicas; entretanto, nem todos se dispuseram a responder ou devolveram o questionário. Dos aspectos socioeconômicos, entre os 24 consumidores participantes, nove são mulheres (37,5%) e 15 homens (62,5%); a faixa etária dos consumidores varia de 23 a 68 anos, sendo majoritariamente (aproximadamente, 46%) na faixa dos 40 anos; a renda familiar predominante está acima de nove salários – 41,6% dos consumidores –; aproximadamente 83,3% dos consumidores possuem escolaridade de nível superior; quanto à ocupação, 66,7% são funcionários públicos, 12,5% estudantes e 20,8% possuem outras ocupações. Apesar de 24 consumidores terem respondido ao questionário, o número de pessoas alcançadas pelo projeto é quase quatro vezes maior, de acordo com as quantidades informadas por estes consumidores; podemos, assim, compreender a magnitude do projeto, observando o impacto dessa iniciativa exercida sobre um grupo, ainda que pequeno.

Tabela 3 – Grau de satisfação fevereiro de 2016 – Projeto Sacolas com 17 consumidores

Grau de satisfação com o projeto	ÓTIMA	BOA	REGULAR	RUIM	Não assinalou
QUALIDADE	47%	53%	0%	0%	0%
QUANTIDADE	29,4%	64,7%	5,8%	0%	0%
DIVERSIDADE	11,8%	76,4%	11,8%	0%	0%

Fonte: Dados do LABET (2016), organizados pela autora.

As tabelas 3 e 4 demonstram o grau de satisfação dos consumidores quanto à qualidade, à quantidade e à diversidade dos produtos contidos nas sacolas em dois períodos de 2016: início do ano (entre janeiro e fevereiro), com a colaboração de 17 consumidores; e no segundo semestre (setembro a dezembro), com a participação de 24 consumidores.

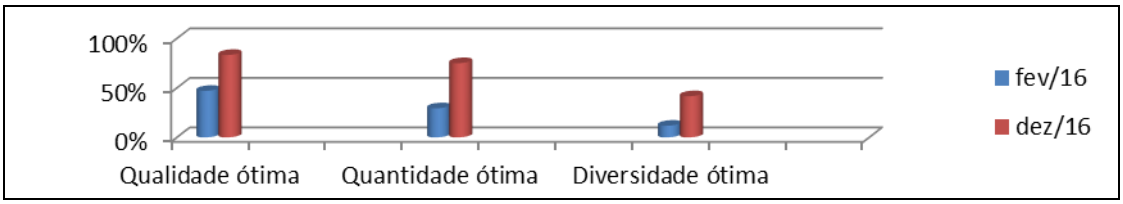
Tabela 4 – Grau de satisfação dezembro de 2016 – Projeto Sacolas com 24 consumidores

Grau de satisfação com o projeto	ÓTIMA	BOA	REGULAR	RUIM	Não assinalou
QUALIDADE	83,3%	16,7%	0%	0%	0%
QUANTIDADE	75%	20,8%	4,2%	0%	0%
DIVERSIDADE	41,6%	41,6%	12,5%	0%	4,2%

Fonte: Trabalho de campo realizado em 2016. Organizado pela autora.

As duas tabelas traduzem um considerável aumento (mais de 30%) no grau de satisfação dos consumidores com a qualidade dos produtos. A diversidade também registrou mudança positiva: apesar da queda na soma das classificações ótima e boa, houve aumento dos que a consideraram ótima. A quantidade também sinalizou aumento de mais de 40% classificada como ótima.

Gráfico 1 – Grau de satisfação "Ótimo" com o projeto das sacolas (fev–dez 2016)



Fonte: Dados do LABET (2016), organizados pela autora.

Dessa forma, percebemos nítida melhora no grau de satisfação dos consumidores envolvidos neste projeto, conforme ilustrado no gráfico 1.

A tabela 5 mostra o impacto causado pela adesão ao projeto sobre os hábitos de consumo dos entrevistados, considerando quando os mesmos vão a supermercados, lanchonetes e afins. Os números assinalam um percentual altíssimo, de 96%, que admitem mudanças em seus hábitos de consumo.

Tabela 5 – Resultado das questões de 11 a 14 (consumidores das sacolas)

Houve mudança nos hábitos de consumo por participar do projeto	96% SIM	4% NÃO	--	--
Maior confiança na qualidade dos produtos, devido à relação com os produtores (das sacolas).	79% SIM	21% NÃO	--	--
Quem produz os gêneros alimentícios	58,3% Agronegócio	33,3% Agricultura familiar	8,4% Ambos	--
Nível de perigo na utilização de agrotóxicos	92% Alto	4% Regular	4% Baixo	0% Perigo inexistente

Fonte: Trabalho de campo realizado em 2016. Organizado pela autora.

A relação de confiabilidade na qualidade dos produtos também aparece na tabela, indicando o efeito muito positivo dessa relação camponês-consumidor em que o segundo se sente mais seguro sabendo de onde vem seu alimento e quem o produz, além de poder esclarecer dúvidas, trocar experiências e aprender sobre as culturas.

Questionados a respeito de quem produz os gêneros alimentícios no país, como esperado, houve o predomínio da opinião midiática, o que também justificou a utilização desse termo pela autora. A apropriação do capital sobre os meios de comunicação transformou a grande mídia em extensor e disseminador ideológico acerca de vários aspectos da vida, inclusive da produção de alimentos, apontando as “imensas propriedades adeptas do agronegócio” como as principais fornecedoras de alimento para a mesa do brasileiro.

A porcentagem torna-se contraditória, pois este grupo é composto pelas pessoas com o maior nível escolar da pesquisa, conforme os dados socioeconômicos levantados. Dessa forma, podemos concluir que até mesmo este grupo reflete as informações disseminadas pela grande mídia. Contudo, os 33% que reconheceram a produção familiar e os 8% que designaram ambos como produtores não podem ser desconsiderados, pois representam o avanço nesse paradigma produtivo; essa informação pode ser diagnosticada como resultado das conversas e dados apresentados pela coordenação do projeto, além da interação entre agricultores e consumidores.

A opinião sobre quem produz também reflete os receios do processo produtivo, quando 92% dos entrevistados acreditam que a utilização de agrotóxicos é altamente perigosa para a saúde humana – e apenas 4% consideram este perigo baixo; ninguém, porém, o reconhece como inexistente.

Quando pedimos aos entrevistados para definirem o produto agroecológico, os três termos mais utilizados foram: produtos sem a utilização de agrotóxicos (presente em 17 questionários); produto saudável, natural e de qualidade (em 15 questionários); e produtos cujo modelo de produção respeita a natureza, ou modelo de produção sustentável (em 14 questionários). Uma observação relevante é que o quarto termo mais presente foi produto da agricultura familiar, em seis questionários. A tabela 6, última relacionada às sacolas, aponta as principais motivações para os consumidores participarem do projeto.

Tabela 6 – Motivações para participação no projeto

Motivações para participação no projeto	Produtos frescos, naturais, saudáveis e de qualidade	Relação com os produtores e estímulo à agricultura familiar	Produtos produzidos de forma sustentável	Preço acessível
Nº de pessoas	15	8	7	7

Fonte: Trabalho de campo realizado em 2016. Organizado pela autora.

A qualidade dos produtos ofertados se sobressai entre as motivações. Seis consumidores ainda apontaram a ausência de agrotóxicos nos produtos como motivação, e outros seis, o estímulo à agroecologia. Cerca de 70% dos consumidores souberam do projeto e se interessaram por ele por meio dos professores, alunos ou de outros participantes. Fundamental apontar que a questão da praticidade, que outrora dominava os motivos de participação no projeto, cedeu espaço para a qualidade dos produtos e pela relação camponês-consumidor, o que evidencia que o caminho processual da soberania alimentar está sendo pavimentado por meio desses canais de curta comercialização.

Feira Agroecológica na UFMS: consolidação da parceria assentados-feirantes e comunidade acadêmica

Os dados apresentados a seguir são provenientes de pesquisa feita com 50 consumidores da feira agroecológica da UFMS, escolhidos aleatoriamente, no período de novembro de 2016 a abril de 2017 – no entanto, houve duas condições para entrega do questionário: que o consumidor não estivesse comprando pela primeira ou segunda vez e que consumisse, preferencialmente, verduras, legumes ou frutas na feira. A intenção da pesquisa era analisar aspectos muito semelhantes aos propostos aos consumidores das sacolas, mas entre os sujeitos que não participaram da reunião inicial para implantação do projeto – o *banner* do projeto, exposto em todas as feiras, e a relação social estabelecida com os assentados foram considerados como fontes de informação.

Dos entrevistados, tivemos a participação de 62% de mulheres e 38% de homens, entre 20 e 67 anos. Destacamos as faixas etárias majoritárias nesta pesquisa: 20 e 30 anos, com 28 e 20%, respectivamente; a faixa predominante nas sacolas, 40 anos, aqui ficou em terceiro lugar, com 18%. Dessa forma, o canal curto de comercialização da feira demonstra amplo alcance e um público bem variado. Quanto à escolaridade, 90% dos entrevistados cursaram ou cursam ensino superior, 8% têm nível médio e um dos entrevistados (2%) não respondeu à questão. Funcionários públicos, estudantes e outras ocupações distribuem-se em 64, 24 e 12% dos entrevistados, respectivamente. A partir desses 50 consumidores, obtivemos o número de 169 pessoas alcançadas pelo projeto – número três vezes maior que o dos efetivos compradores.

A renda destes consumidores será apresentada na tabela 7, a seguir, em comparação à dos consumidores das sacolas, a fim de evidenciar a amplitude superior do público alcançado pela feira, que tem um caráter mais popular. Destacamos, sobretudo, a queda de mais de 17% da renda superior a nove salários e, na mesma proporção, o aumento da participação de consumidores com renda entre um e dois salários. A frequência de consumo semanal representa 64%, seguida de 24% quinzenal e 12% mensal.

Tabela 7 – Renda dos consumidores das sacolas e da feira

Renda familiar (em salários)	1 a 2	3 a 4	5 a 6	7 a 8	Superior a 9
Consumidores sacolas	12,5%	16,7	12,5%	16,7	41,6%
Consumidores feira	30%	22%	14%	6%	24%

Fonte: Trabalho de campo realizado em 2016. Organizado pela autora.

Tabela 8 – Resultado das questões de 11 a 14 (consumidores da feira)

Houve mudança nos hábitos de consumo por participar do projeto	80% SIM	20% NÃO	--	--
Maior confiança na qualidade dos produtos, devido à relação com os produtores na feira	96% SIM	4% NÃO	--	--
Quem produz os gêneros alimentícios	34% Agronegócio	52% Agricultura familiar	14% Ambos	--
Nível de perigo na utilização de agrotóxicos	90% Alto	8% Regular	2% Baixo	0% Perigo inexistente

Fonte: Trabalho de campo realizado em 2017. Organizado pela autora.

Como podemos observar na tabela 8, 80% dos entrevistados admitiram mudanças nos hábitos de consumo devido à participação no projeto da feira; 96% sentem mais confiança na qualidade dos produtos por causa do contato com os produtores; 52% dos entrevistados acreditam que os gêneros alimentícios são produzidos pela agricultura familiar – redução em torno de 58% da atribuição ao agronegócio –, e que o perigo dos níveis de agrotóxicos utilizados nessas culturas é alto.

O aumento de quase 20% na atribuição de produtores dos gêneros alimentícios aos agricultores familiares pode se justificar pelo vínculo mais forte estabelecido com os camponeses na feira, tendo em vista que os consumidores das sacolas, além de terem passado por uma renovação de praticamente 100% no seu quadro inicial, não têm o mesmo contato com os produtores, pois as sacolas são entregues pelos alunos, enquanto que os consumidores da feira têm contato obrigatório com os camponeses.

Sobre a opinião acerca do alto nível de perigo no uso de agrotóxico, deve-se fazer a ressalva de que, no questionário, eram considerados produtos não ofertados na feira.

Na questão sobre a definição de produto agroecológico, foram citados 15 diferentes termos; os três mais repetidos foram: produzido sem produtos químicos e agrotóxicos (citado 30 vezes), produto saudável (20 vezes), produção que ajuda o meio ambiente/sustentável (17 vezes).

A tabela 9, a seguir, contém as principais motivações elencadas pelos consumidores para comprar na feira agroecológica. Um adendo aos números relacionados às motivações e às definições do produto: foi proposto a cada consumidor citar três respostas para cada uma dessas questões, entretanto nem todos colocaram as três; portanto, considerou-se o número de questionários em que apareceram as mesmas respostas.

Tabela 9 – Motivações para participação no projeto

Motivações para participação no projeto	Produto que faz bem para a saúde	Valor acessível	Produto de qualidade	Praticidade do local da feira	Incentivo ao pequeno produtor
Nº de pessoas	20	18	18	18	17

Fonte: Trabalho de campo realizado em 2017. Organizado pela autora.

Para este grupo, os consumidores da feira, o preço é o atrativo mais importante comparado ao grupo das sacolas: na tabela, está nivelado à qualidade do produto e à praticidade do local da compra, enquanto que, para os consumidores da sacola, este motivo aparecia apenas em quarto lugar. Essa característica pode ser considerada reflexo da diferença das faixas de renda entre esses grupos da pesquisa.

As próprias assentadas do PA 20 de Março, que fazem as feiras na Universidade e no condomínio Don El Chall, além da feira livre municipal, caracterizam os consumidores da Universidade como diferentes dos consumidores "convencionais" (de mercados, feira municipal etc.). Isso se dá pelo fato de a Universidade representar um espaço educativo que, apesar de todas as limitações, ainda se configura como local de debate, diálogo e aprendizagem.

Considerações finais

Este artigo objetivou analisar o processo de construção de canais de curta comercialização desenvolvidos entre o PA 20 de Março e o espaço educativo da UFMS/CPTL *campus* II, no tocante aos resultados dos projetos de extensão intitulados: "Grupo das Sacolas Agroecológicas e Feira Agroecológica", para fomento da comercialização direta. Projetos que permitiram aos camponeses um espaço de comercialização, e aos consumidores, a (re) educação dos hábitos alimentares e diálogo com os camponeses, estreitando os laços entre os que produzem o alimento e os que consomem, fomentando o rompimento da invisibilidade desses primeiros sujeitos.

O presente estudo permitiu a compreensão da importância da instituição Universidade nos desdobramentos destes projetos, e no rompimento da invisibilidade dos sujeitos sociais da pesquisa – camponeses/agricultores familiares. Ademais, percebe-se também um modelo econômico alternativo – economia moral, baseada na confiança (com o pagamento mensal antecipado das sacolas) e no comprometimento com os consumidores e sua saúde (pelo fato de não possuírem certificação oficial). A página criada na rede social *Facebook* – CPTL Agroecológico – possibilita a divulgação das ações do projeto e socialização de informações sobre agroecologia e soberania alimentar.

Ainda como considerações desta pesquisa, tem-se o entendimento de que ainda existe uma questão agrária a ser resolvida em Mato Grosso do Sul, assim como no Brasil. Apesar de a concentração fundiária estar lado a lado com os assentamentos rurais, estes não conseguiram inviabilizar a hegemonia do modelo concentrador do latifúndio improdutivo e produtivo, mas exemplificam figuras sociais de luta e resistência, atuantes nas periferias do sistema.

No Brasil, a política desenvolvimentista da Revolução Verde serviu à consolidação da concentração fundiária sob um manto de produtividade por meio da inserção de maquinários e de um pacote agroquímico – que vem se provando como ciência da morte a promover a concentração da riqueza para os impérios agroalimentares e fornecedores de agrotóxicos, fertilizantes químicos e sementes geneticamente modificadas. Assim, a

agroecologia apresenta-se como modelo contra-hegemônico, promovendo ações endógenas e emancipatórias aos sujeitos do campesinato.

O modelo produtivo agroecológico, por meio dos canais de curta comercialização, tem pavimentado o caminho da soberania alimentar. A agroecologia como prática, ciência e movimento social propõe uma mudança coletiva nos hábitos alimentares e no modo como se pensa o alimento, revelando, inclusive, o fetichismo embutido nos produtos das *junk foods* por meio das marcas e de suas propagandas publicitárias.

Nessas breves considerações é imprescindível olhar para o futuro, enfim, para o caráter dinâmico das ações de transição agroecológica promovidas pelos sujeitos desta pesquisa no âmbito da UFMS/CPTL. Nesse sentido, registra-se que as ações continuam a se desenvolver, com novas experiências de canais de curta comercialização sendo incrementadas e incorporadas ao processo. Entre essas ações, tem-se a criação da Central de Vendas da Agricultura Familiar de Três Lagoas. Inaugurada no dia 8 de dezembro de 2017, numa área central da cidade – no galpão ao lado da antiga estação ferroviária –, um dos símbolos do município. Os dias de funcionamento, inicialmente seriam às sextas-feiras, mas a partir de janeiro foi expandido também para às terças-feiras, das 5h às 11h. O projeto é uma parceria entre os agricultores familiares do município – PA 20 de Março, PA Pontal do Faia, Cinturão Verde, agricultores do Arapuá e Cooperativa de Mel do Arapuá (Cooperams) –, SEBRAE e Prefeitura Municipal.

Essa dinâmica confirma a existência e a potencialidade da agricultura camponesa/familiar no Território Rural do Bolsão, especificamente em Três Lagoas, apesar de representar apenas 3% de sua área; tomado pelas imensas áreas de eucalipto e pastagens, o município ainda possui essa pequena fração territorial de produção de alimentos – potencialidade de alimentos saudáveis!

Outra conquista decorrente das ações de transição agroecológica foi a aprovação pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico e Científico (CNPq), em 2017, do projeto “Implantação de Núcleo de Estudo em Agroecologia e Produção Orgânica: Dinamização da Agricultura Familiar no Território Rural do Bolsão-MS”, cujas atividades serão iniciadas em 2018. Este é o primeiro projeto do gênero aprovado com recursos financeiros – e também é coordenado pela professora. Dra Rosemeire Aparecida de Almeida. O projeto visa contribuir para a transição agroecológica dos sujeitos do Território Rural do Bolsão, como estratégia de desenvolvimento endógeno – atuando, agora, na produção, uma vez que os projetos anteriores estavam focados na comercialização.

Destarte, conclui-se que a transição agroecológica no PA 20 de Março foi o início de um projeto maior que se deseja agora, a partir tanto da implantação do Território Rural do Bolsão como da aprovação, em 2017, da criação do Núcleo de Estudo em Agroecologia e Produção Orgânica – processos que buscam o desenvolvimento dos camponeses e de uma

agricultura sustentável, que quebrem paradigmas agroquímicos rumo à soberania dos alimentos como bem comum. Trata-se de uma experiência local em pequena escala; porém, do ponto de vista das relações sociais entre quem produz e quem consome, é de grande relevância devido ao caráter educativo voltado a promover sustentabilidade, pois trilhar o caminho agroecológico é construir soberania alimentar.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Identidade, distinção e territorialização**: o processo de (re)criação camponesa no Mato Grosso do Sul. 2003. 391 p. Tese (Doutorado), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2003.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 5. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

AMIGOS DE LA TIERA. **Agricultura y Alimentación**. Disponível em: <https://www.tierra.org/atlas-la-comida-una-vision-global/> Acesso em 02 fev. 2018.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. Disponível em: <http://www.agroecologia.org.br/o-que-e-a-ana/> Acesso em 20 jun. 2017.
BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**, de 18 de setembro de 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm> Acesso em: 04 abr. 2016.

_____. Decreto-lei n° 7.794, de 20 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. **Diário Oficial da União**, Brasília, 21 ago. 2012. Seção 1, p. 4.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Plano Agrícola e Pecuário 2016/2017**. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/plano-agricola-e-pecuario/plano-agricola-e-pecuario-antigo> Acesso em: 28 dez. 2017.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Safra da Agricultura Familiar 2016/2017**. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/cartilha_plano_safra_2016_2017_1.pdf> Acesso em: 28 dez. 2017.

CHONCHOL, Jacques. A soberania alimentar. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 55, p. 33-48, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n55/02.pdf> Acesso em: 13 jun. 2017.

COSTABEBER et. al. O conceito de Transição Agroecológica: contribuições para o redesenho de agroecossistemas em bases sustentáveis. In: GOMES, João Carlos Costa; ASSIS, William Santos de (Orgs.). **Agroecologia**: princípios e reflexões conceituais. Brasília: Embrapa, 2013. p.145-180.

ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA, 2, 2006, Recife. **Carta política do II ENA**. Disponível em: <https://fase.org.br/wp-content/uploads/2010/01/Carta_IIENA.pdf> Acesso em: 12 jun. 2016.

FABRINI, João Edmilson. A posse e concentração de terra no sul de Mato Grosso do Sul. In: ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. (Org.). **A questão agrária em Mato Grosso do Sul**: uma visão multidisciplinar. Campo Grande: UFMS, 2008. p. 53-79.

GHIRARDELLO, Nilson. **À beira da linha**: formações urbanas da Noroeste Paulista [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2002. Disponível em: <http://static.scielo.org/scielobooks/z3/pdf/ghirardello-9788539302420.pdf > Acesso em: 22 jul. 2017.

GOMES, João Carlos Costa; ASSIS, William Santos de (Orgs.). **Agroecologia**: princípios e reflexões conceituais. Brasília: Embrapa, 2013. (Transição Agroecológica, 1).

JUNIOR, Marco Antonio Mitidiero; BARBOSA, Humberto Junior Neves; SÁ, Thiago Hérick de. **Quem produz comida para os brasileiros? 10 anos do Censo Agropecuário 2006.** Revista Pegada, Presidente Prudente/SP, v. 18, n. 3, p. 7-77, 2017.

LOBO, Elisabeth Souza. **Caminhos da Sociologia no Brasil**: Modos de vida e experiência. Revista Tempo Social, v. 4, n. 1/2, p. 7-15, 1992.

NARDOQUE, Sedeval. Expansão geográfica do capital e reforma agrária em Mato Grosso do Sul nos governos FHC e Lula. In: COELHO, Fabiano; CAMACHO, Rodrigo Simão (Orgs.). **O campo no Brasil contemporâneo**: do governo FHC aos governos petistas (Questão Agrária e Reforma Agrária – Vol. I). Curitiba: CRV, 2017.
NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/UNESP. Coordenação: GIRARDI. E. P.; - Presidente Prudente, São Paulo. Dezembro de 2017. DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra: Relatório Brasil 2016.

OLAIZOLA, Assumpta Ayerdi; BADAL, Marc. Políticas municipales para la Soberanía Alimentaria. **Revista Soberanía Alimentaria**: Biodiversidad y Culturas, n. 19, dez. 2014. Disponível em: <http://www.soberaniaalimentaria.info/publicados/numero-19/168-politicas-municipales-para-la-soberania-alimentaria> Acesso em: 03 fev. 2018.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/Pdf/Livro_ari.pdf> Acesso em: 13 fev. 2017.

PAULINO, Eliane T.; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Terra e Território**: a questão camponesa no capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PINHEIRO, Sebastião. O negócio do veneno é mais rentável do que o do remédio. São Leopoldo, 08 jun. 2009. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**. Entrevista concedida a Patricia Fachin. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2609&secao=296> Acesso em: 31 jan. 2018.

PLOEG, Jan Douwe van der (Org.). **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Trad. Rita Pereira. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

PORTAL AGROECOLOGIA. Disponível em: <http://www.agroecologia.org.br/> Acesso em: 20 jun. 2017.

PORTAL BRASIL. **Agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos por brasileiro**. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/07/agricultura-familiar-produz-70-dos-alimentos-consumidos-por-brasileiro> Acesso em: 29 jun. 2017.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. **INTERTHESIS**, Santa Catarina, v.1, n.1, p. 1-55, 2004.

ROSSET, Peter M.; MARTÍNEZ-TORRES, Maria Elena. Movimientos Sociales Rurales y Agroecología: Contexto, Teoría y Proceso. Trad. Viviana Tipiani. **Ecology and Society**, v.17, n.3. Disponível em: <https://doctoradoagroecoudea.files.wordpress.com/2013/04/movimientossocialesagroecologia.pdf> Acesso em: 9 jan. 2017.

SILVA, Izabela Cristina Gomes da. **Estratégias camponesas e as práticas agroecológicas nos territórios dos brejos de altitude, Gravatá – PE**. 2015. 140 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

STEDILE, João Pedro. Questão Agrária. In: CALDART, Roseli Salete et al. (Org). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro/São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 639-46.

ZAMBERLAM, Jurandir; FRONCHETI, Alceu. **Agroecologia**: caminho de preservação do agricultor e do meio ambiente. Petrópolis: Vozes, 2012.

Sobre os autores

Patrícia Tozzo de Matos Mercadante – Graduação em Administração pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS); Mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). **OrcID** – https://orcid.org/0000-0003-2400-9854

Rosemeire Aparecida de Almeida – Graduação, Mestrado e Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp); Pós-doutorado pela Universidade de Córdoba; Docente da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). **OrcID** – https://orcid.org/0000-0002-2152-6218

Como citar este artigo

MERCADANTE, Patrícia Tozzo de Matos; ALMEIDA, Reforma agrária e transição agroecológica: experiências de sustentabilidade no assentamento 20 de Março em Três Lagoas/MS. **Revista NERA**, v. 22, n. 49, p. 111-139, 2019.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelas autoras. As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. A autora **Patrícia Tozzo de Matos**

Mercadante, ficou especialmente responsável pela aquisição de dados e suas interpretação e análise, pelos procedimentos técnicos e tradução do artigo; a segunda autora, **prof. Dra. Rosemeire Aparecida de Almeida**, pelo desenvolvimento teórico-conceitual.

Recebido para publicação em 26 de julho de 2018.
Devolvido para a revisão em 13 de fevereiro de 2019.
Aceito para a publicação em 09 de março de 2019.

Desafios para o parcelamento dos assentamentos de reforma agrária sob a perspectiva ambiental a partir da experiência do MST em Goiás

Karla Emmanuela Ribeiro Hora
Universidade Federal de Goiás (UEG) – Goiânia, Goiás, Brasil.
e-mail: karlaemmanuela@gmail.com

Rogério Antônio Mauro
Instituto Federal Goiano (IFG) – Rio Verde Goiás, Brasil.
e-mail: rogerio.mauro@ifgoiano.edu.br

Manoel Calaça
Universidade Federal de Goiás (UEG) – Goiânia, Goiás, Brasil.
e-mail: manoelcalaca.geo.ufg@gmail.com

Resumo

O planejamento dos assentamentos rurais não se constituiu numa prática frequente da política de reforma agrária no Brasil. As reduzidas iniciativas institucionais resultaram da experiência dos Planos de Desenvolvimento do Assentamento (PDAs) e da implantação de assentamentos derivados ambientalmente diferenciados. Anteriores a tais iniciativas encontram-se proposições dos movimentos sociais do campo. Da necessidade de novas formas de organização social e introdução da questão ambiental associada à fundiária emergiram diferentes experiências de resistências na reforma agrária. Considerando esse contexto, o artigo apresenta os desafios para o planejamento ambiental e a estratégia de implantação dos núcleos de moradia do assentamento Canudos, em Goiás, e os seus desdobramentos na discussão dos modelos de assentamentos.

Palavras-chave: meio ambiente; planejamento territorial; reforma agrária; assentamentos; MST.

Challenges on parceling settlements of land reform from an environmental perspective based on the experience of the MST in Goiás

Abstract

Planning rural settlement is not a frequent practice of land reform in Brazil. The few institutional initiatives were a result of the Settlement Development Plans (PDAs) and of the implantation of derived settlements environmentally differentiated. Before these initiatives there were propositions of rural social movements. From the need of new ways of social organization and the introduction of the environmental and fundiary discussions emerged different experiences of resistance in land reform. Considering this context, the article presents the challenges on environmental planning and the strategy for implanting housing nuclei in the Canudos settlement, in Goiás, and its consequences on the discussion of settlement models.

Keywords: environment; territorial planning; land reform; settlements; MST.

Desafíos para el parcelamiento de asentamientos de reforma agraria en la perspectiva ambiental a partir de la experiencia del MST en Goiás

Resumen

El planeamiento de asentamientos rurales no se constituyó una práctica frecuente de la política de reforma agraria en Brasil. Las pocas iniciativas institucionales resultaron de la experiencia de Planos de Desarrollo de Asentamientos (PDAs) y de la implantación de asentamientos derivados ambientalmente diferenciados. Anteriores a estas iniciativas se encuentran proposiciones de movimientos sociales del campo. De la necesidad de nuevas formas de organización social y la introducción de la cuestión ambiental asociada a la fundiaria emergieron diferentes experiencias de resistencias en la reforma agraria. En este contexto, el artículo presenta los desafíos para el planeamiento ambiental y la estrategia de implantación de núcleos de moradia en el asentamiento Canudos, en Goiás, y sus desdoblamientos en la discusión de modelos de asentamiento.

Palabras clave: medio ambiente; planeamiento territorial; reforma agraria; asentamientos; MST.

Introdução

Com um dos maiores índices de Gini do planeta (OXFAM, 2016), relacionado à propriedade da terra no Brasil, a realização da reforma agrária é uma plataforma atual e necessária para a construção de condições socioeconômica e ambiental justa e solidária no país. Em face disso, a implantação de assentamentos rurais, mesmo nas suas piores condições, revela a importância do parcelamento rural e da redistribuição de terras como uma possibilidade de inclusão social, transformação regional e territorial e combate à renda fundiária.

Estudos de Leite et. al. (2004) indicam a relevância dos assentamentos rurais no desenvolvimento e dinamização da economia local. Entretanto, segundo os autores, na "ausência de qualquer política governamental preestabelecida de desapropriações, a localização e o tamanho das áreas destinadas a assentamentos têm muito de aleatório" (LEITE et. al., 2004, p. 74), o que é resultado dos conflitos agrários e da pressão local. Muitos fatores podem ser associados ao baixo nível de desenvolvimento produtivo e organizativo dos assentamentos rurais, dentre eles, a localização, a qualidade dos solos, a disponibilidade de água, energia, estradas e o tipo de parcelamento adotado. Embora tais aspectos não sejam determinantes para o sucesso da política de assentamentos rurais, a implantação adequada dos assentamentos contribui para a otimização de recursos

financeiros em termos de disponibilização de infraestrutura, além de colaborar para a qualidade de vida local.

Os registros oficiais das experiências de parcelamento rural são confusos e, por vezes, contraditórios. Longe de averiguar a importância da configuração e do traçado das vias e lotes, bem como a implantação de infraestrutura básica (água, luz e arruamento), a política e o programa de reforma agrária oficial pautaram-se pela divisão das parcelas a partir da pressão dos demandantes. Assim, as experiências de reforma agrária realizadas no Brasil podem ser compreendidas como fruto da luta pela terra, no qual a implantação do assentamento rural é um dos seus principais resultados.

Existem diferentes tipologias de assentamentos rurais implantados pelos três níveis de poderes Executivos: nacional, estadual e municipal. Coca (2013) registra 20 tipologias de assentamentos implantados entre 1961 e 2010, abrangendo desde reassentamentos, modalidades de assentamentos ambientais, como assentamentos de reforma agrária implantados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

O Incra, órgão oficial responsável pela regulamentação do planejamento e implantação dos assentamentos rurais em nível federal, não gerou normas suficientes para a etapa de implantação que abrangesse o detalhamento dos procedimentos de parcelamento e instituição mínima de zoneamento da área a ser parcelada. Mesmo a proposição dos Planos de Desenvolvimento do Assentamento (PDAs), face sua abrangência, nem sempre conseguiram detalhar a configuração (desenho) territorial deste novo local, considerando tanto sua relação com o território quanto incorporando uma dimensão ambiental, por exemplo.

Concomitantemente, a proposição de construção de unidades habitacionais, seja por oferta de crédito, seja pela inclusão do assentamento na Política Nacional de Habitação (PNH), teve dificuldades em resolver a problemática de planejamento e disponibilização de infraestrutura nos assentamentos (SOUSA; HORA, 2013). Sem uma avaliação adequada do território a ser parcelado, bem como a avaliação das condições físico-ambientais que possibilitassem a adoção de tecnologias adequadas para as diferentes tipologias de assentamentos, em muitos casos, as experiências de destaque e alternativas de zoneamento ambiental e/ou parcelamento ficaram a cargo dos movimentos sociais, com destaque para os assentamentos protagonizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (HORA, 2003; BERTOLINI, CARNEIRO, 2007).

Experiências datadas de fins da década de 1990 a meados de 2000 atestaram para a importância do desenho do lote como um mecanismo aglutinador de organização dos assentamentos rurais (SILVA, 1996; CONCRAB, 2001; HORA, 2003; CONCRAB, 2004b; BERTOLINE, CARNEIRO, 2007; ANDRADE et al, 2016; BORGES et al, 2016). Tais experiências, além de contribuir para a organização social e produtiva das famílias,

apresentam uma perspectiva de controle territorial e alimentam os processos de territorialidades que se formam nessas comunidades rurais e camponesas.

Considerando a temática da configuração dos assentamentos, este artigo busca analisar o processo de planejamento desses territórios a partir da experiência do assentamento Canudos, em Goiás, e sua contribuição para o planejamento de outros assentamentos coordenados pelo MST sob o viés ambiental. Neste ínterim, verifica-se que a questão ambiental emerge como mais uma frente de luta na reforma agrária, tendo sua expressão na ocupação territorial desses locais. A experiência do Projeto de Assentamento (PA) Canudos busca responder a essa fronteira em disputa, num difícil diálogo com setores da sociedade.

As reflexões ora realizadas são resultados de mais de 15 anos de acompanhamento e pesquisa em relação à organização física e ambiental dos assentamentos do MST. Sua execução baseou-se em registros gráficos, fotográficos e documentais realizados entre 2000 a 2017. Nesse período, foram percorridas quase todas as unidades da federação do Brasil, visando contribuir para a difusão de uma metodologia de organização e planejamento dos assentamentos que pudessem, a partir da participação social, contribuir com a organização social e ambiental deles. Além disso, o próprio PA Canudos, como reflexo da luta social, passou por inúmeras transformações de seu planejamento, organicidade e implantação de sistemas de produção agroecológicos.

Modelos de assentamentos: o que é isso?

Organizar os espaços de trabalho e moradia sempre se apresentou como um desafio gratificante aos urbanistas, tendo a cidade e a urbe como o resultado do seu exercício teórico e prático. Experiências ligadas ao urbanismo utópico, à cidade industrial ou ao urbanismo moderno buscaram responder a diferentes problemáticas sociais, sejam elas infraestruturais, sejam de produção (MUMFORD, 1982). Tais elementos, analisados a partir da configuração urbana, ou a morfologia do lugar, revelam as características do lugar e do território em que se encontra, por meio da disposição dos casarios, das vias, dos equipamentos sociais, etc. Tais elementos podem contribuir para analisar determinados tipos de sociedades e suas formas de organização social e econômica (LAMMAS, 1993).

Porém, quando se pensa em áreas rurais, esse exercício técnico e teórico foi desprestigiado ao longo do pensamento crítico. A dicotomia urbano-rural instalada pelo mundo industrial e pós-industrial marginalizou as áreas rurais, identificando-as pela função, quase que exclusiva, de produção primária, ignorando toda a vida que ali existia.

A ocupação efetiva dos espaços rurais resultou de inúmeros conflitos agrários decorrentes das desigualdades sociais, haja vista todo o processo de reforma agrária (FERNANDES, 1999). Os poucos projetos de inserção do espaço rural no cenário nacional ora se basearam nos projetos de colonização com a 'ocupação de espaços vazios' que levariam ao amansamento das terras para o capital (GERMANI, 2001), ou pelo avanço da fronteira agrícola sob o modelo do agronegócio. Outras formas de apropriação direta dos recursos naturais pelo grande capital também se deram por meio da construção de vila barrageiras ou mini cidades como suporte aos modelos de exploração mineral ou de produção de energia. Tais modelos, sob diferentes formas, produziram exclusão social e, em algumas situações, produziram também cidades fantasmas, como o exemplo de Fordlândia, no estado do Pará (CONSETINI, 2014).

O Estado pouco se preocupou com o planejamento integrado dos assentamentos rurais, focando suas ações no emprego limitado do parcelamento das áreas rurais e dos projetos de colonização com a predominância dos cortes ortogonais ao longo de vias de acesso, mesmo que tais premissas estejam incluídas na Lei nº 8.629 de 25 de fevereiro de 1993, por meio da Medida Provisória nº 2.183-56 em 2001. As poucas referências de planejamento registradas ocorreram mediante o protagonismo dos movimentos sociais que pressionaram o Estado para o estabelecimento não só da normatização necessária para a implementação de condições mínimas de infraestrutura (eletricidade, estradas e água) junto ao processo de parcelamento das áreas destinadas à reforma agrária, mas, sobretudo, para o envolvimento das famílias selecionadas no processo de discussão do assentamento que se instalava.

Muitos dos assentamentos implantados no início do I Plano Nacional de Reforma Agrária foram alvos de crítica em função da baixa qualidade dos solos em que foram instalados e da ausência de infraestrutura adequada para o seu desenvolvimento. Embora tanto o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964) quanto a Lei de Reforma Agrária (Lei 8.629/93) descrevam critérios para desapropriação e aquisição de áreas para fins de reforma agrária, tem-se visto que é a luta social que a define. Uma consequência é a própria forma de parcelamento (divisão da gleba em unidades de produção familiar). Em muitos casos, as áreas desapropriadas ou adquiridas sequer possuíam condições para produção ou infraestrutura mínima para a locação de moradias.

Até 2017 existiam 9.354 projetos criados ou reconhecidos, abrangendo 975.985 famílias assentadas numa área de pouco mais de 88.402.936 ha no país (INCRA, 2018). Destes, cerca de 76% são projetos de assentamentos federal e abrangem 67% das famílias assentadas. Há um conjunto de assentamentos que são classificados como projetos ambientalmente diferenciados, abrangendo os Projetos de Assentamento Agroextrativista

(PAE), Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) e Projeto de Assentamento Florestal (PAF). Se forem considerados os projetos de Reserva Extrativista ou projetos Florestais tipo FLOE ou FLONA, essa tipologia de assentamento diferenciada representa cerca de 9% do total de assentamentos e abrigam próximo de 20% das famílias. Seria possível considerar que essas últimas tipologias buscam um desenho e forma diferenciada de assentamento, cuja preocupação ambiental é mais latente.

A criação dos projetos ambientalmente diferenciados envolve uma discussão ampla acerca da condição ambiental dessas áreas e costumam concentrar-se na Região Amazônica ou na Amazônia Legal. É possível também ver experiências diferenciadas em áreas de caatinga ou mata atlântica. O perfil desses assentamentos pressupõe uma discussão mais abrangente da reforma agrária, incorporando uma conotação ambiental. Entretanto, por vezes, essas experiências também resultam de pressões e conflitos entre as comunidades locais, organizações ambientalistas e grandes projetos de exploração de recursos naturais e agropecuários.

Os demais assentamentos se enquadram em projetos estaduais (reconhecidos pelo Incra), representando próximo de 12%, com 8% das famílias assentadas e o restante (3% dos assentamentos - que abrangem 4% de famílias - não foi possível identificar a classificação no quadro da instituição) (INCRA, 2017). Essa tipologia diferenciada de assentamentos reflete não o parcelamento, mas suas formas organizativas.

Compreendendo que a política de implantação dos assentamentos, ora em curso, não organizava as famílias e suas ações pouco contribuíam para viabilizar os assentamentos de forma produtiva, o MST construiu uma série de diretrizes visando estimular o cooperativismo como alternativa para a viabilização da produção camponesa. As Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs) e as Cooperativas Regionais de Prestação de Serviços e de Trabalho (CONCRAB, 2004a) são resultantes desse esforço de viabilizar os assentamentos sob bases produtivas e organizativas.

Para potencializar a coletivização do trabalho e dos meios de produção como estratégia de reprodução social, o MST propôs-se a discutir os possíveis “modelos de assentamentos”. Para tal, tomou-se como premissa a análise da locação da moradia como um elemento que poderia ser problematizado e potencializado a partir da dualidade aproximação - afastamento. O lugar de construção da moradia traduziria uma representação social de como este ‘novo’ sujeito, ao ser assentado(a), estabeleceria seus laços de solidariedade e cooperação. Morar próximo ou morar longe poderia simbolizar uma possibilidade melhor de arranjo social e infraestrutural. Assim, acreditava-se que sair do seu isolamento na propriedade poderia ser uma vantagem para implementar estratégias de cooperação.

Há que se considerar que as ações oficiais de “reforma agrária” implementadas até o início dos anos 2000 raramente basearam-se numa lógica coerente de implantação dos assentamentos, que envolvessem a destinação e liberação de recursos financeiros e benefícios para o pleno desenvolvimento das parcelas como moradia, estradas, água etc. Muitas vezes, liberaram-se os créditos produtivos e de construção de moradia sem o parcelamento concluído; ou se liberava a moradia e o parcelamento sem infraestrutura de estrada, energia e água. O atendimento aos assentamentos estava à mercê da capacidade de reivindicação dos acampamentos, assentamentos e dos próprios conflitos agrários que se seguiam. Mesmo as ações derivadas do II PNRA (2005) pouco se dedicaram a esse tema, reproduzindo a proposta dos Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos, oriundo do Programa Novo Mundo Rural (MDA, 1999), ou, ainda, sem maiores detalhamentos quanto ao processo de implantação após a aquisição da terra.

Existia, até então, um “modelo de assentamento” cujo parcelamento não levava em conta as condições físico-ambientais, organizativas e sociais do local. O modelo de parcelamento que até então era comumentemente praticado, era denominado pelas organizações do campo de “quadrado burro”, pois se baseava de corte a partir de uma malha ortogonal, ignorando elementos naturais e os elementos potenciais de solidariedade, ajuda mútua e cooperação. Esse “modelo de assentamento” foi duramente criticado. Em face deste contexto, o MST propôs uma forma para organização dos assentamentos (CONCRAB, 2001; CONCRAB, 2004b), como alternativa ao “quadrado burro”.

Os assentamentos rurais, na sua constituição, determinam uma nova paisagem expressa pela organização peculiar dos barracos, ainda que de lona, na organização do trabalho e na sua forma de apropriação da natureza. Tal relação, à medida que se estabelece e consolida, tem nos assentados sua expressão máxima, como sujeitos do processo, uma vez que, ao conquistarem seu território, tornam-se produtores de novas espacialidades.

A experiência individual e coletiva reflete elementos de um passado vivido no acampamento ou ainda antes, nos trabalhos em lavouras, seja de forma retirante ou boia fria. Ao se projetar um assentamento, essa trajetória pretérita influencia diretamente e indiretamente a produção social do espaço. Tais elementos são representados nos anseios e projeções para o corte do lote, local da moradia e organização da produção por cada sujeito social assentado. Como lugar de construção de novas referências e novas relações sociais, esse novo espaço de socialização - o assentamento - constitui-se em novos territórios e novas territorialidades. Segundo Correia (1989), a territorialidade refere-se ao conjunto de práticas e expressões materiais e simbólicas que resultam, ao mesmo tempo, da apropriação e permanência em um dado território por um determinado agente social. Nesse caso, os assentados, organizados por um movimento social, buscam reconstruir o

seu território sob a perspectiva da cooperação e da solidariedade em enfrentamento ao grande capital.

Este território, que advém de um campo de conflito, também se torna um território de possibilidades e redescobertas. A conquista do latifúndio e sua fragmentação em diferentes unidades de produção apresenta novas relações sociais e novas territorialidades que vão se formando e se consolidando. Pode-se afirmar que, à medida que o antigo latifúndio cede lugar a novas moradias, esses espaços tornam-se espaços de resistência e esperança, consolidando um novo lugar.

Portanto, esse novo lugar que nasce se constitui como um campo de recomposição das relações sociais solidárias e de afirmação de uma nova identidade a esse novo assentado no seu processo de reterritorialização. É uma relação intrincada, que envolve o domínio de um território e a formação de uma nova territorialidade. Essa construção pode e deve ser fortalecida no processo de implantação do próprio assentamento.

Já a institucionalidade operada pelo Estado ignora tanto a territorialidade que se cria no novo assentamento quanto as perspectivas de construção de um novo lugar com valor identitário próprio. Sua preocupação é pragmática, buscando responder e operar um arcabouço normativo de origem positivista, produzindo números e cifras de execução de metas da política pública.

O Estado, visando conter os conflitos agrários, sem necessariamente combater a concentração fundiária, editou diferentes normas visando coibir e desestimular as ocupações de terra, editando leis que impossibilitavam a desapropriação de áreas ocupadas[1], a exemplo do Decreto n° 2250 de junho de 1997. Paralelamente, traçou um rito para a implantação do assentamento, cujas etapas envolviam, segundo o Incra: criação, implantação e estruturação. Não obstante, todos esses ritos ficaram à mercê do jogo político institucional e da disputa entre as políticas da agricultura familiar e aquelas ligadas ao agronegócio.

Os procedimentos de criação e reconhecimento de assentamentos pelo Incra estão regulamentados na Norma de Execução DT nº 69/2008 que envolvia, até então, diversos documentos, nos quais se incluía a obtenção de uma licença prévia junto ao órgão ambiental. Esse quesito, cuja discussão se desdobrou em fins da década de 1990 e início de 2000, apresentou-se como um novo obstáculo para a implantação dos assentamentos. O marco de sua implementação era o cenário de disputa da fazenda Araupel, no Paraná, uma região de Mata Atlântica, envolvendo também pressão de organizações ambientalistas. Paralelamente, em 2000, no estado de Goiás, desapropriava-se a primeira fazenda com

[1] A Medida Provisória 2027- 42 de 28 de agosto de 2000 estabelece no Art. 4º que a “Lei no 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, passa a vigorar com as seguintes alterações: "Art. 2º [...] § 6º –O imóvel rural objeto de esbulho possessório ou invasão motivada por conflito agrário ou fundiário de caráter coletivo não será vistoriado nos dois anos seguintes à desocupação do imóvel. (BRASIL, 2017).

uma Reserva Particular de Patrimônio Natural (RPPN), que abria a oportunidade para que o próprio MST, a partir de suas experiências pretéritas, apresentasse uma nova alternativa de planejamento aos assentamentos.

O resultado dessa emaranhada disputa, ora ambiental, ora fundiária, foi a exigência, em 2001, da elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), conforme a Norma de Execução/Incra/Nº 02, de 28 de março de 2001. A adoção do PDA, enquanto parte do processo de implantação do assentamento, foi apresentada ainda no programa Novo Mundo Rural, substituindo os Planos de Viabilidade Técnica, antes realizados pelo Incra. Para a elaboração do PDA, seria contratada uma consultoria especializada. Entretanto, tal condição foi revogada pela Norma de Execução nº 39, de 30 de março de 2004, atribuindo essa função para as equipes de assessoria técnica e social (ATES), no recém-estruturado programa de assistência técnica e extensão rural da reforma agrária. Ao longo do programa de ATES, as equipes técnicas foram cada vez mais assumindo diferentes funções na organização do assentamento, mesmo que, às vezes, não dispusessem de pessoal especializado e conhecimento técnico adequado como aquele demandante para o parcelamento e construção de unidades habitacionais.

Mesmo as revisões normativas após 2003, com a possibilidade de um governo cuja proposta baseava-se em inclusão social e superação da pobreza extrema, com políticas públicas elaboradas de forma participativa, poucos foram os avanços no que tange à celeridade e qualidade do processo de implantação de assentamentos rurais. Enquanto isso, a implantação e o planejamento dos assentamentos ainda dependiam da expertise dos próprios movimentos sociais, agora envoltos no exercício de fazer funcionar o complexo arranjo institucional da ATES ao mesmo tempo em que se buscava acessar os projetos cooperativados oriundo de programas tais como Terra Forte, Biodiesel, Petrobrás Ambiental, Agroecologia e tantos outros que foram ofertados de forma dispersa e fragmentada ao longo de 2003 a 2015.

Um novo modelo de assentamento para o MST

Se por um lado a coletivização da terra e do trabalho se apresentava como uma alternativa de produção e viabilização dos assentamentos, podendo organizar-se em cooperativas para produzir e vender em escala, por outro era necessário rever a própria forma de organização do assentamento, para que um ambiente de trocas e solidariedade pudesse se instalar.

Estudo realizado por Silva[2] (1996) apresentava uma série de reflexões sobre a importância da aproximação da moradia na organização dos assentamentos e fora tomado como elemento para reflexão nos coletivos do MST. Diferentes documentos foram produzidos considerando essa perspectiva, com destaque às orientações para a publicação *O que levar em conta na Organização dos Assentamentos* (CONCRAB, 2001). Inúmeras vantagens eram vistas na construção de núcleos de moradia e agrovilas, entre as quais se destacavam: acesso à água e energia elétrica mais barata; facilidade no escoamento da produção e na construção de estradas mais eficientes; proximidade da escola; menor dispersão do grupo; maior vivência em comunidade; possibilidade de rede de tratamento de água; mais controle e proteção dos rios, matas e animais; maior segurança; maior comunicação; implementação de creche e refeitório coletivo; facilitação das reuniões e decisões coletivas.

Para organizar o assentamento com base nesses princípios era necessário garantir a participação das famílias, dar organicidade ao assentamento segundo os setores (FERNANDES, 2000) e articular parcerias com organizações não governamentais, universidades, igrejas e intelectuais, além do próprio Estado. Essa ampla rede, poderia resultar em assentamentos promissores, mais organizados, com mais produção e melhor qualidade de vida.

Colocava-se em prática uma nova concepção de assentamento que se baseava, em seu desenho, no chamado núcleo de moradia, superando as práticas de corte individual do lote e buscando-se alternativas ao trabalho cooperado por meio da implantação de áreas coletivas ou de agrovilas (BERTOLINE; CARNEIRO, 2007).

O modelo de coletivização nem sempre era bem recebido pelos assentados, abrindo caminho para a discussão do “novo modelo” que se apresentava, denominado de núcleo de moradia, o qual os assentados chamavam de “raio de sol” ou “raio de bicicleta” ou “roda de carroça”.

Assim, devia-se prever a aproximação das moradias e deveria ser destinada alguma área para produção cooperativada quando não fosse possível a implantação dos coletivos plenos. No interior dos núcleos de moradia seriam alocados equipamentos coletivos, tais como sede comunitária, escolas, postos de saúde, refeitórios ou outros que pudessem construir a socialização dos serviços e atividades, a exemplo de lavanderias, refeitórios e creches. As sedes das cooperativas e associações e galpões para guardar equipamentos coletivos também deveriam ser alocados naquela área. Ali deveriam ser

[2] Juvenil Augusto da Silva (1996), estudante do Técnico em Administração de Cooperativas (TAC), realizado pelo Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (Iterra), Veranópolis – RS, elaborou trabalho de conclusão do curso: *A importância das agrovilas nos assentamentos do Estado de Rondônia*.

previstos ambientes para práticas de lazer e esporte, estimulando o encontro e as trocas entre as famílias.

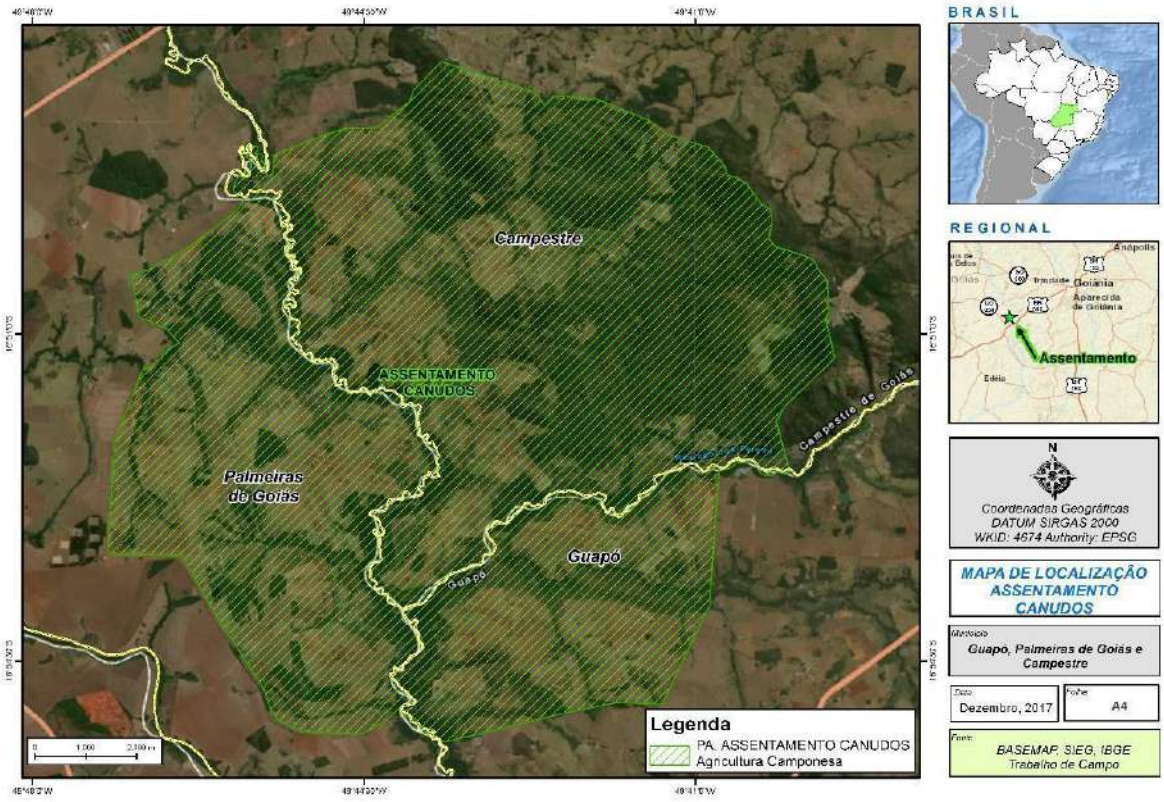
O projeto de assentamento (PA) Canudos em Goiás: um novo marco para a organização e o planejamento dos assentamentos

História e memória

O Assentamento Canudos resultou da conquista da Fazenda Palmeiras, depois de diversas ocupações realizadas por militantes do MST. Está situado nos municípios de Guapó, Campestre e Palmeiras de Goiás, na Região Metropolitana de Goiânia.

Da primeira ocupação, ocorrida no ano de 1997 até 1999 - ano da publicação do decreto que considera a área passível de desapropriação por interesse social para reforma agrária, registraram-se cinco ocupações organizadas e lideradas pelo MST na antiga Fazenda Palmeiras, cuja área abrangia os municípios de Palmeiras de Goiás, Campestre e Guapó, no estado de Goiás. De uma ocupação inicial por cerca de 80 famílias, as ações seguintes atingiram, no seu auge, próximo de 1.150 pessoas, mobilizando militantes e apoiadores que frequentaram o acampamento instalado ao longo da GO-060, cujo marcos de referência eram próximos ao distrito de Posselândia, ou próximo à entrada do município de Varjão (Figura 1).

Figura 1. Estado de Goiás – Mapa de localização do Assentamento Canudos - 2017



Fonte: BASEMAP,SIEG, IBGE e trabalho de campo - 2017

O parecer técnico considerando a área improdutiva foi emitido pelo Incra em 1999 e, em 31 de dezembro do mesmo ano, a área foi destinada para desapropriação com fins de interesse social para reforma agrária, tendo sido emitido parecer favorável à incorporação do imóvel ao patrimônio do Incra no início de 2000. Naquele ano, iniciou-se um longo período de transição até a implantação definitiva do PA Canudos. Parte desse tempo foi acompanhada pelos territórios em disputa opondo os assentados e os antigos arrendatários e moradores do latifúndio desapropriado. O conflito judicial ainda estava vigente, tendo como resultado, inclusive, a suspensão da posse pelo Incra. O desenlace desse quadro gerava sofrimento e insegurança para as famílias (HORA, 2003).

A situação do PA Canudos revelou a dura realidade na implantação dos assentamentos de reforma agrária. Ali, dois processos judiciais estavam em curso concomitantemente, sendo uma ação cautelar de produção antecipada de provas, alegando a produtividade do imóvel, e outra de desapropriação, contestando a ação do Incra. Essas ações tramitavam em paralelo e, mesmo que o Incra ganhasse a primeira, o proprietário, em sua maioria, ganhava a segunda, comprometendo todo o processo de aquisição de terras. Em Canudos essa situação foi revertida pelas alianças locais estabelecidas.

Findados os conflitos judiciais, restava o impasse em relação às áreas ambientais. Em face da resistência de parte do Judiciário em instalar um assentamento contendo uma

unidade de conservação de proteção integral, foi assinado, em junho de 2001, um Termo de Compromisso, Responsabilidade e Ajustamento de Conduta (TAC), envolvendo as famílias acampadas, que se comprometiam em proteger as áreas de floresta; o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), que se responsabilizava em fiscalizar a área e desenvolver programas de educação ambiental; e o INCRA, que se comprometia em quantificar, localizar e averbar o restante da reserva legal (RL) e fazer a rerratificação da área de Reserva Particular de Patrimônio Natural (RPPN). Iniciava-se, assim, uma nova disputa agrária em relação ao assentamento, agora, mascarado pelo viés ambiental. Este seria materializado na proposta de planejamento e parcelamento do PA Canudos.

Planejamento participativo e a questão ambiental no Assentamento Canudos

A questão ambiental associada à questão fundiária representou um novo marco de disputa na reforma agrária e na luta pelo direito aos territórios. Sob a premissa da preservação ambiental, inúmeras comunidades têm perdido o acesso aos seus territórios, ao mesmo tempo em que um novo conjunto de normas foi necessário para garantia dos seus direitos, a exemplo do Projeto de Lei n° 747/2003, que dispõe sobre a proibição da derrubada de palmeiras de babaçu nos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins, Pará, Goiás e Mato Grosso e dá outras providências (ARAÚJO JR et. al, 2014).

Em 2001 estava em discussão a inclusão dos assentamentos rurais no processo de licenciamento ambiental, que culminaria a aprovação da Resolução Conama n° 289 de 25 de outubro de 2001[3]. A proposta em curso visava estabelecer etapas de avaliação do empreendimento, igualando os assentamentos rurais a qualquer outra atividade cujo caráter seria potencialmente poluidor ou impactante. Para além da discussão preservacionista, não se via os assentamentos como uma condição para o desenvolvimento em sua plenitude, aliando-se preceitos ambientais, sociais e econômicos, tal quais aqueles propalados pelo relatório *Nosso Futuro Comum*[4].

Colocava-se, assim, outro entrave para a concretização do assentamento e o Canudos viria a ser um projeto piloto com a intencionalidade de acompanhar a aplicação da

[3] Essa Resolução foi revogada pela Resolução nº 387/06; e alterada pela Resolução n° 318/02 (revogada implicitamente pela Resolução n° 356/04) e pela Resolução n° 356/04 (altera o art. 15). Posteriormente, foi revogada pela Resolução n° 458, de 16 de julho de 2013.

[4] O relatório conhecido como *Nosso Futuro Comum*, é o Relatório Brundtland que corresponde ao documento final da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, promovida pela ONU nos anos 80 e chefiada pela então primeira-ministra da Noruega, Gro Harlen Brundtland.

Resolução, então em proposição. Tal situação já era um desdobramento da Resolução Conama n° 237 de 19 de dezembro de 1997, que enquadrava os assentamentos rurais como “atividades agrícolas”, igualando-os a um projeto agrícola ou criação de animais. A rigor, tal legislação desconsiderava todo o processo de inclusão social e a perspectiva do potencial socioambiental destas áreas.

Envoltos sobre o aspecto normativo e positivista da legislação brasileira, muitos dos dados e levantamentos que julgam os assentamentos pela análise da supressão da vegetação não analisam sua inserção territorial ou a condição da microbacia em que estão inseridos. Fatorelli e Mertens (2010) atribuem os problemas encontrados, dentre outros fatores, à falta de planejamento ambiental. Apesar disso, consideram como ferramental o licenciamento ambiental como uma alternativa para os assentamentos. Caladino, Wehrmann e Koblitz (2012) também apresentam dados de desmatamento destas áreas e indicam a pouca efetividade da política ambiental com a reforma agrária.

A implantação do PA Canudos reuniu e convergiu, assim, uma série de instituições que propunham a instalação de um assentamento diferenciado em função das áreas ambientais que ali continham, principalmente, centradas na existência de uma RPPN. A questão ambiental e a possibilidade de implantação de uma nova proposta de assentamento envolveram diferentes instituições, a saber: INCRA, IBAMA, Ministério Público Federal, Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Fundação das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), Universidade Federal de Goiás (UFG) e algumas organizações não governamentais. Em relação a FAO, cabe observar, que técnicos do organismo acompanharam o processo de elaboração e implantação do PDA do assentamento, sem contudo atuar ou interferir nas ações desenvolvidas pelas equipes técnicas.

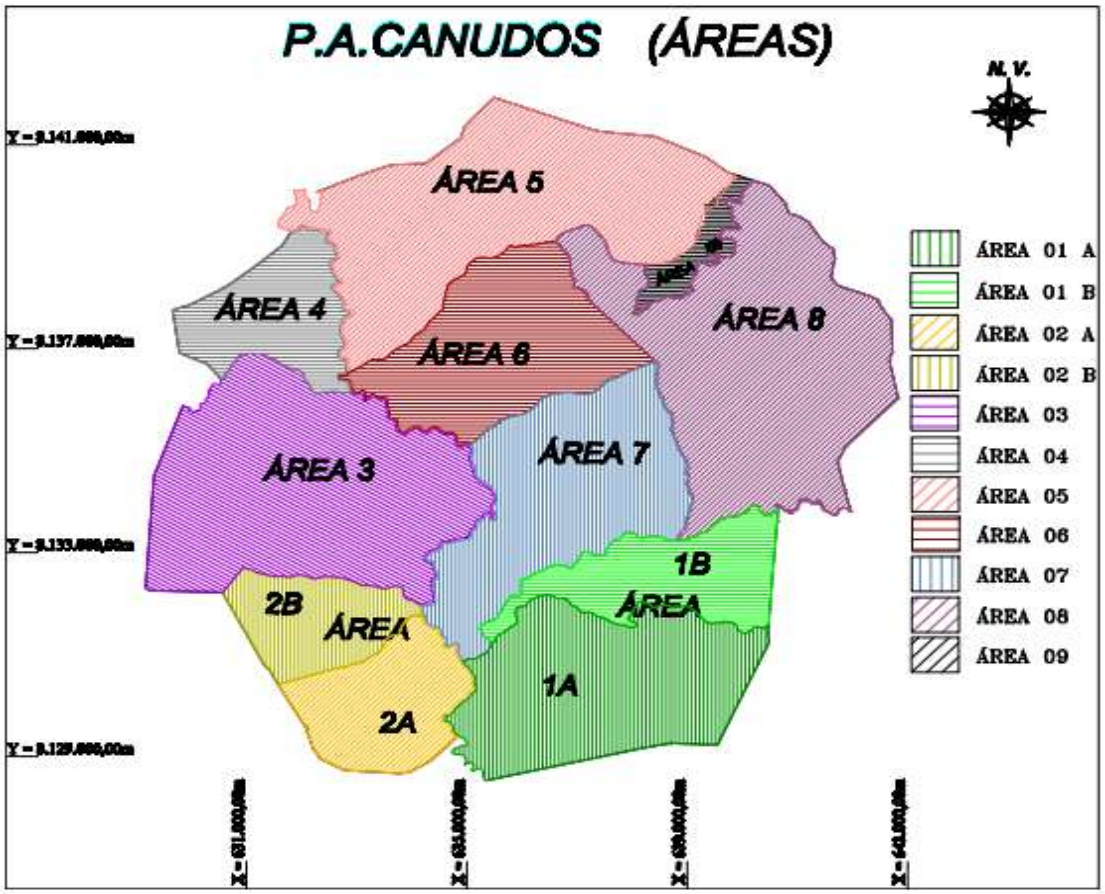
A presença de diferentes atores apresentava-se como um desafio para o exercício da autonomia das famílias, mesmo, do MST, ao mesmo tempo em que asseguravam certa condição de segurança e permanência na área. Antecipando-se às decisões institucionais, as famílias assentadas estabeleceram um plano de apropriação territorial do assentamento. Nessa proposta, a transição do acampamento para o pré-assentamento baseava-se em distribuir as famílias em todo o antigo imóvel, construindo o que foi denominado de “dispersão organizada”, evitando a desmobilização social e a dispersão total na área.

Distribuir as famílias no território tinha vários significados: consolidação da conquista da terra, organização da produção, manutenção da organização social e política. O PA Canudos não era uma área simples. Mas, sua singularidade representada pela presença de um RPPN sintetizava o debate ambiental que ora se apresentava na reforma agrária.

Para além dos núcleos de moradia, colocava-se como desafio uma nova perspectiva de apropriação do território com uma preocupação de manutenção dos recursos naturais. Tais condições buscavam despertar nos assentados novas questões, ao mesmo tempo em que se contrapunham ao discurso de organizações ambientais acerca dos assentamentos ambientais como foco de degradação.

Como o PA Canudos contém muitos cursos d'água, esses foram tomados como referência para projetar uma regionalização espacial e social interna. Estava, portanto, formalizada a primeira etapa da organização física e social (MST, 2001), resultando numa regionalização denominada de microbacias, subdividindo-se o território em nove áreas (Figura 2).

Figura 2. Proposta de subdivisão em áreas no PA Canudos - 2002



Fonte: HORA, 2002 - Arquivo pessoal.

A preocupação ambiental, então, consolidava-se na proposta de planejamento territorial sob uma premissa de conservação das florestas, matas e cursos d'água. Paralelamente, foi instituído um Grupo de Trabalho Interinstitucional de Apoio à Implantação do PA Canudos, como parte do TAC. Portanto, diferentes ações paralelas e, por vezes, sobrepostas aconteciam para propor um novo "modelo de assentamento" ambientalmente

sustentável, revelando as condições e tensões entre os distintos atores e as diferentes perspectivas do debate ambiental.

Visando pactuar diretrizes mínimas, a realização do Seminário "O que levar em conta na organização do assentamento – a dimensão ambiental como elemento de organização", em outubro de 2001, foi definida como uma estratégia de aliança entre os diferentes atores, no qual o MST apresentou sua proposta de planejamento. A questão ambiental se materializava na luta pela terra ora sob uma perspectiva, ora conservacionista. Sob a ótica do discurso ambiental, o ideário de sustentabilidade socioambiental emergia nas ações do MST, que se redefinia para aliar sua proposta de "núcleos de moradia" com a perspectiva da preservação da água e da RPPN. Tal perspectiva já aparecia nas diretrizes do MST para os assentamentos em momentos anteriores, indicando o nascedouro de um paradigma ambiental e agroecológico (COSTA NETO; CANAVESI, 2002). Sob o viés normativo do Estado, o discurso ambiental ancorava-se no Código Florestal e visava garantir a intocabilidade dos recursos florestais desconhecendo todo o potencial de manejo comunitário que poderia ser extraído e dar viabilidade ao novo assentamento.

Foi nesse ínterim que a elaboração do PDA, propriamente dito, se iniciou, em meados de 2002, com a liberação dos recursos no exercício fiscal seguinte, após a assinatura do Convênio Incra/SR 04 e a Fundação de Apoio a Pesquisa da UFG - Funape, em fins de 2001. O processo de planejamento envolveu a realização de vários encontros, reuniões, aplicação de técnicas de planejamento participativo (mapeamento de reservas, construção de mapas, caminhadas transversais).

A intencionalidade do MST era implantar os Núcleos de Moradia (NM) e garantir o controle organizativo e produtivo do assentamento. Isso era visto, inicialmente, com alguma reticência por parte das famílias, pois tinham receio de que os NMs tirassem sua autonomia sobre como gerir seus lotes e sua produção. As famílias também viam com muita desconfiança o quantitativo de áreas destinadas a reservas ambientais. Além disso, elas tinham uma expectativa que cada lote ficasse com 25 a 30 ha e o parcelamento, segundo o modelo "raio de sol", deixaria a parcela muito extensa, dificultando a gestão da produção.

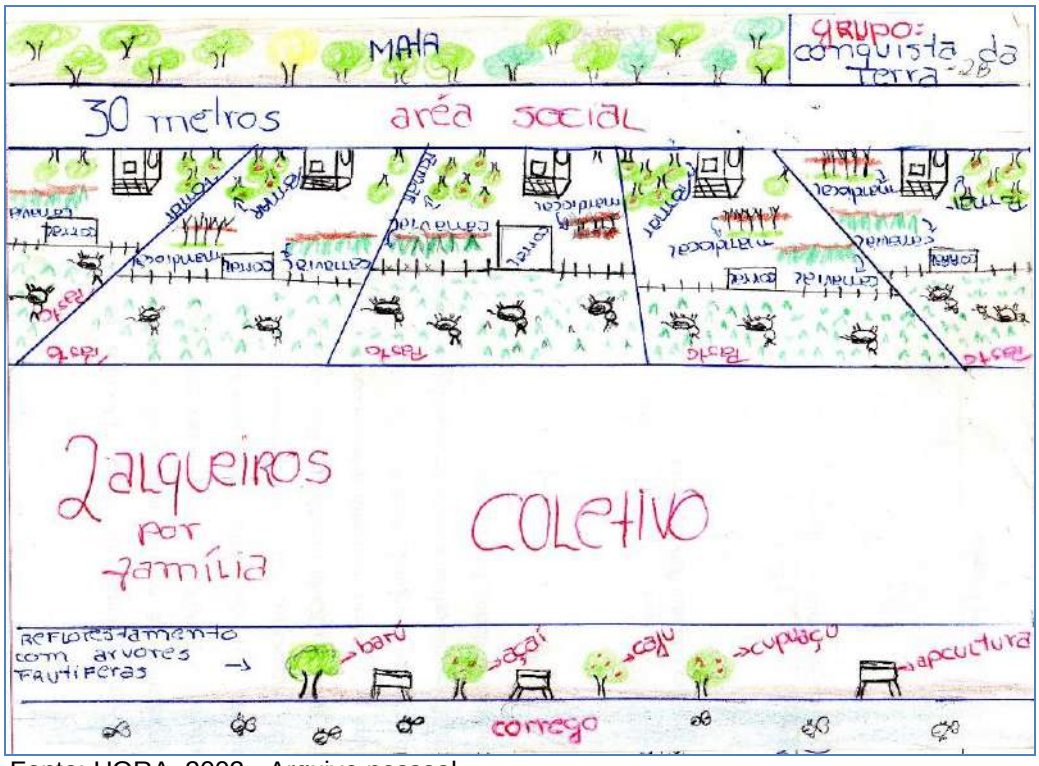
A definição do módulo das parcelas resultou de um debate tenso. Embora a preocupação com as áreas ambientais fosse recorrente, durante o processo de desapropriação, o Incra chegou a prever a instalação de 450 unidades familiares produtivas, ou mesmo de 500 unidades com 5 ha cada. No discurso oficial não aparecia nenhuma alternativa para os remanescentes florestais ou cursos d'água, restringindo-se à RPPN. Durante os trabalhos, a equipe do PDA apresentou a proposta ao Incra e aos assentados, para efeito de parcelamento: um módulo rural médio de área útil de 18 ha, que excluía da área do lote a APP e a reserva legal. Essa estratégia tornava as áreas preservação ambiental de responsabilidade de todos os assentados. Tanto os assentados quanto o Incra

aceitaram esta proposta, uma vez que a definição do módulo (tamanho da propriedade), determinava automaticamente o número de parcelas no assentamento.

O plano territorial do Assentamento Canudos

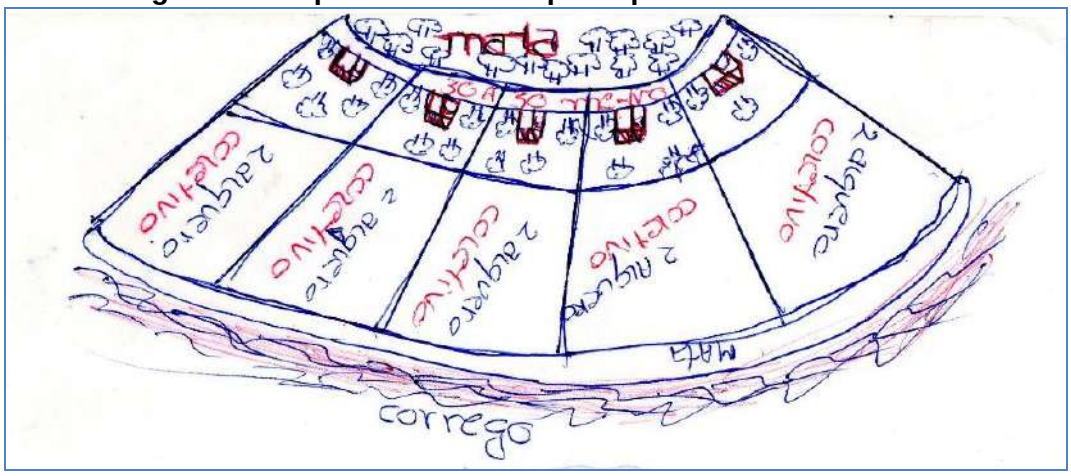
Durante quase três anos, os interesses e preocupações das famílias assentadas centralizaram-se no PDA. Nas nove áreas e em todos os núcleos de famílias foram organizadas reuniões para que os pré-assentados apresentassem sua proposta de parcelamento e seus anseios produtivos representados em desenhos. A representação gráfica traduzia os anseios pela forma do corte do lote, mas também, pelas infraestruturas sociais e produtivas (Figuras 3 e 4).

Figura 3. Proposta elaborada pelos pré-assentados - 2002



Fonte: HORA, 2002 - Arquivo pessoal.

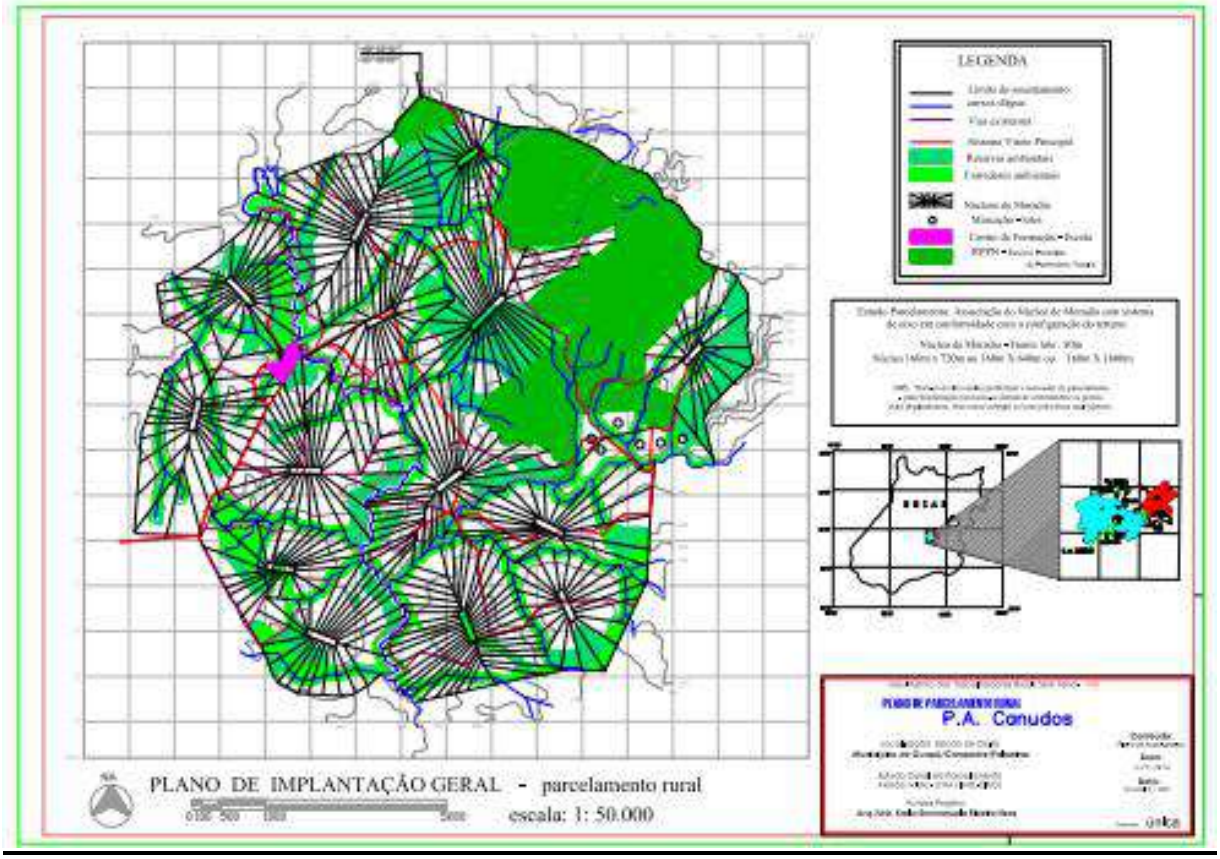
Figura 4. Proposta elaborada pelos pré-assentados – 2002



Fonte: HORA, 2002 - Arquivo pessoal.

A proposta final de parcelamento resultou em três tipos de desenho: núcleos de moradia, com base no modelo de “raio do sol”; grupos de famílias que se organizaram em lotes individuais a partir de uma via principal; e grupos de famílias que optaram por um sistema misto (Figura 5), somando 329 unidades de produção familiar. Os critérios estabelecidos para escolha dos lotes e formato dos núcleos respeitaram o tempo de acampamento e nível de organicidade dos grupos.

Figura 5. Proposta de parcelamento do Assentamento Canudos - 2003



Fonte: UFG/INCRA – PDA Canudos - 2003

Dentre as famílias, 78,42% dos lotes organizados e planejados no PA Canudos acolheram a proposta dos núcleos de moradia e a totalidade dos lotes ocuparam 45,92% da área do assentamento. Para a produção coletiva, 71 pequenas áreas foram destinadas, e as áreas ambientais ocuparam 54,08%, do assentamento, atendendo ao TAC.

O Assentamento Canudos após 15 anos da implantação

Um assentamento rural tem, na sua memória, registros de conflitos e de conquistas, que se formam por uma ação coletiva. No entanto, dificilmente, isso se dá de forma homogênea, atingindo a totalidade dos sujeitos sociais, pois há origens distintas e variadas trajetórias históricas até chegarem à terra tão desejada.

Segundo Heller (1992, pg.20) a "vida cotidiana não está fora da história, mas no centro do acontecer histórico: é a verdadeira 'essência' da substância social". Nossas anotações e observações da gestação da cotidianidade, nos assentamentos, estão intrinsecamente vinculadas à participação no processo de disputa pela terra e a questão ambiental, nas suas várias esferas: física, judicial, narrativa e subjetiva.

O deslocamento e a insegurança foram os primeiros aspectos da cotidianidade que começaram a serem traçados no assentamento. Logo, foi substituído pela esperança que se registrava nas construções das casas com folhas de babaçu, na abertura da cisterna, no pequeno canteiro de garrafa *pet*, na horta individual e na roça coletiva, etc. Esses são sinais da divisão do trabalho por faixa etária, gênero, religiosidade. O lugar foi sendo reelaborado, lapidado e delimitado pelo trabalho, pela disposição dos objetos, pelas relações sociais e pelas decisões nos núcleos de família. O resultante disso foi imortalizado nos desenhos das casas e do corte dos lotes.

Muita coisa mudou no assentamento Canudos, desde sua implantação. Conflitos internos, prisões, separações, novas famílias e inúmeras outras possibilidades. O MST já não possui uma organicidade tão efervescente quanto nos primórdios da conquista e planejamento do assentamento, mas ainda é uma referência constante. Muitos projetos de produção, saúde, educação e meio ambiente se desenvolveram no assentamento. Porém, as festas de Folias de Reis, por vezes marcas culturais presentes no assentamento, assim como a festa da colheita, já não são vistas com tanta frequência, ou com tanta unidade interna, quando são realizadas - mostrando que algo está diferente. Canudos, apesar de implantado, sempre foi visado por diferentes atores, agora políticos institucionalizados em partidos que se revezam de tempos em tempos neste território.

Outros desafios permanecem no assentamento, seja em relação à infraestrutura, seja em relação à organização da produção. O crédito habitação não possibilitou a construção adequada de residências, fazendo com que as casas ainda se encontrem com baixa oferta de habitabilidade. Paralelamente, não foi instalada uma rede de abastecimento de água, fazendo com que muitas famílias dependam de mini poços ou cisternas, nas quais a qualidade da água consumida ainda não segue padrões de potabilidade, em muitos casos (SOUSA; HORA, 2012; SCALIZE et. al, 2013).

Mas, a vida segue organizando-se no seu tempo, com as famílias estabelecendo suas próprias estratégias de reprodução. Núcleos de produção organizados fazem-se presentes em feiras em Goiânia e grupos produtivos de mulheres participam ativamente de redes de cooperação na economia solidária. Em 2015, registrava-se a presença de duas cooperativas de produção; a Cooperativa Mista da Agricultura Camponesa no Cerrado (COMACC), que possui sede no município de Palmeiras de Goiás e a Cooperativa Mista De Produção Agropecuária Familiar (COOMPRAF), com sede em Campestre de Goiás, além de várias associações. Por meio dessas entidades, muitos agricultores e agricultoras acessavam as políticas públicas do programa de aquisição de alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Talvez o que mais chame a atenção no assentamento é a persistência do seu parcelamento e a sua proposta de preservação e conservação ambiental. A supressão da vegetação registrada entre 2000 e 2011 foi de menos de 5%, recuando de 54,45% para 49,05%. Segundo Oliveira (2013), ao se comparar a cobertura florestal do assentamento com a da sub-bacia em que está inserido, o Canudos apresenta melhor condição de preservação. Segundo o autor, “a média de vegetação remanescente de cerrado nativo na sub-bacia, considerando o recorte interanual entre 2000 e 2011, é de 38,8%, enquanto que no Assentamento Canudos é de 56,9%” (OLIVEIRA, 2013, p.109). Tal condição indica que o Termo de Ajustamento e Conduta está sendo cumprido pelos assentados. Apesar das dificuldades, o PA Canudos tornou-se uma referência nacional para o planejamento dos assentamentos.

Com 20 anos passados desde a primeira ocupação e mais de 15 anos da elaboração do PDA, apesar de suas dificuldades estruturais, as famílias dão testemunho que se encontram melhor agora do que antes do acampamento. Não só o assentamento mudou, mas as paisagens no entorno e os comércios dos distritos próximos a Canudos, beneficiaram-se com a presença dos sujeitos e sua produção (HORA, 2012; MAURO, 2013).

As experiências territoriais: organização participativa dos assentados

O planejamento é concebido como o processo de racionalização e utilização de instrumentos que potencializem o desenvolvimento de determinada atividade ou situação (SANTOS, 2004). Logo, a escolha dos métodos e técnicas que definem o diagnóstico e levem a proposição de cenários futuros faz parte do processo de planejamento. O ato de planejar não pressupõe neutralidade científica, uma vez que ali estão imbuídos pressupostos teóricos e análises dos sistemas governamentais, bem como a perspectiva de cenário a ser adotado. A aplicação adequada de métodos de levantamento de dados e análise deve estar ao lado da possibilidade de apreensão e interpretação da sua realidade pelos próprios sujeitos sociais. Dado o grau de conflitualidade na reforma agrária, o seu planejamento não garante, necessariamente, o sucesso, uma vez que a ação do Estado é determinante.

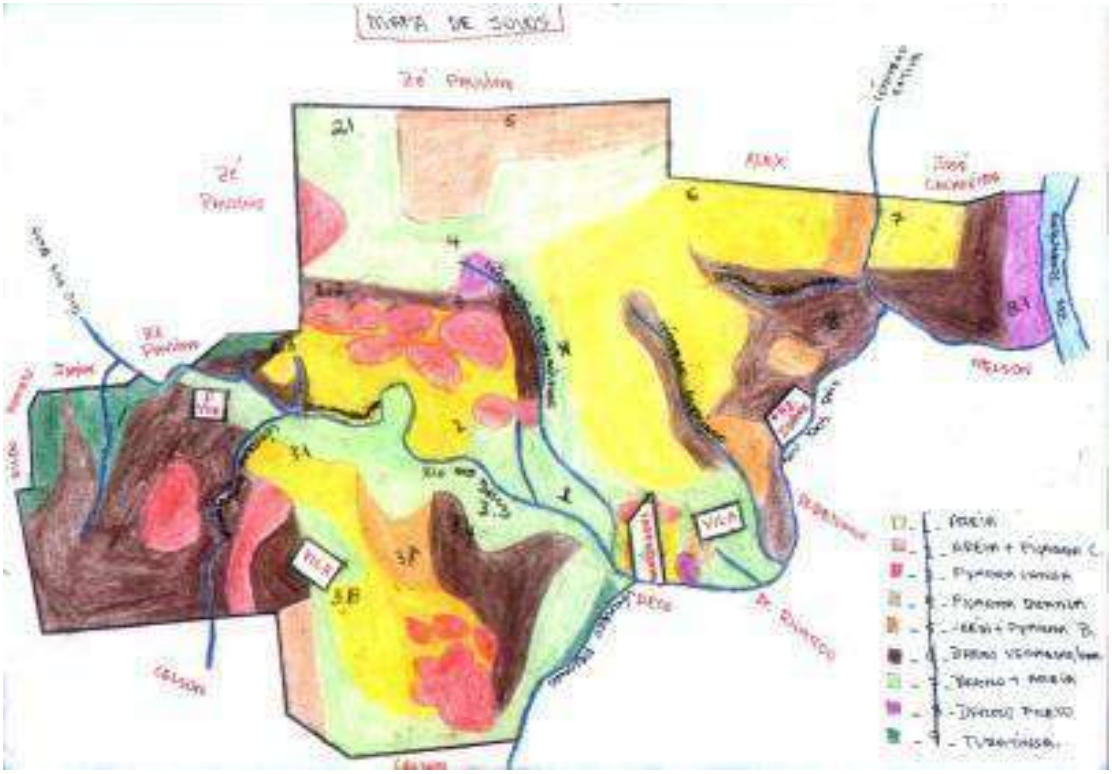
A experiência do PA Canudos junto a outras experiências de implantação participativa dos assentamentos contribuiu para a proposição uma metodologia denominada de Proposta de Planejamento Participativo e Organização do Assentamento (CONCRAB, 2004b). As estratégias visavam desenvolver um mapa do território contendo todos os elementos naturais (Figuras 6 e 7).

As diferentes experiências tinham em comum a participação social como elemento principal de definição das diretrizes do PDA. Além disso, deviam traduzir os elementos técnicos de tal maneira forma que todos pudessem ter os elementos necessários para opinar sobre os elementos físico-territoriais.

Figura 6. Croqui de reconhecimento do território pelos assentados, PA Paulo Freire, Tocantins, 2003

Fonte: HORA, 2003 - Arquivo pessoal

Figura 7. Croqui de reconhecimento do território pelos assentados, PA Cipó - Bahia – 2003



Fonte: HORA, 2003 - Arquivo pessoal

A questão ambiental era incorporada como uma possibilidade, uma resistência e uma nova estratégia de sobrevivência nos assentamentos. Ganhava-se visibilidade às propostas de manejo florestal e as práticas produtivas aliadas a processos agroecológicos, com especial destaque, na época, para o pastoreio racional *voisin*. Os cursos d'água e as áreas com florestas remanescentes ou algum elemento paisagístico determinando para preservação eram incorporados como elemento de referência ao planejamento rural. Uma nova racionalidade ambiental emergia, no qual os camponeses e as camponesas da reforma agrária retomavam seus conhecimentos a partir do cuidado com as sementes, do manejo da água, da produção de fitoterápicos. Esse "saber ambiental" (LEFF, 2001) possibilitava uma nova trincheira de luta e de domínio do território, no qual outras alianças campo-cidade emergiam associadas, agora, à produção e consumo de alimentação saudável.

Outras experiências ocorriam quase que concomitante à de Canudos. Na região sul, discutia-se o Método de Validação Progressiva, proposto por MARTINS (2003). No qual a participação era tida como fundamental e, à medida que se aprofundavam as observações coletivas, eram possíveis tomadas de decisões graduais. Não obstante, no método, não

aparece com acuidade a preocupação ambiental, embora a análise do território e seus elementos físico-ambientais fizessem parte do planejamento.

A ação do Grupo de Estudos em Reforma Agrária e Habitat – GERAH/UFRN levou à realização I Colóquio de Habitat na Reforma Agrária, em 2001, tendo sua terceira edição ocorrida em 2015, na Universidade de Brasília. Ali, diferentes experiências foram apresentadas associando a questão fundiária com a problemática da moradia, parcelamento e infraestrutura. Colocava-se o tema do "Habitat na Reforma Agrária" como um elemento central de conexão entre o território e o viver. Sua concretização dava-se na definição do desenho do parcelamento, na construção das habitações e no processo de participação dos sujeitos aliados a uma assessoria técnica habilitada e especializada.

Em São Paulo, próximo dos grandes centros consumidores, emergiu a proposição da Comuna da Terra. Essa centrava sua discussão na lógica de organização física e social que se aproximava do planejamento de serviços urbanos, cuja produção de alimentos agroecológicos se apresentava como alternativa para as famílias. As experiências registradas nos assentamentos Dom Tomas Balduíno, no município de Franco da Rocha, e Sepé Tiarajú, em Ribeirão Preto, ambos no estado de São Paulo, denotam os diferentes vieses que a questão fundiária e ambiental pode incorporar em áreas próximas ao adensamento urbano. À espreita do mercado imobiliário e da tensão cotidiana resultante da pressão urbana, o assentamento se constitui numa relação de complementaridade campo-cidade, no qual, com parcelas de menor tamanho, busca-se a cooperação e união para viabilizar a produção de alimentos. (CONCRAB, 2004c; GOLDFARB, 2007).

À medida que o debate sobre o novo modelo de assentamento e a elaboração dos PDAs ia se disseminando nas regiões, a temática da agroecologia aparecia, cada vez mais, como estratégia de resistência. Logo, se verificaria que essa estratégia seria tomada como uma importante perspectiva para os novos territórios que se formavam nos assentamentos. Esse novo assentamento buscava dialogar com aspectos ambientais e produtivos, cuja cooperação se baseava numa relação cotidiana de ajuda mútua e o desenho dos lotes e das casas como elemento complementar. Abria-se espaço, assim, para se construir a experiência dos Centros Irradiadores da Agrobiodiversidade – Cimas (CORREA, 2007). Os Cimas se constituiriam numa nova estratégia de estímulo ao manejo ambiental e produção de sementes, e visava contribuir na organização dos assentamentos rurais que perdurou com maior evidência entre 2003 e 2006.

O Plano de Desenvolvimento dos Assentamentos já não é mais uma exigência no processo de implantação dos mesmos. Na prática, vinham sendo usados pelo Incra, quase que exclusivamente, para o licenciamento ambiental. Com a mudança dos procedimentos para implantação de assentamentos, por meio da resolução Conama n° 458 de 16 de julho

de 2016, tornaram-se desnecessários para o órgão. Outra razão está relacionada a própria pressão social exercida a partir das necessidades imediatas das famílias, que após longo período de espera em acampamentos, resistiam a esperar por longos períodos de estudos e discussões. Embora ainda esteja válida a Lei 8629/93, não há novas menções ou orientações sobre os procedimentos de elaboração do PDA ou para os parcelamentos.

Com isso, nos processos de aquisição de terras passou a ser exigido apenas o Estudo de Capacidade de Geração de Renda – ECGR, acompanhado de uma proposta de pré-parcelamento. Porém, tal orientação não teve muita efetividade, entrando numa espécie de 'limbo' normativo, com a ausência de orientações sobre o desenho e a configuração deste novo habitat como elemento de desenvolvimento. O que existe são apenas normas técnicas simplificadas, relacionadas ao módulo para cada estado ou região. Em Goiás, por exemplo, foi possível identificar a norma técnica n° 05/2012 como orientação normativa para adoção de módulos familiares. Em outros estados, segue-se da mesma forma. Assim, as experiências executadas com maior rigor técnico e participação no planejamento tornam-se as referências para pensar a própria reforma agrária.

Considerações finais

A proposição de um modelo de assentamento construída pelo MST enfrentou diferentes resistências, tanto institucionais, quanto fundiárias e ambientais. As diferentes temporalidades dos atores envolvidos geravam, por vezes, morosidades no processo, levando à exaustão as famílias no processo planejamento. No assentamento, as famílias estão menos propensas a reuniões frequentes, uma vez que os seus afazeres se definem para sua reprodução social. No acampamento, ao contrário, a participação nas ações e nas decisões coletivas é condição para a conquista da terra e vivida, permanentemente.

O exercício da participação e da autonomia também é algo difícil, pois faz-se necessária também a participação no processo de formação e emancipação, para que a luta do MST faça sentido e seja bem sucedida. A experiência do PA Canudos revelou a complexidade da disputa fundiária, econômica e ambiental, assim como as demais apresentaram novas preocupações relacionadas à proximidade com o universo urbano, devido aos mecanismos decisórios ou à concepção de habitação.

Por fim, o que marca os assentamentos de reforma agrária é a sua situação de conflitualidade[5], presente em todas as etapas de sua constituição. Por isso mesmo, a

[5] Sobre conflitualidade ver Bernardo Mançano Fernandes - Questão Agrária: Conflitualidade e desenvolvimento territorial – 2004. Disponível em:

participação social se torna parte fundante do processo de construção coletiva e das práxis de formação do sujeito, gerando novas perspectivas de vida e de produção, cuja relação com a natureza baseia-se em laços de solidariedade e cooperação.

Para além das experiências expressas e vivenciadas pelos assentados e pelo MST como entidade de luta pela reforma agrária, as novas estratégias de incorporação da questão ambiental constituem-se em elemento de estratégia e de resistência na reforma agrária, cujo marco vai se consolidando nas proposições da agroecologia.

Uma das preocupações que está no centro do debate na atual conjuntura está relacionada a MP 759/2016 que dispõe sobre a regularização fundiária e urbana. Se de um lado poderá representar segurança jurídica e maior grau de autonomia para as famílias seguirem sua vida e produção, independentemente do INCRA, de outro, pode significar a ameaça da mercantilização de terras, sobretudo, pelo interesse capitalista de expansão da monocultura da soja na região. Todavia, trata-se de um debate ainda em andamento.

Referências

ANDRADE, Sarah Andrade; BORGES, Amadja Henrique; MEDEIROS, Cecília Marilaine Rego; CERQUEIRA, Maria Cândida Teixeira de. Espaços livres públicos em assentamentos rurais: a experiência do Rosário. In **Revista Habitat no Campo, nas Águas e nas Florestas**. DOI: http://dx.doi.org/10.18830/issn.1679-0944.n17.2016.12. 10p.

ARAUJO JUNIOR, Miguel Etinger de; DMITRUK, Erika Juliana; MOURA, João Carlos da Cunha. **A lei do babaçu livre:** uma estratégia para a regulamentação e a proteção da atividade das quebradeiras de coco no estado do Maranhão. Sequência (Florianópolis) [online]. 2014, n.68, p.129-157.

BERTOLINI, Valéria Andrade, CARNEIRO, Fernando Ferreira. Considerações sobre o planejamento espacial e a organização da moradia dos assentamentos de reforma agrária no DF e entorno. In **Revista Libertas**, Juiz de Fora, edição especial, p. 202 - 226, Fev.,2007.

BORGES, Amadja Henrique; MEDEIROS, Cecília Marilaine Rêgo de; OLIVEIRA, Márcia. Silva; ANDRADE, Sarah de Andrade e. **Possibilidades de apropriação do habitat em assentamentos rurais no Brasil**. In: Anais da I Conferência Latino-Americana e Europeia sobre Edificações e Comunidades Sustentáveis, 2015, Guimarães. Luís Bragança, Andrea Naguissa Yuba, Cristina Engel de Alvarez, 2015. v. 2. p. 863-872. Disponível em: < http://civil.uminho.pt/euro-elecs-2015/files/Euro-ELECS_2015-Proceedings_Vol2.pdf>. Acesso em: 29 mai. 2017.

BRASIL. Medida Provisória 2027_42 de 28 de setembro de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/antigas/2027-42.htm – Acesso: 2 jan. 2018.

CALANDINO, Danielle; WEHRMANN, Magda; KOBLITZ, Rodrigo. **Contribuição dos assentamentos rurais no desmatamento da Amazônia:** um olhar sobre o estado do Pará. Desenvolvimento e Meio Ambiente, Curitiba: Editora UFPR, v. 26, p. 161-170, jul./dez. 2012.

CERQUEIRA, Maria Cândida Teixeira de; BORGES, Amadja Henrique Borges. **Experiência em assistência técnica para habitats de reforma agrária:** universidade, estado e

http://bibspi.planejamento.gov.br/bitstream/handle/iditem/564/Quest%C3%A3o%20agr%C3%A1ria_conflitualidade%20e%20desenvolvimento%20territorial.pdf?sequence=1&isAllowed=y

movimento social. IV ENANPARQ, 2016. Disponível em: http://www.anparq.org.br/dvd-enanparq-4/SESSAO%2022/S22-03-CERQUEIRA,%20M;%20BORGES,%20A;%20MARILAINE,%20C.pdf

COCA, Estevan L. de F. **Territorialidades camponesas nos tipos de assentamentos rurais do território Cantuquiriguaçu, estado do Paraná, Brasil**. Revista Digital GeoGraphos. Vol 4, n° 48, 2013. p. 383-410.

CONCRAB. **A constituição e o desenvolvimento de formas coletivas de organização do trabalho em assentamentos de reforma agrária**. Caderno de Cooperação Agrícola nº 11. São Paulo: Concrab, 2004a.

CONCRAB. **O que levar em conta para a organização do assentamento – a discussão no acampamento.** Caderno de Cooperação Agrícola n º 10. São Paulo: Concrab, 2001.

CONCRAB. **Construindo o Planejamento Participativo do Assentamento:** Processo de Planejamento e Organização do Assentamento – PPOA (Metodologia para a elaboração dos "PDAs e PRAs"). Caderno de Cooperação Agrícola nº 13. São Paulo: Concrab, 2004b.

CONCRAB. **Novas formas de assentamentos:** a experiência da Comuna da Terra. Caderno de Cooperação Agrícola nº 15. São Paulo: Concrab, 2004c.

CONSTESINI, Leonardo. **Fordlândia:** a história da cidade utópica que Henry Ford construiu na Amazônia, 2014. Disponível em: https://www.flatout.com.br/fordlandia-a-historia-da-cidade-utopica-que-henry-ford-construiu-na-amazonia/. Acesso em: 12 jul. 2017

CORREIA, Ciro Eduardo. **O MST em Marcha para a Agroecologia:** uma aproximação à construção histórica da Agroecologia no MST. 2007. 61 p. Dissertação de Mestrado (*Curso Master en Agroecologia: um enfoque sustentable de la agricultura ecológica*)- Universidade Internacional de Andaluzia e Universidade de Cordobá, Espanha, 2007

COSTA NETO, C. P. L.; CANAVESI, F. **Sustentabilidade em assentamentos rurais**. O MST rumo à "reforma agrária agroecológica" no Brasil? In: ALIMONDA, H. (Org.).

DUARTE, Élio Garcia. **Do mutirão à ocupação de terras:** Manifestações Camponesas Contemporâneas em Goiás. São Paulo: USP/FFLCH, 1998. (Tese de Doutorado) Ecologia Política: naturaleza, sociedad y utopia. México: Clacso, 2002. p. 203-215

FATORELLI, Leandra; MERTENS, Frédéric. Integração de políticas e governança ambiental: o caso do licenciamento rural no Brasil. **Ambiente & Sociedade.** Campinas v. XIII, n. 2 p. 401-415 jul-dez. 2010.

FERNANDES, Bernardo M. MST: **Formação e reterritorização**. São Paulo: Hucitec, 1999.

GERMANI, Guiomar I. Assentamentos de reforma agrária: produção de novos espaços de vida e de conflitos. Bahia: UFBA: 2001.In **Revista Fórum Social Mundial:** como é possível um novo mundo. São Paulo: Ed. Vozes, no. 6, vol. 95, 2001,

GOLDFARB, Yamila. **A luta pela terra entre o campo e a cidade:** as comunas da terra do MST, sua gestação e principais desafios. Tese. USP/FFLCH, 2007. Disponível em: file:///C:/Users/Novo/Downloads/TESE_YAMILA_GOLDFARB_PARTE_I.pdf. Acesso em: 28 mai. 2017.

HORA, K. E. Aqui e Acolá - Áreas Reformadas, Territórios. **Reterritorialização e a construção do lugar –** um debate entre projetos de assentamentos rurais e empreendimentos rurais do Banco da Terra em Goiás. Dissertação. Goiânia: dissertação. IESA/UFG, 2003.

HORA, Karla E. R. **Projeto Mulheres do Cerrado:** gênero e recursos hídricos em áreas de reforma agrária em Goiás. Relatório Final. Goiânia, 2012.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; UFG – Universidade Federal de Goiás. **Plano de Desenvolvimento do Assentamento Canudos**. Goiânia, UFG/INCRA, 2003.

INCRA. **Norma de Execução DT nº 69/2008**. Publicação: Diário Oficial, Boletim de Serviço, em 13 -03-2008.

INCRA. **Norma de Execução Nº 39**, de 30 de março de 2004. Publicação: Diário Oficial nº 84, Seção 1, p. 53, de 04-05-2004.

INCRA. **Norma de Execução/nº 02**, de 28 de Março de 2001. Publicação: Diário Oficial n° 65, de 3/4/2001, seção 1, pág. 15 e Boletim de Serviço n° 15, de 9/4/2001.

INCRA. **II Plano Nacional de Reforma Agrária:** Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural. Brasília, 2005.

INCRA. **Lista de assentamentos rurais no Brasil**. Banco de dados on line. Disponível em: http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php. Acesso em: 24 mai. 2018.

LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. sl: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

LEFF, Henrique. **Saber Ambiental:** sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

LEITE, S. et.al. **Impactos dos assentamentos:** um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília: NEAD/MDA, 2004.

MAURO, Rogério Antônio. **Projeto qualificação da produção e de empreendimentos econômicos em assentamentos de reforma agrária do estado de Goiás**. Relatório Final. Goiânia, 2012.

Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. **Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para um novo mundo rural**. Brasília,1999.

Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. **Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário**, 2014. Disponível em: http://www.mda.gov.br/pndrss/principal.pdf. Acesso em: 11 ago. 2017.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história:** suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo: Martins Fontes; Brasília: Ed. UNB, 1982.

OLIVEIRA, Victor Tomaz. **Conflito de usos em áreas de preservação permanente de assentamentos rurais e demais áreas em bacias hidrográficas de Goiás**. Dissertação. EECA/UFG, 2013.

OXFAM. Desterrados: ***Tierra, poder y desigualdad en América Latina***. Londres, Reino Unido: Oxfam GB, 2016.

OXFAM. **Relatório Terreno da Desigualdade:** Terra, Agricultura e Desigualdades no Brasil Rural, 2016. Disponível em: https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/relatorio-terrenos_desigualdade-brasil.pdf. Acesso em: 24 mai. 2017.

SANTOS, Rozely Ferreira dos. **Planejamento Ambiental** – teoria e prática. São Paulo: Oficina de Textos, 2004.

SCALIZE, Paulo Sérgio, HORA, Karla E. R.et al. Avaliação da qualidade da água para abastecimento no assentamento de reforma agrária Canudos, Estado de Goiás. **Rev. Ambient. Água** [online]. 2014, vol. 9, n. 4, p. 696-707. ISSN 1980-993X. http://dx.doi.org/10.4136/ambi-agua.1386.

SOUSA, Ana Cláudia Lima de; HORA, Karla Emmanuela Ribeiro. **Mulheres do cerrado: gênero e recursos hídricos em assentamentos de reforma agrária em Goiás -**

habitabilidade e recursos hídricos em áreas rurais sob perspectiva de gênero. Relatório Final. EECA/UFG, 2012.

Sobre os autores

Karla Emmanuela Ribeiro Hora – Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC - Goiás); Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG); Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná (UFPR); Professora Associada I na Escola de Engenharia Civil e Ambiental da Universidade Federal de Goiás (UFG). **OrcID** – https://orcid.org/0000-0002-4410-3728

Rogério Antônio Mauro – Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Especialização em Estudos Latino Americanos pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Mestrado em Economia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp); Doutorando em Geografia na Universidade Federal de Goiás (UFG); Professor de Economia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano). **OrcID** – https://orcid.org/0000-0002-2459-673X

Manoel Calaça - Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG); Mestrado em Geografia pelo Instituto de Geociências e Ciências Exatas de Rio Claro; Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp); Professor titular da Universidade Federal de Goiás (UFG). **OrcID** – https://orcid.org/0000-0002-3352-202X

Como citar este artigo

HORA, Karla Emmanuela Ribeiro; MAURO, Rogério Antônio; CALALA, Manoel. Desafios para o parcelamento dos assentamentos de reforma agrária sob a perspectiva ambiental a partir da experiência do MST em Goiás. **Revista NERA**, v. 22, n. 49, p. 140-167, 2019.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos (as) autores (as). As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. A autora **Karla Emmanuela Ribeiro Hora** ficou especialmente responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual, além de coleta e interpretação de dados; o segundo autor **Rogério Antonio Mauro** por procedimentos técnicos, revisão crítica e tradução do artigo e o terceiro **Manoel Calaça**, pela aquisição de dados, interpretação e revisão final.

Recebido para publicação em 13 de julho de 2018.
Devolvido para a revisão em 05 de outubro de 2018.
Aceito para a publicação em 04 de novembro de 2018.

Benefícios e entraves do programa de aquisição de alimentos (PAA) no município de Diamantino-MT

Paulus Vinicius da Silva
Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT) – Diamantino, Mato Grosso, Brasil.
e-mail: paulus.vini@hotmail.com

Cleci Grzebieluckas
Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT) – Tangará da Serra, Mato Grosso, Brasil.
e-mail: cleci@unemat.br

Josiane Silva Costa dos Santos
Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT) – Diamantino, Mato Grosso, Brasil.
e-mail: josiane.santos@unemat.br

Resumo

O objetivo do estudo foi identificar as percepções dos agricultores familiares quanto aos benefícios e entraves do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em Diamantino-MT. A pesquisa caracteriza-se quanto ao tipo descritiva com abordagem qualiquantitativa, os instrumentos de coleta foram formulário e entrevistas semiestruturadas. Objeto de estudo foram todos os agricultores rurais vinculados ao PAA na modalidade Compra com Doação Simultânea (CDS) do município. Também foram entrevistados representantes da Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (EMPAER). Os agricultores consideram que esta política pública influencia positivamente, pois garante a comercialização com preço justo, permanência na propriedade, aumento e diversificação da produção e consequentemente da renda, proporcionando ampliação da residência, aquisição de equipamentos, veículo, saldar dívidas e melhorias de infraestrutura em geral. Por outro lado, os entraves percebidos foram o baixo valor da cota de comercialização, morosidade na gestão e ausência de assistência técnica no processo de produção.

Palavras-chave: Percepção; PAA; políticas públicas.

Entries and benefits of the food acquisition program (PAA) in the municipality of Diamantino-MT

Abstract

The aim of the study was to identify the perceptions of family farmers regarding the benefits and obstacles of the *Programa de Aquisição de Alimentos* (PAA), a program of food acquisition in Diamantino-MT. The research is characterized as the descriptive type with a qualitative-quantitative approach, the data collection instruments were form and semi-structured interviews. The study object was all the rural farmers signed in the PAA in the modality named Simultaneous Donation Purchase (SDP) of the municipality. We also interviewed representatives of EMPAER (Company of Research, Assistance and Rural Extension of Mato Grosso). Farmers consider that this public policy influences positively, since it guarantees the fair price marketing, permanence in the property, increase and diversification of the production and consequently the income, providing the enlargement of the residence, acquisition of equipment, vehicle, to pay debts and improvements of infrastructure. On the other hand, the perceived obstacles were the low value of the trading

quota, slowness in the management and absence of technical assistance in the production process.

Keywords: Perception; PAA; public policy.

Beneficios y obstáculos del programa de adquisición de alimentos (PAA) en el municipio de Diamantino-MT

Resumen

El objetivo del estudio fue identificar las percepciones de los agricultores familiares en cuanto a los beneficios y obstáculos del Programa de Adquisición de Alimentos (PAA) en Diamantino-MT. La investigación se caracteriza en cuanto al tipo descriptivo con abordaje cualiquantitativo, los instrumentos de recolección fueron formularios y entrevistas semiestructuradas. El objeto de estudio fueron todos los agricultores rurales vinculados al PAA en la modalidad Compra con Donación Simultánea (CDS) del municipio. También fueron entrevistados representantes de la Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Asistencia y Extensión Rural (EMPAER). Los agricultores consideran que esta política pública influye positivamente, pues garantiza la comercialización con precio justo, permanencia en la propiedad, aumento y diversificación de la producción y consecuentemente la remuneración, proporcionando ampliación de la residencia, adquisición de equipamientos, vehículo, saldar deudas y mejoras de infraestructura en general. Por otro lado los obstáculos percibidos fueron el bajo valor de la cuota de comercialización, morosidad en la gestión y ausencia de asistencia técnica en el proceso de producción.

Palabras-clave: Percepción; PAA; políticas públicas.

Introdução

As políticas públicas são instrumentos essenciais para superar os entraves constantes no crescimento econômico, oportunizam à sociedade avanços no desenvolvimento com justiça (DELGADO; THEODORO, 2005), viabilizam o consumo popular, aumentam o poder aquisitivo das famílias e reduzem a pressão da oferta de mão de obra sobre o mercado de trabalho, favorecendo a maior produtividade (BRASIL, 2003). Geralmente envolvem mais do que uma decisão e requerem diversas ações, estrategicamente escolhidas, para executar as decisões tomadas (RUA, 2012). Políticas públicas são análises que provocam respostas à questões: quanto? quem ganha o quê? por que? que diferença faz quando aplicada? (LASWELL, 1936). São um conjunto de ações do governo que podem causar resultados peculiares (LYNN, 1980) e, a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou por meio de comissão, influenciam a vida dos cidadãos (PETERS, 1999).

A partir dos anos 1990 é que as políticas públicas foram incorporadas ao meio rural brasileiro com maior intensidade, estímulando a participação dos produtores rurais, gerando organização coletiva, contribuindo com a segurança alimentar e perspectivas territoriais (HESPANHOL, 2009). É um campo do conhecimento que busca, quando necessário,

colocar o governo em ação analisando aquelas que são variáveis independentes ou dependentes e ao mesmo tempo propor mudanças no curso dessas ações. Por fim, quando uma política pública é desenhada e formulada, geram planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas, que quando postas em ação, são implementadas, acompanhadas e avaliadas (SOUZA, 2006).

Uma das primeiras e a mais conhecida política pública elaborada para a agricultura familiar, é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que permite o acesso a recursos financeiros e programas que beneficiam o agricultor familiar, assentados da reforma agrária e povos de comunidades tradicionais, que podem fazer financiamentos de forma individual ou coletiva (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA, 2015). Existem outras políticas que contribuem com o avanço da agricultura familiar (Quadro 1).

Quadro 1: Políticas Públicas voltadas para a Agricultura Familiar

Nome	Ano	Regulamentação
Formalização do Trabalho Rural	1973	Lei nº 5.889
Política Agrícola	1991	Lei nº 8.171
Propriedade Territorial Rural Imposto e pagamento das dívidas por Títulos da Dívida Agrária	1996	Lei nº 9.393
Programa Nacional de Fortalecimento Agricultura Familiar (PRONAF)	1996	Decreto nº 1.946
Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra	1998	Lei Comp. nº 93
Programa de Desen. Sustentável dos Territórios Rurais (PDSTR)	2000	Decreto nº 3.508
Programa Garantia de Safra	2002	Lei nº 10.420
Programa Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e repactuação e alongamento dívidas de operações de crédito rural	2003	Lei nº 10.696
Política Nacional de Assist. Técnica e Extensão Rural (PNATER)	2003	Lei nº 12.188
Programa Luz para Todos	2003	Decreto nº 4.873
Programa Arca das Letras	2003	Min. Desen. Agrário
Sistema Nacional de Sementes e Mudas	2003	Lei nº 10.711
Agricultura orgânica	2003	Lei nº 10.831
Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais	2006	Lei nº 11.326
Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN	2006	Lei nº 11. 346
Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF)	2006	Decreto nº 5.996
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	2009	Lei nº 11.947
Programa de Garantia da Atividade Agropecuária da Agricultura Familiar / Seguro da Agricultura Familiar (PROAGRO / SEAF)	2009	Lei nº 12.058
Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)	2010	Lei nº 12.188
Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR)	2011	Lei nº 12.424
Programa Nac. Acesso ao Ensino Tec. e Emprego (PRONATEC)	2011	Lei nº 12.513
Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO)	2012	Decreto nº 7.794
Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER)	2013	Lei nº 12.897

Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

O Programa de Aquisição de Alimentos é um instrumento de política pública que tem como objetivos promover a inclusão social no campo, garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessários às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional, por meio do fortalecimento da agricultura familiar (BECKER; ANJOS, 2010).

O PAA é uma inovação no campo das políticas públicas, pois diferentemente de outras políticas, desburocratiza os processos, dispensa licitação e contribui para a redução da fome, tornando-se uma via de mão dupla, tanto aos produtores quanto receptores dos alimentos. Articula os gastos públicos com a produção advinda da agricultura familiar, estimulando o desenvolvimento, garantindo a comercialização dos produtos e oportunizando o direito humano à alimentação (MENEZES et. al., 2012). Auxilia no abastecimento da rede pública de alimentação, nutrição, ensino, formação de cestas de alimentos e ainda para a formação de estoques públicos (MDA, 2015). Diante do exposto, o objetivo do estudo foi identificar quais os benefícios e entraves percebidos pelos participantes do PAA do município de Diamantino-MT.

Justifica-se em razão da relação das políticas públicas com o desenvolvimento rural que pode intervir nos aspectos socioeconômicos dos agricultores familiares, e dependendo da forma como é conduzida pode interferir positiva ou negativamente na vida destes agricultores. Portanto, conhecer quais os benefícios e dificuldades pode auxiliar os gestores nas tomadas de decisões para melhorias do programa e ou na criação de novas políticas públicas.

Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

Sancionado pela Lei nº 10.696/03, o PAA objetiva incentivar e valorizar os alimentos produzidos pela agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica, social, estímulo à produção com sustentabilidade, o manufaturamento de alimentos e geração de renda (BRASIL, 2003). Promove o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessária às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável (BRASIL, 2011).

Dentre seus principais objetivos está o combate à miséria, visto integrar o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e o Programa Fome Zero advindos de debates ocorridos no Brasil na década de 1990. Busca garantir a segurança alimentar e nutricional da população brasileira que se encontra em situação de risco socioeconômico alimentício, bem como promover o reconhecimento da agricultura familiar (OLIVEIRA; BERGAMASCO, 2014; BRASIL, 2012; MENEZES; SANTARELLI, 2012; GRISA et. al., 2010).

A promoção alimentar compreende a compra governamental dos alimentos oriundos da base familiar, que fornece alimentos às escolas, formação de estoques públicos, o fortalecimento dos circuitos locais e regionais das redes de comercialização e o

apoio à formação de estoques pelas cooperativas e/ou demais organizações formais da agricultura familiar (BRASIL, 2012; CONAB, 2017).

O Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos (GGPAA) é composto por representantes do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), Ministério da Fazenda (MF), Ministério da Educação (MEC) e da Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) (BRASIL, 2007). Os agricultores familiares podem acessar o Programa em diversas modalidades conforme Tabela 1.

Tabela 1: Modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

Modalidade	Funcionamento
Compra com Doação Simultânea – CDS	Quando a modalidade é executada por unidade familiar o valor de comercialização é de R$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais) e por organização fornecedora, por ano, respeitados os limites por unidade familiar e valor de até R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).
Compra Direta – CD	Quando a modalidade é executada por unidade familiar o valor de comercialização é de R$ 8.000,00 (oito mil reais) e por organização fornecedora, por ano, respeitados os limites por unidade familiar valor de até R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).
Apoio à formação de Estoques – CFE	Quando a modalidade é executada por unidade familiar o valor de comercialização é de R$ 8.000,00 (oito mil reais) e por organização fornecedora, por ano, respeitados os limites por unidade familiar e valor de R$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), sendo a primeira operação limitada à R$ 300.000,00 (trezentos mil reais).
PAA Leite	A produção máxima deve ser de 150L de leite/dia e possuir comprovante de vacinação dos animais, com valor de participação até R$ 4.000,00, por semestre. Caso este valor não seja utilizado totalmente no semestre.
Compra institucional – CI	Quando a modalidade é executada por unidade familiar o valor de comercialização é de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) por ano, por órgão comprador e por organização fornecedora, por ano, respeitados os limites por unidade familiar e valor de até R$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) por órgão comprador.
PAA Sementes	Quando a modalidade é executada por unidade familiar o valor de comercialização é de R$ 16.000,00 (dezesseis mil reais) por ano e quando organização fornecedora, respeitados os limites por unidade familiar e valor de até R$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) por órgão comprador.

Fonte: Adaptado de: CONAB (2017).

A CONAB é a operadora do PAA por meio de Termos de Execução Descentralizada (TED) junto a Secretaria Especial de Agricultura Familiar, do Desenvolvimento Agrário (SEAD) e do Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário (MDS/MDA) (CONAB, 2017). Como regra geral a aquisição dos alimentos dispensa o procedimento licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado, tanto local quanto regional, respeitado o valor máximo anual ou semestral para aquisições de alimentos, por unidade familiar ou por organização da agricultura familiar (BRASIL, 2012).

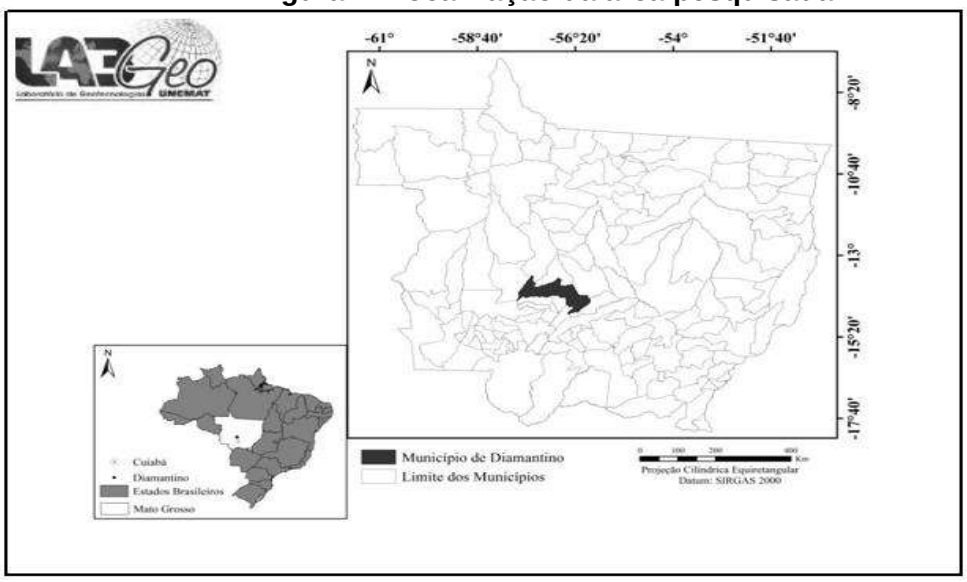
Além dos objetivos explícitos no programa, outros benefícios são: distribuição de renda, aquecimento da economia local, exploração mais racional do espaço rural, utilização de sistemas de produção sustentáveis (agroecológico, orgânico), incentivo à agrobiodiversidade, aproveitamento dos recursos, preservação da cultura alimentar regional e valorização das economias de pequenas escalas (GRISA et. al., 2001; BECKER et. al., 2009). Isto é, o PAA tem alcançado resultados positivos junto à agricultura familiar, proporcionando segurança de mercado, garantia de preços, autonomia e condições competitivas em relação aos intermediários (GRANDO, 2014).

Procedimentos metodológicos: área de estudo

A pesquisa foi realizada no município de Diamantino-MT, localizado a 190 km da capital Cuiabá-MT, na microrregião da Chapada dos Parecis, banhada por duas vertentes fluviais - Bacia Amazônica e Bacia do Prata. Possui área de 8.230 Km², nas coordenadas latitude 14°24”43 e longitude 56°26”53 (Figura 1). No período de 1719 a 1728 pertencia ao município de Cuiabá e em 18 de setembro de 1728 se tornou oficialmente município (SILVA, 2011). O mesmo possui caracterização macroeconômica diversificada e singular dentro do estado com os setores: indústria alimentícia, suinocultura, pecuária, agricultura, setor de serviços privado e público (SILVA, 2011).

O município é também polo educacional, em razão da presença da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT), Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia (SECITEC), Universidade Aberta do Brasil (UAB), com cursos da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) e UNEMAT e uma faculdade particular, a Faculdade Integrada de Diamantino (FID).

Figura 1: Localização da área pesquisada



Fonte: Lab. Geo Unemat (2017).

A população estimada é de 20.341 habitantes, destes 15.895 na área urbana e 4.446, rural (IBGE, 2010). Possui dois biomas, Cerrado e Amazônia e faz fronteira com os municípios de São José do Rio Claro, Nova Maringá, Nova Mutum, Alto Paraguai, Nortelândia, Nova Marilândia, Nobres e Campo Novo do Parecis (ATLAS BRASIL, 2013).

Caracterização da pesquisa

A pesquisa se caracteriza como descritiva, com abordagem qualiquantitativa. As pesquisas descritivas buscam investigar, analisar, registrar e classificar os fatos ou fenômenos sem a interferência do pesquisador. As pesquisas quantitativas têm como característica quantificar tanto a coleta quanto o tratamento dos dados, por meio de técnicas simples, como percentual, média, fluxo de caixa e outras (RICHARDSON, 1999).

Já as pesquisas qualitativas respondem questões muito particulares, mensurando o nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Atua no universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes da realidade social, distinguindo o ser humano não só por agir, pensar, mas como faz e interpreta suas ações, provendo um conhecimento mais profundo de um fenômeno, produzindo um alto nível de detalhe (MINAYO et al, 2009; CRESWELL, 2007). Os dados qualitativos foram interpretados por meio de análise de conteúdo (MARCONI; LAKATOS, 2002).

A pesquisa foi realizada com todos os produtores rurais (25) ligados ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na modalidade Compra com Doação Simultânea (CDS), vinculados a Associação dos Mini e Pequenos produtores rurais do Córrego Grande e

também com representantes da Empresa Matogrossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (EMPAER) e um líder comunitário.

A associação está localizada a 11 km do município, na comunidade Córrego Grande, composta por associados de várias comunidades conforme apresentado no Quadro 1. Para preservar o anonimato dos entrevistados a identificação foi realizada por números, de 1 a 25.

A fim de demonstrar a movimentação econômica do PAA na economia local dos períodos existentes, os valores foram corrigidos ao valor presente, com base no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), usando a calculadora do cidadão disponível no Banco Central do Brasil (BACEN, 2017b).

Quadro 2: Distribuição dos participantes por comunidade

Assentamentos	Qtde	Distância da Cidade
PA-Diocese	12	15 km
Comunidade Córrego Grande	04	15 km
PA-Bojuí	03	35 km
Comunidade - Arredores	02	10 km
Comunidade Saltinho	02	15 km
Comunidade Caju	01	10 km
Comunidade Buriti	01	07 km
Total	**25**	

PA=Assentamento Federal – INCRA; PE Assentamento Estadual - INTERMAT
Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Os instrumentos de coleta foram formulários mistos aplicados aos agricultores e entrevistas semiestruturadas realizadas com representantes da EMPAER e com um líder comunitário. Os pesquisados foram convidados a participar da pesquisa, em concordância foi solicitada a adesão ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) com garantia de anonimato destes, autorização de registros fotográficos do local e divulgação dos dados fornecidos. A pesquisa foi submetida à análise pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) e aprovada (Parecer CEP UNEMAT nº 2.2006.228/2017).

Resultados e discussões

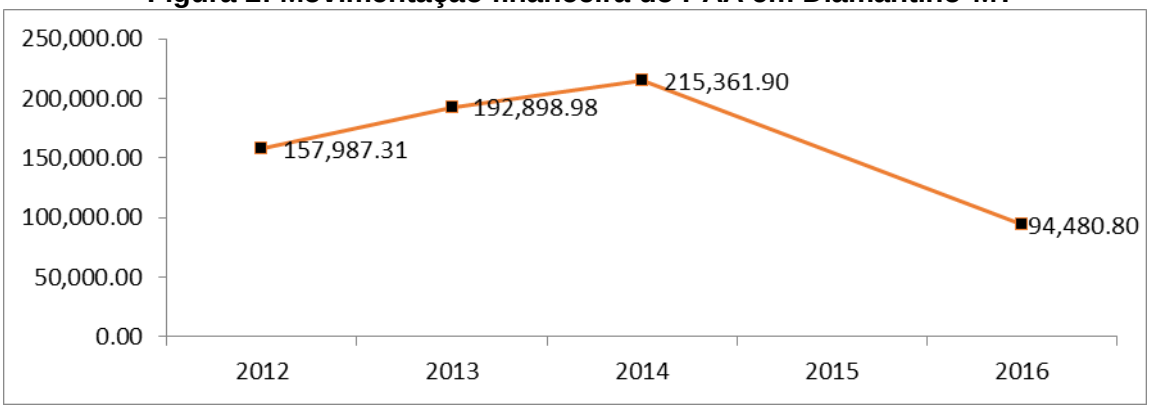
Histórico do Programa de Aquisição Alimento em Diamantino

Em Diamantino o PAA teve início com a Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais da Gleba Caeté, no ano de 2010, comercializando produtos como: iogurte artesanal, doce de abóbora, doce de leite, limão Taiti e queijo. Os beneficiários eram escolas, associações beneficentes e instituições filantrópicas (CONAB, 2010). No entanto, a

Associação desenvolveu outro projeto, interrompendo a continuidade na modalidade Compra com Doação Simultânea do PAA.

A partir de 2012, a EMPAER iniciou um trabalho de orientação e informação sobre o PAA, uma vez que 92% dos agricultores declaram conhecer o programa através da instituição. Surgindo assim, a Associação dos Mini e Pequenos Produtores do Córrego Grande que aderiu ao programa está em seu quarto projeto com entregas semanais, o que já movimentou cerca de R$ 660.728,99 mil (corrigidos com base da taxa SELIC- BACEN) na economia local conforme Figura 2.

Figura 2: Movimentação financeira do PAA em Diamantino-MT



Fonte. Dados da pesquisa (2017).

Aproximadamente 40 produtores familiares já participaram do Programa, uma média de 26 participantes por projeto. Os produtos comercializados são distribuídos em escolas municipais, instituições filantrópicas e associações.

Contudo, considerando o êxito do programa e o número de estabelecimentos familiares no município (679) (EMPRESA MATO-GROSSENSE DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA E EXTENSÃO RURAL – EMPAER, 2015), apenas 5,9% tiveram acesso ao programa, o que demonstra grande oportunidade de expansão no município.

Já foram produzidos e comercializados mais de 60 gêneros alimentícios, dentre os de maior produção para o período estão: a banana da terra, abóbora comum, alface crespa, raiz de mandioca e rúcula. No trabalho de Becker e Anjos (2010), destacam-se as hortaliças e frutas como produtos fornecidos pela maioria das famílias, seguidos dos grãos, raízes, tubérculos e produtos agroindustrializados. Em Debus et. al., (2016) com maior produção: carnes (29,6%), hortaliças (25,9%), panificados (18,5%), frutas (11,1%), massas (11,51%) e outros (3,7%).

Para 56% dos entrevistados a participação na associação tem como objetivo fortalecer a comunidade, 44% participar do programa e garantir a comercialização dos

alimentos. Dado similar foi identificado por Carvalho (2017), visto que 50% dos agricultores entrevistados participam da organização fornecedora, como cooperados.

O trabalho coletivo e práticas solidárias entre grupos facilitam o processo produtivo, propiciam melhores relacionamentos com o mercado, instituições, assistência técnica e sociedade de modo geral (LAZZAROTTO, 2002). A existência da associação ou cooperativa impulsiona o anseio de que a defesa de um bem comum supõe a ação coletiva e juntos é possível encontrar melhores soluções para os conflitos que a vida em sociedade exige, do que individualmente (CHANIAL; LAVILLE, 2009).

Os produtos com maior comercialização no PAA, no período de 2012 a 2016, foram banana da terra, abóbora comum e alface crespa. Por outro lado, os com menores são abóbora moranga, cenoura e cará. Já no estudo do Scheuer et. al (2016), em São Jose dos Quatro Marcos-MT, são: banana, mandioca e milho verde. Já em Tangará da Serra-MT a banana, mandioca e abóbora (RAMBO, 2016).

Benefícios do PAA apontados pelos participantes

Um dos benefícios apontados pelos participantes do PAA foi à diversificação dos produtos. Para 68% dos entrevistados, tal afirmação pode ser percebida, como mostra o apêndice A2. A variedade possui impacto positivo na diversidade alimentar, seja com a inserção de produtos regionais no cardápio ou mesmo outros que não faziam parte da alimentação, fato também percebido no estudo de Oliveira e Bergamasco (2014).

Outros benefícios apontados foram garantia de comercialização (46.8%), ganho econômico (34,4%) e preço justo (18,8%). Além disso, 80% dos agricultores alegaram que após o ingresso no programa aumentaram a produção. Rambo (2016) identificou que 92,86% dos entrevistados tiveram melhorias com a participação no Programa e 78,58% obtiveram melhorias no aspecto comercialização da produção. Becker e Anjos (2010) destacam que 50% das famílias pesquisadas afirmaram ter ampliado o número de cultivos a partir do ingresso no programa.

Realidade divergente foi encontrada no estudo de Rossi e Souza (2012), em que não identificaram aumento, estatisticamente significativo, na média da quantidade de produtos comercializados no PAA. Quanto à contratação da mão de obra, alguns agricultores (16%) alegaram contratar entre uma a duas pessoas para auxílio na produção, enquanto que no estudo de Oliveira e Bergamasco (2014) os agricultores não contrataram mão de obra. Já no estudo de Rambo (2016), 57,14% das famílias realizam a contratação de mão de obra conforme às demandas.

Das famílias entrevistadas, 92% acreditam que o Programa aumenta a perspectiva de permanência, pois para 64% a comercialização para o PAA representa mais de 50% da

produção total da unidade produtiva. Em Becker e Anjos (2010) 91,7% dos entrevistados afirmaram que o programa trouxe novas perspectivas para as suas atividades, assim como permanência da família no meio rural. Realidade similar foi identificada em Paranaíta – MT, por Oliveira e Bergamasco (2014), em que a participação no projeto também estimula o desejo de permanecer no campo.

O programa se mostra efetivo no fomento e manutenção das famílias no campo, contudo 64% comercializam somente no PAA, enquanto que em Tangará da Serra-MT apenas 35,71% vendem, entre 81 a 100% da produção, para o PAA (RAMBO, 2016). Já Scheuer (2015) indica que em São José dos Quatro Marcos 30,43% confirmaram que comercializaram a produção somente no PAA. Na Tabela 2 observam-se muitos outros benefícios percebidos e apontados pelos agricultores.

Tabela 2: Realizou melhorias na propriedade depois da participação no PAA.

Respostas	Qtde	Part (%)
Ampliação da casa	1	3,7
Compra de carro	2	7,4
Compra de equipamentos	5	18,5
Pagar contas	3	11,1
Infraestrutura	14	51,9
Não	2	7,4
Total	**27**	**100**

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Para Becker e Anjos (2010) o Programa exerceu influência positiva sobre os beneficiários, possibilitando a continuidade das atividades tradicionais, proporcionando melhorias e investimentos na unidade produtiva com a renda oriunda do fornecimento de alimentos ao PAA. Quando perguntados se o programa estimula a produzir mais, 80% responderam que sim, no entanto, ainda existem alguns entraves que poderiam ser amenizados, como outros meios de comercialização local.

E, por fim, quando indagados sobre o que acham dos alimentos serem doados às pessoas em vulnerabilidade alimentar e nutricional, 100% afirmou ser ótimo, como afirmou o entrevistado 17: "*bom, pois ajuda quem precisa de alimentos na cidade e nós aqui no campo que também precisamos vender e ter renda"*.

Entraves do PAA percebidos pelos participantes

Os principais entraves do PAA percebidos pelos participantes foram: o valor da cota de comercialização, morosidade no processo de gestão, pagamento coletivo e a ausência de assistência técnica durante o processo de produção, representando 78,38% dos entrevistados, conforme Tabela 3.

Em Tangará da Serra-MT Carvalho (2017) identificou que 67% dos entrevistados tiveram algum transtorno com a falta e/ou atraso nos pagamentos, 20% consideram os preços defasados, abaixo do mercado.

Tabela 3: Entraves do PAA percebidos pelos participantes

Descrição	Qtde	Part (%)
O valor da cota de comercialização baixo	16	43,24
Morosidade nos processos de gestão e pagamentos	7	18,92
Ausência de assistência técnica durante o processo de produção	6	16,22
Pagamento coletivo gerando atraso no pagamento individual	3	8,11
Alguns produtos subvalorizados	2	5,41
Falta de custeio inicial para produção	2	5,41
Falta de transporte subsidiado	1	2,70
Total	**37***	100

(*) Respostas múltiplas
Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Fato de destaque é a alegação dos agricultores quanto ao fato de não terem um local adequado para comercialização dos produtos além do PAA. Afirmam que o local existente está escondido, poucos frequentam, visto que não tem movimentação e pouca circulação de pessoas. Para o entrevistado 13: "*o lugar onde foi construída a feira é um local morto, não tem como vender ali*". O argumento é que "*A prefeitura deveria construir a feira em um lugar aberto de acesso a todos, na avenida principal*", ou "*deveria voltar ser na rua como era antes*". Tais alegações se dão pelo fato de que anteriormente a feira era realizada em frente a uma praça, na rua, o que para eles gerava maior movimentação, circulação de pessoas e venda de produtos.

Outra alegação é o fato de não conseguirem vender no comércio local. Devido à exigências burocráticas, muitos alegam, como o entrevistado 18 que: "*querem pagar muito pouco pelos produtos*" e "*o município deveria ter uma central para distribuir estes alimentos*" (entrevistado 8).

No estudo de Becker e Anjos (2010), realizado em municípios do extremo sul gaúcho, há uma similaridade nas alegações, pois mesmo com o fornecimento no PAA, a comercialização para os gêneros produzidos nos estabelecimentos investigados foi apontada como uma dificuldade pela maioria dos agricultores ouvidos. A reivindicação dos agricultores em aumentar os valores da cota de comercialização demonstra a importância em manter o programa, uma vez que poucas são as formas de comercialização da produção excedente no município. O Quadro 3 apresenta algumas falas dos entrevistados quanto a necessidade de aumentar o valor da cota de comercialização.

Quadro 3: Percepção de alguns entrevistados quanto ao valor da cota de comercialização

Entrevista 8	Ah, deveria ser maior, volta pelo menos o que era antes.
Entrevista 15	Se fosse maior ajudaria mais.
Entrevista 17	Este valor se fosse maior poderíamos produzir mais.

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Os entrevistados, do Quadro 3, alegam que deveria retornar o valor anterior ou aumentar, pois a cota de comercialização do Programa no último projeto (2013/2014) foi de R$ 6.500,00, já no período da pesquisa foi de R$ 4.500,00. Tal redução se deu por orientação da CONAB afirmando que, ao manter o valor do orçamento anterior, o objetivo era aumentar a participação de outros agricultores, na escala estadual (EMPAER, 2017).

Quanto aos valores de alguns produtos, no trabalho de Debus et al (2016) no município de Toledo-PR, foi identificado que 71,4% dos agricultores consideram bom o valor pago, distribuídos em todas as categorias de produtos; 33,4% consideram regular; 4,8% ótimo e 4,8% ruim. O Quadro 4 apresenta a percepção dos agricultores quanto a morosidade nos processos de gestão e pagamentos.

Quadro 4: Percepção de alguns entrevistados quanto à morosidade nos processos de gestão e pagamentos

Entrevista 5	Já entreguei o que produzi, mas não recebi porque tem quem não entregou ainda.
Entrevista 12	É melhor para todos receber conforme entrega.
Entrevista 18	Maior agilidade na prestação de conta para liberar o pagamento.

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

As alegações dos entrevistados do Quadro 4 são em razão de que muitos produzem e entregam conforme o projeto apresentado à CONAB, recebendo somente quando todos entregam os produtos o que deixa a sensação de serem prejudicados em razão da demora de alguns. A falta de informações sobre o programa, somado ao baixo volume de produção são alguns dos fatores que comprometem a entrega dos produtos, dificultando a liberação do recurso por parte do órgão gestor do programa (SILVA; FERREIRA, 2016). Tais problemas relatados podem resultar em desistência, assim como ocorreu na região de Tangará da Serra, em que 86% dos entrevistados decidiram interromper as entregas da produção para o PAA, alegando atrasos nos pagamentos (CARVALHO, 2017).

A falta de assistência técnica durante o processo de produção também foi registrada como um fator limitante, uma vez que alegaram receber visitas esporádicas apenas da EMPAER local. Realidade diferente foi encontrada no trabalho de Becker e Anjos

(2010) (RS), onde 93,3% dos entrevistados afirmaram receber algum tipo de assistência técnica.

No trabalho de Debus et al (2016) (PR), foi identificado que 76% dos entrevistados possuem assistência técnica considerada de boa qualidade. No Quadro 5 é apresentada a fala de alguns agricultores quanto a assistência técnica.

Quadro 5: Percepção de alguns entrevistados quanto ausência de assistência técnica durante o processo de produção

Entrevista 2	Tenho um produto com doença, se tivesse assistência resolveria.
Entrevista 6	Seria bom se tivesse um acompanhamento da produção.
Entrevista 9	Precisa de assistência técnica.

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Outro entrave percebido (Quadro 5) foi a ausência da assistência técnica, que na percepção deles, se houvesse maior acompanhamento reduziriam os riscos e as perdas de produção. Este entendimento corrobora com Sangalli et al (2014) e Sambuichi et al (2014), os quais declaram que a assistência técnica melhoraria a organização e a produção, proporcionando maior qualidade aos produtos e orientando um planejamento produtivo familiar mais adequado (SANGALLI et. al., 2014; SAMBUICHI et. al., 2014).

Quanto a coleta dos alimentos para entrega, o tipo de transporte é realizado predominantemente (96%) com carro utilitário e 4% carro de passeio. Para 72% dos entrevistados o transporte é realizado por intermediários, 20% pelo próprio produtor e 8% pela prefeitura. Carvalho (2017) identificou que um dos maiores entraves para participação no programa é o transporte, posto que existem produtores que optam por interromper suas entregas quando não possuem qualquer veículo de transporte.

Já no estudo de Moraes e Sant' Ana (2016) diversas formas foram identificadas para escoamento da produção, moto 25,9%, carro 18,5%, venda direta no lote 18,5%, caminhão de frigorífico ou armazém 14,8%, carroça 11,1%, ônibus 6,2%, resfriador instalado no lote 3,7% e até mesmo de bicicleta (1,2%).

Por fim as políticas públicas são essenciais para o desenvolvimento rural e a execução do Programa de Aquisição de Alimentos vem estimulando a agricultura familiar. A participação municipal e estadual contribui para organizar a intermediação produtiva, comercial, técnica, tecnológica ou mesmo produções agroindustriais locais. O conjunto dessas ações estimula o desenvolvimento do segmento rural local e regional, gerando postos de trabalho, diminuição da pobreza e insegurança alimentar, aquecimento da economia local e aumento do PIB e IDH municipal.

Considerações finais

A pesquisa permitiu identificar que apenas 5,9% dos 679 agricultores do município participaram do Programa de Aquisição de Alimentos. Cada projeto tem uma participação de 26 agricultores. O Programa movimentou mais de R$ 420.000,00 mil reais na economia municipal entre o período de 2012 a 2016.

Aproximadamente 60 gêneros alimentícios já foram comercializados. Dentre os alimentos de maior produção para o período estão: a banana da terra, abóbora comum, alface crespa, raiz de mandioca e rúcula. A participação na associação tem o caráter de fortalecer a comunidade e garantir a comercialização dos alimentos. Dado preocupante é a dependência do programa, 64% dos entrevistados têm mais de 50% da produção total comercializada pelo PAA. Tal fato é um alerta para o êxodo rural, visto que não tendo condições de se manter o campo, migra-se para a cidade em busca de maior qualidade de vida.

A percepção dos agricultores quanto aos benefícios demonstra que o programa oportunizou o aumento e a diversificação da produção, contratação de mão de obra para auxílio no processo produtivo, benfeitorias na ampliação da residência, aquisição de equipamentos, veículos, saldar dívidas e melhorias de infraestrutura. Outros benefícios foram a garantia de comercialização, ganho econômico, preço justo e perspectivas de permanência na propriedade.

Os entraves mais citados foram: o valor da cota de comercialização baixo, morosidade nos processos de gestão e pagamentos, ausência de assistência técnica durante a produção e o pagamento coletivo gerando atraso no pagamento individual. A ausência de local adequando para comercialização da produção excedente e dificuldades burocráticas para venda local são outras dificuldades registradas pelos agricultores.

Sugere-se, portanto, que novas pesquisas sejam realizadas, com os agricultores familiares em suas propriedades rurais, a fim de formar um panorama mais detalhado das necessidades e comparar com os dados aqui identificados, subsidiando assim os entes públicos nas melhorias de infraestrutura, gestão e criação de outras fontes de comercialização da produção agrícola familiar.

Referências

ATLAS - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. **Diamantino-MT**. PNUD; FJP; IPEA. Brasília, DF 2013. Disponível em:< http://portal.cnm.org.br/sites/6700/6745/AtlasIDHM2013_Perfil_Diamantino_mt.pdf > Acesso em: 22/07/2017.

BACEN - Banco Central do Brasil. **Calculadora do Cidadão**. 2017. Disponível em: https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAO/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores&aba=4. Acesso em: 02/10/2017.

BECKER, C. et al. **Políticas públicas estruturantes e segurança alimentar**: o caso do PAA. 47º SOBER, Porto Alegre, RS. 26 a 30 de julho de 2009.

BECKER, C; ANJOS, F. Segurança Alimentar e Desenvolvimento Rural: limites e possibilidades do programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar, em municípios do sul gaúcho. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 17, p. 61-72, 2010.

BRASIL. Decreto n º 3.508, de 14 de junho de 2000. Dispõe sobre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CNDRS, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 15 jun. 2000. p. 1. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3508.htm>. Acesso em 12/07/2017.

_____. Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 1 jul. 1996. p. 11854. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1946.htm>. Acesso em: 09/07/2017.

_____. Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003. Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - LUZ PARA TODOS e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 12 nov. p. 130. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4873.htm>. Acesso em 09/07/2017.

_____. Decreto nº 5.996, de 20 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a criação do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar - PGPAF, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 21 dez. 2006. p. 2. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5996.htm>. Acesso em: 17/07/2017.

_____. Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012. Regulamenta o art. 19 da Lei no 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei no 12.512, de 14 de outubro de 2011, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 05 jul. 2012. p. 3. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7775.htm>. Acesso em: 13/08/2017.

_____. Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 21 ago. 2012. p. 4. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-014/2012/decreto/d7794.htm>. Acesso em 26/09/2017.

_____. Lei complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998. Institui o Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra - e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 5, fev. 1998. p. 1. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp93.htm>. Acesso em 27/08/2017.

_____. Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973. Estatui normas reguladoras do trabalho rural e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 jun. 1973. p. 5585. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5889.htm>. Acesso em: 26/08/2017.

_____. Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política agrícola. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 18, jan. 1991.

p. 1330. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8171.htm. Acesso em: 26/08/2017.

_____. Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, sobre pagamento da dívida representada por Títulos da Dívida Agrária e dá outras providências**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 20, dez. 1996. p. 27744. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9393.htm>. Acesso em: 27/08/2017.

_____. Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003. Art. 19. Institui o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 03 jul. 2003. p. 1. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.696.htm>. Acesso em: 17/07/2017.

_____. Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudas e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 06 ago. 2003. p. 1. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.711.htm>. Acesso em 11/07/2017.

_____. Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 24, dez. 2003. p. 3. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.831.htm>. Acesso em 26/08/2017.

_____. Lei nº 11.524, de 24 de setembro de 2007. Altera a Lei 10.696, de 2 de julho de 2003 art. 19 da Lei no 10.696, de 2 de julho de 2003 e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 set. 2007. p. 1. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11524.htm>. Acesso em 03/08/2017.

_____. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 25 jul.2006. p. 1. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. Disponível em 26/08/2017.

_____. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 18, set. 2006. p. 1. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm>. Acesso em 27/08/2017.

_____. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF,17, jun. 2009. p. 2. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm>. Acesso em: 18/07/2017.

_____. Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011. Art. 33 o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 17 out. 2011. p. 1. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12512.htm>. Acesso em: 05/08/2017.

_____. Lei nº 12.058, de 13 de outubro de 2009. Institui no Capítulo XVI – o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária da Agricultura Familiar – PROAGRO. **Diário Oficial [da]**

República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 14, out. 2009. p. 2. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12058.htm>. Acesso em: 21/07/2017.

_____. Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 12 jan. 2010. p. 1. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12188.htm>. Acesso em: 26/09/2010.

_____. Lei nº 12.424, de 16 de junho de 2011. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF,17, jun. 2011. p. 2. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12424.htm>. Acesso em: 14/07/2017.

_____. Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 27, set. 2011. p. 1. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm>. Acesso em: 19/07/2017.

_____. Lei nº 12.897 de 18 de dezembro de 2013. Autoriza o Poder Executivo federal a instituir serviço social autônomo denominado Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - ANATER e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 dez. 2013. p. 1. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12897.htm. Acesso em: 26/09/2017.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Por um Brasil rural com gente feliz** - políticas agrícolas e programas para os Municípios. 2015. Disponível em: < http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/POR_UM_BRASIL_RURAL_COM_GENTE_FELIZ_POL%C3%8DTICAS_AGR%C3%8DCOLAS_E_PROGRAMAS_PARA_MUNICIPIOS.pdf>. Acesso em 03/08/2017.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. **Manual operativo – PAA**: modalidade compra com doação simultânea operação por meio de termo de adesão. SESAN/DECON. v. 1, 2014: Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/manualPAA.pdf>. Acesso em 15/08/2017.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. **Plano plurianual 2004-2007**. Brasília. 2003.

CARVALHO, K. J. **Comunicação como tecnologia social no programa de aquisição de alimentos em tangará da serra- MT**. 2017. 105f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação Strictu-Sensu em Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola) Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, Tangará da Serra, 2017.

CHANIAL, P; LAVILLE, J. L. Associativismo. In: HESPANHA, Pedro et al. **Dicionário internacional da outra economia**. São Paulo: Almedina Brasil, 2009

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB. **Compêndio de Estudos**: Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. Resultados das Ações da Conab em 2016. v.

9. Brasília, 2017. Disponível em: < http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/17_07_18_11_35_03_compendio.pdf.Acesso em: 14/08/2017.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB. **Transparência publica PAA**. Modalidade CPR-Doação, Diamantino, 2010. Disponível em: <http://consultaweb.conab.gov.br/consultas/consultatransparenciapaa.do?method=consultarCPRMunicipio>. Acesso em 16/08/2017.

CREWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto; tradução Luciana de Oliveira da Rocha. – 2. ed. – Porto Alegre: Artmed, 2007.

DEBUS, D. et al. Avaliação do perfil dos agricultores que fornecem produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA no município de Toledo – PR. **Revista NERA**. Presidente Prudente. a. 19, n. 32 - Edição Especial. p. 56-71, 2016.

DELGADO, G. C. THEODORO, M. Desenvolvimento e política social. In JACCOOUD, L. (org). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: Ipea. 2005.

EMPRESA MATO-GROSSENSE DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA E EXTENSÃO RURAL – EMPAER. **Agricultura familiar em números, 1ª Aproximação**. Cuiabá, 2015. Disponível em: <http://www.seaf.mt.gov.br/documents/195721/4401516/AGRICULTURA+FAMILIAR+EM+N%C3%9AMEROS_CARTILHA.pdf/c1debd8d-71ca-49f4-ac1c-71484378d073>. Acesso em 16/08/2017.

GRANDO, M. Z; FERREIRA, G. S. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e sua relação com o Rio Grande do Sul. **Textos para Discussão FEE n° 113**. Porto Alegre. 2013. Disponível em: < http://cdn.fee.tche.br/tds/113.pdf>. Acesso em: 13/08/2017.

GRISA, C et al. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em perspectiva**: apontamentos e questões para o debate. Retratos de assentamentos, n. 13, 2010.

GRISA, C et. al. **Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos à segurança alimentar e nutricional e à criação de mercados para a agricultura familiar**. ASPTA. RJ, Agriculturas, v. 8, n. 3. 2011.

HESPANHOL, R. A. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na MRG de Dracena (SP)**. Geo, UERJ, a. 11, v.3, n.2. p. 64-87, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Cidades: Diamantino. 2010. Disponível em: < https://cidades.ibge.gov.br/v4/municipio/510350 >. Acesso em: 07/08/2017.

LASWELL, H.D. **Politics**: Who Gets What, When, How. Cleveland: Meridian Books. 1936/1958.

LAZZAROTTO, J. J. **Associativismo rural e a sua viabilização**: estudo de caso comparativo de duas associações de produtores rurais do município de Pato Branco (PR), Enanpad, 2000. Disponível em: < http://www.anpad.org.br/~anpad/eventos.php?cod_evento=1&cod_edicao_subsecao=51&cod_evento_edicao=4&cod_edicao_trabalho=4256>. Acesso em 13/08/2017.

LYNN, L. E. **Designing Public Policy**: A Casebook on the Role of Policy Analysis. Santa Monica, Calif. Goodyear. 1980.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. – 5. ed. – São Paulo: Atlas, 2002.

MENEZES, F. A; BRAIT-POPLAWSKI, L; ROVERSI, M. M. **Elementos do Sistema não Contributivo de Seguridade Social no Brasil**. do plano fome zero ao plano Brasil sem miséria. Brot für die Welt/IBASE. 2012. Disponível em: <https://www.brot-fuer-die-welt.de/fileadmin/mediapool/2_Downloads/Fachinformationen/Analyse/analyse_33_portugiesisch_Elementos_da_Seguridade_Social_no_Brasil.pdf>. Acesso em 05/08/2017.

MENEZES, F; SANTARELLI, M. **Elementos do Sistema não Contributivo de Seguridade Social no Brasil**: do plano fome zero ao plano Brasil sem miséria. RJ; IBASE, 2012. Disponível em: < https://www.brot-fuer-die welt.de/fileadmin/mediapool/2_Downloads/Fachinformationen/Analyse/analyse_33_portugiesisch_Elementos_da_Seguridade_Social_no_Brasil.pdf>. Acesso em: 11/08/2017.

MINAYO, M. C. (Org.); DESLANDES, S. F; GOMES, R. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade, 28. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MORAES, M. D; SANT'ANA, A. L. Características Socioeconômicas do Assentamento Banco da Terra, Nova Xavantina-MT: uma análise sob a ótica da adoção ou construção de conhecimentos. **RESR**, Piracicaba-SP, Vol. 53, Nº 04, p. 589-606, Out-Dez, 2015.

OLIVEIRA, A. L; BERGAMASCO, S. M. **Análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Município de Paranaíta, Estado de Mato Grosso**, Brasil. - Revista da Universidade Vale do Rio Verde, Três Corações, v. 12, n. 1, p. 925-935, 2014.

PETERS, G. **La política de la burocracia**. México: Fundo de Cultura Económica, 1999.

RAMBO, J. R. **Produzir e vender? O caso do Programa de Aquisição de Alimentos de agricultores familiares assentados da reforma agrária em Tangará da Serra-MT**. 2016. 180 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Agronomia) Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira – UNESP, Ilha Solteira, 2016.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas São Paulo: Atlas, 1999.

ROCHA, A. G. P.; CERQUEIRA, P. S.; COELHO, V. P. **Um panorama do programa de aquisição de alimentos no estado da Bahia**: estudos de caso em Boa Vista do Tupim, Tapiramutá e Vitória da Conquista. Cadernos do CEAM, Brasília, v. 7, n.1, p. 139-163, 2007.

ROSSI, F. R; SOUZA, H. M. **Os impactos do programa de aquisição de alimentos (PAA) da agricultura familiar de São Carlos, na produção vegetal, na comercialização e na renda dos produtores familiares beneficiários**. Enegep/Abrepo. Bento Gonçalves, RS, Brasil, 15 a 18 de out, 2012.

RUA, M. G. **Políticas públicas**. – 2. ed. reimp. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração. UFSC, 2012.

SAMBUICHI, R. H. R et al. Compras públicas sustentáveis e agricultura familiar: a experiência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). In: SAMBUICHI, R. H. R.; SILVA, A. P. M.; OLIVEIRA, M. A. C.; SAVIAN, M. (Orgs.). **Políticas agroambientais e sustentabilidade**: desafios, oportunidades e lições aprendidas. Brasília, DF: IPEA, p. 75-104, 2014.

SANGALLI, A. R. et al. **Produção e geração de renda na agricultura familiar**: um diagnóstico do assentamento rural Lagoa Grande em Dourados, Mato Grosso do Sul. Ciência e Natura, v. 36, n. 2, p. 180–192, 2014.

SCHEUER, J.M. et al. **Aspectos socioeconômicos dos agricultores familiares da associação dos pequenos produtores da região do Alto Sant'ana, Mato Grosso**. G&DR, v. 12, n. 1, p. 85-106. Taubaté, SP, 2016.

SILVA, J. M. **Diamantino, 283 anos**. Cuiabá, MT: Entrelinhas, 2011.

SILVA, T. C; FERREIRA, P. R. **O Programa de Aquisição de Alimentos sob a Ótica dos Atores Sociais Envolvidos**. Desenvolvimento em Questão. Editora Unijuí. a.14, n. 33. p.301-329, 2016.

SOUZA, C. **Políticas Públicas**: uma revisão da literatura. Sociologias. Porto Alegre, a. 8, nº 16, jul/dez, p. 20-45. 2006.

Sobre os autores

Paulus Vinicius da Silva – Graduação em Administração pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT); Mestrando em Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). **OrcID** – https://orcid.org/0000-0002-9867-5297

Cleci Grzebieluckas – Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT); Mestrado em Administração pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI); Doutorado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Docente da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). **OrcID** – https://orcid.org/0000-0001-9786-9607

Josiane Silva Costa dos Santos – Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT); Mestrando em Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). **OrcID** – https://orcid.org/0000-0002-5072-5267

Como citar este artigo

SILVA, Paulus Vinicius; GRZEBIELUCKAS, Cleci. SANTOS, Josiane Silva Costa dos Santos. Benefícios e Entraves do Programa Aquisição Alimentos - PAA Diamantino-MT. **Revista NERA**, v. 22, n. 49, p.168-188, 2019.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos (as) autores (as). As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. A autora **Josiane Silva Costa dos Santos** ficou especialmente responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual; o autor **Paulus Vinicius da Silva**, pela aquisição de dados e suas interpretação e análise; e a autora **Cleci Crzebieluckas**, pelos procedimentos técnicos e tradução do artigo.

Recebido para publicação em 02 de agosto de 2018.
Devolvido para a revisão em 18 de outubro de 2018.
Aceito para a publicação em 13 de novembro de 2018.

Que qualidades para quais mercados? O caso do queijo colonial da microrregião de Capanema, Paraná

Camila Eduarda Viana
Universidade Federal do Paraná (UFPR) – Curitiba, Paraná, Brasil.
e-mail: kmila.viana@hotmail.com

Rozane Marcia Triches
Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Realeza, Paraná, Brasil.
e-mail: rozane.triches@gmail.com

Fabiana Thomé da Cruz
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – Farroupilha, Rio Grande do Sul, Brasil.
e-mail: fabianathomedacruz@gmail.com

Resumo

Este estudo busca caracterizar e compreender o mercado do queijo colonial na microrregião de Capanema, sudoeste paranaense, identificando quais são os atributos valorizados por consumidores produtores e técnicos/gestores na qualificação desses queijos. Para responder esse objetivo, foi realizada pesquisa qualitativa, com aplicação de entrevista semi estruturada voltada a produtores, consumidores e técnicos/gestores de órgãos de fiscalização de produtos alimentícios. Os resultados revelaram número expressivo de agroindústrias de queijos coloniais informais na região. Dos casos avaliados, verificou-se que as agroindústrias informais vendem seus produtos a partir de cadeias curtas de abastecimento do tipo face a face, enquanto as agroindústrias formais ampliam seu escopo para cadeias curtas de proximidade espacial e para cadeias longas de abastecimento, perdendo em parte, a artesanalidade de seus produtos. Se, por um lado, a qualidade dos queijos dos mercados formais é essencialmente avaliada pelo seu aspecto sanitário, a qualidade mais valorizada nos mercados informais de queijo colonial giram em torno de outros atributos como gosto, cultura, tradição e natureza. Essas qualidades, somadas à confiança dada pela tradição e conhecimento entre produtores e consumidores, parecem promover esses mercados que permanecem paralelamente aos mercados hegemônicos.

Palavras-chave: Agroindústria familiar rural; desenvolvimento rural; produtos tradicionais; inspeção sanitária; mercados.

Which qualities to which markets? The case of colonial cheese in Capanema micro-region, Paraná

Abstract

This study aims to characterize and understand the colonial cheese market in the Capanema microregion, southwest of Paraná, identifying the attributes valued by consumers, producers and technicians / managers in the qualification of these cheeses. To answer this objective, a qualitative research was carried out, with semi-structured interviews applied to 12 producers, 12 consumers and 8 technicians / managers of food inspection agencies. The results revealed a significant number of informal colonial cheese agroindustries in the region. From the evaluated cases, it was verified that informal agroindustries sell their products from short supply chains of the face-to-face type, while formal agroindustries expand their scope to short chains of spatial proximity and for long chains of supply, losing in part the

craftsmanship of their products. On the one hand, the quality of the cheeses in the formal markets is essentially evaluated by their sanitary aspect, the quality most valued in the informal markets of colonial cheese revolve around other attributes like taste, culture, tradition and nature. These qualities, added to the trust given by tradition and knowledge between producers and consumers, seem to promote these markets that continue to survive alongside hegemonic markets.

Keywords: Rural family agribusiness; rural development; traditional products; sanitary inspection; markets.

¿Qué cualidades para qué mercados? El caso del queso colonial de la microrregión de Capanema, Paraná

Resumen

Este estudio busca caracterizar y comprender el mercado del queso colonial en la microrregión de Capanema, suroeste paranaense, identificando cuáles son los atributos valorados por consumidores productores y técnicos / gestores en la calificación de esos quesos. Para responder a ese objetivo, se realizó una investigación cualitativa, con aplicación de entrevista semi estructurada dirigida a productores, consumidores y técnicos / gestores de órganos de fiscalización de productos alimenticios. Los resultados revelaron un número expresivo de agroindustrias de quesos coloniales informales en la región. De los casos evaluados, se verificó que las agroindustrias informales venden sus productos a partir de cadenas cortas de abastecimiento del tipo cara a cara, mientras que las agroindustrias formales amplían su ámbito para cadenas cortas de proximidad espacial y para cadenas largas de abastecimiento, perdiendo en parte , la artesanía de sus productos. Si, por un lado, la calidad de los quesos de los mercados formales es esencialmente evaluada por su aspecto sanitario, la calidad más valorada en los mercados informales de queso colonial giran en torno a otros atributos como gusto, cultura, tradición y naturaleza. Estas cualidades, sumadas a la confianza dada por la tradición y el conocimiento entre productores y consumidores, parecen promover esos mercados que permanecen paralelamente a los mercados hegemónicos

Palabras-clave: Agroindustria familiar rural; desarrollo rural; productos tradicionales; inspección sanitaria; mercados.

Introdução

A agricultura familiar é considerada atualmente uma das estratégias de desenvolvimento rural, especialmente se considerada a conjuntura econômica, social, cultural e ambiental. Nos últimos anos, no Brasil, abriram-se discussões sobre o papel da agricultura familiar frente àprodução de alimentos e à superação da insegurança alimentar. Entre as diversas alternativas econômicas que contribuem para a autonomia e a permanência da agricultura familiar no campo, podemos citar com destaque as agroindústrias familiares (OLIVEIRA *et al.*, 2008; SCARABELOT; SCHNEIDER, 2012; GAZOLLA, 2009).

Existem diferentes tipos de definições para as agroindústrias familiares. Para fins deste trabalho, utilizaremos a definição de agroindústria familiar rural que diz respeito às

denominações (agroindústria familiar, agroindústria artesanal e/ou colonial, agroindústria rural de pequeno porte) descrita como “uma forma de organização em que a família rural produz, processa e/ou transforma parte de sua produção agrícola e/ou pecuária, visando, sobretudo a produção de valor de troca que se realiza na comercialização” (MIOR, 2005, p. 191).

As atividades realizadas pelas agroindústrias rurais no Brasil, de um modo geral, acontecem principalmente em propriedades familiares (BASTIAN *et al* 2014). Assim como no restante do Brasil, o estado do Paraná também apresenta boa parte de sua agroindustrialização realizada pela agricultura familiar, constituindo assim, uma atividade econômica de grande importância. Dentre as atividades de processamento de alimentos desenvolvidas pela agricultura familiar no Paraná, Lucas *et al.* (2008) destacam os derivados lácteos, que agregam valor ao leite, dos quais merece destaque o queijo colonial, característico da região Sul do Brasil.

De acordo com Machado (2002) e Oliveira *et al* (2010), o queijo colonial é um produto artesanal que possui importante valor nutricional, servindo como alternativa para pequenos agricultores familiares que utilizam essa atividade para incrementar a renda familiar. Além disso, contribui para a geração de empregos, aumentando a fixação do homem no campo, promovendo a manutenção da cultura e das tradições locais. Porém, apesar destes atributos de qualidade e das características que remetem à tradição e à artesanalidade, estes queijos dificilmente alcançam os mercados formais, atuando basicamente nos mercados informais e na clandestinidade. Isso ocorre, principalmente, em função das normativas sanitárias vigentes que favorecem alimentos padronizados em detrimento dos artesanais.

No entanto, muitos estudos vêm apontando para uma maior discussão sobre os produtos artesanais, coloniais, e/ou tradicionais, a exemplo dos que abordam as cadeias curtas de abastecimento (MARSDEN, et al, 2017), a construção de mercados a partir da revisão das concepções sobre qualidade (MACDONALD, 2013), a valorização do tradicional/cultural (CRUZ e MENASCHE, 2014) com referência também ao movimento *SlowFood* (JONES, et al, 2003). Estas abordagens indicam alternativas que desafiam os mercados hegemônicos baseados em competitividade, alta escala de produção e padronização de processos e de gêneros alimentícios.

Diante disso, este estudo se propõe estudar como isso vem ocorrendo no caso do queijo colonial em uma região conhecida com uma das principais produtores de lácteos do país. Para tanto, visa caracterizar a produção de queijo colonial na microrregião de Capanema – PR, identificando quais os tipos de cadeias de abastecimento seguem e para quais mercados vendem, considerando o status dessa agroindústria em relação à formalidade do produto de acordo com as exigências sanitárias. O artigo também busca

compreender como são construídos os mercados do queijo colonial na região de Capanema, verificando quais são os atributos valorizados por consumidores, produtores e técnicos/gestores na qualificação desses queijos. Embora do ponto de vista teórico e metodológico estudos dessa ordem não sejam exatamente inovadores se considerados os trabalhos publicados nas duas últimas décadas, esta pesquisa é relevante pelo fato de esse tipo de estudo não ser frequente no local estudado, a microrregião de Capanema, estado do Paraná, em que, apesar da significativa produção de queijo colonial, não há muitos trabalhos sobre a temática.

Para responder a esses objetivos, a pesquisa utilizará referenciais teóricos que buscam compreender a construção demercados a partir de valores sociais e de atributos de qualidade que suplantam as avaliações dominantes baseadas em aspectos sanitários/nutricionais/regulamentares e abrangem a noção de qualidade ampla. Esse termo adotado por Prezotto (2002) diz respeito ao fato que os produtos das agroindústrias familiares detêm distintos aspectos de qualidade, dentre os quais, o cultural, o social e o ambiental.

Este trabalho está organizado em mais quatro tópicos em continuidade à introdução. O primeiro apresentaa metodologia, seguida por duas seções de resultados e suas respectivas discussões. Uma delas caracterizando os produtores de queijo colonial da microrregião de Capanema-PR e a outra discutindo a construção da qualidade do queijo colonial. Para finalizar, o artigo traça algumas considerações finais.

Metodologia

O Estado do Paraná possui relevante quantidade de agricultores familiares e no que concerne às atividades desenvolvidas por essas famílias, merece destaque a agroindustrialização de alimentos. Além disso, o estado é o segundo em produção leiteira, perdendo apenas para Minas Gerais. Por sua vez, a mesorregião Sudoeste do Paraná é a segunda maior produtora de leite do estado, sendo que, dentre as suasmicrorregiões, destaca-se a de Capanema (Figura 1) que possuía em 2006, segundo o IBGE (2006), um total de 11.152 estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar. Destes estabelecimentos, 2.000 contavam com agroindústrias rurais como atividade principal ou mesmo atividade secundária, sendo que126 estabelecimentos eram relativos a atividades de pecuária de leite. Portanto, esta microrregião foi escolhida pela preponderância no que tange à existência de agroindústrias familiares de laticínios. Além disso, mesmo com dados relacionados a agroindústrias familiares e produção de leite, não existem informações concretas relacionadas à produção de queijo colonial na microrregião de Capanema,

principalmente informal, o que remete à necessidade de caracterizá-la e entender como produtos artesanais ainda são produzidos em mercados altamente competitivos.

Para tanto, a pesquisa desenvolvida se caracteriza por abordagem qualitativa, realizada nos oito municípios que compõem a microrregião de Capanema (PR)[1] no período de novembro de 2015 a fevereiro de 2016.

Figura 1: microrregião geográfica de Capanema – PR (2006).

Fonte: https://br.depositphotos.com/149208260/stock-illustration-parana-administrative-and-political-map.html, 2017.

Foram feitas entrevistas semiestruturadas com um técnico/gestorde cada município, 12 agricultores familiares (quatro de queijo colonial formal e oito de queijo colonial informal), e 12 consumidores (oito de queijo colonial informal e quatro de queijo colonial formal).Por informal, a pesquisa designou todos os produtores de queijosque não possuíam certificado de inspeção sanitária (Serviço de Inspeção Municipal-SIM, Serviço de Inspeção do Paraná-SIP ou Serviço de Inspeção Federal-SIF), não podendo assim comercializar seus produtos em mercados formais. Em contrapartida, foram considerados formais todos os produtores com alguma dessas certificações.

É válido destacar que a amostra, ainda que relativamente pequena, responde à expectativa da pesquisa, caracterizada como um estudo qualitativo. Nesse caso, não existe a necessidade de amostragem mais ampla, pois, o critério que guiou o número de entrevistas foi à saturação de amostra. A amostragem por saturação é dada quando a coleta de dados é interrompida quando há a constatação de que os elementos empíricos

[1] Os municípios que compõem essa microrregião são: Realeza, Capanema, Pérola do Oeste, Santa Izabel do Oeste, Ampére, Bela Vista da Caroba, Planalto e Pranchita.

alcançados durante o levantamento de dados passam a se repetir, respondendo aos objetivos buscados dentro do campo de observação (PIRES, 2008).

Em relação à escolha dos entrevistados, primeiramente foi realizado um levantamento dos produtores de queijo colonial nos 08 municípios da microrregião de Capanema por meio dos órgãos de cadastro e fiscalização de produtos de origem animal (Vigilância Sanitária e a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente através do SIM), bem como nas Cooperativas e pontos de venda. Também foi realizado levantamento junto ao SIP e junto ao SIF. Para auxiliar no levantamento de dados acerca de produtores informais, foi utilizado o princípio de redes sociais, apresentado por Barnes (1987), por meio do qual se buscou, através de um conhecido, amigo ou familiar e pela rede formada através desta relação, encontrar produtores informais de queijo colonial. Para otimizar o levantamento de produtores informais, também houve contato com todos os Presidentes das Comunidades (Lideranças de Bairros e Comunidades que são formados pelos participantes das Igrejas Católicas) de cada Município. Após este levantamento foi realizado um sorteio aleatório para escolher um produtor de cada município para realizar a entrevista.

Durante entrevista com os produtores de queijo colonial foi realizado levantamento dos consumidores assíduos do queijo por eles produzido e, através desse levantamento, foi realizado sorteio aleatório para escolher um consumidor de cada produtor para ser entrevistado.

Todas as entrevistas foram transcritas e o conteúdo foi sistematizado por meio do *software* Nvivo 8 para então ser realizada análise de conteúdo. As seguintes categorias foram predeterminadas de acordo com a literatura: risco, confiança, qualidade, informalidade e formalidade, e, posteriormente, foram criadas subcategorias de acordo com a leitura das entrevistas.

Para preservar a identidade dos interlocutores (produtores, consumidores de queijo colonial formal e informal e técnicos de órgãos de fiscalização), seus nomes não constaram no trabalho, sendo substituídos apenas por iniciais, correspondendo à classe que representaram durante a entrevista. Nesse caso, Produtor Formal de Cadeia Longa é identificado como P.F.C.L, Produtor Formal de Cadeia Curta como P.F.C.C, Consumidor de Queijo Formal de Cadeia Longa como C.Q.F.C.L, Consumidor de Queijo Formal de Cadeia Curta como C.Q.F.C.C, Consumidor de Queijo Informal como C.Q.I, Técnico da Vigilância Sanitária como T.V.S, Técnico do Serviço de Inspeção Municipal (SIM), como T.S, seguidos de numeração correspondendo ao Município a que cada um pertence (números de 01 a 08).

Caracterização dos produtores de queijo colonial da Microrregião de Capanema, sudoeste do Paraná

A partir da pesquisa realizada, estimou-se que em toda a microrregião de Capanema existiam (até a data da pesquisa - 2016) cerca de 264 produtores de queijos coloniais informais, distribuídos nos oito municípios.Destes, 37 produtores no Município de Ampére, 29 produtores no Município de Bela Vista da Caroba, 31 produtores em Pérola do Oeste, 26 produtores em Pranchita, 41 em Planalto, 46 em Realeza e 32 em Santa Izabel do Oeste.Dentre estes produtores, encontram-se os que fabricam queijo para vender durante o ano inteiro (normalmente produtores que possuem maior quantidade de gado leiteiro e investem em pastagem durante o verão e o inverno para o gado ter alimentação adequada e produzir quantidade suficiente de leite durante todo o ano), como também, produtores sazonais de queijo colonial, que produzem apenas em determinadas épocas do ano, como é o caso dos produtores que possuem poucos animais e só investem em pastagem ou no verão ou no inverno, havendo maior produção de leite apenas em um desses períodos.

Por meio de levantamento nos Serviços de Inspeção Municipal (SIM), Estadual (SIP[2]) e Federal (SIF), além das Vigilâncias Sanitárias locais, foram identificadas quatro agroindústrias de queijo colonial formais, que possuem carimbo de inspeção. Três delas possuíam certificado de inspeção via Serviços de Inspeção Municipal (SIM), de forma que esses queijos podiam ser vendidos apenas dentro de seus respectivos municípios de produção. Um produtor de queijo colonial formal possuía certificação de inspeção sanitária estadual, através do SIP.

Os produtores de queijo colonial da microrregião de Capanemaforam classificados conforme a categorização de cadeias curtas de abastecimento, proposta por Marsden *et al*. (2017)[3], o tipo de mercado, a existência de inspeção sanitária, o tipo e o local de venda, conforme apresentado na tabela abaixo.

Tabela 1: Caracterização dos produtores de queijo colonial entrevistados na Microrregião de Capanema, sudoeste do Paraná.

Município	Tipo de mercado	Inspeção sanitária	Tipo de venda	Local de venda	Tipo de cadeia de abastecime

[2] No caso do Brasil, cada estado adota uma nomenclatura diferente para seu serviço de inspeção de Produtos de Origem Animal (POA). Referente ao estado do Paraná, o Serviço de Inspeção Estadual está vinculado à Gerência de Inspeção de Produtos de Origem Animal, que coordena o Serviço de Inspeção do Paraná-SIP/POA.
[3]As cadeias curtas de abastecimento podem ser classificadas conforme a comercialização de seus produtos que, segundo Marsden et al. (2017), podem ser sistematizados sob três categorias: face a face, de proximidade espacial e espacialmente estendida. Nas cadeias face a face, a comercialização acontece diretamente entre produtor e consumidor, os produtos são vendidos em lojas ou espaços de mercadorias advindas diretamente da agricultura, como é o caso, por exemplo, das feiras do produtor rural, em barraquinhas de produtos artesanais de beira de estrada, ou ainda, na casa do produtor. No caso das cadeias curtas de proximidade espacial, existe uma associação ao modo tradicional de saber fazer, que algumas vezes pode ser vinculado a um atributo local. Nesse tipo de cadeia curta, a comercialização dos produtos é realizada em lojas de mercadorias oriundas da agricultura, vendas em restaurantes, mercados da região, cooperativas, em lojas de varejo especializadas em produtos artesanais ou, ainda, por meio de vendas aos mercados institucionais. As cadeias curtas espacialmente estendidas referem-se a alimentos com rótulos de certificação, como por exemplo, de produtos orgânicos ou de indicação geográfica. De modo geral, essas cadeias podem ser consideradas redes em processo de expansão.

					nto[1]
Ampére	Informal	Inexistente	D.C[4]/ Indireta – A[5]	Dentro do Município	C.C.F.F[10]
Bela Vista da Caroba	Informal	Inexistente	D.C, F.M[6](produtor realiza a venda na F.M)	Dentro do Município	C.C. F.F
Pérola do Oeste	Informal	Inexistente	D.C	Dentro do Município	C.C. F.F
Pranchita	Informal	Inexistente	D.C	Dentro do Município	C.C. F.F
Capanema	Informal	Inexistente	D.C	Dentro do Município	C.C. F.F
	Formal	SIM[2]	D.C / Indireta –S.[7] B.P.C[8]	Dentro do Município	C.C.P.E[11]
Planalto	Informal	Inexistente	D.C	Dentro do Município	C.C.F.F
	Formal	SIP[3]	Indireta – R.[9]	Dentro do Estado do Paraná	C.L.A[12]
Realeza	Informal	Inexistente	D.C	Dentro do Município	C.C.F.F
	Formal	SIM	D.C / Indireta – A	Dentro do Município/ Cidades próximas	C.C.P.E
Santa Izabel do Oeste	Informal	Inexistente	D.C/ Indireta – A	Dentro do Município	C.C.F.F
	Formal	SIM	D.C / Indireta – S	Dentro do Município/ cidades próximas	C.C.P.E

FONTE: Elaborado pelasautoras.1Tipo de cadeia conforme classificação de Marsden et al. (2000);2Serviço de Inspeção Municipal; 3 Serviço de Inspeção do Paraná;4. Direto ao Consumidor; 5 Atravessador; 6 Feira do Município; 7 Supermercado; 8 Barraquinha de Produto Colonial; 9 Revendedor;10 Cadeia Curta de Abastecimento face a face;11 Cadeia Curta de Abastecimento de proximidade espacial;12 Cadeia Longa de Abastecimento.

Entre os doze produtores de queijo colonial entrevistados na microrregião de Capanema, encontraram-se dois tipos de cadeias curtas, a face a face e de proximidade espacial, além de um de cadeia longa de abastecimento. Para melhor discuti-los, os casos foram reunidos em dois grupos: agroindústrias familiares rurais informais e agroindústrias

formais (agroindústrias familiares rurais de cadeia curta e agroindústria não familiar formal de cadeia longa), considerando seu acesso aos mercados.

Agroindústrias familiares rurais informais

Em relação aos agricultores que atuavam em mercadosinformais foi identificada a sua existência nos oito municípios da microrregião de Capanema. Verificou-se que todos produziam queijos a partir de leite cru ou, em alguns casos, com aquecimento realizado em fogão à lenha ou fogão a gás. Os oito produtores apresentaram características de cadeias curtas face a face, visto que todos realizam venda de forma direta, em que os próprios produtores comercializam o queijo. As vendas acontecem na própria cidade onde os queijos são produzidos e, em alguns casos, pessoas de fora se deslocam até os produtores para comprar os queijos. Também existe, em menor proporção, a venda de produtos coloniais nas feiras de cada município e, em alguns casos, os produtores entregam o queijo na casa do consumidor. Durante a pesquisa, foi possível identificar dois casos de produtores de queijos informais que, além de realizarem venda direta, também comercializam o produto de forma indireta, entregando seus queijos para atravessadores. Estes, por sua vez, revendem os produtos em feiras do município e diretamente para consumidores, mas dentro do município de produção.

Todos os produtores informais da microrregião de Capanema entrevistados nesta pesquisa residem no meio rural e fabricam o queijo colonial em suas residências. Os produtores sazonais, que possuem produção pequena, usam a própria cozinha para a fabricação dos queijos, enquanto os produtores que têm produção contínuae de maior volume de leite têm em suas casas um “cômodo” específico para a produção do queijo.

A quantidade de queijos informais produzidos pelas famílias entrevistadas varia de 40 a 150 kg por mês, dependendo da época do ano e da quantidade de vacas que possuem. Segundo os produtores de queijo colonial informal, normalmente no verão existe maior produção de queijo. Isso se dá pelo fato das pastagens, que servem de alimento para o gado, apresentarem maior facilidade de crescimento e maisnutrientes neste período do ano.

Em relação à forma de produção do queijo colonial da microrregião de Capanema, observou-se que o “saber fazer” foi passado de geração em geração, visto que todos os produtores afirmaram ter aprendido a fazer o queijo com familiares como mãe, avó e sogra, demonstrando o caráter tradicional desse produto. No que diz respeito à artesanalidade, observou-se que o queijo colonial estudado é produzido a partir de mão de obra familiar (em geral, pela matriarca da família), sua produção é quase que totalmente manual, com pouca ou nenhuma tecnologia, podendo ser considerado um queijo artesanal.

Mesmo abrindo discussões referentes à diferença entre as expressões artesanal e tradicional, e averiguando que nem sempre ambas se referem aos produtos de mesmo modo de fazer, os autores Zuin e Zuin (2008) defendem que não existe diferenciação entre os produtos denominados como tradicionais, artesanais, caseiros, de qualidade, produtos da terra, coloniais, entre outras denominações. Da mesma forma que a afirmação de Zuin e Zuin (2008), durante as entrevistas também não encontramos entre as falas dos interlocutoresdiferenciação na denominação dos queijos. Assim, chega-se à conclusão de que as diferenças são minimamente percebidas, e que, popularmente, quando usados alguns desses termos para se referir aos produtos fabricados no meio rural de forma artesanal e com práticas tradicionais, todos os nomes citados acima, pragmaticamente, se referem ao mesmo tipo de produto.

Agroindústrias formais

Dentre os quatro produtores formais entrevistados, três foram identificados como produtores de cadeia curta de abastecimento de proximidade espacial e um deles foi identificado com características de cadeia longa de abastecimento. Dos três produtores caracterizados como de cadeia curta de proximidade espacial, um deles não tem pasteurizador e produz seu queijo a partir de leite cru. Esse produtor, que tem seus produtos inspecionados pelo Serviço de Inspeção Municipal (SIM), afirma que isso se deve ao fato de o médico veterinário responsável pela inspeção, mesmo sabendo da pasteurização como exigência legal para produção de queijos, concedeu o certificado por se tratar de um produto dentro dos parâmetros legais de inocuidade (certificado por meio de análises microbiológicas). Ao fazer menção à Instrução Normativa nº30/2013, o produtor afirmou ter conhecimento da existência da mesma, porém, garantiu que nunca deixa seus queijos maturando por mais que 10 (dez) dias, pois os consumidores gostam de queijos “verdes”, ou seja, aquele que fica pouco tempo maturando e tem elevado teor de umidade. O produtor também confirmou nunca ter recebido exigênciasdo órgão de fiscalização de alimentos do município a respeito do período mínimo de maturação para queijos de leite cru.

Ainda em relação às agroindústrias formais categorizadas como de cadeia curta de proximidade espacial, um segundo produtor entrevistado possui pasteurizador, porém, segundo ele, a pasteurização em geral não é realizada, pois seus “clientes” não gostam do sabor do queijo fabricado com leite pasteurizado. Sendo assim, esse produtor produz seus queijos a partir de leite cru e só usa o pasteurizador quando são realizadas as inspeções dos órgãos de fiscalização. O terceiro produtor formal de cadeia curta possui pasteurizador e faz uso do mesmo, porém realiza a adição de bactérias lácticas após a pasteurização para agregar sabor aos queijos.

Os três produtores formais inseridos em cadeias curtas iniciaram suas atividades informalmente e com características de cadeias face a face. Devido ao aumento da demanda dos consumidores, houve pressão e cobrança por parte dos órgãos de fiscalização de produtos alimentícios para que esses produtores se adaptassem às exigências sanitárias e, assim, continuassem vendendo seus queijos. Como consequência, esses produtores realizaram a compra de um pasteurizador e investiram na instalação de um local próprio para a fabricação do queijo, conseguindo o carimbo de inspeção sanitária municipal para realizarem vendas formais no município. Desde então, não só realizam suas vendas face a face, como também estão inseridos em cadeias curtas de proximidade espacial.

A forma de produção dos queijos coloniais de cadeia curta envolvem algumas etapas manuais e outras com aplicação de maquinários, como no caso dos pasteurizadores. A produção mensal de queijo gira em torno de 500 kg a 1.400 kg (1,4 toneladas) e a matéria-prima utilizada provém de rebanho próprio, além de fazer uso de leite adquirido de vizinhos ou de familiares que moram próximos. O leite adquirido de outras propriedades e que serve como complemento é utilizado quando vendem todas as peças de queijos (que fabricam e comercializam diariamente) e falta leite dos animais de suas propriedades para fabricar mais peças que são demandadas pelos consumidores. Nesse caso, não se sabe ao certo a quantidade exata de litros de leite que compram de terceiros, pois depende da demanda dos consumidores. A ordenha é realizada ou pelos próprios produtores, ou pelos familiares ou vizinhos quando é o caso do leite utilizado como complemento.Já o processamento do queijo é realizado apenas pelos produtores, ou por um familiar que conhece o processamento.

Por fim, o produtor classificado como inserido em cadeia longa de abastecimento possui SIP. Ele se caracteriza por produzir em larga escala e realizar a distribuição do produto em todo o estado do Paraná. Sua forma de venda é indireta, por meio de revendedores que distribuem o produto entre mercados, supermercados e pontos de venda, não havendo assim nenhum contato direto com os consumidores. Diferentemente dos demais produtores formais, esse produtor realiza a produção do queijo colonial por meio de maquinários, que usam tecnologias que permitem a fabricação do produto em maior quantidade. Sua produção varia de 8.000 kg a 9.000 kg de queijo por mês, e a matéria-prima provém totalmente de terceiros, sendo que possui caminhões próprios para coleta e transporte do leite, que é obtido em toda a região. Existe ainda uma equipe de funcionários que auxilia nesse processo, ficando sob responsabilidade da família apenas a administração do laticínio.

Analisando as características dos produtores formais em relação às formas tradicionais e à artesanalidade da produção, o que justificaria a adoção do termo colonial

para se referir aos queijos, os três produtores de cadeia curta seriam uma espécie de "híbridos", visto que, ao mesmo tempo em que sua produção é familiar e mantém algumas tradições e alguns "rituais" vinculados ao saber-fazer que aprenderam com os familiares, também há emprego de tecnologias, como, por exemplo, para pasteurização do leite. Isso acabou diferenciando o queijo que produzem atualmente do que era produzido seguindo a receita original, que foi passada de geração em geração.

Essas mudanças ocorridas ao longo do tempo, acarretadas por uma série de fatores entre os quais a vivência social e a disponibilidade de novas tecnologias para o processamento de alimentos, demonstram que a tradição não é estática. Apesar de haver adaptações para "facilitar a vida" dos produtores, o que leva a algumas mudanças no "saber fazer", não significa a extinção da tradição e sim um encaixe entre a continuidade da tradição e implicação de inovações tecnológicas trazidas pela modernidade.

As discussões sobre a tradição ficam mais proeminentes no que se refere ao produtor de queijo colonial formal caracterizado como de cadeia longa de abastecimento que, apesar de utilizar o termo colonial em seu produto, possui produção padronizada em larga escala, com processos manuais restritos, de modo que quase toda a produção é realizada por maquinários com utilização de tecnologia. Assim, nesse caso, nota-se que o termo "colonial", é utilizado como estratégia de mercado, visto que esse tipo de queijo remete os consumidores à valorização do rural e das formas tradicionais e artesanais de produção.

Nessa discussão, verifica-se que as agroindústrias informais estão em maior número se comparadaàs formalizadas nesta região e que mesmo não oferecendo garantias dadas pela inspeção sanitária, encontram guarida na comercialização de seus produtos. Portanto, importa identificar que outras valorações vêm construindo e influenciandoos mercados do queijo colonial da microrregião de Capanema, de forma a suplantar ou se coadunar com outros atributos de qualidade, discussão que será desenvolvida a seguir.

Construção da qualidade no contexto de produção e consumo de queijos coloniais na região de Capanema

Dentre os oito técnicos/gestores entrevistados, sete deles consideraram a qualidade ligada apenas ao fator sanitário, de modo que queijos informais que não cumprem o exigido nas legislações e não possuem certificado de qualidade sanitária, não seriam produtos de qualidade.

> Os queijos coloniais geralmente são saborosos, no entanto sabor não é sinônimo de qualidade. Dessa forma, a qualidade muitas vezes não atende ao mínimo exigido pela legislação (T.V.S., 08).

> Acredito que não são muitos bons, várias pessoas já passaram por aqui pedindo para regularizar a produção de queijo, mas tem alguns problemas que não permitem a legalização, basicamente eles não pasteurizam o leite, e não deixam curando mais de 3 meses como o exigido por lei, e as vacas não têm controle sanitário nenhum (T.S., 07).

Seus discursossugerem a influência de sua formação acadêmica/científica ou profissional/técnicae com a preocupação da incidência de casos de Doenças Transmitidas por Alimentos (DTA's) que estão ligadas à falta de qualidade higiênico-sanitária, ou mesmo casos de zoonoses, que podem vir a prejudicar a saúde dos consumidores. Porém, mesmo que a qualidade sanitária se apresente como a principal qualidade percebida entre a maioria dos técnicos/gestores entrevistados, um deles considerou que a qualidade dos queijos coloniais de seu município “não é má”, devido ao fato de ser produzido por famílias tradicionais que seguem a forma de produção que iniciou com gerações passadas.

> Olha, pelo o que eu venho observando [os queijos] não são de má qualidade porque são todos de famílias tradicionais que mantêm uma linha de produção da avó [...] (T.V.S., 04).

A valorização da forma de produção tradicional demonstrada pelo técnico/gestor entrevistado faz alusão à confiança no produto, dada a influência de gerações anteriores no modo atual de processamento, as quais são formas de produção conhecidas pelos indivíduos (até pelos próprios técnicos, que muitas vezes têm sua origem no meio rural) e, assim, transmitem sentimento de segurança, sanando eventuais incertezas e desconfianças em relação a esses alimentos. Este mecanismo de confiança poderia estar substituindo em todo, ou em parte, os mecanismos dados por certificados como o de inspeção sanitária, para muitos dos consumidores que o adquirem.

Por outro lado, mesmo trazendo discussões sobre esse caso isolado encontrado entre os técnicos/gestores entrevistados nesta pesquisa, é válido mencionar que as discussões anteriores não tratam de categorizar os técnicos/gestores ou qualquer outro interlocutor, em formação profissional ou formação pessoal. Tem-se a noção de que, na vida real ambas as formações andam juntas na construção da identidade pessoal, ou seja, as pessoas têm ações, práticas e opiniões que não estão baseadas unicamente em vivência profissional, ou social, mas sim em um conjunto de circunstâncias e isso faz com que muitas vezes aconteçam incoerências entre o agir e o pensar. Também é importante mencionar que, apesar de apenas um dos interlocutores ter mencionado a qualidade dos queijos coloniais para além da qualidade higiênico-sanitária, não significa que outros não compartilham da mesma opinião. Porém, no âmbito desta pesquisa, pode-se considerar que não encontrar outros técnicos/gestores que fizessem menção ao queijo colonial como um alimento de qualidade para além da questão sanitária pode ter relação com o fato de que,

ao serem entrevistados, os técnicos/gestoressupunhamque buscava-se única e exclusivamente suaopinião técnica.

Em relação aos produtores, a opinião sobre a qualidade de seus queijosfoi positiva, mencionandoquestões sanitárias e de higiene, ou ainda de sanidade do rebanho para confirmar que seus produtos eram de qualidade, conforme demonstrado nos trechos de entrevistas a seguir:

> Tudo cuidadinho, certo, desde os cuidados com os animais, com a tirada do leite e a higiene, a limpeza (P.I., 01).
> Primeira coisa higiene, e cuido (P.F.C.C., 07).
> Pra mim [a qualidade] é ótima, buscamos atender todos os padrões, cumprimos todas as exigências das legislações para garantir a qualidade. (P.F.C.L, 05).

Todos os produtores, mesmo os informais, garantem tomar todas as medidas para manter a higiene e a inocuidade de seus queijos, mesmo que essas medidas não sejam exatamente as que são exigidas nas legislações.Ao considerar o quanto ter um certificado de inspeção sanitária é suficiente ou válido para assegurar qualidade higiênico-sanitária, também é algo discutível.

Neste quesito, Viana e Fariña (2013), ao realizarem análises físico-químicas e microbiológicas de nove amostras de queijo colonial informal e de uma amostra de queijo colonial formal em um município que compõe a microrregião estudada obtiveram como resultado a presença de contaminação microbiológica da amostra de queijo colonial formal. Ao mesmo tempo, uma das amostras de queijo colonial informal não apresentou nenhuma contaminação microbiológica e nenhum parâmetro químico acima do permitido pela legislação, mesmo que não cumprisse todas as exigências (no que diz respeito à estrutura, por exemplo), dadas pelas legislações sanitárias. Desta forma, os resultados da pesquisa citada evidenciaram que a formalização não necessariamente garante a qualidade dos produtos, possibilitando, inclusive, questionar a eficiência dos serviços de inspeção. Constatação esta, corroborada pelos atuais casos de fraude do leite[4] onde houve adição de água e formol no produto em laticínios que possuíam o carimbo/selo do Sistema de Inspeção Federal.

Na microrregião de Capanema (PR), conforme entrevista com os técnicos/gestores de órgão de fiscalização de produtos alimentícios, nunca houve apreensões de queijos informais ou mesmo formais. Os técnicos/gestores que já receberam denúncias referentes à venda de queijo colonial informaram que, quando receberam as denúncias, foram até o local, mas que apenas orientaram os produtores informais a não venderem mais o produto.

[4] http://oglobo.globo.com/economia/defesa-do-consumidor/leite-compenado-denunciadas-41-pessoas-por-fraude-em-leite-derivados-no-rs-21118828.

Verifica-se nestas incongruências, o quanto a questão legal sanitária tem determinado quem pode ou quem não pode comercializar seus produtos. No entanto, o teor legal nem sempre tem sido apropriado e adequado às distintas realidades da produção artesanal e industrial, falhando em ambas. Portanto, é necessário que se reveja o marco regulatório que rege o setor de alimentos no Brasil para que o mesmo não permaneça sendo "terreno privilegiado" para alguns atores, normalmente donos de empresas de grande porte que dominam o mercado de alimentos. Dessa forma, como já defendiamWilkinson e Mior em 1999, o mercado não se mostra transparente nem eficientemente neutro, e tampouco é voltado a interesses públicos de saúde e higiene. Assim sendo, as legislações que embasam e regram os mercados, em especial os mercados de alimentos, não consideram todos os valores que compõem as qualificações dos produtos, mas apenas ditam quem pode ou não pode vender em mercados formais a partir de legislações sanitárias que, em boa medida, são incompatíveis com a produção artesanal.

Wilkinson (2008) considera que parâmetros higiênico-sanitários devam existir para o âmbito industrial e para o âmbito artesanal, mas de acordo com seus diferentes fundamentos e tipos de alimentos. O autor também argumenta que, para que as pequenas agroindústrias rurais continuem sobrevivendo é necessáriaa elaboração de legislação adequada à escala de produção desses produtores e que os critérios técnicos que estão contidos nas normativas sejam revistos, para serem aplicados a vários atores que estão inseridos nesses mercados sem descriminá-los.

Mas se questões legais de foro sanitário estão inviabilizando a maior parte das agroindústrias familiares, como este mercado ainda sobrevive? Dentre as entrevistas realizadas com os técnicos/gestores de órgãos de fiscalização de produtos alimentícios, produtores e consumidores de queijo colonial da microrregião de Capanema (PR), um aspecto muito importante na escolha é a qualidade organolépticaligada ao aspecto cultural.

Os trechos de entrevistas a seguir correspondem às respostas dos consumidores de queijo formal de cadeia curta, formal de cadeia longa e informal, quando questionados se os queijos coloniais que eles consumiam eram de qualidade e que tipo de qualidade.

> Qualidade muito boa, saboroso, queijo lisinho e gostoso. Pra mim não vai aquele queijo industrial, até o cheiro do queijo da colônia é outro, ele faz lembrar da colônia, das coisas naturais. (C.Q.I, 04).
> Saboroso e nutricional. (C.Q.F.C.L, 05).
> A qualidade é um queijo bom, lembra o queijo que minha vó fazia quando eu era criança (C.Q.F.C.C., 03).

A menção aos termos "saboroso" e "gostoso", dentre os consumidores entrevistados, corresponde à qualidade organoléptica do alimento, qualidade possivelmente construída especialmente durante a infância, em que construímos nossa formação

psicossocial e, assim, a base de nossos gostos alimentares. Para Mintz (2001) nossas escolhas alimentares e nossas atitudes diante dos alimentos são construídas na infância e influenciadas por adultos com laços afetivos fortes. A construção frente às escolhas alimentares, por não ser estática, pode mudar com o passar do tempo a partir de novas relações sociais que cada indivíduo estabelece. Entretanto, existem sentimentos construídos durante a infância que se tornam tão enraizados que dificilmente é possível se libertar totalmente deles. No contexto de Capanema, a análise de Mintz (2001) toma expressão na consideração do consumidorque, ao se referir à qualidade do queijo, disse*: "*lembra o queijo que minha vó fazia quando eu era criança" *(C.Q.F.C.C., 03*).

Porém, ao buscar identificar diferenças na preferência dos consumidores, visto que algumas das agroindústrias eram formalizadas (seguiam os regramentos sanitários), e outra se caracterizava como um queijo industrializado (apenas com apelo ao 'colonial') verificou-se nos trechos das entrevistas a seguirque, a preferência alimentar dos consumidores de queijo colonial da microrregião de Capanema é por queijo à base de leite cru. Percebe-se, por meio dessas falas, que mesmo os consumidores de queijo colonial formal, produzido com leite pasteurizado, preferem queijos produzidos a partir do leite cru, como é o caso dos queijos informais e alguns formais de cadeia curta.

> **[Vocês têm algum certificado de inspeção sanitária?]** Tem o SIM (Serviço de Inspeção Municipal). Só eles [técnicos do SIM] exigem que a gente pasteurize o leite e eu até tenho o pasteurizador e alguns eu pasteurizo**, mas a maioria dos meus compradores não gostam de queijo com leite pasteurizado**, daí uma parte eu faço com leite cru, por que não adianta, eles não compram se não for assim. (P.F.C.C., 07).
> [...] no começo que não houve muita aceitação da mudança do queijo colonial, que antes faziam do jeito tradicional de leite cru, [...], daí os clientes reclamavam do gosto, porque não é o mesmo gosto depois que pasteuriza o leite, mas depois fomos conquistando de volta os mesmos consumidores (P.F.C.L., 05).

Por outro lado, a preferência por um tipo de queijo menos processado pode estar associada à valorização de outro aspecto, qual seja, a natureza, ao natural e à segurança que esse aspecto oferece em relação ao alimento transformado industrialmente. Ao serem questionados sobre o tipo de qualidade que o produto apresenta, ou ainda se existia diferença entre o queijo colonial produzido tradicionalmente ou os queijos industriais, os consumidores apontaram que os queijos coloniais eram mais *"naturais"*.

Os trechos das entrevistas a seguir ilustram a construção da qualidade referenciada em um movimento "contra" o artificial e o empregode conservantes e aditivos químicos nos alimentos.

> Uma qualidade 100%, gosto muito bom, tudo na dose certa, e mais natural [...]. A gente já vê que não tem aquelas químicas fortes que tem nos queijos industriais. (C.Q.F.C.C., 08).
> É um queijo de qualidade boa, é mais natural que o industrial que é feito com as técnicas de hoje, tem mais coisa dentro do queijo pra conservar ele (C.Q.I., 02).
> É sempre limpinho e mais natural, porque os outros devem ter um monte de química pra durar mais, o queijo colonial é sempre fresquinho. (C.Q.I., 01).

A referência à característica “natural” dos queijos coloniaisestá aparentemente ligada à saúde, visto que os consumidores mencionaram em suas falas o fato de que o queijo colonial, por ser "natural", não tem presença de aditivos químicos que prejudicariam a saúde.

Quando o consumidor faz referência às técnicas de hoje, ele está possivelmente se referindo às tecnologias advindas da modernização, que trouxeram com elas moldes diferentes das formas tradicionais de processamento de produtos. Essas tecnologias trouxeram, em alguns casos, situações de riscos para a população (BECK, 2010) e por esse motivo podem ser associadas pelos interlocutores dessa pesquisa como menos “naturais”, ou menos saudáveis, quando comparados aos alimentos produzidos de forma tradicional.

Assim como os consumidores, os produtores de queijo tipo colonial informal e colonial formal de cadeia curta, ao serem questionados se existia alguma diferença na qualidade dos queijos coloniais produzidos por eles e os queijos industriais, fazem alusão ao “natural”, também associando esse termo ao aspecto da saúde.

> Tem [diferença] porque é mais natural, não tem conservante e coisa química, esses suplementos que eles dão pro gado e faz mal pra saúde não tem. O meu queijo é orgânico, as vacas não comem ração, só pasto, o gosto do queijo fica diferente [...] (P.I., 05).
> Eu acho que o meu queijo é bem diferente do industrializado e do feito em casa, ele é bem diferenciado. Do da indústria é diferente porque eles devem colocar outras coisas dentro, conservantes, porque o leite às vezes não é de boa qualidade e pega leite de lugares diferentes e eu, por ter sempre o mesmo fornecedor de leite e leite fresco, não coloco nada de conservantes e diferente do outro, caseiro, porque eu pasteurizo o leite. (P.Q.F.C.C., 03).

Assim como encontrado nesta pesquisa, em que o atributo “natural” faz alusão ao quesito saudável, Silveira e Trevisan (2007), ao pesquisarem a produção e a comercialização de queijos coloniais na região Central do Rio Grande do Sul, realizaram entrevistas com consumidores desse tipo de queijo e encontraram como resultado que 95,24% dos consumidores entrevistados associam os queijos coloniais a aspectos saudáveis de qualidade e 100% associam os queijos coloniais ao atributo “nutritivo”.

Nessa mesma perspectiva, Triches e Cruz (2016) ressaltam que alimentos considerados como “naturais” ou “frescos” têm relação com a aquisição de alimentos de agricultores locais, visto que dessa forma existe um favorecimento da diminuição do tempo e

distância entre a produção e a distribuição do produto e o consumo final, fazendo com que esses alimentos não necessitem de aditivos químicos para se manterem com aparência e gosto aceitáveis pelo consumidor.

Além dos aspectos “natural” e “saudável”, presentes nas motivações dos consumidores para a compra do queijo colonial, outro aspecto presente nas entrevistas diz respeito à valorização do local de produção. Nesse sentido, em uma das entrevistas, quando o interlocutor foi questionado sobre a motivação para comprar queijocolonial, obteve-se como resposta a valorização do local, conforme apresentado no trecho da entrevista a seguir:

> Pelo conhecimento do povo, eu gosto de ajudar o povo daqui, daí eu gosto de valorizar a pessoa que vende o que é daqui, vinham procurar a gente pra vender os queijos e eu tenho o costume de ajudar o povo, e porque o gosto é melhor (C.Q.I., 02).

Esse trecho demonstra claramente a valorização do âmbito social pelo consumidor e, assim, consequentemente, pela cultura de um determinado grupo social e pela associação do queijo como um bem moral (MACDONALD, 2013).

Dentre as diversas respostas obtidas sobre a qualidade dos queijos coloniais produzidos e comercializados na microrregião de Capanema (PR), pode-se concluir que a construção dos elementos que caracterizam a qualidade é diversificada, levando ao conceito de qualidade ampla. Nota-se que os interlocutores formam sua opinião sobre o que é qualidade ainda na infância, mas a noção de qualidade não é estática; muitos consumidores apresentaram elementos que apontam possibilidades de mudanças em suas concepções ao longo do tempo e do convívio com novos indivíduos ou grupos sociais.

No entanto, as discussões apresentadas aqui trazem elementos que identificam que os mercados de queijos coloniais são permeados por regras e valores diferentes dos mercados convencionais, baseados no emprego de tecnologias e em resposta a critérios presentes nas legislações sanitárias.

Assim, reconhece-se que muito embora os mercados nos quais os queijos coloniais se inserem sejam em sua maioria informais, do ponto de vista legal, são mantidos com energia, baseados em valores éticos, de reciprocidade e reconhecidos como importantes pelos consumidores e produtores envolvidos. Essa situação leva a considerar a importância de tornar esse tipo de processamento formal para que, assim, tenham seus espaços de produção e comercialização legitimados. Mas deve-se tomar o cuidado de não fazê-lo nos moldes convencionais, e sim, preservando as características peculiares dos modos de produção desse produto. Padronizá-los à luz da atual legislação seria desconsiderar seu patrimônio cultural e seus benefícios sociais, econômicos, ambientais e relacionados à saúde.

Considerações finais

A pesquisa evidenciou que na Microrregião de Capanema-PR há grande número de agroindústrias de queijo colonial informais, apontando para a sua resistência. Dentre as agroindústrias investigadas, tanto formais, quanto informais, observou-se que os primeiros inserem-se, em sua maioria, em cadeias curtas do tipo face a face, já os formais, expandem-se para cadeias curtas de proximidade espacial ou se tornam produtos de cadeias longas, aderindo totalmente ao mercado hegemônico. Neste ultimo caso, levam apenas o apelo 'colonial' no nome do produto, sem, no entanto, manter suas características artesanais. Assim, considerando a concepção que está por traz do termo 'colonial', verifica-se que o tipo de queijo produzido de forma industrializada e comercializado por meio de cadeias longas não condiz com as características tradicionais do queijo colonial, mas se utiliza do termo para conquistar e manter consumidores.

Em relação aos atributos valorizados pelos interlocutores e a construção dos mercados do queijo colonial da microrregião de Capanema, constatou-se que mesmo não estando definidas em legislações, como acontece com outros tipos de queijo, ainda assim, as suas características particulares são identificadas e legitimadas pelos consumidores, visto que todos eles reconhecem a diferença de um legítimo queijo colonial e de um queijo colonial industrializado, explicando assim a manutenção de um mercado informal. Desde que o processo de valorização do rural e dos alimentos artesanais/tradicionais/coloniais ganhou mais destaque, tem sido possível observar a utilização de marcas ligadas ao meio rural ou as formas artesanais de produção pelas indústrias de alimentos. Essa estratégia vem sendo adotada por várias indústrias como forma de nicho de mercado ou marketing para promover a ascensão de seus produtos. Entretanto, nesse contexto, ainda que valorizados, os produtos artesanais/tradicionais/coloniais legítimos acabam sendo prejudicados por terem que se subordinar às regras sanitárias que, ou os inviabilizam, ou os padronizam e descaracterizam.

Dessa forma, são necessárias novas políticas que promovam a heterogeneidade dos alimentos, principalmente os que são comercializados pelas cadeias curtas de abastecimento. Além disso, é importante que haja cumprimento, reconhecimento e aprimoramento das poucas legislações já existentes para a produção de alimentos em pequena escala.

Constata-se, portanto, que mesmo que o queijo colonial informal da microrregião de Capanema seja legitimado pelos consumidores e produtores por ser considerado um produto confiável e por contemplar diferentes tipos de qualidade, esse tipo de queijo ainda se mantem, na maioria dos casos, na informalidade. No entanto, mesmo sendo

comercializado em mercados informais, ele é mantido por consumidores que, mais do que um produto padronizado, querem um produto com identidade. E é essa identidade que, ironicamente, tem sido cada vez mais 'usada' pelos queijos industrializados como símbolo/marca de qualidade.

Referências

BASTIAN, L.; WAQUIL, P. D.; AMIN, M. C.; GAZOLLA, M. Agroindústrias rurais familiares e não familiares: uma análise comparativa.**REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 19, nº 3, p. 51 - 73, set./dez. 2014.

BECK, U. **Sociedade de risco:** Rumo a uma outra Modernidade. Editora 34, São Paulo. 2010

CRUZ, F. T.; MENASCHE, R. Tradition and diversity jeo pardised by foods afety regulations? The Serrano Cheesecase, Campos de Cima da Serra region, Brazil. **Food Policy**, v. 45, p. 116-124, 2014.

GAZOLLA, M. Instituições e economia dos custos de transação: aplicação de alguns elementos para a análise dos pequenos empreendimentos agroindustriais. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 14, n. 3, p. 161 – 185, set./dez. 2009.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dados disponíveis no banco de dados agregados da microrregião de Capanema ano 2006**. Acesso em 15 outubro de 2014 Disponível em: http://www.sidra.ibge.gov.br/

JONES, P.; SHEARS, P.; HILLIER, D.; COMFORT, D.; LOWELL, J. Return to traditional values? A case study of Slow Food.**British Food Journal**, v. 105, p.297-304, 2003.

LUCAS, S. D. M; TSUCHIYA, A. C.; SOUZA, M.; MATTANA, A.; PEREIRA**,** C. **Caracterização microbiológica de queijo colonial da região oeste do Paraná. In:**_____ V Encontro Nacional de Difusão Tecnológica, 5, Medianeira-PR-BR. **Anais...** Medianeira: 2008.

Machado, E. C. **Características físico-químicas e sensoriais do queijo Minas artesanal produzido na região do Serro, Minas Gerais.** 2002. 147 f. Dissertação (Mestrado em Medicina Veterinária), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

MACDONALD, K. I. The morality of cheese: A paradox of defensive localism in a transnational cultural economy. **Geoforum**, v. 44, p. 93-102, 2013.

MARSDEN, T. K.; RENTING, H. Uma réplica ao artigo: Compreendendo as redes alimentares alternativas: o papel de cadeias curtas de abastecimento de alimentos no desenvolvimento rural. GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

MINTZ, S. W. **Comida e Antropologia: Uma breve revisão.**Revista brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, v.16, n.47, p. 31-41, 2001

OLIVEIRA, F. C.; SOUSA, V. F.; JÚNIOR, J. O. L. O. (Orgs.); FREITAS, A. C. R. ... et al. **Estratégias de desenvolvimento rural e alternativas tecnológicas para a agricultura familiar na Região Meio-Norte**. Teresina-PI: Embrapa Meio-Norte, 376 p., 2008.

OLIVEIRA, D. F.; BRAVO, C. E. C.; BADARÓ, A. C. L.; TONIAL, I. B. **Análise da composição físico-química, conteúdo lipídico e qualidade higiênico-sanitária de queijos coloniais**. In: Congresso Nacional de Laticínios, Juiz de Fora. Anais do XXVII Congresso Nacional de Laticínios, Juiz de Fora, MG. 2010.

PIRES, A. P. Amostragem e pesquisa qualitativa: ensaio teórico e metodológico. In: POUPART, J.; DESLAURIERS, J. P.; GROULX, L. H.; LAPEMÈRE, A.; MAYER, R.; PIRES, A. P. (Orgs.). **A pesquisa qualitativa:** enfoques epistemológicos e metodológicos**.** Petrópolis: Editora Vozes; 2008. p. 154-211

PREZOTTO, L. L. Qualidade ampla: Referência para a pequena agroindústria rural inserida numa proposta de desenvolvimento regional descentralizado*: In*LIMA, **Inovações nas tradições da agricultura familiar**. Dalmo M. de Albuquerque; WILKINSON, John (Org.) Brasília: CNPq/Paralelo 15, p. 285-300. 2002.

SCARABELOT, M.; SCHNEIDER, S. As cadeias agroalimentares curtas e desenvolvimento local – um estudo de caso no município de Nova Veneza/SC. **Revista Faz Ciência**. Unioeste. Vol. 14, n 19-jan/jun, p.101-130, 2012.

SILVEIRA, P. R. C.; TREVISAN, A. **A produção e comercialização de queijos coloniais:** dinâmicas de validação social da qualidade. In: XLV Congresso da SOBER. 2007, Londrina. Anais... Londrina, 13 p., 2007.

TRICHES, R. M.; CRUZ, F. T. As diferentes dimensões de uma alimentação escolar de qualidade. In: TEO, C. R. P. A.; TRICHES, R. M. (Org.). **Alimentação Escolar**: construindo interfaces entre saúde, educação e desenvolvimento. 1ed.Chapeco: Argos, 2016, v. 1, p. 315-344.

VIANA, C. E.; FARIÑA, L. O. de. **Avaliação química e microbiológica do queijo colonial produzido no Município de Realeza – PR.** Curso de Pós Graduação em Segurança Alimentar, Políticas públicas e tecnologia Agroindustrial, nível especialização. UNIOESTE, Francisco Beltrão/PR, 2013.

ZUIN, L. F. S.; ZUIN, P. B. Produção de alimentos tradicionais. Contribuindo para o desenvolvimento local/regional e dos pequenos produtores rurais.**Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional.**v. 4, n. 1, p. 109-127, 2008.

WILKINSON, J.; MIOR, L. C. Setor informal, produção familiar e pequena agroindústria: interfaces. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Outubro, p. 29-45, 1999.

WILKINSON, J. **Mercados, redes e valores:** o novo mundo da agricultura familiar. Porto Alegre: UFRGS, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, 216p. 2008.

Sobre os autores

Camila Eduarda Viana – Graduação em Ciências Biológicas pela Universidade Paranaense (UNIPAR); Especialização em Segurança Alimentar, Políticas Públicas e Tecnologias pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE); Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS); Doutoranda em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). **OrcID** – https://orcid.org/0000-0002-2804-9127

Rozane Marcia Triches – Graduação em Nutrição pela Universidade Regional do Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI); Mestrado em Epidemiologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Doutorado em Desenvolvimento Rural pela

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Pós-doutorado em Ciências da Saúde pela City University London; Docente na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). **OrcID** – https://orcid.org/0000-0002-4460-4821

Fabiana Thomé da Cruz – Graduação em Engenharia de Alimentos pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Mestrado em Agroecossistemas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Doutorado em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Pós-doutorado em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Docente na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). **OrcID** – https://orcid.org/0000-0001-8697-7362

Como citar este artigo

VIANA, Camila Eduarda; TRICHES, Rozane Marcia; CRUZ, Fabiana Thomé da. Que qualidades para quais mercados? O caso do queijo colonial da microrregião de Capanema, Paraná. **Revista NERA**, v. 22, n. 49, p. 189-210, 2019.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos (as) autores (as). As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. A autora **Rozane Marcia Triches** ficou especialmente responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual; a segunda autora **Camila Eduarda Viana**, pela aquisição de dados e suas interpretação e análise; e a terceira **Fabiana Thomé da Cruz**, pelos procedimentos técnicos e tradução do artigo.

Recebido para publicação em 26 de junho de 2018.
Devolvido para a revisão em 27 de setembro de 2018.
Aceito para a publicação em 28 de outubro de 2018.

Produção agrícola familiar no Brasil: experiências materializadas em três mesorregiões do estado de Goiás

Flávio Reis Santos
Universidade Estadual de Goiás (UEG) – Morrinhos, Goiás, Brasil.
e-mail: reisdossantos.flavio@gmail.com

Magda Valéria Silva
Universidade Federal de Goiás (UFG) – Catalão, Goiás, Brasil.
e-mail: magdaufgcatalao@yahoo.com.b

Resumo

A agricultura familiar realizada pelo pequeno produtor rural emerge como possibilidade e alternativa de produção, fortalecendo-se ante aos impactos econômicos, políticos e sociais decorrentes do processo de modernização conservadora inaugurado na década de 1950, efetivado nas décadas subsequentes em meio às necessidades de consumo de alimentos da sociedade contemporânea e substancialmente aprofundado em meio ao processo de globalização econômica capitalista. Nesse contexto, o presente estudo tem por universo de investigação o meio rural brasileiro e apresenta como objetivo inicial a possibilidade de contextualizar a importância da agricultura familiar no Brasil e, mais especificamente, discutir algumas experiências das atividades agrícolas familiares, desenvolvidas por produtores rurais no estado de Goiás. Optamos por focalizar as nossas investigações na análise política e social de produção e reprodução da vida humana. Constatamos que a agricultura familiar constitui atividade produtiva estratégica de grande importância para a inserção, recuperação e manutenção do emprego em tempos de globalização, fundamental para assegurar a redistribuição de renda e para impulsionar um desenvolvimento que venha contribuir para a superação da atual crise social e econômica brasileira.

Palavras-chave: Meio rural; produção agrícola; políticas públicas.

Familiar agricultural production in Brazil: experiences materialized in three mesoregions of the state of Goiás

Abstract

The small-scale farmers' family farming emerges as a possibility and alternative to production, strengthening the economic, political and social impacts of the process of conservative modernization inaugurated in the 1950s, which took place in subsequent decades amid the consumption needs of food of contemporary society and substantially deepened in the process of capitalist economic globalization. In this context, the present study has as a research field the Brazilian rural environment and presents as an initial objective the possibility of contextualizing the importance of family farming in Brazil and, more specifically, discussing some experiences of family farming activities developed by rural producers in the state of Goiás. We chose to focus our investigations on the political and social analysis of production and reproduction of human life. We find that family farming is a strategic productive activity of great importance for the insertion, recovery and maintenance of employment in times of globalization, fundamental to ensure the redistribution of income and to foster a development that will contribute to overcoming the current social and economic crisis Brazilian.

Keywords: Rural areas; agricultural production; public policy.

Producción agrícola familiar en Brasil: experiencias materializadas en tres mesorregiones del estado de Goiás

Resumen

La agricultura familiar realizada por el pequeño productor rural emerge como posibilidad y alternativa de producción, fortaleciéndose ante los impactos económicos, políticos y sociales derivados del proceso de modernización conservadora inaugurado en la década de 1950, efectuado en las décadas subsiguientes en medio de las necesidades de consumo de consumo alimentos de la sociedad contemporánea y sustancialmente profundizado en medio del proceso de globalización económica capitalista. En este contexto, el presente estudio tiene por universo de investigación el medio rural brasileño y presenta como objetivo inicial la posibilidad de contextualizar la importancia de la agricultura familiar en Brasil y, más específicamente, discutir algunas experiencias de las actividades agrícolas familiares desarrolladas por productores rurales en el estado En el análisis político y social de producción y reproducción de la vida humana, optamos por enfocar nuestras investigaciones en el análisis político y social de producción y reproducción de la vida humana. Constatamos que la agricultura familiar constituye una actividad productiva estratégica de gran importancia para la inserción, recuperación y mantenimiento del empleo en tiempos de globalización, fundamental para asegurar la redistribución de la renta y para impulsar un desarrollo que venga a contribuir a la superación de la actual crisis social y económica brasileña.

Palabras-clave: Medio rural; producción agrícola; políticas públicas.

Introdução

O modelo dominante de propriedade da terra no Brasil foi caracterizado pelo latifúndio, ou seja, marcado pela dissociação entre a propriedade da terra e a sua função de moradia. Esta ocorrência se expressa e configura em realidade, pela própria ausência do grande proprietário fundiário de suas terras – pelo *status quo* mantém residência na cidade – aprofundada e ampliada de forma permanente com o transcorrer do tempo. Nesse sentido, a propriedade da terra vincula-se, exclusivamente, aos aspectos de ordem econômica, que abarcam desde investimentos no processo e atividades produtivas até a mera especulação imobiliária, expressos no desprendimento do latifundiário e de sua família com a vida e o contexto socioeconômico local, visto que rara exceção reside no meio rural (WANDERLEY, 2000b).

A dissociação entre a propriedade da terra e o envolvimento e/ou pertencimento ao meio rural exprimem as experiências de outras categorias sociais rurais como os trabalhadores assalariados, trabalhadores sazonais, meeiros, pequenos produtores agrícolas que, diante das dificuldades e das precárias condições tanto de acesso à terra quanto de manutenção de sua propriedade não estabelecem vínculos com o lugar de trabalho, o que inviabiliza qualquer possibilidade de fixação de moradia local, e, portanto, de dinamização da vida social rural. Esta ocorrência é reiterada pela “dimensão do contingente

de trabalhadores agrícolas que viviam no interior das grandes propriedades e que foram expulsos não só de seus lugares de moradia, mas também do próprio meio rural" (WANDERLEY, 2000a, p. 31).

O esvaziamento do meio rural, portanto, decorre diretamente da saída em grande quantidade de seus habitantes, sobretudo, dos pequenos proprietários agrícolas, que não dispõem de recursos para fazer frente ao latifúndio, ao grande capital e, mais recentemente, à hegemonia do agronegócio[1], que contribui para restringir e, por vezes, eliminar qualquer possibilidade de manutenção do dinamismo social rural. Aqueles que insistem e persistem em permanecer na terra constituem, efetivamente, o meio rural: "pessoas que se relacionam em função da referência ao patrimônio familiar, vinculadas, portanto, às unidades familiares agrícolas e aos laços de vizinhança, o que inclui os trabalhadores assalariados que permanecem no meio rural" (WANDERLEY, 2000a, p. 33).

As transformações do meio rural e, mais precisamente, dos meios e modos da produção agrícola, desencadeados a partir da revolução verde, decorrentes da tecnificação e tecnologização da sociedade capitalista, aprofundadas pelo projeto desenvolvimentista urbano-industrial dos generais-presidentes (1964-1985), intensificadas com a extinção de todas as barreiras para assegurar o estabelecimento e expansão plenos do processo de globalização do capital modificaram, por consequência, os padrões e as relações de produção no interior das pequenas propriedades agrícolas familiares, bem como, a sua interação com a sociedade em si.

Essas mudanças, de uma parte, exprimem a posição do agricultor familiar ao processo de modernização da produção no meio rural e, em especial, ao agronegócio, concentrado na produção de vastas monoculturas destinadas ao mercado externo, grande responsável pelo desmantelamento da pequena propriedade rural e pela degradação do meio ambiente natural e da biodiversidade. De outra parte, representa uma possibilidade de inserção no mercado interno, na medida em que atende parcialmente às demandas alimentares da população brasileira. De acordo com a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, a produção agrícola familiar no ano de 2015 era responsável pela produção de 70% dos alimentos consumidos no país: "mandioca (87%), feijão (70%), milho (46%), leite (58%), carne suína (59%), carne de aves (50%)", dentre outros (BRASIL, 2015, p. 1).

Esclarecemos que o presente estudo tem por objetivo inicial a possibilidade de contextualizar a importância da agricultura familiar no Brasil e apontar os principais dispositivos que a definem e, mais especificamente, expressar as experiências das

[1] A produção agrícola e manutenção da vida no interior da pequena propriedade familiar rural têm sido submetidas a profundas transformações nas últimas décadas, sendo impactada pelo caráter conservador da modernização agrícola, demasiadamente discriminatória, parcial e incompleta (LAMARCHE, 1993).

atividades agrícolas familiares desenvolvidas por produtores rurais de três das cinco mesorregiões do Estado de Goiás, mais especificamente, do Centro Goiano (municípios de Rubiataba e de Itapuranga), do Norte Goiano (município de Mara Rosa) e do Sul Goiano (municípios de Rio de Verde e de Morrinhos). Para empreender a pesquisa, optamos por empregar como recurso teórico-metodológico a pesquisa bibliográfica, pois entendemos que os livros, artigos científicos, teses, dissertações constituem fontes que merecem ser pesquisadas considerando as contribuições de outros especialistas, focalizados na investigação e análise política e social de produção e reprodução da vida humana, isto é, o modo que o homem produz os meios para assegurar a sua existência depende da natureza dos meios encontrados para a sua produção e reprodução (SEVERINO, 2007).

A produção dos meios que permitem satisfazer as necessidades do homem é condição básica e indispensável para garantir a vida, na qual os instrumentos e a ação empregados na satisfação dessas necessidades resultam em novas necessidades, de acordo com determinado contexto social e político. Nesse sentido, faz-se imprescindível o estudo e a construção da história dos homens em estreita correlação com a história dos meios e modos de produção e das trocas (MARX; ENGELS, 2007). Portanto, só é possível pensar a matéria em seu processo de transformação, visto que a possibilidade do conhecimento e da verdade histórica não é uma questão metafísica; a sua validação ocorre com a prática, em materialidade. Nestes termos, o homem somente pode ser entendido como ser social e histórico que, embora determinado por distintos contextos sociais, econômicos, políticos e culturais, também é responsável pela concretização de sua realidade e pela transformação de tais contextos, intermediados por sua ação política.

Nesse contexto, é possível inferir que a atividade agrícola familiar desenvolvida pelo pequeno produtor rural emerge como possibilidade e alternativa de produção, fortificando-se ante aos impactos econômicos, políticos, sociais, culturais e ambientais produzidos a partir do processo de modernização conservadora – revolução verde – da década de 1950, efetivando-se nas décadas seguintes em meio às necessidades de consumo de alimentos da sociedade contemporânea, consolidando-se em meio ao processo de globalização econômica capitalista.

O meio rural, a produção agrícola e a agricultura familiar

A dinâmica que tem movimentado a sociedade capitalista desde a sua emergência decorre da implementação, implantação e desenvolvimento dos processos de industrialização, urbanização e modernização da agricultura. As substanciais transformações consequentes desses processos não resultaram numa homogeneização da sociedade suficiente e capaz de eliminar as características específicas e as particularidades gerais de determinadas territorialidades e de seus agrupamentos sociais. Considerando a sua concepção mais ampla, a modernização em si, produziu a redefinição das relações

entre diferentes espaços, em especial, entre o meio rural e o meio urbano, o que propiciou ao produtor rural um lugar na sociedade em constante transformação, ou seja, possibilitou o reconhecimento de sua importância social, política, econômica e cultural na contemporaneidade (WANDERLEY, 2000b).

De acordo com a explicação de Mendras (1995), o meio rural tradicionalmente apresenta cinco características centrais, a saber: autonomia em relação à sociedade globalizada; relevância estrutural de seus grupos interna e externamente à sociedade rural; sistema econômico relativamente autônomo; sociedade de interconhecimento; permanente mediação entre a sociedade rural e a sociedade globalizada. Wanderley (2000b, p. 91), complementa que o principal sujeito histórico dessa sociedade rural tradicional é o agricultor, que por sua atividade laboral e modo de vida expressa o núcleo central dessa sociedade e "mesmo habituado a conviver com outros indivíduos e categorias sociais, sempre foi percebido como o esteio econômico, social e cultural do meio rural".

As relações entre a sociedade rural e a sociedade urbana eram entendidas como relações de oposição ou de afastamento. O meio rural, entretanto, está diretamente associado ao meio natural, espaço em que a agricultura e a vida rural existem e se movimentam, diferentemente, do espaço urbano, apreendido como meio técnico (WANDERLEY, 2000b). O meio rural era o responsável pela construção e desenvolvimento histórico da sociedade, na qual, gravitavam como "parasitas tutelares" as áreas urbanas. Contudo, as cidades já ensaiavam e exerciam algumas funções de dominação sobre o campo que, com o passar dos anos acabou por inverter as relações entre ambos: as cidades submeteram o meio rural aos seus mandos e desmandos, tornando-o seu servo obediente e subserviente (DUBY, 1991).

Wanderley (2000b, p. 92) argumenta que o processo de crescimento e expansão das cidades se acelera e sua forma se transforma: "aumentam as punções sobre o meio rural, intensifica-se o êxodo rural e as cidades passam a exercer um domínio financeiro, administrativo e cultural sobre o campo". Tais transformações alteraram substancialmente o modo de produção agrícola nas sociedades rurais tradicionais, que podem ser caracterizadas pela gradativa modernização do processo produtivo agrícola, maior integração e interação deste setor com os mercados interno e externo. O desenvolvimento industrial:

> [...] na medida em que se concentrou nos espaços urbanos reiterou a estreita identificação entre a atividade agrícola e o meio rural; [...] o lugar da agricultura no crescimento econômico se definiu pela sua importância para a acumulação do capital no quadro das políticas intersetoriais keynesianas, a política agrícola gerava para a indústria uma reserva de mão de obra e a expansão de novos mercados. [...] Para responder à crise que resultou da estreita subordinação da agricultura, a legislação, então adotada expressou um "*compromisso institucional*" que, mesmo procurando atender às reivindicações referentes à paridade de renda, entre a agricultura e os

> demais setores, e, a uma maior participação dos sindicatos de agricultores nas instâncias administrativas de decisão, reafirmou aquela subordinação (WANDERLEY, 2000b, p. 93-94, grifos originais).

Foi no interior desse processo de transformação do sistema capitalista que as discussões sobre a agricultura familiar e de sua produção ganharam legitimidade, pois passaram a fazer parte do discurso político-ideológico dos movimentos sociais e dos sindicatos rurais, sendo absorvidas pelo universo acadêmico-científico como unidade produtiva inserida no sistema de produção capitalista contemporâneo. Contudo, é importante salientar, que o processo de modernização da agricultura reforçou a subordinação do campo à cidade, visto que aprofundou:

> [...] a dependência da produção agrícola aos insumos industriais e ao associá-la cada vez mais aos mercados consumidores urbanos. De fato, na grande maioria dos países desenvolvidos, desde o período do pós-guerra, o modelo de desenvolvimento agrícola teve como objetivo principal assegurar a autossuficiência em produtos agrícolas, especialmente, em produtos alimentares. Consequentemente, as políticas adotadas tinham como prioridade o aumento da eficiência do setor produtivo, que se expressou na implantação do modelo produtivista da modernização agrícola, cuja base era a adoção de sistemas intensivos de produção e a crescente integração à complexa economia de mercado (WANDERLEY, 2000b, p. 94).

No Brasil, as discussões sobre a agricultura familiar ganharam expressão e legitimidade social, econômica, política e acadêmica em consequência da ação e atuação dos movimentos sociais rurais e sindicatos de trabalhares rurais, que retornaram ao cenário nacional na década de 1980, após o encerramento da ditadura civil-militar brasileira. Destacamos nesse período, as lutas empreendidas pelos movimentos sociais em defesa da reforma agrária e dos direitos das populações e dos trabalhadores rurais, em especial, pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).

No decorrer da década de1990 a atuação desses movimentos adquiriu substância em decorrência direta dos Congressos Nacionais do MST, da ocorrência das Jornadas Nacionais de Luta transformadas no Grito da Terra Brasil organizadas pela CONTAG, aliada ao Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais (DNTR), por sua vez, vinculado à Central Única dos Trabalhadores (CUT). Esses eventos aconteceram e acontecem periodicamente. Foi em consequência dessas manifestações políticas que a expressão “agricultura familiar” emergiu e adquiriu significado e representatividade (SCHNEIDER, 2003; 2010).

É pertinente esclarecer que predominava (predomina) no meio rural brasileiro, diversos grupos sociais que direta ou indiretamente descendiam dos povos da terra (indígenas), de imigrantes europeus, sobretudo, portugueses e espanhóis, de escravos negros africanos livres ou fugitivos – em boa parte dos casos organizados em quilombos – que no processo histórico-cultural de nosso país se miscigenaram e passaram a receber

inúmeras denominações como colonos, sertanejos, catingueiros, caipiras, sitiantes, arrendatários, posseiros, meeiros, e, por último, assentados de reforma agrária, que incluí nova diversidade a partir do entendimento de que são povos que vivem no campo: agricultores, trabalhadores rurais, ribeirinhos, pescadores, extrativistas, atingidos por barragens etc.

Nesse contexto, faz-se necessária a realização de alguns esclarecimentos acerca da discussão que envolve as populações que vivem e trabalham no meio rural e os agricultores familiares como categorias socioeconômicas que se organizam por meio das relações de trabalho e da produção em família. Schneider e Niederle (2008, p. 992) argumentam que as similaridades entre ambas se encontravam na constatação de que "trabalho, produção e família [formavam] um conjunto que [operava] de forma unificada e sistêmica, cultivando organismos vivos e gerenciando processos biológicos por meio dos quais [buscava] criar as condições materiais" para assegurar a manutenção da vida, o que permitia inferir que, "a organização social e econômica, o processo de trabalho e de produção, as relações com os mercados e as formas de transmissão patrimonial [eram] fortemente influenciadas pelas relações familiares".

Entretanto, o processo de transformação e desenvolvimento do sistema capitalista passou a interferir diretamente nas relações familiares e de trabalho no interior da pequena propriedade rural e em sua inserção e interação no e com o mercado. Nesse sentido, apontamos que os aspectos que passaram a ser utilizados para distinguir os agricultores familiares em meio às diversas populações que fincaram raízes em diferentes localidades do território brasileiro – por similares ou distintas circunstâncias sociais e econômicas – são consequência de sua atividade laboral, dos vínculos e das relações que estabelecem com o mercado capitalista à medida que se intensifica e se torna mais dinâmica e complexa a sua participação na divisão social do trabalho na sociedade globalizada. Schneider e Niederle (2008) inferem que à medida que agricultura familiar foi submetida a um conjunto variado de pressões econômicas externas ao sistema produtivo ocorreu:

> [...] um processo de transformação que, aos poucos, [foi] comprometendo várias de suas características originais. Essas mudanças na forma de produção também [afetaram] aspectos da cultura e da sociabilidade, o que [acabou] transformando e metamorfoseando o próprio modo de vida. O processo de mercantilização crescente da vida social e econômica [levou] a uma crescente interação e integração das famílias aos mercados. Como resultado, [reduziu-se] consideravelmente a sua autonomia, já que [passaram] a depender da compra de insumos e ferramentas para produzir e reproduzir o ciclo (SCHNEIDER; NIEDERLE, 2008, p. 995).

Em tal contexto, as possibilidades e estratégias de produção e reprodução socioeconômicas das famílias que habitam e trabalham no meio rural se tornam cada vez mais restritas, adstritas e dependentes do mercado externo. Essa condição de subordinação da mercantilização das relações de trabalho e de produção "tendem a alterar o ambiente

social e econômico em que estão situadas as unidades familiares. Portanto, quanto maior o grau de mercantilização em um determinado território, mais forte a pressão para que o conjunto das relações sociais ali existentes também siga esse mesmo padrão de ordenamento e funcionamento" (SCHNEIDER; NIEDERLE, 2008, p. 996).

A efetivação da agricultura familiar no Brasil decorreu das reivindicações – conforme apontamos anteriormente –, das lutas e das pressões exercidas pelos movimentos sociais e pelos sindicatos rurais, que resultou na publicação do Decreto n. 1.946/1996 que criou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), destinado a "estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural" (BRASIL, 1996).

O PRONAF foi criado com o propósito de disponibilizar crédito agrícola e assistência técnica institucional aos pequenos produtores rurais até então invisíveis para o mercado capitalista; excluídos de todas as políticas públicas no decorrer da década de 1980 e enfrentavam grandes dificuldades para se manterem em atividade. Schneider (2003, p. 100) argumenta que o sindicalismo rural brasileiro "passou a reforçar a defesa de propostas que vislumbrassem o compromisso cada vez mais sólido do Estado com a categoria social considerada específica e que necessitava de políticas públicas diferenciadas (juros menores, apoio institucional etc.)".

As conquistas em prol da agricultura familiar podem ser traduzidas na promulgação da Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2003, que estabeleceu as diretrizes para a formulação da Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais e da Lei n. 12.512, de 14 de outubro de 2011, que institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais[2]. Diante dessa configuração, o universo acadêmico-científico ampliou as suas pesquisas, perspectivas e concepções para além das discussões sobre os embates, conflitos e possibilidades da reforma agrária e dos assentamentos, bem como absorveu novo entendimento sobre os problemas associados ao desenvolvimento e às migrações. Constatando, portanto, "a afirmação da temática ambiental e da sustentabilidade e o crescente interesse por novos temas, como a conformação do mercado de trabalho e a dinâmica ocupacional da população rural" (SCHNEIDER, 2003, p. 100).

Ao considerar tal disposição, Schneider (2003) ressalta a necessidade de se ampliar e intensificar as investigações nessa direção e reafirma a importância da agricultura

[2] Dentre as linhas de crédito disponibilizadas pelo PRONAF, explicitamos as do Grupo B, em que a renda bruta familiar anual dos beneficiários não pode ultrapassar R$ 20.000,00 e ficam impossibilitados de contratar trabalho assalariado permanente: custeio, mais alimentos, agroindústria, agroecologia, eco, floresta, semiárido, mulher, jovem, custeio e comercialização de agroindústrias familiares, cota-parte.

no meio rural, ao apontar que a sua variação decorre das características regionais e dos ecossistemas naturais locais, todavia:

> [...] não se pode imaginar que ela própria não tenha sido modificada no período recente. Em contextos internacionais, a dinâmica da própria agricultura no espaço rural vem sendo condicionada e determinada por outras atividades, passando a ser cada vez mais percebida como *uma* das dimensões estabelecidas entre a sociedade e o espaço ou entre o homem e a natureza. Talvez o exemplo emblemático dessa mudança estrutural seja a emergência e a expansão das unidades familiares pluriativas[3] (SCHNEIDER, 2003, p. 100, grifo original).

Ao refletir sobre a pluriatividade no meio rural, Wanderley (2000b, p. 121), afirma que este contexto nas atividades profissionais das unidades familiares depende de "sua capacidade de adquirir a competência cada vez mais complexa exigida pela própria atividade agrícola e, por sua capacidade de ocupar os espaços não agrícolas, que se expandem no meio rural". Atualmente, o que melhor exprime a constituição socioprofissional dos agricultores é:

> [...] a diversidade de situações, tanto quanto de estratégias adotadas; neste caso, à competência, no que se refere ao campo propriamente profissional, da produção agrícola, imposição crescente da inserção em mercados competitivos, deve-se acrescentar a necessidade frequente de que os agricultores se tornem polivalentes e pluriativos, capazes, portanto, de estender a sua atuação profissional para além da produção agrícola – especialmente nas fases de transformação e comercialização dos produtos – e ampliar a renda com atividades agrícolas ou não, dentro ou fora do estabelecimento familiar (WANDERLEY, 2000b, p. 122-123).

As atividades produtivas agrícolas se modernizam de forma constante, na conformidade da concepção weberiana da expressão em si, "a de um reino do cálculo sobre a atividade humana", que acompanha, controla e fiscaliza todas as ações, desde "a preparação das rações alimentares para o gado até a gestão informatizada das parcelas, passando pela contabilidade, propriamente dita, nada se faz sem cálculo" (BOURG, 1990, p. 73).

A Agricultura Familiar no Brasil

Nas últimas décadas o Brasil experimentou um conjunto de transformações significativas no universo rural e se deparou com a emergência e estabelecimento de uma nova categoria sócio-política-econômica: a agricultura familiar, resultante da convergência de fatores que caracterizaram a reorientação produtiva capitalista mundial e encaminhou as populações rurais à construção de novos modelos produtivos vinculados à diversidade socioespacial brasileira, que pode ser expressa pelas realidades vividas por assentados de reforma agrária, indígenas, quilombolas, lavradores, geraizeiros, ribeirinhos, atingidos por barragens, pescadores artesanais, extrativistas etc. Conforme afirmamos, o reconhecimento

[3] A organização do trabalho familiar vem sendo denominada pluriatividade e refere-se a situações sociais em que os indivíduos que compõem uma família com domicílio rural passam a se dedicar ao exercício de um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas não necessariamente ligadas à agricultura ou ao cultivo da terra (SCHNEIDER, 2003, p. 100-101).

dessa diversidade e a legitimidade da agricultura familiar é consequência da luta empreendida pelos movimentos sociais e sindicatos rurais de e em nosso país que pode ser traduzida pela implementação da Lei n. 11.326/2006.

O entendimento da agricultura familiar requer imprescindivelmente sua apreensão como categoria sócio-política-econômica, vinculada ao movimento histórico de luta pela formulação e implantação de políticas públicas e de atuação efetiva do Estado nas questões do universo rural. O desenvolvimento experimentado pelo meio rural nos últimos anos é resultado da instituição de políticas específicas e do reconhecimento da agricultura familiar que haviam contribuído para "amenizar o processo de expulsão acelerada das famílias do campo, mas sem conseguir dar conta de outras transformações em curso, tais como as questões demográficas que envolvem a redução das taxas de fecundidade e a sucessão no meio rural" (NIEDERLE; FIALHO; CONTERATO, 2015, p. 11).

Há muito a conquistar, há muito a melhorar, há muito a avançar para que as populações que habitam o meio rural tenham de fato, condições de realizar atividades produtivas que assegurem a sua existência de forma digna na excludente lógica econômica capitalista em permanente transformação. Nessa direção, Niederle, Fialho e Conterato (2015) argumentam que, apesar das conquistas resultantes da ação e atuação dos sindicatos e movimentos sociais rurais a partir da segunda metade da década de 1980, a sociedade brasileira continua:

> [...] presenciando graves situações de privação de direitos e liberdades no meio rural, como aquela que se expressa na submissão dos trabalhadores rurais às condições de trabalho escravo contemporâneo; convivência com índices ainda elevados de violência no campo, fruto das resistências que se impuseram às políticas trabalhistas e de reforma agrária; crise de saúde pública em decorrência de mudanças radicais nos padrões de consumo alimentar; práticas agrícolas danosas ao meio ambiente e a saúde, em particular o fato de termos assumido a dianteira mundial no uso de agrotóxicos; e, de modo mais amplo, a convivência com inúmeros dilemas políticos que bloqueiam as tentativas de reforma institucional do Estado, criando barreiras ao aprofundamento dos processos democráticos e, portanto, ao efetivo reconhecimento dos diferentes grupos sociais que povoam o rural brasileiro (NIEDERLE; FIALHO, CONTERATO, 2015, p. 10).

Considerando as fragilidades e deficiências da legislação brasileira em vigência, não podemos deixar de revalidar a importância, primeiramente, da criação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (Lei n. 11.326/2006), pois privilegiou as famílias proprietárias de terras com área de até quatro módulos fiscais[4], levou em conta a utilização predominante de mão de obra da própria família no processo produtivo e estabeleceu que a maior parte da renda familiar deve provir das atividades agropecuárias desenvolvidas no interior da propriedade rural. E, em segundo lugar, da

[4] Módulo fiscal é a medida que define o enquadramento das propriedades rurais em pequenas, médias e grandes. Sua medida é expressa em hectares e varia de município para município brasileiro, de acordo com a atividade agrícola e pecuária desenvolvida na localidade, a renda obtida com esta atividade e a distância do município em relação aos grandes centros urbanos.

implementação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), na proporção em que absorveu parte da mão de obra no meio rural e ampliou a oferta de alimentos no mercado nacional. Várias ações se desdobraram de forma "mais ou menos vinculadas ao crédito rural diferenciado, que resultou na criação de "um *pool* de políticas que se tornaram fundamentais para garantir a produção e reprodução da agricultura familiar, ao mesmo tempo abriu um enorme campo de pesquisas para os estudiosos rurais" (NIEDERLE; FIALHO; CONTERATO, 2015, p. 11).

Nessas condições, a produção agrícola familiar ganhou espaço no mercado interno, de acordo com as informações disponibilizadas pelo último Censo Agropecuário Brasileiro, aproximadamente 72,8% das propriedades rurais do país praticavam a agricultura familiar, que podem ser traduzidas em torno de 3,7 milhões de pequenas propriedades distribuídas em uma área de 72 milhões de hectares, ou seja, pouco mais 20% da área total ocupada por estabelecimentos rurais, o que reforça a histórica concentração fundiária e a absurda desigualdade da distribuição de terras em nosso país (IBGE, 2017).

O Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) – atual Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário –, afirma que a agricultura familiar tem demonstrado a sua importância econômica no mercado interno e se constituído como a maior responsável pela segurança alimentar do país. A competência e eficiência das atividades produtivas agrícolas familiares tem superado o *agribusiness*, o que pode ter relação direta com o quantitativo de mão de obra empregada no processo produtivo, visto que os estabelecimentos familiares empregam mais de 12,3 milhões pessoas, enquanto que os estabelecimentos patronais absorvem 4,2 milhões de pessoas em suas atividades produtivas, o que evidencia a importância da agricultura familiar na geração de empregos no meio rural.

Existem no Brasil de acordo com o Censo Agropecuário do IBGE (2017), 5.072.152 propriedades rurais, das quais 3.692.527 (72,8%) dedicavam-se à produção agrícola familiar, contra 1.379.625 (27,2%) grandes propriedades rurais, centradas na produção para a satisfação das necessidades do mercado externo, em sua maioria. Esses números expressam a significativa desigualdade entre os dois modelos, visto que o primeiro ocupa apenas ¼ de toda a área dedicada à produção agrícola do país e emprega sete de cada dez trabalhadores no meio rural. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística recalculou o indicador da desigualdade no campo (Coeficiente GINI)[5], que atingiu 0,854 pontos percentuais, bem próximo dos resultados obtidos nos censos agropecuários anteriores – 1996 = 0,856 pontos e 1985 = 0,857 pontos.

[5] O Índice Gini consiste em um coeficiente variável entre 0 e 1, em que 0 corresponde à completa igualdade e 1 à completa desigualdade. Portanto, a distribuição de terras em nosso país aproxima-se da completa desigualdade.

A concentração fundiária no Brasil é uma das mais desiguais do mundo, visto que as grandes fazendas com mais de 1 mil hectares ocupam 43% da soma de todas as propriedades rurais do país, enquanto que as pequenas propriedades com até 10 hectares ocupam apenas 2,7% da área total. Em números absolutos, 5,2 milhões de propriedades rurais ocupam 36% de todo o território nacional. Ao compararmos em âmbito geral, o tamanho médio das propriedades agrícolas familiares com as grandes propriedades rurais, chegamos aos seguintes números: pequenas propriedades familiares = 18,37 hectares; latifúndios = 309,18 hectares.

O Relatório do Censo aponta que a partir da segunda metade da década de 1990 houve grande expansão do agronegócio, amplamente favorecida pelo ciclo expansionista do comércio agrícola mundial. Portanto, a nova configuração conjuntural econômica capitalista não democratizou a histórica desigualdade entre pequenos proprietários e latifundiários, muito pelo contrário, colaborou mesmo para o seu aprofundamento. Contudo, considerando o difícil cenário que caracteriza a realidade da propriedade rural brasileira, não podemos deixar de apontar uma ocorrência relevante tanto para o presente estudo como para a sociedade brasileira em geral, que se refere à produção agrícola familiar e nos surpreende na medida em que verificamos que dos 80,3 milhões de hectares ocupados pela agricultura familiar, apenas 22% são destinadas às lavouras, superados inclusive pelas áreas ocupadas pelas matas, florestas ou sistemas agroflorestais, que são de 28% e, sobretudo, pelas pastagens com 45% do total. A nossa surpresa é consequente da constatação de que a agricultura familiar brasileira responde por 70% dos alimentos consumidos no mercado nacional (BRASIL/MDA, 2015).

Del Grossi e Marques (2010) argumentam que apesar das propriedades agrícolas familiares ocuparem 24,3% (80,3 milhões de hectares) da área total utilizada para a agricultura, elas são responsáveis por 38% do valor bruto da produção e por 34% das receitas do meio rural brasileiro. Enquanto a agricultura familiar ocupa mais de 15 pessoas por 100 hectares gerando uma renda de R$ 677/ha, a agricultura patronal emprega somente 2 pessoas por hectare e produz uma renda de R$ 358/ha.

A imensa quantidade de pequenas propriedades agropecuárias não ocupa as áreas mais expressivas e produtivas materialmente cultiváveis, pois foram completamente absorvidas pelos médios e, em particular, pelos grandes produtores rurais. Entretanto, mesmo enfrentando esta contradição, as atividades produtivas dos agricultores familiares são fundamentais para assegurar a satisfação do consumo estratégico por alimentos da imensa população brasileira. Nesse sentido, consubstancia a sua imprescindibilidade para a segurança alimentar, preservação da produção de alimentos tradicionais, proteção da agrobiodiversidade, utilização sustentável dos recursos naturais e fortalecimento da economia e cultura locais (LOWDER; SKOET; SINGH, 2014).

Não é demasiado inferir que a agricultura familiar conta com condições sociais, econômicas e produtivas menos favoráveis que aquelas disponíveis à agricultura extensiva realizada nos latifúndios. É preciso considerar que os índices de analfabetismo, idade e problemas de saúde são mais elevados entre os produtores agrícolas familiares, que "tem menor acesso aos bens públicos, tecnologia e serviços para a produção em comparação com os grandes produtores agrícolas, além de ocupar terras com menores qualidades tecnológicas e muito mais expostas aos impactos das mudanças climáticas do planeta" (CEPAL/FAO/IICA, 2014, p. 49). Em nossa apreensão, o modelo tecnológico possível para atender e/ou inverter esse contexto, deve e precisa ser pautado num maior equilíbrio entre o aumento necessário da produtividade e a geração de novos postos de trabalho. Tal modelo deve ser construído por meio da produção coletiva do conhecimento e:

> [...] pela sua adaptação às condições sociais, econômicas e de trabalho em cada unidade produtiva. O conhecimento e a tecnologia devem passar por um processo de democratização, ser objeto de construção e de domínio público. O desenvolvimento da tecnologia e a assistência técnica devem ser instrumentos de qualificação da produção e do trabalho, tendo como base um enfoque sistêmico, no qual a propriedade e os trabalhadores são vistos como um conjunto integrado, em que se sobrepõem constantemente aspectos biológicos, ambientais, econômicos, sociais e culturais. A pesquisa e a assistência técnica devem visar a reestruturação e à diversificação dos sistemas de produção, com base num modelo agroecológico e sustentável de produção (DESER, 1999, p. 36).

A edificação de um modelo de desenvolvimento econômico-produtivo inovador requer uma verdadeira inversão do papel desempenhado pelo Estado para com a sociedade e de sua relação com a sociedade, a partir da materialização de profundas reformas no aparelho administrativo estatal, considerando que as ações e funções por ele exercidas são essenciais à promoção, regulação e acompanhamento do desenvolvimento econômico-produtivo do país. Em realidade, entendemos que o Estado precisa "transformar-se, de fato, em agente democrático que oriente os rumos do desenvolvimento econômico, social", político, ambiental e cultural do Brasil (DESER, 1999, p. 37).

Possibilidades e desafios da agricultura familiar no Estado de Goiás

As dificuldades que se impõem à agricultura familiar no contexto capitalista atual são inúmeras para os pequenos produtores brasileiros e, de modo singular, para aqueles que vivem e trabalham nas mais diversas regiões do Estado de Goiás, que resistem e insistem em permanecer em suas propriedades rurais na lida com a terra, por mínimas que sejam as condições para assegurar a manutenção da vida numa conjuntura de desigualdades em constante transformação. Os custos para movimentar a produção são altos, pois demandam a utilização de insumos, implementos agrícolas e o acesso às linhas de financiamento – apesar da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) – ainda é limitado, tanto em decorrência das exigências e

especificações para a concessão de crédito quanto pelo alto contingente que busca recursos nessa política do Governo Federal.

O acesso aos benefícios do PRONAF requer Cadastro de Pessoa Física (CPF) sem restrições e documento de identificação da agricultura familiar, denominado Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP), emitido pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário (SEAD)[6]. A emissão desse documento é condicionada à renda familiar, à composição da força de trabalho, às características da propriedade e à sua produção. Os serviços oferecidos e prestados pela Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) do Governo Federal são importantes para auxiliar o pequeno produtor a acessar o PRONAF, visto que uma das exigências do Programa é a entrega de um projeto técnico especificando as atividades e a aplicação dos recursos na propriedade/produção em conformidade com o manual de crédito rural (BRASIL/SEAD, 2017a).

Configurando-se como uma das principais políticas públicas de apoio à produção agrícola familiar, o PRONAF enfrenta atualmente inúmeros desafios, sobretudo, aqueles que se remetem "à capilaridade e capacidade de desenvolver empreendimentos familiar rurais espalhados pelo Brasil, bem como aumentar o número de famílias beneficiadas pelo Programa, pois o que se verifica nos últimos anos é uma "concentração do recurso para uma parcela distinta de produtores familiares, possivelmente agricultores mais desenvolvidos" e com maior poder econômico (CORCIOLI; CAMARGO, 2018, p. 269).

Não obstante aos entraves e dificuldades enfrentadas pelos pequenos produtores rurais para a satisfação das exigências da burocracia para a concessão de financiamentos, há de se apontar a publicação da Lei n. 10.696, de 2 de julho de 2003, que criou o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) alterada pela Lei n. 12.512, de 14 de outubro de 2011, regulamentada por meio do Decreto n. 7.775, de 4 de julho de 2012, que proporcionou ao agricultor familiar do Brasil e, obviamente, do Estado de Goiás, a possibilidade de escoar parte da sua produção para o mercado consumidor.

O PAA emprega mecanismos para a comercialização que devem propiciar a aquisição direta dos alimentos produzidos pelos agricultores familiares, com vistas a estimular a agregação de valor ao produto. O Programa tem o propósito inicial de promover a disponibilização de alimentos para pessoas em situação de insegurança alimentar, bem como a inclusão econômica e social no meio rural mediante o fortalecimento da produção agrícola familiar, porém, vem sofrendo no decurso de sua existência, um sistemático

[6] O cadastro e a emissão da DAP são realizados por entidades e órgãos públicos autorizados pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar: Agências ou Empresas Públicas de Assistência Técnica e Extensão Rural como EMATER, Sindicatos Rurais (Patronais), Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STTR), Sindicatos dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (SINTRAF) (BRASIL/SEAD, 2017a).

processo de esvaziamento na disponibilização e repasse dos recursos, sobretudo, nos últimos 6 anos (Tabela 1).

Tabela 1 – Distribuição Recursos PAA: Modalidades de Comercialização

Ano	Compra Doação Simultânea (CDS)	CPR-Estoque	Recursos Totais Disponibilizados
2012	395.009.413	47.182.109	586.567.131
2013	176.410.322	20.038.410	224.517.124
2014	286.446.706	31.800.872	338.004.942
2015	116.890.902	14.020.166	135.023.283
2016	183.992.761	9.572.262	197.576.718
2017	98.220.665	4.853.184	124.708.501

Fonte: CONAB (2012-2017) – Elaboração dos Autores (2018)

A variação na quantidade de recursos disponibilizados pelo Programa de Aquisição de Alimentos nos últimos anos exprime a permanente instabilidade a que está submetido o produtor agrícola familiar. Ao considerarmos os valores totais disponibilizados nos anos de 2012 e de 2013, por exemplo, constatamos uma diminuição do montante disponibilizado na ordem de 62%, nos anos de 2014 e de 2015, a diminuição se mantém na casa dos 60%, nos anos de 2016 e de 2017 a redução fica na faixa dos 37%, mas, ao observarmos a redução na disponibilização e repasse dos recursos do PAA do ano de 2013 para o ano de 2017, constatamos que o esvaziamento atingiu a ordem dos 79%, inviabilizando a venda dos produtos da agricultura familiar de inúmeras cooperativas em todo o país. Consequentemente, o número de pessoas atendidas pelo Programa despencou para menos da metade, uma vez que, de um total de 91,7 mil pessoas, apenas 41,3 mil continuaram participando do PAA, ou seja, uma diminuição de 55% dos beneficiados pelo Programa.

Para além do aprofundamento da redução dos recursos do Programa de Aquisição de Alimentos, o presidente Michel Temer no primeiro ano de seu governo (2016), cortou drasticamente outros investimentos relacionados à agricultura familiar, dentre os quais apontamos a redução de aproximadamente 40% das verbas administradas pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário – prejudicando a principal política de financiamento e assistência técnica destinada à agricultura familiar: o PRONAF. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), por sua vez, sofreu um corte médio de 50% no seu orçamento, atravancando os programas de reconhecimento de áreas quilombolas e da obtenção de terras para a reforma agrária, com vistas a regularizar a posse/propriedade da terra (MACEDO, 2017). A Confederação Nacional de Municípios (2017, p. 1), de sua parte, denunciou a redução dos recursos repassados pela “Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário prejudicou diretamente mais

de 30 mil agricultores vinculados a associações e cooperativas de 477 municípios brasileiros".

Outra política desenvolvida pelo Governo Federal que merece atenção é o Programa Nacional de Alimentação Escolar do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (PNAE/FNDE) – regulamentado pela Lei n. 11.947, de 16 de junho de 2009, determina que o mínimo de 30% dos recursos destinados aos Estados e municípios devem ser utilizados para a aquisição de alimentos junto aos agricultores familiares. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) limita a venda anual por unidade agrícola familiar em R$ 20.000,00 (vinte mil reais) para o PNAE, que em materialidade se consubstancia em mais um mercado à destinação da produção alimentar dos pequenos produtores agrícolas familiares, na medida em que pode proporcionar a concorrência para assegurar a segurança alimentar e nutricional da merenda diária dos estudantes.

Essas ações empreendidas pelo governo brasileiro em parceria com os Estados, municípios e a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), de acordo com os documentos oficiais, visam contribuir para a realização da compra direta de parte da produção "dos agricultores familiares, assentados da reforma agrária, comunidades indígenas e demais povos e comunidades tradicionais, para a formação de estoques estratégicos e distribuição à população em maior vulnerabilidade social" (BRASIL/SEAD, 2017b).

Nesse leitmotiv, reafirmando a importância característica que representa para a economia e para a alimentação da população brasileira, a produção agrícola familiar no Estado de Goiás é muito expressiva e, de acordo com dados do IBGE (2009) foi responsável pelo fornecimento dentre outros produtos de 51 mil toneladas de arroz, 46 mil toneladas de mandioca e 886 mil litros de leite de vaca (referência/safra 2005-2006) – cadeia produtiva consolidada no centro-sul do Estado. Cabe ressaltar que a quantidade de propriedades agrícolas familiares em Goiás no ano de 2006 era de 88.436 estabelecimentos rurais (IBGE, 2009, todavia, boa parte desse contingente permanecia à margem do mercado formal, sem possibilidades de acesso aos recursos fundamentais para empreender a produção no interior da pequena propriedade frente a um padrão produtivo que demanda flexibilidade constante, controle, fiscalização e qualidade sobre o trabalho e o processo produtivo.

Nesse sentido, reiteramos a importância das políticas públicas para a produção de alimentos dos agricultores familiares e sua inserção no mercado interno, mas há a necessidade premente e permanente de sua organização em associações e cooperativas para facilitar o acesso às novas tecnologias, créditos e financiamentos, benefícios e isenções fiscais, tendo em vista alavancar a produção e fortalecer o poder de negociação e comercialização de seus produtos.

Entretanto, a Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil Brasileiro), especifica que as associações são entidades que não tem fins lucrativos e, portanto, não podem dividir entre os seus associados os ganhos obtidos com as atividades comerciais. Ao realizar operações de comercialização, imediatamente, as associações assumem as características básicas de uma empresa capitalista e, em tal condição, precisam efetuar o recolhimento de impostos, contar com estruturas contábil, financeira, logística etc., o que inviabiliza a sua instituição para os produtores agrícolas familiares, pois os custos são demasiadamente altos. E, na ocorrência do encerramento de suas atividades, todas as dívidas e demais ônus são de responsabilidade exclusiva dos diretores da associação, uma vez que de acordo com a lei os associados não são solidariamente responsáveis pela instituição (ALEXANDRE et al., 2018).

As cooperativas, por sua ordem, podem atuar efetivamente na realização de atividades econômicas e, assim, como as associações de acordo com o Código Civil Brasileiro e com a Lei n. 5.764, de 16 de dezembro de 1971, "celebram contrato de sociedade as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços, de proveito comum, sem fins lucrativos" (BRASIL, Artigo 3º, 1971). Diferentemente dos associados, os cooperados podem dividir os resultados das atividades comerciais desenvolvidas pela instituição. As cooperativas não têm a obrigação de efetuar o recolhimento de impostos trabalhistas como o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), porém o Imposto Nacional de Seguro Social (INSS) deve ser recolhido na proporção de 2,3% sobre o valor comercializado, assegurando ao produtor familiar a sua aposentadoria.

As cooperativas dispõem de maiores condições para efetuar a comercialização da produção agrícola familiar para diferentes mercados, bem como acesso à informação e comunicação, equipe técnica especializada para a construção de projetos requeridos pelas políticas públicas brasileiras, capacidade de armazenamento e distribuição dos alimentos de forma planejada. Contudo, pode ser arriscada a criação de cooperativa para comercializar de forma restrita com o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar, ou seja, estes Programas devem constituir apenas uma opção de escoamento dos alimentos produzidos pela agricultura familiar dentre outras possibilidades de sua comercialização nas mais diversas localidades de nosso país e, mais especificamente, em terras goianas, pois não podemos deixar de considerar a ocorrência de um significativo esvaziamento dessas políticas nos últimos anos, conforme podemos observar nos dados contidos na Tabela 2, na medida em que os recursos repassados para o Estado de Goiás sofreram entre os anos de 2012 e 2017 uma redução de 70,9%, a Região Centro-Oeste atingiu a ordem de 79,6% e, em termos nacionais a redução foi de 78,7%.

Tabela 2 – Distribuição Recursos PAA na Aquisição Produtos Agricultura Familiar

Unidade/Ano	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Goiás	11.818.659	7.636.729	14.293.105	12.486.222	6.672.046	3.444.807
Centro-Oeste	43.282.942	24.075277	31.155.531	29.589.161	17.187.827	8.858.336
Brasil	586.567.131	224.517.124	338.004.942	287.515.216	197.576.718	124.708.501

Fonte: CONAB (2012-2017) – Elaboração dos Autores (2018)

É neste contexto, que buscamos analisar as realidades vivenciadas pelos produtores da agricultura familiar de municípios que integram três mesorregiões do território goiano. Iniciamos a nossa explanação por Rubiataba – localizada na Mesorregião do Centro Goiano e Microrregião de Ceres –, em que a produção familiar caracteriza-se em decorrência do desdobramento da expansão das atividades empreendidas pela agroindústria sucroalcooleira na região, que apesar de sua relevância para a economia local, invade espaços antes destinados à produção de alimentos. Às difíceis condições de enfretamento à agroindústria somam-se a falta de interesse dos filhos em ajudar na produção e administração das atividades e da propriedade da família e, as políticas públicas que não atendem às necessidades diversas do significativo contingente de pequenos produtores agrícolas do município e do Estado.

Para enfrentar esse contexto controverso, vinte produtores rurais se reuniram para formar a Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Rubiataba (COOMAFAR), tomados pela perspectiva de organizar a produção coletiva e cooperativamente buscar espaço no mercado local (ANDRADE; ALVES, 2013). O tamanho das propriedades dos cooperados é bastante variável, 73% das propriedades não ultrapassam os 19,3 hectares, 20% tem dimensões entre 24,2 e 38,7 hectares e, apenas 7%, apresentam tamanhos entre 43,5 e 58 hectares, o que reitera a condição de pequeno produtor rural de acordo com as especificações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) acerca da delimitação de quatro módulos fiscais.

Andrade e Alves (2013) apontam que a principal atividade produtiva da COOMAFAR é a pecuária leiteira e seus derivados (20%), seguida pelo cultivo de legumes, verduras e frutas (13%). Tais atividades são tradicionais no município e região, sendo percebida junto aos pequenos produtores uma “insegurança quanto às mudanças estruturais, necessárias à diversificação produtiva; preferem evitar incertezas e não correr riscos, mantendo-se concentrados na produção de leite” (ANDRADE; ALVES, 2013, p. 202).

De acordo com as autoras, a maior parte dos cooperados exprime a pretensão de aumentar e diversificar a produção leiteira na perspectiva de agregar valor ao produto final e conseguir preços melhores no processo de comercialização. Entretanto, aponta a falta de apoio, incentivo, respaldo do Estado para as questões de assessoria e assistência técnica rural. Outro fator que concorre contra a diversificação da produção se encontra na crescente

falta de mão de obra, causada pela transferência da força de trabalho para a agroindústria canavieira e para outras funções no comércio e serviços disponibilizados na cidade, que atraem jovens que não se dispõem a enfrentar a lida no meio rural, somados ao crescente índice de arrendamento das pequenas propriedades agrícolas familiares, realizado pelas grandes usinas, que leva para a cidade não somente os filhos, mas toda a família.

Em Itapuranga o cenário não é diferente, também localizado na Mesorregião do Centro Goiano e na Microrregião de Ceres, o município foi tomado pela cultura da cana-de-açúcar que, sistematicamente, têm adentrado em regiões de grande importância de agricultura familiar. Em torno de 92% dos estabelecimentos rurais de Itapuranga são predominantemente de agricultores familiares, responsáveis pela movimentação da economia local e por 65,7% do valor anual bruto da produção agropecuária do município. Aproximadamente 83% das propriedades rurais tem área inferior a 80 hectares, sendo que a dimensão do módulo fiscal de Itapuranga é de apenas 20 hectares. As propriedades normalmente são exploradas e administradas pela própria família, com eventual contratação de mão de obra assalariada para os momentos de pico no processo produtivo, bastante diversificado, na medida em que visa “atender às necessidades alimentares da família e à comercialização” e, portanto, “combina a produção de gêneros alimentícios, o cultivo de hortaliças, frutíferas e a criação de animais – bois, porcos e galinhas” (CARVALHO; MARIN, 2011, p. 688).

Contudo, no contexto expansionista de programas de agroenergia, a geração de empregos é propalada no município como uma das grandes vantagens ofertadas pela agroindústria canavieira, que concentra a maior parte dos postos de trabalho no corte da cana-de-açúcar. Carvalho e Marin (2011) argumentam que:

> [...] a geração de empregos pelo complexo canavieiro tonou-se ponto chave das propostas voltadas ao desenvolvimento social. Teoricamente, com a ampliação dos postos de trabalho, os trabalhadores teriam acesso a uma remuneração que lhes possibilitariam o consumo e movimentaria a economia local. Isso causaria a tão sonhada renda no meio rural, promovendo a propalada justiça social. Em Itapuranga, a geração de empregos foi apontada como o principal benefício decorrente da implantação da agroindústria no município, visto que o desemprego era um problema social que incidia sobre a população (CARVALHO; MARIN, 2011, p. 689).

Por um lado, a oferta de emprego pela agroindústria canavieira foi apontada pela população de Itapuranga como uma compensação aceitável em relação à derrubada de árvores nativas, às queimadas, ao emprego demasiado de agrotóxicos no processo produtivo, à exagerada utilização das águas do córrego Canastra, exprime por si só a ausência de inquietação e questionamento social sobre a qualidade dos postos de trabalhos disponibilizados pela agroindústria e a degradação do meio ambiente por ela empreendida. Por outro lado, o crescimento da oferta de trabalho da agroindústria afetou diretamente a

dinâmica organizacional produtiva dos agricultores familiares, pois dificultou a contratação de trabalhadores temporários para auxiliar nas atividades agrícolas em períodos de intensificação produtiva – plantio e colheita.

Não obstante, a cultura canavieira tem invadido áreas que se destacavam pela produção agrícola familiar no município, mas permanece em atividade o sistema produtivo praticado pelos pequenos proprietários, com vistas a satisfazer as necessidades alimentares da família e as demandas do mercado local. Conforme afirmamos anteriormente, boa parcela dos agricultores que possui lotes de terra com até 15 hectares se dedica à produção de gêneros alimentícios, cultura de hortaliças, de frutíferas e à criação de animais. Os proprietários de áreas maiores concentram as suas atividades na pecuária leiteira e, também, em culturas de alimentares e frutíferas.

As dificuldades para contratar mão de obra têm levado os pequenos produtores rurais da agricultura familiar a diminuir as áreas cultivadas com culturas especificas, sobretudo, aquelas que demandam grande quantidade de trabalhadores, como a fruticultura, principal atividade agrícola de Itapuranga. A ocorrência da migração campo-cidade e o desinteresse dos filhos para dar prosseguimento ao empreendimento familiar rural são semelhantes à realidade verificada no município de Rubiataba.

À medida que a população rural, predominante proprietária de estabelecimentos agrícolas familiares, foi gradativamente sendo incorporada pela agroindústria canavieira de Itapuranga, ocorreram transformações socioculturais consideráveis, em particular, para aqueles agricultores que arredaram as suas terras para as usinas; pois abandonaram as atividades produtivas que realizavam em suas propriedades por toda uma vida e se restringiram ao espaço de uma residência na cidade, passando “a viver exclusivamente dos recursos provenientes do arrendamento da terra para a agroindústria canavieira” (CARVALHO; MARIN, 2013, p. 695).

Direcionamos então, as nossas análises para a Mesorregião do Norte Goiano, mais exatamente para o município de Mara Rosa, localizado na Microrregião de Porangatu, reconhecido pela produção agrícola concentrada na cultura do açafrão. No início da década de 1990, sessenta produtores rurais insatisfeitos com os preços praticados pela Liotécnica Indústria e Comércio Ltda., decidiram juntar forças e esforços para criar a Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Região do Pastinho (ASPARPO) e contaram com o apoio do da Secretaria de Estado da Agricultura de Goiás, Secretaria de Indústria e Comércio do Município de Mara Rosa, Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Fundação Banco do Brasil e assistência técnica da Universidade Federal de Goiás para melhorar a produção e a produtividade do açafrão em Mara Rosa (FARIA, 2012).

Nos anos finais da década de 1990, as atividades produtivas concentradas no açafrão eram desenvolvidas por 82 agricultores familiares, que destinavam em torno de 3,5

hectares de suas propriedades para o plantio dessa cultura, distribuídos nas comunidades de Aguiar (9), Amaralina (5), Amaro Leite e Caxias (16), Amorolândia (5), Araras (2), Arrasta Bandeira (5), Bom Jesus (4), Capelinha, Estiva e Lambari (16), Estrela do Norte (7), Fiicolândia (5) e Pastinho (8) (MILHOMEM; TEIXEIRA, 1999).

No ano de 2003 foi fundada a Cooperativa dos Produtores de Mara Rosa (COOPERAÇAFRÃO) com o objetivo de organizar e estruturar o caráter empreendedor dos pequenos produtores rurais do município, integrantes do sistema de agricultura familiar, tendo em vista proporcionar a melhoria de suas condições de vida. “A perspectiva [era] a mudança da realidade produtiva local, ou seja, romper o círculo vicioso da produção de açafrão contido no domínio de poucos intermediários a persistir explorando, pela centralização da comercialização, as riquezas no município” (BARTHOLO; MOURA; ALMEIDA, 2009, p. 1).

Tendo em vista diversificar as atividades e agregar valor aos produtos da agricultura familiar, a COOPERAÇAFRÃO tem incentivado o cultivo de soja, gergelim, mandioca, cana-de-açúcar para a produção de rapaduras que compõem o cardápio das escolas municipais e estaduais de acordo com as determinações do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Os dirigentes da Cooperativa argumentam que há muito a avançar, pois a capacidade de processamento atinge apenas 30% da produção do município. Portanto, 70% do açafrão colhido pelos agricultores familiares de Mara Rosa eram processados de forma artesanal no interior de suas propriedades, com a utilização de equipamentos manuais como fatiadores, brunidores, tambores de alumínio etc. (FARIA, 2012).

O município de Rio Verde – localizado na Mesorregião do Sul Goiano e Microrregião do Sudeste de Goiás –, por sua vez, tem sido submetido às transformações que envolvem a substituição de culturas praticadas pela agricultura familiar em decorrência da queda de preço de determinados produtos. De acordo com Moraes et al. (2006), a produção de soja nas pequenas propriedades rurais do município, por exemplo, tem a sua rentabilidade prejudicada em consequência das delimitações do módulo fiscal de produção, visto que esta cultura não dispõe de um meio produtivo capaz de suportar a agregação de valor quanto à diferenciação da qualidade do produto.

A opção encontrada pelo município, demais instâncias e instituições do Estado para promover a diversificação das atividades produtivas agrícolas familiares foi de concentrar a produção na cultura do algodão, pois dispõe de várias possibilidades para os pequenos produtores, como a produção de fibras especiais e plumas coloridas, que tem melhor preço de mercado e a possibilidade concreta da rotação de cultura. Obviamente, não é possível negar as adversidades conjunturais que impactam diretamente na competitividade da cotonicultura brasileira no mercado internacional. Entretanto, encarada como possibilidade

estrategicamente viável, social e economicamente para os pequenos produtores rurais, o governo de Goiás procurou fomentar a focalização e expansão da produção de algodão em algumas regiões do Estado por meio da atuação de instituições de pesquisas e fundos de financiamento para a geração de tecnologia e conhecimento.

Em Rio Verde, o projeto Transferência e Apropriação de Tecnologia (TAT), por meio da metodologia Unidade de Teste e Demonstração (UTD) no Cultivo do Algodão para a Agricultura Familiar foi implementado na Safra 2004/2005 mediante parceria firmada entre a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e a Fundação de Ensino Superior de Rio Verde (FESURV) com financiamento do Fundo de Incentivo à Cultura do Algodão (FIALGO). Nas palavras de Moraes et al. (2006), a TAT/UTD procurou alavancar a produção de algodão junto aos agricultores familiares de forma harmoniosa, mediante a capacitação e treinamento desenvolvidos por meio de:

> [...] demonstrações práticas sobre o cultivo da atividade, com o uso de tecnologias adequadas às realidades das famílias; realiza dias de campo; apresenta formas de manejo e conservação do solo e da água, com vistas ao desenvolvimento sustentável; agrega valor à produção pelo fato de propiciar o beneficiamento e armazenamento na propriedade rural; permite solucionar um dos grandes problemas gargalos que tem levado à ineficiência econômica os produtores rurais, a comercialização da produção final (MORAES et al., 2006, p. 3).

No entendimento de Lima e Freitas (2006), o alto investimento no processo produtivo do algodão tornou a atividade relativamente inviável – considerando a primeira experiência – para os agricultores familiares (R$ 4.040,95/ha) se comparado aos custos dispendidos pela agroindústria (R$ 2.936,48/ha). Os autores apontam ainda, uma variação entre os níveis de produtividade verificados na agroindústria, em torno de 2.500 kg/há e na propriedade agrícola familiar, próxima de 1.215 kg/ha, decorrência direta da utilização (ou não) de insumos, equipamentos, máquinas, tecnologia de ponta e investimentos (ou não) em força de trabalho especializada.

Todavia, Lima e Freitas (2006) em concordância com Moraes et al. (2006), apontam que o grande mérito do TAT/UTD foi o de ultrapassar os limites das dificuldades e problemas econômicos dos produtores agrícolas familiares de Rio Verde, pois se empenhou em disponibilizar e fornecer a estes trabalhadores rurais uma atividade alternativa para contribuir com a manutenção da vida. Portanto, a sua importância deve ser reconhecida, valorizada e aprimorada permanentemente, mediante o desenvolvimento de pesquisas e investimentos para reduzir os custos de produção e aumentar a rentabilidade, bem como para fomentar o associativismo e o cooperativismo como possibilidade de ajuda mútua, fortalecimento do grupo e maior possibilidade de inserção, permanência e concorrência no mercado consumidor.

Os aspectos que constituem e completam o quadro característico das atividades produtivas agrícolas de Rio Verde se aproximam daqueles verificados nos demais

municípios goianos analisados até aqui, ou seja, a produção está concentrada no plantio e colheita do arroz, feijão, milho, soja, mandioca, maracujá e pecuária leiteira em pequenas propriedades rurais – o módulo fiscal do município é de 30 hectares. Boa parte da produção atende às demandas do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em escolas estaduais e municipais.

Permanecendo na Mesorregião do Sul Goiano, nos concentramos na Microrregião Meia Ponte e voltamos as nossas discussões para as realidades experienciadas pelos produtores familiares agrícolas do município de Morrinhos. No entanto, constatamos que não nos afastamos em momento algum das adversidades e similaridades que caracterizam as atividades produtivas e o modo de vida das populações do interior goiano. O município tem uma longa tradição na pecuária leiteira e o processo de industrialização do leite *in natura* é desenvolvido pela Cooperativa Mista dos Produtores de Leite de Morrinhos (COMPLEM), a captação diária ultrapassa os 200.000 litros. A Cooperativa possui mais de 4.000 cooperados e emprega aproximadamente 600 trabalhadores, distribuídos em 10 unidades instaladas nos municípios de Aparecida de Goiânia, Água Limpa, Aloândia, Buriti Alegre, Caldas Novas, Corumbaíba, Edealina, Edeia, Indiara, Pontalina, Rio Quente, Itumbiara e Brasília e no Complexo Industrial (indústria de laticínios de leite longa vida e fábrica de rações) em Morrinhos (SANTOS; ALVES, 2017).

Em atendimento às demandas do mercado, a COMPLEM tem aprofundando as exigências acerca dos equipamentos e recursos tecnológicos empregados nos processos de coleta, resfriamento, pasteurização e fabricação do leite e produtos derivados, o que elevou sistematicamente os custos com a produção, determinando a paralisação das atividades produtivas de um significativo número de cooperados, particularmente, os pequenos e médios produtores. A redução da quantidade de produtores familiares dedicada à atividade pecuária leiteira contou ainda, com a contribuição do crescimento da agroindústria sucroalcooleira, caracterizada por aspectos semelhantes àqueles verificados nas demais macro e microrregiões do Estado de Goiás – desinteresse da prole pelas atividades produtivas agropecuárias, trabalho temporário assalariado nas usinas, arrendamento de terras, êxodo rural.

Segundo Marcelino (2016, p. 95), alguns pequenos produtores rurais do município, conciliam a jornada diária de trabalho na usina Central Elétrica de Morrinhos (CEM/Grupo Colorado) com diversas atividades no interior da propriedade como a “plantação de eucalipto, criação de gado de corte, porcos e galinhas”, tendo abandonado em definitivo a atividade leiteira tanto pela falta de recursos quanto pela quantidade de tempo que a prática exige; o pequeno agricultor familiar “deixou de fornecer leite para a Cooperativa Mista dos Produtores de Leite de Morrinhos para se tornar funcionário assalariado da usina”.

No entanto, as atividades a que se vincula a ampla maioria dos produtores agrícolas familiares, de fato, movimentam boa fração da economia local, especialmente, a produção associativa/cooperativa de hortifrutigranjeiros comercializada nas feiras livres e estabelecimentos comerciais na cidade. Destacamos aqui os trabalhos desenvolvidos pela Cooperativa Mista Solidária dos Agricultores Familiares da Reforma Agrária de Morrinhos (COOPSAFRA), sediada no Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água, que dentre as atividades produtivas mais praticadas no interior dos 86 lotes estão a pecuária leiteira (32.000 litros/dia), a produção de cereais, legumes, verduras e frutas, além do recente estabelecimento de duas pequenas agroindústrias, uma dedicada ao processamento de cana-de-açúcar para a fabricação de rapaduras e, outra, à panificação, responsável pela produção diária de 20.000 pães caseiros, bolinhos e roscas (OLIVEIRA et al., 2013; PONTES; SANTOS, 2015).

A criação e efetiva atuação da COOPSAFRA (2012) amenizaram as dificuldades enfrentadas pelos 86 pequenos produtores rurais em razão do baixo poder aquisitivo para movimentar a produção isoladamente, bem como contribuíram para dar-lhes voz no mercado local, fortificando o poder de negociação na comercialização de seus produtos – afirmam Pontes e Santos (2015).

Outro fator que tem contribuído para a melhoria das condições da qualidade de vida dos produtores agrícolas familiares de Morrinhos vinha sendo a existência de políticas públicas como o PAA e PNAE, que além de constituir uma realidade para a comercialização de sua produção, colaborava para a geração de renda de forma constante, uma vez que ao longo de praticamente todo o ano há (havia) a valorização e a comercialização de seus produtos. O PAA e o PNAE contribuem não somente para a renda mensal do:

> [...] agricultor familiar, mas também [a movimentação de] toda a cadeia [econômico-produtiva] local e regional, criando melhores condições de comercialização, inclusive do excedente não absorvido com a política pública de aquisição de alimentos, transferido para os consumidores da localidade. As dificuldades quanto a escassez de capital e [limitada capacidade produtiva] são contornadas com uma opção de comercialização que não representa barreira para a agricultura familiar, ao contrário, viabilizam oportunidades para a [sua] sustentabilidade econômica [e social] (PONTES; SANTOS, 2015, p. 14).

Oliveira et al. (2013), de sua parte, chamam a atenção para o fato de que a cultura de hortaliças constitui atividade produtiva que requer grande agilidade no escoamento e comercialização da produção e, nessa direção, a existência, apoio e incentivo do Programa de Aquisição de Alimentos e do Programa Nacional de Alimentação Escolar são essenciais para auxiliar o produtor agrícola a permanecer no meio rural desenvolvendo as suas atividades produtivas para a manutenção da vida.

A seguir apresentamos a distribuição dos recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar entre os anos de 2011 e 2016 nos municípios pesquisados na

perspectiva de ilustrar a sua importância (ou não) para a agricultura familiar, pois se considerarmos os valores repassados para Mara Rosa, por exemplo, veremos que quase não contribui(u) para a geração de renda aos produtores rurais. Em contrapartida, a sua importância é significativa para os produtores familiares rurais de Rio Verde, na medida em que o crescimento dos recursos disponibilizados pelo PNAE atingiu a ordem dos 54% entre os anos de 2012 e 2016, aproximando-se da casa dos 1.000.000 de reais (Tabela 3).

Tabela 3 – Aquisição Gêneros Alimentícios Agricultura Familiar do PNAE/FNDE

Municíp./Ano	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Rubiataba	29.657,41	48.196,57	51.378,05	55.000,94	62.546,06	42.951,57
Itapuranga	39.426,15	25.259,43	45.849,12	64.790,05	52.718,30	0,00
Mara Rosa	10.335,60	5.025,55	5.13,73	6.565,23	6.075,00	0,00
Rio Verde	0,00	483.994,85	691.248,48	760.203,80	534.759,51	903.463,25
Morrinhos	52.384,22	0,00	119.297,96	142.915,77	147.747,53	150.376,90
SEDUCE/GO	0,00	2.210.151,56	4.989.703,95	2.621.878,62	7.108.421,44	10.816.379,83

Fonte: MEC/FNDE/DIRAE/CGPAE (2011-2016) – Elaboração dos Autores (2018)

Para os municípios de Mara Rosa e de Itapuranga a comercialização dos produtos da agricultura familiar por meio do Programa de Aquisição de Alimentos – que, como abordamos anteriormente sofreu agudo esvaziamento – somado ao pequeno volume de alimentos e, portanto, de recursos e ganho do Programa Nacional de Alimentação Escolar inviabilizaram a manutenção da comercialização pelos pequenos produtores individuais, associações e cooperativas. E, ao considerarmos os valores totais repassados pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar para os produtores familiares, constatamos uma variação/média de 25,8% em Itapuranga e de 7,4% em Mara Rosa, no período compreendido entre os anos de 2011 e 2016. Os recursos disponibilizados pelo PNAE ao município de Rubiataba para a agricultura familiar foram relativamente instáveis entre os anos de 2011 e 2016, variando entre os 24,2% do valor total (2011), tendo alcançado o ápice ao bater na casa dos 31% (2014) e despencar para a ordem dos 22,0% nos anos de 2015 e 2016, consubstanciando uma média percentual de 27,0 pontos no período analisado.

A produção agrícola familiar em Rio Verde e em Morrinhos vivenciaram um interregno de efetivo crescimento e prosperidade. No município de Rio Verde, a disponibilização dos recursos partiu da casa de 0,0% do montante total para alcançar o patamar de 52,0% e constituir uma média percentual de 31,5 pontos no período de 2011-2016. No município de Morrinhos verificamos uma variação extremamente negativa entre os anos de 2011 e 2012, para nos seguintes se estabelecer uma variação instável em ter os anos de 2013 e 2016 – de 28,0% em 2013, 41,0% em 2014, 32% em 2015 e 31,2% em

2016. Todavia, a quantidade de recursos recebida pelo município aumentou de forma gradativa, configurando uma média de 25,2% no período.

Ressaltamos aqui, que boa parte das cooperativas em atividade em municípios pequenos, demandam baixos volumes de alimentos por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar, consequência direta da pequena quantidade de escolas públicas estaduais e municipais, fato que por si só, exprime a inviabilidade econômico-financeira da atividade comercial em função dos altos custos com o transporte e entrega de pequena quantidade de alimentos. Daí a factibilidade de manter o vínculo/relação comercial tanto com o PAA quanto com PNAE. Em tal contexto, é prudente e recomendável que a cooperativa se organize e planeje a distribuição dos alimentos para ambos os Programas de modo que a quantidade combinada propicie a dissolução dos custos e, consequentemente, assegure uma margem de ganho (ALEXANDRE et al., 2018).

Considerando o exposto, entendemos que as cooperativas precisam ser reconhecidas e valorizadas como organizações constituídas por trabalhadores que possuem em comum o desejo de criar uma estrutura que atenda às demandas dos mercados e, nessa direção, representam uma possibilidade para a transformação de suas realidades materiais. Na apreensão de Andrade e Alves (2013, p. 195) o cooperativismo deve representar “uma opção para a superação de problemas e fortalecimento de múltiplas atividades produtivas”, pois pode contribuir para a conquista de melhores resultados produtivos, efetiva inserção e participação ativa na economia, por parte dos produtores agrícolas familiares.

Considerações finais

Importante aspecto a ser explicitado sobre as discussões da agricultura familiar e de suas potencialidades é a sua legitimidade como modelo social, econômico e produtivo para a sociedade brasileira. Agricultores e agricultura familiar sempre existiram, portanto, tais concepções precisam ser efetiva e definitivamente reconhecidas pelo seu estabelecimento como categoria política, devendo ser assimiladas por pesquisadores e tecnocratas formuladores das políticas públicas, “o que lhe confere legitimidade a tal ponto de se constituir como referência em oposição a outras noções igualmente poderosas, como por exemplo, a de agronegócio” (SCHNEIDER, 2010, p. 515).

Insistimos em defender que a agricultura familiar constitui atividade produtiva estratégica da maior importância para a inserção, recuperação e manutenção do emprego em tempos de globalização, fundamental para assegurar a redistribuição de renda e para impulsionar um desenvolvimento que se pretende efetivamente sustentável e que venha contribuir para a superação da atual crise social e econômica. Acreditamos na premência ao reconhecimento dos escassos recursos para a realização de atividades produtivas para a

subsistência e a consideração da suscetibilidade dos meios fundamentais para prover a manutenção da vida das populações que habitam no meio rural.

As políticas públicas precisam de maior especificidade, bem como de readequação em busca de novas possibilidades e construção de novas estratégias para aumentar a capacidade produtiva desse imenso e diversificado contingente rural, “incluindo o papel das ocupações e rendas não agrícolas, a construção de novos modelos organizacionais, o desenho de sistemas produtivos ecologicamente intensivos e a capacidade das instituições que os representam de qualificar cada vez mais suas demandas” e contribuir para a formulação de políticas públicas nesta direção (NIEDERLE; FIALHO; CONTERATO, 2015, p. 11).

Para amenizar as disparidades entre as grandes e pequenas propriedades se faz urgente a criação de políticas públicas específicas para suprir as demandas mais imediatas dos produtores agrícolas familiares que lhe possibilitem uma maior participação nas demais atividades não agrícolas desenvolvidas no meio rural (pluriatividade), visto que para enfrentar os desafios impostos pelo capitalismo contemporâneo “não basta apenas um bom desempenho do setor agrícola familiar, é essencial alcançar um desenvolvimento econômico inclusivo a nível da economia globalizada”, que requer, portanto, a imediata geração de estratégias amplas concebidas “a partir de uma abordagem territorial, que podem contribuir efetivamente não apenas para aumentar a produção de alimentos, mas, também, para reduzir o desemprego e a pobreza, à medida em que a própria sustentabilidade agrícola é implementada” (CEPAL/FAO/IICA, 2014, p. 49).

Nesse sentido, é fundamental redefinir as bases de orientação do atual modelo produtivo capitalista, embasado na ampla utilização e aplicação de insumos industrializados e de máquinas e equipamentos que reduzem substancialmente a demanda da força de trabalho do homem do campo e degradam a qualidade dos alimentos produzidos em tal contexto. Esse modelo seletivo escancarou as portas do universo rural brasileiro à total penetração do capital internacional, “grande responsável pela maior concentração da produção, pela perda de renda da agricultura familiar, pelo agravamento das condições do solo, pela redução da biodiversidade e pela deterioração da saúde da população” (DESER, 1999, p. 36).

As ações empreendidas pelo Governo Federal a partir de 12 de maio de 2016 para esvaziar, precarizar, desmontar, extinguir as políticas sociais que tem (tinham) por objetivo primeiro possibilitar uma qualidade de vida digna para a população brasileira, têm sistematicamente se aprofundado em nosso país. Tais práticas, meticulosamente alinhadas às demandas do grande capital nacional e internacional, submetem o pequeno produtor e a agricultura familiar ao completo desmantelamento e um retorno ao passado de

subserviência e exploração daqueles que são responsáveis pela satisfação das necessidades alimentares do povo brasileiro.

A intensificação dessas práticas políticas neoliberais encurrala os pequenos produtores, agricultores, trabalhadores do meio rural para uma realidade sem perspectivas, onde não há a possibilidade da existência de uma vida digna, com habitação, educação, infraestrutura, saneamento básico, tecnologia, informação, comunicação, que no decurso de nossa história constituiu as lutas e as conquista dos movimentos sociais que, por sua vez, contribuíram efetivamente para desconstruir a imagem do meio rural como espaço do passado, do antigo, do atraso e do retrocesso.

Portanto, o desafio que se impõe aos trabalhadores da agricultura familiar e, não apenas aos trabalhadores do meio rural, mas à classe trabalhadora brasileira é de resistir, enfrentar e não permitir que reformas que violam, restringem e/ou dissipam os direitos sociais, econômicos e políticos destruam por completo as históricas conquistas da sociedade brasileira nas últimas décadas. A compreensão da atual realidade brasileira não pode se restringir à luta dos movimentos sociais e das entidades de classe, mas “a luta da sociedade como um todo, para além da defesa apenas dos direitos dos agricultores familiares, ou seja, a luta é pela retomada democracia e das políticas públicas para a redução das desigualdades econômicas e sociais” (COSTA, 2017, p. 2).

Referências

ALEXANDRE, Veruska Prado; PEREIRA, Mauro; MEDINA, Gabriel; MARTINS, Bruna Bittar. Passos da comercialização pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). In: MEDINA, Gabriel (Org.). **Agricultura familiar em Goiás**: lições para o assessoramento técnico. 4 ed. Goiânia: Editora UFG, 2018. Disponível em: <https://www.cegraf.ufg.br/up/688/o/ebook_agricultura_familia_18.pdf>. Acesso em: 26 out. 2018.

ANDRADE, Marta Cleia; ALVES, Daniela Cristina. Cooperativismo e agricultura familiar: um estudo de caso. **Revista de Administração IMED**, v. 3, n. 3, 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/user/Downloads/374-1796-1-PB%20(1).pdf >. Acesso em: 14 fev. 2017.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO (ABAG). **História, missão, visão e valores**. Disponível em: <http://www.abag.com.br/institucional/historiamissaovisao>. Acesso em: 11 fev. 2016.

BARTHOLO, Fernando Antonio Ferreira; MOURA, Celso José; ALMEIDA, Rogério de Araújo. Breve história da Cooperaçafrão. **Cooperativa dos Produtores de Açafrão de Mara Rosa/GO**, abr. 2009. Disponível em: <http://cooperacafrao.blogspot.com.br/>. Acesso em: 23 fev. 2017.

BOURG, Dominique. Les nouveaux agriculteurs. **Revue Esprit**, Paris, n. 11, nov. 1990. Disponível em: <file:///C:/Users/user/Downloads/12368.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2016.

BRASIL. **Código civil brasileiro e legislação correlata**. 2 ed. Brasília/DF: Senado Federal/Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70327/C%C3%B3digo%20Civil%202%20ed.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2018.

BRASIL. **Decreto n. 7.775, de 4 de julho de 2012**. Regulamenta o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e dá outras providências. Brasília/DF: Presidência da República/Casa Civil, 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7775.htm>. Acesso em: 16 fev. 2017.

BRASIL. IBGE. **Censo agro 2017**: resultados preliminares. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/resultados-censo-agro-2017.html>. Acesso em 27 out. 2018.

BRASIL. IBGE. **Censo agropecuário 2006**: Brasil, grandes regiões e unidades da federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2017.

BRASIL. **Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Brasília/DF: Presidência da República/Casa Civil, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm>. Acesso em: 16 fev. 2017.

BRASIL. **Lei n. 10.696, de 2 de julho de 2003**. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. Brasília/DF: Presidência da República/Casa Civil, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.696.htm>. Acesso em: 16 fev. 2017.

BRASIL. **Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as Diretrizes para a Formulação da Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília/DF: Presidência da República/ Casa Civil, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm> Acesso em: 2 fev. 2016.

BRASIL. **Lei n. 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Brasília: Presidência da República, 2009. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=getAtoPublico&sgl_tipo=LEI&num_ato=00011947&seq_ato=000&vlr_ano=2009&sgl_orgao=NI>. Acesso em: 12 fev. 2017.

BRASIL. **Lei n. 12.512, de 14 de outubro de 2011**. Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; Altera as Leis n. 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006. Brasília/DF: Presidência da República, 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12512.htm#art39>. Acesso em: 3 fev. 2016.

BRASIL. **Lei n. 5.764, de 16 de dezembro de 1971**. Define a política nacional de cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Brasília/DF: Presidência da República/Casa Civil, 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5764.htm>. Acesso em: 9 nov. 2018.

BRASIL. **Programa de Aquisição de Alimentos**: resultado das ações da CONAB em 2012. Brasília/DF: CONAB, 2013.

BRASIL. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**: resultado das ações da CONAB em 2013. Brasília/DF: CONAB/GECAF, 2014.

BRASIL. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**: resultado das ações da CONAB em 2014. Brasília/DF: CONAB/GECAF, 2015.

BRASIL. **Programa de Aquisição de Alimentos**: resultado das ações da CONAB em 2015. Brasília/DF: CONAB/GECAF, 2016.

BRASIL. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**: resultado das ações da CONAB em 2016. Brasília/DF: CONAB/GECAF, 2017.

BRASIL. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**: resultado das ações da CONAB em 2017. Brasília/DF: CONAB/GECAF, 2018.

BRASIL. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário. **SAF/PAA**. Brasília: SEAD, 2017b. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-paa/sobre-o-programa>. Acesso em: 15 fev. 2017.

BRASIL. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário. **Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP)**. Brasília: SEAD, 2017a. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf/declara%C3%A7%C3%A3o-de-aptid%C3%A3o-ao-pronaf-dap>. Acesso em: 15 fev. 2017.

BRASIL. **Valores investidos na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar**: exercício 2011. Brasília/DF: MEC/FNDE, 2011. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-consultas/pnae-dados-da-agricultura-familiar>. Acesso em: 7 nov. 2018.

BRASIL. **Valores investidos na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar**: exercício 2012. Brasília/DF: MEC/FNDE/ DIRAE/CGPAE, 2012. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-consultas/pnae-dados-da-agricultura-familiar>. Acesso em: 7 nov. 2018.

BRASIL. **Valores investidos na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar**: exercício 2013. Brasília/DF: MEC/FNDE/DIRAE/CGPAE, 2013. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-consultas/pnae-dados-da-agricultura-familiar>. Acesso em: 7 nov. 2018.

BRASIL. **Valores investidos na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar**: exercício 2014. Brasília/DF: MEC/FNDE/DIRAE/CGPAE, 2014. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-consultas/pnae-dados-da-agricultura-familiar>. Acesso em: 7 nov. 2018.

BRASIL. **Valores investidos na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar**: exercício 2015. Brasília/DF: MEC/FNDE/DIRAE/CGPAE, 2015. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-consultas/pnae-dados-da-agricultura-familiar>. Acesso em: 7 nov. 2018.

BRASIL. **Valores investidos na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar**: exercício 2016. Brasília/DF: MEC/FNDE/DIRAE/CGPAE, 2016. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-consultas/pnae-dados-da-agricultura-familiar>. Acesso em: 7 nov. 2018.

CARVALHO, Simone Pereira; MARIN, Joel Orlando Bevilaqua. Agricultura familiar e agroindústria canavieira: impasses sociais. **RESR**, Piracicaba, v. 49, n. 3, jul./set. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/resr/v49n3/a07v49n3.pdf >. Acesso em: 14 fev. 2017.

CEPAL/FAO/IICA. **Perspectivas de la agricultura y del desarrollo rural en las Américas**: una mirada hacia América Latina y el Caribe 2014. Resumen Ejecutivo. Santiago de Chile: CEPAL/FAO/IICA, 2014. Disponível em: <http://www.redinnovagro.in/documentosinnov/fao2014.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2016.

CNM. **Investimentos federais na área de agricultura tiveram redução de 25% em 2016**. Brasília/DF: Confederação Nacional dos Municípios, 2017. Disponível em: <https://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/investimentos-federais-na-area-de-agricultura-tiveram-reducao-de-25-em-2016>. Acesso em: 30 out. 2018.

CORCIOLI, Graciella; CAMARGO, Ricardo de Siqueira. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). In: MEDINA, Gabriel (Org.). **Agricultura familiar em Goiás**: lições para o assessoramento técnico. 4 ed. Goiânia: Editora UFG, 2018. Disponível em: <https://www.cegraf.ufg.br/up/688/o/ebook_agricultura_familia_18.pdf>. Acesso em: 26 out. 2018.

COSTA, Patrícia. **Corte no orçamento deixa reforma agrária por um fio**. Brasília/DF: CONTRAF Brasil/CUT, 2017. Disponível em: <http://contrafbrasil.org.br/noticias/corte-no-orcamento-de-2018-deixa-reforma-agraria-por-um-fio-dd6c/>. Acesso em: 4 nov. 2018.

DEL GROSSI, Mauro Eduardo; MARQUES, Vicente de Azevedo. Agricultura familiar no censo agropecuário 2006: o marco legal e as opções para sua identificação. **Educação, Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, 2010. Disponível em: <http://r1.ufrrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/322/318>. Acesso em: 26 jan. 2016.

DESER. Departamento Sindical de Estudos Rurais. Municipalização e novas diretrizes de desenvolvimento local para o apoio à agricultura familiar. In: SABOURIN, Eric (Org.). **Planejamento municipal**: agricultura familiar. Brasília/DF: EMBRAPA/Comunicação para a Transferência de Tecnologia, 1999.

DUBY, Georges. Quelques notes pour une histoire de la sensibilité au paysage. **Études Rurales**, n. 121-124, jan./déc. 1991. Disponível em: <http://www.persee.fr/docAsPDF/rural_0014-2182_1991_num_121_1_3305.pdf >. Acesso em: 14 mar. 2016.

FARIA, Eunice. **A cultura do açafrão em Mara Rosa/GO**: COOPERAÇAFRÃO (2003-2011). 2012. 146f. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Produção Sustentável) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2012. Disponível em: <http://www.cpgss.pucgoias.edu.br/ArquivosUpload/5/file/EUNICE%20DE%20FARIA.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2017.

LAMARCHE, Hugues (Org.). **A agricultura familiar**: comparação internacional – uma realidade multiforme. Campinas/SP: UNICAMP, 1993.

LIMA, Divina Aparecida Leonel Lunas; FREITAS, Israel Santos. A viabilidade da produção de algodão em propriedade familiar: o caso do sudoeste de Goiás. **V Congresso Brasileiro de Algodão**, Embrapa, 2006. Disponível em: <http://www.cnpa.embrapa.br/produtos/algodao/publicacoes/trabalhos_cba5/001.pdf >. Acesso em 14 fev. 2017.

LOWDER, Sara; SKOET, Jacob; SINGH, Saumya. What do we really know about the number and distribution of farms and family farms worldwide? **ESA Working Paper**, Rome, n. 14-02, april 2014. Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/019/i3729e/i3729e.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2016.

MACEDO, Elka. Redução no PAA contribui para desmonte da agricultura familiar. **Instituto Humanitas Unisinos**, São Leopoldo/RS, ago. 2017. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/570214-reducao-no-paa-contribui-para-desmonte-da-agricultura-familiar#>. Acesso em: 27 out. 2018.

MARCELINO, Marcos Antonio. **A territorialização do setor sulcroenergético no município de Morrinhos/GO**: transformações territoriais e (re)existências. 2016. 117f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2016. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/6622/5/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Marcos%20Antonio%20Marcelino%20-%202016.pdf >. Acesso em: 4 fev. 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Rio de Janeiro/RJ: Civilização Brasileira, 2007.

MENDRAS, Henri. **Les sociétés paysannes**: éléments pour une théorie de la paysannerie Paris: Gallimard, 1995.

MILHOMEM, Alzirene de Vasconcelos; TEIXEIRA, Sonia Milagres. A cultura do açafrão (*Curcuma longa* L.) em Goiás: contribuições para a sustentabilidade. **Pesquisa Agropecuária Tropical**, v. 29, n. 2, jul./dez. 1999. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/pat/article/view/2855>. Acesso em: 19 fev. 2017.

MORAES, Cínara Lopes et al. Transferências e a apropriação de tecnologias através da unidade de teste e demonstração (UTD), no cultivo do algodão para agricultura familiar no sudoeste de Goiás com enfoque no município de Rio Verde (Safra 2004/2005). **XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**, Fortaleza, 23-27 jul. 2005.

NIEDERLE, Paulo André; FIALHO, Marco Antonio Verardi; CONTERATO, Marcelo Antonio. A pesquisa sobre agricultura familiar no Brasil: aprendizagens, esquecimentos e novidades. **RESR**, Piracicaba, v. 53, suplemento 1, fev. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/resr/v52s1/a01v52s1.pdf >. Acesso em: 13 mar. 2016.

OLIVEIRA, Janice Morais et al. Progresso através do cooperativismo: experiência de agricultores familiares assentados no município de Morrinhos/GO. **Cadernos de Agroecologia**, v. 8, n. 2, nov. 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/user/Downloads/14047-62105-1-PB%20(1).pdf >. Acesso e: 2 fev. 2017.

PONTES, Alzair Eduardo; SANTOS, Moacir José. Produção e comercialização em assentamentos rurais: estudo de caso do assentamento São Domingos dos Olhos D'Água (Morrinhos/GO). **Mundo Agrário**, v. 16, n. 33, dez. 2015. Disponível em: <http://www.mundoagrario.unlp.edu.ar/article/view/MAv16n33a06/7140>. Acesso em 2 fev. 2017.

SANTOS, Flávio Reis; ALVES, Jackeline da Silva. Modernização do cerrado: urbanização e agroindústria no município de Morrinhos/GO. IN: SANTOS, Flávio Reis. **Contextualizando o cerrado goiano**: entre questões socioeconômicas e socioespaciais e questões socioeducacionais e socioambientais. Curitiba: CRV, 2017.

SCHNEIDER, Sérgio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 3, jul./set. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rep/v30n3/a09v30n3.pdf >. Acesso em: 3 mar. 2016.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **RBCS**, v. 18, n. 51, fev. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15988>. Acesso em: 4 mar. 2016.

SCHNEIDER, Sérgio; NIEDERLE, Paulo André. **Agricultura familiar e teoria social**: a diversidade das formas familiares de produção agrícola. Embrapa, out. 2008. Disponível em: <http://simposio.cpac.embrapa.br/simposio/projeto/palestras/capitulo_32.pdf >. Acesso em: 23 fev. 2016.

SEVERINO. Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

WANDERLEY, Maria de Nazaré Baudel. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 2, p. 29-37, jul./dez. 2000a. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/made/article/view/22105/14471>. Acesso em: 6 fev. 2016.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o rural como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 15, out. 2000b. Disponível em: <http://r1.ufrrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/178/174>. Acesso em: 4 mar. 2016.

Sobre os autores

Flávio Reis Santos – Graduação em Estudos Sociais pela Universidade Braz Cubas (UBC); Graduação em História pela Universidade Camilo Castelo Branco; Mestrado em Políticas Sociais pela Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL); Doutorado em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); Pós-doutorado em Educação Rural pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); Docente do Programa de Pós-graduação em Ambiente e Sociedade da Universidade Estadual de Goiás (UEG). **OrcID** – http://orcid.org/0000-0003-1538-1208

Magda Valéria Silva – Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG); Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG); Doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Docente na Universidade Federal de Goiás (UFG). **OrcID** – https://orcid.org/0000-0003-2808-6144

Como citar este artigo

SANTOS, Flávio Reis; SILVA, Magda Valéria. Produção agrícola familiar no Brasil: experiências materializadas em três mesorregiões do estado de Goiás. **Revista NERA**, v. 22, n. 49, p. 211-243, 2019.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos autores. As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. O autor **Flávio Reis dos Santos** ficou especialmente responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual; a segunda autora **Magda Valéria da Silva**, pela aquisição de dados e suas interpretação e análise; ambos os autores pelos procedimentos técnicos e tradução do artigo.

Recebido para publicação em 22 de agosto de 2018.
Devolvido para a revisão em 25 de outubro de 2018.
Aceito para a publicação em 12 de novembro de 2019.

Campesinização e resistências ao agronegócio do dendê no nordeste paraense

Rafael Benevides de Sousa
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) – Xinguara, Pará, Brasil.
e-mail: benevidessousa@gmail.com

Resumo

Este artigo tem por objetivo compreender o processo de campesinização e as ações de resistências engendradas por camponeses contra o avanço do agronegócio do dendê na Amazônia. As reflexões aqui trazidas são resultado de uma pesquisa realizada em oito comunidades camponesas nos municípios de Acará, Bujaru e Concórdia do Pará, no nordeste paraense. A partir da história oral dos camponeses entrevistados, buscamos realizar um debate acerca dos elementos que resultam em processos de expropriação camponesa da terra, mas que contraditoriamente, permitam a realização de mecanismos para esses camponeses continuarem a viver no campo e de serem donos dos meios de produção. A técnica de pesquisa adotada foi realizada em base qualitativa, por entendermos ser uma abordagem que nos possibilite perceber as singularidades de enfrentamento desse campesinato no espaço agrário amazônico paraense. Desse modo, pensamos com esse trabalho contribuir com as discussões acerca das implicações geradas pelo binômio latifúndio-agronegócio sobre as populações camponesas, entendendo o movimento de campesinização e de resistência à expansão do dendê no nordeste do Pará.

Palavras chaves: Campesinato; campesinização; resistências; agronegócio do dendê; nordeste paraense.

Peasantry and resistance to palm oil agribusiness in the Northeast of Pará State, in Brazil

Abstract

This article aims to understand the process of peasinization and the actions of resistances engendered by peasants against the advance of the agribusiness of palm oil in the Amazon Brazilian Region. The reflections brought here are the result of a survey carried out in eight peasant communities in the municipalities of Acará, Bujaru and Concórdia do Pará, in Northeast of Pará State. From the oral history of the peasants interviewed, we seek to hold a discuss about the elements that result in peasant expropriation processes of the land, but that, in a contradictory manner, allow the realization of mechanisms for these peasants to continue living in the countryside and to own the means of production. The adopted research technique was carried out on a qualitative basis, since we understand it to be an approach that allows us to perceive the singularities of confrontation of this peasantry in the Amazonian agrarian space of Pará State. Thus, we think this work will contribute to the discussions about the implications generated by the latifundio-agribusiness binomial on peasant populations, understanding the movement of peasinization and resistance to palm oil expansion in Northeastern Pará in Brazil.

Key words: Peasantry; peasinization; resistance; palm oil agribusiness; Northeast of Para State.

Campesinización y resistencias al agronegocio del dendê en el Nordeste del Estado del Pará, en Brasil

Resumen

Este artículo tiene por objetivo comprender el proceso de campesinización y las acciones de resistencias engendradas por campesinos contra el avance del agronegocio del dendê en la Amazonia Brasileña. Las reflexiones aquí traídas son el resultado de una encuesta realizada en ocho comunidades campesinas en los municipios de Acará, Bujaru y Concórdia do Pará, en el Nordeste del Estado del Pará. A partir de la historia oral de los campesinos entrevistados, buscamos realizar una discussión acerca de los elementos que resultan en procesos de expropiación campesina de la tierra, pero que contradictoriamente, permitan la realización de mecanismos para que estos campesinos continúen viviendo en el campo y de ser dueños de los medios de producción. La técnica de investigación adoptada fue realizada en base cualitativa, por entender que es un abordaje que nos posibilite percibir las singularidades de enfrentamiento de ese campesinado en el espacio agrario amazónico local. De ese modo, pensamos con ese trabajo contribuir con las discusiones acerca de las implicaciones generadas por el binomio latifundio-agronegocio sobre las poblaciones campesinas, entendiendo el movimiento de campesinización y de resistencia a la expansión del dendê en el Nordeste del Estado del Pará in Brasil.

Palabras claves: Campesinado; campesinización; resistencias; agronegocios del dendê; Noreste del Estado del Pará.

Introdução

> Ele comprou uma terra lá do ramal de Santana, vários lotes de terra, foi comprando, foi comprando. Ele comprou lá do ramal de Santana com os fundos aqui nessa estrada. O culpado disso foi um parente do meu pai, venderam as terras lá, foi vendendo. Aí, ele planejou fazer um quadro de terra muito grande. Aí, aqui tinha um gerente dele, morava lá onde o Cristiano de Abreu mora, era o Graziliano Albernaz da Costa, era o gerente que ia fazer linha de Santana pra cá. Aí o pessoal do Cravo levantaram: não senhor, o senhor comprou lá de Santana, mas o terreno dele não chega aqui na PA 140, o senhor vai tirar 5 quilometro que é o terreno que o senhor comprou. Só sei que quando ele chegou na Vila do Cravo, meu amigo, tinha um pedação de gente esperando ele. Desde gente lá de Castanhalzinho foi gente se reunir e esperar o Luciano. Vamos esperar Luciano que ele não tira, a gente vira o carro dele e não tem conversa. Aí ficou um monte de gente na ponte do Cravo e outra gente aqui esperando, por onde ele passar pra ir pro Cravo, nós fecha, nós fecha aqui e vocês fecham lá. Ah meu amigo, foi coisa feia. Aí, ele passou, quando ele chegou na Vila do Cravo, eles fecharam o carro dele, você só via aqui vulto de gente. Como é seu Luciano, o senhor comprou esse terreno lá no ramal de Santana e agora o senhor quer fazer fundo, limite com a PA 140? Não, é que eu tinha direito, eu comprei e paguei. O senhor pode tirar um quilometro, mas aqui não chega um quilometro, um quilometro são mil metro, mas de jeito nenhum. Aí começou a puxar pecheira, caboclo puxando a espingarda. Ele disse: não, não, ele falava igual um padre, ele disse: não pessoal, eu vou mudar o meu plano, aí eles liberaram e ele voltou. Sabe o que ele fez? Ele planejou, olha o que é um cara sabido, que sabe trabalhar com advogado. Ele foi pra Belém, chegou lá, ele falou pro advogado: olha, eu comprei um terreno em Bujaru, um lugar assim e tal e, tem duas estradas, uma que entra dentro no ramal de Santana, matriz de Bujaru, e outra que via pra Concórdia. Aí queria limitar as duas estradas. Aí os advogados disseram, seu Luciano, não dá, mas vou lhe dar um parecer pra não perder nada. O senhor sai bonitinho, sem ofender ninguém, não tem cidadão lá, filho do lugar pra comprar essa sua terra? Aí ele ficou pensando, foi vendido pro Miguel, o prefeito. O Miguel comprou, ainda fez um lenga lenga com o pessoal de São Judas, mas aí conversa dali, conversa acolá, entraram em acordo. E o Miguel ficou com essa terra (Milton Nascimento, comunidade Km 35, Concórdia do Pará, 12 de abril de 2017).

O depoimento que abre esta introdução sintetiza parte dos conflitos agrários emergidos na Amazônia, nos últimos 70 anos, envolvendo camponeses e fazendeiros-

agronegociantes. A partir dessa fala, observamos os conflitos envolvendo a grilagem de terra e a expropriação de camponeses de suas respectivas propriedades que, por vezes, é marcada pela violência física e morte. Esses conflitos no campo são resultado do processo de modernização engendrado pelo Estado brasileiro, na perspectiva desenvolvimentista, e da expansão de relações capitalistas de produção que, por sua vez, acaba por criar uma maior vulnerabilidade das populações agrárias.

Como fica evidente na entrevista, a resistência dos camponeses em não aceitar o avanço da cerca do fazendeiro fez com que as famílias camponesas ganhassem a garantia de permanência na terra, no qual ainda vivem até os dias atuais. Destacamos, no depoimento, os laços de solidariedade entre as famílias de comunidades rurais vizinhas, que se juntam para reivindicar e lutar pelo direito do outro camponês, do compadre, do amigo. Esses laços de reciprocidade reforçam os mecanismos de resistência do homem e da mulher do campo, que encontram nas relações de vizinhança a sua extensão familiar.

Situações como essas marcam a resistência camponesa na Amazônia que vão ao *front* na luta pela terra e pelo direito de viver no campo. Desse modo, partimos de referenciais teóricos que entendem que da mesma forma que as relações capitalistas de produção se expandem no campo, também geram mecanismo e estratégias de resistências que permitem a existência de um processo de campesinização.

Nesse artigo, o leitor vai observar diversos depoimentos que, assim como a fala de Milton Nascimento, sinalizam para processos de expropriação camponesa da terra diante das novas ações do capitalismo no campo. Contudo, ao mesmo tempo, apresentamos como esses camponeses se articulam em busca do desejo de continuar a fazer do campo, um território de vida e de trabalho, onde a resistência é o que movimenta o processo que aqui delineamos de campesinização.

Tendo nos trabalhos de Martins (1980) e Oliveira (1991) a fundamentação teórica-metodológica de nossa pesquisa, buscamos neste texto compreender a expansão do agronegócio do dendê no nordeste paraense, entendendo a existência de um processo de campesinização e resistência à essa agricultura capitalista. Além do mercado de terra que se abre com a dilatação dos campos da oleaginosa, a partir das políticas voltadas para a produção de agrocombustível, iniciados em 2005, encontramos em campo famílias que resistiram à venda da propriedade, outros que venderam suas terras e compraram outras em comunidades próximas ou adquiriram pequenos sítios à beira da estrada, praticando o que Martins (1980) denomina de “traição às leis do capital”. Portanto, é por meio dessa trajetória social do campesinato e de suas relações originarias desse processo que pretendemos apreender os processos de campesinização e resistência.

Entendemos a campesinização como a arte da territorialização camponesa, engendrando mecanismos de dominação e apropriação do espaço por intermédio dos

elementos específicos a cada territorialidade camponesa, seja étnico-racial, seja pelo meio social e ambiental em que está inserido. Assim, a campesinização se dá por meio das estratégias de sobrevivência para alcançar os objetivos de reprodução social da família, garantindo a posse da terra e dos meios de produção, tendo no trabalho familiar a composição que particulariza o território camponês na sociedade capitalista. Logo, o território camponês é orquestrado por permanências e mudanças, criações e recriações constantes, ressignificando o território que se posiciona em resistência à expropriação.

As reflexões e os apontamento que trazemos nesse artigo partem de uma pesquisa realizada entre 2016 e 2017, em oito comunidades camponesas, nos municípios de Acará, Bujaru e Concórdia do Pará, situados no nordeste paraense. Na região em estudo, observa-se um dos polos produtivos da Biopalma[1], uma das principais empresas do agronegócio do dendê no Pará.

A pesquisa desenvolveu-se por meio de técnicas quantitativas e qualitativas de análise espacial, contudo, neste trabalho escolhemos trazer a abordagem qualitativa, realizando nossas considerações a partir da oralidade dos camponeses entrevistados em campo[2].

Como o leitor observará, privilegiamos as falas dos camponeses, por entendermos que as situações aqui tratadas podem ser melhor entendidas a partir da história oral desses sujeitos sociais, que se encontram subalternos dentro dos projetos de desenvolvimento proposto pelo Estado.

Desse modo, pensamos com esse trabalho contribuir com as discussões acerca das implicações geradas pelo binômio latifúndio-agronegócio sobre as populações camponesas, entendo o movimento de campesinização e de resistência à expansão do dendê no nordeste paraense.

O avanço do agronegócio do dendê sobre o território camponês

A produção do espaço amazônico, por meio do processo de colonização, é modelada a partir de fatores econômicos externos aos anseios e às necessidades de sua população original ou mesmo de pessoas e/ou famílias que migram para esta parte do Brasil em busca de terra e trabalho. A inclusão das populações campesinas nos projetos de desenvolvimento tem sido orquestrada pela exclusão social, que se efetiva por meio da violência e da expropriação dos meios de produção e da vida.

[1]Até 2016, a Biopalma estava territorializada no estado do Pará por meio de quatro polos produtivos: Polo Acará, Polo Concórdia, Polo Moju e Polo Tomé Açu – estes distribuídos entre as regiões do Vale do Acará e do Baixo Tocantins, adquirindo terras nos municípios de Abaetetuba, Acará, Bujaru, Concórdia do Pará, Moju e Tomé-Açu.
[2] Apesar de os camponeses e camponesas terem permitido as gravações das entrevistas e suas respectivas transcrições para a redação deste trabalho, optamos por trocar os nomes verdadeiros por nomes fictícios dos depoentes, preservando, assim, o nome dessas famílias camponesas.

A pesquisa aqui apresentada tem apontado, no nordeste paraense, sob a ótica do agronegócio do dendê, a conformação territorial do binômio latifúndio-agronegócio da palma de origem africana, atividade que vem repetindo as velhas formas de violência e expropriação camponesa (MACEDO; SOUSA, 2016). Essa expropriação, ocorrida nos municípios de Acará, Bujaru e Concórdia do Pará, resulta da formação territorial dos campos da palma de óleo concentrados em grandes extensões de terra, transformando terras ociosas (fazendas de gado sem gado) e terras de trabalho camponês em terras do agronegócio.

Dentre as comunidades pesquisadas, as que mais ficaram aprisionadas pela oleaginosa foram: Conceição do Guajará, Mariquita, Castanhalzinho e Peixe. No caso da comunidade de Conceição do Guajará, houve a desterritorialização material e simbólica do patrimônio da comunidade a qual, na organização camponesa local, é estruturada pela figura da Igreja Católica, do centro comunitário, do campo de futebol e da escola pública. Dentre as localidades pesquisadas, a única que não possui uma estrutura de vizinhança próxima é a da Conceição do Guajará, na qual os moradores vivem em núcleos familiares extensos ao longo de uma vicinal ligada à PA 140.

Na fotografia 01, demonstramos o patrimônio da comunidade de Conceição do Guajará – Bujaru/PA totalmente cercado pela palma do dendê, não possibilitando mais o encontro entre as famílias camponesas. Estando, de certa forma, o patrimônio desativado.

Fotografia 01: Patrimônio da comunidade Conceição do Guajará-Bujaru/PA, em 2016.

Fonte: Diário de campo, 2016.

Atualmente, os sinos da Igreja Católica não se dobram mais para o chamado aos cultos e às celebrações, pois o prédio está totalmente tomado por mato e cercado pelo

dendê; fazendo com que cultos e celebrações sejam realizados em outro lugar. O mesmo acontece com a escola, que foi desativada. A pesquisa demonstrou que a formação das comunidades rurais dos municípios em estudo tem na ida à igreja a sua principal referência de encontro. É no local da igreja que são realizadas as celebrações, mas também onde se estabelecem as questões políticas, o lazer e a sociabilidade dos camponeses. A religiosidade, portanto, é um dos principais elementos de unidade do pensamento comunitário.

A disputa pelo território engendrada a partir do dendê não tem acometido apenas com a população camponesa em si, mas também com os símbolos e as tradições que fazem parte da territorialidade desse modo de vida. No caso de Conceição do Guajará, é explicita a disputa territorial entre o sagrado e o capital, em que, além do cercamento das propriedades camponesas, há a desarticulação do lugar de encontro mais importante para as famílias, o templo religioso.

Esse vínculo simbólico-cultural e as relações produtivas conduzem à formação territorial da comunidade camponesa, constituída por meio da terra, do trabalho, da família e da religiosidade, os quais são elementos fundantes do território camponês. A comunidade, enquanto base material e imaterial, constitui-se a partir da multidimensionalidade de práticas e relações que são encontradas na comunidade-território, por meio da interação entre as famílias camponesas e os elementos que competem para as suas reproduções sociais e culturais.

Nesse sentido, o sagrado pode ser compreendido tendo em vista o cotidiano familiar, ou seja, pelo que é próximo à vida em comunidade. E é nesse ambiente que se praticam as tradições e os rituais que simbolizam e circunscrevem a trajetória familiar. Por outro lado, a atividade com o dendê representa a produção de óleo de palma dentro da esfera neoliberal da globalização, para a qual a capitalização e a monetarização da terra são vistas como um mecanismo de reprodução capitalista do capital (MARTINS, 1995). A terra é aprisionada pelo agronegócio como uma reserva de valor e ampliação de capital. Em contrapartida, para a família camponesa, a terra é o sagrado, é de onde se obtém o alimento e a renda que sustenta a unidade doméstica.

Compreendemos que a igreja não se constitui apenas enquanto um espaço material dos encontros religiosos ou mesmo como uma instituição católica ou protestante, mas compõe um valor simbólico-cultural que se concretiza na divinização do sagrado. Isso se materializa na vida camponesa pelas memórias e tradições que são reproduzidas nos territórios sagrados. O batizado, a primeira eucaristia, o casamento, as celebrações e festas de santo são eventos religiosos que dão sentido à vida em comunidade e que se opõem aos momentos cotidianos de trabalho e ao sistema dominante capitalista.

A oposição entre o sagrado e o capital em áreas rurais Sul-americanas é vista por Taussig (2010, p. 37) como “a imagem de Deus ou de espíritos naturais da fertilidade [que] dominam o *ethos* do trabalho no modo de produção camponesa, o diabo e o mal caracterizam a metafísica do modo de produção capitalista.” Nesse sentido, o dualismo entre Deus e diabo é materializado entre os territórios sagrados e os territórios capitalistas, visto na disputa territorial entre o patrimônio da comunidade e o agronegócio do dendê.

A desarticulação do ponto de convergência da comunidade pode, ocasionalmente, desarticular a organização das famílias camponesas que têm na igreja o lugar dos encontros, seja nos cultos semanais, seja em reuniões para discutir assuntos relacionados à comunidade.

A partir dos depoimentos dos moradores de Conceição do Guajará, compreendemos que o aprisionamento da terra na comunidade ocorreu em dois momentos distintos, mas que se complementam pela adaptação territorial do agronegócio do dendê na região. O primeiro momento aconteceu quando fazendeiros e políticos locais, gradativamente, foram comprando terras de famílias camponesas e, com isso, estendendo suas fazendas. O segundo momento caracterizou-se pela comercialização direta das terras entre camponeses e a empresa Biopalma.

> Quando eu me casei morava ali naquela vila, já não é mais vila porque desmancharam tudo, tinha uma igreja, um colégio. Aí nós morava ali, aí depois eu me casei e o meu marido comprou esse terreno aqui. Ainda fiquei morando lá perto com mamãe, ali pertinho, mas depois que eles morreram eu vim mim bora pra cá (Antônia Cordeiro, Comunidade Conceição do Guajará, Bujaru, 16 de maio de 2016).

Na tentativa de entender a trajetória social das famílias da comunidade de Conceição do Guajará, descobrimos que onde hoje está o patrimônio sob o domínio da empresa (Ver fotografia 01) já existiu uma vila de moradores que, gradativamente, foi migrando para outros lugares. Essa migração teve início, num primeiro momento, não como um fenômeno da intervenção do cultivo do dendê na comunidade, mas estava atrelada ao processo de êxodo rural das décadas de 1970 e 1980. Contudo, a partir do ano 2000, intensificou-se a expropriação camponesa na comunidade, ocasionando, consequentemente, a migração.

> Eu não lembro, mas era muita família, muita mesmo, muita família nessa comunidade aqui. Tinha perto de 100 famílias e agora temo parece com 17 famílias. Era muita gente aqui. A maior parte do povo daqui foram embora logo quando começou a Belém-Brasília. Aí foi saindo muito daqui, mas aí, ainda ficou um bocado. Depois foi saindo um bocado, uns foram pra Concórdia, outros pra Santa Isabel, outros pra Belém. E o pior que tem muitos desses que saíram daqui que não se deram bem não. Então, antes tinha mais casa, mas era quase do mesmo jeito. Era por exemplo, aqui tinha duas casa, agora continua as duas, três que tem uma ali abandonada.

> Agora, aonde era a vila, ali tinha mais casa na época, na vila da Conceição quando eu conheci era grande demais. Agora isso mudou muita coisa, ficou um pouco difícil porque quando era fazenda tinha mais pessoas, mas aí com o negócio do dendê saiu mais gente daí, venderam já pra empresa. Tinha um morador pra li, tinha o Davi aqui também. O Davi vendeu pro Emano. Já um vizinho que tinha pra ali vendeu pra empresa, terreno dele grande. Terrenão bonito aqui era aquele do Zé Eude que mora lá no seis, o terreno dele era quase 3 lotes. Tinha umas 4 tarefas de pasto, já tinha gado, tinha cocal, pimental, cacaua, tinha uma casa linda acolá e vendeu pra comprar um lote e se deu mal lá. Um dia desse até assaltaram ele lá, o cara trabalhador que só (João da Cruz, Comunidade Conceição do Guajará, Bujaru, 13 de maio de 2016).

O fluxo emigratório de Conceição do Guajará acompanha o intenso êxodo rural que aconteceu no Brasil, nas últimas décadas do século XX, levando ao inchaço das periferias das grandes cidades. No caso de Belém, existem estudos que evidenciam essa corrente migratória para os bairros periféricos da cidade, aumentando de forma desordenada o crescimento urbano da capital paraense.

Por entre as comunidades pesquisadas, observamos essa contextualização histórica. Contudo, ao pensar a trajetória desses camponeses, notamos que, além de existir esse esvaziamento das comunidades em direção à cidade, há, por outro lado, a formação de outras comunidades ao longo da PA 140, como é o exemplo de Nova Esperança, que é formada por famílias de origem de outros municípios paraense, também dentro das correntes migratórias da década de 1970.

Voltando à fala de João da Cruz, percebemos que as famílias que resistiram à expropriação, via o avanço do dendê, foram as que já moravam fora do patrimônio da comunidade e, por isso, não se sentiram pressionadas pelo cercamento do lugar sagrado, mantendo as relações de antes na unidade familiar.

> Esse processo aí houve no princípio, eles quiseram fazer uma negociação, assim de notícia, o chefe não vinha, mandava outros, os peões dizer que se o pessoal aceitarem, eles faziam outra igreja pra tirar aquela de lá e colocar no outro canto. Eu ainda participei de uma reunião, aí os mais antigo, as lideranças da comunidade não aceitaram porque já tinha muitos anos, além da Igreja construída lá, eles acharam que isso podia ser até um patrimônio histórico, a Igreja lá. Aí conclusão, não foi feito nem acordo, também eles não vieram sentar pra conversar com a comunidade e nem a comunidade procurou eles. Aí depois que eles plantaram tudinho, lá ficou isolado no meio do dendê. Aí começou o pessoal saquear lá, tudo o que tinha, era fio, arame, o que era utilizado né, na igreja o pessoal arrombavam e ia levando, a porta e tudo mais. Aí depois até o transformador de lá roubaram. Aí foram correr atrás, mas aí já não tinha interesse pra eles né, até hoje tamo correndo atrás disso, mas já caiu por terra. Aí já vieram comigo a pouco dias, conversaram pra mim doar um lugar pra construir. Agora tem só um barracão ali. Aí pra mim doar esse terreno pra fazerem a Igreja. Eu disse, pode escolherem a área que vocês quiserem, tiverem e vai fazendo, esse projeto tá assim né. Tá no papel ainda (José da Silva, Comunidade Conceição do Guajará, Bujaru, 12 de maio de 2016).

Analisando esse depoimento, compreendemos que a disputa territorial engendrada pelo dendê criou uma vulnerabilidade do território ante um movimento de violência, roubos e assaltos por entre a comunidade. Com o crescimento das palmas e da criminalidade, a manutenção do patrimônio da comunidade tornou-se difícil, principalmente por não haver mais moradores próximos à igreja, dificultando a vigilância e o cuidado com o bem coletivo.

A ação da empresa com o cercamento do sagrado ocasionou o distanciamento e a desmaterialização dos atos simbólicos praticados no interior do patrimônio religioso. As lideranças mais antigas possuíam um sentimento de pertencimento ao lugar santo que corroborava com uma convivialidade e ancestralidade, as quais não queriam ter perdido com o território sagrado, atualmente destruído pela monocultura do dendê. A disputa pelo território está presente tanto nos aspectos naturais (terra, água e floresta) como também nos aspectos simbólico-culturais que fazem parte da territorialidade camponesa e por onde a tradição é vivenciada, transmitida e apreendida pelas novas gerações.

O patrimônio, enquanto uma referência da comunidade, foi se perdendo, ao passo que a palma africana foi crescendo e a vegetação da oleaginosa tornando-se predominante na paisagem. Isso corroborou também para a perda da identidade com esse lugar, havendo um estranhamento da palma como um único horizonte nos momentos sagrados.

Essa disputa entre o agronegócio e o sagrado remete a diferentes mecanismos pelos quais o capital toma frente sobre as comunidades camponesas, não caracterizando, necessariamente, um confronto de violência no processo de expropriação, mas cerceando de forma silenciosa, pela imposição de sua presença sobre as populações agrárias.

Escobar (2015), em seus estudos territoriais na Colômbia, menciona o processo de deslocamento das populações agrárias imersas nos megaprojetos de desenvolvimento e atividades extrativistas, incluindo a mineração e os agrocombustíveis por meio do cultivo da palmeira africana. O autor chama a atenção para o fato de a expansão da palma levar à perda da autonomia territorial por parte das comunidades camponesas, em razão da pressão feita pelas empresas de óleo de palma sobre os territórios campesinos. Isso tem originado processos de desterritorialização pela invasão dos territórios das comunidades ou, em alguns casos, envolvendo-os e confinando-os (ESCOBAR, 2015, p. 99). Tal processo tem se evidenciado por algumas comunidades camponesas, a partir da chegada do agronegócio do dendê nos municípios em que realizamos nosso estudo.

Desse modo, a acumulação por espoliação, delineada por Harvey (2014), não apenas expropria o camponês da terra, mas tenta retirar também seus costumes, tradições e crenças, o que particularizou a conformação do modo de vida específica, as territorialidades e territórios. Contudo, expropriados da terra, mas não do seu modo de vida, esses camponeses buscam reconstruir seus territórios, constituindo uma campesinização contrária à espoliação do capital em um movimento constante de resistência.

Os camponeses de Conceição do Guajará, após a perda do patrimônio da comunidade, estão reconstruindo outro lugar de sociabilidade para reuniões e encontros litúrgicos. O centro comunitário, reproduz e reafirma a estratégia camponesa nessa comunidade, mostrando a resiliência desses camponeses frente às adversidades provocadas pela expropriação. A reconstrução do sagrado mostra que o capital não venceu a disputa pelo território, pelo contrário, manifesta as estratégias de resistência que esse campesinato inventa para se manter e se recriar a partir de ações em seu território.

Expropriação, violência e a campesinização por entre os campos do dendê

Por entre a monocultura do dendê, nos municípios de Acará, Bujaru e Concórdia do Pará, foram abertas diversas vicinais para o escoamento dos cachos da oleaginosa. Em razão dos varadouros, foi possível ter maior acesso às comunidades, facilitando a mobilidade dos moradores, em contrapartida, possibilitando a entrada de pessoas estranhas nesses territórios, contribuindo para a vulnerabilidade territorial dessas comunidades e imprimindo um novo ritmo na vida cotidiana das famílias.

Em campo, a partir de depoimentos de camponeses, ficou evidente que, com a abertura das vicinais, as comunidades passaram a ser um território inseguro e de fácil acesso a assaltantes, que viam nas pequenas estradas a possibilidade de fuga fácil por entre as vicinais de conexão das quadras do dendê.

A questão da violência tem se tornado uma prática constante nesses territórios em disputa. Durante a pesquisa, ouvimos vários relatos de assaltos e roubos nas propriedades camponesas, nos ramais de acesso às comunidades e na PA 140. Dentre os tipos, os mais comuns são o furto da compra do mês, da renda mensal, roubo de motocicletas, entre outros utensílios.

O início desse movimento de violência é marcado no tempo após a chegada do dendê na região que, indiretamente, possibilitou o tráfego de pessoas consideradas “estranhas” pelas famílias das comunidades. As falas remetem ao fato de que o progresso prometido com a chegada da oleaginosa seguiu outros trilhos, como o da entrada de drogas e o da violência, que hoje impõe medo às famílias da região.

> Mudou muita coisa porque o que nós não tinha aqui, agora a gente tem. Pra mim, na minha opinião, tem coisa que é por causa da empresa sim, porque aqui, no tempo que isso só era mata, aqui só tinha esse ramal que entra lá no 29 e vinha direto até lá, uma casa que é do sargento que morava aí na mata. Aí não tinha varador por tudo que é canto. Se tu entrar lá no 29, se tu não quiser ir direto, tu pode entrar naquele ali que tu vara lá no 35, se tu não quiser vara lá no 37. Tudo aberto depois da empresa. Aí sim, depois desses ramais aí que abriram, ele trouxe muito conflito pra gente que é a bandidagem hoje. Eles têm por onde entrar e por onde sair e antes não era assim. Mês passado vieram buscar uma moto na porta daquela casa ali, do

> meu filho, levaram a moto dele. Ele saiu aí nesse ramal que entra aí. Pode ir embora que vara lá no 51, aí do 51 se tu não quiser ir, tu vai embora e vara lá pra cidade do Acará. Isso tudo por dentro do dendê. Tem ramal aí que pode andar até avião de bonito, só o nosso do 29 que é desse jeito, mas o deles aí. Aí o bandido tem como correr frouxo aí, um ramal bonito, estrada bonita (Maria da Graça, comunidade Conceição do Guajará, Bujaru, 17 de maio de 2016).

O depoimento de Maria da Graça mostra a exposição em que vivem as comunidades rurais de Acará, Bujaru e Concórdia do Pará frente às vicinais abertas para o escoamento da produção da Biopalma. Nessa lógica, a perspectiva que se faz de modernização do campo acarreta uma pulverização não apenas de agrotóxicos, mas também violência sobre a vida camponesa. Há, portanto, nesses territórios em disputa, a acumulação de capital, de um lado, e, de outro, a acumulação de problemas e a consequente fragilização territorial diante às influências externas.

A homogeneização da paisagem pela monocultura do dendê dificulta pontos de referência, transformando as vicinais de acesso às comunidades num labirinto, com diversas saídas para as rodovias que cortam os três municípios. Ao invés de facilitar a mobilidade da população do entorno, a abertura de estradas menores tem gerado violência e aumentando o sentimento de insegurança na terra de morada e de trabalho.

Durante a pesquisa, observamos a trajetória de uma família camponesa da comunidade quilombola Castanhalzinho, que foi obrigada a sair de sua terra e a mudar para a vila da comunidade, após a chegada do dendê, em razão de sua propriedade ficar isolada dentro dos canteiros da oleaginosa e também em função da violência que a família passou a sofrer diariamente. Sobre tal situação, Ivone Silva nos relata:

> o terreno do seu João tá preso lá, no meio do dendê. Eles vieram embora de lá, tão aqui na vila, porque os bandidos colocaram eles pra correr de lá. Todo dia eles davam uma surra neles e comia a comida deles tudinho. Dois velhos, aí eles acharam que tinham que abandonar o terreno.

Esse depoimento demonstra o cercamento das propriedades camponesas que, além de estarem isoladas, ficam vulneráveis a todo tipo de violência. O depoimento a seguir, de Otavio Borges, complementa a fala anterior:

> Nós morava num terreno que ficou aí dentro da firma. Aí, logo quando começou eles quiseram fazer negócio ainda. Mas não é só nosso, é de herança da minha mãe sabe. Aí não quiseram vender. Agora parece que eles não tão mais comprando, o pessoal fala que eles pararam de comprar. Aí nós tinha interesse de vender que tá preso lá. Lá só o meu irmão que ainda faz roça por lá, eu mesmo comprei um pedaço de terra aqui, não chega nem um lote, só vinte tarefa[3]. Aí como só é eu e meu filho que mora aqui na frente, tá dando pra gente. Papai comprou mais uma tarefa ali que

[3] Um lote de terra corresponde a uma área de 25 hectare, na concepção camponesa local um lote corresponde a 60 tarefas de terra.

> roubavam ele direto lá. Aí nós viemo pra cá porque o terreno ficou lá dentro e os meninos precisavam estudar. O ramal você precisa vê como é que tá. Aí ficava difícil pra vim pra cá pegar o ônibus. Aqui o ônibus passa na porta e lá não, era tudo difícil. Aí comprei esse pedacinho aqui. O meu pai veio embora de lá com meu irmão porque os bandidos começaram a cercar eles lá, malvadava deles lá. Aí ele comprou uma tarefa ali. Aí o meu irmão que ainda tem um pimental lá. Lá os vizinhos venderam tudo a terra, só nós que ficamos numa ilha lá (Otavio Borges, comunidade Castanhalzinho, Concórdia do Pará, 17 de janeiro de 2017).

A fala de Otavio Borges nos faz compreender a r-existência camponesa em não querer comercializar a propriedade da terra num primeiro momento, conseguindo manter os meios de produção (terra e trabalho). No entanto, ao passo que o território capitalista avança no espaço agrário, ele tende a pressionar cada vez mais a propriedade camponesa. No caso da família de Otavio Borges, observamos que ficaram isolados no meio do dendê, tendo dificuldades com transporte, ramal precário e a violência.

Nesse processo, a migração parece ser o caminho inevitável, como a que ocorreu com essa família camponesa. Notamos, contudo, que a migração ocorre concomitantemente à reterritorialização da família, garantindo a posse da terra em outro espaço. A busca da família de Otavio Borges por morada em outro lugar não estava relacionada somente à pressão do dendê sobre o território, mas também às situações geradas a partir do cercamento, como precarização do ramal e a violência que a família vinha sofrendo esporadicamente.

A terra onde a família atualmente está trabalhando corresponde a um quarto da propriedade presa entre os campos da oleaginosa, que se encontra inutilizada. Observamos que o cerco do agronegócio exilou essa família da terra e dos seus meios de produção, comprometendo a reprodução social do núcleo doméstico e ocasionando na perda afetiva com lugar, hoje cercado pela palma.

O cercamento das propriedades camponesas pelos canteiros da oleaginosa tem se revelado em uma das circunstâncias que acarreta na comercialização da terra. Porém, mesmo expropriada da terra, a família camponesa consegue engendrar mecanismos para garantir os meios de produção, territorializando-se novamente e assegurando os meios de sobrevivência.

> É como se os camponeses continuamente tivessem de enfrentar a tragédia das mudanças, vendo tudo se fechando ao seu redor, tendo de descobrir o caminho para passar para o outro lado e reconstruir a vida. Essa travessia, experimentada por tantos grupos camponeses na história brasileira, se traduz na busca num caminho que está quase sempre no horizonte, onde terra e céu se encontram, e muitas vezes não se separam, nos olhos daqueles que vêem e que crêem (OLIVEIRA, 2001, p. 43).

Em Oliveira (2001), entendemos que o tempo de travessia que os camponeses experimentam na sua trajetória de vida permite a sua recriação enquanto classe social e

modo de vida na sociedade capitalista. Com isso, a propriedade da terra torna-se indispensável para a reconstrução do território camponês que resiste no espaço agrário pelas fissuras dos territórios capitalistas. A exemplo disso, vimos a família de Otavio Borges que, ao abandonar a propriedade da terra, cercada pelo dendê e vulnerável a situações de violência, automaticamente, comprou outra terra para viver com seus familiares.

O cercamento das propriedade e comunidades camponesa pela Biopalma, no polo de Concórdia do Pará, teve início a partir de um intenso processo de comercialização de terra. Contudo, esse negócio não começou com a instalação da empresa diretamente, havia uma mercantilização antes da chegada da oleaginosa.

> Eles venderam pro Emano. Na época o Emano comprou essas terras aí deles pra fazer campo, criar gado. Aí o Emano vendeu pra Biovale. Esse outro lado aqui era do Miguel, Miguel Bernardo, ele vendeu pra Biopalma, ele comprou de moradores, um bucado de moradores daí. Por isso que o pessoal venderam pra eles né, aí foi ficando pouca gente. O Emano comprou de muita gente aqui. Quando ele vendeu pra Biopalma só tinha aquela casa do seu Jafé ali. Muitos ficaram por aí, teve um que mora lá no 22. O Bené que morava lá do outro lado, vendeu pro Miguel (Antônia Cordeiro, Comunidade Conceição do Guajará, Bujaru, 16 de maio de 2016).

> Primeiro veio os fazendeiros. O primeiro foi o Emano, isso aí tudo era do Emano. Me lembro duma parte do finado Zé Cabeça que vendeu pro Emano. Daí o Emano vendeu pra Biopalma. Ali onde era a igrejinha era do Sargento Lucas, que também vendeu pro Emano. Aí o Emano continuou a comprar, ele comprou e depois vendeu pra Biopalma (Adriano Santana, comunidade Conceição do Guajará, Bujaru, 17 de maio de 2016).

As pessoas citadas nos depoimentos são ex-prefeitos do município de Bujaru. Além desses políticos, alguns fazendeiros também desempenharam papel de atravessadores na compra e venda nesse mercado de terra. Os depoimentos acima correspondem ao exposto por outros autores no que tange à mercantilização da terra que ocorre nos municípios em que o dendê se expande.

> Políticos, empresários e comerciantes regionalmente conhecidos promoveram uma verdadeira varredura fundiária, mapeando imóveis rurais potencialmente qualificados para dendeicultura. Fazendas agropecuárias, sítios, chácaras, produtivos ou não, foram negociados, impulsionando o capital especulativo alicerçado na terra. O montante do capital especulativo aumentava quando a terra era revendida para os novos empreendedores da dendeicultura de energia (NAHUM; BASTOS, 2014, p. 45).

Nahum e Bastos (2014) apresentam alguns dos atores que atuaram como atravessadores dentro do mercado de terra estabelecido no início dos empreendimentos do agronegócio do dendê. Notoriamente, as empresas produtoras da oleaginosa não se territorializaram na compra direta das pequenas propriedades, mas constituíram sua área de produção, primeiramente, das fazendas que já haviam rematado as terras dos agricultores

camponeses. Contudo, as empresas produtoras do dendê também entraram no mercado de terras, comprando propriedades camponesas que ficaram confinantes aos canteiros da oleaginosa. Para Hébette e Marin (2004, p. 125), “uma vez introduzida no circuito da apropriação privada, a terra nunca mais volta para o pequeno proprietário. Ela é objeto de especulação desenfreada na qual se enriquecem vendedores, compradores e intermediários.”

Desse modo, podemos compreender que a expansão do agronegócio do dendê sobre as terras tradicionalmente ocupadas inicia pela concentração fundiária que é orquestrada estrategicamente por indivíduos capitalizados que atuam como atravessadores da propriedade da terra. No segundo momento, chegam as empresas de cultivo da oleaginosa, engendrando a territorialização do capital, erguendo, num único território, uma produção agrícola e industrial no cultivo, extraindo e produzindo óleo de palma. Nesse processo, entende-se que,

> A expropriação é uma caracterização essencial do processo de crescimento do capitalismo e um componente da lógica de reprodução do capital. Houve uma clara concentração da propriedade fundiária. Os trabalhadores e suas famílias perderam ou deixaram seu principal instrumento de trabalho, a terra (por meios violentos, explícitos ou não), em favor do grande fazendeiro (SIMONETTI, 1999, p. 41).

No contexto da concentração da terra via o agronegócio do dendê, observamos que a expropriação camponesa não se dá necessariamente em confrontos de violência física, efetivando-se por meio do diálogo comercial entre as elites locais e os capitais nacional e estrangeiro, que buscam a apropriação e o domínio territorial da terra. A terra, enquanto natureza capitalizada, torna-se, no século XXI, um dos bens mais importantes para a reprodução capitalista do capital, seja como reserva de valor, seja para a produção de alimento e agrocombustível.

Assim, a expropriação camponesa via agronegócio do dendê, nos municípios de Acará, Bujaru e Concórdia do Pará, aconteceu antes da chega da Biopalma, sendo orquestrada por políticos e fazendeiros locais que compraram a terra de famílias camponesas e depois revenderam para a produtora da oleaginosa. Contudo, posteriormente, a empresa também passou a comprar terra nessa região, pressionando e confinando as propriedades camponesas, o que levou algumas famílias, que antes resistiram à venda pelos primeiros compradores, a venderem a terra para a empresa do dendê.

> Verifica-se o deslocamento de capitais para os países do Sul na busca pela exploração dos recursos naturais (terra, água, minérios, etc.) cuja valorização é definida pelo setor financeiro e homologada pela Rio +20, no âmbito da economia verde, fundada em ativos dos mercados de carbono.

> Por isso verificamos a corrida de corporações transnacionais e especuladores para investir na compra de terras em diferentes países do mundo, seja para garantir reservas de valor, especular com os alimentos no mercado financeiro, produzir grãos para exportação e/ou para a produção dos agrocombustíveis. Decorre deste movimento reconfigurações no uso das terras agricultáveis e a intensificação das disputas territoriais por modelos de desenvolvimento fundamentados na reprodução ampliada do capital ou na reprodução ampliada do trabalho familiar camponês (RAMOS FILHO, 2013, p. 160).

Percebemos, na citação de Ramos Filho (2013), a disputa territorial que se abre entre a reprodução ampliada do capital e a reprodução do trabalho familiar camponês dentro da perspectiva global de valorização e mercantilização dos recursos naturais, que tem ocorrido, principalmente, nos países do hemisfério sul do globo terrestre, por onde ainda se encontram as maiores reservas de terras agricultáveis e de biodiversidade.

Essa disputa territorial no interior da Amazônia, de modo particular no contexto geográfico do dendê, "se encontra alinhada às estratégias engendradas por grandes empresas para incorporar novos estoques de terra à dinâmica do mercado internacional de *commodities*, que, por sua vez, se ancora nas políticas públicas que as subsidiam e as legitimam" (SILVA et al., 2016, p. 166).

Nesse ínterim, ocorre o aumento da concentração fundiária e a consequente transformação do uso da terra pelo capital estrangeiro, obedecendo aos parâmetros ambientais do capitalismo global. A apropriação territorial da terra pelo agronegócio do dendê tem se mostrado de diferentes formas, como as apresentadas por Silva et al. (2016, p. 175):

> As estratégias utilizadas pelas empresas para apropriação da terra vêm ocorrendo de três formas distintas e complementares: a) aquisição de imóveis rurais, notadamente fazendas e áreas de agricultura familiar, embora o Programa vede expressamente a compra de lotes de agricultores; b) arrendamento de imóveis rurais, principalmente fazendas com pastos abandonados; c) a transferência das terras da reforma agrária mediante o sistema de "integração".

Essas estratégias de aprisionamento da terra, anunciadas por Silva et al. (2016), são vistas na comunidade do Peixe. Com o avanço do agronegócio do dendê, essa comunidade ficou parcialmente cercada pelos canteiros da palma. Contudo, duas famílias que ficaram presas por conta da área de plantação da oleaginosa passaram a cultivar o dendê em suas respectivas propriedades.

Compreendemos, desse modo, que as famílias camponesas podem apropriar-se das "sutilezas" do capital, engendrando no seu território uma territorialidade do agronegócio (FERNANDES et al., 2014). Assim, mesmo cercados pelos campos do dendê, os camponeses criam estratégias para garantir os meios de produção e a reprodução social da família.

Abel Figueiredo, um dos camponeses que passou a cultivar o dendê, nos relata que: “depois que o dendê chegou, melhorou o ramal mais um pouco. Ele inda tá feio, mas hoje entra carro, que antes era só caminho, veredas. De primeiro a gente ia de pé daqui pra Arapiranga, a gente saia de madrugada quando era meio dia tava aqui de pé de novo.” O entrevistado reconhece que o ramal, que hoje dá acesso à comunidade, está melhor por intermédio da empresa Biopalma. Contudo, a vicinal usada para chegar à comunidade não foi construída para a mobilidade de moradores, mas para o escoamento da produção dos canteiros da oleaginosa.

A expansão do agronegócio do dendê não tem criado, nos espaços que compõem sua área produtiva, um setor tecnológico moderno e eficiente. Na comunidade do Peixe, por exemplo, contraditoriamente, encontramos duas famílias integradas à agricultura voltada para a produção de combustível. Desse modo, entendemos que a suposta modernização originária dos campos da oleaginosa está concentrada nos centros operacionais das empresas produtoras de óleo de palma. Ao passo que os agricultores passam a cultivar o dendê em suas propriedades, acende a submissão da renda da terra oriunda da monopolização do território pelo capital.

Esses mecanismos de aprisionamento e de monopolização da terra pelo capital reestruturaram as relações de acesso e da propriedade camponesa, dando continuidade à mercantilização da terra entre as relações de compra e especulação (BACKHOUSE, 2013, p.17).

> Na verdade, teve uma vez uma certa reunião que a gente participou aí. O pessoal culpam muito o fazendeiro e o pessoal do dendê por essa desapropriação de terra, só que na realidade não é bem assim, porque se fosse assim, eu também não taria aqui. Isso aí foi pessoas que pensaram, poxa trabalhei tanto na terra, trabalhei tanto e não tem nada, vai ficando velho que nem eu né, eu vou vender minha terra e vou pra cidade. Isso foi o que mais aconteceu aqui. Que antes do dendê, era muito habitado aqui o local de agricultor. Aí não sei se tu chegou a conhecer um cidadão que foi embora pra Bujaru, foi delegado, Raimundo Araújo. Aí ele tinha uma área de terra aqui. Aí ele foi e vendeu pra um outro cidadão, acho que tu não conhece, foi o seu Lucas, sargento Lucas. Aí ele foi e comprou essa área do finado Raimundo Araújo aqui, tudo bem. Aí ele começou a abrir uma fazendinha aí, fraco. Aí, decorrente disso, ele começou a comprar ao redor, mas aí eu não boto a culpa no fazendeiro e nem ninguém porque quantos não chegaram aqui, inclusive depois que o Sargento vendeu pro Emano Munis a área dele aqui, ele chegou aqui com proposta de me comprar o terreno. Aí eu digo, eu vendo. O seu Lucas tinha vendido é 22 lotes por 35 mil reais e a área que papai deixou aqui era 3 lotes, 2 titulado e 1 encostado, não titulado sabe. Aí, ele chegou aqui, perguntou se eu vendia, eu disse, eu vendo, qual o tamanho da sua área? Aí eu fui e disse, e o preço? Aí na época eu disse 80 mil reais, aí ele achou graça né, ele disse, esse valor de terra não existe, eu comprei do sargento Lucas 22 lotes por 35 mil. Aí eu disse, mas foi do Sargento Lucas, eu tô lhe colocando a proposta de 80 mil a minha área aqui, mas eu não tô interessado em vender, porque aqui eu me criei, tô criando minha família. Se o senhor quiser bem, senão o senhor fica sendo meu confinante, apesar de não me prejudicar, não tem problema nenhum. E eu acredito assim, eu olho por

> esse lado, se todos tivesse feito assim, nós tinha uma colônia muito bem habitada ainda com agricultor porque ninguém tinha vendido. Depois ele vendeu a fazenda e foi que veio o pessoal do dendê, aí vieram rematando o resto, comprando um lote de terra por 20 mil reais. O pessoal pensava que era muito dinheiro e foram desabitando. Aí veio acontecer isso que hoje é, poucos moradores na região, na comunidade (José da Silva, comunidade Conceição do Guajará, Bujaru, 12 de maio de 2016).

A fala de José da Silva, mostra como se deu a travessia das terras dos camponeses até a chegada da Biopalma na comunidade de Conceição do Guajará. Além dos atravessadores (políticos e fazendeiros), a empresa também realizou a compra direta de terras de camponeses que, a cada novo canteiro da palma, viam seus territórios serem comprimidos pela longevidade da oleaginosa.

Nessa narrativa, observamos que a acumulação da terra via expropriação camponesa foi configurando-se a partir do remate das propriedades pelo limite territorial. A cada novo confinante, havia a proposta de compra e venda da terra, e os moradores, seguindo a trajetória dos vizinhos, foram deixando a propriedade e entrando no processo migratório, ou para a cidade, ou para uma nova comunidade onde existisse alguma referência familiar e de vizinhança, ou mesmo para a beira da estrada, conformando pequenos sítios rurais.

Contudo, a família de José da Silva resistiu à comercialização da terra, mantendo os meios de produção que têm garantindo o sustento familiar. Notamos a função social que a terra expressa na vida desses camponeses, caracterizando-se como um elemento norteador para a permanência da família no campo, além de ser a via por onde a família consegue, coletivamente, realizar o trabalho que se reveste na sobrevivência do grupo doméstico.

Nesse processo, a terra, mais do que um recurso de sobrevivência da família camponesa, é a garantia para a conservação do modo de vida que é transmitido sobre o chão do sítio e da roça. É praticando o trabalho na terra que se produz novos agricultores, o que torna a terra, portanto, mais do que uma herança patrimonial de pai para filho, a “escola” do saber-fazer camponês. Com isso, manter os meios de produção, além de garantir a sobrevivência da família, constitui-se como possibilidade de permanência e de modo de vida camponês.

Em paralelo à resistência camponesa, a formação do latifúndio do dendê caracteriza-se, na região pesquisada, por duas formas: a primeira, pela compra da terra de fazendeiros e políticos locais, que já tinham expropriado/desterritorializado famílias camponesas da terra; e a segunda, pela compra direta da terra dos próprios camponeses.

> A expansão das plantações de palma de óleo encareceu o preço da terra e fez da especulação fundiária um negócio lucrativo. Compras de terras feitas geralmente de ex-prefeitos ou antigos latifundiários elevam o preço da terra.

> Em 2011 um lote plano, com poucas árvores e bem servido de vias de acesso podia alcançar o valor de até 50 mil reais. Pelo menos desde 2008 pode-se observar nas regiões de Concórdia, Bujaru, Tome-Açu, Acará e Moju a compra crescente de terras de agricultores familiares. Muito embora a legislação proíba a negociação de terras pertencentes às comunidades tradicionais ou à assentamentos frutos de reforma agrária, houve denúncias de aquisição destes tipos de propriedades. Isso significa que ampliação das plantações de palma de óleo em escala agroindustrial não tem se limitado nem às terras adquiridas legalmente para esse fim nem muito menos às pastagens degradadas (BACKHOUSE, 2013, p. 17).

As questões apresentadas por Backhouse (2013) sobre o processo de comercialização de terras entre as empresas de óleo de palma e agricultores familiares camponeses foi observado na comunidade de Mariquita, como podemos observar a seguir:

> Agora tá pouca que eu vendi muita pra Biovale [Biopalma]. Hoje em dia tá setenta e cinco hectare, três lote. Eu vendi muito pra Biovale [Biopalma]. Eu vendi porque hoje ninguém pode ter muita porção de terra que quando o cara pensar que é dele, os invasores entram e tomam mesmo. Essa parte aqui tá titulado, tá cortado o pico por aí pelo fundo. Aqui tá eu com o filho do Sabá Nunes com outro pico, aí não tem erro. Então, eu já tinha vendido uma parte, depois eles compraram aquela tira ali que tem dendê que era meu. Eu vendi pra eles e passaram a estrada dentro, porque a plantação deles ficava por trás da minha terra, aí eu vendi uma terrinha acolá que tá com esse dendezinho aí, perto daquela vila do Panco, fui eu que vendi. Isso tem uns quatro, cinco ano. Essa terra era só mata, era um setor aí, talvez de trinta tarefa que era botado, o resto era só mata. Nesse tempo a gente metia fogo em angelim e pau d'arco pra fazer carvão, nunca ninguém imaginava que dava pelo menos dez tostões num pau daquele. Primeiramente foi uma base de vinte e nove hectare o primeiro, depois dezenove e, depois nove os fundos. Vendi em três lugares. Aqui na Mariquita só eu que vendi terra, mas aí pra trás venderam um bocado, um bocado de gente aí venderam pra Biovale [Biopalma]. O que eu vendi, a primeira foi vinte e sete mil, a outra foi dezenove. Aí com o dinheiro eu repartir um bocado com os filhos, o resto eu acabei que dinheiro pouco não vale nada. Naquela época foi porque na época que eles chegaram aqui dando vinte conto, vinte mil num lote de terra, de colono pra colono era quatro mil, quatro, três mil, não valia nada, ninguém podia comprar. Que nem hoje em dia. Se hoje em dia eu for vender essa colocação minha aqui, são três lotes de terra, colono nenhum pode comprar. Porque menos que é, é oitenta mil um lote, uma base dessa. Uma casa dessa minha que tá em cima de um lote de terra dessa, uma dessa aqui eu indo fazer é vinte e cinco mil, trinta que eu vou gastar né. Aí já tem retiro, tem tanta da coisa, forno, um caramba a quatro, com tudo isso aí (Carlos Rodrigues comunidade da Mariquita, Acará, 10 de agosto de 2016).

A partir desse relato, observamos que houve, por parte da Biopalma, a compra de terras de pequenos agricultores camponeses. Além disso, ficou evidente no depoimento que as partes da propriedade que foram vendidas ainda possuíam áreas de mata, acarretando, assim, na apropriação de terras virgens para os agrocombustíveis, e não apenas terras degradadas.

O mercado de terra orquestrado para a implantação do dendê não se desenvolveu em atos de violência física ou de conflito direto. Entretanto, foi sendo construído por meio de

uma pressão silenciosa sobre o território, pela qual os camponeses, cercados pela palma, não viam outra saída a não ser vender a propriedade.

Observamos nesse contexto que a expansão do latifúndio-agronegócio na Amazônia, no século XXI, não se expande, necessariamente, por atos violentos de arma e fogo, mas tem adquirido o monopólio da terra por outros mecanismos, por meio de uma violência oculta que tem resultado na expropriação camponesa.

A fala de Carlos Rodrigues nos desperta à interpretação de que a comercialização da terra não aconteceu de forma homogênea e por meio da expropriação total da família camponesa. O camponês chama a atenção, por exemplo, para o fato de que, diferente do acontecido em outras comunidades, na Mariquita, apenas a sua família vendeu a terra, e de forma parcial, comercializando apenas uma parte da propriedade. Sobre a venda da terra, sua esposa, Fernanda Martins, comenta que "ele vendeu porque a Biovale [Biopalma] queria passar estrada por dentro da terra dele, por dentro do que era dele. Ele achou melhor vender a terra do que ficar cortada, porque eles passavam, mas não indenizavam. Aí ele vendeu um pedaço."

Semelhante ao que aconteceu com a família de Carlos Rodrigues e Fernanda Martins, é relatado por Antônia Cordeiro da Comunidade Conceição do Guajará, em Bujaru.

> Até que eu dei uma ajuda pra eles [Biopalma], que o gerente veio aqui, falou comigo que queria passar uma estrada direto né. Aí nós demos, nós não demos pra toda vida né, pra eles travessar, fazer um travessão no nosso terreno que tá separado. Nós fazemo pra facilitar mais pra eles, porque tudo pra cá era nosso, nos fundos desse terreno aqui é outro que não venderam também, que já pertence pra mariquita. Mas ajuda deles nós não tivemos (Antônia Cordeiro, Comunidade Conceição do Guajará, Bujaru, 16 de maio de 2016).

Esse depoimento demostra que a resistência das famílias camponesas em não venderem a terra dificulta a ação dos empreendimentos do dendê, que buscam outros mecanismos para fazer uso capitalista do território camponês. Em campo, observamos que ao passo que a Biopalma solicita a abertura da estrada por dentro da propriedade camponesa da família de Antônia Cordeiro, para o escoamento da produção do dendê; a mesma empresa tenta plantar a palma na vicinal de acesso ao núcleo extenso da família de Maria Braga, na mesma comunidade de Conceição do Guajará.

> O meu foi o ramal aqui, quando eles vieram plantar, fazer esse plantio que, eles queriam colocar o plantio no meio do ramal, Aí fui lá, falei com o rapaz que tava plantando, aí disseram: mas nós deram ordem de plantar, eu disse: meu amigo, eu não tô querendo o plantio no meio do caminho, do ramal, porque eu tô entendendo que é de vocês esse pedaço aqui, essa parcela aqui é de vocês, mas aí eu quero o ramal, porque quando eu cheguei aqui em 84 já tinha esse ramal. Então eu já achei aí e a gente começou a conservar ele pra gente ter saída, porque senão não tem como a

> gente sair daqui. Aí o fiscal veio, falou comigo bacana e disse: que a gente não vai plantar não dona. Eu disse: é, esse ramal tá mais de 100 anos aqui, quando eu era criança eu já ouvia falar desse ramal da Conceição do Guajará, esse ramal aí. Meus tios falaram que tiravam madeira aí dentro. Buscavam pouco, mas tiravam pra vender, nesse tempo tinha extração de madeira né. Então já era um ramal batido, de aterro. Então não tinha porque vocês brocarem esse ramal. Então eles deixaram. Foi a única dificuldade que eu achei, eu falei: eu quero o ramal e eles recuaram. De lá pra cá, nós nos entendemos bem, eles nos serviço deles e eu no meu né (Maria Braga, Comunidade Conceição do Guajará, Bujaru, 13 de maio de 2016).

O depoimento de Maria Braga sinaliza para uma resistência da família dessa camponesa à atividade do dendê, havendo uma movimentação da família da entrevistada para assegurar a vicinal, que serve de mobilidade entre a unidade doméstica e o exterior à comunidade. No processo de comercialização da terra por outras famílias, no momento de implantação do Polo Concórdia, da Biopalma, o ramal ficou dentro da propriedade da empresa, que queria transformá-lo em campos da oleaginosa.

A fala da entrevistada nos mostra a pressão que as famílias cercadas pelo dendê sofrem com o avanço da oleaginosa sobre a unidade camponesa, que presos pela palma acabam vendendo a terra. Por outro lado, observamos uma resistência que se dá, primeiramente, pela negação em comercializar a terra; segundo, pelas estratégias de enfrentamento ao cerco e à pressão exercida pela empresa, e, por último, pelas relações cotidianas que são orquestradas para a conquista da reprodução social da família, que pode ser alicerçada por uma mobilização a partir de atos locais e comunitários, realizados por fora dos movimentos sociais organizados.

> Destaca-se no processo de construção da resistência dos camponeses a partir de forças locais um conjunto de características e manifestações relacionadas à economia, cultura, costumes, política, relações de parentesco e vizinhança, compadrio, relações familiares e de gênero, socialização das crianças, etc. [...] resistência à dominação e subordinação na base local/territorial camponesa como manifestações comunitárias e coletivas, autonomia e controle no processo produtivo, produção de resistência, relações hierarquizadas e de vizinhança (FABRINI, 2006, p. 78).

As relações que giram em torno da vida em comunidade edificam um território em resistência camponesa frente à expansão capitalista de produção. Nesse caminho, alguns vendem a terra e migram, outros continuam a re-insistir em viver no campo. Aos que resistem, esses criam e recriam mecanismos e estratégias por meio de laços de solidariedade, do trato com a roça, da diversidade agrícola, das festas de santo, das relações de vizinhança, da ajuda mútua, de mutirões e ações comunitárias que reforçam os laços de vida no campo.

Assim, delineamos a existência de um campesinato que resiste ao desenvolvimento da agricultura capitalista do dendê, e que, mesmo cercado pela oleaginosa, defende o

direito territorial da terra e dos bens comuns, como foi o caso do ramal que dá acesso à unidade doméstica da família de Maria Braga.

Esse movimento de resistência é delineado após do avanço da agricultura capitalista, que tenta impor sua presença e seu modelo de produção. Essa realidade agrária, dentro das relações geradas por uma colonialidade do poder (QUIJANO, 2005, constrói mecanismos de espoliação atrelados à negação do valor social da terra. O cercamento das propriedades camponesas pode quebrar o vínculo de vizinhança que faz parte do modo de vida camponês, e é reproduzido por uma convivialidade baseada nas relações de ajuda mútua, mutirões, divisão da caça, empréstimos, entre outras ações que dão significado à terra de morada e de trabalho.

A anulação dos laços de vizinhança desfaz uma convivência comunitária que passa a ser deteriorada por meio do estranhamento dos camponeses em relação ao agronegócio, visto que eles não reconhecem nessa forma produtiva o seu ritmo de vida. A pressão para a venda da terra está fincada na coação psicológica, pela qual, ao se ver solitário no meio do latifúndio do agronegócio, o morador não ver outra possibilidade senão a migração.

Contudo, essa migração nem sempre vai em direção à cidade, mas se realiza como possibilidade de reconstrução da vida camponesa e de encontro com novas relações de vizinhança. Assim, a família camponesa pode vender a sua terra, mas, concomitantemente, ela se reterritorializa, conformando um novo território, compondo assim o processo da campesinização que Martins (1980) considera como uma traição ao capital.

> Eu morava lá pra dentro, vendi o terreno lá e comprei esse aqui. Lá eu vendi pro pessoal da Biovale [Biopalma], porque foi até um favor que eles me fizeram né. Porque eles compraram a terra tudinho que tinha ao redor, aí eles foram lá pra eu vender minha área lá, só um lote. Aí eu não queria vender ainda, porque a gente tando num lugar, espera ficar bom né, mas aí não teve, podia ter coisa melhor pra frente, aí enceraram o papo. Compraram tudinho, aí eu disse, agora fiquei ilhado, porque como vou trabalhar no meio desse dendezal aqui, tem que queimar roça, tem que fazer outras coisas da lavoura. Por sorte, deu na cabeça deles e quiseram comprar de novo, aí eu disse, agora eu vou vender pra eles, aí compraram. Mesmo assim, eles me ajudou ainda, eu disse vocês pode me ajudar, assim, eles disse pode. Se o senhor encontrar lugar bom aí, nós podemos fazer uma troca. Aí esse terreno aqui o dono já tava querendo vender uns dois anos atrás, aí como eu tava vendendo lá, eu comprei aqui. Antes eu falei pra ele, olha o negócio que eu ia fazer você pode liberar pra outro que pra mim não vai dar. Aí ele falou, na verdade a hora que o senhor quiser estamo a disposição. Aí passou os dois anos, aí prejuízo meu lá, aí vim bater com ele sabe, que era dono do terreno. Aí ele disse taí o terreno, tá te esperando. Só que aí nós tinha que igualar o preço sabe, ainda não tinha fechado negócio mesmo. Aí eu fui, vendi lá e mudei pra cá. Eu tô aqui mesmo em Bujaru, Concórdia, uma base de 59 anos. Eu acho que ganhei nessa troca, porque a Biovale [Biopalma]comprou só a terra, eu pude tirar tudo que tinha dentro. E assim, nós fizemos e trazemos as coisa de lá porque aqui ainda não tinha nada (Jonas Gomes, comunidade Nova Esperança, Concórdia do Pará, 20 de agosto de 2017).

A trajetória da família de Jonas Gomes assemelha-se à trajetória social vivida pela família de Otavio Borges, vista, anteriormente, dentro da comunidade de Castanhalzinho. Ambas famílias, cercadas pelo dendê, viram na migração a possibilidade de reconstrução da unidade doméstica em outro lugar. Contudo, diferente do exemplo anterior, a família de Jonas Gomes foi expropriada da terra e, após o cercamento realizado pela palma, não teve outra alternativa a não ser vender a propriedade, territorializando-se novamente na comunidade de Nova Esperança.

Observamos, assim, que a história do campesinato encontrada nos interstícios do agronegócio do dendê, na região em estudo, repete o exemplo do campesinato amazônico e brasileiro, caracterizado pelo processo migratório, tal qual aponta Hébette (2004) e Marques (2016). Nesse caso, a migração também pode ser entendida como uma forma de resistência, na qual a família camponesa consegue reorganizar os mecanismos de sua reprodução social alicerçada na vida no/do campo.

A partir da trajetória social dessas famílias, podemos compreender que a expansão do agronegócio do dendê, ao passo que expropria e desterritorializa a família camponesa, gera também mecanismos de resistência que possibilitam ao campesinato a reconstrução do seu território, realizando processos contínuos de campesinização, ressignificando seu modo de vida a cada nova territorialização na terra.

Entendemos, assim, que a expropriação via acumulação por espoliação não leva à terminalidade do campesinato, mas possibilita sua recriação e a ressignificação de seu território pelos interstícios do capital, contrariando a tese da homogeneização do capitalismo pela persistência camponesa em manter a unidade doméstica em movimento.

> Eu não morava aqui, eu morava pra lá pra dentro uns 10 quilômetros. Eu morava pra lá, quando cheguei aqui não tinha essa estrada ainda, entrava lá pela conceição. Aí depois de uns anos começou a abertura da estrada. Eu mudei pra cá tenho uns 16 anos aqui e lá eu vendi pra empresa, a Biopalma. Na verdade, eu vendi uma parte pro Marcelo, um rapaz que morava lá e o resto eu vendi pra empresa. Na época a empresa vinha comprando terra, todo mundo que quisesse vender, não obrigava ninguém, só queria a terra. Aí, encostaram lá onde a gente morava, alguns vizinhos já tinha vendido pra empresa. Aí eu comprei esse terreno aqui, foi na época que a safra da pimenta deu bom de preço e eu comprei aqui. Quando eu vim morar pra cá, eu doei um pedaço de terra lá pro meu filho que vendeu pro Marcelo. Aí quando o Marcelo vendeu pra empresa, a gente vendeu a outra parte. Eu já tinha esse aqui, aí vendi o de lá. Eu penso, que o que é do dendê é do dendê, digo, é do empresário. A colônia é do colono, não tem nada a ver o dendê com o colono. O caso do dendê, ele vem e compra essa área aqui, os cara quando vem comprar, eles vem, olha vamo comprar a terá de fulano, olha onde é o limite, aí ele vai e acerta tudo pra gente assinar como aquele terreno é do cara, mas se eu aqui ou o vizinho lá de trás ou outro ali não assinar, eles não compra porque pode ser terra de conflito. Tem um exemplo, ali o pessoal do velho Expedito, da dona Santi, tinha um rapaz no meio dos dois que tem aquele pasto lá que você deve ter passado, no 39. Aí ele quis vender pra empresa, mas os vizinhos

> inventaram um negócio de quilombola e não assinaram. A empresa até queria o negócio porque a terra lá era só pasto, porque ainda tem isso, o capoeirão era um preço, a capoeirinha era outro, a mata eles não queriam, só se fosse o terreno grande. Aí se fosse pasto era dobrado o preço. Uns terreno nesse tempo, sem nada valia 2.500 e eles compravam sem nada a 20.00 o lote. Juquira a 25 mil, com pasto a 30 mil. Eles só queriam o chão e ainda davam 2 anos pro cara sair. O cara podia retirar tudo, a empresa só queria o chão. Aí, volta a história do velho Pedro, quando o velho Pedro quis vender, o pessoal do Expedito e da Santi não assinaram o papel confinante alegando que eram quilombola. Aí eles não compraram. (Victor Fernandes, Comunidade Nova Esperança, Concórdia do Pará, 18 de agosto de 2017).

A fala de Victor Fernandes complementa as entrevistas anteriores e apresenta como se desencadeou a transferência de parte de sua propriedade para a Biopalma. Nesse caso, a venda da terra para a empresa foi feita após a família já ter comprado e estar instalada em outra propriedade, à beira da estrada.

Por este depoimento, notamos as variedades de preços que a terra adquire nesse contexto, oscilando a partir da cobertura vegetal. Observamos que não há interesse da empresa em comprar pequenas propriedades com mata densa, daí a procura persistente por terras já desmatadas, principalmente as formadas por pastos e áreas com vegetação em recuperação do processo itinerante de roça ou pasto.

A pressão sobre os territórios campesinos fez com que emergisse um movimento de resistência que freou o avanço da oleaginosa. A negação em assinar os acordos de confinamento, a partir do acionamento da territorialidade quilombolas, emergiu como uma barreira à expansão do dendê, principalmente pela relação de compra e venda que se dá justamente pela coação silenciosa que é materializada pelo confinamento das propriedades.

Observamos que as resistências edificadas pelas comunidades pesquisadas são resultado da separação entre o que é dá empresa e o que é próprio ao modo de vida camponês, essa questão pode ser percebida, indiretamente, no início da fala de Victor Fernandes. E essa separação pode ser comprovada pelo não reconhecimento da agricultura do dendê como parte da vida desses sujeitos sociais, que articulam suas vidas por meio do sistema itinerante de roças consociadas entre a mandioca e outras culturas agrícolas. Contudo, há famílias que têm integrado-se à cadeia produtiva da oleaginosa, conformando a sujeição do território camponês às empresas produtoras do óleo de palma.

Mecanismos de resistências vão emergindo nas comunidades por meio justamente das relações reproduzidas na convivialidade desses camponeses, pelas relações de sociabilidade e reciprocidade que vão formando uma rede de articulação por meio das informações compartilhadas entre a vizinhança.

A resistência em não vender a terra ou mesmo em não assinar os acordos de confinamento materializam-se como barreiras contra o avanço do dendê.

> Aqui teve venda de terra, não vou dizer que não teve porque teve, mas não eram agricultor, eram pessoas que trabalham com pimenta do reino. Tinha o seu Jaime que tinha uma grande área de terra né, vendeu. Aí mais outro lá na frente que era uma fazenda também vendeu. Então quem vendeu foi quem era fazendeiro, quem era grande proprietário de terras pra trabalhar com pimenta do reino né. Eles venderam. Mas o agricultor familiar, nenhum venderam. Agora, houve interesse da empresa em comprar terra aqui, mas nessa época eu tava presidente do sindicato junto com o movimento quilombola lá do Cravo. Apesar de separado, não junto, nós trabalhamos a conscientização pra não venderem a terra, que na verdade o projeto era pra terras de fazendas improdutivas, terras já degradadas né e não pra nossa terra. Então a gente convenceu as pessoas não venderem e não entrarem no projeto de agricultura familiar que a Biopalma oferecia, aí nenhum de nós aqui, os agricultores aqui da comunidade não têm dendê (Jurema Pereira, Comunidade de Nova Esperança, Concórdia do Pará, 14 de agosto de 2017).

Além de um movimento de resistência pautado no cotidiano camponês, Jurema Pereira nos mostra outro movimento organizado que desencadeou na conscientização contra a venda da terra. O sindicato dos trabalhadores rurais e as associações quilombolas trabalharam juntos nesse processo, contribuindo, também, para criar nesses territórios uma r-existência via organização.

A resistência em permanecer no campo é o que aproxima os camponeses dessas comunidades em direção à criação de estratégias que os possibilitem à existência física e à resistência simbólica de fazer do espaço agrário não apenas o local de agricultura, mas também de morada, de vida, para agricultores e extrativistas.

Mesmo com dificuldades e pressionados pela produção do dendê, os camponeses das comunidades pesquisadas têm arquitetado estratégias para manter a unidade doméstica em funcionamento, enfrentando as pressões sobre o seu território por meio da solidariedade entre a família extensa e a comunidade.

Compreende-se, desse modo que, ao passo que o dendê avança no espaço agrário do nordeste paraense, reproduzindo o efeito da acumulação via expropriação da população camponesa, ele também reproduz e reforça territórios em resistências a essa monocultura, estimulando o processo da campesinização nos interstícios do capital.

Considerações finais

Durante a pesquisa, observamos que algumas famílias mantêm seus locais de morada apesar de os canteiros da oleaginosa da Biopalma estarem próximos, convivendo cotidianamente com uma agricultura estranha ao seu modo de vida e trabalho.

Observamos em campo que mesmo com essa pressão sobre seus territórios, os camponeses continuam a investir na propriedade, na manutenção da casa de morada e nas lavouras agrícolas. Contudo, é possível ver o contraste entre as propriedades, caracterizado pelas diferenças que as culturas agrícolas reproduzem na paisagem: de um lado, a

homogeneidade da palma, e de outro, a diversidade que constitui o sítio camponês. Essa diferença constrói-se também em função do valor social que a terra adquire nos dois contextos, entre terra de trabalho e terra de negócio (MARTINS, 1980).

O depoimento a seguir esclarece o motivo das famílias continuarem a viver no campo, mesmo cercadas pelo dendê:

> Ela [a Biopalma] já veio aqui uma 5 vezes, mas a gente não quis vender. Porque é assim, a gente tem um bocado de filho né. No meu caso eu, filho e neto. Tão tudo aqui comigo. Aí eu vou vender meu terreno pra comprar uma casa lá em Belém, pra botar eles lá pra fazer o quê né. Bora ficar aqui mesmo batalhando com a vida. Aqui todos trabalham na roça com a gente (Paulo Costa, comunidade Mariquita, Acará, 04 de setembro de 2016).

O desejo em continuar no campo conduz esses camponeses à resistência, à expropriação e à exploração engendradas pela palma de óleo no nordeste paraense. O intuito de Paulo Costa continuar morando na comunidade da Mariquita se dá em razão de o meio de sobrevivência da família ser conquistado pelo trabalho na terra, sendo, portanto, a permanência na terra o horizonte da família que "batalhando com a vida" almeja conseguir os objetivos para a reprodução social do núcleo doméstico.

> Há que se considerar outros elementos que permeiam entender a presença e persistência dos camponeses na sociedade contemporânea, principalmente aqueles ligados à cultura, que possibilitaram responder à indagação inicial – como e por que trabalhadores, que possuem em comum a vivência da expropriação/ (des)territorialização, quer como camponeses ou filhos, a migração para diversas regiões do país, a proletarização e a reprodução social da cidade, ainda alimentam o desejo de voltar à terra, para retomar ou vivenciar atitudes e valores de um estilo de vida baseado no universo camponês (SIMONETTI, 1999, p. 56).

As considerações de Simonetti (1999) nos conduzem a uma reflexão importante para pensarmos o processo de campesinização defendido nesse trabalho, para o qual a presença camponesa no campo é o resultado da persistência e estratégia dessa população em manter seu modo de vida, contraditoriamente as relações de dominação capitalistas.

A campesinização aqui entendida desponta tanto na relação de concomitância entre desterritorialização e reterritorialização – quando a família camponesa migra para outra comunidade com perspectiva de manter os meios de produção e continuar a viver no campo – quanto na ressignificação do território por intermédio da territorialização contínua, por meio das ações simbólicas-culturais e materiais que culminam na resistência dos territórios campesinos.

Desse modo, compreendemos a partir dessa pesquisa, a existência de um campo no nordeste paraense com camponeses que, apesar da expansão do latifúndio-agronegócio do dendê por essa região, tem se edificado em ações e movimentos de resistência que

permitem a campesinização frente a mais esse tipo de agricultura capitalista no agrário amazônico.

Referências

BACKHOUSE, M. A **despropriação sustentável da Amazônia.** O caso de investimentos em dendê no Pará, Fair Fuels? Working Paper 6, Berlin, 2013.

ESCOBAR, A. Territorios de diferencia: la ontologia política de los “derechos al território”. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 35, p. 89-100, dez, 2015.

FABRINI, J. E. A escala da luta e resistência camponesa. **Geosul** (UFSC), Florianópolis/SC, v. 21, n.42, p. 63-92, 2006

FERNANDES, B. M. et al. Políticas de agrocombustíveis no Brasil: paradigmas e disputa territorial. **Espaço Aberto,** v. 1, p. 14-37, 2011.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. Tradução Adail Sobral, Maria Stela Gonçalves – 8ª ed. – São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HÉBETTE, J; MARIN, R. A. Mobilidade do trabalho e fronteira amazônica: a Belém-Brasília. In: HÉBETTE, J. (Org.). **Cruzando a fronteira:** 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Belém: EDUFPA, 2004. Vol. I, p. 107-152.

HÉBETTE, J. Fluxos migratórios decorrentes da política de desenvolvimento para a Amazônia. HÉBETTE, J. (Org.). **Cruzando a fronteira:** 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Belém: EDUFPA, 2004. Vol. I, p. 331-354.

MACEDO, C. O.; SOUSA, R. B. Novos projetos, velhas práticas: os impasses entre agricultura camponesa e agronegócio do dendê em terras amazônicas. In: MACEDO, C. O. et. al (Orgs). **Os “nós” da questão agrária na Amazônia**. Belém: Editora Açaí, 2016.

MARQUES, M. I. M. A atualização do uso do conceito de camponês. In.: STEDILE, J. P. (ORG.) **A questão agrária no Brasil:** interpretações sobre o campões e campesinato. 1ª ed. São Paulo: Outras expressões, 2016. p. 35-53.

MARTINS, J. S. **Expropriação e violência:** a questão política no campo. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.

_____. **Os Camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

NAHUM, J. S.; BASTOS, C. S. Dendêicultura e descampesinização na Amazônia paraense. In: NAHUM, J. S. (Org.). **Dendêicultura e dinâmicas territoriais do espaço agrário na Amazônia paraense**. Belém: GAPTA/UFPA, 2014.

OLIVEIRA, B. A. C. **Tempo de travessia. tempo de recriação:** os camponeses na caminhada. Estudos Avançados, IEA/USP- São Paulo, v. 15, n.Set/Dez, p. 255-265, 2001.

OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

QUIJANO, A. Colonialidade do Poder, eurocentrismo e América Latina. In: **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

RAMOS FILHO, E. S. Ação do Estado na inserção do agrodiesel em Sergipe: resistência e subordinação no Assentamento Jacaré-Curituba. **Geonordeste** (UFS), v. 1, p. 1-34, 2013.

SILVA, E. P. et. Al. Monocultivos de dendezeiros, capital transnacional e concentração de terras na Amazônia Paraense. **Campo - Território**, v. 11, 2016, p. 165-195.

SIMONETTI, M. C. L. **A longa caminhada: a (re)construção do território camponês em Promissão**. Universidade de São Paulo, Programa de Pós-graduação em Geografia Humana, São Paulo-SP, 1999. (Tese de doutorado)

TAUSSIG, M. T. **O diabo e o fetichismo da mercadoria na América do Sul**. Tradução Priscila Santos da Costa – São Paulo: Ed. Unesp, 2010.

Sobre o autor

Rafael Benevides de Sousa – Graduação em Geografia pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA); Mestrado em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (IFF); Doutorado em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF); Docente na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) – Xinguara, Pará Brasil. **OrcID** – https://orcid.org/0000-0001-6084-2486

Como citar este artigo

SOUSA, Rafael Benevides de. Campesinização e resistências ao agronegócio do dendê no nordeste paraense. **Revista NERA**, v. 22, n. 49, p. 244-270, 2019.

Recebido para publicação em 01 de outubro de 2018.
Aceito para a publicação em 17 de abril de 2019.

Agricultura familiar camponesa no semiárido cearense: o desenvolvimento rural *desigual e combinado* como corolário da expansão capitalista no campo[1]

Maria Messias Ferreira Lima
Universidade Regional do Cariri (URCA) – Crato, Ceará, Brasil.
e-mail: limammferreira@gmail.com

Resumo

A pesquisa teve como objetivo analisar criticamente o Desenvolvimento Rural Sustentável (DRS) nas áreas de assentamentos rurais no semiárido cearense, identificando os elementos de exclusão, subordinação ou emancipação da agricultura familiar camponesa às relações capitalistas de produção. Os dados da pesquisa são de origem primária, coletados a partir de uma amostra. Depois da coleta, os dados foram trabalhados para a mensuração do Índice de Desenvolvimento Rural Sustentável (IDRS). O método de análise utilizado foi o materialismo histórico dialético, que através da pesquisa empírica possibilitou fazer inferências sobre a realidade do espaço agrário cearense, especificamente as áreas de assentamentos federais já consolidados. O território analisado foi o território Cariri, tendo como objeto específico de investigação o assentamento Acoci, localizado no município de Campos Sales (CE). Este apresentou um IDRS de 0,516, encontrando-se, portanto, em uma situação intermediária, isto é, conseguiu parcialmente os elementos estruturais para a subordinação à dinâmica de acumulação capitalista, porém os elementos de emancipação que promoveriam o desenvolvimento rural sustentável ainda não se encontram presentes, revelando apenas o seu caráter desigual e combinado.

Palavras-chave: Desenvolvimento rural; expansão capitalista; agricultura familiar camponesa.

Family field farming in the semiarid of Ceará: the unequal and combined rural development as a result of capitalist expansion in the countryside

Abstract

The aim of the research was to critically analyze Sustainable Rural Development (SRD) in rural settlements in the semi-arid region of Ceará, identifying the elements of exclusion, subordination or emancipation of family field farming to capitalist production relations. The survey data is of primary origin, collected from a sample. After the data collection, the data were prepared for the measurement of the Sustainable Rural Development Index (SRDI). The method of analysis used was dialectical historical materialism, which through empirical research made it possible to make inferences about the reality of the agrarian space of Ceará, specifically the areas of established federal settlements. The analyzed territory was the Cariri territory, with the specific object of investigation being the Acoci settlement, located in the municipality of Campos Sales (CE). It presented an SRDI of 0.516 and was therefore in an intermediate situation, that is, it partially achieved the structural elements for

[1] Esse manuscrito foi extraído da pesquisa de doutoramento, em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

subordination to the dynamics of capitalist accumulation, but the elements of emancipation that would promote sustainable rural development are not yet found present, revealing only their unequal and combined character.

Key words: Family field farming; rural development; capitalist expansion.

Agricultura familiar campesina en el semiárido cearense: el desarrollo rural *desigual y combinado* como corolario de la expansión capitalista en el campo

Resumen

La investigación tuvo como objetivo analizar críticamente el Desarrollo Rural Sostenible (DRS) en las áreas de asentamientos rurales en el semiárido cearense, identificando los elementos de exclusión, subordinación o emancipación de la agricultura familiar campesina a las relaciones capitalistas de producción. Los datos de la investigación son de origen primario, recogidos a partir de una muestra. Después de la recolección, los datos fueron trabajados para la medición del Índice de Desarrollo Rural Sostenible (IDRS). El método de análisis utilizado fue el materialismo histórico dialéctico, que a través de la investigación empírica posibilitó hacer inferencias sobre la realidad del espacio agrario cearense, específicamente a las áreas de asentamientos federales ya consolidados. El territorio analizado fue el territorio Cariri, teniendo como objeto específico de investigación el asentamiento Acoci, ubicado en el municipio de Campos Sales (CE). Este presentó un IDRS de 0,516, encontrándose, por lo tanto, en una situación intermediaria, esto es, logró parcialmente los elementos estructurales para la subordinación a la dinámica de acumulación capitalista, pero los elementos de emancipación que promoverían el desarrollo rural sostenible aún no se encuentran presentes, revelando solamente su carácter desigual y combinado.

Palabras clave: Agricultura familiar campesina; desarrollo rural; expansión capitalista.

Introdução

Nas últimas décadas do século XX a lei geral da acumulação capitalista, desenvolvida por Marx, tornou-se paradoxal diante do enfrentamento entre capital e trabalho, afetando o próprio metabolismo social do sistema, destravando o gatilho para uma ofensiva mais violenta para recuperar perdas e manter o processo crescente de acumulação no início do século XXI. Para a compreensão desse processo, considerou-se a lei do desenvolvimento *desigual e combinado,* evidenciando que a busca incessante pelo desenvolvimento das regiões periféricas e o avanço do capital no espaço agrário, cria apenas elementos que subordinam essas regiões à dinâmica capitalista globalizada, controlando as instituições políticas, econômicas e financeiras para garantir a reprodução ampliada em escala mundial.

A financeirização da economia consolida-se nesse início de século em um nível de privatização, concentração e centralização da riqueza social cada vez maior, tanto na escala nacional como mundial. Marx revelou com sua análise sobre o movimento do capital na sociedade de sua época, os fundamentos atemporais para a compreensão da formação da sociedade contemporânea, uma vez que o seu objeto de análise – o capital – comanda dialeticamente a criação e destruição das estruturas que garantem a sua reprodução ampliada.

Ancorar-se nas categorias que analisam o movimento do capital, ao longo do seu processo histórico, oferece um caminho para a compreensão do modo de produção capitalista (MPC) no sec. XXI, pois as leis gerais da acumulação de capital mantêm o seu caráter ontológico, principalmente quando se refere ao conflito permanente entre capital e trabalho, e a apropriação privada do trabalho social. Contudo, embora permaneçam válidas as formas como se apresentam e o processo de formação histórica estão constantemente em movimento, desconstruindo e construindo formas de espoliação dos espaços que se adequem às reais necessidades do sistema, em suas diversas escalas e fases.

Dessa forma, analisar o modelo de desenvolvimento rural sustentável, institucionalizado na década de 2000 como modelo padrão de desenvolvimento, deve ser feito de uma forma crítica passando automaticamente por uma reflexão acerca do circuito atual de acumulação, baseado no capital improdutivo[2] ou na produção destrutiva que intensifica a velocidade do ciclo produtivo para a formação dos valores de troca. Considerando a preocupação com o desenvolvimento sustentável, esta emerge com a constatação de que o modelo de crescimento econômico adotado, principalmente pelos países de capitalismo avançado, está se exaurindo com a exploração agressiva e indiscriminada dos recursos naturais, e o descarte cada vez maior de trabalhadores urbanos e rurais. Portanto, o próprio sistema busca meios para destruir as estruturas vigentes e recriá-las com elementos modernos que permitam o reinício de um novo ciclo de acumulação, gerando uma incompatibilidade entre a expansão capitalista e o desenvolvimento sustentável.

De acordo com a delimitação e problemática que motivou a pesquisa, foi considerado como desenvolvimento rural sustentável aquele capaz de ocorrer em quatro dimensões – econômica, social, política/organizacional e ambiental - e possibilitar o acesso à terra para quem dela necessita para trabalhar, produzir e viver. Portanto, o objetivo principal da pesquisa foi analisar de forma crítica o nível de

[2] Ver DOWBOR, 2017.

desenvolvimento rural sustentável (DRS) nas áreas de assentamentos[3] rurais no semiárido cearense.

Os dados da pesquisa são de origem primária, obtidos por meio de pesquisa de campo, tendo como técnica de seleção a amostragem. Depois da coleta, os dados foram tabulados para a obtenção do Índice de Desenvolvimento Rural Sustentável (IDRS). O método de análise utilizado foi o materialismo histórico dialético que através da pesquisa empírica possibilitou fazer inferências sobre os limites e possibilidades do desenvolvimento sustentável nas áreas de assentamentos rurais. O texto divide-se em três partes, além da introdução e considerações finais. A primeira versa sobre a expansão capitalista e o desenvolvimento desigual e combinado no campo brasileiro. A segunda aborda a territorialização da agricultura familiar camponesa no território Cariri, tendo como espaço amostral o assentamento Acoci e, na terceira parte, foi analisado o nível de desenvolvimento rural adquirido no assentamento e os elementos que contribuem para a sua emancipação ou subordinação diante da expansão capitalista no campo.

A Expansão capitalista e o desenvolvimento *desigual e combinado* no campo brasileiro

A forma como o capital se movimenta em busca de maiores rendimentos promove uma alteração socioespacial na relação homem-natureza que se manifesta de forma desigual, porém combinada com formas arcaicas e modernas, obtendo ganhos extras em economias periféricas através de novos padrões de acumulação. A base desse raciocínio tem sua origem na teoria da revolução permanente de Trotsky, avançando significativamente a partir da análise desenvolvida por Marx sobre o desenvolvimento dos modos de produção, que de acordo com o marxismo ortodoxo ocorreria por etapas, dentro de um processo histórico linear. Contudo, Trotsky (1985) depois da revolução russa de 1917 rompe com a teoria *etapista*, estabelecendo os pressupostos para a lei do *desenvolvimento desigual e combinado* apontando uma nova perspectiva para a compreensão do modo de produção capitalista e a necessidade permanente de luta entre capital e trabalho nos diversos estágios de desenvolvimento do modo de produção capitalista.

[3] O recorte geográfico da pesquisa de doutoramento contemplou os assentamentos federais já consolidados, localizados no semiárido cearense, com maior número de famílias assentadas e de menor idade.

> Um país atrasado assimila as conquistas materiais e ideológicas dos países avançados. Mas isso não significa que ele siga servilmente esses países reproduzindo todas as etapas de seu passado. [...] O capitalismo, porém, marca um progresso sobre tais condições. Ele preparou e, num certo sentido, realizou a universalidade e a permanência do desenvolvimento da humanidade. Por aí está excluída a possibilidade da repetição das formas de desenvolvimento das nações. Forçado a meter-se a reboque dos países avançados, um país atrasado não se conforma com a ordem de sucessão: o privilégio de uma situação historicamente atrasada – esse privilégio existe – autoriza um povo, ou mais exatamente, força-o a assimilar tudo antes dos prazos fixados, saltando uma série de etapas intermediárias. [...] A lei racional da história não tem nada de comum com os esquemas pedantes. A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do processo histórico, manifesta-se com maior vigor e complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob a força das necessidades exteriores, a vida retardatária é obrigada a avançar por saltos. Desta lei universal de desigualdade dos ritmos decorre uma outra lei que, falta de denominação mais apropriada, pode-se chamar *lei do desenvolvimento combinado*, no sentido da reaproximação das diversas etapas, da combinação de fases distintas, da amalgama de formas arcaicas com as mais modernas (TROTSKY, 1985, p. 25).

Dessa forma, a lei do *desenvolvimento desigual e combinado* atua como uma desmistificação da teoria etapista presente no marxismo ortodoxo, e reitera a premissa de que o capitalismo, por sua própria natureza, é condutor de desigualdades. Na prática, o desenvolvimento das forças produtivas ocorre simultaneamente com a luta de classes, sendo que o processo histórico será determinado pela realidade econômica, social, cultural e política de cada nação. Porém, as regiões periféricas terão que suprimir várias etapas para que o processo de desenvolvimento ocorra combinado com o estágio de desenvolvimento dos países centrais. Contudo, embora ocorra a combinação de determinadas etapas no processo de acumulação de capital, esse processo será sempre desigual.

A lei do *desenvolvimento desigual e combinado* rompe apenas com a condição *sine qua non* da necessidade da revolução burguesa antes da proletária, reafirmando a necessidade *permanente* da luta dos trabalhadores contra o capital. Ainda sobre a teoria etapista, Lowy (2015, p. 21) afirma que

> [...] sua importância é, acima de tudo, metodológica: elas mostram que Marx e Engels admitiam a *possibilidade objetiva* de uma ruptura na sucessão de tarefas históricas; que estas tarefas têm uma articulação complexa, dialética; e que o materialismo histórico - ao menos como praticado nos escritos de seus fundadores – não pode ser reduzido a um evolucionismo metafísico e economicista.

Nesse contexto, o desenvolvimento desigual e combinado ocorre pela própria expansão capitalista, gerando um processo de formação social historicamente

dialético, em que o contraditório, manifestado nas relações conflituosas entre trabalhadores e capitalistas alteram o desenvolvimento das forças produtivas em determinado espaço, sendo este processo individualizado geograficamente, pois a conjugação de vários fatores – econômicos, sociais, políticos, culturais e ambientais – vão definir o rito necessário para a materialização das formações socioespaciais.

> A concepção de Trotsky sobre o caráter permanente do processo revolucionário decorre logicamente, portanto, da extrapolação da dinâmica da luta de classe em uma 'ditadura democrática revolucionária'. Mais ainda, está enraizada em uma profunda compreensão sobre como, na conjuntura da transição revolucionária, a esfera política torna-se dominante: o poder político do proletariado vira imediatamente um poder social e econômico, uma ameaça direta à dominação burguesa nas fábricas. Sob tais condições, *lockouts* e formas várias de sabotagem econômica (corte de investimentos, fuga de capitais, açambarcamento etc.) são as reações lógicas e quase inevitáveis de uma burguesia confrontada pela interrupção de garantias institucionais (do Estado) da propriedade privada e pelo alto perigo do poder da classe operária (LOWY, 2015, p. 75-76).

A análise dos processos de formação socioespacial do Brasil perpassa a caracterização das formas de relevo, paisagem e clima, que determinaram a seletividade para a ocupação do espaço, isto é, não é a forma concreta do espaço geográfico que interessa em si, mas os processos de formação social que são estruturados a partir do modo de organização da produção e divisão social do trabalho na produção do espaço social. Para Andrade (2005), as características gerais que levaram a seletividade espacial de ocupação do território brasileiro, definiram as formas de exploração e, consequentemente, no modelamento da paisagem econômica e social.

A função de expandir a exploração dos fatores de produção resultou em estruturas e formas diferenciadas para a formação socioespacial do País e suas regiões. Socialmente o espaço brasileiro é derivado de processos que visavam o comércio internacional, inicialmente conduzido pela política colonial e, depois da independência, ocorre uma alteração na representação da classe que conduziu a divisão social do trabalho, determinando as relações de dominação no País. Isso significa que as relações internas permaneceram basicamente inalteradas, pois o que houve foi uma disputa pelos direitos de exploração e dominação do território brasileiro. As principais fraturas desse processo de acumulação ocorreram em meados do século XIX com o esgotamento do ciclo do açúcar no Nordeste Brasileiro, e a pressão vinda da Inglaterra para a criação de um mercado consumidor cria elementos para uma

classe agrária que dominaria economicamente e politicamente as primeiras formas capitalistas de produção.

A burguesia agrária, fortalecida a partir do esgotamento do modelo *plantations* açucareiro, característico do Nordeste brasileiro, e o fortalecimento da economia cafeeira no sudeste do país, principalmente Rio de Janeiro e São Paulo, surgem os elementos necessários para a formação de uma nova classe dominante e, consequentemente, um novo centro de dominação, ainda baseado na mão-de-obra escrava, no latifúndio e na monocultura que tinha como função o abastecimento do mercado externo. A partir de meados dos anos de 1880 ocorre uma utilização progressiva do imigrante, fato que enfraqueceu o mercado de escravos e fortaleceu a manutenção da estrutura agrária vigente.

> A decadência secular das *plantations* nordestinas, por outro lado, não só liberou mão-de-obra para as *plantations* cafeeiras, mas tornou mais conveniente para os senhores de terra nordestinos recorrer a *formas de imobilização da força de trabalho em que ela mesma produzisse para o seu autoconsumo*, sobretudo em períodos desfavoráveis (VELHO, 2009, p. 112).

A formação de um mercado de trabalhadores livres teve sua gênese em formações sociais diferenciadas e seguiram vias distintas, originando um espaço social diverso e contraditório: o imigrante europeu e o emigrante nordestino. De acordo com Furtado (2005, p. 140),

> O imigrante europeu, exigente e ajudado por seu governo, chegava à plantação de café com todos os gastos pagos, residência garantida, gastos de manutenção assegurados até a colheita. [...] A situação do nordestino na Amazônia era bem diversa: começava sempre a trabalhar endividado, pois via de regra obrigavam-no a reembolsar os gastos com a totalidade ou parte da viagem, com os instrumentos de trabalho e outras despesas de instalação. Para alimentar-se dependia do suprimento que, em regime de estrito monopólio, realizava o mesmo empresário com o qual estava endividado e que lhe comprava o produto. As grandes distâncias e a precariedade de sua situação financeira reduziram-no a um regime de servidão.

Nesse sentido, a organização social do espaço manteve desde a colonização a propriedade ‘privada’ como o centro do poder, e a centralização da terra nas mãos da oligarquia agrária impediu o desenvolvimento de um campesinato livre, autônomo, porém gerou um campesinato *marginal*, que se desenvolveu subordinado à margem das grandes plantações.

> Observada a abolição de uma perspectiva ampla, comprova-se que a mesma constitui uma medida de caráter mais político que econômico. A escravidão tinha mais importância como base de um sistema

> regional de poder que como forma de organização da produção (FURTADO, 2005, 147).

Entender o desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro não é tarefa fácil, pois existem muitas correntes de pensamento sobre a sua gênese, ao contrário do que ocorreu em outros países, em que vivenciaram outros modos de produção. Para Oliveira (2013) não é possível encontrar o mesmo processo histórico evidenciado por Marx quando trata da *acumulação primitiva,* considerando que no Brasil não houve a expropriação da terra dos camponeses, mas o que ocorreu foi a *expropriação do excedente*. Isto é, a acumulação primitiva não foi apenas um estágio no processo de desenvolvimento do capitalismo, mas ele continua ocorrendo todas as vezes que o capital se apropria de determinado espaço e expropria a terra, a renda e o trabalho da classe trabalhadora.

No Brasil esse processo apresentou características diferentes, dependendo da região e da função econômica e política que ela desempenharia na promoção e manutenção da classe dominante vigente. Para Fernandes (1976) as categorias analíticas da produção capitalista não se realizaram no âmbito do processo de colonização brasileira, sendo, portanto, impossível considerar os 'senhores de engenhos' capitalistas, pois não participavam diretamente do circuito mercantil realizado pela metrópole, ou seja, a capitalização se dava no mercado europeu, onde as relações capitalistas de produção já tinham se estabelecido. Ademais, os meios de produção não se configuravam em bens de capital, mas em patrimônio. Ou seja,

> [...] o capitalismo comercial provocou o aparecimento e exigia o incremento da produção colonial. Contudo, não inseriu o produtor colonial no processo pelo qual a circulação dos produtos coloniais, como mercadorias engendrava uma forma específica de capitalização. No fim o que ficava nas mãos do produtor colonial não era um excedente gerado por esta forma de capitalização; mas constituía, literalmente, uma espécie de remuneração à parcela da apropriação colonial que não era absorvida pela Coroa e pelas companhias ou agências comerciais (FERNANDES, 1976, p. 24 e 25).

Sobre a formação da burguesia brasileira, esta não tinha ligação com o 'burgo' predominante da Idade Média, mas esta classe surge em meio a uma estrutura econômica e social voltada para os interesses da metrópole dificultando o desenvolvimento do comércio interno tanto de produtos importados quanto de produtos artesanais.

> Poder-se-ia dizer no máximo, que se trata de entidades que aqui apareceram tardiamente, segundo um curso marcadamente distinto

> do que foi seguido na evolução da Europa, mas dentro de tendências que prefiguram funções e destinos sociais análogos tanto para o tipo de personalidade quanto para o tipo de formação social. Na verdade, assim como não tivemos um 'feudalismo' também não tivemos o 'burgo' característico do mundo medieval (FERNANDES, 1976, p.17).

De fato, a estrutura política, econômica e social no Brasil caracterizada pela monocultura e a mão-de-obra escrava sufocava o desenvolvimento da burguesia enquanto classe social dominante. Segundo Fernandes (1976, p. 18), "tratava-se, antes, de uma congérie social, que de uma classe propriamente dita". Portanto, a ascensão da burguesia no Brasil só foi possível a partir da Proclamação da República e abolição do trabalho escravo, de forma que as pressões para a abolição da escravatura reforçam a necessidade de mudanças na estrutura econômica do País, onde se inseria um novo regime de produção. A emergência desse novo regime culmina com o que Florestan Fernandes (1976) chamou de revolução burguesa, ou seja, de acordo com

> [...] à emergência, à propagação e à intensificação de movimentos inconformistas, em que o antiescravismo disfarçava e exprimia o afã de expandir a ordem social competitiva. [...] Também foi aí que a desaprovação à violência se converteu primeiro em defesa da condição humana do escravo ou do liberto e, mais tarde, em repúdio aberto à escravidão e ás suas conseqüências, o que conduziu ao ataque simultâneo dos fundamentos jurídicos e das bases morais da ordem escravista. Por fim, **desses núcleos é que partiu o impulso que transformaria o antiescravismo e o abolicionismo numa revolução social dos 'brancos' e para os 'brancos'**: combatia-se, assim, não a escravidão em si mesma, porém o que ela representava como anomalia, numa sociedade que extinguira o estatuto colonial, pretendia organizar-se como Nação e procurava, por todos os meios, expandir internamente a economia de mercado (FERNANDES, 1976, p. 19. Grifo nosso).

Considerando que a 'revolução burguesa' criou as condições para a formação das classes sociais e esta foi gestada de cima para baixo, levou à formação de uma grande massa de despossuídos que uma vez livres poderiam vender a sua força de trabalho, como mercadoria, dando vida às engrenagens da produção capitalista e o processo de urbanização. Contudo, as mesmas forças que comandaram a autonomia da colônia, mantiveram a estrutura política e social do modelo colonial na formação socioespacial brasileira.

Outro aspecto importante sobre a formação social do Brasil presente na Obra de Fernandes (1976) é que os novos sujeitos que mudaram a ordem econômica e jurídica no estado Nação eram derivados de várias categorias, tanto de negociantes, banqueiros, empresários que almejavam o desenvolvimento da indústria, como de

artesãos, dentre outros. Mas estavam unidos por uma causa que nascia com o 'espírito burguês' e estavam ávidos para iniciar a reprodução ampliada de capital.

Para Gorender (2004, p. 18), "foi no bojo do modo de produção escravista colonial que se deu a acumulação originária de capital para o início do capitalismo no Brasil, em grande parte". Por outro lado, não se pode admitir que com o advento da abolição instituiu-se imediatamente as relações de produção capitalista na agricultura, isto é, o trabalho assalariado. Embora a existência de trabalhadores livres seja uma condição necessária, não foi suficiente para o desenvolvimento do capitalismo no campo.

É importante esclarecer que existe uma diferença entre trabalhadores livres e assalariados capitalistas, ou seja, o trabalhador livre, não necessariamente tornou-se de imediato um trabalhador assalariado, principalmente no nordeste brasileiro. Outra questão a ser considerada nesse processo é o tipo de escravismo que existiu no Brasil, este não correspondia ao modo de produção escravocrata, paternalista, que antecedeu o feudalismo. O escravo predominante no Brasil era comercializado, importado, negociado no mercado como uma mercadoria. Esse processo da abolição não se configura na superação de um modo de produção por outro, uma vez que a acumulação originária de capital coloca em movimento as forças capitalistas de produção no setor industrial com a burguesia nascente, entretanto, a estrutura de posse e uso da terra permaneceu aos modos coloniais, predominando a monocultura nos latifúndios.

Gorender (2004) aponta uma dualidade explícita na formação social brasileira: o latifúndio, com todas suas contradições internas, mantinha o trabalhador livre, porém sob o seu domínio, e permitia o desenvolvimento da pequena produção às margens da grande. A evolução desse padrão híbrido, entre feudalismo e capitalismo, entre pequena e grande produção, determina as bases para o desenvolvimento das relações capitalistas no campo brasileiro.

De acordo com Furtado (2005), após a abolição, a (re)organização produtiva poderia seguir duas vias: a primeira transformaria o ex-escravo em trabalhador assalariado, embora o salário constituísse apenas uma formalidade, pois as condições internas dos trabalhadores não ultrapassavam o nível de subsistência vivenciado pelo escravo. A outra via seria a formação de um campesinato livre, considerando a disponibilidade de terras. No entanto, o impacto inicial da formação do campesinato livre seria a formação de um assalariamento com remunerações elevadas, devido à ausência de um *exército rural de reserva*.

Contudo, a burguesia agrária encontrou uma terceira via, caracterizada principalmente pela concentração de terras e, consequentemente, a formação de uma campesinato dependente e submisso aos interesses da classe dominante. Dessa forma, manter o latifúndio representa muito mais do que a posse de um patrimônio, significa, na prática, obter a hegemonia das decisões sobre as relações entre capital e trabalho. Em meio a essa estrutura híbrida, o trabalhador assume a condição de parceiro, rendeiro, meeiro, agregado, dentre outros, uma vez que a monetarização da mão-de-obra não ocorreu de imediato, ou seja, o desenvolvimento urbano industrial comandado pela burguesia local estabeleceu o trabalho livre, não necessariamente assalariado.

Dessa forma, o trabalhador livre torna-se cativo da oligarquia agrária brasileira, e este, por uma questão de sobrevivência, encontra na produção camponesa uma forma de se estabelecer como uma categoria presente na estranha formação socioespacial do Brasil. Portanto, o campesinato marginal foi originado pelas contradições internas do desenvolvimento das relações capitalistas no campo. Esse processo ocorreu tanto com o morador quanto com o colono. Embora existam diferenças entre os dois, existem também semelhanças, ou seja, de acordo com Gorender (2004, p 26),

> Ambos, o morador nordestino e o colono paulista de café, eram remunerados com uma economia autônoma, ambos recebiam terra para cultivar gêneros de subsistência, que consumiam e cujo excedente podiam vender, ambos recebiam terreno de pastagem para animais, pequenos e grandes, [...] Ambos recebiam moradia gratuita, [...], então são dois tipos que, com suas variedades, podem ser unidos, se equivalem, pertencem àquilo que eu chamo de *formas camponesas dependentes.*

Contudo, o processo organizacional da produção conduziu essas formas de campesinato a um grave problema agrário, originado desse modelo híbrido de produção. Nesse sentido, o importante é compreender que a passagem do trabalho escravo para o trabalho livre não resultou de imediato em relações assalariadas do tipo capitalistas, pois o proprietário tinha como foco a obtenção da renda da terra, e não propriamente o lucro. De acordo com Ianni (2005), o trabalhador rural no Brasil teve seu processo histórico desenvolvido em três fases: o escravo, o lavrador e o proletariado, este último resultante da mudança estrutural do capital agrário para o capital industrial, fase em que a agricultura passou a se subordinar à expansão urbano-industrial.

Para Gorender (2004), a transformação da renda da terra em capital agrário e o uso da mão-de-obra assalariada foram determinantes para o desenvolvimento do capitalismo no campo. Segundo Oliveira (2007), esse processo pode ser analisado a partir de três teses: a primeira explica que as relações capitalistas de produção se expandem para a agricultura mediante a destruição dos camponeses e a modernização dos latifúndios. A segunda defende a existência de um modelo *dual* baseado na dicotomia moderno-atrasado. Ou seja, existem dois setores, o moderno, urbano-industrial[4] e o atrasado, o campo que forneceria os trabalhadores assalariados para a indústria e manteria o exército industrial de reserva crescente. A terceira tese considera um processo dialético criado pelo próprio movimento do capital que destrói e recria tanto o campesinato quanto o latifúndio, constantemente, isto é, formas não-capitalistas de produção são originadas no âmbito das contradições do próprio modo de produção, destruídas e recriadas de acordo com as necessidades de expansão e valorização do capital.

Para Oliveira (2007, p. 21), "a agricultura desenvolve-se em duas direções: de um lado, a agricultura especificamente capitalista, baseada no trabalho assalariado e nos arrendamentos; de outro, a agricultura baseada na articulação com as formas de produção não-capitalistas". Nesse contexto, a expansão das relações de produção para a agricultura segue dois caminhos: a formação de uma classe de trabalhadores livres e assalariados, e outra via, em que se mantêm as relações não-capitalistas no campo e cria um exército *rural* de reserva, subjugando-o às necessidades do capital acumulado.

De acordo com Gorender (2004, p. 35-36),

> A gênese do capitalismo no campo reside fundamentalmente na transformação da renda da terra (pré-capitalista ou já capitalizada) em capital agrário, na colocação da renda da terra a serviço da acumulação do capital agrário (ao invés de desvia-la para aplicações comerciais e/ou industriais). O outro lado deste processo é o de adensamento do mercado de mão de obra livre, inteiramente despossuída, completamente desenraizada de qualquer economia autônoma, a mão-de-obra que pode ser assalariada temporariamente (os chamados *volantes*).

Entretanto, o domínio do capital sobre o campo ocorre quando a *subsunção formal* é substituída pela *subsunção real* ao capital, ou seja, quando a pecuária passa por controles relacionados ao pasto, seleção de animais para corte, leite e matrizes, abandonando o caráter natural da criação. Nesse caso, o capital comanda a produção através do intenso uso da tecnologia. Em relação à agricultura, esta passa a ter adiantamentos financeiros e investimentos em melhoramento das plantas, bem como

o crescente uso de máquinas e implementos agrícolas com reduzido uso de mão-de-obra assalariada. Quando existe uma total subordinação da produção agrícola ao capital, esta tende a elevar a composição orgânica do capital no campo em que o capital variável vai diminuindo à medida que o capital constante aumenta, permitindo a extração da mais-valia relativa. Esse processo concretiza-se com a expropriação e expulsão dos trabalhadores rurais dos latifúndios, originando outras categorias, tais como o boia-fria, e os sem-terra. Portanto, na mesma dimensão que o capital avança no campo, intensifica-se o êxodo rural, a concentração fundiária e a pobreza.

A *modernização agrícola* estimulou um novo padrão produtivo, mas principalmente gerou um grande *exército rural (industrial) de reserva*. Esse padrão estimulou o uso de máquinas e equipamentos no campo, absorvendo apenas a mão de obra especializada. Com a revolução 'verde' os ganhos de produtividade estimularam a expansão capitalista no campo, alterando de forma irreversível a divisão social do trabalho, aumentando a subsunção real da agricultura ao capital urbano-industrial. Esse processo, que culminou na modernização e industrialização da agricultura brasileira, desconsiderou que um país predominantemente agrário e com elevada concentração fundiária não poderia dar um *salto* tão alto rumo ao desenvolvimento sem antes enfrentar os seus problemas estruturais, relacionados à questão agrária. A industrialização da agricultura alterou o padrão produtivo e as relações de trabalho, bem como o mercado consumidor. Após o movimento feito pelo capital, originando o modelo agroindustrial, o reordenamento socioespacial de poder e riqueza passa por um processo escalar de desigualdades entre regiões, produtos e produtores.

> A pobreza do meio rural é tanto maior quanto mais concentrada for a estrutura de posse de terra e piores as dotações de recursos naturais. No início do processo de desenvolvimento, em geral, a base exportadora agrícola é instável e concentrada em um ou dois produtos. Embora a indústria seja incipiente e atrasada, ela ainda se distância substancialmente da agricultura em termos tecnológicos. Forma-se, desse modo, um sistema econômico dual, caracterizado pela indústria relativamente moderna e pela agricultura atrasada, pré-capitalista. Nessa fase, a função principal da agricultura é transferir mão de obra barata para a indústria em crescimento. A população das áreas rurais excede as possibilidades de emprego da força de trabalho, dadas as estruturas de oferta e demanda de alimentos e matérias-primas agrícolas, **embora existam terras ociosas** (SOUZA, 2012, p. 205-206. Grifo nosso).

A organização social do espaço foi gestada a partir das novas funções que a agricultura assumiu nesse processo de expansão capitalista, dentre elas, o fornecimento de mão de obra a baixo custo para a indústria, mercado interno para os

produtos industrializados e a geração de divisas com as exportações agrícolas a partir da especialização de produtos para exportação. “Quer dizer, não eram mais fazendas no sentido genérico, que produziam tudo, desde o arroz, o leite, até a cana e o café. Agora eram fazendas de cana, fazendas de café, fazendas de leite, fazendas de arroz, etc” (GRAZIANO, 2001, p. 42-43).

Do ponto de vista econômico, houve um ganho expressivo na produtividade agrícola. A oferta de alimentos para os centros urbanos estava garantida, e o aumento das divisas com as exportações garantiram o desenvolvimento industrial brasileiro. Contudo, o desenvolvimento desigual marca o processo de expansão capitalista no campo, alterando as relações de trabalho e mantendo a estrutura fundiária vigente, uma vez que desalojou milhares de trabalhadores do espaço agrário, acelerando o êxodo rural e o crescimento urbano desordenado. À medida que o capital industrial se integra com o capital agrário formam-se os complexos agroindustriais, aprofunda ainda mais as desigualdades regionais, a concentração de terras e de riquezas. De acordo com Graziano (2013, p. 165), “esse processo foi profundamente excludente, de modo que também a modernização foi um processo brutal de concentração da produção, de concentração da renda e de geração, de outro lado, da sua face de miséria”.

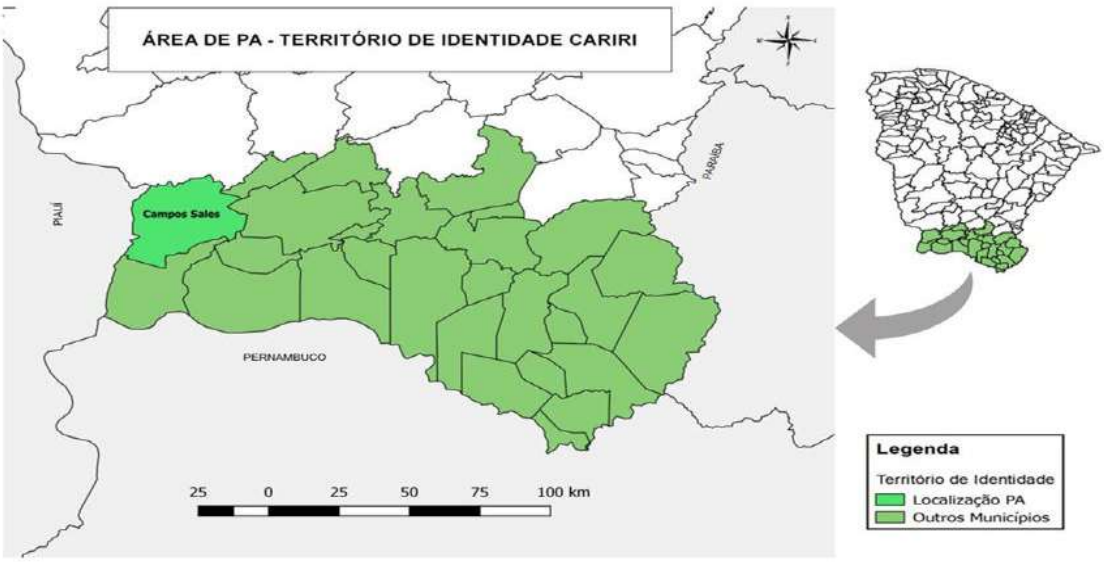
A análise economicista, restrita à produtividade agrícola, produziu muitos argumentos que desqualificavam a necessidade por uma reforma agrária, colocando-a como economicamente inviável, tornando-se assim predominante a defesa de um modelo agrícola conservador, conhecido como a modernização conservadora que serviu de base para o desenvolvimento dos complexos agroindustriais. Este, proporcionou intensos impactos na espacialização e especialização da produção e do trabalho. Contudo, a permanência marginal dos agricultores familiares no sistema segue a lógica perversa do capital que, por um lado, impede a territorialização da agricultura familiar camponesa e, por outro, a mantém submissa ao movimento da expansão capitalista no espaço agrário.

A Territorialização da agricultura familiar camponesa: território Cariri

No Território Cariri residem 10,66% da população do estado do Ceará e apresentava em 2010 um IDH de 0,66. É formado por um conjunto de 28 municípios e, destes, 89,28% têm população inferior a 50 mil/hab. Existe uma predominância de estabelecimentos familiares no Território, aproximadamente 89,5% dos estabelecimentos rurais. Em relação à reforma agrária, predomina os assentamentos

que estão sob a responsabilidade processual do programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), correspondendo a 86% dos assentamentos. Os assentamentos Federais, sob responsabilidade da Superintendência do INCRA/CE, correspondem a 11% e apenas 3% são assentamentos estaduais, sob responsabilidade do IDACE (BRASIL, 2010a).

FIGURA 01 – Territorialização da agricultura familiar camponesa no Território Cariri



Fonte: Elaboração própria com base nas malhas do IPEAGEO, 2017

O assentamento Acoci é o único consolidado no Território Cariri, localizado no município de Campos Sales, como mostra a Figura 01. O município está a uma distância de 493,8km de Fortaleza. O acesso por via terrestre ocorre pelas rodovias: CE 060/284/373 e CE 375. A Figura 02 mostra a residência oficial da Fazenda Acoci, desapropriada em 1997, com uma área de 10.977,81ha, com capacidade para 296 famílias. De acordo com a pesquisa, ao longo dos 20 anos cerca de 30% dos assentados desistiram da terra por razões diversas, entretanto, as casas foram redistribuídas, de forma democrática, para as famílias que tinham agregados e/ou filhos casados que permaneciam no assentamento. Nesse espaço, portanto, houve a territorialização do campesinato, e onde antes havia um latifúndio, estão assentadas 282 famílias (INCRA, 2015), distribuídas em 08 agrovilas: Acoci, Arizona, Caboclo, Lagoa do Miguel, Pau Verde, Santa Maria, São José e Recanto da União.

Figura 02 – Sede da Fazenda Acoci e trecho da estrada que dá acesso ao assentamento

Fonte: Trabalho de campo (AUTOR, 2017).

O Assentamento está localizado a 30km da sede do Município, e desses 30km apenas 17km é em via asfaltada, os outros 13km são percorridos em estrada vicinal. A área é bastante montanhosa, com várias passagens de riachos pela estrada, dificultando o acesso nos períodos chuvosos. Um trecho da via de acesso ao Assentamento pode ser visualizado na Figura 02.

Em relação à infraestrutura, todas as casas são de alvenaria, construídas de forma padronizadas, com banheiro, água encanada, fossa comum e energia elétrica. Em cada agrovila existe uma Capela e armazéns para armazenamento da produção. O acesso à comunicação no assentamento ocorre via telefone móvel, presente em todas as residências com o auxílio de antena para áreas rurais.

Outro canal de comunicação e informação é o acesso ao sinal de internet, que possibilitou a criação da “Casa Digital”, um projeto que se propõe à inclusão digital nas comunidades rurais. O abastecimento d’agua é feito do principal açude localizado no assentamento – açude Acoci, entretanto, com as chuvas abaixo da média, nos últimos anos, mas precisamente entre 2012 e 2016, o volume de água não era mais suficiente nem mesmo para o abastecimento doméstico no assentamento e, como solução, o governo do Estado cavou vários poços artesianos para o abastecimento da comunidade, garantindo assim água potável para o consumo.

No último ano de seca, 2016, o abastecimento foi complementado com carros pipas através das ações da Defesa Civil. Em relação ao abastecimento de água, a comunidade contou com o apoio de outras políticas públicas através do projeto “Um Milhão de Cisternas”. As cisternas de placas tornaram-se um dos reservatórios mais presentes no assentamento, sendo uma em cada residência e uma em cada escola. O

Projeto foi desenvolvido em parceria com a Associação Cristã de Base (ACB). Ver Figura 03.

Figura 03 – Cisterna de placas construída nas escolas e casa de farinha

Fonte: Trabalho de campo (AUTOR, 2017)

Em relação às atividades produtivas desenvolvidas no Assentamento, predomina a agricultura de cerqueiro, tendo como principais produtos o milho e a fava. Conta também com uma pecuária de pequeno porte e outras atividades que foram totalmente alteradas com a escassez de chuvas, principalmente as relacionadas à piscicultura, provocando uma ruptura com uma substancial fonte de emprego e renda.

Os sucessivos anos de seca na região foram devastadores para os assentados, em que muitos tiveram que recorrer a um trabalho acessório para a manutenção de uma renda mínima para a sobrevivência, contudo, a capacidade produtiva do trabalho agrícola ficou bastante comprometida. Outra consequência é que também coloca em ociosidade parte da estrutura produtiva do assentamento. Um exemplo é a casa de farinha, toda equipada, porém não está em atividade, pois devido

aos sucessivos anos de estiagem a sua produção tornou-se inviável pela falta da principal matéria prima – a mandioca, como mostra a Figura 03.

Em relação à educação, o serviço é ofertado na própria comunidade. Existem duas escolas mantidas pela rede municipal de ensino localizadas no Assentamento. As escolas funcionam nos turnos manhã e tarde, oferecem desde o infantil ao Ensino Fundamental II. A escola segue os mesmos parâmetros da escola urbana tradicional, ou seja, obedecem aos mesmos parâmetros curriculares nacionais, que expandiu a educação no campo, mas ignora a necessidade de ofertar a educação do campo, necessária principalmente nas áreas de assentamentos rurais, tornando-se um desafio ainda a ser percorrido a partir da formação de professores.

Devido à política de expansão e universalização do ensino nos anos 2000, o corpo docente é em sua maioria assentados. Muitos conseguiram concluir o ensino superior em Campos Sales[5] e agora são servidores do Município, atuando no mesmo espaço de moradia, contudo, sem a formação necessária voltada para a educação do campo. A Figura 04 mostra uma dessas duas escolas, frente e sala de aula.

Figura 04 – Escola no Assentamento Acoci: Frente e sala de aula

Fonte: Trabalho de campo (AUTOR, 2017).

Em relação aos serviços de saúde ofertados no Assentamento, existe um Posto de saúde, com a presença de um médico - Clínico geral - duas vezes por semana. A Figura 05 mostra o prédio do Posto de Saúde e a sala de espera em um dia de atendimento.

Figura 05 – Posto de Saúde Assentamento Acoci: Frente e sala de espera

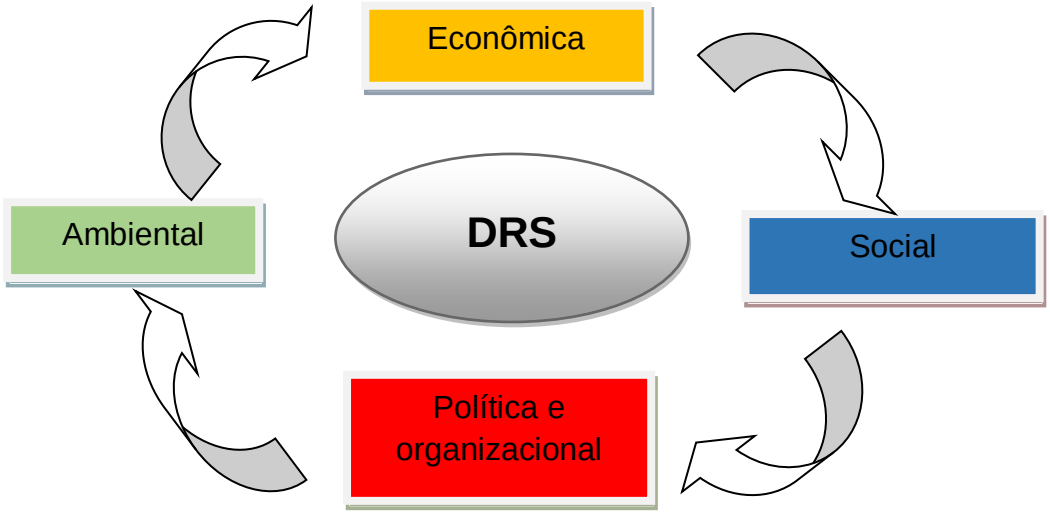
Fonte: Trabalho de campo (AUTOR, 2017)

O Posto de Saúde é aberto todos os dias ofertando serviços ambulatoriais, e conta também com duas funcionárias do próprio Assentamento. Não existem serviços de especialidades médicas, como pediatra, ginecologista, dentre outros. Não existe atendimento odontológico, o que dificulta o tratamento e prevenção da saúde bucal no assentamento. Quanto à presença de agente de saúde existem oito agentes, uma para cada agrovila, e o trabalho é desenvolvido por pessoas da própria comunidade. Em período de campanhas de vacinações o serviço é ofertado no próprio assentamento, o que proporciona uma maior cobertura para as comunidades rurais, rompendo, nesse quesito, com o isolamento e a ausência do poder público no espaço agrário.

As dimensões do Desenvolvimento Rural Sustentável (DRS) e o nível de desenvolvimento adquirido no Assentamento Acoci

Em meio à crise estrutural do capital, a questão do desenvolvimento pautada no viés economicista é repensada, incorporando outras dimensões que perpassam a abordagem econômica e coloca em evidência os limites à acumulação de capital: a pobreza rural e a degradação ambiental, causada pelo modelo produtivista predominante. Contudo, produzir, crescer e acumular parece totalmente incompatível com um modelo que garanta justiça social e preservação ambiental, ou seja, sustentável. O desenvolvimento precisa ser sustentável, no aspecto econômico, social, político organizacional e ambiental, como mostra a Figura 06.

Figura 06 - Diagrama representativo das dimensões do DRS



Fonte: Elaboração própria a partir da revisão de literatura sobre a temática

É nesse contexto da *sustentabilidade* que o desenvolvimento rural vem sendo discutido entre diversas correntes de intelectuais e pesquisadores, que em muitos aspectos são antagônicos, principalmente quando assumem que a concepção do desenvolvimento rural se sobrepõe ao desenvolvimento agrário. Em relação às multidimensões do DRS utilizadas nessa pesquisa, considerou-se as contribuições de Jara (1998), Guzmán (2001), Sepúlveda (2005), Reis et. al. (2013), Waquil et. al. (2010), Kageyama (2008), Mariano e Ribeiro (2009), Rabelo e Lima (2009).

As variáveis indicadas para cada dimensão do desenvolvimento representam os elementos que, presentes, indicam possibilidades para o DRS, e a ausência delas indica os limites que precisam ser superados para que o DRS possa ocorrer, sendo que somente será sustentável se ocorrer de forma intercalar em todas as dimensões[4] postas, no mínimo. Para efeito de análise, considerou-se o aspecto econômico como a capacidade de reprodução econômica do assentamento, considerando a capacidade de geração de emprego e renda no espaço agrário como fundamentais. A dimensão social considera o acesso à educação e a capacidade de inclusão da população rural nas políticas públicas que possibilitem uma mobilidade social intrageracional. Procurou-se a presença de elementos nas políticas públicas que assegurem o exercício à cidadania, a garantia de que seus direitos sejam respeitados e suas demandas satisfeitas no longo prazo.

[4] Aqui não se tem a pretensão de limitar os indicadores do desenvolvimento e suas variáveis. As variáveis propostas para efeito de análise representam apenas os elementos necessários, mas não suficientes para qualquer possibilidade de ocorrer um DRS.

A dimensão política refere-se à participação política social e a capacidade organizativa da população no assentamento, elemento essencial para a autonomia e empoderamento na organização do espaço territorializado. E, por último, a dimensão ambiental refere-se aos aspectos relacionados ao solo, água e vegetação, ou seja, como o homem se relaciona com a natureza na reprodução da vida material e na formação do espaço territorial presente e futuro. Após o cálculo do IDRS, os índices foram representados e analisados por meio de valores de referências, no qual apresenta uma escala de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo da unidade, melhor o nível de desenvolvimento. As referências são as seguintes, ver Tabela 01.

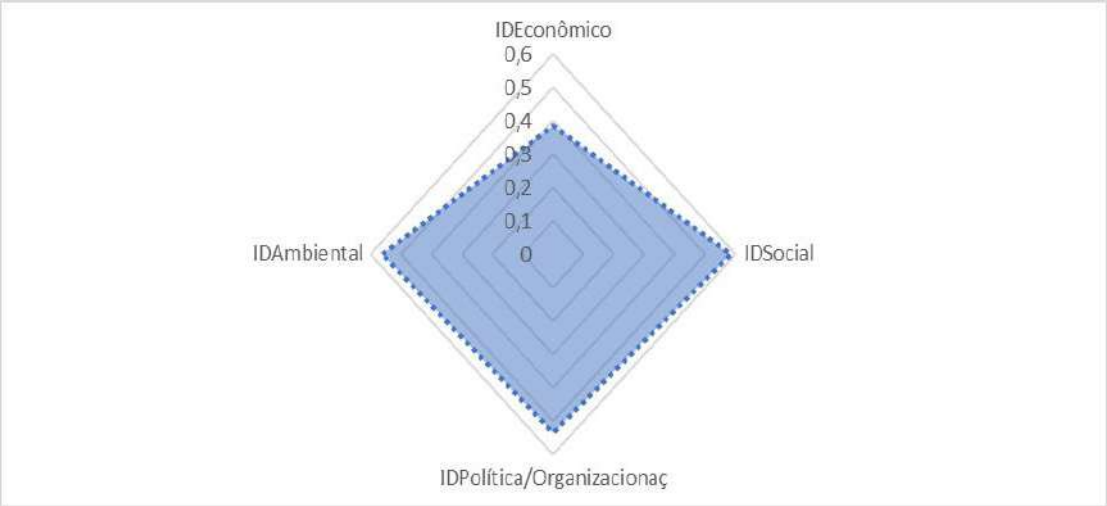
Tabela 01 – Referências para avaliação do nível de DRS_{AS}

Nível de Desenvolvimento	$IDRS_{AS}$
Sustentabilidade crítica	$0,0 > IDRS_{AS} < 0,2$
Sustentabilidade ruim	$0,2 \geq IDRS_{AS} < 0,4$
Sustentabilidade intermediária	$0,4 \geq IDRS_{AS} < 0,6$
Sustentabilidade boa	$0,6 \geq IDRS_{AS} < 0,8$
Sustentabilidade ótima	$0,8 \geq IDRS_{AS} \leq 1,0$

Fonte: Organizado pelo AUTOR a partir das referências de Sepúlveda (2005); Mariano e Ribeiro (2009) e Rabelo e Lima (2009).

O IDRS no assentamento Acoci foi de 0,516 demonstrando, de acordo com as referências utilizadas, uma situação intermediária, ficando na mesma faixa do IDH para o Território Cariri. O Gráfico 01 mostra as dimensões com seus respectivos resultados, sendo as de maior destaque as dimensões social e política/organizacional, com índices de 0,583 e 0,563, respectivamente. O IDAmbiental foi de 0,516 também indicando uma situação intermediária, porém o resultado desse índice pode estar relacionado com a redução das atividades agrícolas e ao maior controle em relação ao desmatamento. Entretanto, o uso de tecnologias alternativas e práticas produtivas como a agroecologia ainda são inexistentes. Outro fator é o aumento das atividades não agrícolas no espaço territorializado pela agricultura familiar camponesa.

Gráfico 01 – Radar das dimensões do desenvolvimento rural sustentável no Assentamento Acoci no semiárido cearense.



Fonte: Elaborado pelo AUTOR (2018).

Entretanto, a dimensão econômica apresentou isoladamente uma situação crítica de 0,384, comprometendo qualquer possibilidade de um desenvolvimento sustentável que tenha como princípio a emancipação da agricultura familiar camponesa e a sustentabilidade ambiental, frente à expansão capitalista no espaço agrário. As variáveis consideradas para compor o IDEconômico foram: estratificação do rendimento familiar mensal (em salários mínimos), principal fonte de renda, mão-de-obra utilizada, presença de assessoria técnica, acesso ao crédito, destino da produção agrícola e local onde é comercializada a produção.

Esse resultado indica que as condições necessárias para o desenvolvimento sustentável não foram totalmente desenvolvidas, lembrando que as variáveis propostas representam apenas os elementos necessários, mas não suficientes para o DRS, necessitando, portanto, de muitos outros elementos para garantir um processo efetivo de autonomia e bem-estar para a agricultura familiar camponesa nos territórios rurais. Dentre esses elementos, destacam-se: a educação do campo, presença de cooperativas, desenvolvimento de agroindústrias, formação de lideranças e o fortalecimento do engajamento político na manutenção da luta pela terra, água e serviços públicos. Outro elemento é a preservação da memória cultural enquanto categoria social presente no processo histórico de organização socioespacial, que precisa se reinventar sem se transformar em agricultor familiar de base capitalista ou em um trabalhador livre para ser espoliado pelo capital.

Portanto, o espaço territorializado representa um *locus* de (re)criação do agricultor familiar camponês que, dialeticamente, o capital destrói e recria, exclui e

inclui, para posteriormente excluir. O fator que mais dificulta a emancipação é a falta do empoderamento político dos agricultores, que depende da capacidade organizacional e operacional com associações, sindicatos, cooperativas, Ong's e movimentos sociais, para que suas demandas possam ser atendidas e inseridas no planejamento das políticas de Estado.

Nesse caso, o desenvolvimento territorial rural institucionalizado entre 2003 e 2014 não foi capaz de reverter o desenvolvimento desigual e combinado presente no processo de expansão capitalista. Sem dúvida, houve avanços significativos, principalmente no quesito social, quando consideradas as condições de moradia, acesso a água potável, energia elétrica e serviços de saúde e educação. Entretanto, o empoderamento dos agricultores familiares não ocorreu, mantendo-os subordinados às políticas de governo, que na sua maioria são volúveis e se movem atendendo a interesses de grupos políticos e econômicos locais.

Considerações Finais

A narrativa desenvolvida nesse texto acerca da política institucionalizada de desenvolvimento territorial rural entre 2003 e 2014, aponta para algumas reflexões, dentre elas, destacam-se: a política implementada foi uma política de governo, não tendo portando uma estrutura de planejamento e sobrevivência a longo prazo. Outro fator é que as ações foram inseridas no contexto da política neoliberal para garantir condições de expansão do capitalismo financeiro, que se fortalece com a união entre o capital financeiro e o capital agrário e, por último, não pode ocorrer desenvolvimento rural sustentável sem a efetiva reforma agrária, ou seja, o desenvolvimento rural, da forma que foi operacionalizado, não cria as condições para o desenvolvimento sustentável, que seria garantir a autonomia da agricultura familiar camponesa nas dimensões econômica, social, política e ambiental de forma intrageracional.

Entretanto, se os elementos de emancipação não foram completamente desenvolvidos, a longo prazo deverá ocorrer a subordinação dos agricultores de base familiar às articulações para a reprodução ampliada de capital e, posteriormente, a exclusão desses agricultores do circuito. Sobre o território Cariri, no semiárido cearense, este apresentou avanços significativos nas condições de moradia, acesso à água potável para o consumo e, principalmente, a eliminação do isolamento que foi rompido com a ampliação do programa luz para todos. O acesso à escola (embora não seja do campo) no campo indica que as comunidades rurais estão inseridas, de

alguma forma, nas políticas públicas, garantindo o acesso, ainda que precário à cidadania. Esses avanços decorrentes da política de desenvolvimento rural apresentam, por outro lado, a inserção dos assentados nos circuitos mercantis, proporcionando de forma sutil uma mudança nos hábitos de consumo, levando-os a um afastamento da sua consciência de classe e aproximando-os das relações capitalistas de produção. Dessa forma, a política de DRS conseguiu parcialmente os elementos estruturais para a subordinação da agricultura familiar camponesa à dinâmica de acumulação capitalista, porém os elementos de emancipação ainda não se encontram presentes.

A emancipação está diretamente ligada ao conflito permanente entre a agricultura de base familiar e a grande exploração capitalista pela ocupação e uso do espaço agrário, sendo imprescindível que essa luta seja preconizada a partir da organização interna e participação política das comunidades, que se encontram deficitárias de um engajamento político com Ong's e movimentos sociais. Ou seja, o sistema dominante de produção é quem determina a permanência de formas capitalistas ou não de produção, se assim interessar, de forma que dialeticamente destrói e recria as possibilidades de subordinação ou exclusão da agricultura familiar camponesa, sem permitir, contudo, a sua emancipação. Portanto, a pesquisa aponta que a agricultura familiar camponesa no semiárido cearense tende à subordinação às relações capitalistas de produção. Nesse sentido, a política agrária não pode ser substituída pela política de desenvolvimento rural, pois essa emerge da necessidade de expansão do capital, gerando inexoravelmente um desenvolvimento *desigual e combinado.*

Referências

ANDRADE, Manoel Correia de. **A Terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 7ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005. 334p.

BRASIL/Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável**: território cidadania do Cariri – MDA/SDT/AGROPOLOS. Fortaleza: Instituto Agropolos do Ceará, 2010. 348p. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio131.pdf Acesso em 15 de abril de 2017.

DAWBOR, Ladislau. **A Era do capital improdutivo**: a nova arquitetura do poder, sob dominação financeira, sequestro da democracia e destruição do planeta. São Paulo: Outras Palavras, 2017. 313p.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução burguesa no Brasil**: ensaio de investigação sociológica. 2ª. ed. São Paulo: Zahar Editores, 1976. 430p.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 32ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005. 256p.
GORENDER, Jacob. Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. In: STÉDILE, João Pedro (Coord.). **A questão agrária na década de 90**. 4ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 15 – 44.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O Que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 2001. 109p.

_____. O Desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. In: STEDILE, João Pedro (Org.). **A Questão agrária no Brasil**: o debate na década de 1990. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 163 – 170.

GUZMÁN, Eduardo S. Uma Estratégia de sustentabilidade a partir da agroecologia. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 35-45 jan./mar. 2001.

IANNI, Octavio. A Formação do proletariado rural no Brasil. In: STEDILE, João Pedro (Org.) **A Questão agrária no Brasil: o debate na esquerda 1960 – 1980**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 127 – 146.

INCRA – INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Disponível em: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php> Acesso em 12 de dezembro de 2015.

IPEAGEO. **Software de Análise Estatística Espacial do Ipea**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ipeageo/>. Acesso 20 de janeiro de 2017.

JARA, Carlos Julio. **A Sustentabilidade do desenvolvimento local**: desafios de um processo em construção. Recife-PE: PCT/SEPLAN/IICA, 1998. 316p.

KAGEYAMA, Angela. **Desenvolvimento rural**: conceito e aplicação ao caso brasileiro. Porto Alegre: Editora da UFRGS: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008. P. 229.

WAQUILL, Paulo. Et. all. Avaliação de desenvolvimento territorial em quatro territórios rurais no Brasil. In: **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 15, n. 1, p. 104 – 127, jan/abr. 2010.

LOWY, Michael. **A Política do desenvolvimento desigual e combinado**: a teoria da revolução permanente. (Tradução Luiz Gustavo Soares). São Paulo: Sundermann, 2015. 175p

MARIANO, Jorge L.; RIBEIRO, Fábio F. Desenvolvimento rural sustentável em territórios do Rio Grande do Norte: uma análise multidimensional. **Anais** do 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. Porto Alegre: SOBER, 2009. p. 01 – 23.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2013. 150p.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007. 185 p. Disponível em: < http://www.gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/modo_capitalista.pdf>. Acesso em: 05 de agosto 2015.

RABELO, Laudemira Silva; LIMA, Patrícia Verônica P. Sales. INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE: a possibilidade da mensuração do desenvolvimento sustentável. In: **REDE - Revista Eletrônica do PRODEMA**, Fortaleza, v. 1, n. 1, mar. 2009. Disponível em: <http://www.revistarede.ufc.br/rede/article/view/4>. Acesso em: 14 maio 2018. p. 56-76.

REIS, José N. Pires; PINHEIRO, José César V.; SILVA, Rosângela M. da. Análise do desenvolvimento rural no território sertão central do Ceará a partir da visão dos agricultores familiares. In: VIII SOBER Nordeste. **Anais...** Parnaiba/PI, 2013. p. 01 – 17.

SEPÚLVEDA, Sergio. **Desenvolvimento microrregional sustentável**: métodos para planejamento local. Brasília: IICA, 2015. 292p. Disponível em: http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Desenvolvimento-Sustentavel-Microrregional.pdf> Acesso em: 15 de março de 2016.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento Econômico**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2012. 314p.

TROTSKY, Leon. A Revolução permanente. 2ª. São Paulo: Kairós, 1985. 142p.

VELHO, Guilherme Otávio. **Capitalismo autoritário e campesinato**: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. Rio de Janeiro: Centro edelstein de pesquisas sociais [Biblioteca virtual de Ciências Humana], 2009. 243p.

Sobre a autora

Maria Messias Ferreira Lima – Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Ceará (UFC); Mestrado em Economia Rural pela Universidade Federal do Ceará (UFC); Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Docente na Universidade Regional do Cariri (URCA). **OrcID** – http://orcid.org/0000-0001-5820-2148

Como citar este artigo

LIMA, Maria Messias Ferreira. Agricultura familiar camponesa no semiárido cearense: o desenvolvimento rural desigual e combinado como corolário da expansão capitalista no campo. **Revista NERA**, v. 22, n. 49, p. 270-296, 2019.

Recebido para publicação em 13 de setembro de 2018.
Revisões requeridas em 10 de outubro de 2018.
Aceito para a publicação em 19 de outubrol de 2018.

Cartografía de la agroecología y las disputas territoriales en Argentina

Diego Ignacio Dominguez
Instituto Gino Germani - Universidad Buenos Aires, Buenos Aires, Argentina
e-mail: didominguez1@yahoo.com

Resumen

En este documento pretendemos dar cuenta de la elaboración de la agroecología en Argentina, específicamente desde la dimensión de análisis socio-política. Nos interesa analizar la agroecología como acción colectiva, en su capacidad disruptiva. Esto significa que analizaremos la agroecología como componente de la acción de los movimientos sociales. Para alcanzar nuestro objetivo, en primera instancia presentaremos una cartografía de las principales expresiones colectivas, cooperativas y asociativas para la promoción, producción y comercialización agroecológica en Argentina, y luego haremos hincapié en los contenidos programáticos de la propuesta agroecológica que presentan en este país los principales movimientos sociales de las poblaciones rurales. A partir de este análisis buscaremos responder a la pregunta de porque la agroecología ha sido planteada desde los movimientos campesinos indígenas como alternativa paradigmática que antagoniza con la agricultura de base industrial, y cuáles son los alcances de este planteo en tanto proceso de cambio social.

Palabras clave: Agroecología; Disputa Territorial; Movimiento Campesino Indígena; Agricultura Industrial.

Cartografía da agroecología e as disputas territoriais na Argentina

Resumo

Neste documento pretendemos dar conta do desenvolvimento da agroecologia na Argentina, especificamente a partir da dimensão sócio-política. Estamos interessados em analisar a agroecologia como ação coletiva, em sua capacidade tranformadora. Isso significa que analisaremos a agroecologia como um componente da ação dos movimentos sociais. Para alcançar nosso objetivo, primeiro apresentamos um mapa dos principais coletivos, cooperativas e associações para a promoção, produção e comercialização agroecológica na Argentina, e depois vamos nos concentrar no conteúdo programático da proposta agroecológica apresentada neste país do major movimentos sociais das populações rurais. A partir desta análise, procuraremos responder à pergunta de por que a agroecologia tem sido levantada a partir de movimentos camponeses indígenas como alternativa paradigmática que antagoniza com a agricultura de base industrial.

Palavras chave: Agroecologia; Disputa Territorial; Movimento Camponês Indígena; Agricultura Industrial.

Cartography of agroecology and territorial disputes in Argentina

Abstract

In this paper we give an account of the development of agroecology in Argentina, specifically from the dimension of socio-political analysis. We want to analyse agroecology as a collective action, in his disruptive capacity. This means that we will analyze the agroecology as a component of the action of social movements. To achieve our objective, in the first

instance present we will present a cartography of the main collective expressions, cooperatives and associations for the promotion, production and agroecological marketing in Argentina, and then we will emphasize the programmatic contents of the agroecological proposal presented in this country. social movements of rural populations. From this analysis, we will seek to answer the question of why agroecology has been proposed by indigenous peasant movements as a paradigmatic alternative that antagonizes industrial-based agriculture, and what are the scope of this approach as a process of social change.

Key words: Agro-ecology; Disputed Territorial; Indigenous Peasant Movement; Industrial Agriculture

Introducción

En este breve documento abordamos algunos aspectos de la gestación de la agroecología en Argentina, específicamente desde la dimensión de análisis socio-política, como acción colectiva de los movimientos sociales. Para ello presentaremos una cartografía de las principales expresiones colectivas, cooperativas y asociativas para la promoción, producción y comercialización agroecológica en Argentina.

La agroecología en Argentina, como a escala global, crece en importancia económico-productiva, y en el interés que despierta para la agenda académica. Existen algunos acuerdos sobre cómo definirla, en general se vincula a la agroecología con sistemas o formas tecnológicas que protegen la biodiversidad, garantizan una agricultura sostenible, apuntan a productos alimentarios locales y circuitos cortos, y persiguen la adecuación ambiental y socio-cultural. Sin embargo, su abordaje e instrumentación va por cuenta de un conjunto tan heterogéneo de actores sociales que se ha vuelto polisémica. Ahora bien, la polisemia que atraviesa la noción de agroecología tiene por detrás una disputa por su definición, es decir que su naturaleza actual es profundamente política (Gliessman, 2002; Altieri y Nicholls, 2000; Sevilla Guzman, 2007; Altieri y Toledo, 2010; Van Der Ploeg, 2012). Para muchos referentes de esta cuestión, la agroecología guarda una triple condición. En efecto, la agroecología podría tomarse como enfoque técnico-práctico, disciplina científica, y como un movimiento social. Se trata de dimensiones o niveles de análisis, que según autores como Víctor Toledo y Miguel Altieri (2010) presuponen tres revoluciones combinadas. Desde esta postura, la agroecología sería la base científica, metodológica y técnica, para el cambio agrario o una "nueva revolución agraria" a escala mundial (Altieri y Toledo, 2010)[1], basada en principios tales como la biodiversidad, la eficiencia energética, la justicia social y la soberanía alimentaria. En este sentido, la agroecología es pensada también como acción colectiva de los pueblos.

[1] Estos autores citan para esta definición a: "Altieri, 2009; Ferguson and Morales, 2010; Wezel and Soldat, 2009; Wezel et al., 2009" (Altieri y Toledo, 2010).

> Las iniciativas agroecológicas pretenden transformar los sistemas de producción de la agroindustria a partir de la transición de los sistemas alimentarios basados en el uso de combustibles fósiles y dirigidos a la producción de cultivos de agroexportación y biocombustibles, hacia un paradigma alternativo que promueve la agricultura local y la producción nacional de alimentos por campesinos y familias rurales y urbanas a partir de la innovación, los recursos locales y la energía solar (Altieri y Toledo, 2010, p.165).

Entendida de este modo la agroecología expresa una ruptura epistemológica, incluso paradigmática. Sin embargo, surgen posiciones que tratan de presentar a la agroecología como una herramienta más o conjunto de técnicas compatibles con la agricultura convencional, incluso con los cultivos transgénicos. La disputa por su definición entonces alcanza los espacios científicos y prácticos, así como su contenido es repuesto y tensionado desde el Estado, el mercado y los movimientos sociales. Agencias estatales y multilaterales como la FAO[2] lo incorporan en sus políticas de desarrollo rural o de intervención para un agro socialmente inclusivo y ambientalmente sustentable, desde las asociaciones empresariales o las transnacionales agro-industriales como Monsanto o Syngenta buscan encuadrarse en el giro eco-modernizador capaz de compatibilizar los paquetes biotecnológicos con las técnicas agroecológicas, o desde organizaciones ecologistas o campesinas proclaman la agroecología como modelo incompatible con la agricultura de base industrial.

En Argentina las experiencias agroecológicas han sido muy variadas. Las primeras experiencias de prácticas agroecológicas que se registran en el país fueron las llevadas a cabo, por productores o agricultores familiares del NEA, con apoyo del Instituto de Cultura Popular (INCUPO), y del Instituto de Desarrollo Social (INDES), mientras que en región pampeana, cordón hortícola bonaerense, surgieron experiencias puntales en la década de 1980 y 1990. Por su parte, como experiencias sistemáticas de producción y capacitación orgánica y agroecológica en 1985 surge el Centro de Estudios de Cultivos Orgánicos (CENECOS), y en ese mismo año el Centro de estudios sobre Tecnologías apropiadas de la Argentina (CETAAR)[3] (Souza Casadinho, 2008; Sarandon y Marasas, 2015). Sin embargo, además de las ONGs de desarrollo o ambientalistas también los movimientos campesinos indígenas asumieron este paradigma, como el Movimiento Nacional Campesino Indígena (MNCI) o Asamblea Campesina Indígena del Norte Argentino (ACINA). También pueden incluirse en este universo de movimientos sociales que asumen el paradigma agroecológico: el Movimiento Campesino de Liberación (MCL), articulaciones de las mismas organizaciones mencionadas como el Foro Nacional de la Agricultura Familiar (FONAF), o bien instancias provinciales o regionales como la Mesa Provincial de Productores Familiares de Buenos Aires o el Movimiento Agroecológico del Chaco, el Movimiento por las Semillas Campesinas

[2] *Food and Agriculture Organization* - Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura.
[3] Otras experiencias a ser destacadas son las del: Centro Ecuménico de Educación Popular (CEDEPO), el Centro de Estudios sobre producciones agroecológicas (CEPAR), y la Red de agricultura Orgánica de Misiones (RAOM) (Souza Casadinho, 2008).

de Misiones, la Unión de Trabajadores de la Tierra (UTT), la Asociación de Medieros y Afines (ASOMA), ambas de Buenos Aires, e incluso instancias continentales como Movimiento Agroecológico de América Latina y el Caribe, etcétera

Desde el Estado, a la vez que se apoya explícitamente el despliegue de los agronegocios, hallamos programas (focalizados), como por ejemplo ciertas líneas del Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria (INTA) y la Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) que impulsaron un número significativo de proyectos con este enfoque desde mediados de la década de 1990, con un perfil asistencial, y luego hacia mediados de la década de 2000 hasta la década de 2010 con un perfil más estratégico. Especial mención se debe hacer al programa Pro-huerta, que alcanzó en el año 2012 unas 600.000 huertas familiares y comunitarias a escala nacional, y al Programa Agricultura Urbana (PAU) en Rosario a partir de convenios entre agencias estatales y ONGs[4]. Por su parte, el Movimiento Agroecológico de América Latina y el Caribe (MAELA) tiene actualmente una importante presencia en Argentina. En los últimos años la difusión de las prácticas agroecológicas y biodinámicas se ha acelerado en el país, y se han consolidado espacios como la Asociación para la Agricultura Biológico Dinámica de Argentina (AABDA), así como se han abierto otras instancias de promoción del enfoque, caso de la Red Nacional de Municipios y Comunidades que fomentan la Agroecología (RENAMA) o de la red provincial (Córdoba) de productores agroecológicos “Nueva Semilla”. Por otra parte destacamos algunos de los establecimientos de la producción familiar en la transición agroecológica que han alcanzado reconocimiento incluso internacional: “Naturaleza Viva” en el norte santafecino, “La Aurora” en Benito Juárez premiada por la FAO como modelo de producción agroecológica, o los “Jardines de Yaya” en Villa General Belgrano, entre otras.

Como hipótesis para explicar este proceso sostenemos, que la agroecología en Argentina (al igual que en otros lugares de Latinoamérica) es parte de un proceso de acción colectiva ligada con la **recampesinización** e incluso **reetnización** de las poblaciones rurales (y más recientemente incluso podemos asociarlo con la **refarmerización** de una porción de los productores familiares que han optado por un camino crítico frente a la lógica de los agronegocios). A su vez, como lo expresan los mismos movimientos sociales, la agroecología en nuestros países asume un carácter, no solo alternativo, sino antagonista frente a otros modelos agrarios, puesto que se inscribe en escenarios de **disputa territorial**, donde justamente se observan los procesos más intensos de recreación política del campesinado y los pueblos indígenas.

[4] Entre Programa Pro-huerta del INTA y el Centro de Estudios de Producciones Agroecológicas (CEPAR).

Procedimientos metodológicos para el mapa de la agroecología en los movimientos rurales y agrarios de Argentina

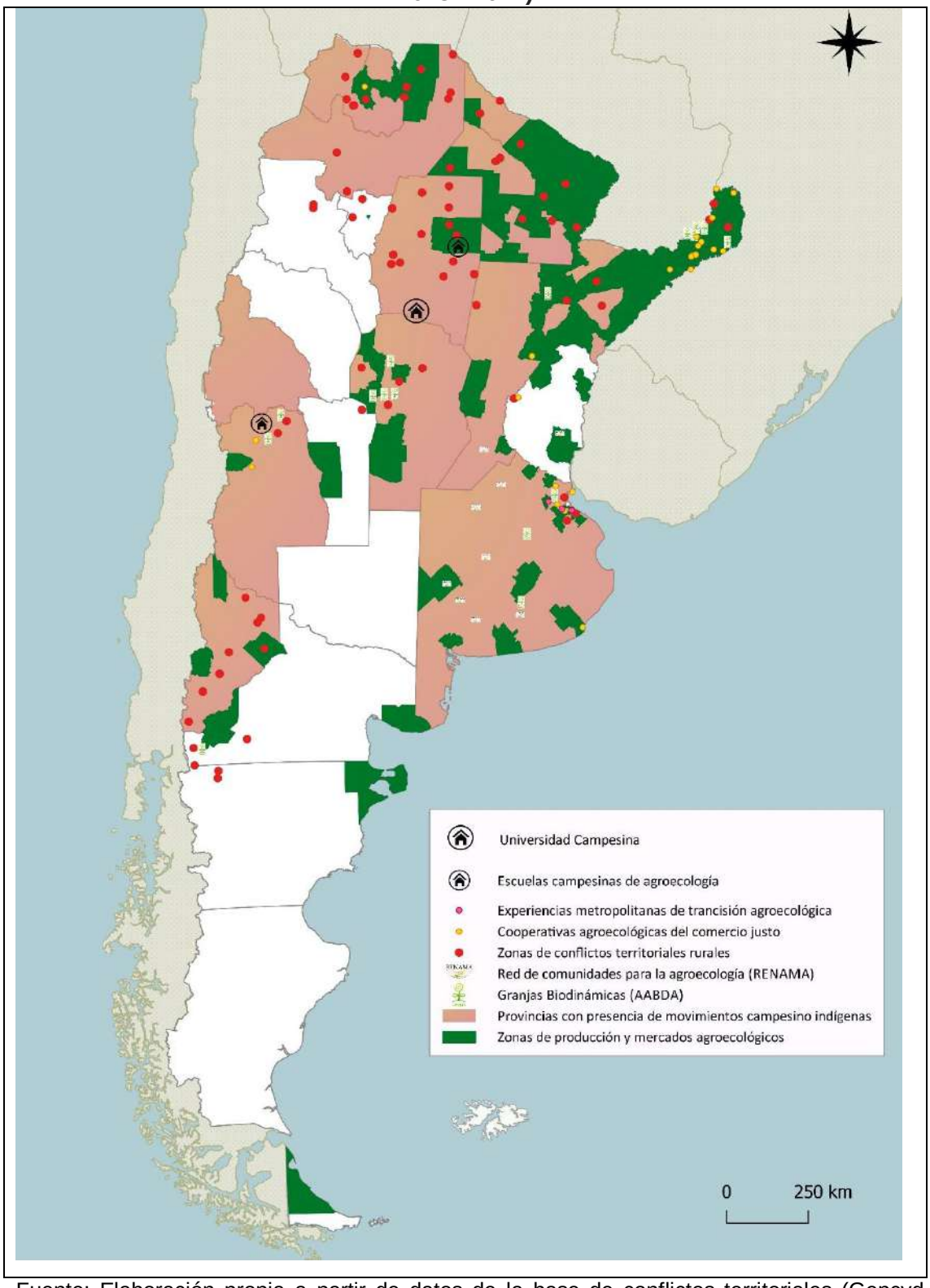
En el siguiente mapa señalamos algunas de las principales acciones y experiencias para la transición agroecológica llevadas a cabo por distintas organizaciones campesinas, indígenas, de la agricultura familiar y de apoyo técnico.

La cartografía realizada no agota el registro de las experiencias de transición agroecológica ligada a movimientos sociales, pretende ser un paso más para echar luz sobre el contexto y ascenso de la agroecología desde los movimientos sociales en Argentina. Para ello damos cuenta de la indudable emergencia de diferentes expresiones de este fenómeno, y de su ligazón con otro proceso característico de las últimas décadas en los mundos rurales de Argentina, como es la disputa territorial en el marco del avance de la lógica de los agronegocios, y que protagonizan comunidades indígenas, familias campesinas y productores familiares

Según nuestra hipótesis, la agroecología desde el campesinado indígena es presentada como parte de un modelo antagónico a la agricultura industrial. De modo que la cartografía realizada busca vincular el ascenso del paradigma agroecológico con el proceso de disputa o conflictividad territorial ante el avance de los agronegocios, cuya territorialidad excluyente se manifiesta vía despojo directo, arrinconamiento productivo, desplazamiento de la producción por aumento de escala o arrendamiento, contaminación masiva del ambiente, etcétera, sobre distintas formas de agricultura y modos de vida rural.

Para la elaboración del mapa hemos utilizado varias fuentes. Por un lado, utilizamos registros propios sobre los campos de experimentación de los movimientos campesinos indígenas en educación y producción (MNCI y ACINA). En esta línea hemos señalado todas aquellas provincias que cuentan con organizaciones campesinas indígenas de escala provincial, regional o nacional, que reivindican la agroecología. Para el registro de la disputa territorial contamos con la base del Grupo de Ecología Política, Comunidades y Derechos (GEPCyD – IIGG - UBA) sobre casos de conflictos protagonizados por poblaciones rurales para el periodo 1985 a 2017, de la cual hemos seleccionado la conflictualidad del último lustro. Para dar cuenta de las zonas con producción agroecológica hemos utilizado los registros de la Secretaria de la Agricultura Familiar y del Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria (2016). Finalmente para contar con mayor volumen de datos sobre experiencias de producción familiar cooperativa o asociativas en torno de la agroecología hemos recurridos a los registros de las propias organizaciones de productores que la reivindican (AABDA, ASOMA, RENAMA, UTT, entre otras). A continuación del mapa reseñamos con mayor detalle las fuentes y justificación de cada una de las dimensiones cartografiadas.

Mapa: Experiencias agroecológicas, movimientos campesinos, indígenas y de la agricultura familiar, en escenarios de conflicto territorial rural (Argentina 2013 - 2017)



Fuente: Elaboración propia a partir de datos de la base de conflictos territoriales (Gepcyd, 2018), base de ferias y mercados agroecológicos (INTA y SAF), información del MNCI, ACINA, UTT, ASOMA; RENAMA; AABDA. Confeccionó el mapa la geógrafa Ana Saura.

Escuelas y Universidad Campesina para la agroecología: el Movimiento Nacional Campesino Indígena ha creado espacios de formación (terciario e universitario) orientados a la agroecología, recibiendo jóvenes provenientes de diversos parajes y comunidades rurales, con un amplia área de influencia provincial y regional (Mendoza, San Juan, Santiago del Estero, Córdoba, San Luis, Buenos Aires).

Granjas Biodinámicas, Agroecológicas y Eco-aldeas – AABDA y otras: la Asociación para la Agricultura Biológico-dinámica de Argentina, las Eco-aldeas, y otras redes de experiencias, reúnen en distintas regiones del país un conjunto creciente de establecimientos agropecuarios donde predomina el trabajo familiar en el marco de una "agricultura de procesos", bajo los lineamientos específicos de la "agricultura biológico-dinámica" basada en la ciencia espiritual de Rudolf Steiner, o principios de la agroecología y la permacultura.

Localidades con alta densidad de producción y comercialización agroecológica: hemos utilizado como indicador de densidad de producción y comercialización de productos agroecológicos aquellas localidades del país que registran la presencia periódica de ferias francas, o campesinas, o de pequeños productores, o de la agricultura familiar, o locales, etc,. Estas ferias y mercados promocionan la venta de productos elaborados por experiencias en transición a la agroecología. En general son ferias o mercados que cuentan con 20, 100 o 500 productores o puestos con este tipo de producciones, donde se realiza la venta directa a los consumidores de pequeñas o medianas ciudades, incluso cabeceras departamentales o capitales provinciales.

Experiencias cooperativas de producción y comercialización agroecológica: diversas experiencias colectivas de producción y comercialización con orientación agroecológica han gestado para la venta de sus productos "redes de comercio justo" con alcance nacional, logrando presencia en los mercados de capitales provinciales y de la capital federal.

Red Nacional de Municipios y Comunidades que fomentan la Agroecología – RENAMA: por iniciativa de productores, profesionales, municipios, docentes y equipos universitarios, se crea este espacio con presencia en una decena de localidades sobre todo bonaerenses, para promocionar e implementar la agroecología como alternativa para la producción de mediana y gran escala. Uno de sus principales referentes es el ingeniero Eduardo Cerda que además de practicar la docencia en agroecología y dictar cursos de agricultura bio-dinámica, acompaña grupos de productores familiares que emprenden el camino de la "*agroecología extensiva*", caso más renombrado del "establecimiento

agroecológico–biodinámico" La Aurora. Una de las localidades que forma parte de la red (Guamini, Buenos Aires), ya se trabajan más de 1300 hectáreas en base a pautas agroecológicas "sin transgénicos, ni venenos, ni tóxicos de ningún tipo".

Experiencias de transición agroecológica en cordones hortícolas metropolitanos: existen proyectos de gran escala impulsados por agrupaciones de productores familiares de los cordones hortícolas de las grandes ciudades del país (Buenos Aires, La Plata, Rosario, Córdoba, Santa Fe, etc), para dar un giro agroecológico en las producciones "convencionales" para el mercado de frutas, hortalizas y productos de granja. Caso paradigmático es la Unión de Trabajadores de la Tierra (UTT) que integra un importante conjunto de unidades familiares ligadas al complejo frutihortícola que abastece de verdura la ciudad de Buenos Aires y La Plata, etc. Esta organización junto a otras han protagonizado varias protestas importantes en Plaza de Mayo o Plaza Congreso, reclamando mejores precios, acceso a la tierra y políticas públicas.

Conflictos territoriales protagonizados por poblaciones campesino indígenas (2013 al 2017): señalamos los municipios donde los medios de comunicación escritos de alcance nacional y los comunicados de organizaciones sociales han informado la ocurrencia de conflictos con eje en la tierra, el agua, los bosques, u otros bienes naturales, que involucran poblaciones locales del ámbito rural frente a otros actores sociales, sean estos nuevos o antiguos, durante el periodo reciente señalado.

La cartografía realizada permite afirmar que en Argentina la agroecología se liga con procesos disruptivos ante la lógica excluyente de la territorialidad de los agronegocios. Las experiencias agroecológicas en el Sur y específicamente en Argentina, sobre todo aquellas conducidas por movimientos sociales del campo desde los años de 1990, en su mayor parte se despliegan en escenarios de proletarización, desanclaje de sujetos agrarios subalternos de los complejos agroindustriales, y avance de frontera agropecuaria, de exclusión o despojo, violencia rural, por parte de actores de los agronegocios sobre las poblaciones rurales, agricultores, pescadores, recolectores, etc. Estas experiencias agroecológicas que se definen desde lo campesino, indígena, tradicional, ancestral, etcétera, participan de las resistencias al ordenamiento del espacio agrario y rururbano que promueve actualmente el proyecto "extractivista" o aquello que se ha conceptualizado como procesos de "acumulación por desposesión" en Latinoamérica (Harvey, 2004; Giarracca, 2006; Svampa y Viale, 2015).

Este escenario de disputas territoriales que enfrentan el campesinado y los pueblos indígenas, se complementa con el proceso que experimentan las producciones familiares. El

desplazamiento de los productores familiares, que atravesaron algún nivel de capitalización a lo largo de su trayectoria histórica, se da por la salida de la producción o pérdida de la propiedad de la tierra: ante el aumento de escala o falta de rentabilidad, en el marco de la políticas agrarias neoliberales y el despliegue acelerado de los agronegocios, numerosos agricultores familiares devinieron arrendatarios o por endeudamiento sus campos fueron vendidos/rematados, etc. En este caso, las experiencias agroecológicas se multiplicaron entre sectores de la producción familiar, ante la imposibilidad de persistir como unidad productiva en el contexto de intensificación de la agricultura de insumos de base industrial. Aunque difieren en el contenido de sus reclamos y consignas principales, sobre todo en torno de los componentes más disruptivos, no deberían desatenderse las recientes iniciativas asociativas, entre productores familiares y población local, para el fomento de la transición agroecológica, como respuesta a las consecuencias negativas del uso masivo de agroquímicos y a la búsqueda de opciones para los productores incluidos en las áreas de restricción a la aplicación terrestre y aérea de agroquímicos: Red Nacional de Municipios y Comunidades que fomentan la Agroecología (RENAMA).

De este modo la agroecología se sitúa como vector de persistencia para un conjunto variado de sujetos agrarios y rurales que no son típicamente capitalista, o al menos no se inscriben en la lógica de los agronegocios, o bien llevan adelante una agenda no capitalista tanto en los aspectos productivos como en las formas de intercambio. Es por ello que la agroecología pone en agenda la posibilidad de algún tipo de alianza entre movimientos campesinos indígenas y asociaciones y redes de productores familiares de mayor capitalización, escala o integración comercial, haciendo confluir la **recampesinización y reetnización** con la **re-farmerización.** En el caso argentino, la agroecología propone las condiciones para debatir la estructura agraria y un nuevo modelo agroalimentario, dada la combinación entre la importante presencia de la producción familiar en la provisión alimentaria de los mercados centrales del país, con el cuestionamiento a las relaciones de poder en el acceso y control de los bienes naturales que impulsan las poblaciones rurales organizadas.

La agroecología como ruptura paradigmática frente a la agricultura industrial capitalista

Las distintas expresiones del activismo político campesino indígena que estamos analizando declaran, en sus intervenciones y acciones en la arena pública, su posición en lo referente a su proyecto político. Destaquemos algunas ideas fuerzas de estos movimientos

en referencia a su propuesta de agroecología, que incluyen su propia identidad, su valoración de la tierra, la naturaleza, el bien común, la producción. Para ello, hemos relevado y analizado documentos públicos de relevancia histórica para los movimientos, entrevistas, trabajos de campo, etc. Luego de esto haremos un repaso por las factualizaciones o experiencias agroecológicas que se desenvuelven en el marco del activismo y la disrupción política.

Para las organizaciones que registramos, el "ser campesino indígena" se lo enuncia directamente asociado con el "cuidado de la naturaleza", a la vez que se identifica esa condición con el acto de "producir alimentos sanos" o "cuidar-compartir las semillas criollas". La "tierra" por otra parte, como relación y medio de vida y trabajo, principal soporte material y simbólico de estos sujetos, tiene como atributo "dar vida a todos" y "no puede ser un negocio", siendo necesaria "para la riqueza cultural, ambiental, la diversidad de seres vivos, y la alimentación de los pueblos". Principios básicos que luego reaparecen en el discurso de las organizaciones como justificación de la orientación agroecológica del proyecto político que se defiende. Las organizaciones postulan una "agricultura con base agroecológica" en tanto "sistema social y ecológico que está adaptado a cada cultura y geografía", capaz de garantizar una *"*Agricultura con Agricultores*",* en tanto *"*forma de defender el estilo de vida campesino indígena, la cultura y la producción agroecológica campesina*".* O sea, se la asume como una *"*alternativa real a este modelo que nos contamina*",* a la vez que *"*es un eje transversal que se vincula con la soberanía alimentaria y la reforma agraria popular*".* En ella se prioriza "el mercado interno y la redistribución de la riqueza, la defensa y el cuidado del medio ambiente*".* Esto posible *"*mediante tecnologías de proceso, con perfil agroecológico y no de insumo-dependencia*".* El modelo agroecológico campesino indígena se expresa dicotómicamente frente al "agro-negocio".

> El modelo de los agro-negocios que nos quieren imponer con semillas transgénicos, agroquímicos y un sistema de producción homogéneo, que limita la variedad de productos y semillas, de manera de controlar el sistema de producción y alimentación de nuestros pueblos*, (…)* es un proyecto concentrador y extranjerizador vigente, el de los agronegocios, el de la dependencia y la injusticia social (base de datos GEPCYD: documentos y entrevistas de organizaciones campesino indígenas).

Destacamos algunas declaraciones públicas paradigmáticas de estas organizaciones[5], donde expresan la cuestión agroecológica. El primero de los documentos (2008) es un comunicado elaborado en pleno conflicto, denominado en los medios como "campo-gobierno", por la resolución ministerial 125 en torno de las retenciones impositivas a las exportaciones de los principales granos: Comunicado "No somos el campo, somos la

[5] Son declaraciones claves por distintas razones en momentos históricos significativos: declaraciones en pleno conflicto "campo-gobierno" (SRA, CRA, CONINAGRO y FAA, frente a la gestión de Cristina Fernández de Kirchner), o bien en encuentros destacados de agroecología, o bien en el marco de acciones colectivas de relevancia como la marcha a pie desde Formosa a Buenos Aires.

tierra", MNCI, Buenos Aires, 15/5/2008. El segundo (2013) es una declaración sobre agroecología, resultado de unas jornadas de ONGs, organismos estatales y organizaciones campesinas indígenas: Declaración "Encuentro Regional de Agroecología", ACINA[6], Bella Vista, Corrientes, 8/6/2013. El tercero (2016) tuvo lugar en el marco del cambio de gobierno nacional y desarticulación de las políticas públicas dirigidas a los campesinos indígenas y productores familiares: Documento "Frente Nacional Campesino", FNC, Reconquista, Santa Fe, 19/1/2016.

En los materiales seleccionados, dada su significancia como expresiones de la agenda política de los movimientos campesino indígenas, es posible rastrear qué definición del sujeto de la agroecología asumen, cuál es el paradigma o modelo que se propone desde la agroecología, y finalmente qué relación sociedad-naturaleza supone la propuesta agroecológica del campesinado organizado. Estos tres tópicos, ligados a la propuesta de agroecología desde los movimientos campesino indígena, destacan que:

a) identificar al campesinado indígena como sujeto agroecológico,

b) definir a la tierra y la naturaleza como bien común o sujeto de derecho, no como objeto o mercancía,

c) apostar por la agroecología como parte de la transformación social del modelo agrario y de la sociedad en su conjunto.

Los movimientos campesinos indígenas de Argentina que analizamos expresan que la agroecología está ligada de forma indisociada a las prácticas campesinas/indígenas. La perspectiva agroecológica sería la única que "contempla" y es "apropiada" a la condición del campesinado. Es en el contexto de las comunidades campesinas indígenas donde puede coincidir el "desarrollo de la agroecología" con el "desarrollo económico, social y

[6] Además de las organizaciones de la ACINA, otras organizaciones y organismos estatales y no gubernamentales firmaron este documento: Grupo agroecológico Las Tres Colonias - Asociación Ecológica de Bella Vista - Municipalidad de Bella Vista – INCUPO - INTA - INTI Bella Vista - MAGyP Subsecretaria de Agricultura Familiar - Movimiento Agroecológico del Chaco - Instituto Agrotécnico "Pedro Fuentes Godo" de la Facultad de Ciencias Agrarias de la UNNE - SENASA Centro Regional Corrientes Misiones – Movimiento Semillero de Misiones – Movimiento Agroecológico de Latinoamérica y El Caribe (MAELA) - Asociación Juan XXIII - Grupo Puente Verde – Fundación Nuevos Surcos - EFAS del Taragüí - EFA Fortaleza Campesina, Gral. San Martin (Chaco) - Red de Agricultura Orgánica de Misiones (RAOM) - Instituto de Investigaciones Forestales y Agropecuarias (IIFA Chaco) - Escuela Agrotécnica Manuel Belgrano (Bella Vista) - Asociación Provincial de Ferias Francas de Corrientes - EAPPA Nº 4 (Km 210 - El Colorado, Formosa) - Asociación de Comunicación Comunitaria (Lavalle – Corrientes) - Escuela Dr. José Luis Sersic - EESC Nº 576 (Moussy – Santa Fe), ISPI Nº 9204 "Centro Formación de Monitores" (Reconquista – Santa Fe) - EFA Cancha Larga (Las Palmas – Chaco) - EEP Nº 5 Calixto Oyuela (Las Palmas – Chaco) - RAPAL - Extensión Aulica Nº 846 (Bella Vista – Corrientes) - Asociación Timbo Norte (Santa Fe) - Asociación Selva del Río Oro (Chaco) - Asociación Civil Mujeres Agropecuarias (General San Martín – Chaco) - EFA Intiyaco (Santa Fe), Hoy Campo (Misiones) - Asociación San Cayetano (Corrientes) - Cooperativa Comercio Solidario (Rosario – Santa Fe) - Consorcio de Productores Rurales La Leonesa (Chaco) - Red Huerteros/Huerteras (Rosario – Santa Fe) - Programa de Agricultura Periurbana de la Municipalidad de la Ciudad de Corrientes - Asociación Correntina Unión por Enseñanza Grande San Cosme (Corrientes), Asociación Biodinámica Argentina (ABDA) - ISFD Tatacuá - ISFD Saladas (Corrientes) - Centro de Educación Agropecuaria (San Genaro – Santa Fe) - LAICRIMPO - Asociación Siempre Unidos (Corzuela, Chaco).

ambientalmente sustentable*"*. Como se dijo, para los movimientos rurales, el sujeto propio de la agroecología es el campesinado indígena[7].

Ligada con la definición de agroecología, los movimientos campesinos indígenas marcan también distintas valoraciones sobre la tierra y la naturaleza. Para ellos no pueden ser presentadas como capital, siquiera como conjunto de ecosistemas a conservar, etc. No habría tal exterioridad con la tierra y la naturaleza, como mercancía o como objeto, sino que por el contrario aparece asociada con "la vida", con "todo lo que nos rodea", de lo cual el hombre/mujer participan a partir de su ser/estar. La persistencia de la condición campesina implica mantener la integración con el conjunto de la vida a partir de: "seguir en la tierra". La "resistencia" campesina significa sostener esta ligazón que se expresa en el derecho a "la tierra y el territorio", y en la lucha por "un proyecto de vida" frente a "un proyecto de muerte". Se trata de una constelación de nociones en torno de la "vida", de la existencia en general y de la existencia propia, que va de tierra a territorio, incluye el agua, el monte, y de las tradiciones y raíces ancestrales a la naturaleza. En lo específico, la "naturaleza" (en clave de tierra-territorio-vida) es entendida como "bien común", y más recientemente como "sujeto de derecho".

Se observan diferencias en los lenguajes de valoración entre las organizaciones campesinas indígenas analizadas, a la hora de expresar sus agendas y su proyecto político, sin embargo confluyen en la idea de confrontación entre modelos agrarios (no habría un solo "campo" posible), y es en ese marco donde se inscribe la necesidad de una alternativa productivo-tecnológica como la agroecología. Por ello, más allá de los matices que presentan, se registran niveles de coordinación y articulación entre estas organizaciones. Las diferentes organizaciones campesinas, indígenas y de la agricultura familiar, comparten la misma constelación de consignas, donde se enmarca "transversalmente" la propuesta agroecológica: soberanía alimentaria, reforma agraria, defensa del ambiente, y producción campesina. Esto se observa en todos los documentos conjuntos y acciones de protesta realizadas, que fueron conformando lo que las organizaciones han denominado una "agenda común": "En la búsqueda por alcanzar la Soberanía Alimentaria, la Reforma Agraria Integral y un campo con igualdad, justicia y trabajo que produzca alimentos sanos para el pueblo argentino"[8].

[7] En este sentido se destaca el trabajo de Eduardo Sevilla Guzman y Manuel Gonzalez de Molina, quienes como colaboradores de la Vía Campesina, retoman los debates históricos sobre estas realidades, para proponer pensar la reactualización de la cuestión campesina en los términos de la agroecología (2004).

[8] Con motivo de impulsar el tratamiento de una ley de suspensión de los "Desalojos de Comunidades Campesinas, Indígenas y Agricultores Familiares", el conjunto de las organizaciones del sector llevó a cabo una jornada de debate público, en Buenos Aires, el 15 de noviembre de 2012. Allí definieron una "agenda común". Firmaban este documento: Foro Nacional de la Agricultura Familiar, Frente Nacional Campesino, Mesa de Organizaciones de productores familiares de Bs As, Movimiento Nacional Campesino Indígena, Movimiento Campesino Liberación, Asamblea Campesina Indígena del Norte Argentino, Movimiento Evita, Frente Transversal Nacional y Popular, MILES, CTA de los Trabajadores.

Este proyecto, que liga la agroecología con la transformación de la estructura agraria y los sistemas agroalimentarios, estaría en oposición al modelo de los agronegocios basado en la agricultura industrial, crecientemente dominada por la matriz biotecnológica de los OGM (organismos genéticamente modificados) o transgénicos, y los paquetes tecnológicos asociados (maquinaria, agroquímicos, etc).

Los tópicos señalados marcan como el paradigma agroecológico ha significado la reactualización de la cuestión campesina indígena, o bien como la significación de naturaleza se hace presente en el proyecto agroecológico del campesinado indígena, y finalmente como la agroecología supone una ruptura paradigmática para la transformación social. Estos tópicos, por un lado, son compartidos en el plano global con la alianza internacional campesina, indígena, de pescadores, etc; y por otro lado, en la escala local y regional de la acción colectiva tienen una contraparte factualizada, es decir, realizada o puesta en acto en campos de experimentación del campesinado indígena (Domínguez, 2012).

Para la Vía Campesina, la agroecología –aunque puede asumir otros nombres- más allá de componer un sistema tecnológico apropiado para los campesinos, es ante todo "práctica campesina de resistencia ante el agronegocio y el avance del capital" (Vía Campesina, 13/10/2015[9]). La agroecología se instala desde los movimientos sociales rurales como una "plataforma" o modelo emergente en la actual recreación política del campesinado o recampesinización, sea como respuesta a la actual crisis agraria y ambiental, o ante la reconfiguración de los sistemas agroalimentarios por parte de la lógica de los agronegocios (Rosset y Martínez-Torres, 2011; Van der Ploeg, 2012).

Para la alianza internacional campesina y los pensadores más cercanos, la agroecología expresa el contenido específico de la intencionalidad territorial campesina, etc, y a la vez pasa a formar parte de una propuesta para una alternativa de agricultura, en el marco de una transformación más amplia de las relaciones sociales, como es la soberanía alimentaria. Así lo plasma la Vía Campesina en su agenda global: "producción agroecológica para la Soberanía Alimentaria" (Vía Campesina, 29/4/2015[10]).

Desde esta instancia global de representación política se puede ilustrar con precisión la **ruptura agroecológica** que protagoniza el campesinado como movimiento social. En un documento difundido por la Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo - Vía Campesina (CLOC-VC), en el año 2015, durante el V Congreso Latinoamericano de Agroecología, realizado en Argentina, se sintetizan los elementos principales. En primer

[9] Ver nota completa: https://viacampesina.org/es/index.php/temas-principales-mainmenu-27/soberanalimentary-comercio-mainmenu-38/2500-la-agroecologia-es-la-practica-campesina-de-resistencia-ante-el-agronegocio-y-el-avance-del-capita.

[10] Ver nota completa: https://viacampesina.org/es/index.php/temas-principales-mainmenu-27/agricultura-campesina-sostenible-mainmenu-42/2391-la-agroecologia-puntal-de-la-soberania-alimentaria.

lugar a la agroecología se la presenta ligada con los "modos de vida de las comunidades*"* y con un "proyecto de vida" frente al *"*proyecto de muerte del agronegocio, de la agricultura sin campesinos ni familias, de monocultivos industriales, de áreas rurales sin árboles, de desiertos verdes y tierras envenenadas con agrotóxicos y transgénicos*"*:

> La agricultura campesina agroecológica es una pieza clave en la construcción de la soberanía alimentaria y para la defensa de la Madre Tierra, principios éticos de vida basados en la justicia social y en la dignidad de los pueblos. Es decir, nuestra producción de alimentos agroecológicos se enfoca en la vida de las personas—nuestras comunidades, pueblos y naciones—en lugar de producir biomasa para celulosa, agrocombustibles, o productos de exportación para otros países (CLOC-VC, 2015).

La Vía Campesina postula que el modelo agroecológico opera en la escala global, combatiendo las principales crisis que afectan a la humanidad como "las crisis alimentarias y climáticas", ayudando a "enfriar el planeta" con potencial "para alimentar al mundo".

En ese mismo evento de octubre de 2015, en Argentina, la Sociedad Científica Latinoamericana de Agroecología (SOCLA), premió a la Vía Campesina: "por su ejemplar liderazgo y esfuerzo inspirador en la promoción de la Agroecología entre millones de hombres, mujeres y jóvenes del campo Latinoamericano*"* (SOCLA, Discurso de la Dra. Clara Nicholls, Presidenta de la Asociación, 12/10/2015).

En la escala local, señalemos algunos aspectos de la factualización del proyecto agroecológico de los movimientos sociales. La concreción de la propuesta agroecológica por parte del campesinado indígena en Argentina es un proceso en marcha, y reviste aspectos diversos: a) creación y gestión de instancias de formación y diálogo de conocimientos/saberes[11]; b) fortalecimiento de la producción agropecuaria para autoconsumo y mercados alternativos; c) preservación y recuperación del bosque nativo; d) multiplicación de redes de intercambio y ferias locales de alimentos y semillas; e) gestiones para el reconocimiento y promoción de la agroecología por parte del Estado.

Consideraciones finales: Agroecología y disputa territorial

La agroecología es reivindicada, desde movimientos sociales que se templaron en la lucha por la tierra, en tanto paradigma crítico e incompatible que confronta con la agricultura industrial en su expresión actual ligada a los agronegocios y su giro eco-modernizador que incluye los OGMs. Fundamentalmente observamos lo anterior en la programática de los

[11] Las Escuelas funcionan a partir de un "sistema de alternancia (…) basada en el intercambio de saberes y aprendizaje sobre la agroecología, y la construcción de relaciones igualitarias entre hombres, mujeres y naturaleza". Participan de estos espacios de formación "jóvenes de Comunidades Campesinas y de Pueblos Originarios, provenientes de territorios organizados en Misiones, Chaco, Salta, Jujuy y Santiago del Estero" (MOCASE VC: Documento, Una década de Educación Popular en Movimiento, 21/03/2017).

movimientos sociales de Argentina que asumen una agenda común con la Vía Campesina en la escala global, asentada en tres ejes centrales: Reforma Agraria Integral, Soberanía Alimentaria y Agroecología.

La agroecología como parte de la programática del movimiento campesino indígena es transversal a las propuestas de soberanía alimentaria y reforma agraria. Por un lado le ha dado concreción a ambas consignas, sobre todo a las acciones para alcanzar la soberanía alimentaria, en tanto derecho de los pueblos a definir su propio sistema agroalimentario. Por otro lado, ha hecho de la agenda sectorial, un programa de ampliación de derechos, defendible por otros actores sociales, como paradigma agrario y agroalimentario capaz de sustituir la organización de la agricultura a partir de la lógica de los agronegocios. La agroecología de este modo forma parte de una reacción para confrontar el proyecto agrario del neoliberalismo, representado en los agronegocios, donde predomina el control corporativo del sistema agroalimentario global.

De forma tal la agroecología viene a reforzar la confrontación con los agronegocios. Suma su crítica, no meramente como enfoque agronómico alternativo, sino como necesidad de transformación de las relaciones sociales en el ámbito rural y agrario argentino. Además de cuestionar el uso de agroquímicos, los efectos de los transgénicos, la contaminación, el deterioro ecológico, la pérdida de biodiversidad, asignadas a la agricultura industrial, lo que incluyen los movimientos campesinos indígenas es el cuestionamiento a las relaciones de poder en el agro: desigualdad en distribución de la tierra, concentración económica en las cadenas de valor, explotación del trabajo, orientación exportadora de los sistemas agroindustriales y agroalimentarios, mercantilización de la semilla, la tierra (y la naturaleza) y los alimentos.

Recapitulando nuestra reflexión en virtud de este documento, reconocemos dos cuestiones de importancia. En primer lugar, la agroecología en Argentina se desenvuelve mayormente en escenarios de disputa territorial. En segundo lugar, la agroecología es asumida por una gran diversidad de sujetos agrarios y rurales. Por consiguiente es posible afirmar la condición antagónica que asume la agroecología frente a los agronegocios, en Argentina, asociada con su capacidad de gestar una convergencia entre sectores agrarios heterogéneos que según el momento histórico han estado implicados en otras cadenas de equivalencias económicas y políticas.

Entonces, al enmarcarse en una contraposición de territorialidades a la vez que convergencia de intereses, el ascenso de la agroecología se torna un elemento significativo en la constitución de dos modelos arquetípicos enfrentados, que en términos concretos postulan –como hace décadas no ocurría en Argentina- dos modelos agroalimentarios posibles.

Referencias bibliográficas

ACINA. **Nuestras propuestas**. 2013. Disponible en: https://asambleacampesina.wordpress.com/nuestras-propuestas/ Acceso: 8 de junio. 2013.

ALTIERI, M.; TOLEDO, V. La revolución agroecológica de América Latina: Rescatar la naturaleza, asegurar la soberanía alimentaria y empoderar al campesino. **El Otro Derecho**, Bogotá, N. 42. dic. 2010, p. 163-202.

BARBETTA, P.; DOMINGUEZ, D. Derecho a la tierra y activismo rural en Argentina: de las Ligas Agrarias a los movimientos campesinos. **Revista Alternativa,** Córdoba. n. 2016.

CERDÁ; E. O., SARANDÓN, S. J.; FLORES, C. C. El caso de "La Aurora": un ejemplo de aplicación del enfoque agroecológico en sistemas extensivos del sudeste de la provincia de Buenos Aires, Benito Juárez, Argentina. SARANDÓN, S. J; FLORES, C. C. (eds.) **La Agroecología:** el enfoque necesario para una agricultura sustentable. Bases teóricas para el diseño y manejo de Agroecosistemas sustentables. La Plata, Buenos Aires: Editorial Universidad Nacional de La Plata, Libros de Cátedra, Capítulo 16. 2014.

CITTADINI, R. **Limitaciones y potencialidades de la agroecología**: enseñanzas de una experiencia en gran escala basada en los principios de la agroecología, el Prohuerta en Argentina. Ponencia presentada en el Seminario Agriterris sobre la Agroecologia en Francia y en Argentina, Buenos Aires, Julio. 2011.

CLOC-VC. **V Congreso Latinoamericano de Agroecología, del 12/10/2015**. 2015. Disponible en: http://www.cloc-viacampesina.net/ Acceso: 17 de abril. 2017.

DOMINGUEZ, D. Territorialidades campesinas entre lo heterónomo y lo disidente: formas de gestión de la producción y tenencia de la tierra en el campo argentino. **Política & Trabalho**. **Revista de Ciências Sociais,** Brasil, n. 45. , p. 67-84. ISSN 1517-5901 (online). Julho/Dezembro. 2016.

FAO. **Noticias**. Disponible en: http://www.fao.org/americas/noticias/ver/es/c/297484/ Acceso: 14 de mayo. 2017.

FNC. **El Frente Nacional Campesino**. Disponible en: https://frentenacionalcampesino.wordpress.com/ Acceso: 19 de enero. 2016.

GEPCYD: **base de documentos y entrevistas de organizaciones campesino-indígenas 1985-2017**. Buenos Aires. IIGG-UBA. 2018.

GLIESSMAN SR. **Agroecología.** Procesos Ecológicos en Agricultura Sostenible. Turrialba, Costa Rica: CATIE. 2002

INTA, **Agroecología**. Disponible en: http://intainforma.inta.gov.ar/wp-content/uploads/2015/10/158_agroecologia_.pdf Acceso: 21 de octubre, 2017.

MOCASE VC-MNCI. **Una década de Educación Popular en Movimiento**. Disponible en: http://www.mocase.org.ar/. Acceso: 21 de marzo. 2017.

MONSANTO. **Nuestros Compromisos**. Disponible en: http://www.monsantoglobal.com/global/ar/nuestros-compromisos/Pages/agricultura-sustentable.aspx Acceso: 1 de agosto. 2017.

ROSSET, P.; MARTINEZ-TORRES, M. E. La Vía Campesina y Agroecología. VIA CAMPESINA (org.). **El Libro abierto de la Vía Campesina:** celebrando 20 años de luchas y esperanza. https://viacampesina.org/downloads/pdf/openbooks/ES-09.pdf 2011.

SARANDÓN S J; MARASAS M. Breve historia de la agroecología en la argentina: orígenes, evolución y perspectivas futuras. **Revista Agroecología**, Madri, v. 10, n. 2: p. 93-102. 2015.

SEVILLA GUZMÁN, E. Las bases sociológicas de la Agroecología y el desarrollo sustentable. PÉREZ RUBIO, José Antonio (org.) **Sociología y desarrollo.** El reto del desarrollo sostenible. España: Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación. 2007 [1999].

SOCLA. **Discurso de la Dra. Clara Nicholls, Presidenta de la Asociación, 12/10/2015**. Disponible en: https://www.socla.com/ Acceso: 22 de febrero. 2017.

SOUZA CASADINHO, J. **La problemática de los agroquímicos y sus envases, su incidencia en la salud de los trabajadores, la población expuesta y el ambiente**. Buenos Aires. Argentina. Ministerio de salud-Organización Panamericana de la Salud. Estudio colaborativo multicentrico. 2008.

VAN der PLOEG, J D. The drivers of change: the role of peasants in the Creation of an agro-ecological agriculture. **Revista Agroecología**, Madri, n. 6. p. 47-54. 2012.

Sobre o autor

Diego Ignacio Dominguez – Graduação em Sociologia pela Universidad Buenos Aires; Mestrado em Desenho e Gestão de Políticas e Programas Sociais pela Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO); Doutorado em Ciências Sociais pela Universidad Buenos Aires; Docente na Universidad Buenos Aires. **OrcID** – https://orcid.org/0000-0002-9434-4677

Como citar este artigo

DOMINGUEZ, Diego Ignacio. Cartografía de la agroecología y las disputas territoriales en Argentina. **Revista NERA**, v. 22, n. 49, p. 297-313, 2019.

Recebido para publicação em 25 de julho de 2018.
Aceito para a publicação em 13 de dezembro de 2018.

COMPÊNDIO AUTORES

ABBAS, Máriam. **(In)Segurança alimentar e território em Moçambique: discursos políticos e práticas**. Ano 20, n. 38, p. 106-131, 2017.

ACOSTA, Claudia Yolima Devia. **Orinoquia colombiana, la influencia del agronegocio y la actividad petrolera: territorialidades en disputa.** Ano 18. n. 28. p. 68-91, 2015.

ACUÑA, Isaías Tobasura. **De campesinos a empresarios. La retórica neoliberal de la política agraria en Colombia**. Ano 12, n. 15 p. 07-21, 2009.

ADOUE, Silvia Beatriz. **De incêndios e especialização produtiva. Sobre o agronegócio florestal exportador no Chile.** Ano 21, n. 44, p. 101-126, 2018.

AGUIAR JÚNIOR, Paulo César. **A modernização conservadora como uma vertente da territorialização do capital à norte do Rio Doce no Espírito Santo**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 37-60, 2016.

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. **Cultura, trabalho e lutas sociais entre trabalhadores agro-extrativistas do Rio Valparaíso na Amazônia acreana**. Ano 7, n. 5 p. 13-33, 2004.

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Reflexões sobre a participação dos assentados nas eleições municipais.** Ano 8, n. 6 p. 59-74, 2005.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **O conceito de região e a problemática dos assentamentos rurais.** Ano 1, n. 2 p. 74-93, 1998

ALMEIDA, Antônio Alves de. **A mística na luta pela terra**. Ano 8, n. 7 p. 22-34, 2005.

ALMEIDA, Juscinaldo Goes; SODRÉ, Ronaldo Barros; MATTOS JUNIOR, José Sampaio de**. O MATOPIBA nas Chapadas Maranhenses: Impactos da Expansão do Agronegócio na Microrregião de Chapadinha**. V. 22, n. 47, p. 248-271, Dossiê MATOPIBA, 2019.

ALMEIDA, Moisés Diniz de; AMORIM, Franciel Coelho Luz de; PEREIRA, Flávio. **A política de reforma agrária no Vale do São Francisco: semifeudalidade e capitalismo burocrático no campo**. Ano 19, n. 33, p. 181-205, 2016.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Análise preliminar da assistência técnica nos assentamentos de reforma agrária do Estado de Mato Grosso do Sul.** Ano 3, n. 3 p. 58 -67, 2000.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; HÉRNANDEZ, David Gallar; COLADO, Ángel Calle. **A "nova" questão agrária em Andalucía: processos de recampesinização em tempos de impérios agroalimentares**. Ano 17. n. 24. p. 09-35.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 13, n. 16 p. 22-32, 2010.

ALVES, Flamarion Dutra. **Territorialização dos assentamentos rurais: da conquista da terra à construção de uma identidade**. V. 22, n. 48, p.98-113, Dossiê Território em Movimento, 2019.

ANDRADE, Jailton Santos; FERNANDES, Silvia Aparecida de Souza. **A importância da educação contextualizada para o desenvolvimento do semiárido**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 157-175, 2016.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 15, Edição Especial, p. 93-102, 2012.

ANDRADE, Patrícia Soares; VIANA, Masilene Rocha. **Entre o avanço do agronegócio e a política de assentamentos rurais: a intervenção pública na questão agrária e fundiária piauiense.** Ano 19, n. 30, p.80-97, 2016.

AQUINO, Maria Lúcia Santos; LIMA, Eduardo Rodrigues Viana de; SILVA, Zenobio Abel Gouvêa Perelli da Gama e. **Manejo madeireiro na floresta estadual do Antimary, estado do Acre, Brasil.** Ano 14. n. 19 p. 104-135, 2011.

ARACH, Omar. **Problemática y febril. Una mirada a la expansión del biodiesel en argentina.** Ano 18. n. 28.p.19-31.2015.

ARAGÓN, Luís Eduardo. **A dimensão internacional da Amazônia: um aporte para sua interpretação.** Ano 21, n. 42, p. 14-33.

ARAÚJO, Gracieda dos Santos. **Soberania alimentar e políticas públicas para a agricultura familiar na América Latina: o caso do Brasil e da Argentina.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 72-90, 2016.

ARAÚJO, Gracieda dos Santos; CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. **Uma análise da dimensão educativa das cooperativas de crédito rural solidário no território do Sisal - Bahia**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 176-202, 2016.

ARIZA, Julian Andres; GAZZANO, Maria Inés. **Lucha dejóvenes por tierra en Uruguay: de lo microsocial a la constitución de sujetos**. Ano 21, n. 44, p. 127-152, 2018.

ARLINDO, Marco Aurélio da Silva; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Luta pela terra em Mirandópolis (SP): trajetória do Acampamento Nova Esperança.** Ano 20, n. 40, p. 163-180, 2017.

AVILA, Agustin; ROMERO, Leon Enrique Avila. **Las nuevas Zonas Económicas Especiales en México: despojo agrario y resistencia campesina**. Ano 20, n. 40, p. 138-162, 2017.

AVILA, Camilo Alejandro Bustos. **O componente social do Plano Colômbia e a territorialidade da comunidade camponesa-indígena Awá do departamento de Putumayo (Colômbia).** Ano 16. n. 22. p. 09-26, 2013.

AZÊREDO, Rauni Fernandes; CRISTOFOLLI, Pedro Ivan. **Estratégias de acumulação de capital do cooperativismo agrário paranaense: o caso da Coamo Agroindustrial Cooperativa**. Ano 21, n. 45, edição especial, p. 72-93, 2018.

BAGLI, Priscilla. **O camponês nas análises de Rousseau, Michelet e Marx: diferenças e semelhanças.** Ano 7, n. 5 p. 63-72, 2004.

BALDASSARINI, Jéssica de Sousa; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. **A importância da atividade cafeeira no município de Marília e as novas conjunturas socioeconômicas da atividade em âmbito regional**. Ano 19, n. 33, p. 119-138, 2016.

BARBAY, Claire. **Vers de nouvelles relations ville-campagne: les travailleurs ruraux et la création de nouveaux lieux.** Ano 9, n. 9 p. 1-27, 2006.

BARBETTA, Pablo Nicolás; DOMÍNGUEZ, Diego Ignacio. **Conflictos por la justicia ambiental en la provincia de Chaco: disputas en torno al daño y la sustentabilidad en poblaciones rurales**. Ano 20, n. 37, p. 234-252, 2017.

BARCELLOS, Sérgio Botton. **A interdependência entre estado e MST na constituição de um assentamento de reforma agrária**. Ano 15. n. 20 p. 83-98, 2012.

BARRI, Juan. **Renta Agraria em contextos de alta productividad: las contradicciones emergentes en el actual régimen de producción agropecuaria argentino**. Ano 16. n. 22. p. 27-42, 2013.

BASU, Pratyusha. **Scale, place and social movements: strategies of resistance along India's Narmada river.** Ano 13, n. 16 p. 96-113, 2010.

BATISTA, Ândrea Francine. **A formação e a organização política na territorialização contra-hegemônica: a experiência da Via Campesina sudamérica**. Ano 17. n. 24. p. 51-70, 2014.

BATISTA, Edimar Eder. **Complexidade das relações entre campo e cidade: perspectivas teóricas.** Ano. 18. n. 29.p.101-132. 2015.

BELLACOSA, Julia Marques. **Os desafios da produção camponesa frente à expansão dos agrocombustíveis, o assentamento Monte Alegre:** Araraquara-SP. Ano 16. n. 22. p. 55-81, 2013.

BELO, Diego Carvalhar; PEDLOWSKI, Marcos Antônio. **Acampamentos do MST e sua importância na formação da identidade do sem terra**. Ano 17. n. 24. p. 71-85, 2014.

BEM, Anderson; FABRINI, João Edmilson. **A comercialização informal de leite como componente de resistência camponesa em Marechal Cândido Rondon - PR**. Ano 8, n. 6 p. 14 -23, 2005.

BENINI Edi Augusto; BENINI, Elcio Gustavo. **Reforma agrária no contexto da economia solidária**. Ano 11, n. 13 p. 6-15, 2008.

BERNARDES, Júlia Adão. **Dimensões da ação e novas territorialidades no cerrado brasileiro: pistas para uma análise teórica**. Ano 10, n. 10 p. 1-10, 2007.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **Agronegócio e ideologia: contribuições teóricas**. Ano 12, n. 14 p. 112-124, 2009.

BEZERA, Juscelino Eudâmidas; GONZAGA, Cíntia Lima. **O discurso regional do Matopiba no poder legislativo federal: práticas e políticas.** V. 22, n. 47, p. 46-63, dossiê MATOPIBA, 2019.

BEZERRA, Lívia Morena Brante. **Cooperação internacional e a disputa do desenvolvimento no Haiti**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 107-118, 2016.

BINSZTOK, Jacob; CARNEIRO, Mônica. **Integração nacional, desenvolvimento capitalista e projetos modernizantes na Amazônia: retrospectiva e perspectiva de despojos da mineração Rio do Norte – PA.** Ano 18. n.28. p.92-105. 2015.

BÔAS, Rafael Litvin Villas. **Terrorismo à brasileira: a retórica da vez da classe dominante contra o MST**. Ano 11, n. 13 p. 156-165, 2008.

BOECHAT, Cássio Arruda; PITTA, Fábio Teixeira; TOLEDO, Carlos de Almeida. **"Pioneiros" do MATOPIBA: a corrida por terras e a corrida por teses sobre a fronteira agrícola**. V. 22, n. 47, p. 87-122, Dossiê MATOPIBA, 2019.

BOGO, Maria Nalva de Araújo. **Terra e educação em disputa: um estudo das ações educacionais da Fibria/Veracel papel e celulose no extremo sul da Bahia**. Ano 21, n. 45, edição especial, p. 32-49, 2018.

BOSETTI, Cleber José. **Martelos nas cercas: ainda temos uma questão agrária?** Ano 20, n. 40, p. 11-38, 2017.

BRAGA, Luís Carlos; SAQUET, Marcos Aurelio. **Elementos camponeses na agropecuária do município de Marmeleiro (PR)**. Ano 20, n. 37, p. 77-104, 2017.

BRINGEL, Breno Marqués. **El lugar también importa. Las diferentes relaciones entre Lula y el MST.** Ano 9, n. 9 p. 28-48, 2006.

BRITO, Flávia Lorena; PERIPOLLI, Odimar João. **Origem e desenvolvimento do capitalismo no campo: uma discussão para além dos números**. Ano 20, n. 40, p.39-60, 2017.

BRITO, Rosane; CASTRO, E. **Desenvolvimento e conflitos na Amazônia: um olhar sobre a colonialidade do processo em curso na BR-163**. Ano 21, n. 42, p. 51-73.

BRUMER, Anita. ANJOS, Gabriele dos. **Gênero e reprodução social na agricultura familiar.** Ano 11, n. 12 p. 6-17, 2008.

BRUMER, Anita. SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do século XX).** Ano 9, n. 9 p. 49-73, 2006.

BRUNA, Natacha. **Economia política da governação: política econômica de controle, manutenção e reprodução de poder**. Ano 20, n. 38, p. 13-40, 2017.

BRUSCHI, Rita. **Manifestaciones de la cuestión agraria en Uruguay.** Ano 17. n. 25. p. 10-24, 2014.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Estrangeirização de terras: disputas paradigmáticas e territoriais no PA São Judas (MS)**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 133-158, 2017.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Resistências do MST frente ao avanço do processo de estrangeirização de terras por meio da LDC em Rio Brilhante (MS)**. Ano 20, n.39, p. 107-132, 2017.

CABRAL, Lidia. **Priests, technicians and traders? the discursive politics of Brazil's agricultural cooperation in Mozambique**. Ano 20, n. 38, p. 179-219, 2017.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Conhecendo os camponeses-estudantes e o seus territórios no município de Paulicéia-SP: trabalho familiar, lazer e escola.** Ano 14, n. 18 p. 47-78, 2011.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **A relação dos movimentos socioterritoriais camponeses com a Universidade por meio do PRONERA: diálogos e tensionamentos**. Ano 20, n.39, p. 186-210, 2017.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **O território como categoria da Educação do Campo: no campo da construção/destruição e disputas/conflitos de territórios/territorialidades**. V. 22, n. 48, p. 38-57, 2019.

CAMARGO, Jéssica Silva Moreira; NAVAS, Rafael. **Programas institucionais de compra da agricultura familiar no município de Ribeirão Grande/SP:uma análise a partir da produção e consumo**. Ano 20, n. 35, p.230-245, 2017.

CAMARGO, Regina Aparecida Leite de; BACCARIN, José Giacomo; SILVA, Denise Boito Pereira da. **Mercados institucionais para a agricultura familiar e soberania alimentar**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 34-55, 2016.

CAMPOS, Margarida Cassia; GALLINARI, Tainara Sussai. **A Educação escolar quilombola e asescolas quilombolas no Brasil**. Ano 20, n. 35, p.199-217, 2017.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; GRISA, Felipe Fontoura; SCHIMITZ, Luiz Antonio. **Considerações sobre a experiência de construção de cisternas em Unidades de Produção e Vida Familiares (UPVFs) do município de Francisco Beltrão – Paraná.** Ano. 18. n. 29.p. 174-193, 2015.

CANUTO, Antônio. **Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade.** Ano 7, n. 5 p. 1-12, 2004.

CAPOANE, Viviane; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos. **Análise qualitativa do uso e ocupação da terra no assentamento Alvorada, Júlio de Castilhos – Rio Grande do Sul.** Ano 15. n. 20 p. 193-205, 2012.

CARDONA, David Vásquez. **Disputas territoriales con el capital, las subordinaciones, paradigmas y modelos de desarrollo**. Ano 16. n. 23. p. 09-26, 2013.

CARDONA, David Vásquez; SOBREIRO FILHO, J. S. **Os movimentos socioterritoriais: entre as classes e os movimentos populares.** Ano 19, n.30, p.148-168, 2016.

CARDOSO, Antonio Ismael; JOVCHELEVICH, Pedro; MOREIRA, Vladimir. **Produção de sementes e melhoramento de hortaliças para a agricultura familiar em manejo orgânico.** Ano 14. n. 19 p. 162-169, 2011.

CARDOSO, Messias Alessandro. C**onflitualidade e disputa paradigmática do conceito de mobilidade territorial do trabalho**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 36-57, 2017.

CARRASCO, Salvador Ferradás. **Desarrollo Local, Promoción y Publicidad: Criterios de Calidad Medioambiental y Territorial para la mejora de Ciudades Turísticas.** Ano 12, n. 15 p. 22-33, 2009.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Política compensatória de assentamentos rurais como negação da reforma agrária.** Ano 7, n. 5 p. 113-122, 2004.

CASTELO, Carlos Estevão Ferreira. **Escritas de ouvido: o manejo "sustentado" de madeira em Xapuri/AC**. Ano 19, n. 33, p. 12-29, 2016.

CASTRO, Cloves Alexandre. **Movimento social e geografia: contribuição ao debate**. Ano 16. n. 23. p. 81-108, 2013.

CASTRO, Raifran Abidimar de. **Resistências camponesas maranhenses às estratégias de dominação e territorialização empresariais.** V. 22, n. 47, p. 272-295, dossiê MATOPIBA, 2019.

CATACORA-VARGAS, Georgina; ZONTA, Aymara Llaque; JACOBI, Johanna; BURGOA, Freddy Delgado. **Soberanía alimentaria: reflexiones a partir de diferentes sistemas alimentarios de Santa Cruz, Bolívia**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 170-194, 2016.

CATTELAN, Renata; MORAES, Marcelo Lopes. **MST e ideologia: a teoria e a prática no assentamento Celso Furtado em Quedas do Iguaçu/PR**. Ano 21, n. 41, p. 12-38, 2018.

CATSOSSA, Lucas Anastácio. **O campo moçambicano no século XXI: dilemas e perspectivas do campesinato frente às grandes corporações do agronegócio**. Ano 20, n. 38, p. 151-178, 2017.

CATSOSSA, Lucas Atanásio. **ProSAVANA em Moçambique e MATOPIBA no Brasil: a base para a compreensão da geopolítica da questão.** V. 22, n. 47, p. 382-412, dossiê MATOPIBA, 2019.

CAVALCANTE, Matuzalem. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Formação territorial, agronegócio e atuais mudanças na estrutura fundiária de Mato Grosso**. Ano 9, n. 8 p. 109-121, 2006.

CAVALCANTE, Matuzalem; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Territorialização do agronegócio e concentração fundiária**. Ano 11, n. 13 p. 16-25, 2008.

CAVALCANTI, Natália Thaynã Farias; MARJOTTA-MAISTRO, Marta Cristina. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): uma avaliação por regiões brasileiras no período de 2011-2014**. Ano 20, n. 40, p. 225-245, 2017.

CERONI, Mauricio. **Profundización del capitalismo agrário en el Uruguay: dinámicas en el espacio agrario durante el comienzo del siglo XXI.** Ano 20, n. 35, p.12-40, 2017.

CHELOTTI, Marcelo Cervo; CARVALHO, Isabele de Oliveira. **A Formação do Licenciando Participante do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência/PIBID Interdisciplinar Educação do Campo**. V. 22, n. 48, p. 114-136, Dossiê Território em Movimento, 2019.

CHENG, TJ. **Overtime in China: law, practice and social exclusion**. Ano 11, n. 13 p. 26-46, 2008.

CLAUDINO, Guilherme dos Santos. **Pensamentos e tensões nos estudos do rural na pós-graduação em Geografia no Brasil**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 13-35, 2017.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Agrarian reform, food sovereignty and the MST: socio-environmental impacts of agrofuels production in the Pontal do Paranapanema region of São Paulo state, Brazil.** Ano 15. n. 21 p. 08-32, 2012.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Addressing rural poverty and food insecurity through local food purchasing and school lunch programs: PAA Africa, PRONAE and the creation of institutional markets in Mozambique.** Ano 18. n. 26. p. 29-52, 2015.

COBOS, Jeidei Yasmin Galeano. **Resenha: Regimes alimentares e questões agrárias**. Ano 21, n. 44, p. 177-184, 2018.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como uma política pública emancipatória no território Cantuquiriguaçu-PR.** Ano 18. n. 26. p. 167-184, 2015.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **20 anos da proposta de soberania aimentar: construindo um regime alimentar coorporativo**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 14-33, 2016.

COELHO, Douglas Cristian; FABRINI, João Edmilson. **Produção de subsistência e autoconsumo no contexto de expansão do agronegócio.** Ano 17. n. 25. p. 71-87, 2014.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos. **Os quilombolas e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Vale do Ribeira Paraná: diversidades culturais, enquadramentos burocráticos e ações dos mediadores técnicos e sociopolíticos**. Ano 18. n. 26. p. 125-148, 2015.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos de. **Agroecologia por contrato, é possível?** Ano 20, n. 37, p. 105-128, 2017.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes. **O Movimento dos Atingidos por Barragem na Amazônia: um movimento popular nascente de "vidas inundadas"**. Ano 12, n. 15 p. 34-65, 2009.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes; HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. **Amazônia: a urgência e necessidade da construção de políticas e práticas educacionais inter/multiculturais.** Ano 14, n. 18 p. 79-105, 2011.

COSCIONE, Marco; PINZÓN, Viviana García. **Paro nacional agrario en Colombia: TLCS y perspectivas del movimiento social y popular**. Ano 17. n. 24. p. 167-19, 2014.

COSTA, Heliadora Georgete Pereira da; LOMBA, Roni Mayer. **A licenciatura em educação do campo no estado do Amapá: desafios e perspectivas atuais**. Ano 21, n. 41, p. 218-235, 2018.

CHRISTANCHO GARRIDO, Hellen Charlot**. Abordagem territorial da segurança alimentar: articulação do campo e da cidade no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): considerações sobre o caso colombiano.** Ano 18. n. 26. p. 53-71, 2015.

CRUZ, Abigail Bruna da; AZEVEDO, Sandra de Castro de. **Geografia escolar e escola no campo: investigações sobre a educação geográfica numa escola rural com currículo urbano**. V. 22, n. 46, p. 133-155, jan.-abr. 2019.

CUBAS, Tiago Egídio Avanço. **Aspectos da formação da opinião pública paulista: um estudo baseado no Dataluta jornal de 1988 a 2010**. Ano 16. n. 23. p. 60-80, 2013.

CUNHA, Maria das Graças Campolina; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A modernidade do campo e as transformações das relações hierárquicas**. Ano 20, n. 35, p.65-82, 2017.

CUNHA, Paulo Roberto; MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de. **A terra prometida ainda é promessa... desapropriação da fazenda Nova Alegria pelo descumprimento do Código Florestal: conflito, impunidade e imbróglio jurídico.** Ano 15. n. 20 p. 99-130, 2012.

CUTINELLA, César. **La cuestión agraria uruguaya en los manuales escolares de geografía: una aproximación a su evolución histórica**. Ano 17. n. 24. p. 36-50, 2014.

DA ROS, César Augusto. **A política fundiária do governo da Frente Popular no Rio Grande do Sul (1999-2002): diretrizes, luta política e resultados atingidos**. Ano 11, n. 13 p. 47-82, 2008.

DA ROS, César Augusto; PICCIN, Marcos Botton. **Os serviços de assessoria técnica e social aos assentamentos de reforma agrária: uma análise qualitativa das ações do projeto Lumiar no estado do Rio de Janeiro**. Ano 15. n. 20 p. 131-155, 2012.

DAL POZZO, Clayton Ferreira. **Pelo espaço ou pelo território? Possibilidades de articulação para se compreender a territorialidade e a fragmentação socioespacial.** Ano 15. n. 21 p. 50-68, 2012.

DAMBRÓS, Cristiane. **Contexto histórico e institucional na demarcação de terras indígenas no Brasil**. V. 22, n. 48, p. 174-189, Dossiê Território em Movimento, 2019.

DEBUS, Dieterson; SILVA, Nardel Luiz Soares da; LIBERMANN, Angelita Pinto; MEZNER, Cristiano Luiz; RIBEIRO FILHO, Geraldo Valentin. **Avaliação do perfil dos agricultores que fornecem produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA no município de Toledo – PR**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 56-71, 2016.

DETTMER, Carlos Alberto; SILVA, Nardel Luiz Soares da. **Agricultura familiar – estudo de caso no assentamento Teijin, município de Nova Andradina, MS.** Ano. 18. n. 29.p.133-150. 2015

DESMARAIS, Annette Aurélie. **La Vía Campesina: Globalização e o poder dos camponeses.** Ano 10, n. 10 p. 165-173, 2007.

DESMARAIS, Annette Aurélie; QUALMAN, Darrin; MAGNAN, André; WIEBE, Nettie. **¿Propiedad agrícola para los inversionistas o las inversiones sociales? La transformación de la propiedad de la tierra en Saskatchewan, Canadá**. Ano 20, n. 40, p. 181-205, 2017.

Direção Nacional do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. **As mentiras do governo FHC sobre reforma agrária.** Ano 1, n. 1 p. 72-75, 1998.

DROULERS, Martine. **Brésil: l'enjeu des biocarburants**. Ano 11, n. 12 p. 18-30, 2008.

DRUMOND, Nathalie. **A guerra da água na Bolívia: a luta do movimento popular contra a privatização de um recurso natural.** Ano 18. n.28. p. 186-205, 2015.

DRUZIAN, Franciele et al. **O estudo do lugar na escola do campo.** Ano 19, n. 30, p. 205-228, 2016.

ECHENIQUE, Sergio Gómez. **Reflexiones sobre la dinámica reciente del mercado de la tierra en América Latina y el Caribe**. Ano 15. n. 20 p. 08-57, 2012.

EDUARDO, Márcio Freitas. **O conceito de território e o agroartesanato**. Ano 11, n. 13 p. 83-101, 2008.

EDUARDO, Márcio Freitas. **Agroecologia e o processo de ativação de territorialidades camponesas**. Ano 19, n. 31, p. 143-165, 2016.

ELIAS, Denise. **Ensaios sobre os espaços agrícolas de exclusão**. Ano 9, n. 8 p. 29 – 51, 2006.

ELIAS, Denise. **Ensaios sobre os espaços agrícolas de exclusão**. Ano 15, Edição Especial, p. 103-126, 2012.

ESTEVES, Benedita Maria Gomes. **A hierarquização dos espaços agrários na Amazônia Sul-Ocidental: os assentados em áreas de preservação e os não assentados.** Ano 8, n. 7 p. 48-67, 2005.

ESTÉVEZ, Pablo Díaz. **Acceso a la tierra, acción colectiva y reforma agraria en el Uruguay**. Ano 19, n. 33, p. 234-254, 2016.

ESTRADA, María de. **Geografía de la frontera: mecanismos de territorialización del agronegocio en frontera agropecuaria de Santiago del Estero, Argentina.** Ano 13, n. 17 p. 81-93, 2010.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 10, n. 11 p. 8-32, 2007.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 55-78, 2012.

FABRINI, João Edmilson; LUZ, Juan Artigas Souza; LACERDA, Celso Lisboa de. **A importância das culturas de milho e feijão para o desenvolvimento econômico de assentamentos de reforma agrária atendidos pelo projeto Lumiar – Paraná.** Ano 3, n. 3 p. 68-94, 2000.

FABRINI, João Edmilson; ROOS, Djoni; MARQUES, Erwin Becker; GONÇALVES, Leandro Daneluz. **Lutas e resistências no campo paranaense e o projeto Dataluta-PR.** Ano 15. n. 21 p. 33-49, 2012.

FACCO, Vinicíus Antonio Banzano. **Alternativas aos impérios agroalimentares a partir do campesinato agroecológico: as experiências do acampamento agroflorestal José Lutzenberger (MST-Antonina/PR.** Ano. 18. n. 29.p.70- 100. 2015.

FALERO, Alfredo. **La potencialidad heurística del concepto de economía de enclave para repensar el territorio.** Ano 18. n.28. p.223-240. 2015.

FARIAS, Cleilton Sampaio; FARIAS, Cleisson Sampaio de Farias. **Os fundamentos e a expressão da questão agrária no Acre**. Ano 13, n. 17 p. 94-111, 2010.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. **Lavouras e sonhos: as representações camponesas nos assentamentos de reforma agrária.** Ano 10, n. 11 p. 33 – 47, 2007.

FARIAS, Maria Isabel. **Educação do/no Campo, um território em disputa: avanços e conquistas.** Ano 19, n. 30, p. 188-204, 2016.

FAVARETO, Arilson; NAKAGAWA, Louise; KLEEB, Suzana; SEIFER, Paulo; PÓ, Marcos. **Há mais pobreza e desigualdade do que bem estar e riqueza nos municípios do Matopiba.** V. 22, n. 47, p. 348-381, Dossiê MATOPIBA, 2019.

FEARNSIDE, Phillip Martin. **Belo Monte: atores e argumentos na luta sobre a barrage amazônica mais controversa do Brasil**. Ano 21, p. 162-185.

FELICIANO, Carlos Alberto. "**Grilos" jurídicos no Pontal do Paranapanema: administrando os conflitos agrários.** Ano 10, n. 11 p. 48-60, 2007.

FELICIANO, Carlos Alberto; ROCHA, Carlos Eduardo Ribeiro. **Tocantins no contexto do MATOPIBA: Territorialização do agronegócio e intensificação dos conflitos territoriais**. V. 22, n. 47, p. 230-247, dossiê MATOPIBA, 2019.

FELÍCIO, Munir Jorge. **Ação pastoral e questão agrária no Pontal do Paranapanema.** Ano 8, n. 7 p. 112-124, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A territorialização do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Brasil.** Ano 1, n. 1 p. 02-44, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial Rural.** Ano 14, n. 18 p. 125-135, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 8, n. 6 p. 24-34, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 09-20, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de Reforma agrária.** Ano 1, n. 2 p. 01-32, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano; FREDERICO, Samuel; PEREIRA, Lorena Izá. **Acumulação pela renda terra e disputas territoriais na fronteira agrícola brasileira**. V. 22, n. 47, p. 173-201, Dossiê MATOPIBA, 2019.

FERNANDEZ, Carlos Maximiliano Macias. **Estrategias epistemológicas en la Geografía agraria contemporánea. Tres ejemplos aplicados ala definición de campesinado**. Ano 20, n. 37, p. 28-53, 2017.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. **Assentamentos rurais no território da cana: Controvérsias em cena.** Ano 10, n. 11 p. 61-80, 2007.

FILHO, José dos Reis Santos. **A instituição imaginária da Amazônia brasileira. Registros cognitivos e práticas sociais.** Ano 9, n. 9, p. 113-143, 2006.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O novo colonialismo transnacional e a experiência brasileira do agronegócio.** Ano 13, n. 16 p. 48-62, 2010.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O trabalho no campo: questões do passado e dilemas para o futuro.** Ano 21, n. 41, p. 120-137, 2018.

FOLMER, Ivanio; MEURER, Ane Carine. **A territorialização do MST a partir da Educação do Campo nos assentamentos Fazenda Annoni e Bela Vista**. V. 22, n. 48, p. 14-37, Dossiê Território em Movimento, 2019.

FREDERICO, Samuel; ALMEIDA, Marina Castro de. **Capital financeiro, *land grabbing* e a multiescalaridade na grilagem de terra na região do MATOPIBA.** V. 22, n. 47, p. 123-147, dossiê MATOPIBA, 2019.

FREITAS, Alair Ferreira de; BOTELHO, Maria Isabel Vieira. **"Campesinato como ordem moral": (re)visitando clássicos e (re)pensando a economia camponesa.** Ano 14, n. 19 p. 44-58, 2011.

GABOARDI, Shaiane Carla; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; RAMOS, Lucinéia Maria. **Perfil do uso de agrotóxicos no Sudoeste do Paraná (2011-2016**). V. 22, n. 46, p. 13-40, jan.-abr. 2019.

GABOARDI, Shaiane Carla; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; RAMOS, Lucinéia Maria. **An outline of the use of agrochemicals in southwestern Paraná (2011-2016).** V. 22, n. 46, p. 41-67, jan.-abr. 2019.

GALAFASSI, Guido. **Economía regional y emergencia de movimientos agrarios. La región Chaqueña de los años setenta.** Ano 10, n. 10 p. 11-36, 2007.

GALLAR HERNÁNDEZ, David; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Revisitando la agroecología: entrevista a Eduardo Sevilla Guzmán.** Ano 18. n. 27. p. 280-295. 2015.

GARRIDO, Hellen Charlot Cristancho. **Vivir bien ¿paradigma no capitalista?** Ano 15. n. 21 p. 173-180, 2012.

GASPARI, Luciane Cristina de; KHATOUNIAN, Carlos Armênio; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. **O papel da agricultura entre as famílias pluriativas assentadas em região metropolitana: o caso do assentamento Milton Santos em Americana e Cosmópolis/SP**. Ano 21, n. 41, p. 85-101, 2018.

GIARRACA, Norma. GÓMEZ, Jorge Ramón Montenegro. **Estrategias de vida, estrategias de lucha: apuntes de un trabajo de campo: el MST, São Paulo, Brasil (Reunión del GTDR - CLACSO, agosto/setiembre de 2005).** Ano 8, n. 7 p. 141 – 155, 2005.

GIL, Izabel Castanha. **Cooperação, competição e resistência nas associações de municípios: a AMNAP e o desenvolvimento regional da Nova Alta Paulista.** Ano 11, n. 12 p. 31 – 56, 2008.

GIL, Izabel Castanha. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Regiões contidas e desenvolvimento territorial: uma reflexão sobre o desenvolvimento contemporâneo da Nova Alta Paulista.** Ano 8, n. 6 p. 75-91, 2005.

GIL, Izabel Castanha. **Territorialidade e desenvolvimento contemporâneo.** Ano 7, n. 4 p. 5-19, 2004.

GOES, Denilson Manfrin; CAMPOS, Margarida de Cássia. **Uso de agrotóxicos e produção agroecológica: percepção de estudantes secundaristas de uma escola do campo**. V. 22, n. 46, p. 85-105, jan.-abr. 2019.

GOLDFARB, Yamila. **Consolidação da hegemonia das corporações, monopolização do território e acumulação por espoliação: o caso da Cargill no Brasil e na Argentina**. Ano 18. n. 27. p. 11-37. 2015.

GOLDFARB, Yamila. **Expansão da soja e financeirização da agricultura como expressões recentes do regime alimentar corporativo no Brasil e na Argentina: o exemplo da Cargill.** Ano 18. n.28. p.32-67. 2015.

GOMES, Dérick Lima; CRUZ, Benedito Ely Valente; CALVI, Miquéias; REIS, Cristiano Cardoso. **Expansão do agronegócio e conflitos socioambientais na Amazônia marajoara**. Ano 21, n. 42, p. 135-161.

GÓMEZ, Sergio. **Las directrices voluntarias sobre gobernanza responsable de la tenencia de los recursos naturalesy su aplicación desde américa latin.** Ano 18. n.28. p. 241-264. 2015.

GÓMEZ, Sérgio. Urbanização e Ruralidade. **Os condomínios e os conselhos de desenvolvimento social.** Brasília: MDA, 2009 (resenha). Ano 12, n. 15 p. 136-138, 2009.

GONÇALVES, Renata. **Impactos da reorganização espacial dos novos modelos de assentamentos nas relações de gênero**. Ano 7, n. 5 p. 43-55, 2004.

GRIS, Vanessa Gleica Cantú; BERTOLINI, Geysler Rogis Flor; JOHANN, Jerry Adriani. **Cisternas rurais: viabilidade econômica e percepção de agricultores do município de Polatina-PR**. Ano 20, n. 37, p. 169-194, 2017.

GULLA, Joaquín Cardeillac; LEZICA, Lorena Rodríguez. **Exclusión en la inclusión por descalificación: análisis de la situación de las asalariadas rurales en Uruguay**. Ano 21, n. 41, p. 138-164, 2018.

HECK, Fernando Mendonça. **Transformações técnicas na avicultura e os sujeitos sociais no território**. Ano 19, n. 33, p. 98-118, 2016.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de; CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 9, n. 8, p. 1-28, 2006.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 15, Edição Especial, p. 127 – 154, 2012.

HERRERA, José Antônio; SANTOS, Fernanda Oliveira; CAVALCANTE, Maria Madalena de Aguiar. **Permanência na Comunidade Ciclo do Bananal em Vitória do Xingú, Pará: um estudo a partir do lugar**. Ano 21, n. 43, p. 282-308.

HETTWER, Henrique Rudolfo. **O neoliberalismo no espaço educacional brasileiro – uma análise geopolítica.** V. 22, n. 48, p. 206-223, Dossiê Território em Movimento, 2019.

HOCSMAN, Luis Daniel. **Soberanía alimentaria y conflictividad agraria en Argentina. Movimiento Campesino-Indígena, patrones rurales y gobierno a partir del paro agropecuario del 2008.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 111-127, 2016.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric. **Biofuels: five myths of the agro-fuels transition**. Ano 10, n. 10 p. 151-164, 2007.

HOYOS, Claudia Janet; D'AGOSTINI, Adriana. S**egurança alimentar e soberania alimentar: convergências e divergência**s. Ano 20, n. 35, p.174-198, 2017.

IORIS, Antonio Augusto Rossotto. **Agribusiness in Brazil: The narrative drives on**. Ano 19, n. 33, p. 139-154, 2016.

IORIS, Antonio Augusto Rossotto. **Interrrogating the advance of agribusiness in the Amazon: production, rend and politics.** Ano 21, n. 42, p. 74-97.

JARA, Cristian Emanuel; SPERAT, Ramiro Rodríguez; RINCÓN, Luis Felipe. **La agricultura familiar en el desarrollo rural: continuidades y rupturas del paradigma neoliberal en argentina y Colombia**. Ano 17. n. 24. p. 86-106, 2014.

JESUS, José Novaes. **A pedagogia da alternância e o debate da Educação do/no campo no estado de Goiás.** Ano 14, n. 18 p. 7-20, 2011.

JÖNSSON, Malin. **De una crisis alimentaria haci una crisis productive (2008-2015): el caso del maíz en el municipio de Tonatico, estado de México**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 236-275, 2016.

JÚNIOR, José Arbex. **Você tem fome do que?** Ano 9, n. 8 p. 173-185, 2006.

JUNQUEIRA, Victor Hugo. **Da cafeicultura ao agronegócio canavieiro: o papel do Estado na consolidação do setor sucroalcooleiro na região de Ribeirão Preto-SP**. Ano 19, n. 31, p. 51-71, 2016.

KARAS, Tiago Satim; JOHNSON, Guillermo Alfredo. **Formação socioespacialdas políticas estatais de crédito rural em Mato Grosso do Sul**. Ano 21, n. 44, p. 54-78, 2018.

KANAKIDAN, Andrea Yumi Sugishita; SILVA, Rafael José Navas da. **O desenvolvimento como liberdade na comunidade quilombola do Carrasco no município de Arapiraca (AL).** Ano 20, n. 40, p. 273-293, 2017.

KARRIEM, Abdurazack. "**Marching as to war": a letter from Brazil to South Africa about landlessness, agrarian reform and social movement struggles against Neoliberalism**. Ano 8, n. 6 p. 1 – 13, 2005.

KLUCK, Erick Gabriel Jones. **Posseiros no médio São Francisco: planejamento estatal e mobilidade do trabalho**. V. 22, n. 46, p. 192-213, jan.-abr. 2019.

KLUCK, Erick Gabriel Jones. ***Posseiros* in the middle São Francisco: state planning and labor mobility.** V. 22, n. 46, p. 214-233, jan.-abr. 2019.

KOHLHEP, G. **O Programa Piloto Internacional de Proteção das Florestas Tropicais no Brasil (1993-2008): as primeiras estratégias da política ambiental e desenvolvimento regional para a Amazônia brasileira**. Ano 21, n. 42, p. 309-331.

KROLOW, Ivan Renato Cardoso; PELLEGRINI, André; ALVAREZ, Jimmy Waltr Rasche; KROLOW, Daniela da Rocha Vitoria; TROIAN, Alexandre; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos; REICHERT, José Miguel. **Fenômenos El Niño e La Niña em duas bacias hidrográficas na mesorregião Centro Ocidental Rio-grandense: assentamento Alvorada**. Ano 20, n. 37, p. 294-316, 2017.

LARA JÚNIOR, Nadir. **Análise das principais influências ideológicas na constituição do MST.** Ano 15. n. 20 p. 156-174, 2012.

LEAL, Sidney Cássio Todescato. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Pontal do Paranapanema.** Ano 18. n. 26, p. 149-166, 2015.

LEITE, Acácio Zuninga. **Análise da concentração fundiária no Brasil: desafios e limites do uso do Índice de Gini**. Ano 21, n. 44, p. 10-28, 2018.

LEITE, Sérgio. **Seis comentários sobre seis equívocos a respeito da reforma agrária no Brasil.** Ano 9, n. 9 p. 144 – 158, 2006.

LEITE, Vinícius Rocha; PEDLOWSKI, Marcos Antonio; HADDAD, Ludimila Neves. **Assentamentos de reforma agrária como agentes de recuperação da cobertura vegetal em paisagens degradadas de Mata Atlântica na região norte fluminense.** Ano 17. n. 25. p. 136-146, 2014.

LERRER, Débora Franco. **Movimentos sociais, mídia e construção de um novo senso comum.** Ano 8, n. 7 p. 125 – 140, 2005.

LIBOMBO, Sergio Elias; FERRANTE, Vera Lucia Silveira Botta; DUVAL, Henrique Carmona; LORENZO, Helena Carvalho de. **Associações agrícolas e desenvolimento local em Moçambique: perspectivas e desafios da Associação Livre de Mahubo**. Ano 20, n. 38, p. 132-150, 2017.

LIMA, Adelso Rocha; GIRARDI, Eduardo Paulon; MANCIO, Daniel; NUNES, Diorgenes da Costa. **Impactos da monocultura de eucalipto sobre a estrutura agrária nas regiões norte e central do Espírito Santo.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 12-36, 2016.

LIMA, Lucas Gama; SANTOS, Flavio dos. **No semiárido de Alagoas, a resistência germina na terra: a luta territorial em defesa das sementes crioulas**. Ano 21, n. 41, p. 192-217, 2018.

LIMA, Eloíza Aparecida Cerino; FERNANDES, Sílvia Aparecida de Souza. **Educação do Campo como projeto de desenvolvimento e de vida para o campo**. Ano 21, n. 45, edição especial, p. 50-71, 2018.

LIZARAZO, Robinzon Piñeros. **Contribuições para a conceitualização da mobilidade territorial do trabalho**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 58-81, 2017.

LOBOS, Damian Andres. **Los territorios de la desposesión: los enclaves y la logística como territorialización del modelo extractivo sudamericano.** Ano 16. n. 22. p. 43-54, 2013.

LOPES, Gabriel Rodrigues. **"¡Ese desarrollo quiere acabar con nosotros/as!": del horizonte colonial al giro epistémico des-colonizador**. Ano 19, n.30, p. 31-57, 2016.

MACEDO, Giovanni Raimundo de; BINSZTOK, Jacob. **Associações dos agricultores familiares, cafeicultura orgânica e comércio justo na Amazônia: dilemas e perspectivas.** Ano 10, n. 10 p. 37-56, 2007.

MACEDO, Magno Roberto Alves; DARNET, Laura Angélica Ferreira; THALÊS, Marcelo Cordeiro; POCCARD-CHAPUÍS, Rene. **Configuração espacial do desflorestamento em fronteira agrícola na Amazônia: um estudo de caso na região de São Félix do Xingu, estado do Pará.** Ano 16. n. 22. p. 96-110, 2013.

MACHADO, Antonio Maciel Botelho; CASALINHO, Helvio Debli. **Crítica à pluriatividade e suas relações com o campesinato e a reforma agrária.** Ano 13, n. 17 p. 65-80, 2010.

MACHADO, Maria Rita Ivo de Melo; ALBUQUERQUE, Mariana Zerbone Alves de. **Nova lógica na produção de cana-de-açúcar na Zona da Mata pernambucana: transformações fundiárias para a perpetuação das relações de poder**. Ano 16. n. 22. p. 111-126, 2013.

MAGDSICK, Silvia; PIEDRABUENA, Gabriel; CARDOSO, Gabriela. **Hablemos con la boca llena. La soberanía alimentaria desde la comunicación comunitária** (Relatório de Campo. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 297-314, 2016.

MAGGI, Leonardo Bauer. **Itaipu e a formação do território do capital.** Ano 18. n. 27. p. 53-63. 2015.

MAIA, Carlos Roberto da Silva; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de; BEZERRA, Israel Rodrigues. **Crise energética e agrodiesel: determinações globais da produção capitalista do espaço agrário brasileiro**. Ano 19, n. 33, p.206-233, 2016.

MAIA, Ricardo Eduardo de Freitas; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz; CALVI, Miquéias Freitas. **Dilemas do processo de desterritorialização de famílias atingidas por grandes projetos na Volta Grande do Xingu, Pará, Brasil**. Ano 20, n. 37, p. 195-215, 2017.

MAIA, Rosane Oliveira Martins; RAVENA, Nirvia; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. **Reforma agrária do governo Lula: a regularização fundiária e os assentamentos ilhas do Pará**. Ano 20, n. 35, p.153-173, 2017.

MANDAMULE, Uacitissa António. **Discursos sobre o regime de propriedade da terra em Moçambique**. Ano 20, n. 38, p. 41-67, 2017.

MANRIQUE, Luis Felipe Ricón. **(Neo)extrativismo e despojo no sul global: conflitos e resistências nos territórios.** Ano 18. n. 28. p.09-18, 2015.

MARCOS, Valéria de. **Da luta para entrar na terra à luta para permanecer na terra: a realidade dos assentamentos rurais paraibanos**. Ano 1, n. 2 p. 51-73, 1998.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês**. Ano 11, n. 12 p. 57-67, 2008.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês**. Ano 15, Edição Especial, p. 43-54, 2012.

MARTÍN, Víctor O. Martín. **De cómo se evita hoy la aplicación de la reforma agraria en el Surde España.** Ano 10, n. 11 p. 81-108, 2007.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **A construção da emancipação humana nos territórios da reforma agrária: o caso do conglomerado cooperativo da produção ecológica de arroz nos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre.** Ano 19, n. 31, p. 32-50, 2016.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **Produção ecológica de arroz dos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre: um caso de gestão participativa e geração de conhecimentos.** Ano 20, n. 35, p.246-265, 2017.

MATHEUS, Fernanda Aparecida; FELICIANO, Carlos Alberto. **Ciência, terra e poder: uso e apropriação das terras públicas no Sudoeste Paulista**. Ano 21, n. 45, edição especial, p. 94-121, 2018.

MATOS, Elmer Agostinho Carlos de; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **Exploração mineira em Moçambique: uma análise do quadro legislativo**. Ano 20, n. 38, p. 280-315, 2017.

MCMICHAEL, Philip. **Reframing development: global peasant movements and the new agrarian question.** Ano 10, n. 10 p. 57-71, 2007.

MEDINA-NARANJO; Julian; ALMEIDA, Ana Lúcia Jesus. **Brasil e Colômbia: desenvolvimento, saúde e práticas espaciais**. Ano 21, n. 45, edição especial, p. 122-146, 2018.

MELLO, Neli Aparecida de. **E a política agrícola transforma-se em instrumento do desenvolvimento sustentável.** Ano 11, n. 12 p. 68-85, 2008.

MELO, Thiago da Silva. **A necessidade da reforma agrária na região do Contestado Catarinense**. Ano 20, n. 35, p.133-152, 2017.

MELO, Danilo Souza. **A luta pela terra em Mato Grosso do Sul: o MST e o protagonismo da luta na atualidade**. Ano 20, n.39, p. 133-160, 2017.

MELO, Danilo Souza; BRAZ, Adalto Moreira. **A questão agrária brasileira: uma proposta de representação da estrutura fundiária**. Ano 21, n. 44, p. 29-53, 2018.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; VAN TILBEURGH, Veronique. **Da teologia da libertação ao desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira: os mecanismos políticos e sociais de sua interpretação.** Ano 14. n. 19 p. 59-72, 2011.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; THÉRY, Hervé. **Amadurecimento das experiências de desenvolvimento sustentável: transformações recentes na APA Igarapé Gelado – PA**. Ano 21, n. 43, p. 332-353.

MENDES, Eduardo Roberto; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Algumas considerações sobre o geógrafo anarquista Piotr Kropotkin e a comunidade rural Yuba em Mirandópolis (SP).** Ano 10, n. 11 p. 109 – 121, 2007.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. ALMEIDA, Maria Geralda de. **Um olhar sobre as redes de sociabilidade construídoras do território das fabriquetas de queijo**. Ano 9, n. 8 p. 133 – 150, 2006.

MERA, Claudia Maria Prudêncio de; SOARES, Denisa; SPECHT, Suzimary; BLUME, Roni. **Da serra/roça para o território campo/lavoura: transformações socioeconômicas e culturais de reassentados rurais atingidos por barragens**. Ano 21, n. 41, p. 62-84, 2018.

MIGUEZ, Susana Edith Rapp; TORIZ, Rosalia Vázquez; CAPILA, Maristela Amaro; MENDOZA, Xóchilt Formacio. **La disputa por los territorios rurales frente a la nueva cara del extractivismo minero y los procesos de resistencia en puebla, México**. Ano 18. n.28. p.206-222. 2015.

MIRALHA, Wagner. **Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje**. Ano 9, n. 8 p. 151 – 172, 2006.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio. **Agricultura de beira de estrada ou agropecuária marginal ou, ainda, o campesinato espremido**. Ano 16. n. 23. p. 43-59, 2013.

MIZUSAKI, Márcia. **Movimentos indígenas, geografia e marxismo na questão agrária brasileira: quando "novos" personagens entram em cena**. Ano 20, n.39, p. 39-59, 2017.

MONDARDO, Marcos Leandro. **A "territorialização" do agronegócio globalizado em Barreiras- BA: migração sulista, reestruturação produtiva e contradições sócio-territoriais.** Ano 13, n. 17 p. 112-130, 2010.

MONDARDO, Marcos Leandro; AZEVEDO, José Roberto Nunes de. **MATOPIBA: do domínio da terra e abuso da água aos territórios de resistências das populações tradicionais**. V. 22, n. 47, p. 296-320, dossiê MATOPIBA, 2019.

MONTEBLANCO, Felipe Leindecker; CORDEIRO, Márcio Pereira. **Os assentamentos da reforma agrária e os meandros da formação de uma bacia leiteira no município de Santana do Livramento (Campanha Gaúcha/RS)**. V. 22, n. 48, p. 58-84, Dossiê Território em Movimento, 2019.

MORAES, Vitor de; WELCH, Clifford Andrew. **A disputa territorial e o controle das políticas no território Cantuquiriguaçu estado do Paraná: a participação dos movimentos socioterritoriais e o papel do estado**. Ano 18. n. 27. p. 96-112. 2015.

MORALES, Selene. **La "sojización" y la tierra en disputa: desarrollo del capitalismo agrario en Uruguay**. Ano 16. n. 23. p. 109-130, 2013.

MOREIRA, Dorcelina Aparecida. **Das 'escolinhas de favores' à 'escola de direito': a educação no/do campo no município de Goiás.** Ano 21, n. 44, p. 153-176, 2018.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano**. Ano 10, n. 10 p. 72 – 93, 2007.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano**. Ano 15, Edição Especial, p. 155 -176, 2012.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan; IENO NETO, Genaro. **Organização interna dos assentamentos rurais na Paraíba: caminhos e armadilhas das formas associativas**. Ano 3, n. 3 p. 45-57, 2000.

MOREIRA, Emilia de Rodat Fernandes; DANTAS, José Carlos; DANTAS, Diego dos Santos; NASCIMENTO, André Paulo do; RAGALA, Raisa Maria; TARGINO, Ivan; MOREIRA, Juliana Fernandes; VIANNA, Pedro da Costa Guedes. **A luta por água no estado do Paraíba: contradições e conflitos**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 61-81, 2016.

MOREIRA, Fabiano Greter; SCHILINDWEIN, Madalena Maria. **Sucessão da gestão na agricultura familiar: um estudo de caso no assentamento Santa Olga no município de Nova Andradina em Mato Grosso do Sul.** Ano. 18. n. 29.p. 151-173. 2015

MOREIRA, Vagner José. **A criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra: mundos dos trabalhadores, questão agrária e o "levante comunista" de 1949 em Fernandópolis-SP.** Ano 13, n. 16 p. 114-129, 2010.

MORENO, Glaucia de Sousa; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **O drama da instalação de famílias agricultoras na mesorregião sudeste paraense.** Ano 15. n. 21 p. 79-99, 2012.

MOSCA, João. **Agricultura familiar em Moçambique: ideologias e políticas**. Ano 20, n. 38, 68-105, 2017.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Movimento étnico-socioterritorial Guarani e Kaiowa no estado de Mato Grosso do Sul: disputas territoriais nas retomadas pelo *Tekoha-Tekoharã*.** Ano 15. n. 21, p. 114-134, 2012.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Os Guarani e Kaiowá e suas lutas pelo *tekoha*: os acampamentos de retomadas e a conquista do *teko porã* (*bem viver*)**. Ano 20, n.39, p. 60-85, 2017.

NAHUN, João Santos; PAIXÃO JÚNIOR, Paulo Roberto Carneiro. **Encontros e desencontros: fronteira, agronegócio da soja e campesinato no Planalto Santareno (PA).** Ano 17. n. 25. p. 47-70, 2014.

NAHUM, João Santos. **Do sítio camponês ao lote de dendê: transformações do espaço rural na Amazônia paraense no século XXI**. Ano 20, n. 37, p. 54-76, 2017.

NAHUN, João Santos; SANTOS, Cleison Bastos. **Dendê para que? Dendê para quem? A ideologia da fronteira na Amazônia paraense**. Ano 21, n. 43, p. 113-134.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. **Educação do Campo na encruzilhada entre emancipação *versus* reino do capital: uma leitura filosófica.** Ano 14, n. 18 p. 106-124, 2011.

NASCIMENTO JÚNIOR, Lindberg; DUARTE, Douglas Ambiel Barros Gil. **Alterações ambientais no estado do Paraná: um enfoque geográfico sobre a dinâmica fluviométrica e as transformações no campo**. V. 22, n. 45, p. 282-308, jan.-abr. 2019.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN, Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Políticas públicas e comunidades tradicionais: uma análise dos projetos de desenvolvimento local sustentável na Mata Atlântica.** Ano 17. n. 25. p. 147-161, 2014.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN; Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco dos; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Transição alimentar em comunidade quilombola no litoral sul de São Paulo/Brasil.** Ano 18. n. 27. p. 138-155. 2015.

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária. **DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra.** Ano 3, n. 3 p. 7 – 27, 2000.

NETO, Domingos José de Almeida. **O Método do discurso**. Ano 7, n. 5 p. 73-85, 2004.

NETO, João Augusto de Andrade. **A teoria e a prática do MST para a cooperação e a organização em assentamentos rurais.** Ano 18. n. 27. p. 156-182. 2015.

NEUMANN, Estevão; FAJARDO, Sérgio. **Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turvo-PR: reflexões sobre as contribuições do sindicalismo rural na agricultura familiar**. Ano 20, n. 37, p. 253-277, 2017.

NEVES, Achiles Lemos. **Dos movimentos sociais aos sócio-espaciais e socioterritoriais: uma tentativa de compreensão dos "movimentos" pela perspectiva geográfica.** Ano 7, n. 5, p. 35-42, 2004.

NEVES, Delma Pessanha. **Campesinato e reenquadramento sociais: os agricultores familiares em cena.** Ano 8, n. 7 p. 68 – 93, 2005.

NOGUEIRA, Amauri Tadeu Barbosa. **A categoria renda da terra: da economia política à geografia agrária**. Ano 20, n. 37, p. 13-27, 2017.

NOGUEIRA, Isabela; OLLINAHO, Ossi; BARUCO, Grasiela; SALUDJIAN, Alexis; PINTO, José Paulo Guedes; BALANCO, Paulo; PINTO, Eduardo Costa; SCHONERWALD, Carlos. **Investimentos e cooperação do Brasil e o padrão de acumulação em Moçambique: reforçando dependência e porosidade?**. Ano 20, n. 38, p. 220-254, 2017.

NORDER, Luis Antônio Cabello. **Controvérsias sobre a reforma agrária no Brasil (1934-1964)**. Ano 17. n. 24. p. 133-145, 2014.

NORDER, Luiz Antonio; LOBO, Natália Santos. **A percepção dos profissionais de educação sobre o impacto dos agrotóxicos em escolas rurais no estado do Mato Grosso**. V. 22, n. 46, p. 68-84, jan.-abr. 2019.

NUNES, Francivaldo Alves. **Inventando um novo saber estatal sobre a natureza amazônica no século XXI**. Ano 21, n. 42, p. 34-50.

NUNES, João Osvaldo Rodrigues; SERRANO, José Antonio Segrelles. **Análise agrária da multifuncionalidade da terra na província de Alicante-Espanha.** Ano 12, n. 14 p. 28 – 47, 2009.

NUNES, Patricia Joia. MARJOTTA-MAISTRO, Marta Cristina.**O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na comercialização de produtos agroecológicos do assentamento "Mario Lago", Ribeirão Preto/SP**. Ano 20, n. 37, p. 129-153, 2017.

OCADA, Fabio Kazuo; MELO, Beatriz Medeiros de. **Entrevista com Maria Aparecida de Moraes Silva.** Ano 11, n. 12 p. 117 – 136, 2008.

OLIVEIRA, Adriano Rodrigues de; FERREIRA, Lara Cristine Gomes; GARVEY, Brian. **A ocupação do Cerrado goiano pelo agronegócio canavieiro.** Ano 21, n. 44, p. 79-100, 2018.

OLIVEIRA, Alexandra Maria de; SAMPAIO, Antônio Jeová Moura. **Escola camponesa: a horta didática em área de reforma agrária**. Ano 20, n. 37, p. 154-168, 2017.

OLIVEIRA, Alyne Maria Sousa et al. **Indicadores de sustentabilidade cultural de assentamentos rurais em Teresina-PI.** Ano 19, n.30, p.98-147, 2016.

OLIVEIRA, André Santos de; FARIAS, Rafael Guimarães; OLALDE, Alicia Ruiz. **Avanços e desafios do programa de assessoria técnica, social e ambiental – ATES em projetos de assentamento no Vale do Jequiriçá – BA**. Ano 20, n. 35, p.218-229, 2017.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Prescrições agroecológicas para a crise atual.** Ano 13, n. 16 p. 33-47, 2010.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Uma descrição agroecológica da crise atual.** Ano 12, n. 15 p. 66– 87, 2009.

OLIVEIRA, Nallígia Tavares de. **Entrevista com Valmir Ulisses Sebastião – Ocupações de terra: mudanças e perspectivas**. Ano 13, n. 17 p.150-156, 2010.

OLIVEIRA, Mara Edilara Batista de. **As escalas geográficas de poder como formas de subordinação e insubordinação na luta pela Educação do Campo no Brasil.** V. 22, n. 46, p. 106-132, jan.-abr. 2019.

OLIVEIRA, Douglas Menezes de. A **centralidade da disputa pela terra na questão agrária brasileira**. V. 22, n. 46, p. 259-281, jan.-abr. 2019.

OMENA, Maria Luiza Rodrigues de Albuquerque; SOUZA, Roberto Rodrigues de; SOARES, Maria José Nascimento. **Contradições do programa sergipano de biodiesel.** Ano 15. n. 21 p. 162-172, 2012.

ONTIVEROS, Letizia Odeth Silva. **La movilización contra el despojo de minera San Xavier: viente años de lucha en Cerro de San Pedro, México**. Ano 20, n. 40, p. 111-137, 2017.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **O partido da terra: como os políticos conquistam o território brasileiro**. Ano 15. n. 20 p. 206-207, 2012.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini**. Análise do processo de espacialização do MST no estado de São Paulo em diferentes contextos histórico-geográficos**. Ano 18. n. 27. p. 113-137. 2015.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Camponeses e proto-camponeses: os sujeitos da luta pela terra no estado de São Paulo**. Ano 20, n. 35, p.108-132, 2017.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini; PEREIRA, Lorena Izá. **Questão agrária, luta pela terra e movimentos socioterritoriais no Brasil e Paraguai**. Ano 20, n.39, p. 161-185, 2017.

OYAHANTÇABAL, Gabriel. **Los tres campos em la cueston agraria en Uruguay.** Ano 16. n. 22. p. 82-95, 2013.

PALHETA, João Márcio; OLIVEIRA NETO, Adolfo Costa. **Por uma outra territorialização na Amazônia paraense**. Ano 21, n. 43, p. 354-372.

PASINI, Isabela Leão Ponce; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho; SILVA, Douglas Mansur da. **Modernização nas comunidades negras rurais do Sapê do Norte: discursos e práticas de (des)envolvimento e meio ambiente**. Ano 17. n. 24. p. 107-121, 2014.

PASQUETTI, Luis Antônio. **O MST como uma empresa social.** Ano 1, n. 2 p. 33 – 50. 1998.

PATIÑO, Luís Carlos Agudelo. **Campesinos sin tierra, tierra sin campesinos: territorio, conflicto y resistencia campesina en Colômbia.** Ano 13, n. 16 p. 81-95, 2010.

PATRÍCIO, Patrícia Cartes; GOMES, João Carlos Costa. **Desenvolvimento rural sustentável, planejamento e participação.** Ano 15. n. 21 p. 100-113, 2012.

PAULA, Elder Andrade de. **O movimento sindical dos trabalhadores rurais e a luta pela terra no Acre: conquistas e retrocessos.** Ano 7, n. 5 p. 86 – 101, 2004.

PAULA, Elder Andrade de. SILVA, Silvio Simione da. **Floresta, para que te quero? Da territorialização camponesa a nova territorialidade do capital**. Ano 11, n. 12 p. 86 -97, 2008.

PAULA, Elder Andrade de; SILVA, Silvio Simione da. **Movimentos sociais na Amazônia brasileira: vinte anos sem Chico Mendes.** Ano 11, n. 13 p. 102 – 117, 2008.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais**. Ano 9, n. 8 p. 52 – 73, 2006.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais**. Ano 15, Edição Especial, p. 21 – 42, 2012.

PAVAN, Dulcinéia. **O caminho feminino para a reforma agrária**. Ano 3, n. 3 p. 28 – 44, 2000.

PAZ, Raúl; LIPSHITZ, Héctor; ZERDA, Hugo Raúl; TIEDEMAN, José. **Estructura agraria, áreas de concentración de la agricultura familiar y procesos de expansión de la frontera agropecuaria en Santiago del Estero, Argentina.** Ano 18. n. 27. p. 259-279. 2015.

PEDON, Nelson Rodrigo; CORRÊA, Rubens Arantes. **Escola e currículo: um ensaio sobre territórios em disputa.** V. 22, n. 48, p.85-97, Dossiê Território em Movimento, 2019.

PEIXOTO, Angêla Maria; OLIVEIRA, Adriano Rodrigues. **Abordagem territorial nas políticas públicas de desenvolvimento rural: uma análise do PAA para a produção camponesa no município de Ipameri-GO.** Ano 18. n. 26. p. 72-94, 2015.

PERAFÁN, Mireya Eugenia Valencia; WALTER, Maria Inez Machado Telles. **A percepção das condições de vida pelas populações dos territórios rurais, além das análises sobre o desempenho dos sistemas produtivos**. Ano 19, n. 31, p. 72-90, 2016.

PERCÍNCULA, Analia; JORGE, Andrés; CALVO, Claudia; MARIOTTI, Daniela; DOMÍNGUEZ, Diego; ESTRADA, Maria de; CICCOLELLA, Mariana; BARBETTA, Pablo; SABATINO, Pablo; ASTELARRA, Sofia. **La violencia rural en la Argentina de los agronegocios: crónicas invisibles del despojo.** Ano 14. n. 19 p. 08-23, 2011.

PEREIRA, Lorena Izá. **Políticas fundiárias no Brasil: uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil.** Roma: International Land Coalition (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 182-185, 2014.

PEREIRA, Lorena Izá**. Governança da posse e estrangeirização de terras: apontamentos e perspectivas.** Ano. 18. n. 29.p. 48- 69, 2015.

PEREIRA, Lorena Izá**. Soberania alimentar no Paraguai: a atuação do Estado e a luta dos movimentos sociais**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 128-152, 2016.

PEREIRA, Lorena Izá. **Estrangeirização da terra: (des) construindo uma definição a partir da Geografia**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 107-132, 2017.

PEREIRA, Lorena Izá. **Aquisição de terras por estrangeiros no Brasil: uma análise através do debate paradigmático.** Ano 20, n. 40, p. 88-110, 2017.

PEREIRA, Lorena Izá. **MATOPIBA: dos ajustes espaciais do agronegócio ao território de esperança do campesinato.** V. 22, n. 47, p. 09-21, dossiê MATOPIBA, 2019.

PEREIRA, Lorena Izá; PAULI, Lucas. **MATOPIBA: controle do território e expansão da fronteira da estrangeirização da terra.** V. 22, n. 47, p. 148-172, dossiê MATOPIBA, 2019.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **A disputa política no Brasil em torno da implementação do modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial (1997-2005).** Ano 8, n. 6 p. 92-117, 2005.

PERÉZ, Flor Edilma Osorio. **"No podemos hablar de paz si tenemos hambre". Despojo campesino y soberanía alimentaria en Colombia**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 276-296, 2016.

PERPETUA, Guilherme Marini; KROGER, Markus; THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Estratégias de territorialização das corporações agroextrativistas na América Latina: o caso da indústria de celulose no Brasil.** Ano 20, n. 40, p. 61-87, 2017.

PICCIN, Marcos Botton et al. **Análise do processo de constituição e desestruturação da cooperativa de agricultores assentados Terra Vida – COOPERVIDA, RS**. Ano 12, n. 14 p. 72 – 96, 2009.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Aportes metodológicos de la teoría del desarrollo territorial.** Ano 15. n. 21 p. 69-78, 2012.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Discusiones ontológicas sobre una tipología de territorios**. Ano 19, n. 30, p. 10-30, 2016.

PONTE, Karina Furini da. **(Re) Pensando o Conceito do Rural.** Ano 7, n. 4 p. 20 – 28, 2004.

PONTES, Beatriz Maria Soares. **A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx**. Ano 8, n. 7 p. 35 – 47, 2005.

PORTO, José Renato Sant'Anna. **O discurso do agronegócio: modernidade, poder e "verdade".** Ano 17. n. 25. p. 25-46, 2014.

PFRIMER, Matheus Hoffman; BARBOSA JUNIOR, Ricardo Cesar. **(De)Securitizing collectives of the Brazilian Cerrado and the implementation of an agribusiness complex.** Ano 19, n. 30, p.58-79.

QUEIROZ, João Batista Pereira de. **A educação do campo no Brasil e a construção das escolas do campo.** Ano 14, n. 18 p. 37-46, 2011.

QUIJANO, María Adelaida Farah. CORREA, Edelmira Pérez. **Mujeres rurales y nueva ruralidad en Colombia.** Ano 9, n. 9 p. 73 – 88, 2006.

RABELLO, Diógenes. **Agrohidronegócio, campesinato e a disputa pelo território no Pontal do Paranapanema (SP)**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 159-177, 2017.

RAMALHO, Cristiane Barbosa. **Quem são os sem-terra? Uma questão relevante para a compreensão da luta pela terra no Brasil.** Ano 1, n. 1 p. 59 – 72, 1998.

RAMÍREZ, Milena Barrera. **Aproximación histórica al cooperativismo y su relación con la *praxis* desarrollada por el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST).** Ano 10, n. 10 p. 94 – 114, 2007.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **A ofensiva do capital no campo brasileiro e a resistência do campesinato.** Ano 8, n. 6 p. 46-58, 2005.

REFATI, Daiana Caroline; FABRINI, João Edimilson; MARSCHNER, Walter Roberto. **O trabalho das mulheres nos assentamentos Antônio Companheiro Tavares em São Miguel do Iguaçu e Ander Rodolfo Henrique em Diamante do Oeste – Paraná**. Ano 20, n. 35, p.83-107, 2017.

REIS, Simony Lopes da Silva; PERTILE, Noeli. **O MATOPIBA: a modernidade e a colonialidade do desenvolvimento agrícola brasileiro**. V. 22, n. 47, p. 64-86, dossiê MATOPIBA, 2019.

REIS, Talles Adriano; PELISSARI, Lucas Barbosa. **Concentração fundiária e assentamentos de reforma agrária: uma análise da estrutura agrária de Zona da Mata pernambucana**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 82-106, 2016.

REITER, Bernd. **A genealogy of Black organizing in Brazil**. Ano 12, n. 14 p. 48 – 62, 2009.

RIBAS, Alexandre Domingues. **MST: reorganização político-territorial dos assentamentos e a consolidação do sistema cooperativista dos assentados**. Ano 1, n. 1 p. 45-58, 1998**.**

RIEIRO, Anabel; POSADA**,** Valentina. **Megaminería en Uruguay: conflitos estructurantes de un nuevo campo en disputa.** Ano 18. n.28. p.165-185, 2015.

RIBEIRO, Edson Sabatini. **RESENHA: Dinâmicas de classe da mudança agrária.** Ano 18. n. 27. p. 296-300, 2015.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A Via Campesina: a globalização e o poder do campesinato**. Ano 16. n. 23. p. 167-170, 2013.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno.** São Paulo: Expressão Popular (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 186-191,2014.

RINCÓN, Luis Felipe**. ¡Hombres de maíz! Una mirada a la actualidad organizativa campesina en Guatemala.** Ano 13, n. 17 p. 49-64, 2010.

ROCHA, João Henrique; ANJOS, Flávio Sacco dos. **Agricultura familiar e os mercados institucionais: análise do Programa de Aquisição de Alimentos (CPR-Doação) em Boa Vista – Roraima**. Ano 19, n. 31, p. 111-142, 2016.

RODRIGUES, Jodinson Cardoso. **O Arco Norte e as políticas públicas portuárias para u oeste do estado do Pará (Itaituba e Rurópolis): apresentação, debate e articulações**. Ano 21, n. 42, p. 202-228.

RODRIGUES, Jovenildo Cardoso; SOBREIRO FILHO; J.; OLIVEIRA NETO, Adolfo Costa. **O rural e o urbano na Amazônia Metropolitana: reflexões a partir de Ananindeua, Pará**. Ano 21, n. 43, p. 257-281.

RODRIGUEZ, Violeta R. Nuñez. **Minería en México en el marco de la acumulación por desposesión.** Ano 18. n.28. p. 132-148. 2015.

ROMA, Cláudia Marques; GUIMARÃES, Raul Borges. **Agroindústria canavieira, pilhagem territorial e rumos do desenvolvimento na região da Nova Alta Paulista**. Ano 21, n. 41, p. 102-119, 2018.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. **Memória e atualização de sentidos em três atos do discurso jornalístico.** Ano 7, n. 5 p. 56-62, 2004.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa; PACÍFICO, Soraya Maria Romano. **Muito além de giz e lousa: análise do litígio discursivo em torno da questão agrária.** Ano 11, n. 12 p. 98 – 107, 2008.

ROOS, Djoni. **Lutas camponesas e diferentes atividades associativas nos assentamentos de sem-terra**. Ano 12, n. 14 p. 97 – 111, 2009.

ROOS, Djoni. **A reprodução contraditória do campesinato frente a territorialidade do agronegócio: subordinações e resistências em assentamentos rurais no Centro-Sul do Paraná**. Ano 19, n. 30, p. 169-187, 2016.

ROS, César Augusto Da; PICCIN, Marcos Botton. **A implantação do programa de assessoria técnica, social e ambiental aos assentamentos de reforma agrária no estado do Rio de Janeiro nos anos de 2002 a 2008: diretrizes, formatos institucionais e dinâmica de execução.** Ano 18. n. 27. p. 183-213. 2015.

ROSA, Paulo Roberto. **A exclusão digital como uma estratégia engendrada pelo capital para restringir o desenvolvimento territorial do campesinato**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 82-106, 2017.

ROSSETTO, Onélia Carmem. **Sustentabilidade Ambiental do Pantanal Mato-Grossense**: **Interfaces entre Cultura, Economia e Globalização**. Ano 12, n. 15 p. 88–105, 2009.

ROSSETTO, Onélia Carmem; GIRARDI, Eduardo Paulon. **Dinâmica agrária e sustentabilidade socioambiental no Pantanal brasileiro.** Ano 15. n. 21 p. 135-161, 2012.

ROSSI, Rafael; VARGAS, Icléia Albuquerque de. **Ideologia e educação: a crítica do Programa Agrarinho**. Ano 20, n. 40, p. 206-224, 2017.

ROSSI, Virginia. **La producción familiar en la cuestión agraria uruguaya.** Ano 13, n. 16 p. 63-80, 2010.

SALAZAR, Oswaldo Viteri. **Incidencia de los programas agrarios gubernamentales en la cadena de valor del cacao fino y de aroma en Ecuador**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 153-169, 2016.

SALAZAR, Oswaldo Viteri; RAMOS-MARTÍN, Jesús. **Organizational structure and commercialization of coffee and cocoa in the northern Amazon region of Ecuador**. Ano 20, n. 35, p.266-287, 2017.

SANT'ANNA, Letícia Moreira. **Rolezinhos: movimentos socioespaciais do cotidiano**. Ano 20, n.39, p. 211-230, 2017.

SANTONJA, Jordi Tormo i. **Hacia uma Geografia útil: el papel de la Geografía en el siglo XXI en España.** Ano 12, n. 14 p. 7– 27, 2009.

SANTOS, Anderson Luiz Machados dos; DE DAVID, Cesar. **Luta pela terra e disputas territoriais na região da campanha gaúcha: o processo de formação do assentamento Conquista do Caiboaté em São Gabriel – RS.** Ano 15. n. 20 p. 175-192, 2012.

SANTOS, Cristina Sturmer dos; KRAJEVSKY, Luis Claudio. **Assentamentos rurais e as modificações econômicas no município de Rio Bonito do Iguaçu.** Ano 21, n. 41, p. 39-61, 2018.

SANTOS, Joseane dos; LIMA, Sebastião Henrique Santos; SOUZA, Gabriela Coelho de. **Políticas territoriais voltadas aos remanescentes de quilombos em territórios rurais no Rio Grande do Sul: o caso do Quilombo Chácara da Cruz no município de Tapes**. Ano 20, n. 37, p. 216-233, 2017.

SANTOS, Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da. **O uso dos recursos naturais do Cerrado para a produção artesanal: um estudo de caso entre os índios Krahô**. Ano 19, n. 33, p. 30-46, 2016.

SANTOS, Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da; ALEXANDRE, Adla Alves; KANIKADAN, Andrea Yumi Sugishita; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula**. Manutenção do sistema agroalimentar em território de conservação ambiental: o caso da APA Planalto do Turvo/Vale do Ribeira/SP**. Ano 19, n.33, p. 47-62, 2016.

SANTOS, Maria Edilúzia Leopoldino. **A construção do caminho para a conquista da terra: um espaço de transformação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.** Ano 9, n. 9 p. 89 – 112, 2006.

SANTOS, Rafael de Oliveira Coelho dos. **A expansão do agronegócio sobre os assentamentos da reforma agrária: o caso do PA Fazenda Primavera (Andradina-SP).** Ano 17. n. 25. p. 102-135, 2014.

SANTOS, Ricardo Menezes. **A formação do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA: por soberania alimentar, contra a mercadorização do campo no Brasil**. Ano 19, n. 31, p. 10-31, 2016.

SANTOS, Roberto Souza. **A microrregião geográfica de Rondonópolis-MT e sua polarização na economia regional**. Ano 19, n. 33, p. 155-180, 2016.

SANTOS, Thiago Araujo. **Dilemas políticos para o semiárido brasileiro: um breve panorama até crise do lulismo**. V. 22, n. 46, p. 234-258, jan.-abr. 2019.

SAQUET, Marcos Aurélio; MONDARDO, Marcos Leandro. **A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais**. Ano 11, n. 13 p. 118 – 127, 2008.

SAUER, Sérgio. TUBINO, Nilton Luis Godoy. **A sustentação financeira de organizações do patronato rural brasileiro.** Ano 10, n. 11 p. 131-148, 2007.

SCHEUER, Junior Miranda. A**groecologia: cuidando da saúde do planeta – palestra de Leonardo Boff.** Ano 19, n. 31, p. 166-179, 2016.

SEGRELLES, José Antonio. **La ecología y el desarrollo sostenible frente al capitalismo: una contradicción insuperable**. Ano 11, n. 13 p. 128-143, 2008.

SHANIN, Teodor. **Definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista**. Ano 8, n. 7 p. 1-21, 2005.

SHIMBO, Júlia Zanin; JIMÉNEZ-RUEDA, Jairo Roberto. **Zoneamento geoambiental como subsídio aos projetos de reforma agrária. Estudo de caso: assentamento rural Pirituba II.** Ano 10, n. 10 p. 115-133, 2007.

SILVA, Andréa Leme da; SOUZA, Cláudia de; ELOY, Ludivine; PASSOS, Carlos José de Sousa. **Políticas ambientais seletivas e expansão da fronteira agrícola no Cerrado: impactos sobre as comunidades locais numa Unidade de Conservação no oeste da Bahia.** V. 22, n. 47, p. 321-347, Dossiê MATOPIBA, 2019.

SILVA, Arthur Boscariol; PEDRON, Nelson Rodrigo. **Reprodução do campesinato através de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar: a dinâmica do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Ourinhos-SP.** Ano 18. n. 26. p. 95-112, 2015.

SILVA, Cristiano Nunes; LIMA, Ricardo Angelo Pereira; MARINHI, Wicka Nazaré. **Desestruturação territorial na atividade pesqueira: a instalação de usinas hidrelétricas na bacia do Araguari (Ferreira Gomes – Amazônia – Brasil)**. Ano 42, n. 22, p. 186-201.

SILVA, Christian Nunes da; SOUSA, Hugo Pinon de; VILHENA, Thiago Maciel; LIMA, Joandreson Barra; SILVA, João Márcio Palheta da. **Modo de vida e territorialidades de pescadores da comunidade Cajueiro em Mosqueiro (Belém-Amazônia-Brasil).** Ano 20, n. 40, p. 246-272, 2017.

SILVA, Edson Batista; CALAÇA, Manoel. **Disputas pela terra e na terra: possibilidades para produção agroecológica no assentamento Cunha, em Cidade Ocidental, GO.** Ano 18. n. 27. p. 214-239. 2015.

SILVA, Emerson Xavier da. **Entrevista a James Cockcroft**. Ano 10, n. 11 p. 149-169, 2007.

SILVA, Hellen Carolina Gomes Mesquita da. **Análise da atualidade das ações dos movimentos socioterritoriais camponeses e urbanos no estado de São Paulo: MST e MTST**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 178-195, 2017.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. "**Boom" agrícola e persistência da pobreza na América Latina**: algumas considerações. Ano 13, n. 16 p. 7-21, 2010.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. "**Boom" agrícola e persistência da pobreza na América Latina**: algumas considerações. Ano 15, Edição Especial, p. 79-92, 2012.

SILVA, Judson Jorge; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Do sonho à devastação onde tudo se (RE)constrói: experiências e memórias nas lutas por terra da região do Cariri-CE**. Ano 12, n. 14 p. 125-141, 2009.

SILVA, Lucas Bento da. **Impacto econômico e soberania alimentar e nutricional: um estudo de caso na comunidade negra rural Palenqueira San Juan de Palos Prieto, região do Caribe Colombiano.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 195-213, 2016.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. MARTINS, Rodrigo Constante. OCADA, Fábio Kazuo. GODOI, Stela. MELO, Beatriz Medeiros de. VETTORACCI, Andréia. BUENO, Juliana Dourado. RIBEIRO, Jadir Damião. **Do karoshi no Japão à birôla no Brasil: as faces do trabalho no capitalismo mundializado.** Ano 9, n. 8 p. 74-08, 2006.

SILVA, Mariele de Oliveira; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Reforma agrária nos municípios de Cáceres/MT e Selvíria/MS: agronegócio, subordinação e emancipação camponesa.** Ano 17. n. 25. p. 8-101, 2014.

SILVA, Rafael Navas; SILVA, Ivone da; MARTINS, Cibele Chalita. **Formação de coletores de sementes nativas da mata atlântica**. Ano 17. n. 24. p. 122-132, 2014.

SILVA, Rafael José Navas da; GARAVELLO, Maria Elisa Paula Eduardo. **Projetos agroecológicos em comunidade quilombola: análise a partir do território**. Ano 21, n. 41, p. 165-191, 2018.

SILVA, Raimundo Pires. **As especificidades da nova ATER para agricultura familiar**. Ano 16. n. 23. p. 150-166, 2013.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 7, n. 4 p. 42-49, 2004.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 15, Edição Especial, p. 177-184, 2012.

SILVA, Simone Rezende da. **A trajetória do negro no Brasil e a territorialização quilombola.** Ano 14. n. 19 p. 73-89, 2011.

SILVA, Tânia Paula da. **As redefinições do "rural": breve abordagem**. Ano 7, n. 4 p. 50-55,2004.

SILVA, Tanise Pedron da; COSTABEBER, José Antônio. **A (re)organização da produção: um estudo da segurança alimentar nos assentamentos de reforma agrária Santa Rita e Sepé Tiaraju, município de Capão do Cipó (RS)**. Ano 16. n. 23. p. 131-149, 2013.

SILVA, Hulda Rocha e; CELENTANO, Danielle; ROUSSEAU, Guillaume. **Sistemas agroflorestais como estratégia para a restauração do passivo ambiental de assentamentos rurais da Amazônia maranhense**. V. 22, n. 46, p. 309-315, jan.-abr. 2019.

SIMÕES, Willian; MOTENEGRO GÓMEZ, Jorge Ramón. **Jovens Faxinalenses no estado do Paraná: a produção das territorialidades em situação de fronteira**. Ano 19, n. 33, p. 63-97, 2016.

SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção. **A Geografia dos Movimentos Sociais em tempos de Globalização: o MST e o Zapatismo.** Ano 10, n. 11 p. 122-130, 2007.

SOARES, Jorge Luís Nascimento. **Assentamentos de reforma agrária na defesa e conservação do cerrado: o caso da região sul do Maranhão**. Ano 11, n. 13 p. 144-155,

2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento; ESPINDOLA, Carlos Roberto. **Geotecnologias no planejamento de assentamentos rurais: premissa para o desenvolvimento rural sustentável.** Ano 11, n. 12 p. 108-116, 2008.

SOARES, Simone Fernandes. **Um processo de capacitação de jovens e adultos remanescentes de quilombolas dos Caetanos de Capuan, Caucaia – Ceará.** Ano 17. n. 25. p. 162-181, 2014.

SOARES, Venozina de Oliveira; ROCHA, Luciana Oliveira. **A evolução da estrutura agrária do município de Barra do Choça-BA.** Ano 13, n. 17 p. 131-149, 2010.

SOBREIRO FILHO, José. **O(s) movimento(s) por trás das dissensões: rupturas, agregação, lideranças e poder nas dissidências do Pontal do Paranapanema**. Ano 18. n. 27. p. 64-95. 2015.

SOBREIRO FILHO, José. **Instrumentos teóricos para analisar os movimentos socioespaciais e a perspectiva geográfica: conflitualidade, contentious politics, terrains of resistance, socio-spatial positionality e convergence spaces**. Ano 20, n.39, p. 12-38, 2017.

SOBREIRO FILHO, José; MANAÇAS, Ulisses. **Questão Agrária, o massacre de Pau D'Arco e violência na Amazônia: uma entrevista com Ulisses Manaças**. Ano 21, n. 43, p. 376-396.

SORZANO, Angelina Herrera; RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **O papel e os desafios da organização camponesa em Cuba: entrevista com o dirigente da Associação Nacional dos Agricultores Pequenos (ANAP), Mario La O Sosa.** Ano 14. n. 19 p. 136-151, 2011.

SOUZA, Francilane Eulália de. **Os colégios rurais agrupados na Espanha: lugar de fortalecimento do campesinato?** Ano 14, n. 18 p. 21-36, 2011.

SOUZA, Glaycon Vinícios Antunes de; PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente. **MATOPIBA: a Inteligência Territorial Estratégica (ITE) e a regionalização como ferramenta**. V. 22, n. 47, p. 22-45, dossiê MATOPIBA, 2019.

SPADOTTO, Bruno Rezende; COGUETO, Jaqueline Vigo. **Avanço do agronegócio nos cerrados do Piauí: horizontalidades e verticalidades na relação entre o ambientalismo dos pobres e o controle de terras pelo capital financeiro**. V. 22, n. 47, p. 202-229, dossiê MATOPIBA, 2019.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Nota: a permanência na transformação e a transformação da permanência.** Ano 13, n. 17 p. 157-159, 2010.

STAEVIE, P. M. **Um balanço das discussões sobre os impactos do agronegócio sobre a Amazônia brasileira**. Ano 21, n. 42, p. 98-112.

SULZBACHER, A, W. **Perspectivas relacionais das categorias Território e Campo na análise geográfica**. V. 22, n. 48, p. 137-153, Dossiê Território em Movimento, 2019.

SUZUKI, Júlio César. **Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação.** Ano 10, n. 10 p. 134-150, 2007.

TEIXEIRA, Carine Andrade; NORDER, Luís Antonio Cabello. **Participação indígena no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** Ano 18. n. 26. p. 113-124, 2015.

TERRA, Ademir. **A pertinência do conceito de território para análise de assentamentos rurais.** V. 22, n. 48, p. 190-205, Dossiê Território em Movimento, 2019.

TEUBAL, Miguel. **La renta de la tierra en la economia política clásica: David Ricardo**. Ano 9, n. 8, p. 122-132, 2006.

THÉRY, Hervé et al. **Geografias do trabalho escravo contemporâneo no Brasil.** Ano 13, n. 17, p. 7-28, 2010.

TORRES, Fernanda; GLENZA, Fernando; SANTARSIERO, Luis; OTTENHEIMER**. La soberanía alimentaria desde la externsión universitaria: repensando 'los' territorios y la distinción Urbano/Rural a través de la experiencia de la Cátedra Libre de Soberanía Alimentaria (UNLP-Argentina)**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 91-110, 2016.

TORRES, Fernanda. **Estado y movimientos sociales: disputas territoriales e identitarias. La Organización Barrial Tupac Amaru – Jujuy-Argentina**. Ano 20, n.39, p. 86-106, 2017.

TOZI, Shirley Capela; MASCARENHAS, Abraão Levi; PÓLEN, Ricardo Reis. **Água, conflitos e política ambiental na Amazônia Legal brasileira**. Ano 21, n.42, p. 229-256.

TRICHES, Rozane Marcia; GRISA, Cátia**. Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica da intransigência.** Ano 18, n. 26. p. 11-28, 2015.

TRICHES, Rozane Marcia; SCHABARUM, Joseane Carla; GIOMBELLI, Giovana Paludo. **Demanda de produtos da agricultura familiar e condicionates para a aquisição de produtos orgânicos e agroecológicos pela alimentação escolar no sudoeste do estado do Paraná**. Ano 19, n. 31, p. 91-110, 2016.

TROILO, Gabriel; ARAÚJO, Maria Nalva Rodrigues. **O papel da juventude camponesa na construção deeconomias de resistência no semiárido nordestino**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 144-156, 2016.

VANDEN, Harry E. **Novos movimentos sociais, globalização e democratização: a participação do MST**. Ano 12, n. 14 p. 63-71, 2009.

VANESKI FILHO, Ener; LOERA, Nashieli Rangel. **Os brasiguaios sem-terra na reforma agrária**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 119-143, 2016.

VARGAS, Daiane Loreto. **Trabalho dos extensionistas no contexto da ATES: o caso dos assentamentos de Candiota/RS**. Ano 16. n. 22. p. 127-137, 2013.

VASCONCELOS, Joana Salém. **Propriedade coletiva em debate: caminhos da revolução agrária em Cuba (1959-1964).** Ano 18, n. 27. p. 240-258. 2015.

VASSALLO, Miguel; CHAVES, Ethel Ferreira. **Colonización y nuevas formas de acceso a la tierra de productores familiares: enseñanzas de la colonia Maestro Soler en Uruguay**. Ano 17. n. 24. p. 146-166, 2014.

VÁSQUEZ CARDONA, David. **La crisis cafetera: elementos para una discusión sobre los análisis de los sistemas alimentarios.** Ano 18. n. 27. p. 38-52. 2015.

VELTMEYER, Henry. **Dynamics of agrarian transformation and resistance.** Ano 13, n. 17 p. 29-49, 2010.

VELTMEYER, Henry. **El itenerario de desarrollo como una idea.** Ano 14. n. 19 p. 24-43, 2011.

VENTURA, Claúdio Barbosa. **Formação continuada de professores das escolas do campo no município de Governador Valadares – MG.** Ano. 18, n. 29.p.220 -232, 2015.

VIDAL, Déa de Lima; ALENCAR, João Vitor de Oliveira. **Diferenciação camponesa na Depressão Sertaneja Semi-Árida do Ceará**. Ano 12, n. 15 p. 106–135, 2009.

VIEIRA, Flávia Braga. **Lutas camponesas na escala internacional: um estudo sobre a Via Campesina.** Ano 15. n. 20 p. 58-82, 2012.

VIEIRA, Francisca Pereira; NÓBREGA, Mariana Conceição Leal; ASSUMPÇÃO E LIMA, Débora. **Dona Francisca: entre cabaças, caminhos de lutas e sementes de resistência.** Relatos de campo, v. 22, n. 47, p. 413-433, Dossiê MATOPIBA, 2019.

VIEIRA, Noemia Ramos. **O conhecimento geográfico veiculado pelos parâmetros curriculares nacionais de geografia e o espaço agrário brasileiro: reflexões para uma geografia crítica em sala de aula.** Ano 7, n. 4 p. 29 – 41, 2004.

VIEIRA, Thiago Wentzel de Melo. **"A volta dos que não foram": camponês e/ou agricultor familiar? Reflexões teórico-conceituais e a pertinência do campesinato**. V. 22, n. 46, p. 156-174, jan.-abr. 2019.

VIEIRA, Thiago Wentzel de Melo. "**The return of those who never went": Peasant and / or family farmer? Theoretical-conceptual reflections and the pertinence of the peasantry**. V. 22, n. 46, p. 175-191, jan.-abr. 2019.

VILLELA, Fábio Fernandes. **Práticas educativas comparadas em educação do campo e os desafios da formação omnilateral na América Latina.** Ano 14. n. 19 p. 90-103, 2011.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos. **Território (i)material e Geografia Agrária: Paradigmas em Questão**. Ano 16. n. 23. p. 27-42, 2013.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; SCHIVINATTO, Mônica. **Soberania alimentar e territórios camponeses: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** Ano 18. n. 26. p. 185-205, 2015.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; VIEIRA, Noemia Ramos; ARAÚJO, Djacira Maria de Oliveira. **Residência Agrária: uma proposta pedagógica e metodológica**. Ano 21. n. 45, edição especial, p. 12-31.

VILLULLA, Juan Manuel. **Los sonidos del silencio. Formas de resistencia de los obreros asalariados en la agricultura pampeana**. Ano 20, n. 35, p.41-64, 2017.

WAHREN, Juan; SCHVARTZ, Agustina. **Disputas territoriales en el valle del intag en Ecuador: de la resistencia social contra la mega-minería a la creación de alternativas al desarrollo.** Ano 18. n.28. p.149-164, 2015.

WALLENIUS, Carlos Rodríguez; CONCHEIRO BÓRQUEZ, Luciano. **Sin maíz no hay país. Luchas indígenas y campesinas por la soberanía alimentaria y un proyecto de nación en México**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 215-235, 2016.

WANDSCHEER, Elvis Albert Robe; MACIEL, Carlos Alberto da Rosa; NEVES, Anderson Souto. **A influência dos processos contemporâneos na alimentação: uma proposta de reflexão.** Ano 14. n. 19 p. 152-161, 2011.

WELCH, Clifford Andrew. **Estratégias de resistência do movimento camponês brasileiro em frente das novas táticas de controle do agronegócio transnacional**. Ano 8, n. 6 p. 35-45, 2005.

WELCH, Clifford Andrew. **Movement histories: a preliminary historiography of the Brazil's landless laborers' movement (MST).** Ano 9, n. 9 p. 159-168, 2006.

WELCH, Clifford Andrew. **Peasants and globalization in Latin America: a survey of recent literature.** Ano 7, n. 5 p. 102-112, 2004.

WITTMAN, Hannah. **Agrarian reform and the production of locality: resettlement and community building in Mato Grosso, Brazil.** Ano 8, n. 7 p. 94-111, 2000.

ZAJONZ, Bruna Tadielo; VILWOCK, Ana Paula Schervinski; SILVEIRA, Viecente Celestino Pires. **A fumicultura brasileira e as políticas públicas associadas ao Programa Nacional de Diversificação em áres cultivadas com tabaco**. Ano 20, n. 37, p. 278-293, 2017.
ZANELLA, Matheus; CASTRO, Carolina Milhorance. **A face internacional de uma disputa de modelos rurais: entendendo a economia política da cooperação brasileira em agricultura com Moçambique**. Ano 20, n. 38, p. 255-279, 2017.

ZICARI, Julián. **Neoextractivismo en Sudamérica. El caso del lítio.** Ano. 18. n. 29.p.10-47. 2015.

ZIMERMAN, Artur. **Conhecendo a questão agrária por seus atores**. Ano 17. n. 24. p. 191-200, 2014.

ZIMMERMANN, Angelita; MEURER, Ane Carine. **Educação do Campo: o egresso da Pedagogia da Alternância no Noroeste do RS.** V. 22, n. 48, p. 154-173, Dossiê Território em Movimento, 2019.

COMPÊNDIO EDIÇÕES

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A territorialização do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Brasil.** Ano 1, n. 1, p. 2-44, 1998.

RIBAS, Alexandre Domingues. **MST: reorganização político-territorial dos assentamentos e a consolidação do sistema cooperativista dos assentados**. Ano 1, n.1, p. 45 -58, 1998**.**

RAMALHO, Cristiane Barbosa. **Quem são os sem-terra? Uma questão relevante para a compreensão da luta pela terra no Brasil.** Ano 1, n. 1 p. 59-72, 1998.

Direção Nacional do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. **As mentiras do governo FHC sobre reforma agrária.** Ano 1, n. 1 p. 72 – 75, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de Reforma agrária.** Ano 1, n. 2 p. 1-32, 1998.

PASQUETTI, Luis Antônio. **O MST como uma empresa social.** Ano 1, n. 2 p. 33-50. 1998.

MARCOS, Valéria de. **Da luta para entrar na terra à luta para permanecer na terra: a realidade dos assentamentos rurais paraibanos**. Ano 1, n. 2 p. 51-73, 1998.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **O conceito de região e a problemática dos assentamentos rurais.** Ano 1, n. 2 p. 74 – 93, 1998

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária. **DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra.** Ano 3, n. 3 p. 7-27, 2000.

PAVAN, Dulcinéia. **O caminho feminino para a reforma agrária**. Ano 3, n. 3 p. 28 – 44, 2000.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan; IENO NETO, Genaro. **Organização interna dos assentamentos rurais na Paraíba: caminhos e armadilhas das formas associativas**. Ano 3, n. 3 p. 45 -57, 2000.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Análise preliminar da assistência técnica nos assentamentos de reforma agrária do Estado de Mato Grosso do Sul.** Ano 3, n. 3 p. 58 – 67, 2000.

FABRINI, João Edmilson; LUZ, Juan Artigas Souza; LACERDA, Celso Lisboa de. **A importância das culturas de milho e feijão para o desenvolvimento econômico de assentamentos de reforma agrária atendidos pelo projeto Lumiar – Paraná.** Ano 3, n. 3 p. 68-94, 2000.

GIL, Izabel Castanha. **Territorialidade e desenvolvimento contemporâneo.** Ano 7, n. 4 p. 5-19, 2004.

PONTE, Karina Furini da. **(Re) Pensando o Conceito do Rural.** Ano 7, n. 4 p. 20-28, 2004.

VIEIRA, Noemia Ramos. **O conhecimento geográfico veiculado pelos parâmetros curriculares nacionais de geografia e o espaço agrário brasileiro: reflexões para uma geografia crítica em sala de aula.** Ano 7, n. 4 p. 29-41, 2004.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 7, n. 4 p. 42-49, 2004.

SILVA, Tânia Paula da. **As redefinições do "rural": breve abordagem**. Ano 7, n. 4 p. 50-55, 2004.

CANUTO, Antônio. **Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade.** Ano 7, n. 5 p. 1-12, 2004.

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. **Cultura, trabalho e lutas sociais entre trabalhadores agro-extrativistas do Rio Valparaíso na Amazônia acreana**. Ano 7, n. 5 p. 13 – 33, 2004.

NEVES, Achiles Lemos. **Dos movimentos sociais aos sócio-espaciais e socioterritoriais: uma tentativa de compreensão dos "movimentos" pela perspectiva geográfica.** Ano 7, n. 5 p. 35 – 42, 2004.

GONÇALVES, Renata. **Impactos da reorganização espacial dos novos modelos de assentamentos nas relações de gênero**. Ano 7, n. 5 p. 43 – 55, 2004.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. **Memória e atualização de sentidos em três atos do discurso jornalístico.** Ano 7, n. 5 p. 56-62, 2004.

BAGLI, Priscilla. **O camponês nas análises de Rousseau, Michelet e Marx: diferenças e semelhanças.** Ano 7, n. 5 p. 63-72, 2004.

NETO, Domingos José de Almeida. **O Método do discurso**. Ano 7, n. 5 p. 73-85, 2004.

PAULA, Elder Andrade de. **O movimento sindical dos trabalhadores rurais e a luta pela terra no Acre: conquistas e retrocessos.** Ano 7, n. 5 p. 86-101, 2004.

WELCH, Clifford Andrew. **Peasants and globalization in Latin America: a survey of recent literature.** Ano 7, n. 5 p. 102 – 112, 2004.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Política compensatória de assentamentos rurais como negação da reforma agrária.** Ano 7, n. 5 p. 113 – 122, 2004.

KARRIEM, Abdurazack. "**Marching as to war": a letter from Brazil to South Africa about landlessness, agrarian reform and social movement struggles against Neoliberalism**. Ano 8, n. 6 p. 1 – 13, 2005.

BEM, Anderson; FABRINI, João Edmilson. **A comercialização informal de leite como componente de resistência camponesa em Marechal Cândido Rondon - PR**. Ano 8, n. 6 p. 14 – 23, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 8, n. 6 p. 24 – 34, 2005.

WELCH, Clifford Andrew. **Estratégias de resistência do movimento camponês brasileiro em frente das novas táticas de controle do agronegócio transnacional**. Ano 8, n. 6 p. 35 – 45, 2005.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **A ofensiva do capital no campo brasileiro e a resistência do campesinato.** Ano 8, n. 6, p. 46-58, 2005.

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Reflexões sobre a participação dos assentados nas eleições municipais.** Ano 8, n. 6 p. 59 – 74, 2005.

GIL, Izabel Castanha. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Regiões contidas e desenvolvimento territorial: uma reflexão sobre o desenvolvimento contemporâneo da Nova Alta Paulista.** Ano 8, n. 6 p. 75 – 91, 2005.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **A disputa política no Brasil em torno da implementação do modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial (1997-2005).** Ano 8, n. 6 p. 92-117, 2005.

SHANIN, Teodor. **Definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista**. Ano 8, n. 7 p. 1 – 21, 2005.

ALMEIDA, Antônio Alves de. **A mística na luta pela terra**. Ano 8, n. 7 p. 22 – 34, 2005.

PONTES, Beatriz Maria Soares. **A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx**. Ano 8, n. 7 p. 35 – 47, 2005.

ESTEVES, Benedita Maria Gomes. **A hierarquização dos espaços agrários na Amazônia Sul-Ocidental: os assentados em áreas de preservação e os não assentados.** Ano 8, n. 7 p. 48 – 67, 2005.

NEVES, Delma Pessanha. **Campesinato e reenquadramento sociais: os agricultores familiares em cena.** Ano 8, n. 7 p. 68 – 93, 2005.

WITTMAN, Hannah. **Agrarian reform and the production of locality: resettlement and community building in Mato Grosso, Brazil.** Ano 8, n. 7 p. 94 – 111, 2005.

FELÍCIO, Munir Jorge. **Ação pastoral e questão agrária no Pontal do Paranapanema.** Ano 8, n. 7 p. 112 – 124, 2005.

LERRER, Débora Franco. **Movimentos sociais, mídia e construção de um novo senso comum.** Ano 8, n. 7 p. 125 – 140, 2005.

GIARRACA, Norma. GÓMEZ, Jorge Ramón Montenegro. **Estrategias de vida, estrategias de lucha: apuntes de un trabajo de campo: el MST, São Paulo, Brasil (Reunión del GTDR – CLACSO, agosto/setiembre de 2005).** Ano 8, n. 7 p. 141 – 155, 2005.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 9, n. 8 p. 1 – 28, 2006.

ELIAS, Denise. **Ensaios sobre os espaços agrícolas de exclusão**. Ano 9, n. 8 p. 29 – 51, 2006.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais**. Ano 9, n. 8 p. 52 – 73, 2006.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. MARTINS, Rodrigo Constante. OCADA, Fábio Kazuo. GODOI, Stela. MELO, Beatriz Medeiros de. VETTORACCI, Andréia. BUENO, Juliana Dourado. RIBEIRO, Jadir Damião. **Do karoshi no Japão à birôla no Brasil: as faces do trabalho no capitalismo mundializado.** Ano 9, n. 8 p. 74 – 108, 2006.

CAVALCANTE, Matuzalem. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Formação territorial, agronegócio e atuais mudanças na estrutura fundiária de Mato Grosso**. Ano 9, n. 8 p. 109 – 121, 2006.

TEUBAL, Miguel. **La renta de la tierra en la economia política clásica: David Ricardo**. Ano 9, n. 8 p. 122 – 132, 2006.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. ALMEIDA, Maria Geralda de. **Um olhar sobre as redes de sociabilidade construídoras do território das fabriquetas de queijo**. Ano 9, n. 8 p. 133 – 150, 2006.

MIRALHA, Wagner. **Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje**. Ano 9, n. 8 p. 151 – 172, 2006.

JÚNIOR, José Arbex. **Você tem fome do que?** Ano 9, n. 8 p. 173 – 185, 2006.

BARBAY, Claire. **Vers de nouvelles relations ville-campagne: les travailleurs ruraux et la création de nouveaux lieux.** Ano 9, n. 9 p. 1 – 27, 2006.

BRINGEL, Breno Marqués. **El lugar también importa. Las diferentes relaciones entre Lula y el MST.** Ano 9, n. 9 p. 28 – 48, 2006.

BRUMER, Anita. SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do século XX).** Ano 9, n. 9 p. 49 - 73, 2006.

QUIJANO, María Adelaida Farah. CORREA, Edelmira Pérez. **Mujeres rurales y nueva ruralidad en Colombia.** Ano 9, n. 9 p. 73 – 88, 2006.

SANTOS, Maria Edilúzia Leopoldino. **A construção do caminho para a conquista da terra: um espaço de transformação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem- Terra.** Ano 9, n. 9 p. 89 – 112, 2006.

FILHO, José dos Reis Santos. **A instituição imaginária da Amazônia brasileira. Registros cognitivos e práticas sociais.** Ano 9, n. 9 p. 113 – 143, 2006.

LEITE, Sérgio. **Seis comentários sobre seis equívocos a respeito da reforma agrária no Brasil.** Ano 9, n. 9 p. 144 – 158, 2006.

WELCH, Clifford Andrew. **Movement histories: a preliminary historiography of the Brazil's landless laborers' movement (MST).** Ano 9, n. 9 p. 159 – 168, 2006.

BERNARDES, Júlia Adão. **Dimensões da ação e novas territorialidades no cerrado brasileiro: pistas para uma análise teórica**. Ano 10, n. 10 p. 1 – 10, 2007.

GALAFASSI, Guido. **Economía regional y emergencia de movimientos agrarios. La región Chaqueña de los años setenta.** Ano 10, n. 10 p. 11 – 36, 2007.

MACEDO, Giovanni Raimundo de; BINSZTOK, Jacob. **Associações dos agricultores familiares, cafeicultura orgânica e comércio justo na Amazônia: dilemas e perspectivas.** Ano 10, n. 10 p. 37 – 56, 2007.

MCMICHAEL, Philip. **Reframing development: global peasant movements and the new agrarian question.** Ano 10, n. 10 p. 57 – 71, 2007.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano**. Ano 10, n. 10 p. 72 – 93, 2007.

RAMÍREZ, Milena Barrera. **Aproximación histórica al cooperativismo y su relación con la *praxis* desarrollada por el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST).** Ano 10, n. 10 p. 94 – 114, 2007.

SHIMBO, Júlia Zanin; JIMÉNEZ-RUEDA, Jairo Roberto. **Zoneamento geoambiental como subsídio aos projetos de reforma agrária. Estudo de caso: assentamento rural Pirituba II.** Ano 10, n. 10 p. 115 – 133, 2007.

SUZUKI, Júlio César. **Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação.** Ano 10, n. 10 p. 134 – 150, 2007.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric. **Biofuels: five myths of the agro-fuels transition**. Ano 10, n. 10 p. 151 – 164, 2007.

DESMARAIS, Annette Aurélie. **La Vía Campesina: Globalização e o poder dos camponeses.** Ano 10, n. 10 p. 165 – 173, 2007.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 10, n. 11 p. 8 – 32, 2007.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. **Lavouras e sonhos: as representações camponesas nos assentamentos de reforma agrária.** Ano 10, n. 11 p. 33 – 47, 2007.

FELICIANO, Carlos Alberto. "**Grilos" jurídicos no Pontal do Paranapanema: administrando os conflitos agrários.** Ano 10, n. 11 p. 48-60, 2007.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. **Assentamentos rurais no território da cana: controvérsias em cena.** Ano 10, n. 11 p. 61 – 80, 2007.

MARTÍN, Víctor O. Martín. **De cómo se evita hoy la aplicación de la reforma agraria en el Surde España.** Ano 10, n. 11 p. 81 – 108, 2007.

MENDES, Eduardo Roberto; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Algumas considerações sobre o geógrafo anarquista Piotr Kropotkin e a comunidade rural Yuba em Mirandópolis (SP).** Ano 10, n. 11, p. 109-121, 2007.

SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção. **A Geografia dos Movimentos Sociais em tempos de Globalização: o MST e o Zapatismo.** Ano 10, n. 11 p. 122-130, 2007.

SAUER, Sérgio. TUBINO, Nilton Luis Godoy. **A sustentação financeira de organizações do patronato rural brasileiro.** Ano 10, n. 11 p. 131-148, 2007.

SILVA, Emerson Xavier da. **Entrevista a James Cockcroft**. Ano 10, n. 11 p. 149-169, 2007.

BRUMER, Anita. ANJOS, Gabriele dos. **Gênero e reprodução social na agricultura familiar.** Ano 11, n. 12 p. 6-17, 2008.

DROULERS, Martine. **Brésil: l'enjeu des biocarburants**. Ano 11, n. 12 p. 18-30, 2008.

GIL, Izabel Castanha. **Cooperação, competição e resistência nas associações de municípios: a AMNAP e o desenvolvimento regional da Nova Alta Paulista.** Ano 11, n. 12 p. 31-56, 2008.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês**. Ano 11, n. 12 p. 57-67, 2008.

MELLO, Neli Aparecida de. **E a política agrícola transforma-se em instrumento do desenvolvimento sustentável.** Ano 11, n. 12 p. 68-85, 2008.

PAULA, Elder Andrade de. SILVA, Silvio Simione da. **Floresta, para que te quero? Da territorialização camponesa a nova territorialidade do capital**. Ano 11, n. 12 p. 86 -97,

2008.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa; PACÍFICO, Soraya Maria Romano. **Muito além de giz e lousa: análise do litígio discursivo em torno da questão agrária.** Ano 11, n. 12 p. 98-107, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento; ESPINDOLA, Carlos Roberto. **Geotecnologias no planejamento de assentamentos rurais: premissa para o desenvolvimento rural sustentável.** Ano 11, n. 12 p. 108-116, 2008.

OCADA, Fabio Kazuo; MELO, Beatriz Medeiros de. **Entrevista com Maria Aparecida de Moraes Silva.** Ano 11, n. 12 p. 117-136, 2008.

BENINI Edi Augusto; BENINI, Elcio Gustavo. **Reforma agrária no contexto da economia solidária**. Ano 11, n. 13 p. 6-15, 2008.

CAVALCANTE, Matuzalem; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Territorialização do agronegócio e concentração fundiária**. Ano 11, n. 13 p. 16-25, 2008.

CHENG, TJ. **Overtime in China: law, practice and social exclusion**. Ano 11, n. 13 p. 26-46, 2008.

DA ROS, César Augusto. **A política fundiária do governo da Frente Popular no Rio Grande do Sul (1999-2002): diretrizes, luta política e resultados atingidos**. Ano 11, n. 13 p. 47-82, 2008.

EDUARDO, Márcio Freitas. **O conceito de território e o agroartesanato**. Ano 11, n. 13 p. 83 – 101, 2008.

PAULA, Elder Andrade de; SILVA, Silvio Simione da. **Movimentos sociais na Amazônia brasileira: vinte anos sem Chico Mendes.** Ano 11, n. 13 p. 102-117, 2008.

SAQUET, Marcos Aurélio; MONDARDO, Marcos Leandro. **A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais**. Ano 11, n. 13 p. 118-127, 2008.

SEGRELLES, José Antonio. **La ecología y el desarrollo sostenible frente al capitalismo: una contradicción insuperable**. Ano 11, n. 13 p. 128-143, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento. **Assentamentos de reforma agrária na defesa e conservação do cerrado: o caso da região sul do Maranhão**. Ano 11, n. 13 p. 144-155, 2008.

BÔAS, Rafael Litvin Villas. **Terrorismo à brasileira: a retórica da vez da classe dominante contra o MST**. Ano 11, n. 13 p. 156-165, 2008.

SANTONJA, Jordi Tormo i. **Hacia uma Geografia útil: el papel de la Geografía en el siglo XXI en España.** Ano 12, n. 14 p. 07-27, 2009.

NUNES, João Osvaldo Rodrigues; SERRANO, José Antonio Segrelles. **Análise agrária da multifuncionalidade da terra na província de Alicante-Espanha.** Ano 12, n. 14 p. 28-47, 2009.

REITER, Bernd. **A genealogy of Black organizing in Brazil**. Ano 12, n. 14 p. 48-62, 2009.

VANDEN, Harry E. **Novos movimentos sociais, globalização e democratização: a participação do MST**. Ano 12, n. 14 p. 63-71, 2009.

PICCIN, Marcos Botton et al. **Análise do processo de constituição e desestruturação da cooperativa de agricultores assentados Terra Vida – COOPERVIDA, RS**. Ano 12, n. 14 p. 72-96, 2009.

ROOS, Djoni. **Lutas camponesas e diferentes atividades associativas nos assentamentos de sem-terra**. Ano 12, n. 14 p. 97-111, 2009.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **Agronegócio e ideologia: contribuições teóricas**. Ano 12, n. 14 p. 112-124, 2009.

SILVA, Judson Jorge; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Do sonho à devastação onde tudo se (RE)constrói: experiências e memórias nas lutas por terra da região do Cariri-CE**. Ano 12, n. 14 p. 125-141, 2009.

ACUÑA, Isaías Tobasura. **De campesinos a empresarios. La retórica neoliberal de la política agraria en Colombia**. Ano 12, n. 15 p. 07-21, 2009.

CARRASCO, Salvador Ferradás. **Desarrollo Local, Promoción y Publicidad: Criterios de Calidad Medioambiental y Territorial para la mejora de Ciudades Turísticas.** Ano 12, n. 15 p. 22-33, 2009.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes. **O Movimento dos Atingidos por Barragem na Amazônia: um movimento popular nascente de "vidas inundadas"**. Ano 12, n. 15 p. 34-65, 2009.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Uma descrição agroecológica da crise atual.** Ano 12, n. 15 p. 66– 87, 2009.

ROSSETTO, Onélia Carmem. **Sustentabilidade Ambiental do Pantanal Mato-Grossense**: **Interfaces entre Cultura, Economia e Globalização**. Ano 12, n. 15 p. 88–105, 2009.

VIDAL, Déa de Lima; ALENCAR, João Vitor de Oliveira. **Diferenciação camponesa na Depressão Sertaneja Semi-Árida do Ceará**. Ano 12, n. 15 p. 106–135, 2009.

GÓMEZ, Sérgio. Urbanização e Ruralidade. **Os condomínios e os conselhos de desenvolvimento social.** Brasília: MDA, 2009 (resenha). Ano 12, n. 15 p. 136–138, 2009.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. "**Boom" agrícola e persistência da pobreza na América Latina**: algumas considerações. Ano 13, n. 16 p. 7-21, 2010.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 13, n. 16 p. 22-32, 2010.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Prescrições agroecológicas para a crise atual.** Ano 13, n. 16 p. 33-47, 2010.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O novo colonialismo transnacional e a experiência brasileira do agronegócio.** Ano 13, n. 16 p. 48-62, 2010.

ROSSI, Virginia. **La producción familiar en la cuestión agraria uruguaya.** Ano 13, n. 16 p. 63-80, 2010.

PATIÑO, Luís Carlos Agudelo. **Campesinos sin tierra, tierra sin campesinos: territorio, conflicto y resistencia campesina en Colômbia.** Ano 13, n. 16 p. 81-95, 2010.

BASU, Pratyusha. **Scale, place and social movements: strategies of resistance along India's Narmada river.** Ano 13, n. 16 p. 96-113, 2010.

MOREIRA, Vagner José. **A criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra: mundos dos trabalhadores, questão agrária e o "levante comunista" de 1949 em Fernandópolis-SP.** Ano 13, n. 16 p. 114-129, 2010.

THÉRY, Hervé et al. **Geografias do trabalho escravo contemporâneo no Brasil.** Ano 13, n. 17 p. 7-28, 2010.

VELTMEYER, Henry. **Dynamics of agrarian transformation and resistance.** Ano 13, n. 17 p. 29-49, 2010.

RINCÓN, Luis Felipe**. ¡Hombres de maíz! Una mirada a la actualidad organizativa campesina en Guatemala.** Ano 13, n. 17 p. 49-64, 2010.

MACHADO, Antonio Maciel Botelho; CASALINHO, Helvio Debli. **Crítica à pluriatividade e suas relações com o campesinato e a reforma agrária.** Ano 13, n. 17 p. 65-80, 2010.

ESTRADA, María de. **Geografía de la frontera: mecanismos de territorialización del agronegocio en frontera agropecuaria de Santiago del Estero, Argentina.** Ano 13, n. 17 p. 81-93, 2010.

FARIAS, Cleilton Sampaio; FARIAS, Cleisson Sampaio de Farias. **Os fundamentos e a expressão da questão agrária no Acre**. Ano 13, n. 17 p. 94-111, 2010.

MONDARDO, Marcos Leandro. **A "territorialização" do agronegócio globalizado em Barreiras- BA: migração sulista, reestruturação produtiva e contradições sócio-territoriais.** Ano 13, n. 17 p. 112-130, 2010.

SOARES, Venozina de Oliveira; ROCHA, Luciana Oliveira. **A evolução da estrutura agrária do município de Barra do Choça-BA.** Ano 13, n. 17 p. 131-149, 2010.

OLIVEIRA, Nallígia Tavares de. **Entrevista com Valmir Ulisses Sebastião – Ocupações de terra: mudanças e perspectivas**. Ano 13, n. 17 p.150-156, 2010.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Nota: a permanência na transformação e a transformação da permanência.** Ano 13, n. 17 p. 157-159, 2010.

JESUS, José Novaes. **A pedagogia da alternância e o debate da Educação do/no campo no estado de Goiás.** Ano 14, n. 18 p. 7-20, 2011.

SOUZA, Francilane Eulália de. **Os colégios rurais agrupados na Espanha: lugar de fortalecimento do campesinato?** Ano 14, n. 18 p. 21-36, 2011.

QUEIROZ, João Batista Pereira de. **A educação do campo no Brasil e a construção das escolas do campo.** Ano 14, n. 18 p. 37-46, 2011.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Conhecendo os camponeses-estudantes e o seus territórios no município de Paulicéia-SP: trabalho familiar, lazer e escola.** Ano 14, n. 18 p. 47-78, 2011.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes; HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. **Amazônia: a urgência e necessidade da construção de políticas e práticas educacionais inter/multiculturais.** Ano 14, n. 18 p. 79-105, 2011.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. **Educação do Campo na encruzilhada entre emancipação *versus* reino do capital: uma leitura filosófica.** Ano 14, n. 18 p. 106-124, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial Rural.** Ano 14, n. 18 p. 125-135, 2011.

PERCÍNCULA, Analia; JORGE, Andrés; CALVO, Claudia; MARIOTTI, Daniela; DOMÍNGUEZ, Diego; ESTRADA, Maria de; CICCOLELLA, Mariana; BARBETTA, Pablo; SABATINO, Pablo; ASTELARRA, Sofia. **La violencia rural en la Argentina de los agronegocios: crónicas invisibles del despojo.** Ano 14. n. 19 p. 08-23, 2011.

VELTMEYER, Henry. **El itenerario de desarrollo como un idea.** Ano 14. n. 19 p. 24-43, 2011.

FREITAS, Alair Ferreira de; BOTELHO, Maria Isabel Vieira. **"Campesinato como ordem moral": (re)visitando clássicos e (re)pensando a economia camponesa.** Ano 14. n. 19 p. 44-58, 2011.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; VAN TILBEURGH, Veronique. **Da teologia da libertação ao desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira: os mecanismos políticos e sociais de sua interpretação.** Ano 14. n. 19 p. 59-72, 2011.

SILVA, Simone Rezende da. **A trajetória do negro no Brasil e a territorialização quilombola.** Ano 14. n. 19 p. 73-89, 2011.

VILLELA, Fábio Fernandes. **Práticas educativas comparadas em educação do campo e os desafios da formação omnilateral na América Latina.** Ano 14. n. 19 p. 90-103, 2011.

AQUINO, Maria Lúcia Santos; LIMA, Eduardo Rodrigues Viana de; SILVA, Zenobio Abel Gouvêa Perelli da Gama e. **Manejo madeireiro na floresta estadual do Antimary, estado do Acre, Brasil.** Ano 14. n. 19 p. 104-135, 2011.

SORZANO, Angelina Herrera; RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **O papel e os desafios da organização camponesa em Cuba: entrevista com o dirigente da Associação Nacional dos Agricultores Pequenos (ANAP), Mario La O Sosa.** Ano 14. n. 19 p. 136-151, 2011.

WANDSCHEER, Elvis Albert Robe; MACIEL, Carlos Alberto da Rosa; NEVES, Anderson Souto. **A influência dos processos contemporâneos na alimentação: uma proposta de reflexão.** Ano 14. n. 19 p. 152-161, 2011.

CARDOSO, Antonio Ismael; JOVCHELEVICH, Pedro; MOREIRA, Vladimir. **Produção de sementes e melhoramento de hortaliças para a agricultura familiar em manejo orgânico.** Ano 14. n. 19 p. 162-169, 2011.

ECHENIQUE, Sergio Gómez. **Reflexiones sobre la dinámica reciente del mercado de la tierra en América Latina y el Caribe**. Ano 15. n. 20 p. 08-57, 2012.

VIEIRA, Flávia Braga. **Lutas camponesas na escala internacional: um estudo sobre a Via Campesina.** Ano 15. n. 20 p. 58-82, 2012.

BARCELLOS, Sérgio Botton. **A interdependência entre estado e MST na constituição de um assentamento de reforma agrária**. Ano 15. n. 20 p. 83-98, 2012.

CUNHA, Paulo Roberto; MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de. **A terra prometida ainda é promessa... desapropriação da fazenda Nova Alegria pelo descumprimento do Código Florestal: conflito, impunidade e imbróglio jurídico.** Ano 15. n. 20 p. 99-130, 2012.

DA ROS, César Augusto; PICCIN, Marcos Botton. **Os serviços de assessoria técnica e social aos assentamentos de reforma agrária: uma análise qualitativa das ações do projeto Lumiar no estado do Rio de Janeiro**. Ano 15. n. 20 p. 131-155, 2012.

LARA JÚNIOR, Nadir. **Análise das principais influências ideológicas na constituição do MST.** Ano 15. n. 20 p. 156-174, 2012.

SANTOS, Anderson Luiz Machados dos; DE DAVID, Cesar. **Luta pela terra e disputas territoriais na região da campanha gaúcha: o processo de formação do assentamento Conquista do Caiboaté em São Gabriel – RS.** Ano 15. n. 20 p. 175-192, 2012.

CAPOANE, Viviane; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos. **Análise qualitativa do uso e ocupação da terra no assentamento Alvorada, Júlio de Castilhos – Rio Grande do Sul.** Ano 15. n. 20 p. 193-205, 2012.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **O partido da terra: como os políticos conquistam o território brasileiro**. Ano 15. n. 20 p. 206-207, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 09-20, 2012.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais**. Ano 15, Edição Especial, p. 21-42, 2012.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês**. Ano 15, Edição Especial, p. 43-54, 2012.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 55-78, 2012.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. "**Boom" agrícola e persistência da pobreza na América Latina**: algumas considerações. Ano 15, Edição Especial, p. 79-92, 2012.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 15, Edição Especial, p. 93-102, 2012.

ELIAS, Denise. **Ensaios sobre os espaços agrícolas de exclusão**. Ano 15, Edição Especial, p. 103-126, 2012.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 15, Edição Especial, p. 127-154, 2012.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano**. Ano 15, Edição Especial, p. 155-176, 2012.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 15, Edição Especial, p. 177-184, 2012.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Agrarian reform, food sovereignty and the MST: socio-environmental impacts of agrofuels production in the Pontal do Paranapanema region of São Paulo state, Brazil.** Ano 15. n. 21 p. 08-32, 2012.

FABRINI, João Edmilson; ROOS, Djoni; MARQUES, Erwin Becker; GONÇALVES, Leandro Daneluz. **Lutas e resistências no campo paranaense e o projeto Dataluta-PR.** Ano 15. n. 21 p. 33-49, 2012.

DAL POZZO, Clayton Ferreira. **Pelo espaço ou pelo território? Possibilidades de articulação para se compreender a territorialidade e a fragmentação socioespacial.** Ano 15. n. 21 p. 50-68, 2012.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Aportes metodológicos de la teoría del desarrollo territorial.** Ano 15. n. 21 p. 69-78, 2012.

MORENO, Glaucia de Sousa; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **O drama da instalação de famílias agricultoras na mesorregião sudeste paraense.** Ano 15. n. 21 p. 79-99, 2012.

PATRÍCIO, Patrícia Cartes; GOMES, João Carlos Costa. **Desenvolvimento rural sustentável, planejamento e participação.** Ano 15. n. 21 p. 100-113, 2012.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Movimento étnico-socioterritorial Guarani e Kaiowa no estado de Mato Grosso do Sul: disputas territoriais nas retomadas pelo *Tekoha-Tekoharã*.** Ano 15. n. 21 p. 114-134, 2012.

ROSSETTO, Onélia Carmem; GIRARDI, Eduardo Paulon. **Dinâmica agrária e sustentabilidade socioambiental no Pantanal brasileiro.** Ano 15. n. 21 p. 135-161, 2012.

OMENA, Maria Luiza Rodrigues de Albuquerque; SOUZA, Roberto Rodrigues de; SOARES, Maria José Nascimento. **Contradições do programa sergipano de biodiesel.** Ano 15. n. 21 p. 162-172, 2012.

GARRIDO, Hellen Charlot Cristancho. **Vivir bien ¿paradigma no capitalista?** Ano 15. n. 21 p. 173-180, 2012.

AVILA, Camilo Alejandro Bustos. **O componente social do Plano Colômbia e a territorialidade da comunidade camponesa-indígena Awá do departamento de Putumayo (Colômbia).** Ano 16. n. 22. p. 09-26, 2013.

BARRI, Juan. **Renta Agraria em contextos de alta productividad: las contradicciones emergentes en el actual régimen de producción agropecuaria argentino.** Ano 16. n. 22. p. 27-42, 2013.

LOBOS, Damian Andres. **Los territorios de la desposesión: los enclaves y la logística como territorialización del modelo extractivo sudamericano.** Ano 16. n. 22. p. 43-54, 2013.

BELLACOSA, Julia Marques. **Os desafios da produção camponesa frente à expansão dos agrocombustíveis, o assentamento Monte Alegre: Araraquara-SP**. Ano 16. n. 22. p. 55-81, 2013.

OYAHANTÇABAL, Gabriel. **Los tres campos em la cueston agraria en Uruguay.** Ano 16. n. 22. p. 82-95, 2013.

MACEDO, Magno Roberto Alves; DARNET, Laura Angélica Ferreira; THALÊS, Marcelo Cordeiro; POCCARD-CHAPUÍS, Rene. **Configuração espacial do desflorestamento em fronteira agrícola na Amazônia: um estudo de caso na região de São Félix do Xingu, estado do Pará.** Ano 16. n. 22. p. 96-110, 2013.

MACHADO, Maria Rita Ivo de Melo; ALBUQUERQUE, Mariana Zerbone Alves de. **Nova lógica na produção de cana-de-açúcar na Zona da Mata pernambucana: transformações fundiárias para a perpetuação das relações de poder**. Ano 16. n. 22. p. 111-126, 2013.

VARGAS, Daiane Loreto. **Trabalho dos extensionistas no contexto da ATES: o caso dos assentamentos de Candiota/RS**. Ano 16. n. 22. p. 127-137, 2013.

CARDONA, David Vásquez. **Disputas territoriales con el capital, las subordinaciones, paradigmas y modelos de desarrollo**. Ano 16. n. 23. p. 09-26.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos. **Território (i)material e Geografia Agrária: Paradigmas em Questão**. Ano 16. n. 23. p. 27-42, 2013.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio. **Agricultura de beira de estrada ou agropecuária marginal ou, ainda, o campesinato espremido**. Ano 16. n. 23. p. 43-59, 2013.

CUBAS, Tiago Egídio Avanço. **Aspectos da formação da opinião pública paulista: um estudo baseado no Dataluta jornal de 1988 a 2010**. Ano 16. n. 23. p. 60-80, 2013.

CASTRO, Cloves Alexandre. **Movimento social e geografia: contribuição ao debate**. Ano 16. n. 23. p. 81-108, 2013.

MORALES, Selene. **La "sojización" y la tierra en disputa: desarrollo del capitalismo agrario en Uruguay**. Ano 16. n. 23. p. 109-130, 2013.

SILVA, Tanise Pedron da; COSTABEBER, José Antônio. **A (re)organização da produção: um estudo da segurança alimentar nos assentamentos de reforma agrária Santa Rita e Sepé Tiaraju, município de Capão do Cipó (RS)**. Ano 16. n. 23. p. 131-149, 2013.

SILVA, Raimundo Pires. **As especificidades da nova ATER para agricultura familiar**. Ano 16. n. 23. p. 150-166, 2013.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A Via Campesina: a globalização e o poder do campesinato**. Ano 16. n. 23. p. 167-170, 2013.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; HÉRNANDEZ, David Gallar; COLADO, Ángel Calle. **A "nova" questão agrária em Andalucía: processos de recampesinização em tempos de impérios agroalimentares**. Ano 17. n. 24. p. 09-35, 2014.

CUTINELLA, César. **La cuestión agraria uruguaya en los manuales escolares de geografía: una aproximación a su evolución histórica**. Ano 17. n. 24. p. 36-50, 2014.

BATISTA, Ândrea Francine. **A formação e a organização política na territorialização contra-hegemônica: a experiência da Via Campesina sudamérica**. Ano 17. n. 24. p. 51-70, 2014.

BELO, Diego Carvalhar; PEDLOWSKI, Marcos Antônio. **Acampamentos do MST e sua importância na formação da identidade do sem terra**. Ano 17. n. 24. p. 71-85, 2014.

JARA, Cristian Emanuel; SPERAT, Ramiro Rodríguez; RINCÓN, Luis Felipe. **La agricultura familiar en el desarrollo rural: continuidades y rupturas del paradigma neoliberal en argentina y Colombia**. Ano 17. n. 24. p. 86-106, 2014.

PASINI, Isabela Leão Ponce; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho; SILVA, Douglas Mansur da. **Modernização nas comunidades negras rurais do Sapê do Norte: discursos e práticas de (des)envolvimento e meio ambiente**. Ano 17. n. 24. p. 107-121, 2014.

SILVA, Rafael Navas; SILVA, Ivone da; MARTINS, Cibele Chalita. **Formação de coletores de sementes nativas da mata atlântica**. Ano 17. n. 24. p. 122-132, 2014.

NORDER, Luis Antônio Cabello. **Controvérsias sobre a reforma agrária no Brasil (1934-1964)**. Ano 17. n. 24. p. 133-145, 2014.

VASSALLO, Miguel; CHAVES, Ethel Ferreira. **Colonización y nuevas formas de acceso a la tierra de productores familiares: enseñanzas de la colonia Maestro Soler en Uruguay**. Ano 17. n. 24. p. 146-166, 2014.

COSCIONE, Marco; PINZÓN, Viviana García. **Paro nacional agrario en Colombia: TLCS y perspectivas del movimiento social y popular**. Ano 17. n. 24. p. 167-190, 2014.

ZIMERMAN, Artur. **Conhecendo a questão agrária por seus atores**. Ano 17. n. 24. p. 191-200, 2014.

BRUSCHI, Rita. **Manifestaciones de la cuestión agraria en Uruguay.** Ano 17. n. 25. p. 10-24, 2014.

PORTO, José Renato Sant'Anna. **O discurso do agronegócio: modernidade, poder e "verdade".** Ano 17. n. 25. p. 25-46, 2014.

NAHUN, João Santos; PAIXÃO JÚNIOR, Paulo Roberto Carneiro. **Encontros e desencontros: fronteira, agronegócio da soja e campesinato no Planalto Santareno (PA).** Ano 17. n. 25. p. 47-70, 2014.

COELHO, Douglas Cristian; FABRINI, João Edmilson. **Produção de subsistência e autoconsumo no contexto de expansão do agronegócio.** Ano 17. n. 25. p. 71-87, 2014.

SILVA, Mariele de Oliveira; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Reforma agrária nos municípios de Cáceres/MT e Selvíria/MS: agronegócio, subordinação e emancipação camponesa.** Ano 17. n. 25. p. 8-101, 2014.

SANTOS, Rafael de Oliveira Coelho dos. **A expansão do agronegócio sobre os assentamentos da reforma agrária: o caso do PA Fazenda Primavera (Andradina-SP).** Ano 17. n. 25. p. 102-135, 2014.

LEITE, Vinícius Rocha; PEDLOWSKI, Marcos Antonio; HADDAD, Ludimila Neves. **Assentamentos de reforma agrária como agentes de recuperação da cobertura vegetal em paisagens degradadas de Mata Atlântica na região norte fluminense.** Ano 17. n. 25. p. 136-146, 2014.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN, Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Políticas públicas e comunidades tradicionais: uma análise dos projetos de desenvolvimento local sustentável na Mata Atlântica.** Ano 17. n. 25. p. 147-161, 2014.

SOARES, Simone Fernandes. **Um processo de capacitação de jovens e adultos remanescentes de quilombolas dos Caetanos de Capuan, Caucaia – Ceará.** Ano 17. n. 25. p. 162-181, 2014.

PEREIRA, Lorena Izá. **Políticas fundiárias no Brasil: uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil.** Roma: International Land Coalition (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 182-185, 2014.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno.** São Paulo: Expressão Popular (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 186-191, 2014.

TRICHES, Rozana Maria; GRISA, Cátia**. Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica da intransigência.** Ano 18. n. 26. p. 11.28, 2015.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Addressing rural poverty and food insecurity through local food purchasing and school lunch programs: PAA Africa, PRONAE and the creation of institutional markets in Mozambique.** Ano 18. n. 26. p. 29-52, 2015.

CHRISTANCHO GARRIDO, Hellen Charlot. **Abordagem territorial da segurança alimentar: articulação do campo e da cidade no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): considerações sobre o caso colombiano.** Ano 18. n. 26. p. 53-71, 2015.

PEIXOTO, Angêla Maria; OLIVEIRA, Adriano Rodrigues. **Abordagem territorial nas políticas públicas de desenvolvimento rural: uma análise do PAA para a produção camponesa no município de Ipameri-GO.** Ano 18. n. 26. p. 72-94.

SILVA, Arthur Boscariol; PEDRON, Nelson Rodrigo. **Reprodução do campesinato através de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar: a dinâmica do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Ourinhos-SP.** Ano 18. n. 26. p. 95-112.

TEIXEIRA, Carine Andrade; NORDER, Luís Antonio Cabello. **Participação indígena no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** Ano 18. n. 26. p. 113-124, 2015.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos. **Os quilombolas e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Vale do Ribeira Paraná: diversidades culturais, enquadramentos burocráticos e ações dos mediadores técnicos e sociopolíticos**. Ano 18. n. 26. p. 125-148, 2015.

LEAL, Sidney Cássio Todescato. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Pontal do Paranapanema.** Ano 18. n. 26. p. 149-166, 2015.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como uma política pública emancipatória no território Cantuquiriguaçu-PR.** Ano 18. n. 26. p. 167-184, 2015.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; SCHIVINATTO, Mônica. **Soberania alimentar e territórios camponeses: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** Ano 18. n. 26. p. 185-205, 2015.

GOLDFARB, Yamila. **Consolidação da hegemonia das corporações, monopolização do território e acumulação por espoliação: o caso da Cargill no Brasil e na Argentina**. Ano 18. n. 27. p. 11-37, 2015.

VÁSQUEZ CARDONA, David. **La crisis cafetera: elementos para una discusión sobre los análisis de los sistemas alimentarios.** Ano 18. n. 27. p. 38-52, 2015.

MAGGI, Leonardo Bauer. **Itaipu e a formação do território do capital.** Ano 18. n. 27. p. 53-63,
2015.

SOBREIRO FILHO, José. **O(s) movimento(s) por trás das dissensões: rupturas, agregação, lideranças e poder nas dissidências do Pontal do Paranapanema**. Ano 18. n. 27. p. 64-95, 2015.

MORAES, Vitor de; WELCH, Clifford Andrew. **A disputa territorial e o controle das políticas no território Cantuquiriguaçu - estado do Paraná: a participação dos movimentos socioterritoriais e o papel do estado**. Ano 18. n. 27. p. 96-112, 2015.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini**. Análise do processo de espacialização do MST no estado de São Paulo em diferentes contextos histórico-geográficos**. Ano 18. n. 27. p. 113-137, 2015.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN; Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco dos; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Transição alimentar em comunidade quilombola no litoral sul de São Paulo/Brasil.** Ano 18. n. 27. p. 138-155, 2015.

NETO, João Augusto de Andrade. **A teoria e a prática do MST para a cooperação e a organização em assentamentos rurais.** Ano 18. n. 27. p. 156-182, 2015.

ROS, César Augusto Da; PICCIN, Marcos Botton. **A implantação do programa de assessoria técnica, social e ambiental aos assentamentos de reforma agrária no estado do Rio de Janeiro nos anos de 2002 a 2008: diretrizes, formatos institucionais e dinâmica de execução.** Ano 18. n. 27. p. 183-213, 2015.

SILVA, Edson Batista; CALAÇA, Manoel. **Disputas pela terra e na terra: possibilidades para produção agroecológica no assentamento Cunha, em Cidade Ocidental, GO.** Ano 18. n. 27. p. 214-239, 2015.

VASCONCELOS, Joana Salém. **Propriedade coletiva em debate: caminhos da revolução agrária em Cuba (1959-1964).** Ano 18. n. 27. p. 240-258, 2015.

PAZ, Raúl; LIPSHITZ, Héctor; ZERDA, Hugo Raúl; TIEDEMAN, José. **Estructura agraria, áreas de concentración de la agricultura familiar y procesos de expansión de la frontera agropecuaria en Santiago del Estero, Argentina.** Ano 18. n. 27. p. 259-279, 2015.

GALLAR HERNÁNDEZ, David; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Revisitando la agroecología: entrevista a Eduardo Sevilla Guzmán.** Ano 18. n. 27. p. 280-295, 2015.

RIBEIRO, Edson Sabatini. **RESENHA: Dinâmicas de classe da mudança agrária.** Ano 18. n. 27, p. 296-300, 2015.

MANRIQUE, Luis Felipe Ricón. **(Neo)extrativismo e despojo no sul global: conflitos e resistências nos territórios.** Ano 18, n. 28, p. 09-18, 2015.

ARACH, Omar. **Problemática y febril. Una mirada a la expansión del biodiesel en argentina.** Ano 18, n. 28, p. 19-31, 2015.

GOLDFARB, Yamila. **Expansão da soja e financeirização da agricultura como expressões recentes do regime alimentar corporativo no Brasil e na Argentina: o exemplo da Cargill.** Ano 18, n. 28, p. 32-67, 2015.

ACOSTA Claudia Yolima Devia. **Orinoquia colombiana, la influencia del agronegocio y la actividad petrolera: territorialidades en disputa.** Ano 18, n. 28, p. 68-91, 2015.

BINSZTOK, Jacob; CARNEIRO, Mônica. **Integração nacional, desenvolvimento capitalista e projetos modernizantes na Amazônia: retrospectiva e perspectiva de despojos da mineração Rio do Norte – PA.** Ano 18, n. 28, p.92-105, 2015.

MATO, Elmer Agostinho Carlos de; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **Exploração do carvão mineral de Benga em Moçambique e a expropriação da terra dos nativos: alguns apontamentos referentes à acumulação por espoliação.** Ano 18, n. 28, p.106-131, 2015.

RODRIGUEZ, Violeta R. Nuñez. **Minería en México en el marco de la acumulación por desposesión.** Ano 18, n.28, p. 132-148, 2015.

WAHREN, Juan ;SCHVARTZ, Agustina. **Disputas territoriales en el valle del intag en Ecuador: de la resistencia social contra la mega-minería a la creación de alternativas al desarrollo.** Ano 18, n. 28, p. 149-164, 2015.

RIEIRO, Anabel; POSADA**,** Valentina. **Megaminería en Uruguay:conflictos estructurantes de un nuevo campo en disputa.** Ano 18. n. 28, p.165-185, 2015.

DRUMOND, Nathalie. **A guerra da água na Bolívia: a luta do movimento popular contra a privatização de um recurso natural.** Ano 18. n.28. p. 186-205, 2015.

MIGUEZ, Susana Edith Rapp; TORIZ, Rosalia Vázquez; CAPILA, Maristela Amaro; MENDOZA, Xóchilt Formacio. **La disputa por los territorios rurales frente a la nueva cara del extractivismo minero y los procesos de resistencia en puebla, México**. Ano 18. n.28. p.206-222, 2015.

FALERO, Alfredo. **La potencialidad heurística del concepto de economía de enclave para repensar el territorio.** Ano 18. n.28. p.223-240, 2015.

GÓMEZ, Sergio. **Las directrices voluntarias sobre gobernanza responsable de la tenencia de los recursos naturalesy su aplicación desde américa latin.** Ano 18. n.28. p. 241-264, 2015.

ZICARI, Julián. **Neoextractivismo en Sudamérica. El caso del lítio.** Ano. 18. n. 29.p.10-47, 2015.

PEREIRA, Lorena Izá**. Governança da posse e estrangeirização de terras: apontamentos e perspectivas.** Ano. 18. n. 29, p. 48- 69, 2015.

FACCO, Vinicíus Antonio Banzano. **Alternativas aos impérios agroalimentares a partir do campesinato agroecológico: as experiências do acampamento agroflorestal José Lutzenberger (MST-Antonina/PR.** Ano. 18. n. 29.p.70- 100, 2015.

BATISTA, Edimar Eder. **Complexidade das relações entre campo e cidade: perspectivas teóricas.** Ano. 18. n. 29, p.101-132, 2015.

DETTMER, Carlos Alberto; SILVA, Nardel Luiz Soares da. **Agricultura familiar – estudo de caso no assentamento Teijin, município de Nova Andradina, MS.** Ano. 18. n. 29.p.133-150, 2015.

MOREIRA, Fabiano Greter; SCHILINDWEIN, Madalena Maria. **Sucessão da gestão na agricultura familiar: um estudo de caso no assentamento Santa Olga no município de Nova Andradina em Mato Grosso do Sul.** Ano. 18. n. 29.p. 151-173, 2015.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; GRISA, Felipe Fontoura; SCHIMITZ, Luiz Antonio. **Considerações sobre a experiência de construção de cisternas em Unidades de Produção e Vida Familiares (UPVFs) do município de Francisco Beltrão – Paraná.** Ano. 18. n. 29.p.174-193, 2015.

VENTURA, Claúdio Barbosa. **Formação continuada de professores das escolas do campo no município de Governador Valadares – MG.** Ano. 18. n. 29, p.220 -232, 2015.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Discusiones ontológicas sobre una tipología de territorios**. Ano 19, n. 30, p. 10-30, 2016.

LOPES, Gabriel Rodrigues. **"¡Ese desarrollo quiere acabar con nosotros/as!": del horizonte colonial al giro epistémico des-colonizador**. Ano 19, n.30, p. 31-57, 2016.

PFRIMER, Matheus Hoffman; BARBOSA JUNIOR, Ricardo Cesar. **(De)Securitizing collectives of the Brazilian Cerrado and the implementation of an agribusiness complex.** Ano 19, n. 30, p.58-79.

ANDRADE, Patrícia Soares; VIANA, Masilene Rocha. **Entre o avanço do agronegócio e a política de assentamentos rurais: a intervenção pública na questão agrária e fundiária piauiense.** Ano 19, n. 30, p.80-97, 2016.

OLIVEIRA, Alyne Maria Sousa et al. **Indicadores de sustentabilidade cultural de assentamentos rurais em Teresina-PI.** Ano 19, n.30, p.98-147, 2016.

CARDONA, David Vásquez; SOBREIRO FILHO, J. S. **Os movimentos socioterritoriais: entre as classes e os movimentos populares.** Ano 19, n.30, p.148-168, 2016.

FARIAS, Maria Isabel. **Educação do/no Campo, um território em disputa: avanços e conquistas.** Ano 19, n. 30, p. 188-204, 2016.

ROSS, Djoni. **A reprodução contraditória do campesinato frente a territorialidade do agronegócio: subordinações e resistências em assentamentos rurais no Centro-Sul do Paraná**. Ano 19, n. 30, p. 169-187, 2016.

DRUZIAN, Franciele et al. **O estudo do lugar na escola do campo.** Ano 19, n. 30, p. 205-228, 2016.

SANTOS, Ricardo Menezes. **A formação do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA: por soberania alimentar, contra a mercadorização do campo no Brasil**. Ano 19, n. 31, p. 10-31, 2016.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **A construção da emancipação humana nos territórios da reforma agrária: o caso do conglomerado cooperativo da produção ecológica de arroz nos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre.** Ano 19, n. 31, p. 32-50, 2016.

JUNQUEIRA, Victor Hugo. **Da cafeicultura ao agronegócio canavieiro: o papel do Estado na consolidação do setor sucroalcooleiro na região de Ribeirão Preto-SP**. Ano 19, n. 31, p. 51-71, 2016.

PERAFÁN, Mireya Eugenia Valencia; WALTER, Maria Inez Machado Telles. **A percepção das condições de vida pelas populações dos territórios rurais, além das análises sobre o desempenho dos sistemas produtivos**. Ano 19, n. 31, p. 72-90, 2016.

TRICHES, Rozane Marcia; SCHABARUM, Joseane Carla; GIOMBELLI, Giovana Paludo. **Demanda de produtos da agricultura familiar e condicionates para a aquisição de produtos orgânicos e agroecológicos pela alimentação escolar no sudoeste do estado do Paraná**. Ano 19, n. 31, p. 91-110, 2016.

ROCHA, João Henrique; ANJOS, Flávio Sacco dos. **Agricultura familiar e os mercados institucionais: análise do Programa de Aquisição de Alimentos (CPR-Doação) em Boa Vista – Roraima**. Ano 19, n. 31, p. 111-142, 2016.

EDUARDO, Márcio Freitas. **Agroecologia e o processo de ativação de territorialidades camponesas**. Ano 19, n. 31, p. 143-165, 2016.

SCHEUER, Junior Miranda. A**groecologia: cuidando da saúde do planeta – palestra de Leonardo Boff.** Ano 19, n. 31, p. 166-179, 2016.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **20 anos da proposta de soberania aimentar: construindo um regime alimentar coorporativo**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 14-33, 2016.

CAMARGO, Regina Aparecida Leite de; BACCARIN, José Giacomo; SILVA, Denise Boito Pereira da. **Mercados institucionais para a agricultura familiar e soberania alimentar**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 34-55, 2016.

DEBUS, Dieterson; SILVA, Nardel Luiz Soares da; LIBERMANN, Angelita Pinto; MEZNER, Cristiano Luiz; RIBEIRO FILHO, Geraldo Valentin. **Avaliação do perfil dos agricultores que fornecem produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA no município de Toledo – PR**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 56-71, 2016.

ARAÚJO, Gracieda dos Santos. **Soberania alimentar e políticas públicas para a agricultura familiar na América Latina: o caso do Brasil e da Argentina.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 72-90, 2016.

TORRES, Fernanda; GLENZA, Fernando; SANTARSIERO, Luis; OTTENHEIMER**. La soberanía alimentaria desde la externsión universitaria: repensando 'los' territorios y la distinción Urbano/Rural a través de la experiencia de la Cátedra Libre de Soberanía Alimentaria (UNLP-Argentina)**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 91-110, 2016.

HOCSMAN, Luis Daniel. **Soberanía alimentaria y conflictividad agraria en Argentina. Movimiento Campesino-Indígena, patrones rurales y gobierno a partir del paro agropecuario del 2008.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 111-127, 2016.

PEREIRA, Lorena Izá**. Soberania alimentar no Paraguai: a atuação do Estado e a luta dos movimentos sociais**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 128-152, 2016.

SALAZAR, Oswaldo Viteri. **Incidencia de los programas agrarios gubernamentales en la cadena de valor del cacao fino y de aroma en Ecuador**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 153-169, 2016.

CATACORA-VARGAS, Georgina; ZONTA, Aymara Llaque; JACOBI, Johanna; BURGOA, Freddy Delgado. **Soberanía alimentaria: reflexiones a partir de diferentes sistemas alimentarios de Santa Cruz, Bolívia**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 170-194, 2016.

SILVA, Lucas Bento da. **Impacto econômico e soberania alimentar e nutricional: um estudo de caso na comunidade negra rural Palenqueira San Juan de Palos Prieto, região do Caribe Colombiano.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 195-213, 2016.

WALLENIUS, Carlos Rodríguez; CONCHEIRO BÓRQUEZ, Luciano. **Sin maíz no hay país. Luchas indígenas y campesinas por la soberanía alimentaria y un proyecto de nación en México**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 215-235, 2016.

JÖNSSON, Malin. **De una crisis alimentaria haci una crisis productive (2008-2015): el caso del maíz en el municipio de Tonatico, estado de México**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 236-275, 2016.

PERÉZ, Flor Edilma Osorio. **"No podemos hablar de paz si tenemos hambre". Despojo campesino y soberanía alimentaria en Colombia**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 276-296, 2016.

MAGDSICK, Silvia; PIEDRABUENA, Gabriel; CARDOSO, Gabriela. **Hablemos con la boca llena. La soberanía alimentaria desde la comunicación comunitária** (Relatório de Campo. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 297-314, 2016.

CASTELO, Carlos Estevão Ferreira. **Escritas de ouvido: o manejo "sustentado" de madeira em Xapuri/AC**. Ano 19, n. 33, p. 12-29, 2016.

SANTOS,Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da. **O uso dos recursos naturais do Cerrado para a produção artesanal: um estudo de caso entre os índios Krahô**. Ano 19, n. 33, p. 30-46, 2016.

SANTOS,Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da; ALEXANDRE, Adla Alves; KANIKADAN, Andrea Yumi Sugishita; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula**. Manutenção do sistema agroalimentar em território de conservação ambiental: o caso da APA Planalto do Turvo/Vale do Ribeira/SP**. Ano 19, n.33, p. 47-62, 2016.

SIMÕES, Willian; MOTENEGRO GÓMEZ, Jorge Ramón. **Jovens Faxinalenses no estado do Paraná: a produção das territorialidades em situação de fronteira**. Ano 19, n. 33, p. 63-97, 2016.

HECK, Fernando Mendonça. **Transformações técnicas na avicultura e os sujeitos sociais no território**. Ano 19, n. 33, p. 98-118, 2016.

BALDASSARINI, Jéssica de Sousa; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. **A importância da atividade cafeeira no município de Marília e as novas conjunturas socioeconômicas da atividade em âmbito regional**. Ano 19, n. 33, p. 119-138, 2016.

IORIS, Antonio Augusto Rossotto. **Agribusiness in Brazil: The narrative drives on**. Ano 19, n. 33, p. 139-154, 2016.

SANTOS, Roberto Souza. **A microrregião geográfica de Rondonópolis-MT e sua polarização na economia regional**. Ano 19, n. 33, p. 155-180, 2016.

ALMEIDA, Moisés Diniz de; AMORIM, Franciel Coelho Luz de; PEREIRA, Flávio. **A política de reforma agrária no Vale do São Francisco: semifeudalidade e capitalismo burocrático no campo**. Ano 19, n. 33, p. 181-205, 2016.

MAIA, Carlos Roberto da Silva; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de; BEZERRA, Israel Rodrigues. **Crise energética e agrodiesel: determinações globais da produção capitalista do espaço agrário brasileiro**. Ano 19, n. 33, p.206-233, 2016.

ESTÉVEZ, Pablo Díaz. **Acceso a la tierra, acción colectiva y reforma agraria en el Uruguay**. Ano 19, n. 33, p. 234-254, 2016.

LIMA, Adelso Rocha; GIRARDI, Eduardo Paulon; MANCIO, Daniel; NUNES, Diorgenes da Costa. **Impactos da monocultura de eucalipto sobre a estrutura agrária nas regiões norte e central do Espírito Santo.** Ano 19, n. 34, edição especial, p. 12-36, 2016.

AGUIAR JÚNIOR, Paulo César. **A modernização conservadora como uma vertente da territorialização do capital à norte do Rio Doce no Espírito Santo**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 37-60, 2016.

MOREIRA, Emilia de Rodat Fernandes; DANTAS, José Carlos; DANTAS, Diego dos Santos; NASCIMENTO, André Paulo do; RAGALA, Raisa Maria; TARGINO, Ivan; MOREIRA, Juliana Fernandes; VIANNA, Pedro da Costa Guedes. **A luta por água no estado do Paraíba: contradições e conflitos**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 61-81, 2016.

REIS, Talles Adriano; PELISSARI, Lucas Barbosa. **Concentração fundiária e assentamentos de reforma agrária: uma análise da estrutura agrária de Zona da Mata pernambucana**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 82-106, 2016.

BEZERRA, Lívia Morena Brante. **Cooperação internacional e a disputa do desenvolvimento no Haiti**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 107-118, 2016.

VANESKI FILHO, Ener; LOERA, Nashieli Rangel. **Os brasiguaios sem-terra na reforma agrária**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 119-143, 2016.

TROILO, Gabriel; ARAÚJO, Maria Nalva Rodrigues. **O papel da juventude camponesa na construção deeconomias de resistência no semiárido nordestino**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 144-156, 2016.

ANDRADE, Jailton Santos; FERNANDES, Silvia Aparecida de Souza. **A importância da educação contextualizada para o desenvolvimento do semiárido**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 157-175, 2016.

ARAÚJO, Gracieda dos Santos; CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. **Uma análise da dimensão educativa das cooperativas de crédito rural solidário no território do Sisal - Bahia**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 176-202, 2016.

CERONI, Mauricio. **Profundización del capitalismo agrário en el Uruguay: dinámicas en el espacio agrario durante el comienzo del siglo XXI.** Ano 20, n. 35, p.12-40, 2017.

VILLULLA, Juan Manuel. **Los sonidos del silencio. Formas de resistencia de los obreros asalariados en la agricultura pampeana**. Ano 20, n. 35, p.41-64, 2017.

CUNHA, Maria das Graças Campolina; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A modernidade do campo e as transformações das relações hierárquicas**. Ano 20, n. 35, p.65-82, 2017.

REFATI, Daiana Caroline; FABRINI, João Edimilson; MARSCHNER, Walter Roberto. **O trabalho das mulheres nos assentamentos Antônio Companheiro Tavares em São Miguel do Iguaçu e Ander Rodolfo Henrique em Diamante do Oeste – Paraná**. Ano 20, n. 35, p.83-107, 2017.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Camponeses e proto-camponeses: os sujeitos da luta pela terra no estado de São Paulo**. Ano 20, n. 35, p.108-132, 2017.

MELO, Thiago da Silva. **A necessidade da reforma agrária na região do Contestado Catarinense**. Ano 20, n. 35, p.133-152, 2017.

MAIA, Rosane Oliveira Martins; RAVENA, Nirvia; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. **Reforma agrária do governo Lula: a regularização fundiária e os assentamentos ilhas do Pará**. Ano 20, n. 35, p.153-173, 2017.

HOYOS, Claudia Janet; D'AGOSTINI, Adriana. S**egurança alimentar e soberania alimentar: convergências e divergência**s. Ano 20, n. 35, p.174-198, 2017.

CAMPOS, Margarida Cassia; GALLINARI, Tainara Sussai. **A Educação escolar quilombola e asescolas quilombolas no Brasil**. Ano 20, n. 35, p.199-217, 2017.

OLIVEIRA, André Santos de; FARIAS, Rafael Guimarães; OLALDE, Alicia Ruiz. **Avanços e desafios do programa de assessoria técnica, social e ambiental – ATES em projetos de assentamento no Vale do Jequiriçá – BA**. Ano 20, n. 35, p.218-229, 2017.

CAMARGO, Jéssica Silva Moreira; NAVAS, Rafael. **Programas institucionais de compra da agricultura familiar no município de Ribeirão Grande/SP:uma análise a partir da produção e consumo**. Ano 20, n. 35, p.230-245, 2017.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **Produção ecológica de arroz dos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre: um caso de gestão participativa e geração de conhecimentos.** Ano 20, n. 35, p.246-265, 2017.

SALAZAR, Oswaldo Viteri; RAMOS-MARTÍN, Jesús. **Organizational structure and commercialization of coffee and cocoa in the northern Amazon region of Ecuador**. Ano 20, n. 35, p.266-287, 2017.

CLAUDINO, Guilherme dos Santos. **Pensamentos e tensões nos estudos do rural na pós-graduação em Geografia no Brasil**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 13-35, 2017.

CARDOSO, Messias Alessandro. C**onflitualidade e disputa paradigmática do conceito de mobilidade territorial do trabalho**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 36-57, 2017.

LIZARAZO, Robinzon Piñeros. **Contribuições para a conceitualização da mobilidade territorial do trabalho**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 58-81, 2017.

ROSA, Paulo Roberto. **A exclusão digital como uma estratégia engendrada pelo capital para restringir o desenvolvimento territorial do campesinato**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 82-106, 2017.

PEREIRA, Lorena Izá. **Estrangeirização da terra: (des) construindo uma definição a partir da Geografia**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 107-132, 2017.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Estrangeirização de terras: disputas paradigmáticas e territoriais no PA São Judas (MS)**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 133-158, 2017.

RABELLO, Diógenes. **Agrohidronegócio, campesinato e a disputa pelo território no Pontal do Paranapanema (SP)**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 159-177, 2017.

SILVA, Hellen Carolina Gomes Mesquita da. **Análise da atualidade das ações dos movimentos socioterritoriais camponeses e urbanos no estado de São Paulo: MST e MTST**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 178-195, 2017.

NOGUEIRA, Amauri Tadeu Barbosa. **A categoria renda da terra: da economia política à geografia agrária**. Ano 20, n. 37, p. 13-27, 2017.

FERNANDEZ, Carlos Maximiliano Macias. **Estrategias epistemológicas en la Geografía agraria contemporánea. Tres ejemplos aplicados ala definición de campesinado**. Ano 20, n. 37, p. 28-53, 2017.

NAHUM, João Santos. **Do sítio camponês ao lote de dendê: transformações do espaço rural na Amazônia paraense no século XXI**. Ano 20, n. 37, p. 54-76, 2017.

BRAGA, Luís Carlos; SAQUET, Marcos Aurelio. **Elementos camponeses na agropecuária do município de Marmeleiro (PR)**. Ano 20, n. 37, p. 77-104, 2017.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos de. **Agroecologia por contrato, é possível?** Ano 20, n. 37, p. 105-128, 2017.

NUNES, Patricia Joia. MARJOTTA-MAISTRO, Marta Cristina.**O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na comercialização de produtos agroecológicos do assentamento "Mario Lago", Ribeirão Preto/SP**. Ano 20, n. 37, p. 129-153, 2017.

OLIVEIRA, Alexandra Maria de; SAMPAIO, Antônio Jeová Moura. **Escola camponesa: a horta didática em área de reforma agrária**. Ano 20, n. 37, p. 154-168, 2017.

GRIS, Vanessa Gleica Cantú; BERTOLINI, Geysler Rogis Flor; JOHANN, Jerry Adriani. **Cisternas rurais: viabilidade econômica e percepção de agricultores do município de Polatina-PR**. Ano 20, n. 37, p. 169-194, 2017.

MAIA, Ricardo Eduardo de Freitas; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz; CALVI, Miquéias Freitas. **Dilemas do processo de desterritorialização de famílias atingidas por grandes projetos na Volta Grande do Xingu, Pará, Brasil**. Ano 20, n. 37, p. 195-215, 2017.

SANTOS, Joseane dos; LIMA, Sebastião Henrique Santos; SOUZA, Gabriela Coelho de. **Políticas territoriais voltadas aos remanescentes de quilombos em territórios rurais no Rio Grande do Sul: o caso do Quilombo Chácara da Cruz no município de Tapes**. Ano 20, n. 37, p. 216-233, 2017.

BARBETTA, Pablo Nicolás; DOMÍNGUEZ, Diego Ignacio. **Conflictos por la justicia ambiental en la provincia de Chaco: disputas en torno al daño y la sustentabilidad en poblaciones rurales**. Ano 20, n. 37, p. 234-252, 2017.

NEUMANN, Estevão; FAJARDO, Sérgio. **Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turvo-PR: reflexões sobre as contribuições do sindicalismo rural na agricultura familiar**. Ano 20, n. 37, p. 253-277, 2017.

ZAJONZ, Bruna Tadielo; VILWOCK, Ana Paula Schervinski; SILVEIRA, Viecente Celestino Pires. **A fumicultura brasileira e as políticas públicas associadas ao Programa Nacional de Diversificação em áres cultivadas com tabaco**. Ano 20, n. 37, p. 278-293, 2017.

KROLOW, Ivan Renato Cardoso; PELLEGRINI, André; ALVAREZ, Jimmy Waltr Rasche; KROLOW, Daniela da Rocha Vitoria; TROIAN, Alexandre; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos; REICHERT, José Miguel. **Fenômenos El Niño e La Niña em duas bacias hidrográficas na mesorregião Centro Ocidental Rio-grandense: assentamento Alvorada**. Ano 20, n. 37, p. 294-316, 2017.

BRUNA, Natacha. **Economia política da governação: política econômica de controle, manutenção e reprodução de poder**. Ano 20, n. 38, p. 13-40, 2017.

MANDAMULE, Uacitissa António. **Discursos sobre o regime de propriedade da terra em Moçambique**. Ano 20, n. 38, p. 41-67, 2017.

MOSCA, João. **Agricultura familiar em Moçambique: ideologias e políticas**. Ano 20, n. 38, 68-105, 2017.

ABBAS, Máriam. **(In)Segurança alimentar e território em Moçambique: discursos políticos e práticas**. Ano 20, n. 38, p. 106-131, 2017.

LIBOMBO, Sergio Elias; FERRANTE, Vera Lucia Silveira Botta; DUVAL, Henrique Carmona; LORENZO, Helena Carvalho de. **Associações agrícolas e desenvolimento local em Moçambique: perspectivas e desafios da Associação Livre de Mahubo**. Ano 20, n. 38, p. 132-150, 2017.

CATSOSSA, Lucas Anastácio. **O campo moçambicano no século XXI: dilemas e perspectivas do campesinato frente às grandes corporações do agronegócio**. Ano 20, n. 38, p. 151-178, 2017.

CABRAL, Lidia. **Priests, technicians and traders? the discursive politics of Brazil's agricultural cooperation in Mozambique**. Ano 20, n. 38, p. 179-219, 2017.
NOGUEIRA, Isabela; OLLINAHO, Ossi; BARUCO, Grasiela; SALUDJIAN, Alexis; PINTO, José Paulo Guedes; BALANCO, Paulo; PINTO, Eduardo Costa; SCHONERWALD, Carlos. **Investimentos e cooperação do Brasil e o padrão de acumulação em Moçambique: reforçando dependência e porosidade?**. Ano 20, n. 38, p. 220-254, 2017.

ZANELLA, Matheus; CASTRO, Carolina Milhorance. **A face internacional de uma disputa de modelos rurais: entendendo a economia política da cooperação brasileira em agricultura com Moçambique**. Ano 20, n. 38, p. 255-279, 2017.

MATOS, Elmer Agostinho Carlos de; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **Exploração mineira em Moçambique: uma análise do quadro legislativo**. Ano 20, n. 38, p. 280-315, 2017.

SOBREIRO FILHO, José. **Instrumentos teóricos para analisar os movimentos socioespaciais e a perspectiva geográfica: conflitualidade, contentious politics, terrains of resistance, socio-spatial positionality e convergence spaces**. Ano 20, n.39, p. 12-38, 2017.

MIZUSAKI, Márcia. **Movimentos indígenas, geografia e marxismo na questão agrária brasileira: quando "novos" personagens entram em cena**. Ano 20, n.39, p. 39-59, 2017.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Os Guarani e Kaiowá e suas lutas pelo *tekoha*: os acampamentos de retomadas e a conquista do *teko porã* (*bem viver*)**. Ano 20, n.39, p. 60-85, 2017.

TORRES, Fernanda. **Estado y movimientos sociales: disputas territoriales e identitarias. La Organización Barrial Tupac Amaru – Jujuy-Argentina**. Ano 20, n.39, p. 86-106, 2017.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Resistências do MST frente ao avanço do processo de estrangeirização de terras por meio da LDC em Rio Brilhante (MS)**. Ano 20, n.39, p. 107-132, 2017.

MELO, Danilo Souza. **A luta pela terra em Mato Grosso do Sul: o MST e o protagonismo da luta na atualidade**. Ano 20, n.39, p. 133-160, 2017.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini; PEREIRA, Lorena Izá. **Questão agrária, luta pela terra e movimentos socioterritoriais no Brasil e Paraguai**. Ano 20, n.39, p. 161-185, 2017.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **A relação dos movimentos socioterritoriais camponeses com a Universidade por meio do PRONERA: diálogos e tensionamentos**. Ano 20, n.39, p. 186-210, 2017.

SANT'ANNA, Letícia Moreira. **Rolezinhos: movimentos socioespaciais do cotidiano**. Ano 20, n.39, p. 211-230, 2017.

BOSETTI, Cleber José. **Martelos nas cercas: ainda temos uma questão agrária?** Ano 20, n. 40, p. 11-38, 2017.

BRITO, Flávia Lorena; PERIPOLLI, Odimar João. **Origem e desenvolvimento do capitalismo no campo: uma discussão para além dos números**. Ano 20, n. 40, p.39-60, 2017.

PERPETUA, Guilherme Marini; KROGER, Markus; THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Estratégias de territorialização das corporações agroextrativistas na América Latina: o caso da indústria de celulose no Brasil.** Ano 20, n. 40, p. 61-87, 2017.

PEREIRA, Lorena Izá. **Aquisição de terras por estrangeiros no Brasil: uma análise através do debate paradigmático.** Ano 20, n. 40, p. 88-110, 2017.

ONTIVEROS, Letizia Odeth Silva. **La movilización contra el despojo de minera San Xavier: viente años de lucha en Cerro de San Pedro, México**. Ano 20, n. 40, p. 111-137, 2017.

AVILA, Agustin; ROMERO, Leon Enrique Avila. **Las nuevas Zonas Económicas Especiales en México: despojo agrario y resistencia campesina**. Ano 20, n. 40, p. 138-162, 2017.

ARLINDO, Marco Aurélio da Silva; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Luta pela terra em Mirandópolis (SP): trajetória do Acampamento Nova Esperança.** Ano 20, n. 40, p. 163-180, 2017.

DESMARAIS, Annette Aurélie; QUALMAN, Darrin; MAGNAN, André; WIEBE, Nettie. **¿Propiedad agrícola para los inversionistas o las inversiones sociales? La transformación de la propiedad de la tierra en Saskatchewan, Canadá**. Ano 20, n. 40, p. 181-205, 2017.

ROSSI, Rafael; VARGAS, Icléia Albuquerque de. **Ideologia e educação: a crítica do Programa Agrarinho**. Ano 20, n. 40, p. 206-224, 2017.

CAVALCANTI, Natália Thaynã Farias; MARJOTTA-MAISTRO, Marta Cristina. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): uma avaliação por regiões brasileiras no período de 2011-2014**. Ano 20, n. 40, p. 225-245, 2017.

SILVA, Christian Nunes da; SOUSA, Hugo Pinon de; VILHENA, Thiago Maciel; LIMA, Joandreson Barra; SILVA, João Márcio Palheta da. **Modo de vida e territorialidades de pescadores da comunidade Cajueiro em Mosqueiro (Belém-Amazônia-Brasil).** Ano 20, n. 40, p. 246-272, 2017.

KANAKIDAN, Andrea Yumi Sugishita; SILVA, Rafael José Navas da. **O desenvolvimento como liberdade na comunidade quilombola do Carrasco no município de Arapiraca (AL).** Ano 20, n. 40, p. 273-293, 2017.

CATTELAN, Renata; MORAES, Marcelo Lopes. **MST e ideologia: a teoria e a prática no assentamento Celso Furtado em Quedas do Iguaçu/PR**. Ano 21, n. 41, p. 12-38, 2018.

SANTOS, Cristina Sturmer dos; KRAJEVSKY, Luis Claudio. **Assentamentos rurais e as modificações econômicas no município de Rio Bonito do Iguaçu.** Ano 21, n. 41, p. 39-61, 2018.

MERA, Claudia Maria Prudêncio de; SOARES, Denisa; SPECHT, Suzimary; BLUME, Roni. **Da serra/roça para o território campo/lavoura: transformações socioeconômicas e culturais de reassentados rurais atingidos por barragens**. Ano 21, n. 41, p. 62-84, 2018.

GASPARI, Luciane Cristina de; KHATOUNIAN, Carlos Armênio; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. **O papel da agricultura entre as famílias pluriativas assentadas em região metropolitana: o caso do assentamento Milton Santos em Americana e Cosmópolis/SP**. Ano 21, n. 41, p. 85-101, 2018.

ROMA, Cláudia Marques; GUIMARÃES, Raul Borges. **Agroindústria canavieira, pilhagem territorial e rumos do desenvolvimento na região da Nova Alta Paulista**. Ano 21, n. 41, p. 102-119, 2018.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O trabalho no campo: questões do passado e dilemas para o futuro.** Ano 21, n. 41, p. 120-137, 2018.

GULLA, Joaquín Cardeillac; LEZICA, Lorena Rodríguez. **Exclusión en la inclusión por descalificación: análisis de la situación de las asalariadas rurales en Uruguay**. Ano 21, n. 41, p. 138-164, 2018.

SILVA, Rafael José Navas da; GARAVELLO, Maria Elisa Paula Eduardo. **Projetos agroecológicos em comunidade quilombola: análise a partir do território**. Ano 21, n. 41, p. 165-191, 2018.

LIMA, Lucas Gama; SANTOS, Flavio dos. **No semiárido de Alagoas, a resistência germina na terra: a luta territorial em defesa das sementes crioulas**. Ano 21, n. 41, p. 192-217, 2018.

COSTA, Heliadora Georgete Pereira da; LOMBA, Roni Mayer. **A licenciatura em educação do campo no estado do Amapá: desafios e perspectivas atuais**. Ano 21, n. 41, p. 218-235, 2018.

ARAGÓN, Luís Eduardo. **A dimensão internacional da Amazônia: um aporte para sua interpretação.** Ano 21, n. 42, p. 14-33, 2018.

NUNES, Francivaldo Alves. **Inventando um novo saber estatal sobre a natureza amazônica no século XXI**. Ano 21, n. 42, p. 34-50, 2018.

BRITO, Rosane; CASTRO, E. **Desenvolvimento e conflitos na Amazônia: um olhar sobre a colonialidade do processo em curso na BR-163**. Ano 21, n. 42, p. 51-73, 2018.

IORIS, Antonio Augusto Rossotto. **Interrrogating the advance of agribusiness in the Amazon: production, rend and politics.** Ano 21, n. 42, p. 74-97, 2018.

STAEVIE, P. M. **Um balanço das discussões sobre os impactos do agronegócio sobre a Amazônia brasileira**. Ano 21, n. 42, p. 98-112, 2018.

GOMES, Dérick Lima; CRUZ, Benedito Ely Valente; CALVI, Miquéias; REIS, Cristiano Cardoso. **Expansão do agronegócio e conflitos socioambientais na Amazônia marajoara**. Ano 21, n. 42, p. 135-161., 2018.
FEARNSIDE, Phillip Martin. **Belo Monte: atores e argumentos na luta sobre a barrage amazônica mais controversa do Brasil**. Ano 21, n. 42, p. 162-185, 2018.

SILVA, Cristiano Nunes; LIMA, Ricardo Angelo Pereira; MARINHI, Wicka Nazaré. **Desestruturação territorial na atividade pesqueira: a instalação de usinas hidrelétricas na bacia do Araguari (Ferreira Gomes – Amazônia – Brasil)**. Ano 21, n. 42, p. 186-201, 2018.

RODRIGUES, Jodinson Cardoso. **O Arco Norte e as políticas públicas portuárias para u oeste do estado do Pará (Itaituba e Rurópolis): apresentação, debate e articulações**. Ano 21, n. 42, p. 202-228, 2018.

TOZI, Shirley Capela; MASCARENHAS, Abraão Levi; PÓLEN, Ricardo Reis. **Água, conflitos e política ambiental na Amazônia Legal brasileira**. Ano 21, n.42, p. 229-256, 2018.

RODRIGUES, Jovenildo Cardoso; SOBREIRO FILHO; J.; OLIVEIRA NETO, Adolfo Costa. **O rural e o urbano na Amazônia Metropolitana: reflexões a partir de Ananindeua, Pará**. Ano 21, n. 43, p. 257-281, 2018.

HERRERA, José Antônio; SANTOS, Fernanda Oliveira; CAVALCANTE, Maria Madalena de Aguiar. **Permanência na Comunidade Ciclo do Bananal em Vitória do Xingú, Pará: um estudo a partir do lugar**. Ano 21, n. 43, p. 282-308, 2018.

KOHLHEP, G. **O Programa Piloto Internacional de Proteção das Florestas Tropicais no Brasil (1993-2008): as primeiras estratégias da política ambiental e desenvolvimento regional para a Amazônia brasileira**. Ano 21, n. 42, p. 309-331, 2018.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; THÉRY, Hervé. **Amadurecimento das experiências de desenvolvimento sustentável: transformações recentes na APA Igarapé Gelado – PA**. Ano 21, n. 43, p. 332-353, 2018.

PALHETA, João Márcio; OLIVEIRA NETO, Adolfo Costa. **Por uma outra territorialização na Amazônia paraense**. Ano 21, n. 43, p. 354-372, 2018.

SOBREIRO FILHO, José; MANAÇAS, Ulisses. **Questão Agrária, o massacre de Pau D'Arco e violência na Amazônia: uma entrevista com Ulisses Manaças**. Ano 21, n. 43, p. 376-396, 2018.

LEITE, Acácio Zuninga. **Análise da concentração fundiária no Brasil: desafios e limites do uso do Índice de Gini**. Ano 21, n. 44, p. 10-28, 2018.

MELO, Danilo Souza; BRAZ, Adalto Moreira. **A questão agrária brasileira: uma proposta de representação da estrutura fundiária**. Ano 21, n. 44, p. 29-53, 2018.

KARAS, Tiago Satim; JOHNSON, Guillermo Alfredo. **Formação socioespacialdas políticas estatais de crédito rural em Mato Grosso do Sul**. Ano 21, n. 44, p. 54-78, 2018.

OLIVEIRA, Adriano Rodrigues de; FERREIRA, Lara Cristine Gomes; GARVEY, Brian. **A ocupação do Cerrado goiano pelo agronegócio canavieiro.** Ano 21, n. 44, p. 79-100, 2018.

ADOUE, Silvia Beatriz. **De incêndios e especialização produtiva. Sobre o agronegócio florestal exportador no Chile.** Ano 21, n. 44, p. 101-126, 2018.

ARIZA, Julian Andres; GAZZANO, Maria Inés. **Lucha dejóvenes por tierra en Uruguay: de lo microsocial a la constitución de sujetos**. Ano 21, n. 44, p. 127-152, 2018.

MOREIRA, Dorcelina Aparecida. **Das 'escolinhas de favores' à 'escola de direito': a educação no/do campo no município de Goiás.** Ano 21, n. 44, p. 153-176, 2018.

COBOS, Jeidei Yasmin Galeano. **Resenha: Regimes alimentares e questões agrárias**. Ano 21, n. 44, p. 177-184, 2018.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; VIEIRA, Noemia Ramos; ARAÚJO, Djacira Maria de Oliveira. **Residência Agrária: uma proposta pedagógica e metodológica**. Ano 21. n. 45, edição especial p. 12-31.

BOGO, Maria Nalva de Araújo. **Terra e educação em disputa: um estudo das ações educacionais da Fibria/Veracel papel e celulose no extremo sul da Bahia**. Ano 21, n. 45, edição especial, p. 32-49, 2018.

LIMA, Eloíza Aparecida Cerino; FERNANDES, Sílvia Aparecida de Souza. **Educação do Campo como projeto de desenvolvimento e de vida para o campo**. Ano 21, n. 45, edição especial, p. 50-71, 2018.

AZÊREDO, Rauni Fernandes; CRISTOFOLLI, Pedro Ivan. **Estratégias de acumulação de capital do cooperativismo agrário paranaense: o caso da Coamo Agroindustrial Cooperativa**. Ano 21, n. 45, edição especial, p. 72-93, 2018.

MATHEUS, Fernanda Aparecida; FELICIANO, Carlos Alberto. **Ciência, terra e poder: uso e apropriação das terras públicas no Sudoeste Paulista**. Ano 21, n. 45, edição especial, p. 94-121, 2018.

MEDINA-NARANJO; Julian; ALMEIDA, Ana Lúcia Jesus. **Brasil e Colômbia: desenvolvimento, saúde e práticas espaciais**. Ano 21, n. 45, edição especial, p. 122-146, 2018.

GABOARDI, Shaiane Carla; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; RAMOS, Lucinéia Maria. **Perfil do uso de agrotóxicos no Sudoeste do Paraná (2011-2016).** v. 22, n. 46, p. 13-40, jan.-abr. 2019.

GABOARDI, Shaiane Carla; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; RAMOS, Lucinéia Maria. **An outline of the use of agrochemicals in southwestern Paraná (2011-2016).** v. 22, n. 46, p. 41-67, jan.-abr. 2019.

NORDER, Luiz Antonio; LOBO, Natália Santos**. A percepção dos profissionais de educação sobre o impacto dos agrotóxicos em escolas rurais no estado do Mato Grosso**. v. 22, n. 46, p. 68-84, jan.-abr. 2019.

GOES, Denilson Manfrin; CAMPOS, Margarida de Cássia. **Uso de agrotóxicos e produção agroecológica: percepção de estudantes secundaristas de uma escola do campo**. v. 22, n. 46, p. 85-105, jan.-abr. 2019.

OLIVEIRA, Mara Edilara Batista de. **As escalas geográficas de poder como formas de subordinação e insubordinação na luta pela Educação do Campo no Brasil. v**. 22, n. 46, p. 106-132, jan.-abr. 2019.

CRUZ, Abigail Bruna da; AZEVEDO, Sandra de Castro de. **Geografia escolar e escola no campo: investigações sobre a educação geográfica numa escola rural com currículo urbano**. v. 22, n. 46, p. 133-155, jan.-abr. 2019.

VIEIRA, Thiago Wentzel de Melo. "**A volta dos que não foram": camponês e/ou agricultor familiar? Reflexões teórico-conceituais e a pertinência do campesinato**. v. 22, n. 46, p. 156-174, jan.-abr. 2019.

VIEIRA, Thiago Wentzel de Melo. **"The return of those who never went": Peasant and / or family farmer? Theoretical-conceptual reflections and the pertinence of the peasantry**. v. 22, n. 46, p. 175-191, jan.-abr. 2019.

KLUCK, Erick Gabriel Jones. **Posseiros no médio São Francisco: planejamento estatal e mobilidade do trabalho**. v. 22, n. 46, p. 192-213, jan.-abr. 2019.

KLUCK**, Erick Gabriel Jones.** *Posseiros* in the middle São Francisco: state planning and labor mobility. v. 22, n. 46, p. 214-233, jan.-abr. 2019.

SANTOS, Thiago Araujo. **Dilemas políticos para o semiárido brasileiro: um breve panorama até crise do lulismo**. v. 22, n. 46, p. 234-258 , jan.-abr. 2019.

OLIVEIRA, Douglas Menezes de. **A centralidade da disputa pela terra na questão agrária brasileira.** v. 22, n. 46, p. 259-281, jan.-abr. 2019.

NASCIMENTO JÚNIOR, Lindberg; DUARTE, Douglas Ambiel Barros Gil. **Alterações ambientais no estado do Paraná: um enfoque geográfico sobre a dinâmica fluviométrica e as transformações no campo**. v. 22, n. 46, p. 282-308, jan.-abr. 2019.

SILVA, Hulda Rocha e; CELENTANO, Danielle; ROUSSEAU, Guillaume. **Sistemas agroflorestais como estratégia para a restauração do passivo ambiental de assentamentos rurais da Amazônia maranhense.** v. 22, n. 46, p. 309-315, nota, jan.-abr. 2019.

PEREIRA, Lorena Izá. **MATOPIBA: dos ajustes espaciais do agronegócio ao território de esperança do campesinato.** V. 22, n. 47, p. 09-21, dossiê MATOPIBA, 2019.

SOUZA, Glaycon Vinícios Antunes de; PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente. **MATOPIBA: a Inteligência Territorial Estratégica (ITE) e a regionalização como ferramenta**. V. 22, n. 47, p. 22-45, dossiê MATOPIBA, 2019.

BEZERA, Juscelino Eudâmidas; GONZAGA, Cíntia Lima. **O discurso regional do Matopiba no poder legislativo federal: práticas e políticas.** V. 22, n. 47, p. 46-63, dossiê MATOPIBA, 2019.

REIS, Simony Lopes da Silva; PERTILE, Noeli. **O MATOPIBA: a modernidade e a colonialidade do desenvolvimento agrícola brasileiro**. V. 22, n. 47, p. 64-86, dossiê MATOPIBA, 2019.

BOECHAT, Cássio Arruda; PITTA, Fábio Teixeira; TOLEDO, Carlos de Almeida. **"Pioneiros" do MATOPIBA: a corrida por terras e a corrida por teses sobre a fronteira agrícola**. V. 22, n. 47, p. 87-122, Dossiê MATOPIBA, 2019.

FREDERICO, Samuel; ALMEIDA, Marina Castro de. **Capital financeiro, *land grabbing* e a multiescalaridade na grilagem de terra na região do MATOPIBA.** V. 22, n. 47, p. 123-147, dossiê MATOPIBA, 2019.

PEREIRA, Lorena Izá; PAULI, Lucas. **MATOPIBA: controle do território e expansão da fronteira da estrangeirização da terra.** V. 22, n. 47, p. 148-172, dossiê MATOPIBA, 2019.

FERNANDES, Bernardo Mançano; FREDERICO, Samuel; PEREIRA, Lorena Izá. **Acumulação pela renda terra e disputas territoriais na fronteira agrícola brasileira**. V. 22, n. 47, p. 173-201, Dossiê MATOPIBA, 2019.

SPADOTTO, Bruno Rezende; COGUETO, Jaqueline Vigo. **Avanço do agronegócio nos cerrados do Piauí: horizontalidades e verticalidades na relação entre o ambientalismo dos pobres e o controle de terras pelo capital financeiro**. V. 22, n. 47, p. 202-229, dossiê MATOPIBA, 2019.

FELICIANO, Carlos Alberto; ROCHA, Carlos Eduardo Ribeiro. **Tocantins no contexto do MATOPIBA: Territorialização do agronegócio e intensificação dos conflitos territoriais**. V. 22, n. 47, p. 230-247, dossiê MATOPIBA, 2019.

ALMEIDA, Juscinaldo Goes; SODRÉ, Ronaldo Barros; MATTOS JUNIOR, José Sampaio de**. O MATOPIBA nas Chapadas Maranhenses: Impactos da Expansão do Agronegócio na Microrregião de Chapadinha**. V. 22, n. 47, p. 248-271, Dossiê MATOPIBA, 2019.

CASTRO, Raifran Abidimar de. **Resistências camponesas maranhenses às estratégias de dominação e territorialização empresariais.** V. 22, n. 47, p. 272-295, dossiê MATOPIBA, 2019.

MONDARDO, Marcos Leandro; AZEVEDO, José Roberto Nunes de. **MATOPIBA: do domínio da terra e abuso da água aos territórios de resistências das populações tradicionais**. V. 22, n. 47, p. 296-320, dossiê MATOPIBA, 2019.

SILVA, Andréa Leme da; SOUZA, Cláudia de; ELOY, Ludivine; PASSOS, Carlos José de Sousa. **Políticas ambientais seletivas e expansão da fronteira agrícola no Cerrado: impactos sobre as comunidades locais numa Unidade de Conservação no oeste da Bahia.** V. 22, n. 47, p. 321-347, Dossiê MATOPIBA, 2019.

FAVARETO, Arilson; NAKAGAWA, Louise; KLEEB, Suzana; SEIFER, Paulo; PÓ, Marcos. **Há mais pobreza e desigualdade do que bem estar e riqueza nos municípios do Matopiba.** V. 22, n. 47, p. 348-381, Dossiê MATOPIBA, 2019.

CATSOSSA, Lucas Atanásio. **ProSAVANA em Moçambique e MATOPIBA no Brasil: a base para a compreensão da geopolítica da questão.** V. 22, n. 47, p. 382-412, dossiê MATOPIBA, 2019.

VIEIRA, Francisca Pereira; NÓBREGA, Mariana Conceição Leal; ASSUMPÇÃO E LIMA, Débora. **Dona Francisca: entre cabaças, caminhos de lutas e sementes de resistência.** Relatos de campo, v. 22, n. 47, p. 413-433, Dossiê MATOPIBA, 2019.

FOLMER, Ivanio; MEURER, Ane Carine. **A territorialização do MST a partir da Educação do Campo nos assentamentos Fazenda Annoni e Bela Vista**. V. 22 , n. 48, p. 14-37, Dossiê Território em Movimento, 2019.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **O território como categoria da Educação do Campo: no campo da construção/destruição e disputas/conflitos de territórios/territorialidades**. V. 22, n. 48, p. 38-57, 2019.

MONTEBLANCO, Felipe Leindecker; CORDEIRO, Márcio Pereira. **Os assentamentos da reforma agrária e os meandros da formação de uma bacia leiteira no município de Santana do Livramento (Campanha Gaúcha/RS)**. V. 22, n. 48, p. 58-84, Dossiê Território em Movimento, 2019.

PEDON, Nelson Rodrigo; CORRÊA, Rubens Arantes. **Escola e currículo: um ensaio sobre territórios em disputa.** V. 22, n. 48, p.85-97, Dossiê Território em Movimento, 2019.

ALVES, Flamarion Dutra. **Territorialização dos assentamentos rurais: da conquista da terra à construção de uma identidade**. V. 22 , n. 48, p.98-113, Dossiê Território em Movimento, 2019.

CHELOTTI, Marcelo Cervo; CARVALHO, Isabele de Oliveira. **A Formação do Licenciando Participante do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência/PIBID Interdisciplinar Educação do Campo**. V. 22, n. 48, p. 114-136, Dossiê Território em Movimento, 2019.

SULZBACHER, A, W. **Perspectivas das categorias Território e Campo na análise geográfica**. V. 22 , n. 48, p. 137-153, Dossiê Território em Movimento, 2019.

ZIMMERMANN, Angelita.; MEURER, Ane Carine. **Educação do Campo: o egresso da Pedagogia da Alternância no Noroeste do RS.** V. 22 , n. 48, p. 154-173, Dossiê Território em Movimento, 2019.

DAMBRÓS, Cristiane. **Contexto histórico e institucional na demarcação de terras indígenas no Brasil**. V. 22, n. 48, p. 174-189, Dossiê Território em Movimento, 2019.

TERRA, Ademir. **A pertinência do conceito de território para análise de assentamentos rurais.** V. 22, n. 48, p. 190-205, Dossiê Território em Movimento, 2019.

HETTWER, Henrique Rudolfo. **O neoliberalismo no espaço educacional brasileiro – uma análise geopolítica.** V. 22, n. 48, p. 206-223, Dossiê Território em Movimento, 2019.